

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS
DEPARTAMENTO DE FILOSOFIA E METODOLOGIA DAS CIÊNCIAS (DFMC)
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM FILOSOFIA

PEDRO FERNANDEZ DE SOUZA

O ESTATUTO DA FANTASIA NO CORPUS TEÓRICO FREUDIANO

SÃO CARLOS – SP

2020

Pedro Fernandez de Souza

O estatuto da fantasia no corpus teórico freudiano

Dissertação apresentada ao Programa de
Pós-Graduação em Filosofia da Universidade
Federal de São Carlos, para obtenção
do título de mestre em Filosofia.

Área de Concentração: Filosofia da Psicanálise

Orientadora: Profa. Dra. Janaina Namba

São Carlos – SP

2020



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS

Centro de Educação e Ciências Humanas
Programa de Pós-Graduação em Filosofia

Folha de Aprovação

Defesa de Dissertação de Mestrado do candidato Pedro Fernandez de Souza, realizada em 30/11/2020.

Comissão Julgadora:

Prof. Dr. Janaina Namba (UFSCar)

Profa. Dra. Ana Carolina Soliva Soria (UFSCar)

Prof. Dr. José Francisco Miguel Henriques Bairrão (USP)

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001 e da FAPESP (Processo 2018/10320-6).

O Relatório de Defesa assinado pelos membros da Comissão Julgadora encontra-se arquivado junto ao Programa de Pós-Graduação em Filosofia

AGRADECIMENTOS

Agradeço

à Profa. Janaina Namba, orientadora desta pesquisa, pela confiança em meu trabalho e pela paciência e diligência com que o leu, comentou e orientou; à Profa. Ana Carolina Soliva Soria e ao Prof. José Miguel Henriques Bairrão, pelos comentários feitos no exame de qualificação e pela seriedade com que abordaram meu trabalho; a todos os docentes a cujas aulas pude assistir durante o mestrado, em especial ao Prof. Paulo Licht dos Santos, que me auxiliou na tradução de um trecho capital de Freud;

à Kaira, minha companheira, pela leitura cuidadosa e amorosa dos meus textos;

a todos os verdadeiros amigos, fonte infindável da troca de ideias e afetos, sobretudo Vinícius, Caio, João Gabriel, Ligia, Leandro, Larissa e Gabriel;

aos meus pais e à minha irmã.

ao financiamento da Coordenação de aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) - Código de Financiamento 001; e da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (processo 2018/10320-6).

SOCRATES – Parturis nimirum, mi Theætete,
non quod inanis sis, sed prægnans
(Platão – THEÆTETUS, 148E)

Todas as lendas são assim:
pra lembrar o que não aconteceu
(Aldir Blanc,
ao violão de Guinga,
na voz de Chico Buarque)

RESUMO

O conceito de *fantasia* foi um evidente ponto central naquilo que se convencionou chamar de “abandono da teoria da sedução”: se até 1897 Freud considerava serem verdadeiras memórias aquilo que lhe relatavam seus pacientes neuróticos e que, assim teorizara ele, jazia na origem de seus sintomas, a partir de então o conteúdo desses relatos perde o estatuto mnêmico que antes detinha, e o conjunto de representações subjacentes às formações sintomatológicas das neuroses é considerado *fantasmático* ou mesmo *fictício*. Fato é que, conquanto seja um dos pivôs maiores dessa guinada teórica de Freud, o conceito de fantasia não é tematizada, por ele, enquanto um dos pilares epistemológicos da teoria nascente, alcunhada de *psicanálise*: nalguns dos momentos de teorização mais aguda, ela não é destrinchada, relacionada a outros conceitos, e tampouco é interrogada. Por outro lado, as fantasias pululam nas análises de caso ou de obras estéticas, por exemplo, revelando ser Freud um exímio caçador de fantasias em sua prática analítica. Tendo em vista esse aparente descompasso, estabeleceu-se como objetivo principal deste estudo verificar o estatuto epistemológico do conceito de fantasia no corpus teórico freudiano. Para tanto, partimos da chamada “teoria da sedução”, tratando de resumi-la e de apontar, dentro dela, o papel de três conceitos: memória, sintoma e desejo. Em seguida, cuidamos de ler e avaliar as metamorfoses teóricas operadas com a assunção da fantasia; para isso, retornamos aos três conceitos elencados, no entanto agora já dentro da teoria psicanalítica. A fantasia revelou ser *fundamental* (no sentido forte do termo) para que se compreendam as noções verdadeiramente psicanalíticas de memória, sintoma e desejo: sem ela, nenhum destes termos pode ser compreendido em sua integralidade. Pudemos diagnosticar, aliás, que é justamente por conta de sua notável invisibilidade na formalização teórica freudiana que a fantasia ganha ali uma importância imensurável: ainda que não seja figura central da teorização, ela emerge como um verdadeiro *fundo* irrecusável do texto freudiano. É enquanto *horizonte* que a fantasia desponta muito propriamente: assim como ela subjaz às mais variadas formações do consciente (sintomas, sonhos, esquecimentos), também ela subjaz ao sentido mesmo da palavra freudiana. Mais que conceito e objeto da psicanálise, para nós a fantasia representa a um só tempo a sua *verdade* e o seu *limite* mais íntimo.

ABSTRACT

The concept of fantasy was evidently a central point in what is conventionally called “the abandon of the seduction theory”: if until 1897 Freud considered to be true memories that which their patients told him and, as he theorized, lay at their symptom’s origin, henceforth the content of these reports loses the mnemonic status that it previously had, and the ensemble of the representations underlying the neurotic symptomatological formations is considered *phantasmatic* or even *fictitious*. Fact is that, although it is one of the major pivots of this theoretic turn of Freud, the concept of fantasy is not thematized by him as one of the epistemological pillars of the nascent theory, nominated *psychoanalysis*: in some of the moments of acutest theorization, it is not analysed, related to other concepts, nor it is questioned. On the other hand, fantasies pullulate in the analysis of clinical cases or aesthetic works, for example, that which reveals Freud as a skilful fantasies hunter at his analytical practice. In view of this apparent asymmetry, it was established as the main objective of this study to verify the epistemological status of the concept of fantasy within the Freudian theoretical corpus. In order to do so, we parted from the so-called “seduction theory”, summarizing it and pointing out, within it, the role of three concepts: memory, symptom and desire. After that, we essayed to read and evaluate the theoretical metamorphosis operated with the advent of fantasy; for this, we returned to the three concepts chosen, now however within the psychoanalytical theory. Fantasy revealed to be *fundamental* (in the strong sense of the word) for understanding the truly psychoanalytical notions of memory, symptom and desire: without it, none of these terms can be comprehended in its entirety. We were able to diagnose, moreover, that it is precisely in virtue of its notable invisibility in the Freudian theoretical formalization that fantasy gains immeasurable importance there: even though it is not a theorization’s central figure, it emerges as a true irrecusable *background* of the Freudian text. It is as a *horizon* that fantasy peeps properly: just as it underlies the most varied conscious’ formations (symptoms, dreams, oblivions), it underlies the very meaning of the Freudian word as well. More than a psychoanalysis’ concept and object, for us fantasy represents both its most intimate *truth* and *limit*.

SUMÁRIO

Introdução	1
Capítulo 1 – Uma hermenêutica sem fantasia	8
Capítulo 2 – Fantasia e memória I	44
Capítulo 3 – Fantasia e sintoma	77
Capítulo 4 – Fantasia e desejo	140
Capítulo 5 – Fantasia e memória II	190
Capítulo 6 – A fantasia, uma hermenêutica	246
Referências	281

Introdução

Freud legou vários e vários conceitos para a posteridade, com os quais teóricos e estudiosos das mais diversas áreas tiveram de se haver no último século. Para bem ou para mal, a título de crítica, refutação ou defesa, a teoria freudiana e o seu léxico característico foram objetos de inúmeras discussões e debates acadêmicos. Muito se falou de Freud, e com a palavra “muito” não se logra caracterizar o fato: a plethora é tamanha que qualquer “revisão bibliográfica”, mesmo a mais exaustiva, seria insuficiente. No início de um estudo sobre a teoria psicanalítica, é difícil não sentir-se obrigado a grafar e repetir, como se numa epígrafe precavida, as palavras que Freud endereçou a Einstein em 1932: “desculpe-me se no que segue eu conto, como se fossem algo novo, coisas que todos sabem e admitem”¹.

Tais palavras aparentam ser ainda mais cabíveis num estudo como o nosso, sobre um dos conceitos mais fundamentais e revisitados de Freud: a fantasia. Basilar para qualquer escola psicanalítica pós-freudiana, a fantasia é quase unanimemente considerada um dos pivôs da assunção, lá pelo ocaso do século XIX, da nova disciplina, batizada com a palavra *psicanálise*. A coisa é tão flagrante que, em contraposição à sua predecessora, a malfadada *teoria da sedução*, a nova teoria será alcunhada por muitos como *teoria da fantasia*. Assumindo um lugar de destaque, assomando num apelido amplamente difundido, a fantasia estaria no centro, no núcleo duro da teoria freudiana. Entender Freud passaria por entender a fantasia.

Não é por menos: é patente a proeminência do conceito de fantasia na teoria freudiana após a virada de 1897, que marca o abandono, senão absoluto², ao menos resoluto da teoria da sedução. Nas análises de caso após 1897 o conceito ganha um relevo enorme: Freud está sempre à procura das fantasias inconscientes de seus pacientes, fantasias estas que se encontram na origem dos seus sintomas neuróticos. Pululam as análises de fantasias, da mesma forma que se robustece a nascente hermenêutica freudiana.

Nós veremos mais detalhadamente, mas já podemos afirmar de antemão que após 1897 o conceito de *fantasia* ganhou extrema importância na teoria freudiana, pois tais autônomas criações da maquinação inconsciente servem não só como pano de fundo na fabricação das memórias, mas representam uma verdadeira via para a satisfação do desejo independente do princípio de realidade,

¹ Freud, S. (1933 [1932]a). *¿Por qué la guerra?*, p. 188. Todas as citações de Freud serão provenientes da edição argentina Amorrortu. Fizemos essa escolha graças a algumas virtudes dessa edição: além de ser uma tradução das obras (psicológicas) completas de Freud diretamente do alemão, nela constam os textos introdutórios de James Strachey, publicados primeiramente na *Standard Edition*. Esses comentários introdutórios do tradutor inglês são valiosíssimos, e por vezes recorreremos a eles. A edição argentina tem o mérito, ainda, de manter grafados, entre colchetes, certos termos alemães capitais e de difícil tradução, o que possibilita um aprofundamento no estudo da teoria freudiana. Assim, tem-se acesso ao melhor de dois mundos, por assim dizer: uma tradução cuidadosa diretamente do alemão, junto aos textos introdutórios de Strachey.

² Cf. o cap. I de *Freud, o movimento de um pensamento*, de Monzani.

assim como são veras molas que impulsionam os sintomas neuróticos. Além das fantasias individuais Freud se refere a uma classe especial delas, as universais fantasias originárias (*Urphantasiën*), transmitidas ao longo da filogênese. Desse modo, vê-se que o conceito de fantasia angariou enorme importância como também estabeleceu ligações as mais diversas com outros importantes conceitos, dentre os quais destacamos os de *memória*, *desejo* e *sintoma*, cujas relações com as fantasias estudaremos com mais minúcia nos próximos capítulos. Ademais, a fantasia, como dizem Laplanche e Pontalis³, aparece de ponta a ponta no aparelho psíquico: desde um núcleo universal do inconsciente, até sua camada mais superficial (a consciência), sob a forma de devaneios diurnos conscientes recheados de desejos, passando por fantasias inconscientes que jazem na origem de sintomas.

É de espantar, assim, que nos textos de cunho teórico (ou nos trechos em que Freud cura de formular suas hipóteses mais basais) haja uma escassez de referências à fantasia. Encontramo-las muito menos do que outros conceitos, aparentemente mais elementares ou basais (pulsão, representante da pulsão, libido, escolha de objeto...). É como se a fantasia, sendo assaz maleável e mutável, estivesse no plano do *particular*, e, para passar ao *universal*, Freud dependesse de uma linguagem outra, que versasse acerca de seus *elementos* (donde a escolha por conceitos como representante de coisa, representante de palavra etc.). Ora, mesmo nas análises epistemológicas acerca da teoria freudiana empreendidas por certos filósofos (concedamos destaque aqui, por exemplo, ao livro de Ricœur⁴, em cujos raciocínios nos baseamos) as fantasias aparecem muito pouco: tal penúria de fantasias nas análises filosóficas contrasta com a proliferação delas nas análises do próprio Freud. É como se o conceito de *fantasia* fosse epistemologicamente menos importante do que outros. Relegado ao particular, deve ceder a outros conceitos, quando têm lugar as análises epistemológicas. É justamente essa aparente menor importância epistemológica da fantasia o que questionamos.

Por que o questionamento? Além das prementes relações com outros conceitos deveras importantes que já fizemos destacar linhas acima, compreendemos que, diferentemente de outros conceitos como os de repressão, inconsciente, pulsão, eu (e id e supereu), o conceito de fantasia não recebeu um texto para si nem foi formalizado de maneira razoavelmente definitiva por Freud⁵, ainda que possamos encontrar referências a esse conceito ao longo de toda a sua obra; entendemos, também, que as fantasias têm características próprias bastante dignas de atenção. Refiro-me à sua natureza

³ Laplanche, J.; Pontalis, J. B (1964). *Fantasme originaire, Fantasme des origines, Origines du fantasme*.

⁴ Ricœur, P. (1965). *De l'interprétation*.

⁵ Sabemos que durante toda sua obra Freud mudou de ideia diversas vezes e ampliou, reformulou ou mesmo rejeitou antigos conceitos seus. O que queremos dizer é que a *fantasia* aparece em muitos textos freudianos desde 1897, muito embora não tenha recebido uma definição sistemática.

mestiça, que podemos entrever comparando duas citações de Freud, uma de 1911, outra de 1915. Em seu artigo sobre os dois princípios que regem a vida mental, Freud escrevera:

Com o estabelecimento do princípio de realidade, uma classe de atividade do pensar se cindiu; ela se manteve apartada do exame de realidade e permaneceu submetida unicamente ao princípio de prazer. É o *fantasiar*, que começa já com as brincadeiras das crianças e mais tarde, conservado como *sonhos diurnos*, abandona a dependência de objetos reais.⁶

Já no artigo intitulado *O Inconsciente* Freud descreve as fantasias do seguinte modo: possuem “alta organização, estão isentas de contradição, aproveitaram todas as aquisições do sistema Cs.”, porém “são inconscientes e insuscetíveis de se tornarem conscientes”⁷. Há que se ter em mente que Freud descreve em dois momentos diferentes dois diferentes tipos de fantasia: em 1911, o devaneio diurno, produção de fantasias conscientes; em 1915, a fabricação de fantasias inconscientes. O que não deixa de chamar a atenção é o fato de que a fantasia contraria alguma das leis que regem o local (psíquico) no qual se alojam, não importa qual ele seja. Em 1915, ao falar das fantasias inconscientes, Freud mostra como elas não compartilham de todas as formações do inconsciente, pois são organizadas, coerentes, sem contradição, da mesma maneira que em 1911, sobre as fantasias conscientes, dizia como elas não compartilham de todas as formações do consciente, pois são realizações de desejo que não obedecem ao princípio de realidade. Vê-se assim como a fantasia pode ser descrita como um corpo estranho, seja no consciente, seja no inconsciente. Como é possível a existência de uma formação no (in)consciente que contraria algumas das leis que regem... o (in)consciente? É esse caráter mestiço (que não passou despercebido por Ricœur⁸) o que nos importa, pois ele parece nos dar mostras de que o conceito de fantasia pode muito nos dizer acerca do tão discutido ponto-limite entre a energia e o sentido⁹ e mesmo também da relação sempre cabal entre o universal e o particular dentro da obra e do método de Freud.

Intentaremos aqui, portanto, a avaliação da importância epistemológica desse conceito dentro do corpus teórico freudiano, tendo como via metodológica o estudo das relações entre o conceito de fantasia e outros (memória, desejo, sintoma). Qualquer análise epistemológica do corpus freudiano esbarra, entretanto, em dificuldades incontornáveis, que dizem respeito à estrutura mesma da escritura

⁶ Freud, S. (1911). *Formulaciones sobre los dos principios del acaecer psíquico*, pp. 226-7, vol. 12 da AE.

⁷ Freud, S. (1915b). *Lo Inconciente*, pp. 187, vol. 14 da AE.

⁸ « Freud s'arrête plus particulièrement à ceux d'entre eux qui présentent à la fois la haute organisation du système conscient et les caractéristiques de l'inconscient ; ces espèces de métis, ces sangs mêlés, nous les connaissons bien, ce sont les fantasmes du normal et de la névrose ; ce sont aussi les formations substitutives » (Ricœur, P., 1965, pp. 161-2).

⁹ Cf., por exemplo, uma afirmação como a seguinte: « C'est [...] dans le rapport entre la pulsion, comme premier concept énergétique, et la présentation de pulsion, comme premier concept herméneutique, que réside la spécificité du discours analytique, lequel unit les deux univers de la force et du sens dans une sémantique du désir » (*id.*, p.273)

freudiana. Refiro-me à ausência de um vero *sistema epistêmico* freudiano. Freud em várias ocasiões tratou de formalizar seus conceitos mais basais em hipóteses genéricas, universais, mas fica evidente que a cada quinquênio ele era obrigado a fazer reconsiderações àquilo que escrevera (e formalizara) previamente. Além disso, o próprio Freud era explícito e peremptório ao negar à psicanálise qualquer caráter ou sequer objetivo de sistematização à maneira filosófica. Em 1926, ao versar sobre a “questão da análise leiga”, ele se dirige a um interlocutor fictício e lhe diz, ilustrando muito bem o nosso ponto:

Apresentar-lha-ei [a doutrina psicanalítica] dogmaticamente, como se fosse um edifício doutrinal acabado. Mas não creia que ela nasceu assim de um golpe, como se fosse um sistema filosófico. Desenvolvemo-la muito paulatinamente, lutando por muito tempo para conseguir cada peça, e a modificamos continuamente em estreito contato com a observação, até que por fim adquiriu uma forma em que parece servir-nos para nossos fins. [...] Assim, não posso garantir-lhe que sua atual forma de expressão será a definitiva. Você sabe que a ciência não é nenhuma revelação; carece [...] da precisão, imutabilidade e infalibilidade tão ansiadas pelo pensamento humano.¹⁰

Essa ausência deliberada de um sistema epistêmico fechado (ou com escopo totalizante) tem consequências inescapáveis para aqueles que se põem a estudar a teoria freudiana. Frédéric Forest, em seu importante estudo epistemológico *Freud et la science*, afirma que “o campo de força criado pela metapsicologia freudiana se ordena em torno de uma racionalidade reticular dos processos psíquicos”, e mais tarde se encontra que “mais que um inconsciente como estrutura e rede, é a relação do inconsciente com o consciente que pode ser qualificada de reticulada”¹¹. Podemos complementar as asserções do estudioso francês; mais que os conceitos de inconsciente ou de comércio energético e representacional entre consciente e inconsciente pensados em termos de uma rede: a própria teorização freudiana é reticular (os textos se relacionam não de forma linear, mas num vaivém contínuo, em que seus pontos internos e seus fios argumentativos se tocam, se embrenham, fazem nós e têm rumos epistêmicos variados), a própria teoria freudiana é reticular (seus conceitos não têm uma hierarquia pré-definida e relacionam-se verdadeiramente como pontos mais ou menos densos e de múltiplas entradas e saídas de uma rede epistêmica extremamente complexa). Os conceitos em

¹⁰ Freud, S. (1926a). *¿Pueden los legos ejercer el análisis? Diálogos con un juez imparcial*, p. 179, vol. 20 da AE. Para um maior aprofundamento acerca da relação de Freud com a filosofia e com os filósofos, cf. Assoun, P.-L. (1976), *Freud, la philosophie et les philosophes*. Embora haja de fato, qual esse mesmo livro nos evidencia, uma “ambigüidade originária das relações de Freud com a filosofia” (“ambigüité originaire des rapports de Freud avec la philosophie”, p. 60), com relação à ausência da sistematicidade de sua teoria não há ambigüidade nenhuma.

¹¹ « Le champ de force créé par la métapsychologie freudienne s’ordonne autour d’une rationalité réticulaire des processus psychiques » ; « Plus qu’un inconscient comme structure et réseau, c’est le rapport de l’inconscient au conscient qui peut être qualifié de réticulé ». Forest, F. (2010). *Freud et la science, Éléments d’épistémologie*, pp. 6 e 230.

Freud são ramificados, não basta que se peguem os principais textos sobre *fantasia* para buscar sua definição: em absolutamente *qualquer* texto de Freud um determinado conceito pode aparecer e fazer-se importante. Assim, nessa ramificação, os conceitos entretêm relações recíprocas entre si, de modo que surge uma conseqüente ausência (facilmente observável) de hierarquia entre eles. Antecipando uma fórmula de que lançaremos mão no nosso primeiro capítulo, poder-se-ia dizer que não somente investigar a causação de uma neurose, mas também investigação a estrutura epistemológica da teoria freudiana é sinônimo de adentrar um labirinto.

Ora, esse labirinto revela ser ainda mais complexo pois que organizado não só horizontal, como também verticalmente. Leve-se sempre em conta o número variável de notas de rodapé e de acréscimos que Freud fazia aos seus textos, chegando a uma reestruturação complexa em certos casos, como o dos *Três ensaios* e o da *Psicopatologia da Vida Cotidiana*: livros publicados em 1905 e 1901, respectivamente, mas que nas décadas seguintes foram sendo reformulados de tal forma que se tornaram outros (exemplos privilegiados de que não só o inconsciente, mas também a própria escritura freudiana passava por processos sucessivos de sedimentações assíduas). E somem-se a isso as reconfigurações sucessivas que Freud fez às suas próprias teses ao longo dos anos. Os exemplos mais clássicos são os da fantasia, do narcisismo, da segunda tópica e da pulsão de morte. Como se utilizava de conceitos abstratos e facilmente remanejáveis (*pari passu* aos fenômenos que emergiam na sua práxis clínica), tais reestruturações conceituais eram como que feitas sem o menor pudor, à luz do dia. A falta de um sistema era também liberdade para manejar os próprios conceitos. Ora, isso faz com que a análise que conduziremos aqui deva ser a um só tempo horizontal e vertical.

Primeiramente faremos num primeiro capítulo um breve resumo das teorias iniciais de Freud acerca das neuroses, atentando-nos ao papel de três conceitos aí presentes: memória, sintoma e desejo; em seguida mostraremos a aparição, em especial em suas cartas a Fliess, do conceito de fantasia e do papel que ele cumpria nessa sua aurora. Depararemos, aí, com um conceito inicial de fantasia que não é o conceito psicanalítico propriamente dito. Este, só o encontraremos em nosso segundo capítulo, onde estudaremos com mais vagar a assunção da fantasia em três textos principais: o artigo de 1899 sobre as memórias encobridoras, a *Traumdeutung* e a *Psicopatologia*; com isso esboçaremos uma análise de como a fantasia desorganiza uma espécie de “serenidade representacional” que havia previamente, em sua relação com a *memória*.

Após a memória, passaremos às relações com a sintomatologia. Para isso teremos de resumir as novas propostas etiológicas de Freud, nas quais marca presença a fantasia no mínimo enquanto estofa e estágio prévio dos sintomas. Nosso quarto capítulo se centrará na noção de desejo, fundante na *Traumdeutung* e cujos rastros seguiremos nos textos a ela posteriores. Nesses dois capítulos os principais textos mais lidos e citados serão os mesmos: destaque seja dado aos artigos entre 1907-1909 em que a fantasia é personagem principal e aos casos do Pequeno Hans e do Homem dos Ratos.

Nosso quarto capítulo terá de se haver com o artigo de 1919 *Bate-se numa criança*, e é baseando-se sobretudo nele que se poderá atingir uma primeira definição da estrutura e do estatuto da fantasia no corpus teórico freudiano.

No quinto capítulo voltaremos ao tema da memória, agora porém nos confrontando com o enigmático conceito de *fantasias originárias (Urphantasien)*. Com essa finalidade, voltar-nos-emos ao caso do Homem dos Lobos, ao *Além do princípio de prazer* e à vigésima terceira das *Conferências introdutórias*. Somente então poderemos complementar nossa definição recém-esboçada do estatuto da fantasia, desembocando num dos pontos-limite da teoria freudiana: o sumidouro e nascedouro de fantasias e recordações chamado mito. Em nosso capítulo derradeiro, tentaremos apontar algumas das consequências lógicas das conclusões a que houvermos chegado precedentemente. Tratar-se-á de uma tentativa de retomada de alguns dos temas pelos quais sobrevoamos nos primeiros cinco capítulos: voltaremos, assim, a certos aspectos da teoria da sedução e a determinadas características do método freudiano, sublinhando e analisando certas antinomias constituintes do vocabulário freudiano referente à dualidade real vs fictício. É aí que a fantasia assomará como componente específico não só da teoria, mas também do método freudiano; feito isso, chegaremos ao fim da nossa trajetória.

Nós teremos três grandes guias-mestres neste nosso estudo, que já foram por nós citados: a tese de Monzani, o livro de Ricœur e o ensaio de Laplanche e Pontalis. Eles nos foram pontos de partida para a assunção do problema filosófico que nos propomos aqui enfrentar, e recorreremos muitas vezes a eles, mas fique claro que, mesmo não sendo citados com os próprios nomes em certas regiões de nosso texto, eles estarão sempre ali silenciosos, ao fundo, tendo-nos legado o *instrumental metodológico* de que nos utilizamos.

Se devemos muito a esses três importantes textos, a análise aqui realizada terá porém como pivô metodológico capital a filosofia da psicanálise como exposta por Monzani em diversos de seus textos. Tal método de leitura dos textos encara a obra freudiana como um todo em si mesmo, isto é, não intenta buscar fora, em alguma escola filosófica ou linha de pensamento específica, o ponto de apoio de suas análises e, como por vezes se faz, da verificação de uma certa “veracidade” ou “cientificidade” do discurso freudiano. Assim sendo, será nossa tarefa “elaborar uma leitura interna do discurso psicanalítico, examinar seus contornos próprios, suas linhas de projeção, a articulação das teses entre si”¹². Além disso, tomaremos como ponto inicial de nossa leitura as conclusões a que o próprio Monzani chegou em seu livro *Freud: o movimento de um pensamento*, explicitadas logo em sua Introdução. A conclusão é dupla: “por um lado [Monzani] não nega que haja um desenvolvimento da obra freudiana e que os conceitos vão sendo reelaborados e modificados”, mas,

¹² Monzani, L. R. (1991a). *Discurso filosófico e discurso psicanalítico: balanço e perspectivas*, p. 126

por outro, ele mostra também que “uma continuidade, na obra do pai da psicanálise, se mantém, sendo essa responsável pela unificação da obra como um todo”¹³.

Se há uma unidade na obra de Freud, ao mesmo tempo há reconfigurações. São reestruturações desse tipo que buscaremos analisar, visando entrever as mudanças que o conceito de fantasia operou nos jogos conceituais internos às teses freudianas. Não estamos em busca de uma ruptura absoluta ou radical: nós veremos como a base da primeira teoria das neuroses (sua lógica, por assim dizer) mantém-se inalterada após a inserção da fantasia dentro dos mecanismos psíquicos. Entretanto também veremos em que medida a fantasia chega para abalar um pouco o *estatuto* de outros conceitos, auferindo para si também um *estatuto* próprio. Mas não nos adiantemos. Passemos à primeira *Neurotica* de Freud.

¹³ Namba, J. (2015). *A espiral e o pêndulo: o movimento freudiano por Luiz Roberto Monzani*, p. 169

Capítulo 1 – Uma hermenêutica sem fantasia

Já em 1888, numa contribuição a uma enciclopédia, Freud demonstra o seu recente interesse por aquilo que se pode chamar “psicopatologia”. O artigo¹ tem um nome tão curto quanto autoexplicativo: *Histeria*; e nele Freud procura fazer um resumo daquilo que se conhecia, até então, acerca de tal afecção. Disserta sobre a história do conceito de histeria e sua definição à época, descreve com certa minúcia sua sintomatologia (ataques convulsivos, distúrbios da sensibilidade, paralisias, contraturas...) e sua evolução enquanto doença, para, por fim, registrar a maneira como então se tratavam os pacientes histéricos. É evidente que Freud se encontra então numa transição entre a neurologia (ou a medicina como um todo) e a psicologia². O ponto nodal de tal transição tem um nome: *hipnose*³. Assim, não é de espantar que ao mesmo tempo em que sugere o tratamento hipnótico para os histéricos (com uma citação já do método de Breuer, que vai além das meras sugestões de Charcot), Freud também elogie um tratamento à base de repouso, hidroterapia e ginástica.

Nós dizemos “transição”, e não é à toa: sabemos que alguns anos depois Freud pareceria pouco se importar com hidroterapia ou ginástica para histéricas. Dizemo-lo, pois, *a posteriori*. Mas isso não torna a avaliação menos importante; ao contrário: nesse artigo de enciclopédia pode perceber-se já um movimento de Freud rumo à psicologia, se assim podemos dizer. Esse movimento torna-se patente quando colocamos em evidência as asserções feitas por Freud acerca das paralisias histéricas. Aí está um ponto no qual ele percebe que há algo de especial na histeria: “as paralisias histéricas não levam em consideração a estrutura anatômica do sistema nervoso, que, como se sabe, se traduz da maneira mais nítida na distribuição das paralisias orgânicas”⁴. A conclusão, portanto, há de ser esta:

Pode-se dizer que a histeria é tão ignorante da ciência relativa à estrutura do sistema nervoso, como nós o somos antes de tê-la aprendido. Os sintomas decorrentes de afecções orgânicas, como se sabe, refletem a anatomia do órgão central e são a fonte mais fidedigna de nosso conhecimento a respeito dele. Por essa razão, temos de descartar a ideia de que na origem da histeria esteja situada alguma possível doença orgânica.⁵

¹ Freud, S. (1888). *Histeria*. Vol. 1 da AE.

² O que chamamos aqui de “psicologia” não é a disciplina científica nascente à época de Freud, mas sim algo como um conjunto variegado de interesses, afecções e explicações de cunho psíquico e psicológico, e não mais médico ou fisiológico.

³ Quanto a isso, remetamo-nos a uma frase do artigo de 1890 *Tratamento psíquico*: “é difícil exagerar o ganho científico que a familiaridade com os fatos do hipnotismo trouxe aos médicos e investigadores da alma” (Freud, 1890, p. 128). Para uma maior compreensão das opiniões de Freud acerca do hipnotismo (suas vantagens e desvantagens), cf. esse mesmo artigo.

⁴ Freud, S. (1888), p. 50.

⁵ *Id.*, pp. 53-4.

Dois fatos já se nos tornam evidentes: primeiro, que a histeria não funciona de acordo com o funcionamento anatomofisiológico do corpo humano; segundo, que, por isso mesmo, na origem da histeria não jaz qualquer afecção orgânica. A histeria, assim, ganha um estatuto patológico próprio. Esse estatuto é a sua inserção dentro da psicopatologia⁶.

Cinco anos depois, num artigo⁷ em francês destinado a traçar comparações entre paralisias motoras e paralisias histéricas, Freud faz afirmações similíssimas, senão idênticas. Como sabemos via Strachey⁸, esse artigo começou a ser escrito em 1888 e teve um longo processo parturiente: fora encomendado pelo próprio Charcot, porém por motivos ignotos Freud atrasou sua escritura e publicação por meses a fio. Não pode ser à toa, então, que a estrutura desse texto represente de modo manifesto a transição de que estávamos falando. Se é iniciado com um linguajar médico, termina com um pé e meio na psicologia. Vemos então ser novamente afirmado que “*a histeria se comporta em suas paralisias e outras manifestações como se a anatomia não existisse, ou como se não tivesse conhecimento desta*”⁹, e, logo em seguida, Freud dá uma nova explicação para essa afirmação:

Um bom número de características das paralisias histéricas justifica essa afirmação. A histeria ignora a distribuição dos nervos, e por isso não simula paralisias periférico-medulares ou paralisias em projeção; não conhece o quiasma óptico, e, por conseguinte, não produz hemianopsia. Ela toma os órgãos pelo sentido comum, popular, dos nomes que eles têm: a perna é a perna até sua inserção no quadril, o braço é o membro superior tal como aparece visível sob a roupa. Não há motivo para acrescentar à paralisia do braço a paralisia da face.¹⁰

Ora, aqui não fica senão patente que Freud está entrando num campo outro com relação à medicina de sua época. Trata-se agora de *conceitos*: o conceito de perna, o conceito de braço, e assim por diante. Numa paralisia orgânica a estrutura do sintoma está subordinada à estrutura mesma do corpo enquanto organismo biológico; na histeria os sintomas não funcionam do mesmo modo, revelando que sua origem não reside em lesões ou disfunções orgânicas. É graças a esse diagnóstico diferencial que Freud pode dirigir-se definitivamente à psicologia; para dizer com Forest, “nesse

⁶ Esta não é evidentemente uma descoberta individual do próprio Freud. Para a avaliação da importância de Charcot nesse processo (tanto da transição para a psicologia quanto para a alteração do estatuto patológico da histeria), cf. a nota necrológica que Freud lhe dedicou (Freud, 1893a).

⁷ Freud, S. (1893 [1888-93]). *Algunas consideraciones con miras a un estudio comparativo de las parálisis motrices orgánicas e histéricas*. Vol. 1 da AE.

⁸ Strachey, J. (1969a). *Nota Introductoria a “Quelques considérations pour une étude comparative des paralysies motrices organiques et hystériques”*.

⁹ Freud, S. (1983 [1888-93]), p. 206.

¹⁰ *Ibid.*

sentido, Freud leva de fato a histeria rumo à psicologia, de maneira científica, e não a partir de uma petição de princípio psicológica”¹¹. Sendo a relação entre a paralisia histérica e o corpo em que o sintoma se manifesta uma relação *de conceitos*, nada mais justo do que caracterizar a etiologia desse sintoma como *psicológica*. E é em busca dessa etiologia que Freud partirá. Ele carrega consigo o ensino de Charcot e o espanto e o maravilhamento que a hipnose lhe inculcou, porém o seu uso da hipnose não se limitará à supressão dos sintomas via sugestões, qual a escola francesa lhe ensinara: Freud tentará chegar, de início guiado e acompanhado por Breuer, aos motivos psíquicos dos sintomas histéricos, buscando compreender os mecanismos causais que subjazem a eles. Nesses anos subsequentes se verá surgir uma nova teoria explicativa das neuroses. Tais teses, as primeiras de Freud no campo da psicologia, foram chamadas, quando analisadas em conjunto, de “teoria da sedução”. É o seu desenvolvimento e estrutura que estudaremos doravante.

Uma palavra ainda acerca das citações de acima. Não é no mínimo curioso que Freud faça referência à histeria enquanto um *vero sujeito* dentro desses excertos, como se a histeria fosse uma *coisa* à parte, com vida própria? A histeria “é ignorante da ciência relativa à estrutura do sistema nervoso”, a histeria “se comporta em suas paralisias e outras manifestações como se a anatomia não existisse”, ela “ignora a distribuição dos nervos”. Não acreditamos que tal construção predicativa seja tão-somente um jogo de palavras ou um efeito fortuito de linguagem. Talvez estejamos, antes, vendo de relance que Freud está lidando com um *algo* outro: não a estrutura, impessoal, do corpo humano; tampouco a consciência ou a razão. A histeria ignora a razão humana, a ciência humana e mesmo a anatomia na qual se manifesta. Mas ela *sabe* caminhar por outras vias. Mezan, ao comentar o fato de que na histeria um braço é definido não de acordo com seu pertencimento à anatomia real, mas sim segundo noções leigas (como mostramos acima), diz: “esta forma curiosa de se determinarem as regiões corporais indica que, desde o início, a psicanálise lidará com significações e não com coisas”¹². Ora, é nesse campo, a ampla e ainda não estudada “esfera da linguagem” (e nas relações entre a linguagem e o corpo) que a histeria *sabe* caminhar. Freud terá de enveredar-se pelas mesmas vias¹³.

¹¹ Forest, F. (2010), p. 128. « En ce sens, Freud tire bien l’hystérie vers la psychologie, de manière scientifique, et non à partir d’une pétition de principe psychologique »

¹² Mezan, R. (1982). *Freud: a trama dos conceitos*, p. 6.

¹³ Nesse sentido, o comentário de Frédéric Forest é cirúrgico: « dans son article sur les paralysies hystériques, Freud remarque que les hystériques font comme si elles n’avaient aucune connaissance de l’anatomie. Finalement, Freud imitera ces hystériques » (Forest, 2010, p. 122).

Em um artigo publicado em 1893 (mesmo ano, portanto, da publicação da *Comunicação preliminar*, de autoria conjunta com Breuer), Freud trouxera à luz o que ele denominou uma “cura pela hipnose”¹⁴. O que essa publicação traz de novo é a suposição de que há “ideias antitéticas” e que uma “contravontade” se exerce à revelia da vontade consciente da histérica: no caso analisado, a mulher quer amamentar seu filho, mas a contravontade atua na contramão, fabricando sintomas para que não o faça. Assim, duas ideias contrárias entre si (querer amamentar x não amamentar) coexistem e tentam ganhar para si (expungar, poder-se-ia dizer num vocabulário bélico¹⁵) a consciência e a conduta da doente. Uma dessas ideias havia sido “inibida”, para usar a palavra empregada por Freud (no caso, a ideia de “não amamentar”), mas mesmo assim continuou a existir. Surge então publicada pela primeira vez a analogia com o mundo mitológico:

A pergunta acerca do que ocorre com as intenções inibidas parece carecer de sentido para a vida ideativa normal. Poderíamos ser tentados a responder que elas simplesmente não existem. O estudo da histeria mostra que, não obstante, estão presentes, ou seja, que a correspondente alteração material se mantém; são armazenadas, têm uma insuspeitada existência em uma espécie de reino das sombras, até saírem à luz como maus espíritos e se apoderarem do corpo que ordinariamente está a serviço da predominante consciência do eu.¹⁶

Fatos importantes: anunciação de um local fora da consciência em que tais “intenções inibidas” são armazenadas (ou seja, prenúncio do conceito de inconsciente), e o uso já substantivado do pronome “eu”.

Se nesse artigo Freud mostrara a atuação de forças conflitantes dentro da mente da histérica, é no seu livro *Estudos sobre a histeria*, escrito em conjunto com Breuer, que ele explicitará uma primeira teoria da etiologia da histeria de maneira mais minuciosa.

Uma nota prévia antes de adentrarmos esse livro: os *Estudos* são um livro fragmentado, isto é, composto por partes assaz distintas entre si, ainda que com mútuas relações lógicas e conceituais. Refiro-me ao fato de que, apesar de haver sido escrito em parceria com Breuer, apenas a primeira parte (denominada *Comunicação preliminar*) foi escrita a quatro mãos: seguem-se então relatos clínicos (o primeiro, o de Anna O., redigido por Breuer, e os quatro restantes por Freud), uma parte

¹⁴ Freud, S. (1892-3). *Un caso de curación por hipnosis*. Vol. 1 da AE.

¹⁵ O léxico bélico muito se adequa ao funcionamento do inconsciente, cujas artimanhas podem ser interpretadas, por vezes, como um ardiloso manual de uma *ars bellica* anímica.

¹⁶ Freud, S. (1892-3), p. 161.

teórica (de autoria solitária de Breuer) e, por fim, um texto que, apesar de ser teórico, tem maiores preocupações em expor a nova práxis clínica intitulada “método catártico” (redigido somente por Freud). Esses fatos seriam menos importantes caso não se manifestassem diferenças conceituais marcantes entre o texto teórico de Breuer e o texto final de Freud. E, mais do que isso: a *Comunicação preliminar* já havia sido publicada dois anos antes da publicação do livro completo e continha um teor altamente breueriano, por assim dizer – em seu texto que fecha o livro, por sua vez, Freud faz considerações bastante críticas a conceitos expostos ali mesmo, no início do livro, de modo que está inscrita dentro do próprio livro a marca da diferença de pensamento entre os dois autores. Tendo isso sido dito, tracemos um itinerário: primeiramente, tentemos compreender a teoria exposta na *Comunicação preliminar*, com a ajuda de citações dos casos clínicos mesmos, para, em seguida, nos voltarmos ao texto freudiano final, onde se reconsiderarão conceitos e se aprofundará a teoria da memória.

Nesse primeiro capítulo dos *Estudos*, Freud e Breuer nos expõem, primeiramente, uma ampliação do conceito de trauma. Se Charcot e sua escola já haviam postulado que haveria histerias causadas por traumas, Freud e seu mestre anunciam que *toda histeria seria traumática*:

*Nossas experiências nos mostraram que os mais variados sintomas, que são ostensivamente espontâneos e, como se poderia dizer, produtos idiopáticos da histeria, mantêm com o trauma ocasionador um nexos tão estrito como os fenômenos aos quais acabamos de fazer alusão, e que exibem a conexão causal de maneira mais bem clara.*¹⁷

Os sintomas podem “fazer alusão” ao trauma de um modo bastante claro, mas também pode haver formas bem mais obscuras com que o sintoma alude a ele. “Em outros casos o nexos não é tão simples; consiste somente em um vínculo por assim dizer simbólico entre a causa precipitante e o fenômeno patológico – uma relação tal como as pessoas saudáveis formam nos sonhos”¹⁸. Enxerga-se, pois, a possibilidade de um sintoma ter um nexos “por assim dizer” *simbólico* com sua causa.

Mas compreendamos melhor a ampliação aí operada do conceito de trauma. De acordo com os autores, uma situação pode ser *em si* traumática, mas seu caráter traumático pode ser devido, também, às condições anímicas do sujeito que a vivencia. Aqui, entra em jogo o conceito, caro a Breuer, de “estados hipnóides” – estados diferenciados de consciência nos quais o sujeito se comporta tal qual em uma hipnose, sendo bastante sugestionável e pouco podendo gozar de sua faculdade

¹⁷ Freud, S. e Breuer, J. (1893), p. 30.

¹⁸ *Id.*, p. 31.

crítica. Nesses estados hipnoides, fatos que para a consciência normal não seriam traumáticos ganham esse colorido e passam a funcionar enquanto tais. Além do trauma propriamente dito e dos estados hipnoides, arguem os dois, pode igualmente haver uma somação de diversos “traumas parciais”, que, juntos, ocasionam o surgimento da neurose.

Ocorre, todavia, que esse trauma não é *atual*, isto é, ocorreu recentemente. A pesquisa através do método hipnótico mostra que os traumas ocorreram sempre no passado. Trata-se, portanto, de *memórias*. Assim, a teoria de Freud e Breuer da etiologia traumática da histeria é também uma teoria da memória. Esclareçamos:

No entanto, o nexos causal entre o trauma psíquico determinante e o fenômeno histérico não é de uma natureza que implique que o trauma meramente atua como um *agent provocateur* na liberação do sintoma, que passa a levar uma existência autônoma. Devemos antes asseverar que o trauma psíquico – ou mais precisamente a lembrança do trauma – atua como um corpo estranho que muito depois de sua entrada deve continuar a ser considerado como um agente que ainda se acha em ação.¹⁹

Donde a famosa afirmação de que “*os histéricos sofrem principalmente de reminiscências*”²⁰. Lança-se mão então de uma primeira teoria da memória, cujo objetivo é explicar justamente como é possível que lembranças de tão longa data possam exercer esse efeito patológico. Tal teoria da memória é, rigorosamente falando, uma teoria de *duas* classes de memórias. A primeira engloba aquelas recordações que estão sujeitas “ao processo de desgaste ao qual, afinal de contas, vemos todas as nossas recordações sucumbirem”²¹; a segunda é de fato um tipo de memórias que, além de não serem alteradas com o tempo, continuam a atuar fora da consciência. Há de haver algo, portanto, que diferencie essas duas classes mnêmicas. Eis a noção, fundamental para o presente livro, de *abreação*: “o esmaecimento ou a perda de afetividade de uma lembrança depende de vários fatores. O mais importante destes é *se houve uma reação energética ao fato que provoca uma emoção*”²².

É desse modo que o conceito de trauma ganha contornos mais concretos e definidos. Segundo os autores, quando o sujeito presencia um fato que provoca uma *emoção*, o natural é que haja uma reação a tal fenômeno. Essa reação pode ser motora (com atos de vingança, por exemplo, ou mesmo lágrimas) ou verbal (com uma resposta por palavras à altura). O problema é quando essa reação, esperada, não ocorre: “se a reação for reprimida, a emoção permanece vinculada à lembrança”²³. E,

¹⁹ *Id.*, p. 32.

²⁰ *Id.*, p. 33.

²¹ *Id.*, pp. 33-4.

²² *Id.*, p. 34.

²³ *Ibid.*

mais adiante, “se não houver tal reação, quer em ações, quer em palavras, ou nos casos mais benignos por meio de lágrimas, qualquer lembrança do fato retém sua tonalidade afetiva”²⁴. Tal a definição de trauma: um fato ao qual o sujeito não pôde abreagir da maneira que lhe seria esperado. Sem essa abreação, a emoção que o fato surtiu no sujeito permanece vinculada à memória do fato, pois nada se fez a respeito dela. Apresenta-se então a tese de que essas lembranças permanecem ativas – porém fora da consciência do sujeito (“fora da lembrança dos pacientes quando num estado psíquico normal”²⁵). Linhas adiante, os autores rematam: “só podemos buscar o fundamento disso em que tais lembranças hão de estar eximidas dos processos de desgaste que examinamos acima. De fato, demonstra-se que *essas lembranças correspondem a traumas que não foram suficientemente abreagidos*”²⁶.

Eis, pois, resumida, a primeira teoria de Freud e Breuer acerca da etiologia da histeria. As causas precipitantes dos sintomas histéricos são memórias de fatos que não foram abreagidos – de traumas, portanto. O sintoma tem um nexó lógico com essas memórias, e esse nexó pode ser *simbólico*. Assim, vê-se que, desde 1893, pelo menos, a noção freudiana nascente de *símbolo* está já vinculada à de *energia*, pois que é por conta de uma quantidade de energia (afeto) não abreagida que um símbolo (o sintoma) deverá emergir. Fique claro, entretanto, que aqui ainda a energia em questão não é *interna* ao organismo ou ao sujeito, mas sim provinda de fora – trata-se de uma quantidade de excitação com a qual o organismo tem de lidar. Vemos também, portanto, ser definido sem o seu nome o conceito de *princípio de constância*: a função do organismo é a de descarregar, eliminar e, termo talvez mais interessante, anular a quantidade de excitação. A doença chamada histeria surge justamente quando essa anulação não ocorre no momento mesmo em que ocorre o fato.

Ao longo dos seus relatos clínicos, Freud faz observações teóricas importantes. Algumas delas introduzem até mesmo conceitos novos, se se tiver como termo de comparação a *Comunicação preliminar*. Ali ele retoma conceitos já explicitados, mas os amplia e acrescenta novos termos²⁷. Encontramos no miolo do livro, por exemplo, enunciados já alguns dos conceitos que se tornariam dos mais importantes para a teoria freudiana:

O momento genuinamente traumático é aquele no qual a contradição se impõe ao eu e este resolve expulsar a representação contraditória. Tal repulsão não a aniquila, mas meramente a reprime ao inconsciente. Quando esse processo ocorre pela

²⁴ *Ibid.*

²⁵ *Id.*, p. 35.

²⁶ *Ibid.*

²⁷ Os termos acrescentados não são de fato “novos”, pois que em 1894 Freud já publicara um primeiro artigo sobre as “neurpsicoses de defesa”. Nós dissertaremos sobre esse artigo na próxima seção deste capítulo.

primeira vez, estabelece-se um centro nuclear e de cristalização para que se forme um grupo psíquico divorciado do eu.²⁸

Aqui é dada como tarefa do eu expulsar a “representação contraditória”. Essa expulsão é uma verdadeira repressão em direção ao inconsciente. Algumas páginas à frente, num outro caso clínico, Freud expõe o *mecanismo* e o *motivo* dessa divisão da consciência. “O motivo era o de *defesa*, a recusa por parte de todo o eu da paciente em se relacionar com esse grupo representacional. O mecanismo era o de *conversão*, isto é, em lugar das dores anímicas que ela havia evitado emergiram as dores corporais”²⁹. Ora, a histeria é aqui descrita como uma neurose de defesa, e seu mecanismo formador de sintomas é nomeado: trata-se da conversão. Aquilo que se converte é uma quantidade de excitação psíquica, rumo à esfera corpórea:

[...] consideramos os sintomas histéricos como os efeitos e os resíduos de excitações que atuaram sobre o sistema nervoso como traumas. Resíduos desta natureza não permanecem pendentes quando a excitação original foi descarregada por abreação ou atividade do pensamento. [...] Agora estamos habituados a verificar na histeria que uma parte considerável dessa ‘somação de excitação’ do trauma é transformada em sintomas puramente somáticos. É esta característica da histeria que por tanto tempo atrapalhou o seu reconhecimento como uma perturbação psíquica.³⁰

Assim, está explicitada a primeira teoria de Freud da histeria: trata-se da passagem de uma “somação de excitação” do psíquico para o somático, num verdadeiro processo de defesa por parte do eu. O eu se defende de uma representação contraditória, à qual não pôde abreagir em seu momento original de ocorrência.

Mais uma observação antes de passarmos ao texto de Freud que fecha o livro: no curto relato do caso da garota chamada Katharina³¹ (que não é verdadeiramente um caso clínico – no sentido *estrito* do termo –, mas apenas uma conversa altamente instrutiva com uma garota perto de um hotel situado em uma montanha onde Freud passava as férias³²), Freud afirma: “com frequência havíamos comparado [Breuer e eu] a sintomatologia histérica com uma escritura pictográfica que se tornava inteligível após a descoberta de algumas inscrições bilíngues”³³. A partir desta e de outras afirmações

²⁸ Freud, S. (1895b), *Miss Lucy R*, p. 139. Por essa e outras citações fica claro o fato de que é o conceito de *contradição* – ou de *conflito*, a bem dizer – o conceito mais basal das teorias freudianas, presentes quase que desde o início de sua teorização sobre as neuroses (cf. a noção de “ideias antitéticas” ou de “contravontade”, expostas acima).

²⁹ Freud, S. (1895a), p. 179.

³⁰ Freud, S. (1895c). *Frau (Señora) Emmy von N*. Vol. 2 da AE, p.105.

³¹ Freud, S. (1895d). *Katharina*. Vol. 2 da AE.

³² “Fiquei interessado em constatar que as neuroses podiam florescer a uma altura superior a 2000 metros” (Freud, 1895d, p. 141).

³³ *Id.*, p. 144.

se pode arguir sem muitas dúvidas que, se nos é lícito usar o termo, já se trata de uma *hermenêutica*. Os sintomas são aquilo que deve ser interpretado pelo médico, à luz da terapia investigativa do método catártico. Estamos defronte a duplas inscrições: uma, na superfície, muito visível para nós na arfante pulsação chamada sintoma, encarada enquanto *símbolo* (involuntário, não o esqueçamos) da outra inscrição, a inscrição de memórias de traumas no inconsciente.

A parte final dos *Estudos* é um capítulo de Freud consagrado à psicoterapia da histeria (e esse é de fato o seu nome)³⁴. Capítulo deveras importante para a compreensão do desenvolvimento das teses freudianas: além de expor as minúcias do método, confeccionado em conjunto com Breuer, com um relato detalhado das suas dificuldades, virtudes e problemas, Freud também agrega conceitos a essa exposição, conceitos que podem ser chamados de inéditos.

Em primeiro lugar, releemos o destaque dado por Freud à etiologia *sexual* da histeria (ponto de polêmica e conflito entre os dois autores do livro). Freud ainda não especifica como ou por que a vida sexual jaz na origem de todo sintoma histérico, mas aí ele é categórico e afirma que as representações contraditórias reprimidas pelo eu têm sempre conteúdo sexual. Será em seus artigos sobre neuropsicoses de defesa, a neurose de angústia e a paranoia que ele exporá com maiores detalhes não só o conteúdo dessas representações insuportáveis como os diversos mecanismos que diferenciam uma doença de outra. Fiquemos, assim, com a seguinte observação: já nos *Estudos* Freud afirma a universal etiologia sexual da histeria, sem entrar em maiores detalhes acerca disso.

Em segundo lugar, recordemos dois conceitos apresentados por Freud nesse seu texto de encerramento que estão entre os mais importantes para a práxis clínica: o de *resistência* e o de *transferência*. Justiça seja feita: aqui o conceito de resistência tem muito mais desenvolvimento e tem uma definição muito mais “psicanalítica” do que o de transferência, que aparece ainda em estado embrionário³⁵. Com relação à transferência, Freud compreende desde já a importância da figura do médico para o tratamento, deixando claro então que a psicoterapia não é um método impessoal de tratamento de uma doença. Os mais diversos sentimentos que o paciente pode ter pelo médico são referidos: estima, confiança, desconfiança, raiva, e assim por diante. Esses sentimentos fazem parte, diz Freud, do percurso do tratamento – não estão fora dele, mas constituem parte essencial do andamento, sempre cambaleante, tanto da investigação quanto da almejada cura.

Quanto à resistência, temos não um conceito embrionário, mas sim uma noção concreta: ao longo dos tratamentos empreendidos, Freud diz haver encontrado uma força *contrária* ao método, que fazia com que ele tivesse de muito insistir e empreender esforços para que o tratamento tivesse

³⁴ Freud, S. (1895e). *Sobre la psicoterapia de la histeria*. Vol. 2 da AE.

³⁵ O motivo disso não pode ser outro: Freud ainda não dispõe de uma teoria da sexualidade infantil e das fantasias inconscientes, substrato conceitual *sine qua non* da teoria psicanalítica da transferência.

continuidade. Essa força contrária ao tratamento viria dos próprios pacientes, estaria, por assim dizer, dentro deles – ela teria como objetivo fazer oposição ao esforço analítico de tornar conscientes as ideias patogênicas inconscientes³⁶. No texto Freud passa a enunciar diversas maneiras com que essa resistência se manifesta: “a persistência da resistência do doente se mostra no fato de que os nexos se interrompem, as soluções deixam de aparecer, as imagens são recordadas indistinta e incompletamente”³⁷. Outra manifestação importante da resistência é uma espécie de inversão de valia: aquilo que é mais importante se apresenta, na consciência, nos detalhes mais frívolos ou mais indiferentes o possível.

Informações importantíssimas soem vir anunciadas como sendo adornos supérfluos, tal qual o príncipe disfarçado de mendigo na ópera. “Agora me ocorreu algo, mas nada tem a ver com o assunto. Estou apenas lho dizendo porque você deseja saber tudo”. Assim introduzida, no mais das vezes chega logo a solução por tanto tempo ansiada; sempre aguço os ouvidos quando escuto os pacientes falando com tanto menosprezo de algo que lhes ocorreu.³⁸

E Freud completa: “disso se pode inferir em que consistiu o processo de defesa: em tornar fraca a representação, em roubar-lhe o afeto”³⁹. Ora, vemos introduzida, portanto, uma tese fundamental para a teoria freudiana das neuroses: a ideia de que é a mesma força que está em jogo tanto na defesa quanto na resistência. Assim, é nesse jogo de forças que a psicoterapia opera – confrontando-se com a resistência, sempre. Tenhamos em mente novamente o fato de que é na atuação das forças que algo como um símbolo vem à luz: o príncipe só necessita disfarçar-se de mendigo para que não seja percebido. É na dinâmica da força que o símbolo tem sua condição de possibilidade. E destaquemos, também, o ceticismo com que Freud encara então a teoria de Breuer dos estados hipnoides: de fato, o que Freud sugere é que se estenda o conceito de *defesa* para toda histeria e que, se há histerias hipnoides, nem por isso seu fator primário deixa de ser a defesa⁴⁰. Ora, nessa argumentação freudiana queda claro que a divisão da consciência na histeria não é uma sua qualidade primária, por assim dizer, mas sim o *resultado* de uma operação do eu: a expulsão de uma representação contraditória rumo ao inconsciente. Não é que um “estado hipnoide” determine a qualidade da representação (enquanto traumática, por exemplo), mas sim que é perante uma contradição que o eu tem de se haver. Se se lembra aqui da teoria das duas memórias, pode-se atestar que ela não necessariamente há de ser descartada, mas sim reelaborada: não é que haja uma diferença

³⁶ Freud, S. (1895e), p. 275.

³⁷ *Id.*, p. 289.

³⁸ *Id.*, pp. 285-6.

³⁹ *Id.*, p. 286.

⁴⁰ *Id.*, pp. 290-1.

essencial de natureza entre uma “consciência” (histórica, patológica) e outra (consciente, normal) e entre uma classe de memórias e outra – trata-se de uma diferença seja de quantidade (abreagida) seja do modo com que se lidou com a contradição e com o afeto que a manifesta para o eu. Ao criticar a teoria breueriana dos estados hipnoides, Freud está dando um passo também rumo a uma crítica da diferenciação *essencialista* entre doença e normalidade.

Nessa luta contra a força mesma da defesa, apresentada durante o curso do tratamento enquanto resistência, vão sendo desenterradas mais e mais memórias. Todo o relato de Freud sobre sua técnica gira em torno da aparição de *cenias*: sucessivas imagens mnêmicas que vão desvendando o mistério paulatinamente. E é aqui que Freud amplia e aprofunda a teoria da memória apresentada previamente na *Comunicação preliminar*. O que ele apresenta, numa frase sucinta, é que “o material psíquico de uma histeria se figura como um produto multidimensional de no mínimo uma *tripla estratificação*”⁴¹. Em seguida ele nos elucida quais são essas três dimensões com que se organizam as memórias numa histeria.

Em primeiro lugar, há um ordenamento *linear cronológico* das memórias. Existe um *núcleo* patogênico (a memória do trauma, ou do trauma mais antigo) e uma *série ordenada* de memórias parte dele, até chegar às memórias mais atuais. Ocorre que, no processo terapêutico investigativo, as memórias vão surgindo numa ordem inversa: as primeiras que aparecem são as mais recentes, e as que aparecem depois são sucessivamente mais antigas, até que se chegue à memória nuclear. Assim, é como se o método terapêutico seguisse o caminho trilhado e confeccionado pela faculdade da memória, porém *às avessas*. Donde a coloração de *mistério* que trespassa todo o processo – cada nova memória escavada é uma nova peça do quebra-cabeça, cuja parte principal se encontra, como em todo bom romance policial, justamente no final.

Uma segunda dimensão da estratificação tripla é *temática*. Nessa ordenação, as memórias estão estratificadas de modo *concêntrico* em torno ao núcleo patogênico. Freud então esclarece o mecanismo a partir do qual se organiza esse conjunto de cenias:

Não é difícil assinalar o que constitui essa estratificação, nem a magnitude crescente ou decrescente segundo a qual se produz esse ordenamento. São *extratos de resistência*, sendo esta última crescente até o núcleo, e em isso *zonas de igual alteração de consciência* dentro das quais se estendem os temas singulares. Os extratos mais periféricos contêm, de diversos temas, aquelas memórias (ou fascículos) que se recordam com facilidade e foram sempre claramente conscientes; quanto mais fundo se cava, com maior dificuldade se discernem as memórias

⁴¹ *Id.*, p. 293. Todo o conteúdo acerca da “tripla estratificação” se encontra às páginas 293-5.

florescentes, até que, na proximidade do núcleo, desemboca-se naqueles que o paciente desmente mesmo em sua reprodução.⁴²

Vemos ser novamente explicitada a conexão conceitual entre a força da resistência e o curso que o tratamento toma: ele vai sempre na contramão da resistência. Seu método e seu objetivo são, afinal, vencê-la e chegar àquelas memórias que tão-somente com suma dificuldade podem ser rememoradas.

O terceiro tipo de estratificação, argumenta Freud, é concomitantemente mais difícil de descrever e apresenta não um caráter morfológico, como os dois primeiros, mas sim *dinâmico*. Trata-se do “*ordenamento segundo o conteúdo de pensamento*, o enlace mediante os fios lógicos que chegam até o núcleo, enlace ao qual em cada passo pode corresponder um caminho irregular e de múltiplas voltas”⁴³. Aqui, já não se lida mais com uma série linear, mas sim “quebrada”, retorcida, que pode ir e voltar, desde o núcleo até a periferia, passando pelos estágios intermediários dos dois tipos prévios de estratificação. Num primeiro instante, Freud compara esse dinamismo dos “fios lógicos” ao movimento do zigzag e o diz ser análogo ao movimento quebrado do cavalo no xadrez. Mas no início do parágrafo seguinte Freud complementa:

Devo demorar-me nessa comparação por mais um momento, a fim de colocar em relevo um ponto em que ela não faz jus às propriedades do termo comparado. O nexo lógico não corresponde somente com uma linha quebrada em zigzag, mas sim melhor com um sistema de linhas ramificadas e mais particularmente a linhas convergentes. Tem pontos nodais em que coincidem dois ou mais fios, que desde aí se tornam somente um; e no núcleo desembocam por regra geral vários fios de trajetórias separadas ou que são ligados em vários pontos por conexões laterais. Para dizê-lo com outras palavras: é muito notável quão frequentemente um sintoma é *determinado de várias maneiras, é sobredeterminado*.⁴⁴

Aqui a imagem proposta é de uma ordenação múltipla, com vários pontos, fios, ligações e caminhos possíveis. Nada de ordem única ou simples: há, sem dúvida, uma primeira descrição da *complexidade* da memória. Essa complexidade é uma complexidade lógica, nela estão realçadas as características de *ramificação* e de *convergência*, isto é, tanto de aumento do número de fios através de uma separação quanto da união de um ou mais fios num ponto nodal comum. Essa complexidade da memória traz à luz também uma complexidade da determinação causal do sintoma: ele é

⁴² *Id.*, p. 294.

⁴³ *Ibid.*

⁴⁴ *Id.*, p. 295.

sobredeterminado, para usar o termo consagrado, e essa sobredeterminação do sintoma estará dentre os temas mais debatidos por Freud quando da discussão a respeito da etiologia das neuroses, revelando ser, por consequência, um dos conceitos mais importantes para que se obtenha uma maior compreensão de suas teses. Retenhamos, por fim, tanto essa tripla estratificação da memória apresentada por Freud nas últimas páginas do livro quanto a teoria das duas classes de memórias apresentadas na *Comunicação preliminar*. Elas podem ser vistas como complementares e ser-nos-ão importantes em páginas futuras deste estudo.

Entre as mais importantes reconsiderações conceituais feitas por Freud em seu *Sobre a Psicoterapia da Histeria* estão o crítico ceticismo com que se encara a teoria (de Breuer) dos estados hipnoides e o desenvolvimento da tese nascente de que não há uma diferença de natureza ou de essência entre o aparelho psíquico histérico e o normal (há uma diferença de quantidade e de como se lida com ela). Freud expõe e aprofunda, como vimos, sua teoria da memória e já usa o termo “inconsciente”. A noção de trauma (compreendida no livro como assimetria entre organismo e choque da realidade exterior⁴⁵) ganha caráter de *universalidade* (na histeria), tornando possível a crítica à teoria de Janet, que pregava uma “debilidade mental congênita” subjacente a toda histeria, que seria *par excellence* uma “*maladie par faiblesse*”⁴⁶. As histéricas não são fracas por natureza, apenas não puderam reagir, por quaisquer motivos que sejam, a quantidades excessivas que a realidade material lhes impusera. As origens de sua doença devem ser buscadas alhures. Para o Freud de 1895, devem ser buscadas em suas memórias relativas a traumas, e são compreendidas à luz dos conceitos de *defesa* e *quantidade* (abreagida ou não).

De modo rigoroso, essa primeira teoria da memória de Freud é uma teoria que versa sobre as marcas que a realidade exterior deixa no organismo humano. Nada de desejo, ainda⁴⁷. Essas marcas podem esmaecer-se – ou não. Eis a diferença entre uma memória traumática (inesquecível e imutável) e uma memória regular (esquecível e alterável). Deste modo, ao mesmo tempo em que é já uma teoria das *quantidades* que o aparelho psíquico, se é que já podemos usar esse termo, tem de administrar, é também uma teoria concomitante do trauma e da memória. Ora, queda patente o fato de que para essa teoria as quantidades a serem regidas pelo organismo não são jamais *inerentes* ou internas ao próprio organismo. Trata-se sempre de uma energia provinda de fora, manifestada no organismo sob o estado

⁴⁵ Neste estudo os termos “realidade exterior”, “realidade material” e “realidade objetiva” serão alternados, a fim de evitar uma repetição demasiada, enquanto sinônimos. São estes, de fato, os três termos utilizados por Freud sem uma distinção rigorosa para designar a realidade externa ao indivíduo, em contraposição, como veremos mais adiante, à realidade interna ao indivíduo, a chamada “realidade psíquica”.

⁴⁶ Cf. Breuer, J. (1895). *Parte teórica*, p. 240.

⁴⁷ Se há uma contraparte subjetivista a esse realismo inicial, trata-se do fato, enfatizado por Freud, de que a defesa é um ato do eu, isto é, não é somente tarefa do eu rechaçar e reprimir a representação insuportável, mas também é de sua vontade: “o não saber dos histéricos era, na verdade, um não querer saber, mais ou menos consciente” (Freud, 1895e, p. 276).

do *afeto*, que o organismo tem de abreagir. A abreação, como diz o próprio nome, é sempre *reação* – reação de acordo com a capacidade do organismo. Sendo assim, a definição de trauma estaria numa *assimetria* entre as capacidades do organismo e o efeito (aqui choque) da realidade objetiva. Uma realidade demasiado penosa – eis a origem *real* da histeria para este livro. Essa realidade marca inexoravelmente o organismo humano, a despeito das tentativas, vãs, de se livrar absolutamente dessa marca. Sem a conjugação entre afeto e ato (definição sintética de abreação), a memória restará “para sempre” no inconsciente e, assim que puder, voltará sob a forma de sintomas histéricos.

A nosografia dos primeiros artigos psicopatológicos (1894-7)

Voltará sob a forma de sintomas – sim, porém não apenas histéricos. Tal a conclusão que podemos tirar dos primeiros artigos de Freud destinados a elaborar uma teoria da etiologia das neuroses (aí inclusa a histeria, mas também a neurose obsessiva e algumas psicoses). Nesses artigos ocorre um movimento triplo: o de *universalização* da teoria da defesa, elevada ao estatuto de conceito mais basal da etiologia das psiconeuroses (ou neuropsicoses⁴⁸); o de *diferenciação* entre essas neuroses de defesa e as neuroses atuais; e o *aprofundamento e delineamento concreto* da importância etiológica da sexualidade. Ao fim de 1897, Freud já terá desenvolvido uma primeira teoria das neuroses (pré-psicanalítica, por assim dizer), não só coesa como inovadora. Nossa intenção nessa seção é a de resumir esse movimento triplo, buscando realçar os novos conceitos elaborados e em que medida eles se relacionam entre si.

Foi em seu artigo de 1894⁴⁹ que Freud enunciara as principais teses acerca da histeria que ele publicaria de forma mais minuciosa nos *Estudos*. Ali já encontramos todos os principais conceitos que estudamos linhas acima. Assim, na histeria “se apresentou ao eu uma vivência, uma representação, uma sensação que despertou um afeto tão penoso que o sujeito decidiu esquecê-lo, não confiando em poder solucionar com seu eu, mediante um trabalho de pensamento⁵⁰, a contradição que essa representação inconciliável lhe opunha”⁵¹. A estratégia empregada pela histeria é a transposição da soma de excitação da ordem do psíquico para a ordem do corpóreo – a esse mecanismo Freud dá o nome de *conversão*⁵².

⁴⁸ Mutatis mutandis, o que interessa é o radical *psyché* presente em ambos os nomes, destinado a denotar o caráter psíquico dos processos formadores de sintomas dessas doenças (à diferença das neuroses ditas atuais, em que esses processos não jazeriam no campo psíquico da vida).

⁴⁹ Freud, S. (1894). *Las neuropsicosis de defensa (Ensayo de una teoría psicológica de la histeria adquirida, de muchas fobias y representaciones obsesivas, y de ciertas psicosis alucinatorias)*. Vol. 3 da AE.

⁵⁰ Mantenhamos em mente essa importância do “trabalho de pensamento”, que será importante quando de nossa análise do *Projeto...*, de 1895.

⁵¹ Freud, S. (1894), p. 49.

⁵² *Id.*, p. 50.

A argumentação freudiana se demora um pouco neste fato: é possível que haja representações inconciliáveis cuja soma de excitação não seja convertida ao somático. Para que haja esse processo, afirma Freud, é pressuposta uma “aptidão para a conversão”, que é o fator característico da histeria⁵³. Quando esse fator por algum motivo incógnito está ausente, a situação exige que a soma de excitação não vá para o somático, mas fique retida no psíquico. Eis as condições básicas para o surgimento de uma neurose obsessiva. Nessa segunda classe de neuropsicoses “a representação agora debilitada fica segregada de toda associação dentro da consciência, *mas seu afeto, liberado, adere a outras representações, em si não inconciliáveis, que em virtude desta ‘falsa ligação’ se tornam representações obsessivas*”⁵⁴. Na neurose obsessiva, portanto, o afeto é retirado da ideia, porém, não sendo escoado por vias somáticas, adere a outras representações que mantêm com ela um vínculo próprio. Esse vínculo é formalmente idêntico ao existente entre o sintoma histérico e o seu trauma ocasionador: ele é de *analogia*, ele é *simbólico*. O segundo passo de Freud ao caracterizar a neurose obsessiva é dizer que também nela o conteúdo da representação indesejada é *sexual*, tal qual na histeria⁵⁵. Num artigo do ano seguinte⁵⁶ Freud afirma que o estado emotivo do obsessivo, ainda que pareça absurdo, sempre mostra ser *justificado* caso se chegue às suas origens reais. Assim, a representação obsessiva é um substituto das veras representações originais – que tornam *coerentes* os afetos.

As ideias substituídas têm caracteres comuns: correspondem a impressões verdadeiramente penosas da vida sexual do indivíduo, que foram esquecidas pelo sujeito com esforço. Porém somente logrou trocar a ideia *inconciliável* por outra ideia inapropriada para associar-se ao estado emotivo, que por sua vez permaneceu idêntico. É esta *mésalliance* entre o estado emotivo e a ideia associada o que explica o caráter absurdo próprio das obsessões⁵⁷

Conversão na histeria, *mésalliance* nas obsessões: são estes os processos graças aos quais os sintomas neuróticos nos parecem ser tão absurdos. Como fizera com a histeria, Freud faz com as obsessões: enxerga subjacente a elas uma *lógica*. O mecanismo que está no centro dessa lógica é também o mesmo: a *defesa* que o eu empreende contra a “contradição” que determinada representação lhe impôs.

⁵³ *Id.*, pp. 51-2.

⁵⁴ *Id.*, p. 53.

⁵⁵ Neste artigo, Freud ainda não torna universal a teoria da etiologia sexual das obsessões, diz apenas que não encontrou nenhuma outra origem para elas.

⁵⁶ Freud, S. (1895 [1894]). *Obsesiones y fobias – Su mecanismo psíquico y su etiología*. Vol. 3 da AE.

⁵⁷ Freud, S. (1895 [1894]), p. 76.

Esse poder da defesa se estende também a “certos casos de paranoia”, ainda em 1894. Freud assevera: “nos casos considerados até agora, a defesa frente à representação inconciliável acontecia mediante o divórcio entre ela e seu afeto. Mas a representação, ainda que debilitada e isolada, permanecia dentro da consciência⁵⁸”. No entanto, existe uma defesa muito mais poderosa e enérgica: “com ela o eu rejeita [*verwerfen*] a representação insuportável junto com seu afeto e se comporta como se a representação nunca houvesse existido. *Porém no momento em que isto foi executado, a pessoa se encontra em uma psicose que não admite outra classificação além de ‘confusão alucinatória’*”⁵⁹. Nesses casos de “confusão alucinatória”, portanto, o processo, também de *defesa*, seria outro, mais enérgico, mais radical, uma poderosa *rejeição* (*Verwerfung*) de certa representação advinda da realidade objetiva. Com essa defesa muito mais terrível, “o eu rompe com a representação insuportável, porém esta se entranha inseparavelmente a um fragmento da realidade objetiva”⁶⁰.

Ora, eis a base da diferenciação entre as três neuropsicoses: na histeria e nas obsessões há um divórcio entre ideia e afeto, porém na primeira a soma de excitação é convertida ao somático, ao passo que nas segundas essa soma permanece no psíquico, ligando-se entretanto a outras representações. De todo modo, o que faz a defesa nesses dois casos não é nunca sair de “dentro” do sujeito: enquanto numa o corpo é o alvo da ação defensiva, noutra é a própria vida ideacional do sujeito. Na psicose, todavia, o caso é outro, pois a expulsão da representação insuportável feita pelo eu é tão radical que ela não adere nem ao corpo nem à vida psíquico do sujeito, mas cai “fora” dele, em um “fragmento da realidade objetiva”. Essa seria, de fato, a consequência do processo de rejeição. Nota-se, portanto, uma diferenciação entre as três neuropsicoses, baseada, no entanto, em algo comum: a fundação de todas as três jaz no ato egoico denominado *defesa*⁶¹. Conversão na histeria, *mésalliance* nas obsessões, rejeição na alucinação⁶² – todas modalidades diferenciadas de lidar com a representação da qual o eu se defendeu.

Em dois artigos de 1896⁶³, Freud irá aprofundar as teses defendidas em 1894 (e em 1895, nos *Estudos*). Os dois textos são iniciados retomando seus argumentos anteriores. Diz que em 1894, com relação às neuropsicoses de defesa, dera-se-lhes tal nome “porque se obtivera para essas doenças um

⁵⁸ Podemos ver como aqui Freud não fez uso do conceito (ainda pouco delimitado) de *inconsciente*, muito embora o faria já nos *Estudos*.

⁵⁹ Freud, S. (1894), p. 59.

⁶⁰ *Id.*, p. 60.

⁶¹ Acerca desse artigo de 1894, Freud diria, em 1897, em seu sumário de seus trabalhos científicos: “a divisão da consciência da histeria não é um caráter primário desta neurose, baseado numa debilidade degenerativa, segundo assegura Janet, mas sim o resultado de um peculiar processo psíquico que é designado como ‘defesa’ e cuja presença em numerosas neuroses e psicoses, além da histeria, é demonstrada mediante análises que se comunicam brevemente” (Freud, 1897a, p. 242).

⁶² Rejeição esta que estará na base, como se verá adiante, do mecanismo de projeção, também típico dos delírios e alucinações.

⁶³ Freud, S. (1896a). *La herencia y la etiología de las neurosis*, e Freud, S. (1896b). *Nuevas puntualizaciones sobre las neuropsicosis de defensa*. Ambos no vol. 3 da AE.

ponto de vista comum, a saber, elas nasciam por meio de um mecanismo psíquico da *defesa* (inconsciente), isto é, à raiz da intenção de reprimir uma representação inconciliável que havia entrado em penosa oposição com o eu do doente”⁶⁴, e, com relação à causa comum delas, que “cada uma das grandes neuroses enumeradas tem por causa imediata uma perturbação particular da economia nervosa, e essas modificações patológicas funcionais *têm como fonte comum a vida sexual do indivíduo*”⁶⁵. Serão o processo defensivo e o conteúdo sexual das representações insuportáveis à consciência aquilo que Freud aprofundará nesses dois textos.

Se Freud já sustentara nos *Estudos* a tese de que o trauma ocasionador de uma histeria era um trauma do passado, agora, em 1896, Freud argumentará que não se trata de um momento qualquer do passado do indivíduo, e sim de sua *infância*. Ademais, o conteúdo do trauma não é um conteúdo qualquer – ele é *sexual*, já o sabemos, porém é bem mais específico do que isso. Surge então à luz a famigerada *teoria da sedução*: “*experiência sexual passiva antes da puberdade*: eis [...] a etiologia específica da histeria”⁶⁶. Tal experiência consistiria em “uma experiência precoce de relações sexuais com irritação efetiva das partes genitais, resultante de um abuso sexual praticado por outra pessoa”⁶⁷. A tese de Freud é, portanto, que todas as histéricas foram, quando crianças, abusadas, violadas ou, no mínimo, seduzidas por outrem. Essa outra pessoa é geralmente um adulto (da família), mas sói ocorrer que tenha sido um irmãozinho, também criança, porém mais velho.

Surgimento da teoria da sexualidade infantil? Nada disso – ainda estamos longe de tais hipóteses. Se um irmãozinho agride a irmãzinha mais nova, só pode ser porque também havia sido violado previamente: “o fato mesmo de que tais agressões sexuais ocorram em uma idade tão terna parece denunciar a influência de uma sedução anterior, da qual a precocidade do desejo sexual seria a consequência”⁶⁸. Esse quadro de fenômenos é a base a partir da qual surgem as neuroses obsessivas, argumenta Freud. “Na neurose obsessiva se trata, ao contrário, de um acontecimento que causou prazer, de uma agressão sexual inspirada pelo desejo (no caso do garoto) ou de uma participação com gozo nas relações sexuais (no caso da garota)”⁶⁹. A neurose obsessiva e a histeria aparecem, portanto, como dois polos opostos: passividade nesta – atividade naquela. Porém a atividade da neurose obsessiva é fruto de uma passividade anterior, isto é, de uma sedução previamente sofrida pelo sujeito.

Freud elenca três estágios do desenvolvimento de uma neurose obsessiva. Diz que num primeiro momento (“período da imoralidade infantil”) ocorrem os eventos que irão desencadear futuramente a neurose: primeiro uma sedução sofrida passivamente, depois agressões sexuais ativas,

⁶⁴ Freud, S. (1896b), p. 163.

⁶⁵ Freud, S. (1896a), p. 149.

⁶⁶ *Id.*, p. 151.

⁶⁷ *Ibid.*

⁶⁸ *Id.*, p. 155.

⁶⁹ *Id.*, p. 154.

que são repetições das violações sofridas. Num segundo momento, chegada a puberdade, as memórias referentes às agressões são rechaçadas e recriminadas – forma-se um “sintoma defensivo primário”, que pode ser, por exemplo, “escrúpulos de consciência moral, vergonha, desconfiança de si mesmo”. Há aparência de normalidade, mas o gérmen da neurose está plantado. No terceiro período, o da doença propriamente dita, “se singulariza pelo *retorno das memórias reprimidas*, vale dizer, pelo fracasso da defesa”⁷⁰. Assim, o campo das obsessões estaria vinculado justamente com o da moralidade, pois que o obsessivo sentiria uma espécie de culpa *a posteriori* por atos agressivos e sensuais que ele cometera durante a infância. E a conclusão do argumento é a seguinte: “as memórias reanimadas e as recriminações formadas a partir delas nunca ingressam inalteradas na consciência; o que se torna consciente como representação e afeto obsessivos, substituindo a memória patológica na vida consciente, são *formações de compromisso* entre as representações reprimidas e as repressoras”⁷¹. Notas importantes: já estamos defronte ao famoso *retorno do reprimido* e, sempre de mãos dadas com ele, o florescimento das *formações de compromisso* entre duas classes de forças (as que reprimem e as do que é reprimido). Novamente a formação de *alusões e símbolos* tem como pano de fundo um jogo complexo de forças contrárias entre si.

Páginas depois, Freud explica sua tese acerca da paranoia: ela seria uma “psicose de defesa”, isto é, também emergiria pautada na “repressão” de representações insuportáveis, porém por um caminho próprio, diverso das outras duas doenças⁷². Também na paranoia emergem “cenas”, mas não no estado de memórias, e sim de alucinações, e Freud teoriza: “essas alucinações não eram nada senão fragmentos tomados do conteúdo de vivências infantis reprimidas, sintomas do retorno do reprimido”⁷³.

Ao fim do artigo, Freud propõe uma comparação entre neurose obsessiva e paranoia: na neurose obsessiva há recriminações feitas ao próprio eu do sujeito (elas aparecem, sabe-se bem, desviadas das representações originais). Na paranoia, ao contrário, a recriminação aparece sob uma outra forma:

Na paranoia, a recriminação é reprimida por um caminho que se pode designar como *projeção*, já que se erige o sintoma defensivo da *desconfiança aos outros*; com isso, o sujeito deixa de reconhecer a autoacusaçãõ; e, como compensação disso, fica privado de proteção contra as autoacusações que retornam dentro das ideias delirantes⁷⁴

⁷⁰ Freud, S. (1896), p. 170.

⁷¹ *Ibid.*

⁷² *Id.*, p. 175.

⁷³ *Id.*, p. 180. Eis novamente o retorno do reprimido, o que nos permite traçar o comentário de que nessa época Freud utilizava os termos *repressão* e *defesa* quase que como sinônimos.

⁷⁴ *Id.*, p. 183.

Assim, acerca da paranoia, notamos três coisas; em primeiro lugar, o surgimento oficial do conceito de *projeção*, que ganhará bastante importância dentro da teoria psicanalítica; em segundo lugar, o fato de que a projeção é um “caminho” com que a recriminação é *reprimida* – vemos, pois, que mais uma vez, assim como já víamos com a *rejeição*, a projeção é subordinada, lógica e cronologicamente, à defesa; e, em terceiro, o apontamento (nada distante da análise de 1894) de que a representação (que fora antes *rejeitada*)⁷⁵ é jogada, na paranoia, para fora do sujeito, aqui não simplesmente num fragmento da realidade objetiva, mas sim em outros seres humanos.

Essas análises, como se pode ver, centram-se na elucidação do processo de *repressão*. Elas mostram o conteúdo específico das representações a que o eu se sente impelido a reprimir. Uma referência fundamental, que não há de haver passado despercebida ao leitor, é a referência à *puberdade*, que aqui aparece como ponto-limite ou divisor de águas. Como para o Freud de 1896 a infância seria um momento de “imoralidade” e de ausência de sexualidade, uma sedução sofrida em tenra idade *não poderia ter ainda um colorido traumático*. O sujeito-criança não teria a capacidade de compreender a ação sexual enquanto sexual, e portanto o abuso não seria sentido enquanto tal. É por conta do advento da puberdade que a memória terá efeito patogênico: “graças à mudança devida à puberdade, a memória ganhará um poder que faltou totalmente ao acontecimento mesmo; *a memória funcionará como um acontecimento atual*. Há, por assim dizer, *ação póstuma de um trauma sexual*”⁷⁶. Existiria uma proporção inversa entre a vivência mesma e os contornos que a memória dessa mesma vivência ganharia no futuro – essa assimetria seria a condição psicológica da repressão: “a vida sexual oferece – a partir do retardo da maturação púbere com relação às funções psíquicas – a única possibilidade que se apresenta para essa inversão da eficiência relativa. *Os traumas infantis produzem efeitos retardados [nachträglich] como vivências frescas, mas então os produzem inconscientemente*”⁷⁷. Tem-se, por conseguinte, um novo elemento na teoria freudiana da memória e do trauma. Esse novo elemento é a ligação conceitual entre memória e trauma: a atuação em dois tempos da representação patogênica, sendo a puberdade o ponto de virada entre um tempo e outro. A série que se enuncia é, portanto, a de experiência – marca mnêmica – puberdade – efeito traumático *a posteriori*.

Nessa primeira teoria freudiana da etiologia das neuroses não só a experiência passiva de um ato sexual não teria, quando de sua ocorrência, o significado traumático ocasionador da doença – também um *ato*, qual seja, uma experiência ativa, não o teria *a priori*. A neurose obsessiva, cuja causa

⁷⁵ Rejeita-se, logo, uma representação insuportável para depois se a projetar em outros seres humanos.

⁷⁶ Freud, S. (1896a), p. 153.

⁷⁷ Freud, S. (1896b), p. 168, nota de rodapé.

está nesses atos agressivos infantis, também se enquadra numa etiologia traumática da sedução. O irmão agressor não possuiria *a priori* o desejo de agredir: “o garoto repetia sempre e sem inovação sobre a garota as mesmas práticas que havia sofrido de uma servente ou de uma governanta”⁷⁸. Trata-se de um ciclo de violência, repetição e trauma. Ressalte-se que aqui o “desejo sexual” aparece como um “corpo estranho” à infância, como que encapsulado pela ação de um outro que já atingiu a idade suficiente para que o desejo exista. Ele vem de fora e torna precoce a atividade sexual da criança.

Esse mecanismo psíquico subjacente às neuropsicoses pode estar ausente, todavia, de outra classe de neuroses. É o que Freud encontra naquilo que ele denomina as *neuroses atuais*. Nessa classe estariam a neurose de angústia e a neurastenia. O termo “atual” refere-se ao fato mesmo de que não há um conflito psíquico centrado numa memória (portanto de um fato passado), mas sim a uma ou mais ocorrências atuais da vida do sujeito. “Também *a neurose de angústia é de origem sexual* até onde posso ver, porém não se reconduz a ideias extraídas da vida sexual: carece de mecanismo psíquico em sentido próprio. Sua etiologia é a acumulação da tensão sexual”⁷⁹.

Um exemplo interessante de diferenciação nosográfica empreendida por Freud nesses seus artigos consiste na divisão entre fobias componentes de neuroses obsessivas e fobias componentes de neuroses de angústia. Aparentemente, tratar-se-ia do mesmo fenômeno (fobia), portanto da mesma etiologia. Mas Freud vê entre as duas fobias diferenças substanciais:

A concordância reside em que aqui como ali uma representação se torna compulsiva pelo enlace com um afeto disponível. O mecanismo da *translação do afeto* vale então para ambas as variedades de fobia. Porém nas fobias da neurose de angústia: 1) este afeto é monótono (de um só tom), é sempre o da angústia, e 2) não provém de uma representação reprimida; em vez disso, revela-se pela análise psicológica que *não é suscetível de ulterior redução, assim como não é combatível mediante psicoterapia*. Portanto, o mecanismo da *substituição* não vale para as fobias da neurose de angústia.⁸⁰

A citação é clara: na neurose de angústia a fonte do conflito “não é combatível mediante psicoterapia”, pois que ela não jaz no âmbito psíquico da vida do sujeito. Pelo contrário: ela não *pôde* chegar ao psíquico. “A neurose de angústia é criada por tudo aquilo que mantém a tensão sexual somática afastada da esfera psíquica, por tudo o que interfere em sua elaboração psíquica”⁸¹.

⁷⁸ Freud, S. (1896a), p. 152.

⁷⁹ Freud, S. (1895 [1894]a), p. 82.

⁸⁰ *Id.*, p. 97

⁸¹ Freud, S. (1895f), p. 124.

Haveria vários motivos para essa acumulação de tensão sexual. Em se tratando da neurose de angústia, Freud divide os casos entre homens e mulheres: para mulheres, angústia virginal, angústia das recém-casadas, angústia das senhoras cujo marido mostra *ejaculatio praecox* (ou com pouca potência), angústia daquelas cujo marido pratica o *coitus interruptus* ou *reservatus*, angústia das viúvas ou abstinentes voluntárias, e angústia da menopausa; para homens, angústia dos abstinentes voluntários, angústia dos homens com excitação frustrada, angústia daqueles que praticam o *coitus interruptus*, angústia da senectude⁸². Ou seja, trata-se sempre de *excitação sexual que não chegou ao ápice* (o prazer psíquico)⁸³.

Chegamos, pois, a uma primeira teoria freudiana das neuroses, que divide as afecções nervosas em duas classes principais: as (psico)neuroses de defesa, em que o processo psíquico intitulado *repressão* é central, e aí se enquadram a histeria, a neurose obsessiva e a paranoia; e as neuroses atuais, em que não há conflito psíquico, mas sim puramente somático, categoria na qual se encontram a neurose de angústia e a neurastenia. Fato importante é a gradual *universalização* do conceito de *inconsciente*: se nos *Estudos* primeiro se conceitua uma “divisão da consciência” para em seguida se chegar a um processo psíquico de defesa que opera uma separação entre representações egoicas e não-egoicas, separação esta que aparenta limitar-se à classe das histerias, ao longo dos artigos de 1894 a 1896 Freud operacionaliza uma ampliação do alcance do conceito de repressão e, portanto, do de inconsciente (enquanto local psíquico no qual as representações sufocadas são alojadas à força). Esse inconsciente ainda não é entendido enquanto sistema (ou melhor, suas “leis de funcionamento” ainda não foram enumeradas, tampouco analisadas com minúcia), mas ele não é uma característica apenas da histeria. A teoria já permite afirmar, em verdade, que onde há essa defesa há também inconsciente. Esse processo defensivo ainda é *patológico*, qual seja, só é enxergado em doenças nervosas, mas o seu conceito mesmo já compreende, em si, a condição de possibilidade de sua própria universalização total.

Antes de passarmos ao nosso breve resumo do *Projeto*, façamos ainda mais alguns apontamentos referentes à *complexidade* da etiologia das neuroses, segundo o Freud desses mesmos artigos. Havendo “descoberto” que experiências, seja da infância, seja da vida atual do indivíduo, são as causas eficientes das mais diversas neuroses, Freud está se contrapondo ao seu próprio mestre, com quem aprendera os mistérios e as belezas da hipnose poucos anos antes, Charcot. Para a escola de Charcot, é a hereditariedade a causa principal dessas afecções: mais do que isso, ele propunha mesmo o conceito de *familie névropatique*, conjunto de seres humanos ligados por consanguinidade

⁸² *Id.*, pp. 100-3. Para a neurastenia, Freud afirma que é o onanismo (excessivo) a causa eficiente – de acordo com ele uma fonte diferente de acúmulo de tensão, que gera também sintomas diferentes.

⁸³ Poder-se-ia dizer que para o Freud de 1894-7 (e quem sabe se não para toda a vida?) a receita segura da ausência de angústia seria: para mulheres, o pleno gozo; para homens, a plena potência.

que compartilhariam, além das características mais óbvias, também a disposição genética para a histeria⁸⁴.

Freud não chega nunca a propor que a hereditariedade esteja ausente enquanto causa das neuroses, mas já não a aceita enquanto causa única ou principal. Já em 1895 ele expõe aquilo que chama de “equação etiológica”, uma equação cujos fatores, juntos, propiciariam e causariam uma neurose. Ele os enumera em a) condição, b) causas específicas, c) causas concorrentes, d) causa desencadeadora⁸⁵. Não precisamos deter-nos com detalhes nas especificações conceituais dessas diversas classes de causas, mas notemos tão-somente que é numa ação entrecruzada e conjunta de vários fatores que uma doença seria capaz de surgir. Nessa forma de enxergar a causação das neuroses, a hereditariedade perde o valor que tinha de acordo com a escola de Charcot; ela se torna um fator dentre outros, de importância igual ou mesmo maior. Ela é uma “condição”, mas sem as outras causas não é capaz de ocasionar a histeria, por exemplo. Além disso, é condição, mas não condição indispensável, pois pode estar ausente de diversos casos⁸⁶.

Essa complexidade da etiologia espelha conceitualmente uma outra complexidade, que já vimos enunciada nos *Estudos*: a complexidade da memória. Ela continua valendo nos artigos em questão. Sendo a teoria da sedução também uma teoria da memória, a complexidade da causação da doença é simultaneamente uma complexidade da faculdade do recordar. Numa conferência de 1896 intitulada *A etiologia da histeria*, após haver aventado um exemplo simples da ação *a posteriori* de um trauma, Freud afirma:

Todos os exemplos reais são incomparavelmente mais complicados: uma única comunicação prolixa demandaria todo o tempo desta conferência. A cadeia associativa sempre consta de mais de dois elos; as cenas traumáticas não formam nexos simples, como as pérolas de um colar, mas sim nexos ramificados, ao modo de uma árvore genealógica, pois à raiz de cada nova vivência entram em vigor duas ou mais vivências anteriores, como memórias; em suma: comunicar a resolução de um único sintoma na verdade coincide com a tarefa de expor um histórico clínico completo.⁸⁷

Tal a complexidade do sistema de memória que Freud já expusera nos *Estudos*: relações cruzadas entre representações, ramificações, nós, divisões, sínteses... Aqui é a metáfora da árvore genealógica que entra em ação, porém não se trata de uma árvore qualquer, pois de cada cena

⁸⁴ Cf. Freud (1893a).

⁸⁵ Freud, S. (1895f), pp. 134-5.

⁸⁶ *Id.*, p. 136.

⁸⁷ Freud, S. (1896c), p. 196.

descoberta pelo processo investigativo ganha-se acesso a duas ou mais memórias, “e, por sua vez, destas partem cadeias colaterais cujos distintos elos talvez estejam associativamente enlaçados com elos da cadeia principal. Realmente não é ruim aqui a comparação com a árvore genealógica de uma família cujos membros, ademais, se casaram entre si”⁸⁸.

A exposição de um único caso significaria a utilização de horas e horas de conferência, e a análise de um único sintoma exigiria a análise do caso por completo: aqui a relação entre a parte e o todo é bem diversa de uma simples hierarquia, pois que as *relações* entre as partes, componentes mesmas do todo, são relações que se entrecruzam; haveria, pois, relações de relações entre as memórias. A rede de memórias é feita por essas relações à primeira, à segunda (e às terceiras, quartas...) potências: uma memória atrai outras, dá acesso a outras e revela uma nova relação com memórias já descobertas. Freud aqui não concebe um limite ontológico da representação (como fará mais tarde), mas já se depara com a proliferação, a propagação, a difusão, a profusão (e quantos outros termos símiles houver) das representações e de suas relações. Analisar uma neurose de defesa é como adentrar um labirinto.

Memória e desejo no Projeto

Sabe-se bem do alvoroço que a descoberta de um vetusto manuscrito das mãos mesmas de Freud provocou nos círculos analíticos em 1950. Intitulado *Entwurf einer Psychologie* pelos seus editores⁸⁹, ele dava testemunho da gênese de alguns dos mais importantes conceitos da psicanálise. Tentaremos elencar e analisar aqui alguns desses conceitos, dando mais realce, entretanto, aos conceitos de *memória* e *desejo*, que têm grande importância no corpo do texto do *Projeto*⁹⁰ e que são mais importantes para este estudo. De todo modo, pensamos ser mais do que razoável seguir o conselho de Strachey quando ele diz que “o *Projeto* deve continuar sendo o que é: uma obra inacabada, rejeitada por seu criador”⁹¹. Se o *Projeto* é testemunho ocular das origens da psicanálise, ele não deixa de ser também o testemunho cabal das suas origens *abandonadas*: importa mais o fato de que ele foi abandonado do que seu conteúdo em si. Esse conteúdo nos dá mostras das hipóteses com que Freud trabalhava, como que paralelamente, quando da escritura de seus primeiros artigos sobre as neuroses de defesa. Essas hipóteses, qual os primeiros parágrafos do *Projeto* nos mostram, são de caráter científico, neurológico. Com efeito, Freud queria fundar uma psicologia científica

⁸⁸ *Id.*, p. 197. Para Freud até mesmo as memórias cometem incesto!!

⁸⁹ Freud, S. (1950 [1895]), vol. 1 da AE. A tradução literal seria “Projeto de/a uma Psicologia”. A tradução espanhola (*Proyecto de Psicología*) é, assim, mais coerente do que a brasileira (*Projeto para uma Psicologia Científica*), que é uma tradução literal do nome dado, em inglês, por Strachey. Mas importa, antes, o fato de que o manuscrito *não tinha nome*.

⁹⁰ Como ele será por nós doravante chamado.

⁹¹ Strachey, J. (1969b), p. 336.

baseada nas últimas descobertas da histologia. Todavia *ele não a fundou*, eis o fato inapelável. Nossa hipótese é a de que a vontade mesma de Freud há de ser respeitada: se o *Projeto* se encontra hoje dentro de suas obras é mais pela intromissão xereta de seus comentadores do que por escolha própria. Esse manuscrito tão fundamental quanto enfastante foi de tal modo *investido de importância* que tomaremos como missão *ressaltar as diferenças entre o esquema teórico nele apresentado e a teoria verdadeiramente psicanalítica, forjada por Freud nos anos seguintes*. Mas primeiramente devemos apresentar alguns dos conceitos nele desenvolvidos.

Neurônios e quantidade de excitação: tais os dois conceitos-base com que Freud construirá seu incompleto edifício teórico do *Projeto*. Existem células nervosas e elas podem ser investidas de uma energia ou transmiti-la entre si – não se sabe que energia é essa, qual sua natureza, tampouco se conhecem ferramentas para medi-la; mas ela existe e é quantificável. É a partir dessas hipóteses básicas e de suas descobertas clínicas que Freud deseja erigir uma psicologia científica.

Logo no início queda clara a importância da função da *memória*. “Uma das principais características do tecido nervoso é a memória, isto é, em termos muito gerais, a capacidade de ser permanentemente modificado por ocorrências únicas”⁹². O nosso sistema nervoso não existe à maneira de certos corpos que após um movimento ondulatório retornam a ser o que eram, sem modificação. A superfície aquosa ao receber um choque produz ondas, mas em seguida retorna ao seu estado anterior. A memória é a negação disso – é o fato de que *marcas da realidade material* se imprimem inexoravelmente em nosso organismo. A importância da memória no *Projeto*⁹³ é tão ressaltada a ponto de ali se ver escrito: “toda teoria psicológica digna de consideração terá que fornecer uma explicação para a ‘memória’”⁹⁴.

A explicação dada aí por Freud se inicia com uma distinção, fundamental, entre duas classes de neurônios. Essa distinção é baseada no fato de que há neurônios que ficam permanentemente modificados pela passagem de excitação proveniente do exterior, ao passo que, concomitantemente, novas excitações encontram a mesma recepção quando chegam ao organismo. Ou seja, há de haver dois sistemas diferenciados, um para a percepção, outro para a memória⁹⁵. Aqui vemos enunciado o princípio assaz fundamental para a psicanálise que reza que a função da percepção é não só apartada da memória como executada por um sistema próprio, diferente do desta. No *Projeto*, essa diferença funcional se encarna numa divisão entre neurônios: uns, permeáveis, são os da *percepção* (neurônios ϕ); outros, impermeáveis, são os da *memória* (neurônios ψ).

⁹² Freud, S. (1950 [1895]), p. 343.

⁹³ E, diríamos nós, na primeira teoria de Freud como um todo.

⁹⁴ *Ibid.*

⁹⁵ *Ibid.*

Admitindo a hipótese de que entre neurônios existe uma barreira de contato, que propicia, ou não, passagens de quantidades entre eles, Freud enuncia então que os neurônios ψ “ficam permanentemente alterados pela passagem de uma excitação”, e que “as suas barreiras de contato ficam em um estado permanentemente alterado”⁹⁶. Essa alteração das barreiras de contato ψ consiste no fato de elas se tornarem mais capazes de condução: “designaremos esse estado das barreiras de contato como grau de *facilitação*. Pode-se então dizer que *a memória está representada pelas facilitaões existentes entre os neurônios ψ* ”⁹⁷. Quando os neurônios da memória são afetados pelos fenômenos materiais, eles mudam permanentemente, fazendo com que *caminhos mnêmicos* sejam construídos, com que *vias de facilitação* se erijam. Ou seja, uma vez percorrido um caminho entre neurônios, esse itinerário fica *facilitado*, e quando da ocorrência de novos fenômenos ele será mais uma vez ativado. Essa ativação é a memória propriamente dita. Mas a memória não pode ser explicada somente pelo conceito de *facilitação*:

Em relação à passagem de uma excitação, a memória é evidentemente uma das forças determinantes e orientadoras em relação à via que adotam as excitações, e, se a facilitação fosse idêntica em todos os sentidos, não seria possível explicar por que motivo uma via teria preferência sobre outra. Por isso, pode-se dizer de maneira ainda mais correta que *a memória está representada pelas diferenças de facilitação entre os neurônios ψ* .⁹⁸

Assim, pelo fato de o organismo ser alterado pelas passagens de quantidade, cada caminho, por meio de repetições, vai ganhando uma *primazia sui generis*; essa primazia é estabelecida, falando em termos neurônicos, pelas diferenças de facilitação entre os neurônios. O caminho que as excitações seguirão será estabelecido através dessa diferença.

Explicitada assim uma primeira explicação da memória em termos neuronais, Freud nos expõe mais algumas das hipóteses básicas com que trabalha no *Projeto*. Às páginas 356-7, ele anuncia um princípio norteador de toda a atividade do organismo, aquilo que se convencionou intitular ulteriormente *princípio do prazer*: qual seja, evitar o desprazer, buscar o prazer⁹⁹. Aqui, no *Projeto*, esse princípio parece estar identificado com um outro princípio: o de eliminar ou descarregar toda

⁹⁶ *Id.*, p. 344.

⁹⁷ *Ibid.*

⁹⁸ *Id.*, pp. 344-5.

⁹⁹ Antes disso, ele havia enunciado a existência de um terceiro tipo de neurônios, os neurônios ω , que seriam os responsáveis pela *consciência*. Assim, consciência e percepção, embora relacionadas, não são um mesmo sistema. Os neurônios ϕ funcionariam à espécie de *filtros*, a partir de cuja ativação apenas alguns estímulos seriam percebidos; desses estímulos, alguns receberiam *qualidades* e seriam captados pela consciência (pp. 352 ss.). Não nos deteremos muito na questão da consciência no *Projeto*, cuja importância não pode por nós ser subestimada, mas que não nos interessa muito neste estudo em específico.

energia que chegar ao sistema. Nessa conjuntura, os neurônios ψ seriam de algum modo especiais, pois teriam contato tanto com a energia provinda do exterior (mediante a comunicação com os neurônios ϕ), quanto com a energia provinda do interior do organismo. “O que sabemos a respeito dos estímulos *endógenos* se pode expressar na suposição de que são de natureza intercelular, que se produzem de forma contínua e que só periodicamente se transformam em estímulos psíquicos”¹⁰⁰. Sendo contínuos, não podem ser eliminados completamente, o que significa que o quantum de energia deverá ser mantido constante, de acordo com o princípio do prazer, porém não poderá ser nulificado de maneira absoluta. Ou seja, o sistema nervoso complexo, que tem a tarefa de lidar também com estímulos provindos do próprio organismo no qual está instalado, deverá sempre lidar com algum quantum de energia.

Os estímulos endógenos estão ligados, no *Projeto*, às *necessidades* do organismo: fome, sede, descanso, sexo. Quando um estímulo endógeno se torna um estímulo psíquico, é porque uma necessidade se fez urgir. Assim, evitando-se o desprazer e buscando-se o prazer, duas experiências ganham proeminência no funcionamento do organismo: a de dor¹⁰¹ e a de satisfação. Foquemo-nos na vivência de satisfação por ela nos ser mais importante, como se verá. Quando nos neurônios ψ se sentem os estímulos endógenos, digamos, da necessidade a que chamamos *fome*, o organismo é impelido a fazer cessar essa fome (e a fazer cessar essa estimulação, portanto). Para que isso ocorra, algo deverá ser feito. A esse algo Freud dá o nome de *ação específica*. No entanto, no início da vida um ser humano nada pode fazer para findar seu apetite, e necessita, assim, de uma ajuda externa. Através de um grito, choro, ou algo do tipo, o bebê faz com que um outro perceba o estado de ânsia em que se encontra. Esse outro se acerca dele e lhe dá de comer. Assim é uma vivência de satisfação¹⁰².

Esse tipo de experiência trará consequências de extrema importância para o desenvolvimento do organismo, sobretudo graças às alterações causadas nos neurônios ψ . Essas alterações são três: primeiramente, há uma descarga de estímulos que faz com que cesse o desprazer sentido no sistema ω ¹⁰³; em segundo lugar, há um investimento neuronal (formação de imagens mnêmicas) que corresponde à percepção do *objeto* (que auxiliou o bebê a comer); e, por último, há um investimento neuronal que corresponde aos atos reflexos operados para que ocorresse a ação específica. Com tudo isso, forma-se uma nova e importantíssima facilitação que conecta essas três alterações¹⁰⁴.

¹⁰⁰ *Id.*, p. 360. Eis a definição de pulsão, que, porém e muito significativamente, não chega a ter importância tão fundamental neste texto.

¹⁰¹ Sabemos que *dor* e *desprazer* não estão identificados no *Projeto*. Porém não nos alongaremos nisso, visto não ser estritamente necessário para o nosso estudo.

¹⁰² *Id.*, p. 362.

¹⁰³ Aqui já vemos *desprazer* ser equivalido a um acréscimo de estimulação, concepção que Freud manterá por toda a sua vida.

¹⁰⁴ *Id.*, p. 363.

Essa classe de facilitações (as geradas pelas experiências de satisfação) são aquelas que dão origem aos estados de *desejo* (eis sua importância explicitada). Quando a estimulação endógena é novamente sentida em ψ , esses caminhos facilitados serão novamente ativados. O desejo, no *Projeto*, tem caráter compulsivo: “o estado de desejo causa uma espécie de *atração* positiva pelo objeto desejado, ou, mais precisamente, pela sua imagem mnêmica”¹⁰⁵. Tendo passado pela primeira vez por uma vivência de satisfação, o organismo compulsivamente irá guiar-se sempre pelas representações mnêmicas dela originadas, por conta das facilitações erigidas. Notemos, portanto, que no *Projeto* o conceito de *desejo* está intimamente vinculado ao de *memória*: o desejo é antes de tudo um estado de atração por imagens mnêmicas de uma categoria bem específica.

Sendo essa atração *compulsiva*, algo ocorrerá quando da primeira ativação desse estado volitivo chamado desejo. As imagens mnêmicas serão revividas como se fossem reais, pois não haveria nenhuma barreira para a reativação, na percepção, dessas representações: “não tenho a menor dúvida de que no primeiro caso essa ativação de desejo produza algo idêntico a uma percepção – ou seja, uma *alucinação*”¹⁰⁶. Eis a teoria daquilo que poderíamos denominar *alucinação primária*, experiência na qual se revivem, diretamente na percepção, as imagens mnêmicas oriundas das primeiras descargas de *satisfação* de uma necessidade. Essa revivência é, por assim dizer, a experiência do idêntico ou da *identidade* na fenomenologia do desejo.

Essa reanimação de representações mnêmicas no campo da percepção não trará nenhuma satisfação ao bebê, pois que não fará cessar de modo algum o aumento de estímulos endógenos. Deste modo, ele terá novamente de *fazer algo* para que isso ocorra. Com esse ciclo de desprazer, alucinação, aumento do desprazer, ação específica (e assim por diante), o organismo irá aprender pela experiência a *inibir* essa reanimação alucinatória. Para que seja dificultada a passagem de quantidade para os neurônios perceptivos com relação à experiência de satisfação (o que causaria uma alucinação) ou à dor (o que geraria desprazer), há de haver uma *organização* que seja responsável por essa inibição. Tal organização se chama “eu” (*das Ich*)¹⁰⁷.

Haveria, pois, uma divisão entre dois tipos de processos psíquicos: nos primeiros haveria alucinação, enquanto no segundo haveria inibição. Eis elaborada a teoria da divisão entre processos psíquicos em “primários” e “secundários”. O eu é a organização destinada a diferenciar entre a *ideia* (imaginária) do objeto desejado e a *percepção*, no caso da emergência de um estado volitivo. Precisa, para isso, usar as “indicações de realidade” provenientes do sistema ω .

¹⁰⁵ *Id.*, p. 367. O caso da experiência de dor é similar, porém às avessas: as facilitações que são feitas têm como centro um *objeto hostil*, que doravante será evitado por meio de uma aversão involuntária.

¹⁰⁶ *Id.*, p. 364.

¹⁰⁷ *Id.*, p. 368.

Chamamos *processos psíquicos primários* o investimento de desejo, levado ao ponto da alucinação, e a completa produção do desprazer [...]; em compensação, chamamos *processos psíquicos secundários* aqueles outros que são possibilitados somente por um bom investimento do eu e que constituem versões atenuadas dos mencionados processos primários. A condição dos segundos é, como se vê, uma valorização correta dos *signos de realidade objetiva*, só possível com uma inibição pelo “eu”.¹⁰⁸

Assim, o eu funciona como uma organização mediadora entre o sistema perceptivo (ϕ) e o sistema mnêmico (que está em ψ). É dele a tarefa de se *defender* das representações que gerariam desprazer ou alucinação. É dele, também, portanto, a tarefa da repressão¹⁰⁹. Vemos elaborada aqui uma noção capital para a psicanálise, qual seja, a distinção entre processos psíquicos primários e secundários. Embora essa elaboração não esteja em nível embrionário, também não está de todo modo completa, pois que se pode notar que no *Projeto* os processos primários são como que substituídos pelos secundários, e não continuam a existir mesmo quando da existência de um eu. Eles são o investimento de desejo, levam à alucinação – isto é, são coisa que deve ser combatida.

Páginas adiante, Freud elabora uma teoria do *pensamento*, dissertando sobre sua relação com a *memória* e a importância dessas funções egoicas para a representação “realista” da realidade. O pensamento, sempre no início com atributos utilitários (como prelúdio à ação específica), visa ao estabelecimento de uma identidade entre a memória e a percepção, identidade esta que *não existe* (ou seja, que os signos de realidade provenientes de ω dizem não existir no momento). “A diferença entre a *representação* e a percepção recém-chegada dá origem, então, ao processo de pensamento, que chegará ao seu fim quando, por uma via que se haja descoberto, os investimentos perceptivos se convertam em investimentos representacionais. Com isso se terá obtido a *identidade*”¹¹⁰. Assim, o pensamento enquanto “prelúdio da ação” é uma forma de *lidar com a diferença*.

Aqui surge também de maneira originária a teoria freudiana do *reencontro do objeto*: nunca se encontra o objeto, este está sempre perdido, trata-se sempre de reencontrá-lo. E se na fenomenologia do desejo explicitada no *Projeto*, sempre guiada pela reminiscência deixada pelo objeto perdido, a alucinação representa a experiência da identidade, o pensamento representa a experiência da diferença.

Vemos, portanto, como no *Projeto* diversos dos conceitos freudianos mais fundamentais são já expostos com certa minúcia: a organização psíquica chamada *eu*, os princípios de prazer e de

¹⁰⁸ *Id.*, p. 372.

¹⁰⁹ No *Projeto*, em consonância com a teoria da sedução, a repressão se faz às representações vinculadas a experiências penosas, não às vinculadas a experiências de satisfação (p. 367).

¹¹⁰ *Id.*, p. 409.

constância, os processos primários e secundários, a noção de desejo, a noção de perda do objeto¹¹¹... Trata-se a um só tempo de um texto revelador e abandonado: sabe-se em que medida Freud cuidará de manter essas hipóteses, modificando, entretanto, a linguagem com que as explicita. Abandona-se o *Projeto*, abandonam-se os neurônios.

Ademais, devemos ressaltar, aí a noção de *desejo* está fundamentalmente erigida sobre o paradigma da *fome* (os exemplos auferidos são sempre os da criança faminta), não o da sexualidade. De fato, a própria sexualidade é elencada, ao lado da fome, da sede e do descanso, entre as “necessidades básicas”. Sua grande diferença reside no fato de que na puberdade os instintos são ativados e, assim, certas memórias ganham *nachträglich* um novo colorido (traumático)¹¹² – e vemos enunciada a mesma teoria dos artigos de 1894-7 e dos *Estudos*. Se podemos concordar com Simanke quando ele afirma que “a sexualidade que esta teoria [da sedução] propõe é ainda uma sexualidade sem desejo”¹¹³, devemos-lhe acrescentar que o desejo que essa teoria propõe é ainda um desejo sem sexualidade propriamente dita. Aparentemente já está tudo aí: a busca pelo retorno do objeto no campo representacional, a alucinação primária, processos primários e secundários... Mas o estado de desejo ainda é como que subordinado ao funcionamento do sistema ψ , ou seja, à memória. Mantenhamos em mente, pois, esses dois fatos: que no *Projeto* o desejo é desejo sem sexualidade e que epistemologicamente o conceito de desejo é subordinado ao de memória, não podendo ser concebido sem este. A memória, porém, é concebida mui facilmente sem o desejo, aparecendo logicamente antes deste no corpo do texto.

A fantasia, finalmente?

Fato: entre 1893 e 1897 Freud elaborou uma teoria coerente da etiologia das neuroses. Dividiu-as em neuroses de defesa e neuroses atuais, afirmou que a sexualidade estava na base de ambas as classes de doenças, porém de maneiras bem distintas, e elaborou uma série de teses acerca do mecanismo de repressão (aqui ainda equivalido ao de defesa). As neuroses de defesa são afecções plenamente *psíquicas*, têm como causa principal núcleos especiais de *memórias*, grupos de representações que foram reprimidas e que, forçando seu ingresso na consciência, entram em conflito com a força mesma que as reprimiu. Nesse embate de forças, emergirá o sintoma enquanto *símbolo* involuntário e enquanto *formação de compromisso*. Pequeno resumo da primeira teoria freudiana das

¹¹¹ E poderíamos acrescentar: o sonho como realização de desejo (p. 385), além da reapresentação da teoria da sedução pautada nas noções neurológicas apresentadas antes (com algumas novidades, como o enunciado de que os processos formadores de sintomas na histeria são processos primários, deslocamentos formalmente idênticos aos que ocorrem nos sonhos, p. 397).

¹¹² No *Projeto*, essa teoria pode ser encontrada à página 403.

¹¹³ Simanke, R. (2009), p. 65.

neuroses. Em 1897, porém, um abalo. Eis que surge à francesa um novo elemento em que Freud insiste bastante em suas cartas a Fliess: a fantasia¹¹⁴. Do início de abril ao fim de maio deste ano, ao menos quatro cartas se ocupam dessa coisa nova e intrigante, que parece lançar nova luz aos enigmas da histeria.

A 6 de abril Freud lhe diz: “o ponto que, para mim, permanecia obscuro na solução da histeria está na descoberta de uma nova fonte a partir da qual surge um novo elemento da produção inconsciente”. E completa: “o que tenho em mente são as fantasias históricas que, habitualmente, segundo me parece, remontam a coisas ouvidas pelas crianças em tenra idade e compreendidas somente mais tarde”¹¹⁵. Em que medida essas fantasias, “novo elemento da produção inconsciente”, elucidam alguns dos mistérios da histeria? Freud o explica em cartas posteriores.

A 2 de maio, ele enuncia:

[...] pela primeira vez consegui um vislumbre coerente a respeito da estrutura da histeria. Tudo desemboca na reprodução de cenas, algumas das quais se pode reconstituir diretamente, mas outras, sempre é preciso examiná-las mediante as fantasias construídas à sua frente. As fantasias derivam de coisas que foram *ouvidas*, mas compreendidas *posteriormente*, e todo o seu material, naturalmente, é verídico. São edifícios protetores, sublimações dos fatos, embelezamento dos mesmos e, ao mesmo tempo, servem como autoabsolvição.¹¹⁶

Eis-nos novamente defronte à teoria da memória e das *cenar*s que emergem durante o tratamento psicoterápico. Agora, porém, um novo elemento é dado às mãos do médico: construções fantasísticas que são erigidas *à frente* dessas cenas. A analogia espacial é sobretudo importante: as cenas, conjuntos de imagens mnêmicas, existem *antes* das fantasias; estas, por sua vez, estão *à frente* daquelas, servem como edifícios *protetores*, embelezam fatos, sublimam-nos e absolvem o sujeito de atos que ele não está disposto a admitir que cometeu.

¹¹⁴ Esse elemento é inédito do ponto de vista de uma vera conceituação, pois antes já fizera ao menos duas aparições marginais, sem o seu nome oficial, *Phantasie*, de fato. Num artigo de 1893, Freud tratara de um exemplo fictício de um homem que sofrera um trauma físico. Nesse caso, há um período de incubação, após o qual vêm os delírios e a repetição da cena traumática, e, “se se tratar de um caso típico, pode suceder que lhe sobrevenham uns ataques peculiares, que o indivíduo, depois de uma aura, desfaleça repentinamente, fique muito agitado e se torne delirante; e se falar nesse delírio, talvez se deduza que em seu interior se repete a cena do acidente, talvez adornada com diversos fantasmas [*Phantasme*]” (Freud, 1893b, p. 30). E, no segundo artigo sobre as neuropsicoses de defesa, de 1896, ele afirmara em nota de rodapé: “até mesmo conjecturo que as tão frequentes invenções [*Dichtung*, também “criações poéticas”] de atentados às quais as históricas soem entregar-se são uns inventos compulsivos que partem do rastro mnêmico do trauma infantil” (Freud, 1896b, p. 165). Ou seja, a ideia de que “criações inventivas” são *adornos* que partem das imagens mnêmicas do trauma já existia antes das cartas que se analisarão adiante. No entanto, como se pode notar, apareceram de modo marginal, sem aprofundamento nem mesmo inserção concreta dentro da teoria.

¹¹⁵ Freud, S. (1897b), p. 285.

¹¹⁶ Freud, S. (1897c), p. 288.

No chamado *Manuscrito L*, espécie de adendo à carta de 2 de maio, Freud aprofunda um pouco esse conceito nascente de fantasia. Diz ele que o objetivo do tratamento “parece ser o de chegar às cenas primárias. Às vezes isto se consegue de maneira direta, outras vezes somente por um caminho indireto, via fantasias. Pois as fantasias são fachadas psíquicas edificadas para bloquear o acesso a essas lembranças”¹¹⁷. E Freud complementa: “[as fantasias] são feitas de coisas que são *ouvidas* e são utilizadas *subsequentemente*; assim, elas combinam coisas que foram vivenciadas e coisas que foram ouvidas, acontecimentos passados (da história dos pais e dos ancestrais) e coisas que a própria pessoa viu”¹¹⁸.

Essa ideia parece estar ganhando contornos cada vez mais *refinados* na mente de Freud, pois a 25 de maio em nova carta ele reafirma:

As fantasias originam-se de uma combinação inconsciente, de conformidade com determinadas tendências, de coisas vivenciadas e ouvidas. Essas tendências são no sentido de tornar inacessível a lembrança da qual emergiram ou poderiam emergir os sintomas. As fantasias são construídas por um processo de amálgama e distorção análogo à decomposição de um corpo químico que está combinado com outro. Pois o primeiro tipo de distorção consiste numa falsificação da memória por um processo de fragmentação, no qual especialmente as relações cronológicas são postas de lado. (As correções cronológicas parecem justamente depender da atividade do sistema da consciência).¹¹⁹

Paremos por um instante e analisemos com um pouco mais de cuidado os termos utilizados por Freud nessas cartas. Ele parece ter-se dado conta de que algumas das narrativas das histéricas não tinham o caráter próprio da memória: algumas delas são fantasias e merecem um estudo próprio (acerca de sua função e de seu mecanismo de formação). A função e a formação dessas fantasias estão intimamente relacionadas: elas servem para *bloquear* o acesso às memórias patogênicas, elas tratam de torná-las *inacessíveis*; para isso, servem-se de meios algo ardilosos como o *embelezamento* e *sublimação* de fatos. Esses mecanismos de formação são *distorções*, processos de amalgamações de elementos *verídicos*, que todavia são *falsificados* com a finalidade supracitada (de bloquear o acesso a lembranças). Esses elementos que jazem na origem das fantasias são elementos da ordem do sensível: ou são coisas que o sujeito, em idade tenra, *viu*, ou são coisas que ele *ouviu*.

Há diante de nós, por consequência, uma teoria que capta no *empírico* e no *real* o substrato da fantasia, que enxerga esse novo elemento da produção inconsciente enquanto uma construção de

¹¹⁷ Freud, S. (1897d), p. 289.

¹¹⁸ *Ibid.*

¹¹⁹ Freud, S. (1897e), p. 293. Entre os parênteses, espécie de prenúncio da tese da *atemporalidade* do inconsciente.

falsidades. A fantasia teria como origem elementos reais, advindos da experiência sensível do sujeito, mas ela seria justamente a falsificação desses fatos mediante distorções e embelezamentos. São falsas e distorcidas, mas não só isso: têm como função precisamente encobrir e bloquear o acesso às representações verdadeiramente importantes, as memórias inconscientes que são o real núcleo patogênico da histeria. A fantasia, aqui, é o irreal, o falso, o falsificado, o distorcido, que serve como anteparo ao verdadeiro, ao real, ao original.

Ainda não temos o abalo. Temos, antes, um novo conceito inserido nas malhas conceituais da teoria da sedução, que já se encontrava em certo sentido pronta. Essa teoria não mudou com o conceito recém-chegado; um novo constructo, apenas, foi inserido em sua lógica prévia. No *Projeto*, o conceito de memória é condição lógica do de desejo; nessas cartas, ele é condição lógica do conceito de fantasia.

A fantasia, finalmente

O abalo virá no mesmo ano, porém alguns meses adiante – é o que Assoun apelida “a crise decisiva de onde sairá a psicanálise”¹²⁰. A 21 de setembro, Freud revela a Fliess: “[...] confiar-lhe-ei imediatamente o grande segredo que lentamente comecei a compreender nos últimos meses. Não acredito mais em minha *neurótica*”¹²¹. Por meses, diz-nos ele, isso se debate em seu interior. Fatídicas, as constatações da famosa *Carta 69*: Freud não crê mais em sua teoria das neuroses, edificada durante os últimos quatro anos. Essa descrença dirigida às próprias teses tem quatro motivos. Primeiramente, é apontado um motivo prático, clínico: pessoas debandaram por falta de êxito; houve ausência de êxitos completos; comumente surgiu a possibilidade de explicar êxitos parciais por critérios mais comuns. Em segundo lugar, Freud argumenta que, caso toda histérica houvesse sido realmente molestada durante a infância, isso significaria que a perversão teria de ser muito mais frequente do que a histeria, que a ampla maioria dos progenitores deveria ser perversa, o que contraria dados empíricos.

O terceiro motivo é de longe o que mais nos interessa, pois se trata de uma constatação fundante da metapsicologia freudiana: “em terceiro lugar, a descoberta comprovada de que, no inconsciente, não há indicação da realidade, de modo que não se consegue distinguir a verdade da ficção que está investida com afeto”¹²². Ponto capital da teoria freudiana: no inconsciente basta que uma representação seja *investida* de energia para que ela *surta efeito*, porque tenha o estatuto de uma *Wirklichkeit*, para usar o termo alemão. A “verdade” é na citação de Freud compreendida como sendo

¹²⁰ Assoun, P.-L. (1980). *Freud et Nietzsche*. « La crise décisive d'où sortira la psychanalyse » (p. 32)

¹²¹ Freud, S. (1897f), p. 301.

¹²² *Id.*, pp. 301-2.

o correlato representacional de um fato material, qual seja, representa *um fato que realmente ocorreu*; porém nas caldeiras do inconsciente pouco importa se algo ocorreu ou não – importa que a representação esteja investida de afeto. “No inconsciente não há indicação de realidade” – novamente temos o termo “realidade” em um certo sentido “materialista” (sendo o *real* e o *material* como que equacionados). Aqui já se pode notar a que ponto uma terminologia *positiva, empirista* não é capaz de expressar o que ocorre dentro do inconsciente. Embaralham-se as categorias de “ficção” e de “verdade”, e abre-se o caminho para a exploração teórica dos conceitos de fantasia e de *realidade psíquica* em toda sua plenitude.

O quarto motivo também merece atenção, porquanto diz respeito tanto aos limites clínicos do nascente método psicanalítico quanto aos limites ontológicos da ferramenta maior deste método, a interpretação. Freud afirma que nem mesmo nas psicoses mais profundas a memória inconsciente pode vir à tona, de modo que nem nessas doenças as mais explícitas “o segredo das experiências infantis” pode ser revelado. Se o inconsciente não consegue “superar a resistência do consciente”, o inverso também é válido: o consciente não pode dominar completamente o inconsciente¹²³. Sempre haverá núcleos representacionais inexplorados e inatingidos pela análise. Os motivos dessa inalcançabilidade de determinados conteúdos do inconsciente ainda não são explicitados, porém já é trazido à luz um *limite* constituinte da própria psicanálise enquanto método e saber.

Esses dois argumentos são de extrema potência e nos parecem marcar uma virada conceitual implacável. De um lado, a apreensão de que a realidade objetiva, *conquanto tenha efeitos no inconsciente* (e efeitos dos mais importantes), não recebe aí um *signo* que lhe garanta a autenticidade ou a originalidade. No inconsciente é outra coisa que está em jogo. E se Freud desejava cavucar a subjetividade histórica até o seu âmago, até o seu núcleo mais profundo, eis que barreiras imponentes se lhe aparecem, que tornam determinadamente impossível tal empreitada.

E eis que as fantasias com toda sua eloquência e toda sua riqueza inexaurível surgem a todo vapor. Sejamos sinceros, porém: trata-se de uma aparição cambaleante. No percurso epistolar Freud-Fliess há não um caminho simples, retilíneo, rumo a descobertas dantes inauditas, mas sim um itinerário repleto de idas e vindas, avanços e retrocessos, de forma que mesmo após a *Carta 69* Freud volve a falar de memórias, traumas e fatos reais que jazeriam na origem dos sintomas. Mas quando as fantasias entram em cena, é para não sair nunca mais.

Assim, já nos adiantando um pouco, a 16 de janeiro de 1899, Freud inicia um argumento dizendo que “algumas outras coisas de menor importância vieram à luz”, e logo anuncia que coisinhas seriam essas:

¹²³ *Id.*, p. 302.

Por exemplo, que as dores de cabeça históricas baseiam-se numa analogia, na fantasia, que iguala ambas as extremidades do corpo. Pelos aqui e ali – bochechas [Backen] e nádegas [Hinterbacken] – lábios [Lippen] e lábios vaginais [Schamlippen, ‘lábios de vergonha’] – boca = vagina, de forma que um ataque de enxaqueca pode ser utilizado para representar um defloramento forçado, e assim toda a doença vem a figurar uma realização de desejo.¹²⁴

Fato notório: aparece novamente a cena de um “defloramento forçado” (cena de sedução), mas este é *representado* na *fantasia* mediante analogias linguísticas. Não necessariamente *houve realmente* uma defloração forçada, mas não é isso o que realmente importa – e sim as analogias estabelecidas *no* campo fantasístico e a importância etiológica desse conjunto de fatores. Aqui, não é mais uma memória que subjaz a um sintoma. A fantasia tomou a vez da memória enquanto conceito clínico norteador.

Na mesma carta, Freud narra o caso de um homem rico de cerca de sessenta anos de idade que tem uma *liaison* com uma jovem (fogosa, que “tem de quatro a seis orgasmos durante um só coito”). Ele interpreta: “é evidente que o velho produz efeitos com a possível identificação com o pai de grande potência da infância, sendo assim capaz de fluidificar a libido ligada a fantasias. Instrutivo!”¹²⁵. Deveras instrutivo, caro Freud, deveras instrutivo! O que aqui o objeto erótico (o homem idoso) faz com o sujeito é atraí-lo *graças ao conteúdo de uma fantasia inconsciente*, ou seja, a jovem estaria com o idoso não pelo que ele é, mas pelo que representa em consonância com fantasias infantis suas. Abre-se assim a possibilidade da conceituação de uma intersubjetividade imanente à estrutura mesma das fantasias: o outro que consta em minha fantasia – de que ordem é ele? Numa teoria da memória, como é a teoria da sedução, o outro surge como um agente de atos *materialmente reais*. Numa teoria da fantasia, ele pode surgir como agente de muitas outras coisas. Ele pode surgir inclusive enquanto outro sujeito desejante.

Na *Carta 105*, também de 1899, porém de 19 de fevereiro, Freud enuncia explicitamente que um sintoma é uma realização de desejos (tal qual fizera no *Projeto*). Todavia aqui as coisas se tornam mais complicadas, pois se trata de uma realização dupla, contraditória de desejos: realiza-se um desejo inconsciente, mas também se realiza um desejo do “pensamento repressor”¹²⁶. Em seguida se afirma:

¹²⁴ Freud, S. (1899a), p. 319.

¹²⁵ *Id.*, p. 320.

¹²⁶ Freud, S. (1899b), pp. 320-1.

Com esta chave se abrem muitas portas. Você sabe, por exemplo, por que X. Y. padece de vômitos histéricos? Porque ela na fantasia está grávida, porque em sua insaciabilidade não pode prescindir de ter um filho de seu último amante, existente na fantasia, também. Porém deve também vomitar porque com isso passará fome e emagrecerá, perderá sua beleza e não será mais atraente para ninguém. Assim, o sentido do sintoma é um par contraditório de realizações de desejo.¹²⁷

Sim, muitas portas de fato, Freud. Portas, janelas, frestas, vitrais, postigos, portilhas, claraboias, e tanto mais houver de buracos por onde se possa espiar. Novamente se vê um ganho em complexidade: o sintoma tem seu *sentido* num “par contraditório de realizações de desejo”, e um desses desejos (o desejo *primeiro*, contra o qual a repressão se esforçará por lutar) se encontra precisamente *dentro*, se assim podemos nos expressar, da fantasia.

Trata-se, pois, de *coisas da maior importância*: a descrença na primeira *neurótica* é a preparação do terreno para a real entrada em cena das fantasias e um reordenamento das peças-conceito dentro do jogo no tabuleiro-teoria. Se antes no *Projeto o desejo* era subordinado à memória, e nas cartas antecedentes a *fantasia* também lhe era logicamente subordinada, agora nos parece que essas relações epistemológicas entre os conceitos estão sendo postas em xeque. Ao estabelecer que o desejo se encena *na* fantasia e que o sintoma é realização de um desejo (portanto desejo *fantasístico*), é o estatuto mesmo da *memória* e da própria *representação* dentro do inconsciente aquilo que está sendo reconceituado. Mas não nos adiantemos – isso poderá ser mais bem explorado com os textos freudianos que ainda virão.

Antes disso, retenhamos conosco alguns fatos: primeiro, que tudo o que dissemos nas últimas três seções deste capítulo diz respeito tão-somente a *textos que não foram publicados*. Trata-se de *cartas* confiadas a um amigo íntimo, cartas que compõem uma espécie de laboratório conceitual no qual Freud se sente livre para fazer os experimentos mais escabrosos possíveis.

Com suas publicações (os *Estudos* e os artigos), Freud já dera ao mundo uma primeira teoria da etiologia das neuroses. Ela era a um só tempo a) uma teoria da memória, b) uma teoria do trauma, c) uma teoria do sintoma como símbolo mnêmico. A memória do trauma é conceituada enquanto *marca de uma realidade material demasiado penosa*, que não pôde ser abreagida no momento de sua ocorrência. Essa memória em estado bruto, que permanece à parte da vontade e da consciência do sujeito, será *simbolizada* com a doença mesma, e esse símbolo se chama sintoma. Não devemos nos acanhar e podemos dizer desde já que a teoria freudiana sempre foi uma espécie de *hermenêutica*. Essa primeira hermenêutica, entretanto, é uma hermenêutica sem fantasia – o símbolo é símbolo de

¹²⁷ *Id.*, p. 321.

memórias, e as memórias são representações de fatos que ocorreram realmente ao sujeito. Assim, essa primeira hermenêutica freudiana, batizada sob o crisma da *sedução*, é uma hermenêutica “realista”, se assim podemos nos expressar – ela encontra sempre no contato *efetivo e material* entre sujeito e realidade o ponto onde se ancoram as memórias.

Trata-se de uma hermenêutica sem *desejo*, também. Há, sejamos rigorosos, dois conceitos de desejo em dois momentos diferentes nesse primeiro período de produção teórica. O primeiro, extremamente *marginal*, aparece por exemplo de modo espúrio no segundo artigo sobre as neuropsicoses de defesa: na neurose obsessiva, argumenta então Freud, o desejo sexual é precocemente ativado graças a uma sedução anterior (feita por um adulto que já atingira uma idade suficiente para que nele a sexualidade houvesse brotado). Ou seja, ele é um corpo estranho à criança e nada tem a ver com o surgimento mesmo do sintoma. É a assimetria entre a memória do ato sexual e a importância real dessa representação mnêmica (assimetria esta que tem como divisa a puberdade) que faz ser possível a formação de um sintoma neurótico. O segundo conceito de desejo, por sua vez, é bem mais elaborado, mas nunca chegou a ser publicado, já que se encontra presente tão-somente no *Projeto*: aí, ele está identificado com uma determinada *compulsão* a repetir (as representações de) um estado de satisfação de uma necessidade que o sujeito já vivenciou. Essa compulsão é determinada pelas facilitações mnêmicas estabelecidas quando da vivência de satisfação – é determinada, portanto, pelo funcionamento do sistema de memória.

Freud nunca chega a publicar o seu primeiro conceito de fantasia, que é um conceito pré-psicanalítico, por assim dizer. Ele está registrado somente em suas cartas, mas nos dá mostras de como num primeiro momento o que se tentou foi enquadrar “um novo elemento da produção inconsciente” no esquema conceitual já bem estabelecido da teoria da sedução. Nessa tentativa, a fantasia é conceituada enquanto estrutura representacional jacente no campo do *falso* e do *distorcido* e que tem como função *bloquear* o acesso àquelas representações que constituem realmente o núcleo patogênico da neurose, isto é, as memórias. Elas são contrapostas à *verdade* do sujeito, que tem origem em sua relação com a realidade material. Astuto, este primeiro sujeito freudiano, que resiste majestosamente às investidas do médico de adentrar o cor de sua própria enfermidade e que cria involuntariamente ficções para encobrir sua própria verdade. Nós veremos em que medida essa astúcia se tornará ainda maior e mais assustadora.

Capítulo 2 – Fantasia e memória I

Se com as cartas a Fliess podemos vislumbrar os vaticínios absconsos e ábditos do que hoje sabemos ser o parto da psicanálise, é com os dois seguintes e sucessivos artigos¹ de Freud que teremos acesso a uns seus sinais menos portentosos, decerto, porém de todo modo abertos aos olhares de todos. Não há de ser à toa, deixemo-lo notado, que ambos os artigos tratam de fenômenos da memória. Como já vimos, grande parte das atenções de Freud está voltada a esse intrigante atributo da *Seele* humana, que ainda o perturbará pelos anos vindouros. Marca firme do nascimento da disciplina chamada psicanálise é o fato de que é acerca de falhas ou desvios do que se consideraria uma memória “normal” que versam tais artigos². No primeiro caso, de 1898, tem-se a ocorrência do esquecimento – todavia não uma desmemória qualquer, e sim o esquecimento de um nome muito bem conhecido pelo sujeito (o nome sustém-se na ponta da língua, mas esta não consegue pronunciá-lo). No segundo texto, de 1899, têm-se à mão lembranças de fatos de infância os mais desimportantes possíveis (se são insignificantes, por que são recordados?).

Evidentemente nossa leitura desses textos terá como foco principal o conceito de fantasia, que aparece *ipsis litteris* em 1899. Isso fará com que, infelizmente, não nos detenhamos por miúdo no texto de 1898, que trouxe ao mundo um dos mais belos exemplos do que o exercício de uma psicanálise pode alcançar, qual seja, o exemplo Signorelli. Demorar-nos-emos, assim, mais no exemplo de memória encobridora de 1899, em cujo decorrer o conceito de fantasia ganha realce especial, para que depois exploremos *en passant* os mecanismos do olvido de um ano antes. Essa leitura terá dois pivôs basais: compreender de que forma as fantasias entram em jogo oficialmente na teoria freudiana; e, havendo diagnosticado a universalização crescente dos conceitos de *repressão* e de *inconsciente* (explicitamente enunciada nesses textos), examinar em que medida o conceito de fantasia participa desse processo.

Como se sabe, esses artigos foram algo como um prelúdio a um livro maior, de 1901, intitulado *Psicopatologia da vida cotidiana*³, sendo dois de seus capítulos quase que repetições dos artigos supramencionados. Para dar ainda mais sustância a nossas argumentações, tomá-lo-emos como possível ponto de apoio e contraposição. Conquanto seja um livro destinado ao grande público, porquanto não necessariamente familiarizado com o nascente léxico psicanalítico, não se trata de um livro que possa ser esquecido – além de haver nele teses fundamentais sobre a paranoia, que

¹ Freud, S. (1898). *Sobre el mecanismo de la desmemoria*; e Freud, S. (1899c). *Sobre los recuerdos encubridores*. Ambos no vol. 3 da AE.

² Podemos sobre isso evocar uma citação de 1890 de Freud, afirmação esta que se pode ver como espécie de máxima seguida por ele até o fim de sua vida: “apenas após estudar o patológico se aprende a compreender o normal” (Freud, S., 1890, p. 118).

³ Freud, S. (1901a). *La psicopatología de la vida cotidiana*, vol. 6 da AE, doravante somente *Psicopatologia*.

retomaremos no próximo capítulo, aí estão contidas também observações importantes sobre o funcionamento da memória (e do esquecimento). Elas também nos serão úteis.

A memória, a fantasia, e a função de véu

Uma pradaria: três crianças colhendo flores. O menino, de aproximadamente três anos de idade, brinca com dois primos, um menino, um ano mais velho, e uma menina, de aproximados três anos, também. A menina possui o ramo de flores mais belo, e por isso os dois garotos, juntos, pulam sobre ela e lhe arrebatam as flores da mão. Ela chora, sobe a colina, e uma camponesa, também presente na cena, lhe dá como espécie de consolação um grande pedaço de pão preto. Os dois meninos correm também colina acima pedindo pão e o recebem. Comem-no e se deliciam com isso.

Tal a memória que Freud nos introduz em seu artigo de 1899: uma paisagem bucólica, com suas flores, e a serenidade da vida do campo. Fato importante, relembra-nos Freud repetidas vezes, é o relevo sensorial, a demasiada acentuação pictórica que dois elementos da lembrança possuem: o amarelo das flores furtadas à prima e o gosto, sobremaneira saboroso, do pão. Os outros elementos da lembrança não recebem, na memória mesma, esse valor sensorial – são “normais”, por assim dizer. O que interessa a Freud nesse conjunto aparentemente inocente de representações é precisamente a sua insignificância. Trata-se de uma memória que o sujeito conserva consigo desde há anos, e nada é capaz de lhe indicar o porquê da sua retenção – ela é uma cena que não nos apresenta nenhum evento marcante na vida do sujeito, nenhum fato especial ou trauma, nada que alterasse para sempre o rumo de sua existência ou que o marcasse enquanto cidadão do mundo. Tudo ali parece ser como mais um desses momentos cotidianos da existência, que se consomem à sombra dos reais eventos importantes, dos cataclismos mais superlativos e superjacentes. Por que então tal evento pleno de mediocridade não escorre, não se descola da memória do sujeito?

A resposta se encontra justamente na sua insignificância: para colar-se à consciência, foi preciso que o grau máximo de ingenuidade se atingisse. Isso porque, diz Freud, o que jaz na origem dessa singela memória de infância são duas fantasias inconscientes reprimidas. A primeira gira em torno de uma paixão da adolescência do sujeito, que nutria desejos algo platônicos por uma prima sua. Desta prima ele se lembra muito bem de um dia em que ela portava um vestido amarelo e de como era então atraente. Esse amor dos tempos de juventude nunca vingou, e a história toda acabou despencando no olvido. Ora, a prima da memória de infância não é senão a mesma que tantos desejos fez palpitar no coração do jovem rapaz. No mesmo período de mocidade o pai do sujeito sofrera bancarrota, e a família então sofria para ter uma vida decente. Sofriam, assim, para ter o pão de cada dia.

A primeira fantasia é de defloração (furtar flores à prima). A segunda é a de ter uma vida plena (deleitar-se com um saboroso pão de cada dia). A primeira fantasia claramente tem um caráter sexual dificilmente aceito pela consciência, enquanto a segunda ganha realces menos inocentes caso se pense no fracasso do pai⁴. São precisamente os dois elementos mais sensorialmente sobressalentes da memória (o amarelo gritante das flores da priminha, que espelha o amarelo do vestido da prima já madura, e o poderoso sabor do pão) que representam o cerne das fantasias. Assim, “o grosseiramente sensual da fantasia é a razão de que não se transforme em uma fantasia consciente, mas sim que seja necessário conformar-se com que ela se recolha em uma cena infantil, como alusão em forma *metafórica*”⁵. A memória de infância que surge na consciência é então uma representação alusiva, metafórica, de conteúdos proibidos, que não podem emergir de modo “puro”, se assim podemos expressar-nos. A inocência da cena infantil é o anverso da sensualidade e da depravação das fantasias. E Freud, num diálogo simulado com o sujeito analisado, afirma-lhe:

Para os indícios de nossa memória não temos garantia nenhuma. Mas concederei que a cena é autêntica; então você a pegou entre muitíssimas outras, tão semelhantes quão diversas, porque em virtude do seu conteúdo – em si indiferente – era apta para figurar as duas fantasias que haviam adquirido para você uma substancialidade suficiente. A uma lembrança assim, cujo valor consiste em sub-rogar na memória impressões e pensamentos de um tempo posterior, e cujo conteúdo se enlaça com o conteúdo real mediante vínculos simbólicos e outros semelhantes, eu daria o nome de *lembrança encobridora* [*Deckerinnerung*].⁶

Aqui, Freud lança mão de um novo conceito, o de *Deckerinnerung*. A tradução ao espanhol e ao português é de “memória [ou lembrança] encobridora”. Por ser já consagrada, será a que usaremos. No francês, verteu-se o termo alemão para “souvenir-écran” (“lembrança-tela” ou “tela-lembrança”) – tradução que, como faz o neologismo alemão, conjuga dois substantivos para formar um novo (coisa que as traduções para o português e o espanhol não fazem, já que transmutam o significante *Decke*, vertendo-o para *encobridor*, trocando, assim, um substantivo para um adjetivo). Lembremo-nos de que, em francês, *écran* significa uma tela onde se projeta uma imagem (*l'écran de la télévision*, por exemplo), mas também qualquer dispositivo que *protege* do calor ou de uma agressão, que *dissimula*, que é *interposta* e que, portanto, *encobre*. O termo francês nos parece, assim, ser mais preciso e precioso. Pois que Freud, ao conceituar a vinculação entre as fantasias e a memória consciente que

⁴ “Oxalá tivesse eu um pai que não fosse um fracassado!” – talvez seja a transcrição mais crua dessa fantasia. Aqui o conflito reside na assimetria entre a grandeza imaginada do pai e a sua real fraqueza, ou melhor, entre o pai imaginário, grandioso, e o pai real, passível de fracassos.

⁵ Freud, S. (1899c), p. 310.

⁶ *Id.*, p. 309.

as figura, diz que “as duas fantasias se projetam uma sobre a outra, e daí se constitui uma memória da infância”⁷. Vê-se aí, assim, o caráter de *tela* ser bastante acentuado por Freud, que emprega o verbo *projetar* não na sua acepção psicanalítica, mas sim no sentido geométrico: a lembrança é uma verdadeira tela onde duas fantasias inconscientes (que não podem emergir desnudas na consciência) ganham expressão concomitantemente.

E Freud argumenta, já nos parágrafos derradeiros do artigo: “a análise precedente, que se comunicou com a maior fidelidade possível, há de haver aclarado em alguma medida o conceito de uma *lembrança encobridora* como tal, que deve seu valor mnêmico não ao seu conteúdo mesmo mas sim ao seu vínculo com outro conteúdo, sufocado”⁸. É esse vínculo, simbólico, o que importa, não o conteúdo mesmo da lembrança encobridora, que com toda razão é nominado “indiferente” ou “insignificante”. Esse vínculo, porém, não é tão-somente de alusão, mas também cobre uma finalidade: a de *encobrir* as fantasias reprimidas (donde o nome do conceito em português e em espanhol). Duplo aspecto da emergência das representações conscientes: ao passo que representa um conteúdo inconsciente, também o oculta, por ser ele proibido.

Tal a função de *véu*, que ora se nos apresenta na memória encobridora, mas cujo alcance poderemos sem exagero em breve estender para os sonhos, sintomas e atos falhos. Este véu a um só tempo vela e desvela, representa e deforma, cala e fala. Encontra-se aí uma certa interdependência dos contrários e um seu recíproco definir-se: o véu vela desvelando e desvela velando, representa deformando e deforma representando, cala falando e fala calando. Dois fatos acerca desse termo utilizado pela primeira vez oficialmente sob a pena de Freud, a fantasia: primeiro, que ela está desde então relacionada ao *desejo*. As duas fantasias apresentadas nesse artigo são “fantasias de desejo”, como se sói dizer, isto é, contêm em si desejos reprimidos. Em segundo lugar, e não menos importante, ocorre que, dentro da teoria da sedução, aquilo que servia de véu às verdadeiras representações patogênicas eram as fantasias das histéricas, criações fictícias suas (falsas e enganosas), erigidas *sobre* e *após* as memórias dos traumas; agora, na aurora da psicanálise, são memórias de uma classe especial que têm função de véu, e o que lhes subjaz são justamente fantasias. A relação ontológica entre as classes de representações foi invertida, assim como a relação lógica entre os conceitos. Já se entrevê, pois, um choque conceitual causado pela aparição das fantasias: a inversão da relação lógica entre o memorial e o fantasioso. Isso pode parecer pequeno, mas revelará sua real importância quando nos detivermos mais no texto freudiano.

Ao apresentar o exemplo bucólico do roubo de flores, Freud diz que ele “se torna mais apreciável por pertencer a um indivíduo não neurótico, ou que somente o era em muito escassa

⁷ *Ibid.*

⁸ *Id.*, p. 313.

medida”⁹. Ora, essa criatura mui pouco neurótica não era ninguém menos que o próprio Sigmund Freud. Voltaremos a isso em linhas futuras. Esse fato torna o exemplo mais “apreciável” porque traz à tona consequências importantes para as teses freudianas.

A função de véu da lembrança encobridora só existe por conta de um complexo jogo de forças subjacentes. Em resumo, duas forças estão aí atuando para que se chegue ao resultado representacional final (a memória encobridora): “uma delas toma como motivo a importância da vivência para querer recordá-la, enquanto a outra – uma resistência – contraria essa singularização. Estas duas forças de efeito contrário não se cancelam entre si, tampouco sucede que um motivo sobrepuje o outro [...], mas sim que sobrevém um efeito de compromisso, algo análogo à formação de uma resultante dentro de um paralelogramo de forças”¹⁰. Aqui, como já víamos outrora, o *símbolo*, ou a função *simbólica* que conecta representações aparentemente desconexas, só tem lugar graças a uma dinâmica energética bem específica. Pois bem, com relação a que conceitos já aparecera essa dinâmica? Os sintomas neuróticos, mui naturalmente:

O processo aqui discernido – *conflito, repressão, substituição com formação de compromisso* – retorna em todos os sintomas psiconeuróticos e proporciona a chave para compreender a formação do sintoma; não carece de significação, então, que isso também possa ser demonstrado na vida psíquica dos indivíduos normais; o fato de que nesses influa sobre a seleção, precisamente, das memórias infantis aparece como um novo indício do estreito vínculo [...] entre a vida anímica da criança e o material psíquico das neuroses.¹¹

O que aqui está sendo (explicitamente) aludido vem enunciado com todas as letras no artigo sobre o mecanismo do esquecimento, de um ano antes. O caso, então, era referente ao esquecimento de um nome: numa viagem de trem perpassando as terras bosnianas, Freud trava diálogo com um companheiro seu de viagem e quer aconselhá-lo a ir visitar os afrescos de um pintor italiano. O nome desse pintor (Signorelli, digamo-lo desde já) é de há tempos por ele conhecido, no entanto lhe escapa. Outros nomes lhe vêm à mente, como que substitutos: Botticelli, Boltraffio... O curioso, diz Freud, é que ele *sabe* intimamente que estes são nomes errados e que, ademais, Boltraffio é um pintor muito menos conhecido por ele do que o outro, aquele dito-cujo cujo nome esvaneceu. E colaram em seu consciente, por ora, umas características sensoriais hipertrofiadas dos afrescos desse senhor de nome

⁹ *Id.*, p. 303. Aqui vemos como um indivíduo pode ser neurótico em “escassa medida”, mostrando como poderia haver graus, por assim dizer, da neurose (que não seria, logo, nem uma essência constituinte da vida anímica de certos anormais, tampouco um estado estático).

¹⁰ *Id.*, p. 301-2.

¹¹ *Id.*, p. 302. Na citação, uma das primeiras aproximações (oficiais) entre a vida infantil e o funcionamento psíquico neurótico.

desaparecido: as imagens dos afrescos, hipernítidas, pulsam em sua mente, nela as formas, figuras e cores martelam com uma limpidez inesperada. É como se algo dentro de si, diz-nos Freud, estivesse zombando, fazendo troça de si mesmo: o nome se foi embora irreversivelmente, não sejas tolo, quanto mais pensares nele, mais ele se afastará de ti – toma em troca as cores, as figuras, as formas sobremodo inúteis dos quadros dele, é tudo o que terás à tua disposição.

Por mais que possuam diferenças essenciais, o exemplo do esquecimento, quando analisado, revela ter sido o resultado de um processo formalmente idêntico ao da formação da memória encobridora. Aqui como ali, o mesmo jogo de forças: aquilo que é insignificante (nomes substitutos *errôneos*, de um lado; de outro, um evento indiferente da infância) surge à consciência para representar e ocultar o que é realmente importante. Aqui como ali, elementos algo inúteis para a emergência da representação subjacente ganham hipernitidez sensorial (o amarelo das flores e o sabor do pão, de um lado; características visuais dos afrescos do pintor, de outro).

No primeiro capítulo da *Psicopatologia* Freud retoma o exemplo Signorelli. Aí ele diz que em alguns casos de esquecimento se apresentam características importantes: neles “se produz não só um *esquecimento*, mas sim uma *falsa lembrança*”¹². Além disso, há a recordação de “nomes substitutivos”, e, assim, o processo com o qual se intenta buscar o nome perdido sofreu um “deslocamento”: “minha premissa é que tal deslocamento não é deixado ao livre alvedrio psíquico, mas sim que obedece a vias calculáveis e obedecentes a leis. Em outras palavras: conjeturo que o nome ou os nomes substitutivos mantêm um nexos pesquisável com o nome buscado”¹³. Esse nexos entre o nome esquecido e os seus substitutos, Freud dirá páginas adiante, são “associações *extrínsecas*”, ou seja, não requerem compartilhamento de significados ou contiguidade. No caso analisado, os termos mantêm relações bastante peculiares entre si: o *Signor* (“senhor”, em italiano), de Signorelli, reaparece no *Herr* (“senhor”, em alemão), palavra que aflorara durante o diálogo; o *Herr* está contido em *Herzegovina*, que, sabe-se, é território contíguo à Bósnia. É o *Bo* de Bósnia que reaparece nos nomes substitutos: *Botticelli* e *Boltraffio*. Além disso, Freud citara a localização *Trafoi*, que ressurgiu, recombinação, em *BolTraffio*. Assim sendo, “os nomes substitutivos já não me parecem tão inteiramente injustificados como antes do esclarecimento; remetem-me (tal qual um compromisso) tanto ao que eu queria esquecer quanto ao que eu queria recordar, e me ensinam que meu propósito de esquecer algo nem teve completo sucesso, nem completo fracasso”¹⁴.

Ora, esse “deslocamento” do ato de recordar traz à tona elementos que têm uma “ligação extrínseca”, tal qual, como vimos no capítulo passado, o sintoma obsessivo surge enquanto resultante de uma *mésalliance*. E do mesmo modo com que as ideias obsessivas retêm para si a energia que

¹² Freud, S. (1901a), p. 9. Notemos que aqui aparece a possibilidade, antes dificilmente observável nas teses freudianas, de uma lembrança que carregue consigo o atributo da *falsidade*.

¹³ *Id.*, pp. 9-10.

¹⁴ *Id.*, p. 12.

antes se ligava às reais representações patogênicas algumas características das representações substitutivas ganham exagerada nitidez sensorial (e a figura do príncipe disfarçado de mendigo pode ser novamente evocada). Em 1898, Freud já chegara a essa conclusão, tendo arrematado:

Talvez não seja desprovido, em si, de interesse poder penetrar no processo de um evento psíquico desse tipo, que se inclui entre as perturbações mínimas no domínio do aparelho psíquico e é conciliável com uma saúde psíquica estável no restante das situações. Mas o exemplo aqui elucidado ganha muitíssimo em interesse quando nos inteiramos de que é possível considerá-lo diretamente como um modelo dos processos patológicos aos quais os sintomas psíquicos das psiconeuroses – histeria, obsessões e paranoia – devem a sua gênese. Lá como cá, os mesmos elementos e um idêntico jogo de forças entre eles. Do mesmo modo, e por meio de associações de parecida superficialidade, uma ilação de pensamento reprimida se apodera, na neurose, de uma impressão recente inofensiva, e a atrai para baixo, junto a ela, à repressão.¹⁵

Aqui, o processo de repressão e o de retorno do reprimido (a formação de compromisso) são usados para explicar fenômenos da vida anímica de indivíduos sãos, estendendo seus tentáculos determinativos para-além da vida neurótica, como compreendida, então, por Freud. Desse modo, uma classe específica de memórias e um tipo específico de esquecimento dão mostras de que os processos formadores de sintomas neuróticos estão presentes também na vida normal, pois que mesmo os sãos não escapam a esses fenômenos psíquicos. O conceito de inconsciente oficialmente adentrou a existência de todos os mortais.

Porém retornemos às memórias encobridoras, pois elas ainda terão o que nos ensinar. Os aspectos formais do surgimento de sintomas histéricos, obsessivos e paranoicos são os mesmos que aqueles presentes na formação de certos esquecimentos e certas lembranças. Isso está claro. No entanto os produtos resultantes de tais processos têm também suas diferenças constituintes. A estrutura representacional de memórias encobridoras é *sui generis*, por assim dizer, e merece uma leitura mais detida. Dois aspectos seus nos saltam aos olhos.

Em primeiro lugar, uma certa relação inerente desse tipo de memória com a *temporalidade*. Se a lembrança encobridora faz jus ao seu nome e encobre (representando) algum outro complexo de representações (no exemplo aferido por Freud, duas fantasias), é dedutível que esse outro complexo de representações possa ter sido formado *antes, concomitantemente* ou *após* a experiência que a

¹⁵ Freud, S. (1898), p. 286.

memória representa. Uma lembrança encobridora se classificará, utilizando-se esse critério, como progressiva, regressiva ou contígua¹⁶. Uma lembrança encobridora regressiva é a recordação de um evento ocorrido no tempo X que tem como função encobrir um conjunto de representações formados em Y, sendo que Y é cronologicamente anterior à X. Basta que se invertam as relações entre X e Y para se obter a fórmula para as memórias progressivas (que é o caso analisado por Freud em 1899). Se X e Y são concomitantes, tem-se a fórmula para uma lembrança dita contígua. Ora, aqui se vê que a evocação de uma memória pode ter uma função muito diferente da do simples recordar (a função de véu, como a chamamos acima) e que, no exercício dessa função, novas relações de temporalidade entre as representações são reveladas ao teórico da memória. É essa possível transição entre tempos (X e Y etc. etc.) que chama a atenção. Aqui a evocação e a formação da memória encobridora nos dão mostras de uma maleabilidade do tratamento que o aparelho psíquico dá à temporalidade¹⁷.

Em segundo lugar, uma característica especial dessas lembranças, algo que poderíamos chamar de terceirização da subjetividade rememoradora. “Na maioria das cenas infantis substantivas e isentas de toda outra objeção o sujeito vê na memória a própria pessoa como uma criança, e sabe que é ele mesmo essa criança; porém vê essa criança como a veria um observador situado fora da cena”¹⁸. Em nem toda lembrança o sujeito se vê a si mesmo em terceira pessoa, muito pelo contrário: as lembranças da vida adulta dificilmente portam consigo essa estranha qualidade, que para Freud é a marca de que ocorreram repressão e alteração das representações ditas originais: “toda vez que dentro da lembrança a própria pessoa aparece assim como um objeto dentre outros objetos, é lícito aduzir esta contraposição entre o eu atuante e o eu recordador como uma prova de que a impressão originária experimentou uma reformulação”¹⁹. Com a hipernitidez sensorial de certos elementos da memória, já observáramos uma espécie de reformulação inerente ao seu processo formador, porém agora temos acesso a outro, que parece ser tanto mais radical: divisão entre o eu que recorda e o eu que passou pela vivência rememorada. A observação desse fato intrigante conduz Freud a afirmações muito importantes e algo radicais acerca das nossas lembranças de infância:

Essa intelecção reduz, ao nosso ver, o abismo entre as lembranças encobridoras e as restantes lembranças da infância. Talvez seja de modo geral duvidoso que

¹⁶ Freud, S. (1899c), p. 313, e Freud, S. (1901a), p. 49. Em 1899 Freud apenas as classificara em regressivas e progressivas; a classe de lembranças encobridoras contíguas se acrescentou na *Psicopatologia*. Na mesma passagem do artigo, Freud também nos dá um segundo critério para classificar lembranças encobridoras, um critério lógico: podem elas ser positivas ou negativas, pois a memória pode representar o conteúdo sufocado conforme ele é, ou pode negá-lo e lhe apresentar uma versão ao avesso, por assim dizer. Transição nas malhas do tempo e do negativo, eis o registro em que está inscrita a memória.

¹⁷ Retenhamos conosco essa relação da memória encobridora com a temporalidade. Ela nos será importante quando estivermos analisando a estrutura da fantasia em sua encenação do desejo.

¹⁸ Freud, S. (1899c), p. 314.

¹⁹ *Ibid.*

possuamos lembranças conscientes *da* infância, e não, melhor dizendo, meramente lembranças *sobre* a infância. Nossas lembranças da infância nos mostram os primeiros anos de vida não como foram, mas sim como apareceram em tempos posteriores de despertar. Nesses tempos de despertar, as lembranças da infância não *afloraram*, como sói dizer-se, mas sim nesse momento foram *formadas*; e uma série de motivos, aos quais o propósito da fidelidade histórico-vivencial é alheio, interferiram nessa formação assim como na seleção das lembranças.²⁰

Aqui a orientação tética da lembrança é desviada de uma mera função de *retenção* de marcas da realidade material. Se pensamos nos casos gramaticais, por exemplo, temos a partir da análise de Freud que as lembranças infantis não se baseiam numa relação genitiva com o objeto – trata-se, antes, de um complemento de objeto assaz distinto. Uma memória não é memória *de* algo, mas sim *sobre* algo. Misto aporético que tanto espantou Platão, a cópia (fiel) é sempre imagem *de* alguma coisa, revelando-nos assim que a relação entre a imagem e o modelo por ela emulado é uma relação genitiva. Aqui a imagem doada pelo espelho plano é o protótipo perfeito. Na teoria da sedução, tratava-se de escavar as lembranças patogênicas do doente, e cada lembrança que emergia era encarada enquanto cópia fiel da impressão original – plana imagem no espelho plano, portanto. Já agora, em 1899, a lembrança não está mais em relação genitiva com a impressão original: se a analogia do espelho deve ser mantida, que se a complemente minimamente com o côncavo e o convexo²¹. Nesse desvio de orientação e função da memória, já temos um questionamento radical de seu estatuto ontológico. Não mais *recordatio alicuius rei*, e sim *recordatio de aliqua re*. É nesse liame testamentado pela relação lógica entre o *de* latino (ou o *über* alemão) e o objeto no ablativo (ou no acusativo, no alemão) que se inscreve toda uma sorte de alterações, distorções e reformulações na memória mesma. Ou melhor, a memória (de infância) mesma é esse liame²². Mas se em 1899 Freud é quase que tímido ao ampliar a noção de lembrança encobridora, em 1907, num acréscimo à *Psicopatologia*, ele assevera sua universalidade com todas as letras. Partindo mesmo da aparição em terceira pessoa do sujeito dentro de sua própria recordação, ele conclui então que

²⁰ *Id.*, p. 315.

²¹ Se tivéssemos de caracterizar os conceitos de lembrança em Freud de acordo com a terminologia platônica, diríamos que na teoria da sedução a lembrança é cópia fiel do modelo emulado, ao passo que na nova teoria, nascente (a psicanálise propriamente dita), ela é cópia infiel. A comparação com as teses de Platão ainda nos renderão fértil material para análise, porém apenas nos finais deste estudo.

²² Haveria, assim, uma *temporalidade* imanente aos processos psíquicos inconscientes, que traçaria uma divisão entre meras lembranças *de* algo (por exemplo o fato de que ontem comi uma madeleine) e as lembranças *sobre* algo (o fato de que comia madeleines na infância). Veremos em que medida o termo demasiado abstrato *temporalidade* pode ou não ser mantido e em que medida processos psíquicos mais concretamente delineados (os de *processos primários* e o de *circuito do desejo*) poderão evidenciar-nos como e por que ocorre essa transmutação da relação genitiva da recordação com o fato mesmo recordado para uma relação distinta com esse mesmo fato (o *de* + ablativo do latim ou o *über* + acusativo do alemão).

desde distintos lados se nos impõe essa conjectura: dessas lembranças de infância que se chamam as mais tenras não possuímos o rastro mnêmico real e efetivo, mas sim uma elaboração posterior dele, uma elaboração que talvez haja sofrido os influxos de múltiplos poderes psíquicos posteriores. Graças a isso, as “lembranças de infância” de um indivíduo chegam com total universalidade a adquirir o significado de “memórias encobridoras”, e desse modo cobram notável analogia com as lembranças de infância dos povos, consignadas em sagas e mitos.²³

Aqui não há abismo algum entre as *Deckerinnerungen* e as “restantes lembranças da infância”, pois não há lembranças restantes nenhuma. Toda lembrança de infância é uma memória encobridora. Universal, portanto, é a ampla gama de reformulações e remodelações das representações advindas das experiências da infância mais tenra. Que processos remodeladores são esses ainda é questão aberta. Já sabemos que a *repressão* é um motivo capital: pois que há representações reprimidas, aquilo que emergirá na consciência há de ser um derivado bastante adulterado (a condição lógica da repressão sendo, desde sempre, o retorno do reprimido). Porém é bem possível que haja outros motivos para isso além da repressão propriamente dita.

Ora, o que se tem aqui, como já apontamos, é um questionamento radical da “concretude” ou da fidelidade das nossas recordações e, conseqüentemente, de seu estatuto ontológico. Aquilo que na teoria da sedução parecia trazer consigo sempre a marca dura e estável de um fragmento de realidade objetiva vivenciado (algo como o negativo de uma fotografia) agora já carrega nuances, aspectos suspeitos provenientes de uma *revelação* mesma (agora a memória é a própria fotografia, em carne e osso, que pode haver passado por um processo bastante maciço de reconfiguração durante sua revelação). Se antes as representações que nos vinham à mente eram mera evocação de uma inscrição plana, agora elas se nos apresentam como o resultado de múltiplos processos intermediários (a repressão, já o dissemos, mas também a possível interferência de fantasias inconscientes).

Todavia procedamos com cautela. Devemos distinguir, antes de mais nada, a retenção de certas vivências da sua reprodução (enquanto ato)²⁴. Se no *Projeto* e nos *Estudos* Freud nos apresenta uma teoria deveras complexa de uma faculdade da memória (atributo do aparelho psíquico humano)²⁵, nesses dois artigos ele nos apresenta os meandros silenciosos do ato egoico de recordar.

²³ Freud, S. (1901a), acréscimo de 1907. Note-se que aqui Freud compara sagas e lendas a memórias. Em textos posteriores ele as comparará a fantasias, como por exemplo em seu texto sobre o escritor literário, escrito também em 1907: “a respeito dos mitos, é muito provável que correspondam aos desfigurados restos de fantasias de desejo de nações inteiras, aos sonhos seculares da jovem humanidade” (Freud, 1908 [1907], p. 134).

²⁴ Fazemo-lo seguindo as palavras, por exemplo, de Deleuze. « Conformément à la terminologie husserlienne, nous devons distinguer la rétention de la reproduction » (Deleuze, G. 1968, p. 109).

²⁵ Sentimo-nos autorizados a dizer de “faculdades do aparelho psíquico (ou anímicas)” tomando como base, por exemplo, uma citação de Freud em seu livro sobre os chistes, na qual ele comenta a “graça” que certas pessoas têm: “‘Graça’ [Witz] aparece aqui como uma particular capacidade, quem sabe se dentro da linha das velhas ‘faculdades da alma’, e ela parece dar-se com bastante independência das outras: inteligência, fantasia, memória etc.” (Freud, 1905a, p. 134). Assim, é de

É desse ato (e de suas falhas, como no esquecimento de um nome de há tempos conhecido, e de seus desvios, como na hipernitidez de certos elementos de uma lembrança) que até que agora se tratou. As memórias que flutuam na consciência podem ter sido falsificadas, podem muito bem se caracterizar pela falsidade (que até então lhes parece haver sido negada). Caso sejam lembranças de infância, é quase que uma necessidade que hajam sofrido modificações posteriores, tal a natureza do nosso aparelho psíquico. Quanto à faculdade mesma da memória, o fato de que impressões de vivências são por nós retidas, ainda nada foi modificado dentro da teoria. A reformulação teórica concernente a essa faculdade será feita na *Traumdeutung* (mais especificamente no decorrer de seu sétimo capítulo, como se era de esperar) e na *Psicopatologia*. Tratar-se-á de uma crítica à própria teoria freudiana que até então conhecemos.

Dois comentários antes de adentrarmos a *magnum opus* da psicanálise. Em primeiro lugar, destaquemos a obstinada ética empirista de Freud, se assim podemos expressar-nos, que com tenência mantém o estatuto mnêmico das lembranças encobridoras. Não obstante os diversos sinais que ele mesmo lera e interpretara, Freud afirma, feito o estoico em meio ao turbilhão do Fado, e argumenta que a recordação é *sim* uma memória e não completamente uma invenção do sujeito. Não se trata mais de uma cópia fiel da impressão originária, mas ainda assim de uma cópia: para que se concretizasse a formação de compromisso (resolução neutral do conflito entre aquilo que reprime e aquilo que é reprimido), foi selecionada uma lembrança específica, dentre tantas outras. Os critérios para essa seleção são conhecidos: ela tem de ser a um só tempo *ingênua* e *inocente* o suficiente e suficientemente *capaz de simbolizar* o não-inocente e o não-ingênuo do reprimido. Assim, nem todos os elementos da memória são redutíveis ao influxo da fantasia – a memória poderá ser modificada, seja na sua forma, seja no conteúdo, para dar lugar a uma simbolização da fantasia, porém não em seu todo²⁶.

Em segundo lugar, não podemos deixar de notar a ardilosa técnica narrativa de Freud. Como já vimos, o sujeito da lembrança encobridora raccontada no artigo de 1899, aquele tipo escassamente neurótico, era o próprio Freud. Isso só foi relevado evidentemente por Strachey, o que torna a técnica narrativa aí empregada ainda mais curiosa: modificando certos conteúdos da memória e dividindo o eu analisante e o eu analisado, *Freud procedeu pelo mesmo caminho que procede a mente ao fabricar uma memória encobridora*. Os romanos agiam *Romano more*, ou *more maiorum*, segundo uma ética dos costumes e das tradições; Espinoza erigiu sua *Ética more geometrico*, num racionalismo

suma importância saber diferenciar quer as faculdades anímicas de seus respectivos atos (a faculdade de fantasiar vs o ato de fantasiar), quer esses dois últimos do produto mesmo do ato. Assim, o termo “memória”, por exemplo, poderá designar a faculdade da memória, o ato de rememorar e o produto desse ato, qual seja, a memória que emerge à consciência.

²⁶ Freud, S. (1899c), pp. 311-2.

invejável; Freud, já podemos entrevê-lo, procede *more mentis*: ele caminha o caminho traçado pelo seu objeto de estudo²⁷ e de quando em quando tem de emulá-lo a fim de, com seus *fantasiosos* relatos de caso, trazer a público suas mais recentes descobertas.

A fantasia na Traumdeutung

O termo *Phantasie* irrompe oficialmente em 1899, entretanto, observe-se bem, não se trata ainda de um vero conceito. É como que um prenúncio de um conceito. Alguém poderia em 1899 ir ter com o Dr. Freud e lhe perguntar: aquele novo termo que tu utilizaste em teu artigo sobre as *Deckerinnerungen*, aquelas fantasias que subjazem às memórias de infância, que diabo são elas? Até então só podemos concluir com clareza e certeza que elas têm uma relação com outras representações (no caso, as lembranças) e que elas carregam consigo a marca do desejo (e tampouco sabemos o que é esse bendito – ou maldito – desejo). Será em 1900, na explosão chamada *Traumdeutung*, que o conceito de fantasia ganhará contornos mais concretos, juntamente com o de desejo, e abrirá alas para estudos mais aprofundados. Por ora caçaremos alguns dos pontos em que a fantasia aí se faz presente, sem nos curarmos de apresentar previamente a teoria desenvolvida por Freud sobre os sonhos e sobre o trabalho do sonho. Abordaremos os processos oníricos (necessários para nosso estudo) numa próxima seção deste capítulo.

À página 216, ao relatar o sonho de uma idosa, Freud afirma que por trás dele “se encontra toda uma série de reminiscências infantis combinadas da melhor forma possível numa única fantasia”²⁸. Mas, estranho fato, tal fantasia “é somente como a fachada de certas igrejas italianas: não tem conexão orgânica com o edifício que há por trás. No entanto, diferentemente dessas fachadas, é cheia de lacunas, confusa e várias partes do interior da construção irromperam nela em muitos pontos”²⁹. Ótimo modo de introduzir-nos as fantasias em sua obra máxima, Freud, por intermédio de uma obscura metáfora com a estrutura arquitetônica de alguns de seus edifícios mais adorados. Algo aí já é dado, todavia: são memórias infantis que são combinadas numa mesma e única fantasia. Nesse caso, ela é um pórtico externo, uma totalidade feita de andrajos mnêmicos recolhidos e rearranjados que serve de *facciata* para o sonho.

Nova e segunda aparição das fantasias no livro: em nota de rodapé poucas páginas adiante, Freud está a esclarecer e aprofundar a interpretação de um dado sonho seu. No meio da explicação, faz-se importante que ele assevere o seguinte: “eu observara que os histéricos fazem precisamente o mesmo: junto àquilo que lhes ocorreu, eles criam inconscientemente em sua fantasia eventos atrozes

²⁷ E nos *Estudos* ele mostra muito bem como prossegue na *contramão* do trajeto mesmo fundado pelos rastros mnêmicos, qual uma trilha ainda inexplorada. Para isso, cf. o capítulo anterior, trecho sobre a tripla estratificação da memória.

²⁸ Freud, S. (1900), p. 216.

²⁹ *Id.*, p. 225.

e amedrontadores, construídos sobre o mais inocente e trivial material de sua experiência. E é a essas fantasias que seus sintomas estão ligados, e não das memórias dos fatos reais, sejam estes graves ou igualmente inocentes”³⁰. Ora, ora, Herr Freud, estupendo modo de dar ao mundo pela primeira vez uma nova teoria etiológica das neuroses: numa nota de rodapé. Essa mesma tese, sabemos-lo bem, reaparecerá cerca de duzentas e cinquenta páginas adiante, no próprio livro, mas a conjuntura toda não deixa de ser no mínimo curiosa.

Pois bem: remanejamento de reminiscências infantis e representações inconscientes subjacentes aos sintomas histéricos – eis o que temos com três pequenos trechos, inseridos no decorrer das primeiras partes do livro, aquelas que preparam o terreno para a cereja do bolo (ou, de fato, o seu melhor pedaço deixado justamente para o final) que será o capítulo VII. No caso do sonho da idosa, temos um caso particular de uma fantasia que funcionou como fachada já de antemão construída para que o sonho ganhasse sua forma final. Ainda antes de uma explicitação concreta do que seja, com efeito, a fantasia, ela é apresentada como uma espécie universal de representação subjacente ao sonho (ou melhor, diz-se que é essa é uma possibilidade universal):

Que aquilo que é representado no sonho são fantasias e não memórias de eventos reais, isso não o mostra por si só a interpretação do sonho; esta apenas nos oferece um conteúdo de pensamento e deixa ao nosso cuidado estabelecer seu valor de realidade. Fatos reais e fatos fantasiados aparecem aqui – e não somente aqui, mas também na criação de formações psíquicas mais importantes que os sonhos – no início como de igual valor.³¹

Fatos “fantasiados”, aqui, são contrapostos aos ditos fatos “reais”. Notemos, pois, que o adjetivo “real” caracteriza algo *materialmente real*. De todo modo, tanto representações mnêmicas quanto representações fictícias inicialmente têm, diz-nos Freud, o mesmo *valor* como material para a produção do sonho (*valor*, aqui, por conseguinte, não é medido por *materialidade*). A partir de então, a fantasia pipoca, pula e pulula livre aqui e acolá no livro como um complexo de representações subjacentes e constituintes dos sonhos mesmos³². Não somente camada inconsciente e matéria-prima dos sintomas histéricos (e das lembranças encobridoras), mas também dos próprios sonhos – assim nos foram descritas até então as famígeras fantasias³³. Poucas páginas em seguida uma plena

³⁰ *Id.*, p. 231, nota de rodapé.

³¹ *Id.*, pp. 295-6.

³² Pp. 402 (adicionado em 1909), 456-7, 477-8 (nota de rodapé), 480, 491.

³³ A título de um registro mais completo e aprofundado, deixemos notado também que, em acréscimo de 1907 à *Psicopatologia*, Freud explica explícita e categoricamente os fenômenos de *déjà-vu* com o conceito de fantasia inconsciente: “com efeito, os psicólogos em geral todavia hoje seguem omitindo aqueles processos psíquicos que, de acordo com as minhas observações, são os únicos pertinentes para explicar o ‘*déjà vu*’: as fantasias inconscientes”; em seguida, ele acrescenta: “creio que se faz mal em definir como uma ilusão a sensação de haver vivenciado isso alguma

conceituação chegará com uma força inesperada. Nada no livro nos prepara para isso – com efeito, a exposição de uma definição concreta das fantasias nos arremata quase como um *corpo estranho* ao corpus textual da *Traumdeutung*. Nessa exposição aquilo que já foi dito será retomado, até que novas qualidades suas sejam também adidas.

Tudo se passa no capítulo VI (*O Trabalho do Sonho*), na seção sobre a dita elaboração secundária (*Sekundäre Bearbeitung*). Conhece-se bem o incômodo que esse processo final, quase artificial, dir-se-ia, da formação dos sonhos provocou em Freud, que parece não se haver decidido firmemente sobre incluí-lo ou não na *Traumarbeit* (trabalho do sonho) como um todo. De fato, não se trata de uma mera *Arbeit*, mas sim de uma *Bearbeitung*: o texto do sonho já está pronto, mas lá se vão os artífices oníricos novamente a trabalhar nele, debruçar-se sobre ele a fim de torná-lo mais razoável e menos absurdo. Em suma, trata-se de confeccionar uma face menos grotesca (uma *faccia*, uma *facciata*, superfície-limite entre o *sonhado* e o *real*) para esse estranho e excêntrico mosaico que é o sonho. Fato curioso: estamos numa fronteira dentro do próprio livro – encontramos-nos no limiar entre os capítulos VI e VII, pois Freud versa agora sobre o último processo da *Traumarbeit*. É precisamente nessa fronteira que as fantasias assomarão com toda força. Se os trabalhadores notívagos do espírito desejam uma fachada para os sonhos, que eles não se preocupem: já há fachadas desse tipo, fabricadas antecipadamente, a saber, as fantasias.

Assim, existe entre os pensamentos oníricos disponíveis à confecção do sonho um produto já pronto a servir de fachada, “à espera somente de ser usado”: “esse elemento dos pensamentos oníricos a que faço alusão, costumo designá-lo *‘fantasia’*; talvez cause possíveis mal-entendidos se em seguida o denomino *sonho diurno [Tagtraum]*, por ser o análogo ao sonho que encontramos na vida de vigília”³⁴. Patente, aqui, é que Freud está a dissertar sobre *fantasias conscientes*. O assunto que segue então ao enalço é o das neuroses: “o estudo das psiconeuroses nos faz deparar-nos com uma surpreendente descoberta: estas fantasias ou sonhos diurnos são as etapas prévias mais imediatas dos sintomas histéricos – ao menos de toda uma série deles –; não das recordações mesmas, mas sim sobretudo das fantasias construídas sobre a base delas dependem os sintomas histéricos”³⁵. Eis

vez. Antes, em tais momentos se toca realmente algo que já se vivenciou, porém isso não pode ser recordado de maneira consciente porque nunca foi consciente. Em suma: a sensação do ‘*déjà vu*’ corresponde à lembrança de uma fantasia inconsciente. Existem fantasias inconscientes (ou sonhos diurnos), assim como há criações conscientes dessa índole, das quais cada qual tem notícia por experiência própria” (Freud, 1901, p. 258). Ora, mal precisamos tocar aqui no *gigantesco* e estrondoso apuro aporético que Freud nos lançou e mal se prestou a desenredar: em primeiro lugar, o fato de fantasias inconscientes *terem sido vivenciadas*, mas ao mesmo tempo de forma *não-consciente* (como, afinal, pode uma *Erlebnis* não ser uma vivência da consciência, seja tética, seja não-tética?). Em segundo lugar, o fato de que um *déjà-vu* é a *lembrança* de algo que *nunca* foi vivenciado conscientemente, ou seja, é a lembrança de algo que não ocorreu (materialmente), de uma criação fantasística singular do sujeito que nunca chegou a ser consciente (como, afinal, pode haver uma lembrança de algo que nunca foi o correlato noemático da consciência, para utilizarmos a terminologia de Husserl?). Nós, por nossa parte, também sequer tentaremos resolver tamanhos embaraços (deixemo-los para os lógicos, epistemólogos e fenomenólogos que por ventura se interessarem pelo assunto).

³⁴ Freud, S. (1901), pp 487-8.

³⁵ *Id.*, p. 488.

exposta a nova tese etiológica, com a adição conceitual de que *fantasias são construídas tendo como base as representações mnêmicas*. Mas engana-se quem pensa que as fantasias são somente conscientes: “a frequente emergência de fantasias diurnas conscientes nos põe em conhecimento dessas formações; mas assim como as há conscientes, são abundantíssimas as fantasias inconscientes que têm de permanecer assim por causa de seu conteúdo e por proceder de material reprimido”³⁶. E, além disso, se podem ser chamadas também de sonhos (diurnos), não é em balde, pois que “têm em comum com os sonhos noturnos uma parte essencial de suas propriedades”³⁷. É então no parágrafo seguinte que Freud expõe uma caracterização originária da fantasia:

Como os sonhos, elas são realizações de desejo; como os sonhos, baseiam-se em grande parte nas impressões de vivências infantis; e, como eles, gozam de certo relaxamento da censura com relação às suas criações. Se investigamos sua construção, notamos como o motivo de desejo que se afirma em sua produção descompaginou, reordenou e compôs em uma totalidade nova o material da qual são feitas. Mantêm com as reminiscências infantis, às quais remontam, a mesma relação de muitos palácios barrocos de Roma com as ruínas antigas, cujos silhares e colunas proporcionaram o material para um edifício de formas modernas.³⁸

Instrutivo será comparar as duas metáforas de arquitetura arquitetadas pelo italo-filósofo Freud: se antes a fantasia fora comparada à fachada de igrejas italianas, agora ela é o próprio palácio barroco, fundado sobre as ruínas chamadas reminiscências infantis. Elemento heterogêneo da vida inconsciente é, pois, a fantasia. E, antes de seguirmos rumo a algumas importantes conclusões, ponhamos aqui também o parágrafo seguinte do texto, que nos parece ser-nos bastante profícuo:

No total, a fantasia será tratada depois como qualquer outro dos pensamentos do material latente; mas amiúde é todavia reconhecível como um todo no sonho. Em meus sonhos soem apresentar-se partes que se destacam das outras pela diferente impressão que geram. Parecem-me como fluidas, melhor compaginadas e ao mesmo tempo mais fugitivas que outros fragmentos do mesmo sonho; eu sei que essas são fantasias inconscientes que chegaram ao sonho dentro da sua trama, porém nunca consegui fixar uma delas³⁹. Além disso, essas fantasias, como todos os outros componentes dos pensamentos oníricos, são comprimidas, condensadas, sobrepostas

³⁶ *Ibid.*

³⁷ *Ibid.* E Freud, quem sabe se com sua usual ironia, após 488 estafantes páginas adiciona: “o seu estudo [das fantasias] poderia ter-nos aberto, em verdade, o mais direto e melhor acesso para a compreensão destes [dos sonhos]”.

³⁸ *Id.*, pp. 488-9.

³⁹ Afirmação um tanto quanto exasperante, visto que ao longo do livro Freud nos presenteia com alguns bons e belos exemplos de fantasias inconscientes formadoras dos sonhos.

umas com as outras etc.; mas existem gradações desde o caso em que se lhes permite constituir, quase intactas, o conteúdo do sonho, ou ao menos sua fachada, até o caso oposto em que apenas um de seus elementos ou uma alusão remota a um deles estão sub-rogados no conteúdo. Evidentemente, para o destino das fantasias incluídas nos pensamentos oníricos o decisivo são as vantagens que podem oferecer com relação às exigências da censura e da compulsão à condensação.⁴⁰

Agora está claro em que medida uma fantasia pode ser uma etapa prévia também dos sonhos: algumas constituem quase que o sonho inteiro, jazendo aí incólumes, enquanto outras são deformadas, recortadas e distorcidas tal qual qualquer outro pensamento onírico latente. Se numa primeira visada o conceito de fantasia agora mais concretamente delineado parece ter uma extrema semelhança com aquele, não publicado, das cartas a Fliess de 1897 (constituem a fachada dos sonhos e são erigidas a partir de reminiscências infantis), no aprofundamento do conceito executado por Freud nos queda mui manifesto que essa nova noção de fantasia está muito distante da de outrora. Por dois motivos: o primeiro, já por nós abordado, é a enunciação da potência etiológica das fantasias – são elas, não as memórias mesmas, que subjazem aos sintomas psiconeuróticos⁴¹. Em segundo lugar, e talvez o mais importante, pois sua gênese agora é dupla: além das vivências infantis há outro fator seu componente, o desejo. E é justamente o *desejo* (ou o “motivo do desejo”) aquilo que rearranja as representações, construindo novas misturas e composições ideacionais de acordo com seus próprios desígnios. Doravante uma fantasia não é uma *falsidade* construída com o objetivo mesmo de *encobrir* outra representação ou *ludibriar* seu ingênuo espectador, mas sim uma construção autônoma: ela *pode* ser uma fachada, mas, no geral, é bem mais que isso.

Assim sendo, já vemos que a fantasia se constrói “em grande parte” sobre as reminiscências infantis e que seu processo de formação tem como fator fundamental o *desejo*. Resta estudar, por consequência, o que é o desejo na *Traumdeutung*. Será nossa tarefa na próxima seção deste capítulo. Ademais, a fantasia foi já claramente conceituada como classe de representações, conscientes ou inconscientes (mais geralmente inconscientes), subjacente a toda uma gama de fenômenos do consciente: lembranças (de infância, encobridoras), sonhos, sintomas neuróticos e até mesmo *déjà-vus*.

Nós nos adiantamos um pouco com relação à confecção mesma do grande livro de Freud, de extrema paciência, cautela e rigor. Porém mesmo com os poucos excertos seus até aqui expostos, pode-se concluir algo de extrema importância: a *lógica* subjacente à teoria da sedução permanece

⁴⁰ *Id.*, pp. 489-90. Ainda veremos o que são a *censura* e a *condensação* na *Traumarbeit*.

⁴¹ “Ou ao menos de toda uma série deles” – ressalva que não será mantida, como veremos nos próximos capítulos deste estudo.

como a lógica da nova teoria. Temos sempre um conjunto de representações que foi reprimido, que sobrevive num local especial chamado inconsciente, mas que ainda surte efeitos e que força sua entrada na consciência. Nesse processo, o que reprime e o que é reprimido entram em conflito, e o resultado é uma formação de compromisso. Isso não foi alterado – a lógica dos processos é a mesma. O que se alterou, até então, foi a natureza das representações subjacentes aos derivados que logram emergir na consciência: na teoria da sedução, memórias e tão-somente memórias. Agora, não só memórias, mas sobretudo fantasias. De certa forma a alteração radical que podemos diagnosticar desde já é a reformulação do estatuto ontológico seja daquela classe de representações que chamamos de *mnêmicas*, seja desse local especial que chamamos de *inconsciente*. Antes: depósito sem fundo das impressões sensoriais. Agora: depósito de impressões em que forças novas agem. Já sabemos o nome corpulento de uma dessas forças: desejo.

Memória e desejo (e fantasia) na Traumdeutung

Lida similar à recebida pela fantasia obtém também o desejo durante os seis primeiros capítulos da *Traumdeutung*. Freud súbito lança o termo como se fosse um velho conhecido de todos nós, mas só o vai definir mesmo nas últimas páginas da obra. É assim que, já à página 177, é-nos concedida a fórmula máxima: “*O sonho é uma realização (disfarçada) de um desejo (suprimido, reprimido)*”⁴². E então salpicam-se frases de efeito que nos vão desvelando os contornos desse enigma chamado desejo. Poucas páginas depois: “[...] para nosso assombro *verificamos que a criança e seus impulsos permanecem vivos no sonho*”⁴³; e, mais adiante: “a mais profunda e eterna essência da humanidade, em cuja evocação em seus ouvintes o poeta está acostumado a confiar, reside nos impulsos da vida anímica que têm sua raiz na infância que depois se fez pré-história”⁴⁴. Ora, o que já está perante nós delineado é a existência da relação entre *desejos e impulsos*, de um lado, e da relação entre *desejo e infância*. Crianças têm impulsos, a infância não está isenta deles. E, ainda que sejam sufocados, tais impulsos permanecem (bem) ativos fora da consciência. Já no último capítulo do livro Freud assevera que “*o desejo que é representado num sonho tem de ser um desejo infantil*”⁴⁵. É quase dedutível aqui a ligação essencial entre *desejo e infância*: o desejo, assim nos parece, é infantil por excelência. Mesmo que haja desejos ditos “adultos”, isso em nada reduz o fato de “a mais profunda e eterna essência da humanidade” residir nos impulsos que têm raiz na infância. Eis-nos, pois, defronte a um elemento inédito na obra de Freud: a sexualidade infantil.

⁴² *Id.*, p. 177.

⁴³ *Id.*, p. 206.

⁴⁴ *Id.*, p. 257.

⁴⁵ *Id.*, p. 546.

Ainda não temos a categorização e a análise mais aprofundadas que terão lugar cinco anos mais tarde, tampouco é usado o nome célebre (“sexualidade infantil”), mas o que Freud vai apresentando, no núcleo argumentativo mesmo do livro, é uma série de demonstrações e constatações em favor da existência de impulsos desiderativos em crianças. Assim é que, às páginas 254-5, conecta-se o sonho típico de estar despido ao fato de as crianças “manifestarem frequentemente um desejo de se exhibir”⁴⁶. Exibir-se e ver – tal a primeira dupla de impulsos que é tematizada no livro. Às páginas 260-7, Freud elabora ainda mais a conceituação a respeito de uma sexualidade infantil, focando-se na arguição de que crianças têm impulsos hostis para com seus irmãos, pais e mães. Além disso, efetua-se aqui um esboço da diferenciação entre as conceituações adulta e a infantil da *morte*: para as crianças a morte não é o mesmo que para os adultos (sendo a morte inclusive um desejo bastante banal para as crianças). E, às páginas 269-73, Freud expõe pela primeira vez um bosquejo da teoria do complexo de Édipo (que ainda não recebeu esse nome)⁴⁷. Aqui, porém, esboça-se somente a parte *positiva* do conceito (que anos mais tarde receberá também a negativa), isto é, o fato de que meninos amam a mãe e desejam matar o pai e de que meninas amam o pai e desejam matar a mãe. De acordo com Freud é graças à *universalidade* de um tal conflito infantil que a tragédia alcança sua efetividade no plano dramático: Sófocles faz-nos emocionar por coisas que, conquanto sejam desconhecidas por nós, constituem-nos enquanto sujeitos.

Concomitante à revelação da natureza infantil do desejo é o desenvolvimento, lento, de uma teoria da função e do modo como operam os sonhos. Sendo o sonho a realização de um desejo reprimido, não pode haver em operação na alma de todo indivíduo que tem sonhos nada menos que o processo chamado repressão (outrora constatado atuante nas psiconeuroses e naqueles casos de esquecimento e lembranças infantis). É assim que, às páginas 160-3, Freud elabora a teoria da *censura* nos sonhos, asseverando a existência de *duas instâncias psíquicas* cujas forças, estando em contraposição quando da fabricação dos sonhos, se combatem e fazem com que se produza um resultado “misto” – uma série de ideias *simbolizadas* graças à proibição de que apareçam de modo *puro* para consciência⁴⁸. Tal qual os sintomas neuróticos, o sonho é uma formação de compromisso, o resultado de uma complexa atuação de forças psíquicas. Dois sistemas psíquicos são deduzidos desse jogo de forças: um, inconsciente, no qual haveria uma série de inscrições (reprimidas); o segundo, consciente (ou pré-consciente, como depois se observará), que recebe influxos do primeiro, porém atenuados e amenizados. Entre eles, a atuação de uma *censura* que assegura uma fronteira

⁴⁶ *Id.*, p. 255. Note-se o uso indiscriminado do termo “desejo”.

⁴⁷ Pela primeira vez oficialmente, seja dito, pois que já em 1897 ele revelara essas mesmas intuições a Fliess.

⁴⁸ Aqui utilizamos o termo “simbolizar” (e derivados) do mesmo modo com que o próprio Freud o utilizou em seus artigos do período 1893-7, isto é, num sentido amplo. Como se sabe, na *Traumdeutung* ele usa esse termo num sentido bem mais estrito (unindo o termo “símbolo” à categoria lógica do “universal”). Não tocamos aqui esse assunto, que, todavia, é de magna importância.

entre eles: ao mesmo tempo *barra e ponte de “comunicação”*. Donde a existência do *conteúdo manifesto* do sonho (as imagens oníricas *in se*), à qual subjaz a existência de um *conteúdo latente*, inconsciente por excelência.

Constata-se, pois, que a repressão não atinge apenas *representações mnêmicas* (como parecia estar implícito na teoria da sedução), mas também desejos:

Como já sabemos, há na mente desejos *reprimidos* que pertencem ao primeiro sistema e a cuja realização o segundo sistema se opõe. Ao usar a expressão “há” não a entendemos num sentido histórico, isto é, que tais desejos um dia tenham existido e que tenham sido abolidos mais tarde; o que afirma a teoria da repressão, da qual não se pode prescindir no estudo das psiconeuroses, é, antes, que tais desejos reprimidos seguem existindo, mas ao mesmo tempo uma inibição pesa sobre eles.⁴⁹

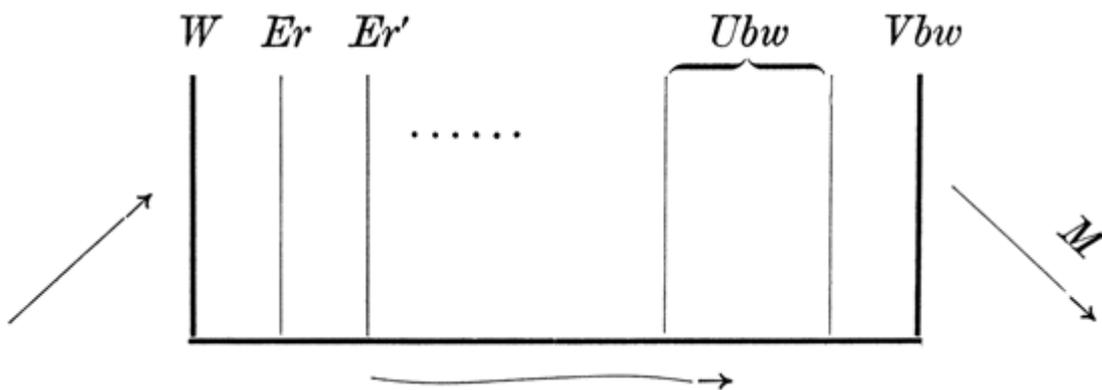
Nos sonhos, esses desejos são representados (como satisfeitos), porém sempre por intermédio do jogo de forças que destacamos logo acima. Seguindo esse raciocínio Freud verifica a existência de dois processos constituintes da formação de qualquer sonho: a condensação e o deslocamento. Trata-se, no fundo, sempre de uma dinâmica energética: ao passo que no primeiro sistema psíquico (o inconsciente, digamo-lo desde já) certas representações estão investidas com bastante energia, elas ao mesmo tempo são barradas pela censura. A formação do tecido imagético do sonho é o resultado de uma *estratégia* (quase que uma *ars bellica*, dir-se-ia) com a qual o inconsciente pode como que ludibriar a censura e fazer passar ao segundo sistema (o consciente, no caso) esse conjunto de representações proibidas altamente investidas. A condensação consiste em, como diz o nome, condensar num só elemento diversas representações: surgem aquelas figuras oníricas híbridas, como a mãe que tem a voz da tia que tem o nome da sobrinha que tem a profissão do pai. Com o deslocamento, por outro lado, temos o retorno do bom e velho “príncipe fantasiado de mendigo”, ao qual Freud era tão aficionado: assomam no sonho elementos altamente *insignificantes* e que foram escolhidos *justamente* pela sua grandiosa insignificância: “é como se se produzisse um *deslocamento* [*Verschiebung*] – digamos, da ênfase psíquica – por meio dos elos intermediários, até que representações no início investidas com intensidade *fraca*, tomando para si a energia de outras representações investidas mais intensamente desde o início, alcançam uma força que as torna capazes de impor seu acesso à consciência”⁵⁰. Aqui e ali, pode-se notar, processos constituintes também dos sintomas psiconeuróticos, com a emergência de representações no consciente por meio de ligações simbólicas entre as duas séries de inscrição (a inconsciente e a consciente). A *Deutung* dos sonhos é,

⁴⁹ *Id.*, p. 247.

⁵⁰ *Id.*, p. 193.

logo, antes de tudo, o desenvolvimento da teoria de uma “economia do desejo”, para me utilizar do precioso termo de Ricœur⁵¹ – precioso já que indica concisamente que a hermenêutica freudiana nunca está desvinculada de uma energética, como já fizemos notar e ainda haveremos de sublinhar.

Para explicar toda essa dinâmica subjacente a todo e qualquer sonho, Freud expõe, no sétimo e último capítulo do livro, uma nova teoria do aparelho psíquico. “Nova” em termos, pois que, como veremos, trata-se em muitos aspectos, do nosso ponto de vista, mais de uma retomada quase que letra a letra do esquema teórico do *Projeto*. É assim que Freud propõe um aparelho psíquico com duas pontas (uma perceptiva, a outra motora) e entre elas uma série de camadas estratificadas de memórias. Assim, entre a ação motora e a percepção influiriam diversos estratos de representações inconscientes e pré-conscientes. Retomemos aqui o esquema imagético⁵² desenhado por Freud em prol de um mais fácil entendimento do leitor:



A teoria, aqui, é sobretudo similar à apresentada no *Projeto*: os sistemas mnêmicos se constroem a partir de facilitações erigidas com base nas vivências do sujeito. Páginas adiante Freud finalmente expõe o conceito mais concretamente delineado de *desejo* e o faz, note-se bem, quase que com as mesmas palavras usadas em 1895. O argumento se inicia com a constatação de que esse aparelho psíquico não foi sempre deste modo, mas sim ganhou esse estado maduro através de um “caminho de um grande desenvolvimento”. No início da vida, prossegue o raciocínio, o aparelho

⁵¹ Nessa economia do desejo, algo como uma divisão do “eu” ocorre (não sendo o “eu” aqui compreendido como a instância psíquica como teorizada já no *Projeto*). À página 328, Freud argumenta que “os sonhos são absolutamente egoístas”, isto é, sempre tratam de desejos daquele que sonha, da perspectiva daquele que sonha; não podem, aliás, fazer nada além disso. Ocorre que na figuração da realização desses desejos, o eu do sonhador nem sempre se mostra de maneira direta: pode estar representado nas mais diversas figuras que no sonho aparecem. Pois que a censura proíbe certas representações, elas são rechaçadas do eu que sonha e o eu que deseja passa a ser representado numa figura, por vezes marginal, do sonho. Isso, como se pode notar, é bastante similar à imagem em terceira pessoa do sujeito que se lembra de um evento de sua própria infância. Mantenhamos em mente essa característica formal que já se fez presente tanto na memória encobridora quanto no sonho.

⁵² *Id.*, p. 534. Na imagem, W está para *Wahrnehmung* (percepção), M para *Motorik* (motricidade), Er para *Erinnerung* (memória), Ubw para *Unbewusste* (inconsciente) e Vbw para *Vorbewusste* (pré-consciente). As setas em alemão significam o mesmo que em português (ou assim espero eu).

“obedeceu primeiro ao afã de manter-se o mais possível isento de estímulos” e, para isso, adotou o esquema reflexo como método mais seguro: assim se descarregava, “por vias motrizes, uma excitação sensível que a ele chegava de fora”⁵³. Entretanto na vida de um bebê humano não há tão-somente excitações providas do exterior – também as necessidades ditas corporais o assolam. Segue então a linha de raciocínio praticamente idêntica à do *Projeto*:

A urgência da vida o assedia primeiro na forma das grandes necessidades corporais. A excitação importa pela necessidade interior buscará uma drenagem na motilidade que pode designar-se “alteração interna” ou “expressão emocional”. A criança faminta chorará ou esperneará inerte. Mas a situação se manterá imutável, pois a excitação que parte da necessidade interna não corresponde a uma força que golpeia de maneira momentânea, mas sim a uma que atua continuamente. Somente pode sobrevir uma mudança quando, por algum caminho (no caso da criança, pelo cuidado alheio), se faz a experiência da *vivência de satisfação* que anula o estímulo interno. Um componente essencial dessa vivência é a aparição de uma certa percepção (nutrição, no nosso exemplo) cuja imagem mnêmica permanece, dali em diante, associada ao traço que deixou na memória a excitação produzida pela necessidade. Na próxima vez em que esta última sobrevenha, graças ao enlace assim estabelecido se suscitará uma moção psíquica que quererá investir de novo a imagem mnêmica daquela percepção e produzir outra vez a percepção mesma, vale dizer, na verdade, reestabelecer a situação da primeira satisfação. Uma moção dessa índole é aquilo que chamamos desejo; a reaparição da percepção é a realização de desejo, e o caminho mais curto para este é aquele que leva desde a excitação produzida pela necessidade até o investimento pleno da percepção. Nada nos impede de supor um estado primitivo do aparelho psíquico em que esse caminho se transitava realmente dessa maneira, e portanto o desejar terminava em um alucinar. Essa primeira atividade psíquica apontava então a uma *identidade perceptiva*, ou seja, a repetir aquela percepção que está enlaçada com a satisfação da necessidade.⁵⁴

O trecho é enorme, mas já entrevemos aí dois dos conceitos de 1895 reaparecendo sob as mesmas vestimentas: o desejo e a alucinação (primária). O raciocínio é idêntico: o desejo é uma espécie de circuito dentro do qual se busca *reativar* ou *reviver* (atenção seja dada ao prefixo *re-*) a vivência primária de satisfação; isso é feito tendo como base os traços mnêmicos providos dessa mesma vivência fixados dentro do organismo; essa satisfação, então, “será buscada eminentemente

⁵³ *Id.*, p. 557. E nesses trechos vemos também enunciado o chamado “princípio de constância”.

⁵⁴ *Id.*, pp. 557-8.

na esfera representacional”⁵⁵, como bem afirmou Simanke. A alucinação, aqui novamente, é na fenomenologia do desejo traçada por Freud a experiência do idêntico, tal qual era cinco anos antes. Não à toa, o seu corolário, o seu contraposto chamado *pensamento* receberá o mesmo tratamento também: o ato de pensar é mais uma vez tratado como um prelúdio para a ação, ação esta que visa ao restabelecimento da identidade perdida (entre a estimulação endógena e os traços mnêmicos advindos da primeira vivência de satisfação): “toda a complexa atividade de pensamento que se desenrola desde a imagem mnêmica até o estabelecimento da identidade perceptiva por obra do mundo exterior não é outra coisa que um *caminho indireto para a realização de desejo*, caminho este que a experiência tornou necessário”⁵⁶. E é então que o grandioso atributo do animal racional chamado pensamento é reduzido a algo muito menos nobre: “por isso, o pensar não é nada senão o substituto do desejo alucinatório, e no ato se torna evidente que o sonho é uma realização de desejo, visto que somente um desejo pode colocar nosso aparelho anímico em ação”⁵⁷. Pois que, à noite, ao irmos deitar-nos, nossos sentidos são amortecidos e nossa motricidade se encontra quase que completamente obstruída, o aparelho psíquico pode voltar a funcionar do modo como funcionava primitivamente e alucina, sob a forma de sonhos, realizações de desejos. O sonho “simplesmente preservou para nós, nesse aspecto, uma amostra do modo de trabalho *primário* do nosso aparelho psíquico, que foi abandonado por ser inadequado”⁵⁸.

O passo seguinte da argumentação de Freud é o apontamento do fato de que há outras formações psíquicas que podem ser descritas como realizações de desejo. A afirmação é resoluta: os sintomas histéricos “*também têm que ser concebidos como realizações de desejos do inconsciente*”⁵⁹. No entanto, um sintoma difere em muito de um sonho, por motivos óbvios (como já afirmamos, o estado fenomenológico quando do ato de dormir é bastante específico). A diferença essencial, porém, reside no fato de que mais de um desejo deve ser realizado no sintoma: há uma cadeia de pensamentos que é *contrária* ao desejo inconsciente, que brota do *Pcs*, e que também é representada no sintoma (uma autopunição, por exemplo, diz Freud). “Assim, em termos completamente gerais, posso dizer que *um sintoma histérico somente se forma onde duas realizações de desejo opostas, provenientes cada um de um sistema psíquico diverso, podem coincidir numa expressão*”⁶⁰.

Mais adiante, Freud nos apresenta então sua teoria do princípio de prazer (denominado, aqui, princípio do desprazer). O desprazer é concebido como acúmulo de tensão endógena, cuja drenagem ou descarga seria justamente o prazer. Aí Freud diz que a *Strömung* (corrente, correnteza) que vai

⁵⁵ Simanke, R. (2009), p. 44.

⁵⁶ Freud, S. (1900), p. 558.

⁵⁷ *Id.*, pp. 558-9;

⁵⁸ *Id.*, p. 559.

⁵⁹ *Id.*, p. 560.

⁶⁰ *Id.*, p. 561.

desde o desprazer até a obtenção de prazer se chama desejo, e reafirma que somente ele pode pôr em ação nosso aparelho psíquico. Em seguida ele conceitua dois diferentes estados de energia: uma, livre, pertencente ao sistema *Ics*, regido pelo princípio do desprazer; a outra, ligada ou quiescente, pertencente ao *Pcs*, regido pelo (ainda não intitulado) princípio de realidade⁶¹.

Essa elaboração teórica de um primeiro esquema universal concernente ao aparelho psíquico humano e ao seu desenvolvimento é, como se pode notar, quase que um espelhamento fiel daquilo que fora escrito e analisado no *Projeto*. Sublinhemos o *quase* e deixemos notado que a figura do espelho não passa de uma metáfora: tão-somente desejamos comparar dois edifícios teóricos que numa primeira visada parecem ser praticamente idênticos, mas que numa leitura mais demorada apresentam diferenças marcantes. Além de certos acréscimos (um dentro os quais analisaremos logo a seguir), duas diferenças entre essas construções teóricas se fazem notar: primeiro, a mudança da linguagem empregada, que passou de uma terminologia neurológica a um vocabulário de um saber psicológico nascente (não há mais neurônios, e estamos perante um aparelho psíquico ou anímico, e não mais um organismo como um todo); em segundo lugar, o fato de que agora é o *Pcs* quem deve lidar com a energia quiescente (ou ligada) e não um sistema chamado “eu”: o eu enquanto tal deixa de ser um conceito e passa a ser um termo vago representante da identidade pessoal. Ele só adquirirá novamente o estatuto de conceito com a emergência do conceito de “pulsões de autoconservação” (ou “pulsões egoicas”), em 1910, e com a revolução do narcisismo efetuada durante a década de 10, culminando na análise do eu, em 1921, e na elaboração da segunda tópica, em 1923⁶².

Um notável acréscimo ao esquema de 1895 está numa descrição algo inédita do sistema inconsciente enquanto tal: enquanto um sistema, ele tem um funcionamento *sui generis*, com leis próprias que não condizem quase em nenhum aspecto com os sistemas pré-consciente e consciente. Uma parte da peculiaridade do inconsciente reside nos processos psíquicos que aí ocorrem, os ditos processos primários: a energia aí é livre, e reinam as leis de associações as mais espúrias o possível. Entretanto, ademais, há uma relação do inconsciente com o tempo (ou melhor, uma *não-relação*) que é uma característica sua das mais impressionantes. E é aqui que Freud parece voltar a enunciar aquela teoria, dos *Estudos*, das duas classes de memórias: a primeira, a que estamos acostumados, estaria sujeita aos processos de esmaecimento e desgaste, enquanto a segunda permaneceria praticamente imutável fora da consciência.

⁶¹ Para tudo isso, pp. 587-9.

⁶² Quanto à evolução do conceito de *eu* em Freud, cf. o capítulo específico acerca disso da dissertação de Mezan (1982), pp. 175-89.

É completamente correto dizer que os desejos inconscientes permanecem sempre alertas. Constituem caminhos sempre transitáveis tão logo uma quantidade de excitação se sirva deles. E ainda é uma particularidade de destaque dos processos inconscientes o fato de permanecerem indestrutíveis. No inconsciente, não se pode pôr fim a nada, nada é passado nem esquecido. É o que nos impressiona sobremaneira no estudo das neuroses, sobretudo da histeria. Esse caminho inconsciente de pensamento que no ataque [histérico] conduz ao alívio (de energia) volta a ser transitável mal se tenha reunido a energia suficiente. Uma afronta ocorrida trinta anos antes produz seus efeitos agora como se fosse recente, depois que conseguiu o acesso às fontes de afeto inconscientes. Tão logo sua recordação seja tocada, ela revive e se mostra investida com uma excitação que consegue para si uma descarga motora em um ataque.⁶³

E, na continuação: “é que isso mesmo que nos inclinamos a julgar trivial e que explicamos por uma influência primária do tempo sobre os resíduos mnêmicos da alma, a saber, o empalidecimento das memórias e a debilitação afetiva das impressões que já não são recentes, é na realidade produto de alterações secundárias que se conseguem mediante um árduo trabalho”⁶⁴.

Aqui temos a declaração peremptória da atemporalidade dos processos inconscientes e da *indestrutibilidade* desse circuito chamado desejo. Além disso, como já dissemos, vemos uma retomada, menos elaborada e mais marginal, de veras, da teoria das duas classes de memórias. Novamente Freud argumenta que o esmaecimento de recordações *não* é algo primário, mas sim secundário e que depende da atuação do sistema *Pcs*. Podemos doravante começar a explorar as reformulações que Freud executa no tocante à faculdade mesma da memória. Como já vimos, no esquema imagético do aparelho psíquico apresentado no capítulo derradeiro da *Traumdeutung* está contida, entre as duas pontas terminais do aparelho psíquico, toda uma série de estratos de representações mnêmicas. Cabe a nós tentar compreender como se relacionam esses estratos entre si e por meio de que processos. Para isso tomaremos como base também alguns trechos da *Psicopatologia*, em especial uma nota de rodapé acrescentada em 1907 que nos é de extrema importância.

Ao procurar as razões para os fenômenos do esquecimento, Freud encontra um motivo presente amiúde e que está de acordo com seu esquema teórico elaborado em 1900: a evitação do desprazer. “A tendência a esquecer o desagradável me parece totalmente universal, ainda que a aptidão para isso apresente graus diversos em pessoas diferentes”⁶⁵. E completa: “também em pessoas

⁶³ Freud, S. (1900), p. 569.

⁶⁴ *Ibid.*

⁶⁵ Freud, S. (1901a), p. 144.

sãs, não neuróticas, encontramos abundantes indícios de que uma forte resistência se contrapõe à recordação de impressões penosas, à representação de pensamentos penosos. Porém o cabal significado desse fato somente se pode medir se se aprofunda na psicologia das pessoas neuróticas”⁶⁶. Isso porque toda a sua sintomatologia estaria ligada a essa tendência geral de todo aparelho psíquico: aquilo que os neuróticos tentam esquecer porém não conseguem é precisamente aquilo que emerge representado pelo sintoma. Caso fossem rememorados de forma pura, um alto grau de desprazer adviria simultaneamente. Ora, se o sintoma é realização de desejo, vemos sendo estabelecido um estranho entrelaçamento entre desejo e desprazer. Já no início da *Psicopatologia* Freud afirmara que há uma “natureza tendenciosa” da nossa memória, pois várias vivências pouco importantes da infância se conservam enquanto memórias, ao passo que vivências importantes do adulto são amiúde olvidadas. E dissera que “a memória pratica uma seleção entre as impressões que se lhe oferecem”⁶⁷. Por todos esses fatos, queda claro que há processos de outra ordem, para-além da memória mesma, que a perturbam e fazem sê-la aquilo que ela é de fato. Uma imensa nota de rodapé adicionada por Freud em 1907, que não podemos senão reproduzir integralmente, informa que processos são esses:

Sobre o mecanismo do esquecimento em sentido estrito posso dar as seguintes indicações: o material mnêmico está submetido em geral a dois influxos: a condensação e o deslocamento. Esta última é obra das tendências que governam dentro da vida anímica, e se dirige sobretudo contra os traços mnêmicos que conservaram eficiência afetiva e se mostraram mais resistentes à condensação. Os traços tornados indiferentes sofrem o processo condensador sem defender-se contra este; não obstante, pode-se observar que, além disso, tendências desfiguradoras se saciam com o material indiferente toda vez que ficaram insatisfeitas ali onde queriam exteriorizar-se. Como esses processos da condensação e da desfiguração se estendem por largos períodos, durante os quais todas as vivências frescas contribuem à replasmação do conteúdo da memória, sói crer-se que é o tempo aquilo que torna incertos e desate as lembranças. Muito provavelmente a respeito do esquecimento não se pode falar de uma função direta do tempo. No caso dos traços mnêmicos reprimidos, pode-se comprovar que não sofreram alterações durante os mais largos lapsos [de tempo]. O inconsciente é totalmente atemporal. O caráter mais importante, e também o mais assombroso, da fixação psíquica é que todas as impressões se conservam, por um lado, da mesma maneira com que foram recebidas, porém, além disso, em todas as formas que receberam como resultado de desenvolvimentos ulteriores, relação esta que não se pode ilustrar com nenhuma comparação tomada

⁶⁶ *Id.*, p. 145.

⁶⁷ *Id.*, p. 48.

de outra esfera. Teoricamente, então, cada estado anterior do conteúdo da memória se poderá restabelecer para o rememorar ainda que todos os seus elementos tenham trocado já há tempos seus vínculos originários por outros novos.⁶⁸

Fatos importantes: reafirmação da atemporalidade constituinte do inconsciente; reafirmação, logicamente consecutiva, de que tudo que uma vez esteve ali ali estará até o fim da vida. Mas algo mais se disse: tudo permanece, porém cada representação ou cada elemento de uma representação mnêmica pode sofrer alterações as mais diversas. E os processos responsáveis por esse remanejamento dos traços mnêmicos são os mesmos atuantes no trabalho do sonho: a condensação e o deslocamento. Tanto o traço original quanto seus sucessivos remanejamentos permanecem vivos no inconsciente, tal a estonteante natureza desse local psíquico chamado inconsciente. Anos antes, em 1896, Freud já fizera afirmações assaz semelhantes a Fliess, afirmando que o material psíquico sofreria rearranjos de tempos em tempos, em sucessivas *retranscrições*, segundo novas circunstâncias: “assim, o que há de essencialmente novo a respeito de minha teoria é a tese de que a memória não se faz presente de maneira simples, mas sim múltipla, está registrada em diversas variedades de signos”⁶⁹. Essa tese das sucessivas estratificações da memória será mantida até o fim da vida de Freud, aparecendo mais uma vez, por exemplo, em seu artigo publicado em 1925 sobre o “Bloco Mágico”⁷⁰.

Nós víamos, nos *Estudos*, uma teoria similar, que pregava uma tripla estratificação da memória. Agora, porém, a estratificação é distinta: cada camada (superior) não tem somente ligações cronológicas ou temáticas com as antecedentes, mas também é constituída por *alterações* das representações das outras camadas. Há, assim, aqui, a possibilidade de uma *falsificação* própria da faculdade da memória que parecia estar ausente da teoria anterior: elementos de impressões (materialmente) reais podem ser recombinaos de modo que passe a existir, então, uma memória falsa. O fato mais interessante dessa teoria, entretanto, é que serão ainda memórias os produtos *básicos* dessas reformulações.

Paremos um pouco e reflitamos sobre o que já pudemos entrever acerca do surgimento do conceito de *fantasia* na teoria freudiana. Em primeiro lugar, pôde-se notar que a fantasia parece ter tomado o lugar que as representações mnêmicas detinham na teoria da sedução. Agora são elas a camada subjacente tanto de sintomas, atos falhos e *déjà-vus* quanto de esquecimentos e lembranças da infância. Os papéis se inverteram: são as recordações da infância que têm função de véu e tratam

⁶⁸ *Id.*, p. 266, nota de rodapé de 1907.

⁶⁹ Freud, S. (1896d), p. 274. Nessa mesma carta havia um esquema imagético muito similar ao publicado na *Traumdeutung*.

⁷⁰ Freud, S. (1925 [1924]a). *Nota sobre la “pizarra mágica”*, vol. 19 da AE.

de encobrir as fantasias, os verdadeiros complexos de representações proibidas. Constatou-se também que, pelo influxo das fantasias mesmas, uma recordação que brota na consciência muito provavelmente carrega consigo algum remanejamento, alguma reformulação que lhe subtrai seu caráter de ser plenamente fiel à impressão sensorial da qual proveio. Há, assim, imanente ao ato egoico de recordar uma espécie de *falsificação*. Essa falsificação, todavia, não subtrai à representação que emerge o seu estatuto de *memória*. Com efeito, Freud empreende todos os esforços para assegurar esse estatuto às lembranças da infância, por exemplo. Ao mesmo tempo, reformulam-se também as concepções sobre a faculdade da memória: ainda é mantida sua desnorteante complexidade, porém a veracidade que parecia ser inerente às recordações armazenadas no inconsciente não pode ser mais mantida. Pois que habitam esse local turbulento chamado inconsciente, estão sujeitas aos mesmos processos que o constituem, os ditos processos primários (condensação e deslocamento). Constatam-se, pois, espécies de falsificações imanentes tanto à faculdade da memória quanto ao ato egoico de recordar.

Além disso tudo, o conceito de fantasia surge na aurora mesma da própria psicanálise. Se consideramos o estabelecimento concreto da psicanálise o aparecimento e desenvolvimento lento de teses universais sobre o aparelho psíquico humano e que levam em conta o funcionamento e a estrutura de um sistema universal chamado inconsciente, então a fantasia pode ser considerada como um conceito que, no mínimo, acompanha esse nascimento. A afirmação resoluta da existência *perene* de um inconsciente (diferentemente do que havia no *Projeto*, onde os processos primários eram *substituídos* pelos secundários) é acompanhada pela constatação da existência de fantasias dentro desse inconsciente. Essas fantasias foram muito explicitamente conceituadas enquanto realizações de desejo, e o desejo foi muito explicitamente conceituado como tendo origem na vida anímica das crianças; enquanto infantil, portanto. Pode-se então afirmar que há uma ligação conceitual, nascente e muito fértil, diga-se de passagem, entre os conceitos de *fantasia* e de *sexualidade infantil*. Ambos ainda não foram plenamente desenvolvidos, tampouco foi estabelecida teoricamente a plena ligação entre eles. Isso ocorrerá num futuro não muito distante.

Interest aliquid inter...

Mas talvez a mais importante diferença existente entre os esquemas teóricos do *Projeto* e da *Traumdeutung* esteja num ponto relativamente marginal, ou melhor, num ponto que não atrai muito a atenção do leitor. Refiro-me à inserção obstinada, teimosa e enxerida da fantasia. Em 1895, pudemos vê-lo, não há traço algum desse “novo elemento da produção inconsciente” chamado fantasia. Os processos ocorridos no sistema ψ são referentes à faculdade da memória e à ativação dos estados volitivos do desejo. Nada de sexualidade infantil, nada de fantasia. Em 1900, pudemos

também detectar, a fantasia jaz já como um elemento pregnante dentro da vida anímica do sujeito: podem ser conscientes, sob a forma de sonhos diurnos, porém boa parte delas é inconsciente e constitui uma espécie de estofado de outros produtos do nosso psiquismo. Se o esquema conceitual metapsicológico do último capítulo da *Traumdeutung* é quase que um espelhamento daquele traçado no *Projeto* (e, com algumas das diferenças entre eles já descritas, as duas imagens se tornam cada vez mais distantes e distintas...), cabe a seguinte pergunta: onde fica, conceitualmente, a fantasia?

Fato intrigante é Freud haver recentemente descoberto a potência e a abundância das fantasias e, logo em seguida, não colocá-las conceitualmente dentro de sua teoria geral do aparelho psíquico. Nós vimos, entre as duas pontas (motora e perceptiva) há uma série de estratos de representações mnêmicas sujeitas ao funcionamento *sui generis* do inconsciente (processos primários e princípio do prazer). Em nenhum instante a fantasia *enquanto tal*, assim literalmente denominada, é incluída no esquema. E durante a segunda metade do livro vemos brotar afirmações em que a fantasia emana como que de soslaio, de esguelha, de través; em suma, à francesa (mais uma vez). Empilhemos essas frases curiosas:

“Essa lembrança, ou mais provavelmente fantasia, que me veio à mente enquanto eu analisava o sonho [...] constituiu um elemento intermediário nos pensamentos oníricos, que reuniu os afetos neles desencadeados tal como um poço recebe a água que para ele flui”⁷¹

“Posso aduzir aqui, como um resultado dos *Estudos sobre a histeria*, que as cenas infantis (sejam elas memórias, sejam fantasias), quando se consegue torná-las conscientes, são vistas de maneira alucinatória e somente ao serem comunicadas perdem esse caráter”⁷²

“... Se tivermos presente o papel que nos pensamentos oníricos desempenham as vivências infantis, ou as fantasias fundadas nelas, a frequência com que seus fragmentos reaparecem no conteúdo do sonho...”⁷³

“A referência ao valor por assim dizer paradigmático das cenas infantis (ou suas reproduções como fantasias) para o conteúdo do sonho...”⁷⁴

“A primeira parte [desse trabalho] se estende, em sentido progressivo, desde as cenas ou fantasias inconscientes até o pré-consciente; a segunda parte retrocede do limite da censura até as percepções”⁷⁵

Ora, colocadas as afirmações assim, uma trás a outra, queda claro que as fantasias rondam como espectros a serenidade das memórias inconscientes. Elas estão aí sempre através de um “ou”

⁷¹ Freud, S. (1900), p. 480.

⁷² *Id.*, p. 539.

⁷³ *Ibid.*

⁷⁴ *Id.*, p. 540.

⁷⁵ *Id.*, p. 565. Nesse trecho Freud está versando sobre o trabalho do sonho: este procede por uma via em ziguezague – atinge o pré-consciente mas, não tendo acesso à motricidade (por conta das características especiais do estado de dormir), retorna à outra ponta do aparelho, qual seja, a percepção, num processo que ele denominou *regressão*.

ou de um “seja”⁷⁶. Quase como segunda opção de um “sive... sive...” latino, as fantasias trazem consigo nessas frases a marca de uma dubiedade. Como se sabe, o “ou” pode indicar alternância, exclusão ou dúvida. E nós ficamos numa séria dúvida quando nos questionamos que função exerce o “ou” nas frases citadas. Freud parece ter muito claro para si que as construções ideacionais que jazem na origem de sintomas e sonhos não trazem sempre consigo o selo autoevidente da memória propriamente dita. Elas podem ser memórias *ou* podem ser fantasias tecidas a partir das representações advindas das impressões sensoriais do sujeito. Mas quedamos sem saber se se trata de uma exclusão ou de uma alternância, ou se Freud está mesmo expondo uma espécie de dúvida aos leitores (quando atinjo a origem inconsciente desses sonhos, será que tenho perante mim uma memória ou uma fantasia?). Atenção seja dada, também, à aparente contradição existente entre uma afirmação como “as cenas infantis (sejam elas memórias, sejam fantasias)” e uma outra, em que se diz “cenas infantis (ou suas reproduções como fantasias)”. Fantasias são ou não são cenas infantis? Freud parece estar lidando com um assunto altamente escorregadio.

Nós vimos: no sistema mesmo da memória atuam as forças do inconsciente, de modo que representações mnêmicas sejam retranscritas em diversos estratos. Datas, locais, nomes e figuras se trocam, se remodelam, de forma a fazer assomar novas memórias, as ditas memórias falsas. A pergunta é: a fantasia pode ser encarada como um mero fruto desses remanejamentos das representações mnêmicas? Tudo indica que não.

Primeiro porque nada indica que uma memória seja *em si mesma e necessariamente* uma realização de desejo. E essa é uma das características principais de toda fantasia. A fantasia advém, isto é certo, das marcas que a realidade externa imprime dentro do psiquismo do sujeito. Ela é uma remodelação das representações advindas das impressões sensoriais, mas essa remodelação não é feita meramente a partir das leis de associação que encontramos agindo nos processos primários: ela tem como *motivo* próprio e específico aquilo que Freud intitulou *desejo*. Ora, o desejo foi, como em 1895, aí descrito como logicamente dependente da estrutura mesma da memória inconsciente: ele consiste na busca pela reativação das representações advindas da primeira vivência de satisfação do sujeito. Essa busca é ditada pelo funcionamento da memória em vias e facilitações erigidas pelas leis de associação. Se a fantasia é, portanto, a composição de uma nova cena em que o desejo é satisfeito, trata-se de uma espécie de curto-circuito do desejo. Vemos assim como desde então a fantasia é de certa forma um tipo de nó no qual convergem o dentro e o fora do aparelho psíquico: nela estão conjugadas tanto as impressões sensoriais quanto essa *corrente* chamada desejo.

⁷⁶ O mesmo tratamento é dado também no texto de 1910 sobre Leonardo da Vinci. Freud está a dissertar sobre as sagas e tradições de um povo acerca de sua pré-história, dizendo que nelas há muita desfiguração e alteração da realidade material, mas afirma que, apesar disso, “a realidade do passado está representada nelas”; se se puderem desfazer essas desfigurações, poder-se-ia “descobrir a verdade histórica” que lhes subjaz. E completa: “o mesmo vale para as memórias de infância ou fantasias dos indivíduos” (Freud, 1910a, p. 79).

Se por um lado as fantasias têm extrema parecença com as memórias, por outro elas em muito se assemelham aos sonhos, como o próprio Freud confessou. Mas uma fantasia não é um sonho, sobretudo por não depender de um estado fenomenológico especial para existir – as fantasias *subjazem* aos sonhos, estes dependem delas, não o oposto⁷⁷. O trabalho do sonho tem sempre lugar graças a um jogo de forças bastante específico. O sonho, como os sintomas e atos falhos, são formações de compromisso. Uma citação de *Sobre os sonhos* muito nos ajudará. “*Repressão – relaxamento da censura – formação de compromisso*: eis o esquema básico para a gênese de muitas outras formações psicopatológicas, assim como dos sonhos; e na formação de compromisso se observam aqui e ali os processos de condensação e deslocamento, assim como o recurso a associações superficiais de que tomamos conhecimento na raiz do trabalho do sonho”⁷⁸ – ora, as fantasias inconscientes *não* seguem esse padrão. Elas dependem, é verdade, da existência da censura (pois que são resignadas a permanecer no inconsciente), mas não são formações psíquicas que, para emergirem à consciência, passam pela censura sofrendo uma distorção (quando isso ocorre, tornam-se sonhos diurnos, por exemplo⁷⁹). Alguma *outra* atividade psíquica inconsciente é requerida para que as fantasias sejam enquadradas na teoria, pois o fantasiar, implícito no sonhar, é uma atividade *produtora*. Como afirmou Lacoste: “a atividade da alma não se contenta com reproduzir no sonho, ela *produz*; essa atividade de produção cresce e se libera no sonho, ao ponto de se dever nomeá-la *Phantasie*”⁸⁰. A fantasia cresce e se libera no sonho, ou seja, ela é uma atividade ou faculdade da alma que subjaz a ele. O próprio *fato* da existência de fantasias inconscientes, atestado categoricamente por Freud, *requer* logicamente uma *atividade “criadora”* que lide *plasticamente* com o material representacional advindo da experiência sensível – trata-se de uma atividade anímica que está para-além (ou aquém) do trabalho do sonho, pois lhe é independente e, ademais, subjacente. Essa atividade é desde já uma realização imaginária do desejo numa *cena*, numa *narrativa* articulada.

⁷⁷ Sobre isso, poder-se-iam agregar aqui duas passagens do artigo metapsicológico sobre a doutrina dos sonhos. Ao dizer dos desejos inconscientes que se utilizam dos restos diurnos pré-conscientes para encontrar expressão no sonho, Freud atesta que “essa moção de desejo que se formou no *Pcs* como um desejo onírico (uma fantasia que cumpre um desejo) e que, em seu ser, sub-roga um reclamo pulsional inconsciente” (Freud, 1917 [1915]a, p. 225). Pouco adiante, ele afirma que “a formação da fantasia de desejo e sua marcha regressiva até a alucinação são as peças mais importantes do trabalho do sonho” (*id.*, p. 228). Algo muito similar é afirmado na *23ª conferência*: “sabemos que esses sonhos diurnos são o núcleo e os modelos dos sonhos noturnos. Estes, no fundo, não são senão sonhos diurnos que se tornaram utilizáveis pela liberação que durante a noite experimentam as moções pulsionais, e que são desfigurados pela forma noturna da atividade anímica. Já nos familiarizamos com a ideia de que não necessariamente os sonhos diurnos são conscientes; existem também sonhos diurnos inconscientes. Estes últimos são a fonte tanto dos sonhos noturnos quanto... dos sintomas neuróticos” (Freud, 1916-7a, p. 340). Aqui vemos muito claramente que a faculdade de fantasiar (formar uma cena em que desejos se realizam) é subjacente ao sonhar, sendo inclusive uma das suas partes mais importantes. Nós sabemos: quando essa faculdade não estiver em pleno funcionamento, também o sonho não realizará desejos e não poderá cumprir sua função. Mas isso só será explicitado e esclarecido em 1920.

⁷⁸ Freud, S. (1901b). *Sobre el sueño*, vol. 5 da AE, p. 658.

⁷⁹ Trataremos com mais minudência desse processo no capítulo 4.

⁸⁰ Lacoste, P. (1991). *Scène, l'autre mot*, p. 261. « L'activité de l'âme ne se contente pas de reproduire en rêve, elle *produit* ; cette activité de production s'accroît et se libère dans le rêve, au point qu'on doive le nommer *Phantasie* »

É como se as fantasias brotassem espontaneamente dentro do inconsciente do sujeito, desde o momento mesmo em que foi ativado o eterno circuito do desejo.

Clausurada entre as memórias e os sonhos, as fantasias parecem ser um elemento mestiço da maquinaria inconsciente. Mas, talvez mais importante que isso, elas são um ponto de interrogação: o conceito de fantasia se mostra, assim, um certo ponto de crise do primeiro grande esquema conceitual metapsicológico de Freud. Nós encontramos a diferença essencial entre o *Projeto* e o capítulo VII, e essa diferença se chama fantasia⁸¹. O espelhamento não é completamente fiel – nós já o sabíamos, a linguagem empregada é assaz outra, e o eu desapareceu⁸². Mas agora podemos vislumbrar *rachaduras* no espelho, miúdas, decerto, mas que irão amiúde importunar Freud pelos anos seguintes.

Como as Musas, a psicanálise é filha da Memória. Mas uma filha bastarda: as artes não são apenas repetições de fatos passados, elas reorganizam em cenas específicas as experiências que nunca mais se poderão reviver, fazem-nas agir por conta própria em hexâmetros ou melodias. Da mesma forma age a fantasia: traz à cena a cena, faz que a memória se perca, se embaralhe e se confunda em seu próprio pretense reino. A psicanálise é a reformulação de uma primeira teoria freudiana da memória, ela é a constatação, primária, mais de uma questão do que de uma resposta: por que a memória não é *plenamente* rememorativa? Na aurora dessa questão, o desejo (encenado) surge como ponto-pivô, e a articulação do conceito de desejo, sabe-se bem, só se dá graças a uma potência interna ao organismo (que se denominará posteriormente *pulsão*), mas também graças a uma potência interna ao aparelho psíquico, que já se denominou *fantasia*. Assim, no surgimento da psicanálise, o conceito de fantasia está epistemologicamente vinculado ao de sexualidade infantil. Quando, cinco anos mais tarde, Freud conceituar o desligamento da pulsão do registro da pura necessidade (com a instauração de uma ampla gama de atividades autoeróticas), a sexualidade estará sem dúvida atrelada quase que

⁸¹ Para uma leitura mais aprofundada das relações complexas entre o esquema conceitual do *Projeto* e o capítulo VII da *Traumdeutung*, indico ao leitor a leitura do segundo capítulo (*A máquina de sonhar*) do livro de Monzani (1989). Entretanto, deixemo-lo notado, podemos asseverar também que há uma cisão temática dentro desse livro: seu primeiro capítulo lida com a temática da sedução e da fantasia, enquanto o segundo trata da problemática envolvendo o *Projeto* e a *Traumdeutung*. Ao fazer isso, Monzani realizou um corte: retirou a fantasia do exame desta última problemática, o que nos parece, apesar de talvez necessário pelo seu método, todavia imprudente. Pois, como vimos, a fantasia enquanto conceito recém-estabelecido porém não tematizado no capítulo derradeiro da obra mestra da psicanálise revela-se como uma grande *diferença* entre os textos de 1895 e 1900. Ao passar ao largo deste fato, Monzani talvez tenha perdido pontos importantes para sua análise.

⁸² Desapareceu enquanto verdadeiro conceito, sejamos mais claros e fiéis à letra freudiana, pois que o termo “eu” aparece em algumas passagens, de fato, da *Traumdeutung*. Monzani (1989), em leitura mais profunda desse tema, diz que aí há “de um lado, uma redistribuição das funções do ego e, de outro, uma tendência geral a identificar esse com o sistema pré-consciente e consciente”; e, em seguida, ele completa, “ela [a noção de “ego”] aparece várias vezes no texto, mas, de fato, não é tematizada explicitamente” (p. 236). Todavia, feita essa elucidação, o importante para as nossas análises não é alterado: o eu em 1900 deixa de ser verdadeiramente um conceito, deixa de ser tematizado como fora no *Projeto*.

necessariamente ao campo do fictício (o campo, portanto, das fantasias, no registro do desejo, registro este bem distinto do da necessidade)⁸³.

A primeira tópica é desde já ruína, ruína do que outrora fora uma teoria coerente e coesa das neuroses (a teoria da sedução) – e a força que corrói desde dentro esse edifício (fantasioso) não pode ser senão a força da fantasia, a força mesma da psicanálise. O capítulo VII da *Traumdeutung* é um edifício primoroso, todavia enquanto imagem especular que retoma 1895 é uma figura com falhas e rachaduras – dentro dele correm os ratos que roem a roupa da memória⁸⁴. Não é à toa que a fantasia será um próximo tema principal das investigações de Freud (entre 1906-9 elas pululam em seus artigos, feito manchas tumorosas que se devem examinar), e que seu desenvolvimento teórico correrá como que paralelamente aos avanços da metapsicologia e da teoria da sexualidade. Ela é o filho bastardo (o príncipe disfarçado de mendigo) que nunca poderá ser abandonado (e a Verdade dos pais é sempre a contradição chamada Filho). Na fundação da psicanálise, uma rachadura, tanto do sujeito analisado quanto da própria teoria que o analisa. Qual o lugar conceitual desse complexo mestiço de representações chamado *fantasia* dentro do esquema conceitual metapsicológico freudiano? Pergunta cuja elaboração, senão a resposta, jazerá talvez nos interstícios mesmos do corpus freudiano.

Cícero diz, no *Liber Secundus* das suas *Tusculanae Disputationes*, que “algo há de diferente entre o labor e a dor. Eles são países vizinhos, sem dúvida, porém algo [entre eles] difere”⁸⁵. Poder-se-ia dizer o mesmo acerca da *memória* e da *fantasia* na teoria freudiana: são países vizinhos dentro desta vasta terra chamada “aparelho psíquico”, mas há um algo que os diferencia⁸⁶. Todavia devemos, antes, diferenciar os *conceitos* de memória e fantasia dos *fenômenos* que esses nomes designam.

⁸³ Deter-nos-emos mais nisso no capítulos 3 e 4 (e veremos quão complexa é essa ligação umbilical entre o autoerótico e o fictício).

⁸⁴ O leitor há de ter notado que nos utilizamos da metáfora do espelho como termo comparativo dos esquemas teóricos de 1895 e de 1900 para, no fim das contas, concluir que essa metáfora é quase que completamente inviável. Assim como o conceito de fantasia é um grande constructo mestiço, o capítulo VII nos lega uma teoria mestiça por excelência: carrega consigo a influência decisiva de uma neuropsicologia esboçada e abandonada por Freud, timbrada em sua *energética* incontornável, mas é já a aurora de uma metapsicologia cujo método capital é uma *hermenêutica* baseada no tropel incandescente da palavra. Não pode ser embalde, portanto, que a fantasia, nobre príncipe-mendigo mestiço, figure como ponto de interrogação dentro do novo edifício teórico: esse edifício mesmo é uma construção mestiça que ainda não sabe lidar com sua formidanda combinação de sangue. E não o fará até que a *fantasia* seja devidamente encarada.

⁸⁵ “Interest aliquid inter laborem et dolorem. Sunt finitima omnino, sed tamen differt aliquid” (Cícero, *Tusculanarum Disputationum Liber Secundus*, §35).

⁸⁶ Sintomático, pois, é a forma com que Freud lida com esse assunto em seu texto sobre Leonardo da Vinci, que já citamos antes numa outra nota de rodapé. Em primeiro lugar, leve-se em conta que em seu título explicitamente se refere a uma *memória de infância* (*Kindheitserinnerung*) de Leonardo. Ocorre, porém, que essa “memória” é altamente estranha (uma ave que, enquanto Leonardo jazia em seu berço, golpeou-lhe diversas vezes dentro da boca com sua cauda), o que faz com que Freud conclua que aquela cena “não há de ser uma memória de Leonardo, mas sim uma fantasia que ele formou mais tarde e trasladou à sua infância”. Em seguida Freud afirma que “as memórias infantis dos seres humanos não costumam ter outra origem; em geral não são fixadas por uma vivência e repetidas a partir dela, como as memórias conscientes da vida adulta, mas sim são recoletadas, e assim alteradas, falseadas, postas a serviço de tendências mais tardias, em uma época posterior, quando a infância já passou, de modo que não é possível diferenciá-las com rigor de fantasias” (Freud, 1910a, pp. 77-8). Ora, aqui muito claramente Freud expõe que *não se podem diferenciar com rigor* memórias infantis de fantasias. Mas em nota de rodapé ao mesmo trecho acrescentada em 1919 Freud assevera: “as

1 – Quanto aos conceitos, vimos como o de *fantasia* torna ainda mais complexo o de *memória* (enquanto faculdade do aparelho psíquico) e o de *rememorar* (enquanto ato egoico). Além disso, ficou claro como o conceito de fantasia adentra uma teoria na qual a memória era a rainha vigente e acaba por desapossá-la de seu integral poderio: nenhuma memória de infância, diz-nos Freud, é confiável – todas são lembranças encobridoras. Isso graças aos processos de deformação que sofrem no inconsciente (os processos primários de deslocamento e condensação), mas também graças à influência de um fator novo, que já aparecera no *Projeto*, porém sem entrar aí em tamanho conflito com o funcionamento da memória: o desejo (e sua articulação em fantasias).

2 – Quanto aos fenômenos, fica claro que ambos os conceitos se referem a complexos de representações, no mais das vezes inconscientes. Numa primeira visada, poder-se-ia pensar que, nesse ponto de desenvolvimento da teoria freudiana, não há nada que diferencie concretamente uma memória inconsciente de uma fantasia inconsciente. Mas muitos dos esforços de Freud são feitos em vistas de *assegurar* o caráter mnêmico de diversas das representações que emergem na consciência. Outras dessas representações, porém, são *explicitamente* denominadas fantasias inconscientes. Assim, algo diferencia esses dois conceitos; ou melhor, *há de haver* esse algo. Aqui, não podemos deixar de invocar aquela mesma *atividade criadora e plástica* do aparelho psíquico (que nos parece ser-lhe imanente de acordo com a definição mesma do conceito de fantasia), que estaria presente na fantasia e ausente na memória. Sim, a memória mesma, diz-nos Freud, é constituída por processos deformadores (os processos primários inconscientes regidos pelo princípio do prazer), porém não é tão-somente disso que se trata na fantasia. O algo outro, o diferencial, é isso que tentaremos mapear e delimitar doravante.

fantasias tardias que os seres humanos criam sobre sua infância soem apoiar-se, na verdade, em pequenas realidades efetivas dessa pré-história no resto esquecida. Mas se requer um secreto motivo para recolher a trivialidade objetiva e replasmá-la tal como o fez Leonardo” (*id.*, p. 78, nota de rodapé de 1919). Atenção seja dada ao verbo *replasmá-la*, de força suficiente e que carrega o prefixo *re-*, e ao “secreto motivo” necessário para essa transfiguração das representações mnêmicas. Além disso, é-nos lícito perguntar: que poderiam ser essas “pequenas realidades efetivas”? Que significa, aí, o adjetivo “pequeno”? Trata-se da trivialidade das ocorrências materiais da vida do sujeito, que ele transforma, através do “secreto motivo” (os motivos do desejo?), em cenas mais saborosas do ponto de vista de uma narrativa dramática? Ademais, poucas páginas depois Freud intenta analisar o processo de formação dessa fantasia e diz que “emergiu nele [Leonardo] uma memória que se transfigurou naquela fantasia...” (*id.*, p. 84), sendo, assim, separadas novamente a memória e a fantasia. Um fato, no entanto, pode ser concretamente constatado: o assunto é embaraçoso e põe Freud (e a nós também, por conseguinte) em apuros teóricos dos mais delicados.

Capítulo 3 – Fantasia e sintoma

O capítulo anterior tinha como intuito mapear e analisar as relações entre os conceitos de fantasia e memória nos textos freudianos que trazem consigo a marca da aurora da psicanálise. Entrelaçando-se infalivelmente os conceitos, porém, não pudemos deixar de passar também pelas noções de desejo e sintoma. Do mesmo modo serão este e os próximos capítulos: terão como foco, respectivamente, o sintoma, o desejo e novamente a memória, no entanto não pressuponhamos que aqui e acolá eles não se farão presentes ainda que ausentes do título, por conta das necessidades internas da argumentação.

Com a *Traumdeutung* vimos que Freud conceituou os sintomas neuróticos de duas maneiras fundamentais e novas, caso consideremos somente seus trabalhos oficialmente publicados até então: eles são realizações de desejos e são espécies de transcrições de fantasias inconscientes. Partiremos desse solo já pavimentado para avaliarmos a importância do conceito de fantasia não só para a elucidação dos processos de formação dos sintomas neuróticos como também para a formação da teoria diferencial das doenças psíquicas, ou seja, da nova nosografia freudiana, tal qual ela será apresentada nos textos porvindouros. Concentrar-nos-emos, seguindo esse objetivo, nas relações que Freud postula, por um lado, entre neurose e perversão, e, por outro e mais no futuro, entre neurose e psicose. Em que medida a fantasia é fenômeno psíquico diferenciador dessas afecções e em que consistem as relações entre essas diferentes classes de afecções, eis o que intentaremos analisar.

É aqui que o nosso estudo deixa de ser majoritariamente histórico e vertical, para tornar-se mormente temático e horizontal. Como não é escopo do nosso trabalho, não trabalharemos com minúcia o desenvolvimento da nosografia psicopatológica freudiana, que teve sucessivos estágios, pontos de inflexão e crise. Suas categorizações alteraram-se ao longo dos anos, como é bem sabido. Já vimos a primeira dessas categorizações: a divisão entre psiconeuroses e neuroses atuais. Num período intermediário de sua produção teórica, na década de 10, tendo então em mãos o novo conceito de narcisismo e o aprofundamento do de transferência, Freud alterou essa classificação, propondo uma divisão entre neuroses de transferência (fobias, histerias e neurose obsessiva) e neuroses narcísicas (aqui enquadradas as parafrenias, como lhe aprazia dizer, ou psicoses, termo que por fim se consagrou). Na sua última categorização concreta, já em 1924, Freud altera novamente sua concepção e propõe uma divisão tripartite: neuroses de transferência (categoria inalterada, se comparada à classificação anterior), psicoses e neuroses narcísicas. Aqui vemos a distinção entre as duas últimas categorias, e nas neuroses narcísicas Freud encontra ora somente uma afecção: a melancolia. As neuroses atuais, embora ainda estejam contidas em seu esquema nosográfico, como apresentado, por exemplo, nas *Conferências Introdutórias*, perdem importância e muito raramente marcam presença em suas análises. O que esboçamos aqui foi um pequeno histórico bastante

esquemático da evolução da nosografia freudiana. Remetemos o leitor ao ótimo estudo de Simanke para uma leitura mais aprofundada, sobretudo das concepções de Freud acerca da psicose, e à dissertação de Mezan, que não peca quando da necessidade de apresentar as sucessivas fases da conceituação nosográfica de Freud¹.

Retenhamos esse esquema prévio para darmos prosseguimento em nossas análises – nós voltaremos a essas classificações nosográficas quando nos for oportuno. Todavia podemos já tecer um comentário sobre essas três divisões: em nenhuma delas se encontra a categoria psicopatológica da *perversão*. Eis o fato curioso, que não deixa de nos físgar a atenção: ela está fora, por assim dizer, das nosografias de Freud, como apresentadas esquematicamente por ele mesmo em seus textos, embora não esteja fora desses próprios textos. Está fora, mas habita as dobras dessas categorias: como veremos, é com base na perversão que Freud alterará suas concepções sobre as psiconeuroses e lhes dará uma nova (e célebre) definição. Se a perversão não tem presença positiva nas classificações nosográficas diferenciais que Freud efetua durante toda sua produção teórica, nem por isso ela deixará de ser ponto invisível ao qual se reportam as outras doenças.

A consolidação de uma teoria

“Desde então [logo após a publicação dos *Estudos*] tenho visto abundantes casos de histeria, ocupei-me de cada um deles durante dias, semanas ou anos, e em nenhum deixei de descobrir aquelas condições psíquicas que os *Estudos* postulavam: o trauma psíquico, o conflito de afetos e, segundo agreguei em publicações posteriores, a comoção da esfera sexual”² – fato curioso é Freud fazer uma afirmação como esta no início do relato do caso Dora, sendo que poucas páginas antes ele asseverara, em consonância com as hipóteses aventadas na *Traumdeutung*, “que a causação das enfermidades histéricas se encontra nas intimidades da vida psicosexual dos enfermos e que os sintomas histéricos são a expressão de seus mais secretos desejos reprimidos”³. Tudo indica que devemos tratar a primeira citação, que retoma e reafirma as teses já desgastadas dos *Estudos*, como uma espécie de resíduo ou resquício que persiste nas tessituras da argumentação de Freud. Tal hipótese ganha força ao se lançar mão do seguinte excerto, situado poucas páginas adiante:

Segundo uma regra que eu pudera corroborar uma vez ou outra, mas não me atrevera a formular com validade universal, um sintoma significa a representação – realização – de uma fantasia de conteúdo sexual, ou seja, de uma situação sexual. Dizendo

¹ Simanke, R. (2009) e Mezan, R. (1982).

² Freud, S. (1905 [1901]). *Fragmento de análise de um caso de histeria* (ora em diante somente Caso Dora), p. 23.

³ *Id.*, p. 7.

melhor: ao menos *um* dos significados de um sintoma corresponde à representação de uma fantasia sexual, enquanto os outros significados não estão submetidos a essa restrição em seu conteúdo. Logo se constata, quando se empreende o trabalho psicanalítico, que um sintoma tem mais de um significado e serve para a representação de várias ilações inconscientes de pensamento. E eu agregaria que, ao meu entender, uma única ilação de pensamento ou fantasia inconsciente dificilmente basta para a produção de um sintoma.⁴

Ora, aqui está mais que clara a asserção da nova hipótese etiológica, tornada pública desde 1900, consoante a qual os sintomas histéricos representam não memórias, mas fantasias inconscientes. Ademais, vemos enunciado que um sintoma carrega consigo uma multiplicidade de significados, consequência, pode-se deduzir, de sua imanente sobredeterminação (tese sustentada por Freud desde os *Estudos*, como analisado no capítulo 1 deste estudo). Como se sabe, a breve terapia de Dora foi realizada em 1900, e seu relato de caso foi redigido no ano seguinte. Deste modo, Freud parece, em 1901, quando da redação deste texto, tentar conciliar a teoria exposta nos *Estudos* com aquilo que ele recém-afirmara na *Traumdeutung*, afirmando tanto a causação traumática quanto a potencialidade etiológica das fantasias. Em nossa visão, isso não passa de uma compreensível contemporização, uma *formação de compromisso*, por assim dizer, que logo será abandonada em prol da teoria da fantasia. Com efeito, no próprio percurso argumentativo traçado por Freud em seu relato do caso Dora já se pode notar que a fantasia adquiriu o local principal que a memória (do trauma) outrora detinha: se por um lado Freud não enuncia um trauma real sequer pelo qual teria passado Dora⁵, seus sonhos e sintomas são todos interpretados à luz de fantasias inconscientes que lhes forneceriam tanto o desejo propulsor quanto seu conteúdo.

Num texto de 1906 Freud põe tudo às claras e sustém com firmeza a nova hipótese etiológica:

Superestimei a frequência desses eventos [traumas] (os quais, aliás, não podem ser postos em dúvida), tanto mais quanto naquela época eu não sabia distinguir com certeza entre as ilusões mnêmicas dos histéricos sobre sua infância e os rastros dos fatos reais; desde então aprendi a decifrar muitas fantasias de sedução considerando-as como tentativas de defender-se da recordação da própria prática sexual (masturbação infantil). Obtendo-se esse esclarecimento, caiu por terra a insistência no elemento “traumático”; permaneceu em pé a seguinte intelecção: a prática sexual infantil (seja espontânea, seja provocada) marca a direção que seguirá a vida sexual

⁴ *Id.*, p. 42.

⁵ Talvez se possa considerar o beijo do sr. K como um trauma, mas ele só tem tamanho valor para a histórica porque ela mesma já era apaixonada por ele. Aqui, o valor de um evento real já está deslocado: reside não em si mesmo, mas em sua relação com o desejo do sujeito.

posterior após a maturidade. Esse esclarecimento, que decerto corrigia o mais importante dos meus erros iniciais, não podia menos que alterar também a concepção do mecanismo dos sintomas histéricos. Estes já não apareciam mais como derivados diretos das memórias reprimidas de vivências sexuais infantis, havendo, antes, entre os sintomas e as impressões infantis a intercalação das fantasias (invenções de recordações) dos doentes, quase sempre produzidas nos anos da puberdade. Estas se construíam, por um lado, a partir das memórias infantis e com base nelas, e por outro lado se transpunham diretamente nos sintomas. Somente ao introduzir-se o elemento das fantasias histéricas se fizeram transparentes a textura da neurose e seu vínculo com a vida dos doentes; e se obteve também uma analogia realmente surpreendente entre essas fantasias inconscientes dos histéricos e as invenções que na paranoia se tornavam conscientes na qualidade de delírios.⁶

Citação enorme, deveras, mas que nos apresenta uma série de argumentos basilares das novas hipóteses propostas por Freud. Primeiro: admissão da superestimação dos traumas. Eles existem, é fato, mas não são necessários para a causação das neuroses. Em segundo lugar: põe-se em evidência que a sedução (antes considerada um fato real) é conteúdo de *fantasias*, fantasias estas usadas pelo sujeito para defender-se da recordação de sua própria prática sexual, ganhando destaque, aqui, a masturbação infantil. Em terceiro: atestação resolva de que “caiu por terra” a insistência no elemento traumático da equação etiológica, com sua substituição pelo novo elemento etiológico: a sexualidade infantil, cujos prenúncios já víamos em determinadas passagens da *Traumdeutung*. A teoria etiológica traumática da histeria do *Estudos* inclusive é aí alcunhada com todas as letras o mais importante dos erros iniciais de Freud⁷. Quarto: reafirmação peremptória da intercalação, entre as vivências infantis e os sintomas, de fantasias (e o *tempo* da fantasia é aqui asseverado como majoritariamente os anos da puberdade⁸), sendo que estas se erigem calcadas nas representações mnêmicas advindas das vivências sexuais infantis do sujeito. E, por fim, temos uma aproximação entre as fantasias inconscientes presentes na histeria e os delírios dos paranoicos. Nós retornaremos a cada um desses argumentos e neles nos deteremos, quando houver precisão.

Esta citação é de 1906, numa nova exposição de Freud de seus pontos de vista acerca da importância da sexualidade para a etiologia das neuroses. Um ano após a publicação tanto do caso Dora quanto dos *Três Ensaio*⁹, por conseguinte. É nesses dois textos, mas sobretudo nos ensaios,

⁶ Freud, S. (1906 [1905]). *Mis tesis sobre el papel de la sexualidad en la etiología de las neurosis*, p. 266.

⁷ Ainda veremos quão *importante* foi esse erro para o estabelecimento da psicanálise enquanto episteme autônoma, nas conclusões deste estudo, aquando de uma reavaliação da teoria da sedução.

⁸ Retornaremos a essa questão (do período de ativação da atividade do *fantasiar*) no próximo capítulo.

⁹ Assim serão chamados os *Tres ensayos de teoría sexual* (Freud, 1905b).

que Freud anunciará com ineditismo sua teoria da sexualidade infantil, conectando conceitualmente as perversões, as neuroses e a nossa maldita (ou malditosa) infância. Adentremo-los, pois.

Fantasia e sexualidade

Nos ínterims do caso Dora Freud já nos lança sua nova e inédita conceituação da neurose. E o faz mediante a contraposição com a perversão:

As perversões não são bestialidades nem degenerações no sentido patético da palavra. São desenvolvimento de gérmenes, contidos todos eles na disposição sexual indiferenciada das crianças, cuja supressão e redirecionamento para metas mais elevadas, assexuais – sua ‘sublimação’, estão destinadas a proporcionar a força motriz de um bom número de nossas realizações culturais. Portanto, toda vez que alguém, de maneira grosseira e manifesta, *tornou-se* perverso, pode dizer-se mais corretamente que ele *permaneceu* como tal: ele exemplifica um estágio de uma *inibição do desenvolvimento*. Todos os psiconeuróticos são pessoas com inclinações perversas muito acentuadas, porém reprimidas e tornadas inconscientes no curso de seu desenvolvimento. Por isso suas fantasias inconscientes exibem idêntico conteúdo que as ações documentadas nos perversos.¹⁰

Recordando sempre que a redação do caso Dora, não obstante sua publicação posterior, havia sido efetuada em 1901, portanto quatro anos antes da publicação dos *Três Ensaios*, convém aqui assinalar, pois, que se trata da primeira vez em que Freud escreve em um texto seu sobre diversos dos temas que tomariam e apossariam seu espírito pelos anos seguintes. Notadamente dispensa ele à perversão o mesmo trato que dispensara à histeria e à neurose de um modo geral: nega-lhe o caráter *bestial* ou *degenerativo* e a coloca como uma possibilidade do desenvolvimento do sujeito devido a certas características desse mesmo desenvolvimento. No caso, trata-se do destino da sexualidade, que é aí explicitamente vinculada à vida infantil. A “disposição sexual das crianças” é caracterizada como “indiferenciada”, renunciando a sua famosa amorfia. Não se torna perverso, mas assim se *permanece*: o primeiro conceito freudiano da perversão é estritamente vinculado ao de *inibição*. Além disso, tem-se a primeira afirmação pública em que Freud compara o campo ideacional inconsciente, fantasístico, do neurótico, com os atos executados pelos perversos.

A conclusão desse raciocínio, poucas linhas depois, é a afirmação da máxima que seria algumas várias vezes repetida: “as psiconeuroses são, por assim dizer, o *negativo* das perversões”¹¹.

¹⁰ Freud, S. (1905 [1901]), p. 45.

¹¹ *Ibid.*

Fórmula que deviria clássica, célebre, contestada, vilipendiada. Para que a entendamos melhor, é mister nos volvermos aos *Três Ensaio*s, tratado no qual Freud se demora mais nas relações entre perversão, sexualidade e neurose. E é aí que sua primeira teoria da libido nos é enunciada com todas as letras.

O termo novo e que seria tantas e tantas vezes reescrito pela pena freudiana, a saber, *libido*, nos é apresentado logo na abertura dos ensaios. Freud faz questão de deixar claro em que terreno estaremos doravante pisando – o terreno do sexo: “o fato da existência de necessidades sexuais no homem e nos animais expressa-se na biologia mediante o pressuposto de uma ‘pulsão sexual’. Segue-se nisso a analogia com a pulsão de nutrição: a fome. A linguagem popular carece de uma designação equivalente à palavra ‘fome’; a ciência usa, para isso, ‘*libido*’”¹². A “ciência” usa a palavra “libido” como o análogo da “fome” – conquanto Freud ainda não haja forjado o conceito de “pulsão egoica” ou “de autoconservação”, eis-nos defronte, pois, à primeira grande dualidade pulsional freudiana: Amor e Fome. Um dos esforços (e sucessos) dos *Três Ensaio*s é estudar e fixar a natureza e o funcionamento tanto da pulsão sexual quanto da libido, a sua energia. E essa natureza é sobremaneira desconcertante, pois ocorre que a pulsão sexual é fortemente diferente da fome. O estudo das “aberrações sexuais”¹³ põe às claras antes de tudo a existência de uma ampla multiplicidade dos objetos da pulsão sexual. “Lança luz sobre a natureza da pulsão sexual o fato de que ela admita uma variação tão grande e semelhante rebaixamento de seu objeto – a fome, muito mais energicamente agarrada a seu objeto, admiti-lo-ia somente em um caso extremo”¹⁴. Assim, a empiria mesma demonstra a existência da “relação sexual com animais, não raro entre os camponeses, e no qual a atração sexual parece ultrapassar a barreira da espécie”¹⁵. O objeto da sexualidade é de extrema variabilidade: não se conforma com o que seria prescrito pela Natureza, por assim dizer. O objeto pode ser *rebaixado*, como no caso de perversões, pode ser uma *criança*, no caso da pedofilia, pode ser de outra espécie animal, inclusive. Trocando em miúdos, “provavelmente a pulsão sexual é inicialmente independente de seu objeto, e tampouco deve sua gênese aos encantos deste”¹⁶. Entretanto, embora seja assaz distinta da fome, a sexualidade nasce como que colada ou aderida a ela.

No início, claro está, a satisfação da zona erógena se associou com a satisfação da necessidade de alimentar-se. A atividade sexual se apoia primeiro em uma das funções que servem à conservação da vida, e apenas mais tarde se torna independente

¹² Freud, S. (1905b), p. 123.

¹³ Aí inclusa a homossexualidade, não nos esqueçamos nunca. Ainda catorze anos depois, em nota de rodapé aditada *a posteriori* ao seu estudo sobre Leonardo, Freud novamente descreve a homossexualidade (tão minuciosamente aí investigada) como uma “aberração sexual” (Freud, 1910a, p. 93, nota de rodapé de 1919).

¹⁴ Freud, S. (1905b), p. 134.

¹⁵ *Ibid.*

¹⁶ *Ibid.*

dela. Quem assiste a uma criança saciada adormecendo no peito materno, com suas bochechas rosadas e um sorriso beatífico, não pode menos que dizer-se que esse quadro segue sendo decisivo também para a expressão da satisfação sexual na vida posterior. A necessidade de repetir a satisfação sexual se divorcia então da necessidade de buscar alimento, um divórcio que se torna inevitável quando aparecem os dentes e a alimentação já não se cumpre exclusivamente mamando, mas sim também mastigando. A criança não se serve de um objeto alheio para mamar; prefere uma parte da sua própria pele, porque assim se torna independente do mundo exterior, que ainda não pode dominar, e porque dessa maneira consegue para si, por assim dizer, uma segunda zona erógena, se bem que de menor valor. O menor valor desse segundo lugar o levará mais tarde a buscar em outra pessoa a parte correspondente, os lábios. (Poderíamos imaginá-lo dizendo: “pena que eu não possa beijar a mim mesmo”).¹⁷

Lábios que beijam a si mesmos – tal a imagem ideal da sexualidade infantil autoerótica segundo Freud. Mas isso vem apenas após um *divórcio*, o divórcio entre Fome e Sexo. A partir dessa separação tão incontornável quão drástica começarão as peripécias da libido. Peripécias estas que têm uma estrutura e uma forma bastante definida: “no chuchar já observamos as três características essenciais de uma exteriorização sexual infantil. Esta nasce *apoiando-se* em uma das funções corporais importantes para a vida; todavia não conhece um objeto sexual, pois é *autoerótica*, e sua meta sexual se encontra sob o domínio de uma *zona erógena*”¹⁸. Pode-se notar ainda outra propriedade basal da sexualidade assim tornada independente da necessidade de alimentação: sua atividade *parcial* (no caso, *oral*). E assim é caracterizada a pulsão sexual inata humana: constatam-se mesmo variadas *pulsões parciais* agindo em múltiplas zonas erógenas espalhadas pelo corpo. Há, é fato, trechos de nossa pele que são zonas erógenas especiais e privilegiadas: a boca, para a pulsão oral, o ânus, para a anal, a genitália, para a genital, os olhos, para a escopofílica. Mas, no limite, diz-nos Freud, *qualquer parte do corpo* pode ser investida de libido e vir a ser uma zona erógena. Os fetiches dão-nos mostras disso, assim como qualquer ato banal de carinho¹⁹. O importante a se constatar e ressaltar aqui é a ausência de *unidade* da atividade primitiva da pulsão sexual infantil: o que há são múltiplas pulsões agindo por conta própria sem coligar-se numa unidade que lhes dê forma, donde o título pouco nobre concedido ao infante – o de perverso polimorfo. A polimorfia originária da pulsão sexual é estonteante, pois salta aos olhos tanto sua atividade incessante e insaciável quanto

¹⁷ *Id.*, p. 165. E vemos enunciada novamente a ativação do circuito do desejo – muito embora sem que o termo “desejo” em si apareça aí explicitamente.

¹⁸ *Id.*, pp. 165-6; a frase “esta nasce...” foi acrescentada em 1915, assim como o numeral “três”, no lugar de “dois”.

¹⁹ E o próprio interior do corpo pode vir a ser investido de libido e formar o conteúdo de sintomas (caso da hipocondria, que Freud analisará somente em 1914).

sua independência com relação aos objetos da realidade externa. “Meu corpo, minhas regras” – eis o *ethos* primitivo da libido humana. E a polimorfia da sexualidade infantil não é uma polimorfia qualquer: ela é *perversa*. Toda criança, assim, é um pequeno *perverso* inato, agindo sob a compulsão de inumeráveis pulsões parciais. É assim que se vem ao mundo: fragmentado e amoral. Daqui a urdir um novo conceito de *perversão* são requeridos poucos passos lógicos:

Já que a disposição originária não pode menos que ser complexa, pareceu-nos que a pulsão sexual mesma era algo composto por muitos fatores [as pulsões parciais]; e que nas perversões eles se desagregavam, por assim dizer, em seus componentes. De tal modo, as perversões se evidenciaram por um lado como inibições, e por outro como dissociações, do desenvolvimento normal. [...] A pulsão sexual do adulto engendra uma aspiração com uma única meta sexual mediante a composição das múltiplas moções da vida sexual infantil em uma unidade.²⁰

A perversão, assim, não é uma *degeneração* ou *bestialidade*, mas sim um misto de *inibição* do desenvolvimento sexual com *dissociações* de suas partes constituintes. A normalidade, a genitalidade propriamente dita, seria o engendramento de uma *unidade* que subjugaria essa multiplicidade caótica inicial e guiaria o homem adulto rumo ao fim natural da função sexual: a reprodução. Para se atingir essa normalidade, um longo caminho deve ser atravessado, e a duras penas. A libido tem um desenvolvimento próprio, partindo de uma primazia oral rumo a uma genital, estando inclusa de forma intermediária a fase anal²¹. Passa-se então por um *intermezzo*, a fase de latência, caracterizada por uma série de repressões, cujo fim é precisamente o início da puberdade, com cujo advento as moções pulsionais voltam a todo vapor. É só então que a unidade da atividade pulsional parcial pode ser alcançada. E a normalidade genital seria quase que um ponto ideal situado justamente entre as perversões e as neuroses. No texto supracitado de 1906 Freud resume bem:

Mediante a referência às características infantis da sexualidade pude estabelecer um enlace simples entre saúde, perversão e neurose. A *normalidade* resultou ser o fruto da repressão de certas pulsões parciais e certos componentes das disposições

²⁰ *Id.*, pp. 211-2.

²¹ A teoria do desenvolvimento da libido teve também seu desenvolvimento ao longo da obra de Freud. Os *Três Ensaios* mesmos receberam diversas adições em suas sucessivas edições, e uma das mais importantes, de 1915, foi a que enquadrou concretamente a série das três fases: oral, anal, genital. Porém esta última só viria a ser renomeada *fálica* (graças à famigerada *primazia do falo*) mais tarde, em 1923. Importante notar que a chamada “escolha de objeto” constituinte da situação edípica (já que no início a atividade propriamente sexual seria *sem objeto*, isto é, autoerótica) foi inicialmente, desde a primeira edição mesma dos ensaios, localizada na adolescência, ou seja, *após* o período de latência, sendo ela na edição de 1923 “antecipada” à fase fálica. Para mais detalhes sobre isso, cf. Mezan, R. (1982), especialmente pp. 201-6. Nós voltaremos a essa questão acerca do período de ativação do complexo de Édipo e da escolha de objeto para Freud – não à toa, a ativação da própria fantasia teve um tratamento semelhante.

[constitucionais] infantis, e da subordinação dos restante sob o primado das zonas genitais a serviço da função reprodutora; as *perversões* correspondem a perturbações dessa síntese por obra do desenvolvimento preponderante e compulsivo de algumas dessas pulsões parciais; e com relação à *neurose*, reconduzi-a a uma repressão excessiva das aspirações libidinosas. Pois bem: como quase todas as pulsões perversas da disposição infantil eram, segundo se podia comprovar, forças formadoras de sintomas na neurose, porém nesta se encontravam em estado de repressão, pude caracterizar a neurose como o “negativo” da perversão.²²

Não só as pulsões perversas infantis são as “forças formadoras de sintomas na neurose”, como o processo que dá origem e possibilita a sua emergência não é mais descrito como *patológico em si*. Entre a normalidade sintética e a enfermidade neurótica não há mais nem mesmo diferença de processo psíquico: é por meio da “repressão de certas pulsões parciais” que se atinge a normalidade. A neurose é fruto também da repressão, porém de uma *repressão excessiva*. Diferença de quantidade, por conseguinte, e não de qualidade. Tudo se passa como se *não houvesse repressão na perversão*. Nela algum (ou alguns) dentre os fatores fragmentados constituintes da sexualidade infantil polimorfa não passou pelo crivo da síntese normalizadora, permaneceu inibido, dissociado do resto, ocupando o trono que a genitalidade deveria ocupar. Fato importante é a *ausência* da psicose nessa conceituação das relações entre normalidade e doença. Para a primeira conceituação plenamente psicanalítica da neurose, a psicose está de fora. Na verdade, quase se subentende que a alucinação e o delírio estariam compreendidos entre as psiconeuroses, de acordo com o tratamento que Freud lhes dera em seus artigos da década de 90. Isso tudo está muito claro num texto freudiano do ano seguinte.

Se nos *Três Ensaio*s a psicose é tematizada somente numa nota de rodapé, na primeira extensa análise psicanalítica de uma obra de arte ela fará presença com certa força. Na análise do livro de Jensen intitulado *Gradiva*, escrita em 1906, o personagem principal vê-se num estado descrito por Freud como “delirante”. Afirma ele muito claramente que “qualquer estado análogo ao delírio de Hanold” encontrado na vida real se costuma “designar na ciência ‘psiconeurose’”²³. É muito patente, pois, que Freud nessa época ainda inclui o delírio entre as psiconeuroses²⁴. E aqui ele é também explicitamente caracterizado de acordo com a atuação bastante especial de certas fantasias. Freud nos

²² Freud, S. (1906 [1905]), p. 269.

²³ Freud, S. (1907 [1906]). *El delirio y los sueños en la “Gradiva” de W. Jensen*, p. 74, apenas *Gradiva*, de ora em diante.

²⁴ Atenção seja dada, entretanto, a uma frase de seu artigo publicado em 1908 acerca do *Dichter* (poeta ou escritor de literatura, de um modo geral): “o fato de que as fantasias proliferam e se tornam hiperpotentes cria as condições para a queda em uma neurose ou uma psicose” (Freud, 1908 [1907], p. 131). Aqui há um importante apontamento rumo a uma certa diferenciação entre neurose e psicose, que só se concretizará de fato vários anos mais tarde. Algo similar ocorre em 1914, em seu artigo acerca da história do movimento psicanalítico, no qual Freud afirma a respeito de seu artigo de 1896: “já nessa época eu tinha por norte uma teoria das neuroses baseada na libido, que se propunha explicar todas as manifestações, tanto neuróticas quanto psicóticas, partindo de destinos anormais da libido” (Freud, 1914a, p. 28).

diz de duas características principais do delírio que não esgotam sua descrição nosográfica, porém o distinguem de outras afecções. “A primeira: pertence àquele grupo de estados patológicos em que não há uma interferência imediata sobre o corporal, mas sim que se expressam somente mediante indícios anímicos; e a segunda: singulariza-se pelo fato de que nele ‘fantasias’ alcançaram o governo supremo, quer dizer, encontraram crença e adquiriram influência sobre a ação”²⁵. Assim sendo, um delírio é aqui caracterizado como o estado em que o sujeito deposita *crença* quase que irredutível em criações fictícias suas, as fantasias, considerando-as *verdades materiais*, e em que essas ficções, ademais, exercem importante influência na ação do sujeito. Além de tudo, o processo psíquico que cria as condições de possibilidade da emergência de sintomas psiconeuróticos e de sonhos é neste texto também identificado com o processo jacente na origem do delírio: “sonho e delírio provêm da mesma fonte: o reprimido”²⁶. Pois bem, as mesmas fantasias recheadas de desejos teriam papel importante também nos delírios, e tanto no delírio quanto nas outras psiconeuroses (as histerias e as obsessões) a repressão seria o processo psíquico mais fundante. A diferença principal jazeria no processo psíquico *posterior*: conversão na histeria, por exemplo, e projeção no delírio; restaria ainda, no entanto, compreender mais detalhadamente por que razão o reprimido é lançado para fora num caso, tomando conta da vida psíquica (consciente?) do sujeito, ao passo que no outro caso ele permanece inconsciente e é totalmente ignorado pelo sujeito, que *não pode* fazer conexões causais entre seus sintomas e suas fantasias reprimidas. Mas ainda há mais a ser explorado nesse terreno, pois as relações entre neurose, psicose, perversão e fantasia não são tão simples.

Nós víamos em duas citações apartes que Freud por um lado compara o conteúdo das fantasias inconscientes dos neuróticos com os atos praticados pelos perversos e por outro o compara com o conteúdo dos delírios dos psicóticos. É numa nota de rodapé aos *Três Ensaios* que Freud fará a comparação entre os três quadros sintomatológicos concomitantemente: “as fantasias que os perversos têm com consciência clara (e que em circunstâncias favoráveis podem ser transpostas em ações), os temores delirantes dos paranoicos (que eles projetam sobre outros com intenção hostil) e as fantasias inconscientes dos histéricos (que é possível descobrir por trás de seus sintomas mediante a psicanálise) coincidem até nos mínimos detalhes quanto ao seu conteúdo”²⁷. Ou seja, a diferença jaz em sua *forma*, não em seu *conteúdo*. Aqui a fantasia aparece como um importante conceito norteador da clínica e da diferenciação entre neurose, psicose e perversão, o que é coerente no tocante aos conceitos que Freud expôs nos *Três Ensaios* e à descrição que fez do delírio na *Gradiva*. Mas se

²⁵ *Id.*, p. 38.

²⁶ *Id.*, p. 52. E Freud completa: “o sonho é o delírio por assim dizer fisiológico do homem”; afirmação esta bastante contraditória, pois que ele mesmo descrevera o delírio como *não* afetando a corporeidade e manifestando-se somente no plano psíquico. O sonho, sabe-se, tem caráter alucinatório, afeta a *percepção* do sujeito, ao passo que o delírio não o faz. Devemos nós, leitores vulpinos, dar demasiada atenção a essas contradições no tecido textual freudiano?

²⁷ Freud, S. (1905b), p. 151, nota de rodapé.

tomamos rigorosamente o conceito de fantasia desse modo, enquanto princípio diferenciador entre as três classes de afecções, vemos que ele é novamente, tal qual na *Traumdeutung*, um ponto de crise da teoria. Expliquemo-nos.

Ora, se o conteúdo dos atos e fantasias conscientes dos perversos é *idêntico* ao conteúdo das fantasias inconscientes reprimidas que subjazem aos sintomas neuróticos, o enlace entre neurose e perversão revela-se muito pouco simples, e a relação entre perversão e sexualidade infantil revela-se como merecedora de um estudo mais detido. Isso porque na fantasia parece haver, até agora, necessariamente uma relação com o objeto (oriundo da realidade externa) da libido: em todas as fantasias narradas e analisadas por Freud um objeto está sempre presente. Nas fantasias de Dora sempre encontramos um outro seja no conteúdo da fantasia seja em seu intuito. Suas fantasias (retranscritas em sintomas, diga-se de passagem) são as de gravidez, felação, defloração, suicídio (visando atingir o pai). O mesmo se passa com as fantasias narradas na *Traumdeutung* e analisadas nas cartas a Fliess, como pudemos notar previamente. *Uma fantasia, tudo no-lo indica, não pode ser uma fantasia autoerótica – ela necessariamente depende de um objeto.* Assim sendo, há na fantasia uma relação *sui generis* entre sujeito e objeto *que não obedece estritamente à estrutura da sexualidade infantil como enunciada por Freud.* Ou melhor, dentro dessa estrutura com três características fundantes (autoerotismo, apoio em uma função orgânica e predomínio de uma zona erógena) tem de caber essa relação. Paradoxalmente, o único ponto em que essa elaboração cabe é o *autoerotismo*. Isto é, a fantasia poderia estar, por assim dizer, numa região limítrofe entre a real relação de objeto e o exercício autoerótico da pulsão – seria a forma com que a pulsão se satisfaria intrapsiquicamente sem depender do objeto tal qual ele se apresenta na realidade externa²⁸. Porém a satisfação autoerótica não depende em si da atividade fantasística, e esta surge mediante o encontro com o objeto na realidade externa e da ativação do circuito do desejo na esfera representacional. Se a relação de negatividade entre perversão e neurose não se estabelece no conteúdo mesmo de suas representações desiderativas, mas sim em sua forma (fantasias inconscientes, nesta; fantasias conscientes e atos executados, naquela), isto indica que a faculdade de fantasiar tem relação com a perversão, não estando esta classe de afecções isenta dos influxos da atividade fantasística. A definição da perversão como *inibição* do desenvolvimento da libido e *dissociação* de sua atividade nos parece, em sua lúcida sucintez, algo incompleta: estando a fantasia imbricada também na estrutura da perversão, requer-se que se estude a relação de objeto para que essa mesma estrutura seja esclarecida. Além disso, se Freud identifica “a idade em que se ativa a fantasia” com “pouco antes da puberdade”²⁹, estamos frente a uma contradição: se a perversão é *inibição* num estágio primitivo e

²⁸ Diríamos, com Mezan e nos adiantando um pouco na evolução dos conceitos freudianos, que “a satisfação autoerótica é adequada para a atividade fantasmática, cuja população de objetos não passa pelo crivo da realidade e da frustração” (Mezan, 1982, p. 157).

²⁹ Freud, S. (1905b), p. 183.

polimorfo do desenvolvimento da libido, como pode um perverso *fantasiar*, visto que a fantasia só se ativaria *após a infância*? Apelar-se-ia aqui ao todo-poderoso efeito *a posteriori*, ao tão debatido *nachträglich*? E se não há repressão na perversão (ou ao menos não houve a repressão do fator sexual que constitui o sujeito enquanto perverso – a pulsão escopofílica no voyeurista, por exemplo), como pode haver fantasias perversas em seu consciente? Se não houve repressão, como pode haver a diferenciação mesma entre consciente e inconsciente? A fantasia, como se pode ver, é mais uma vez fonte de *problemas* para Freud, muito mais do que de respostas. Ela é um ponto de impasse e inflexão aporética da teoria – a partir do conceito de fantasia as relações entre autoerotismo, mundo representacional inconsciente, repressão e sexualidade infantil mostram-se problemáticos em seu cerne e de extrema complexidade.

O conceito de fantasia exige o aprofundamento dos conceitos relativos à relação de objeto. Porém neste momento de elaboração da teoria psicanalítica Freud explicitamente dá mais valor aos aspectos congênitos da constituição sexual do sujeito. O desenvolvimento da libido seria um caminho universal, e a educação fornecida pelos pais e pela sociedade seria meramente um agente catalisador ou estorvante desse processo. Comparando a velha teoria da sedução com a nova, Freud diz que dois aspectos acerca da etiologia das psiconeuroses nunca foram por ele abandonados: o do infantilismo e o da sexualidade. Mas “no lugar de influências acidentais postulei fatores constitucionais, e a ‘defesa’, compreendida em termos puramente psicológicos, foi substituída pela ‘repressão sexual’ orgânica”³⁰, diz-nos ele como que enfática e categoricamente em 1906. Mesmo a repressão seria orgânica e endógena, com vias pré-determinadas. Daí para julgar que a influência da realidade externa e dos objetos da libido nela presentes é pequena, senão pequeníssima, não se requer muito. Onde o diagnóstico quase dramático de Laplanche e Pontalis de que a teoria psicanalítica, em pleno nascimento, corre um grave risco:

Chegaríamos então ao seguinte paradoxo: no momento mesmo em que o objeto psicanalítico por excelência, a fantasia, é descoberto, ele corre o risco de perder o seu ser próprio em favor de uma realidade endógena, a sexualidade, batalhando ela mesma com uma realidade exterior interditora e normativa que lhe impõe que se disfarce. Nós decerto teríamos a fantasia – no sentido de produção imaginária – mas nós perderíamos a estrutura.³¹

³⁰ Freud, S. (1906 [1905]), p. 269.

³¹ « Nous arriverions donc au paradoxe suivant : dans le moment même où l’objet psychanalytique par excellence, le fantasme, est découvert, il risque de perdre son être propre au profit d’une réalité endogène, la sexualité, elle-même aux prises avec une réalité extérieure interditrice et normative qui lui impose des déguisements. Nous aurions bien le fantasme – au sens de production imaginaire – mais nous perdriions la structure » (Laplanche e Pontalis, 1964, p. 46).

Ora, o que observamos no decorrer dos ensaios freudianos é justamente o oposto: não um risco corrido de abandono da estrutura da fantasia, mas uma insistência teimosa com que elas adentravam os textos clínicos de Freud. Para onde quer que Freud volvesse seu olhar, lá estavam elas, pululantes, enxeridas, borbulhantes. Poder-se-ia caracterizar a presença obstinada da fantasia do mesmo modo com que Virgílio descreve o ímpeto dos aqueus: *fit via vi*; seu caminho faz-se à força: se amiúde não emergem nos textos teóricos, não deixarão nunca de marcar presença nos estudos de caso. As fantasias se mostraram um fato clínico incontestável, e a definição de sua estrutura foi alvo de seus estudos e artigos nos anos seguintes, como veremos em breve. Freud assevera uma “repressão orgânica”, é fato, mas o que o maquinário inconsciente lhe proporciona é a proliferação dos influxos dos objetos libidinosos. Na abertura de seu texto de 1906, em que admite publicamente o erro chamado teoria da sedução, Freud já dissera:

Opino que o melhor modo de apreciar minha teoria sobre a importância etiológica do fator sexual para as neuroses é seguir seu desenvolvimento. Com efeito, de nenhum modo me empenharei em desmentir que ela teve um desenvolvimento e se modificou em seu curso. Os colegas poderiam ver nessa confissão a prova de que esta teoria não é outra coisa que a sedimentação de experiências continuadas e aprofundadas. Aquilo que nasce da especulação, ao contrário, pode facilmente emergir completo de um só golpe e manter-se a partir de então imutável.³²

Melhor seguir o desenvolvimento da teoria do que enxergar nela algo que nunca existiu. Em todos os textos de casos clínicos de Freud, mesmo nos exemplos clínicos adidos às mais aridamente teóricas análises, a fantasia não aparece como mera “produção imaginária”, mas sim como uma presença constante, uma peça fundamental do maquinário inconsciente que fabrica sintomas e sonhos. Pela clínica Freud era obrigado a lidar com as fantasias, tanto na prática quanto na teoria. Como assevera muito cirurgicamente Monzani, “em geral, há a tendência de esquecer que Freud era, antes de um tudo, um clínico”³³. Basta que aduzamos um exemplo clínico das fantasias para que nos apercebamos de sua importância também teórica. É no caso Dora que Freud irá conceituar pela primeira vez de forma psicanalítica a *transferência* enquanto constituinte da relação terapêutica. Ali ele afirma:

Marcante também é a caracterização da fantasia como o “objeto psicanalítico” por excelência. A respeito disso falaremos futuramente.

³² Freud, S. (1906 [1905]), p. 263.

³³ Monzani, L. R. (1989), p. 97. Nessa parte de seu estudo, Monzani está a dissertar sobre a magna importância dos aspectos quantitativos, energéticos, econômicos dentro da teoria freudiana – importância esta de que não nos devemos esquecer jamais, de fato.

Que são as transferências? São reedições, recriações das moções e fantasias que à medida que a análise avança não podem menos senão despertar e fazer-se conscientes; porém o característico de todo o gênero é a substituição de uma pessoa anterior pela pessoa do médico. Para dizê-lo de outro modo: toda uma série de vivências psíquicas anteriores não é revivida como algo passado, mas sim como um vínculo atual com a pessoa do médico. Há entre essas transferências umas que não se diferenciam de seus modelos com relação ao conteúdo, salvo na aludida substituição. São então, para continuar com o símil, simples reimpressões, reedições sem mudanças. Outras procedem com mais arte: passaram por uma moderação de seu conteúdo, uma *sublimação*, como costume dizer, e são capazes até de tornar-se conscientes ao se apoiarem em alguma particularidade real habilmente aproveitada da pessoa do médico e das circunstâncias que o rodeiam. São, pois, edições revistas, e não mais reimpressões.³⁴

Esse texto é translúcido: as transferências são reedições de fantasias e moções que jaziam inconscientes, mas que, no decorrer do processo analítico, tornam-se novamente conscientes ou são reativadas em ato. Além disso, algumas delas são reedições quase que fiéis de seus modelos inconscientes, enquanto outras se servem de transformações de seu conteúdo. Sabe-se quão importante foi o conceito de transferência para que Freud forjasse e elaborasse conceitos capitais no tocante ao funcionamento do aparelho psíquico: recordemo-nos somente, por exemplo, da distinção entre repetir, recordar e elaborar, vinculada a essa reedição “fiel” ou transmutada das fantasias inconscientes do sujeito, que já nos é suficiente. Ora, se se reeditam fantasias e relações infantis durante o processo terapêutico, é através mesmo da análise dessas reedições que a teoria acerca da sexualidade infantil poderá ser construída³⁵. Se a fantasia não é analisada de forma extenuante nos *Três Ensaios*, é porque, pensamos nós, há uma assimetria entre sua importância clínica e o instrumental teórico de que se serve Freud. É como se as fantasias por algum motivo não se encaixassem nesse seu primeiro esquema conceitual.

Três versos de T. S. Eliot vêm aqui muito a calhar: “What might have been is an abstraction/
Remaining a perpetual possibility/ Only in a world of speculation”³⁶. Julgamos muito pouco frutífero do ponto de vista epistemológico dizer de riscos que uma teoria teria ou não corrido ao longo de seu já concluído desenvolvimento. Fazê-lo é tratar como possível algo que é fática e logicamente

³⁴ Freud, S. (1905 [1901]), p. 101.

³⁵ Compare-se com o que afirma Freud na abertura do relato do caso do pequeno Hans: “o médico que trata psicanaliticamente um neurótico adulto chega por fim, em virtude de seu trabalho de descobrir estrato por estrato as formações psíquicas, a certos pressupostos acerca da sexualidade infantil, em cujos componentes crê haver encontrado as forças pulsionais de todos os sintomas neuróticos da vida posterior” (Freud, 1909a, p. 7).

³⁶ Eliot, T. S. (1943). *Burnt Norton*, p. 224.

impossível: está-se a falar de uma obra acabada, de uma teoria que, conquanto haja recebido variegadas interpretações e (supostos) aprofundamentos ao longo dos anos, não pode mudar ou ser mudada, pois que seu autor já morreu, e de seu punho não sairão mais nenhuma palavra. É razoavelmente mais fácil falar de eventos ou textos passados, já escritos: eis-nos frente à aporia aristotélica da batalha naval, porém às avessas. Em se tratando não de eventos do futuro que podem ou não vir a ocorrer, mas sim do passado e que *jamaiz* ocorreram, não é difícil se desvencilhar da aporia: Freud teria corrido o risco de aferrar-se a um desenvolvimento endógeno da libido, deixando de atentar-se aos influxos da realidade exterior no tocante ao desenvolvimento psicosexual. *Teria* corrido, porém nunca correu, seus próprios próximos textos no-lo mostram. Mais frutuoso, julgamos nós, é curar de ponderar sobre as relações recíprocas entre os conceitos, como fez Mezan (e como os próprios Laplanche e Pontalis fizeram, com sua classe – e dramaticidade – idiossincrática):

A hipótese da existência de fantasias inconscientes colocou Freud no caminho que conduziu às suas grandes descobertas. Com efeito, para dar conta da sua produção, tornava-se preciso investigar de perto o funcionamento da mente, em especial da sua parte inconsciente; o conteúdo sexual deste tipo de ideação exigia noções mais claras sobre a sexualidade, em especial sobre a sexualidade infantil; o fato de serem submetidas a uma repressão extremamente intensa tornava imperioso o estudo aprofundado deste fenômeno, ao mesmo tempo em que o colocava em termos estritamente psicológicos, desvinculando-o do jogo da neurologia³⁷.

A hipótese das fantasias inconscientes faz a roda da teoria girar. Ela é um ponto crítico mais uma vez, agora no tocante à conceituação das perversões em sua ligação tanto com o autoerotismo quanto com a fantasia. Nela o objeto clama por atenção. Clama por atenção teórica, por revisão de conceitos. Uma vez tematizada, ela é obstinada, tenaz e não pode deixar de ser revisitada pela teoria. Ou melhor, a própria teoria se revela passível de revisitação à luz da fantasia mesma. No exato momento em que Freud postula uma sexualidade endógena com um desenvolvimento pré-estabelecido e “orgânico”, por assim dizer, estabelecendo a relação de negatividade da neurose para com a perversão, ele também faz distinguir neurose e perversão de acordo com o local das fantasias perversas – inconsciente, na neurose, consciente ou mesmo em ato, nas perversões. Sexualidade (infantil) e fantasia são conceitos que, em sua plena acepção psicanalítica, nasceram quase que

³⁷ Mezan, R. (1982), p. 68. Ou, como afirmaram os próprios Laplanche e Pontalis (1964), por exemplo: « Retrouvé aux niveaux les plus divers de l'expérience psychanalytique, donné, interprété, reconstruit, postulé, le fantasme ne pouvait manquer de poser le problème difficile de son statut métapsychologique et tout d'abord de son appartenance topique dans le cadre de la distinction des systèmes inconscient, préconscient et conscient » (p. 71).

concomitantemente, e se não são complementares numa primeira visada, exigem complementaridade a partir dos conceitos mesmos a eles relacionados.

Assentimos com Laplanche e Pontalis em seu apontamento de uma mudança quase que brusca de direção dos conceitos freudianos: na teoria da sedução o desejo vinha de fora, era introduzido pelo adulto e incubado na criança como um corpo estranho. Permanecia inerte até que a puberdade chegasse com toda a sua força e pudesse proporcionar-lhe poder etiológico. Nos *Três Ensaio*s, ao contrário, a perversão é algo inerente a todo infante: nasce-se no estado perverso; mas, ademais, este estado tem um desenvolvimento bastante bem delineado, sendo por vezes a repressão adjetivada como “orgânica”. Ora, o fato de nos *Três Ensaio*s a fantasia marcar presença somente quando da constatação de um ulterior destino de certas pulsões (destino dito “simbólico” por Freud) e, evento importante, numa nota de rodapé (diferenciando-se à luz da própria fantasia perversão, neurose e psicose) não deixa de ser notável. Em nossa opinião, isso não faz da fantasia um objeto esquecido por Freud, haja vista que ela é presença constante nos textos: ao contrário, se ele não consegue (ou simplesmente não quer) tematizá-la dentro da grande incipiente rede de conceitos basais acerca da sexualidade infantil endógena, é porque ela traz questões aos conceitos em vias de se formalizar. Fica às margens, por assim dizer, e aparecerá em textos menos portentosos do ponto de vista de uma formalização da teoria (artigos menores, análises de caso...). Nesse sentido, a fantasia enquanto conceito ganha uma dupla importância para uma epistemologia do corpus conceitual psicanalítico. Em primeiro lugar, ela permite uma reavaliação da teoria freudiana anterior.

Indiscutível é o diagnóstico feito por Freud: tanto o infantilismo quanto a sexualidade estabeleceram-se desde (quase) sempre em sua teoria enquanto fatores constituintes da formação de sintomas psiconeuróticos. Mas algo de muito fundamental foi alterado sub-repticiamente: na nova teoria a perversão ainda é causa (condição ontológica de possibilidade, melhor dizendo) da neurose, porém agora ela não mais vem de fora, mas sim é asseverada enquanto princípio imanente da existência humana – a perversão é a condição com que todo homem vem ao mundo. Na teoria da sedução muito crédito foi dado às fantasias históricas de sedução, que encobriam a própria vida libidinal (perversa) dos doentes. Assim, a teoria da sedução já pode ser vista como a transposição, para o campo de uma teoria, das próprias fantasias. A própria fantasia tornada teoria: eis o estatuto epistemológico do conjunto de hipóteses intitulado “teoria da sedução”³⁸.

³⁸ Esse aspecto fantasioso ou fantasístico da primeira teoria freudiana ainda nos dará muito material para reflexão. No entanto temos ainda de passar pela estrutura da fantasia e pelas suas relações com o desejo e o Tempo (no segundo capítulo sobre a memória) para que possamos reafirmar e aprofundar o estatuto epistemológico da teoria da sedução. Só lograremos fazê-lo, pois, tendo previamente delineado o estatuto epistemológico da própria fantasia.

Não se deixe nunca de notar, todavia, que o tratamento que Freud dispensa aos seus constructos não é o mesmo. As fantasias imprimem sua marca nos textos freudianos desde o fim do século, mas o fazem sempre como que à francesa, à margem. Numa primeira elaboração concreta do novo conceito de sexualidade, agora já infantil por essência, a fantasia aparece marginalmente, e não como um conceito-chave. Se fazemo-la transparecer como um conceito capital, é graças, sejamos sinceros, a uma nossa leitura casmurra. Essa marginalidade, porém, é de importância basilar: se a fantasia, lida em sua relação com outros conceitos nascentes, estes sim consignados como os conceitos-chave da teoria (libido, pulsões parciais, zona erógena etc.), se mostra como um indicador de potenciais contradições internas à própria teoria, ela pode ser assim considerada como um conceito epistemologicamente basal, conquanto não lhe seja outorgada essa importância epistemológica dentro dos próprios textos; ou melhor, é *em virtude dessa marginalidade mesma* que a fantasia ganha ainda maior valor epistemológico. Por mais que Freud não tematize essas aporias *ipsis litteris*, por mais que elas sejam relegadas a meras dobras ou pontas do discurso e por vezes a expressivas notas de rodapé, elas não deixam nunca de habitar os interstícios mesmos da teoria em construção. Paralelamente à paulatina formalização da teoria efetuada nos textos mais densos, a fantasia será tema privilegiado de artigos menos pomposos de Freud entre os *Três Ensaio*s e a revolução e reorganização epistêmica reclamada pelo conceito de narcisismo (esta sim tematizada com todas as letras por Freud). Além disso, transbordarão fantasias quando das análises de casos (o pequeno Hans e o Homem dos Ratos, e mesmo nos delírios de Schreber).

Levando-se isso tudo em conta, e estabelecida assim a vinculação conceitual entre a vida sexual infantil, a neurose e a perversão, convém então que se investigue como as fantasias são traduzidas em sintomas (tanto a forma quanto o conteúdo dessas retranscrições) e quais as relações entre fantasia, perversão, neurose e psicose (classe esta de afecções que se fez presente até agora somente de través, mas que em textos futuros será abordada com muito mais diligência).

O sintoma e sua lógica

Provas de que o tema da fantasia muito espevitou a cabeça de Freud nos anos seguintes aos *Três Ensaio*s são o fato de ele ter-lhe consagrado cinco artigos entre 1908-9³⁹ e a abundância transbordante das fantasias e o modo com que são usadas nas análises tanto do caso do Pequeno Hans quanto do Homem dos Ratos, ambos publicados em 1909⁴⁰. Na análise da *Gradiva*, cujo título nos

³⁹ *El creador literario y el fantaseo* (1908 [1907]), *Las fantasías histéricas y su relación con la bisexualidad* (1908a), *Sobre las teorías sexuales infantiles* (1908b), *Apreciaciones generales sobre el ataque histérico* (1909 [1908]a), *La novela familiar de los neuróticos* (1909 [1908]b); todos no vol. 9 da AE.

⁴⁰ *Análisis de la fobia de un niño de cinco años* (1909a) e *A propósito de un caso de neurosis obsesiva* (1909b), respectivamente; ambos no vol. 10 da AE.

indica ser sobre “sonhos e delírios”, fazem-se também presentes as ditas-cujas, de um modo, aliás, que nos dará o que pensar logo mais adiante. Em seu artigo sobre o escritor literário e a fantasia Freud afirma: “há um gênero de homens a quem por certo não um deus, mas sim uma severa deusa – a Necessidade – transmitiu a ordem de dizer suas penas e alegrias. São os neuróticos, que se veem forçados a confessar ao médico, de quem esperam sua cura por tratamento psíquico, também suas fantasias”⁴¹. Vejamos em que medida a deusa Necessidade deu a Freud material para compreensão da estrutura das neuroses e da lógica de seus sintomas.

Em primeiro lugar, a asseveração resoluta e que aparece em mais de um dos artigos citados: “todos os ataques histéricos que pude investigar até hoje provaram ser sonhos diurnos de involuntária emergência”⁴². Estes ataques “não são outra coisa que fantasias projetadas sobre a motilidade, figuradas de uma maneira pantomímica”⁴³. Vemos, pois, reafirmada a tese da *Traumdeutung*, porém agora a respeito dos ataques histéricos. Continuemos: “com efeito, a observação não deixa subsistir dúvida alguma: entre estas fantasias, há-as tanto inconscientes quanto conscientes, e tão logo se tornaram inconscientes podem tornar-se também patogênicas, isto é, expressar-se em sintomas e ataques”⁴⁴; e “para toda uma série de sintomas histéricos [...] as fantasias inconscientes são os estágios prévios mais próximos. Os sintomas histéricos não são outra coisa que as fantasias inconscientes figuradas mediante ‘conversão’”⁴⁵. Mas agora a tese da existência de fantasias inconscientes ganha um certo aprofundamento:

As fantasias inconscientes podem tê-lo sido desde sempre, ter-se formado no inconsciente, ou bem – caso mais frequente – foram uma vez fantasias conscientes, sonhos diurnos, e logo foram adrede esquecidas e caíram no inconsciente em virtude da “repressão”. Nessa segunda alternativa seu conteúdo pôde seguir sendo o mesmo ou experimentar variações, de sorte que a fantasia agora inconsciente seja um rebento da que fora outrora consciente.⁴⁶

Tem-se, por conseguinte, que fantasias inconscientes estão na origem dos sintomas e ataques histéricos, que os figuram mediante *pantomimas*, isto é, mímicas e imitações, e que, em se tornando inconscientes, as fantasias podem, além de conseguir potência etiológica, passar por diversas

⁴¹ Freud, S. (1908 [1907]), p. 129.

⁴² Freud, S. (1908a), p. 142.

⁴³ Freud, S. (1909 [1908]a), p. 207.

⁴⁴ Freud, S. (1908a), p. 142. Interessante notar que aqui Freud diferencia sintomas de ataques – o sintoma, aparentemente, é *duradouro*, ao passo que o ataque é súbito, repentino, e acaba logo. Desde que retiremos a duração como característica distintiva, pode-se conceber o ataque histérico como uma espécie de “subclasse” dos sintomas histéricos.

⁴⁵ *Id.*, p. 143.

⁴⁶ *Id.*, p. 142.

transformações. Uma série de fantasias inconscientes é vista, assim, como uma série de *derivações* das fantasias outrora conscientes.

Para dar conta da relação entre sintoma e fantasia, Freud propõe uma série de oito fórmulas sucintas e as lista em sequência. São elas: 1. O sintoma histérico é o símbolo mnêmico de certas impressões e vivências (traumáticas) eficazes. 2. O sintoma histérico é o substituto, produzido mediante “conversão”, do retorno associativo dessas vivências traumáticas. 3. O sintoma histérico é – como o são também outras formações psíquicas – expressão da realização de um desejo. 4. O sintoma histérico é a realização de uma fantasia inconsciente ao serviço da realização de desejo. 5. O sintoma histérico serve para a satisfação sexual e representa uma parte da vida sexual da pessoa (em correspondência com um dos componentes da pulsão sexual). 6. O sintoma histérico corresponde ao retorno de uma modalidade de satisfação sexual que foi real na vida infantil e desde então foi reprimida. 7. O sintoma histérico nasce como um compromisso entre duas moções pulsionais ou afetivas opostas, uma das quais se empenha em expressar uma pulsão parcial ou um dos componentes da constituição sexual, enquanto a outra se empenha em sufocá-los. 8. O sintoma histérico pode assumir a sub-rogação de diversas moções inconscientes não-sexuais, mas não pode carecer de um significado sexual⁴⁷. E, após enunciá-las, ele completa: “entre essas diferentes definições, é a sétima a que expressa de maneira mais exaustiva a natureza do sintoma histérico como realização de uma fantasia inconsciente; e, junto com a oitava, é a que aprecia de maneira correta o significado do fator sexual. Muitas das fórmulas precedentes estão contidas nesta como estágios prévios”⁴⁸.

Aqui o sintoma é equivalido à emergência, sob a forma do *compromisso*, de duas correntes distintas: uma, reprimida, e outra, que reprime. É com esse embate que se fabrica o sintoma (assim como o sonho, é lícito dizer). Mas nessa pequena lista podemos entrever também que o *trauma* ainda está presente na mente de Freud, porém sem seu caráter *universal* e *necessário*, tal qual detinha na teoria da sedução. Assim, outras possíveis proposições causais (como a do trauma, exposta nas duas primeiras fórmulas) são *subordinadas* à nova etiologia, pautada na fantasia.

Pois bem, os sintomas representam fantasias inconscientes, mas isso não se faz de maneira simples:

O nexos das fantasias com os sintomas não é simples, mas sim múltiplo e complexo, provavelmente como consequência de dificuldades com que tropeça o afã das fantasias inconscientes por conseguir para si uma expressão. Por regra geral, ou seja, dado um desenvolvimento completo e um prolongado lapso de permanência da neurose, um sintoma não corresponde a uma única fantasia inconsciente, mas sim a

⁴⁷ *Id.*, pp. 144-5.

⁴⁸ *Id.*, p. 145.

uma multidão delas; por certo que não de uma maneira arbitrária, mas sim dentro de uma composição sujeita a leis.⁴⁹

Sendo uma formação de compromisso, no sintoma, “por regra geral, a figuração pantomímica da fantasia experimentou, sob a influência da censura, desfigurações inteiramente análogas à alucinatória do sonho”⁵⁰. Conclusão: “é mister, portanto, que o ataque histérico seja interpretado da mesma maneira que o fazemos no caso do sonho noturno”⁵¹. Nessa interpretação dos sintomas, Freud reconhece alguns elementos em comum com a desfiguração operada no trabalho do sonho. Eis alguns deles.

Em primeiro lugar, a *condensação*: “o ataque se torna incompreensível pelo fato de em um mesmo material se representam de uma vez várias fantasias, por meio da *condensação*. Os elementos comuns das duas (ou das várias) fantasias constituem, como no sonho, o núcleo da figuração”⁵². Entretanto a condensação não é usufruída somente para se amalgamarem elementos de mais de uma fantasia, mas também para que se representem *diversos personagens* da mesma trama: “o ataque se torna não transparente pelo fato de que a enferma procura colocar em cena as atividades das duas pessoas que emergem na fantasia, vale dizer, por *identificação múltipla*”⁵³. Aqui a condensação opera por *identificação múltipla*⁵⁴, presente também nos sonhos, fazendo com que a histérica *represente* o papel de mais de um personagem da sua própria fantasia. Nós voltaremos a esse ponto instigante da figuração sintomatológica da fantasia.

Além da condensação e da identificação múltipla, a fabricação dos sintomas pode valer-se também da *inversão da sequência temporal* de uma fantasia, implicando que o fim da narrativa fantasística esteja no *início* do curso do ataque histérico, sendo então seu início deslocado para o *fim* do ataque. Freud ilustra esse mecanismo com um caso extremamente elucidativo:

Por exemplo, quando a fantasia de sedução de uma histérica tem o seguinte conteúdo: está sentada lendo em um parque, um pouco recolhido o vestido, de sorte que se lhe vê o pé; acerca-se dela um senhor que lhe dirige a palavra, e logo ela se vai com ele a outro lugar, no qual mantêm terno trato. A histérica encena essa fantasia no ataque de maneira tal que começa com o estágio convulsivo que corresponde ao coito, depois se levanta, se translada a outra habitação, ali se senta para ler e então responde a alguém imaginário que lhe dirige a palavra.⁵⁵

⁴⁹ *Id.*, p. 144.

⁵⁰ Freud, S. (1909 [1908]a), p. 207.

⁵¹ *Ibid.*

⁵² *Ibid.*

⁵³ *Id.*, p. 208.

⁵⁴ O tema da *identificação* como constituinte das fantasias será abordado no próximo capítulo.

⁵⁵ *Ibid.*

Notemos primeiramente que na formação de sintomas há (como era de se esperar pela afirmação de que se deve interpretar um sintoma como se interpreta um sonho) a atuação dos chamados *processos primários*, os mesmos empregados pelo trabalho do sonho. Ora, além disso, temos aqui que a fantasia é uma *narrativa*, composta por *personagens* em uma sequência temporal. O que o sintoma faz nesse caso é *inverter* essa sequência, além de possibilitar a representação de *múltiplos* personagens pela mesma pessoa (o histérico, nesse caso). Isso implica que o sintoma funciona nas malhas do negativo e do Tempo, assim como notáramos a respeito das memórias encobridoras. Mais que isso, porém: estando a lógica do sintoma de certa forma pautada na lógica da fantasia, é necessário que as próprias fantasias funcionem nas malhas do negativo e do Tempo. Nós ainda voltaremos a isso; neste capítulo, retornaremos sobretudo à questão da *narrativa*.

Em determinado sentido pode-se pensar que o sintoma é uma exageração, erigido a partir da construção de narrativas incabíveis. Mas os sintomas neuróticos, de um modo geral, somente representam as fantasias, que são conjuntos de representações universais, fabricados por todos os mortais. Duas classes de narrativas fantasiosas chamaram a atenção de Freud por serem de acordo com ele construções universais e por se fazerem presentes na arquitetura das psicose: as chamadas *teorias sexuais infantis* e os *romances familiares dos neuróticos*. Começemos pelas teorias sexuais das crianças, espécie de misto entre fantasia e pensamento investigativo.

Freud diz que, geralmente à chegada incômoda de um irmãozinho, “sob a incitação desses sentimentos e inquietações, a criança passa a ocupar-se do primeiro, grandioso problema da vida, e se pergunta ‘*de onde vêm os filhos*’; claro que de início a pergunta reza: ‘de onde veio este filho molesto?’”⁵⁶. Note-se que a pergunta parte de um *particular concreto* (“este filho molesto” – o irmão indesejado) rumo a um *universal abstrato* (“os filhos” – todo e qualquer novo recém-nascido). Há aqui uma reconfiguração dos processos de pensamento da criança, que passa do particular ao universal, avivado e incitado pelos maus afetos (ciúme, raiva etc.) que a chegada de um rival lhe incute. Dessa pergunta originária, originar-se-ão algumas teorias que, diz-nos Freud, são típicas das crianças.

“A primeira destas teorias se vincula ao descuido das diferenças entre os sexos [...]. Ela consiste em *atribuir a todos os seres humanos, mesmo às mulheres, um pênis*”⁵⁷. A primeira teoria é a da universalidade do falo: há aí um uso duplo do universal. Primeiro, do *humano* enquanto universal abstrato caracterizado por um signo que é utilizado *universalmente*, o pênis. Num primeiro momento a criança não conheceria a vagina enquanto positividade dotada de ser próprio. “Sua ignorância da

⁵⁶ Freud, S. (1908b), p. 190.

⁵⁷ *Id.*, p. 192.

vagina possibilita que a criança se convença também da segunda de suas teorias sexuais. Se o filho cresce no ventre da mãe e é tirado dali, isso ocorrerá pela única via possível: a abertura do intestino. *É preciso que o filho seja evacuado como um excremento*⁵⁸. Dada essa natureza do processo parturiente, o de que crianças se expõem pelo ânus à maneira da expulsão das fezes, “não é nada menos consequente que a criança não conceda à mulher o doloroso privilégio de parir. Se os filhos nascem pelo ânus, o homem pode parir do mesmo modo que a mulher. Assim, o garoto pode fantasiar que ele mesmo concebia filhos, sem que por isso possam imputar-se-lhe inclinações femininas”⁵⁹. Todos têm pênis, todos podem parir – proliferam, novamente, os usos das categorias universais abstratas.

A terceira importante teoria sexual infantil é relativa à cópula. Freud diz que ela é formulada após a visualização ou percepção (mediante a audição, por exemplo) por parte da criança de relações sexuais empreendidas pelos seus pais. Todos chegam, quer queiram, quer não, “ao que poderíamos chamar a mesma *concepção sádica do coito*: veem nele algo que a parte mais forte faz à mais fraca como violência, e o comparam, sobretudo os garotinhos, com as brigas como as que conhecem do trato entre crianças, e que certamente não deixam de estar contaminadas por uma excitação sexual”⁶⁰. Aqui se vê estabelecida a ligação conceitual entre *violência*, *prazer* e *união* (conjugal, carnal, entre as duas pessoas mais amadas – e mais odiadas – pela criança).

As teorias sexuais infantis não distinguem nuances entre as categorias por elas operadas: trata-se sempre do universal e do universalmente, do *universale* e do *universaliter*, tal qual nos legou Aristóteles⁶¹. Faz-se a formação de conjuntos, dos quais se derivam outros de maneira dedutiva e logicamente consequente: todos os seres humanos têm pênis; ora, se se podem castrar humanos, todos aqueles humanos que não possuem pênis são castrados (as mulheres, na primeira conceituação infantil do feminino). É importante que averiguemos essa estrutura da fantasia e a forma lógica com que ela se perfaz: aqui, sob a forma de *teorias*, a fantasia pode ser vista como uma *síntese*; ela *sintetiza* conceitos que antes estiveram apartados. O pênis e o gênero humano. A castração e o gênero feminino. O coito e a violência. As fezes e os bebês. E assim por diante.

No entrelaçamento e relação entre o particular e o universal no pensamento fantasioso infantil, as *primeiras questões*, as *questões originárias* são sobre *origens* (da vida e da diferença sexual)⁶² e dizem respeito ao estatuto do sujeito enquanto ser sexuado. Essas são as questões mais prementes a que a mente infantil tentará dar respostas. Nada de cosmologia, nada de metafísica. Existe, pois, uma certa *função existencial* da fantasia, pois é ela o que permite a ascensão das questões existenciais –

⁵⁸ *Id.*, p. 195.

⁵⁹ *Ibid.*

⁶⁰ *Id.*, p. 196.

⁶¹ Para isso, cf. o seu *De Interpretatione*, por exemplo.

⁶² Para isso, cf. o ensaio de Laplanche e Pontalis (1965).

no princípio, no entanto, as questões que emergem se referem tão-somente à sexualidade. Exemplo pregnante desse fato para a psicanálise é a análise empreendida por Freud, no caso do Homem dos Lobos, de suas fantasias de regresso ao seio materno e de renascimento, fantasias estas que muito se prestam a uma certa abstração metafísica das temáticas sexuais que são o verdadeiro recheio das nossas fantasias mais íntimas. Retornar ao ventre materno ou dele renascer: dois desejos que aparentemente revelam um certo núcleo existencialista imanente ao homem, que em seu imaginário muito sonha com questões metafísicas abstratas (a Existência! o Ser! o Homem!). Nada disso, entretanto:

Creio que a partir deste exemplo se joga luz sobre o sentido e a origem das fantasias de regresso ao seio materno e de renascimento. A primeira surge amiúde, como em nosso caso, da ligação com o pai. Deseja-se estar no ventre da mãe para substituí-la no coito, para ocupar seu lugar frente ao pai. Quanto à fantasia de renascimento, é provável que regularmente seja uma versão moderada, um eufemismo, por assim dizer, da fantasia de relação incestuosa com a mãe [...]. Deseja-se retroceder à situação em que se encontrava dentro dos genitais da mãe, para o qual o homem se identifica com seu pênis e se faz substituir por ele. Essas duas fantasias, portanto, se revelam como correlativas: segundo seja masculina ou feminina a atitude da pessoa em questão, expressam o desejo de relação sexual com o pai ou com a mãe.⁶³

Claro está que o que está em questão nessas fantasias tão abstratas, o que lhes fornece sentido e razão de ser é a boa e velha temática edípiana. As questões ontológicas hão de ser conquistadas – ou melhor, *derivadas* ou *depuradas*. As questões existenciais não são “dadas” aos homens, tampouco constituem o cerne de seu ser – as questões relativas às origens e à sexualidade são aquelas que surgirão em qualquer indivíduo. “Quem sou eu?”, “para que vim ao mundo?”, “existe sentido na existência?” – tudo isso são questões *subordinadas* às temáticas fantasísticas. Melhor dizendo, são questões neuróticas. Para um psicótico elas podem não passar de sonhos de sombras. Em termos existenciais e fáticos, o homem não é, para a psicanálise, um ser existencialista *a priori*. Ele não é *a priori* movido pela angústia da morte⁶⁴ enquanto limite inexorável da existência, nem mesmo deseja dar sentido à sua vida terrestre ou se move a partir de um ideal mais ou menos nobre. Ele não pensa em sua existência enquanto ser abstrato, jogado no mundo. Ele pensa em sexo. O restante, mesmo as

⁶³ Freud, S. (1918 [1914]), p. 93.

⁶⁴ Trato similar, aliás, é dado à própria angústia de morte. Nos finais d’*O eu e o id*, encontramos que “a angústia de morte pode ser concebida, igualmente à angústia da consciência moral, como um processamento da angústia de castração” (Freud, 1923a, p. 59). Mais uma vez, portanto, um estado anímico frente a “algo abstrato de conteúdo negativo para o qual não se descobre nenhum correlato no inconsciente” (p. 58), a saber, a *morte*, é concebido como o *derivado* de um estado frente a uma realidade incontornável: a castração.

conquistas mais aéreas do nosso entendimento, mesmo os mais sublimes raciocínios e terrores; o resto é do sexo derivado.

Por que essa insistência nas teorias sexuais infantis e na lógica conceitual a elas subjacente? Porque o sintoma, em sua forma, é derivado da fantasia, em sua forma. Assim sendo, estudar a *forma lógica* da fantasia revela-se como passo importante para o estudo dos próprios sintomas. O estudo das teorias sexuais infantis, portanto, “torna-se indispensável para a concepção das neuroses mesmas, nas quais essas teorias infantis continuam a vigor e adquirem uma influência que chega a comandar a configuração dos sintomas”⁶⁵. Ponhamos destaque na palavra *configuração*: trata-se não só do conteúdo dos sintomas, altamente influenciado pelo conteúdo das fantasias inconscientes, mas também de sua *forma*: forma espaço-temporal, por assim dizer, das representações.

O mesmo ocorre com os romances familiares dos neuróticos. Como com relação às teorias sexuais das crianças, essas narrativas fantasiosas são construídas a partir da relação sempre conturbada e ambivalente com os progenitores. No início da vida os pais são conceituados pela criança como os modelos da perfeição: são isentos de falha, tudo o que fazem representa o bom agir, tudo o que dizem representa o verdadeiro. Mas com o decorrer de seu crescimento a criança se depara com as falhas dos pais, com o fato de os pais de outras crianças serem mais ricos, mais bem-sucedidos, mais belos, mais presentes... É então que “a fantasia da criança se ocupa na tarefa de livrar-se dos menosprezados pais e substituí-los por outros, em geral uns de posição social mais elevada”⁶⁶. Formam-se a partir daí inúmeras narrativas, as mais das vezes similares a contos heroicos e trágicos, nos quais o herói reclama para si a legítima filiação para com seus pais (tornando bastardos seus irmãos), ou salva a amada de vários pretendentes sujos e ordinários, e outros lugares-comuns desse tipo. Esse tipo de narrativa, mostra-nos Freud, é copioso no mundo representacional dos neuróticos, e por vezes eles mesmos agem de acordo com elas – e não de acordo com a realidade (externa).

O tema dos romances familiares nos faz retornar ao tema das *narrativas*. Como vimos, uma fantasia inconsciente pode ser concebida como uma narrativa composta de dois ou mais personagens que tem uma certa estrutura temporal. Esse tema nos parece assaz importante, por nos revelar as nuances que Freud enxerga nas relações entre fantasia e realidade. Isso tudo é operado, nós veremos, através de certas comparações com a arte da *literatura*. Vejamos um exemplo aduzido por Freud, que, se não pode ser caracterizado como um puro *romance familiar*, ao menos é notável que tem uma estrutura muito símile:

⁶⁵ Freud, S. (1908b), p. 189.

⁶⁶ Freud, S. (1909 [1908b]), p. 218.

Uma de minhas pacientes, a quem eu havia posto de sobreaviso com relação às suas fantasias, relatou-me que certa vez se encontrou chorando pela rua e, meditando em seguida sobre o motivo, apreendeu a fantasia de que começara uma relação terna com um virtuoso pianista notório na cidade (ainda que não o conhecesse pessoalmente), que lhe dera um filho (ela não os tinha) e logo a abandonou à sua própria sorte, deixando-os na miséria. Nessa passagem do romance lhe acudiram as lágrimas.⁶⁷

Uma coisa é certa: a moça em questão pôs-se a chorar precisamente por coisas *que nunca ocorreram* na realidade material. Ela mesma construiu uma narrativa de enamoramento, gestação de um filho e abandono, narrativa esta na qual ela estava presente enquanto personagem principal e com a qual se emocionou a ponto de lhe suscitar o pranto. Nesse caso a fantasia permaneceu no plano ideacional, mas algo curioso ocorre caso um ataque histérico venha a figurar uma fantasia. Freud chegou a notar “certos ataques histéricos em que a doente representa ao mesmo tempo os dois papéis da fantasia sexual que está na base [do sintoma]. Por exemplo, como em um caso observado por mim, com uma mão apertada o vestido contra o ventre (em papel de mulher), e com a outra intenta arrancá-la (em papel de homem)”⁶⁸. Ora, eis aqui um exemplo daquela identificação múltipla que víamos previamente.

Nesses exemplos vemos como em sua fantasia (ou em seu sintoma) o sujeito representa um *papel dramático*; podemos citar a esse respeito Pirandello, que no magnífico prefácio aos seus *Sei personaggi in cerca d'autore* disse: “todo fantasma, toda criatura de arte, para ser, deve ter o seu drama, isto é, um drama do qual ele seja personagem e pelo qual é personagem. O drama é a razão de ser do personagem; é a sua função vital: necessária para existir”⁶⁹. Mas em Freud o drama não é uma função primordial – as funções primordiais são o *desejo* e a *proibição* do desejo. É na conjugação desses dois elementos que o drama virá a existir. Nessa encenação teatral, o sujeito mesmo é um personagem de seu próprio drama – cada fantasia tem uma *Dramatis Personae* muito peculiar, e em todas elas o sujeito é representado. O sujeito mais está capturado pela sua própria fantasia, mais nela vive do que qualquer outra coisa. Em certo sentido não se “dominam” as fantasias inconscientes – está-se ancorados nelas; elas são, antes, o local em que o sujeito encontra solo para representar um seu papel.

Assim, a fantasia pode ser vista como uma estrutura dramática e novelesca: a vida íntima e familiar do sujeito tornada drama. Nós víamos como Freud, em nota de rodapé, anunciara ao mundo

⁶⁷ Freud, S. (1908a), p. 142.

⁶⁸ *Id.*, pp. 146-7.

⁶⁹ Pirandello, L. (1921). *Sei personaggi in cerca d'autore*. “Ogni fantasma, ogni creatura d'arte, per essere, deve avere il suo dramma, cioè un dramma di cui esso sia personaggio e per cui è personaggio. Il dramma è la ragion d'essere del personaggio; è la sua funzione vitale: necessaria per esistere” (p. 8, *Prefazione*).

sua nova teoria etiológica. Nesse momento da *Traumdeutung*, ele declarou que “junto àquilo que lhes ocorreu, eles [os histéricos] criam inconscientemente em sua fantasia eventos atrozes e amedrontadores, construídos sobre o mais inocente e trivial material de sua experiência. E é a essas fantasias que seus sintomas estão ligados, e não das memórias dos fatos reais, sejam estes graves ou igualmente inocentes”⁷⁰. É como se o drama e o trágico constituídos na e pela fantasia fornecessem o *sentido* para a conduta dos neuróticos. Sem o palco da fantasia, ela como que quedaria no vazio.

E, como vimos, no caso da histeria as coisas ascendem a um novo nível, pois aí o corpo da histérica é o palco onde se desenrolam de forma desfigurada os seus dramas. É ali que se encarnam os personagens de sua novela pessoal. Pode-se comparar essa encarnação dramatúrgica da histeria com o que se passa em outros dois tipos de neuroses (a fobia e a obsessão). Na fobia, por exemplo, o drama se passa em outra ordem, pois é no objeto fóbico que se condensam todas as fantasias patogênicas. No caso de Hans, exaustivamente analisado, o medo de que um cavalo o morda ou de que um cavalo caia (e faça barulho com os pés e morra) sintetiza várias fantasias: o ódio e ciúme ao pai, que o morderá em retaliação; a fantasia de castração (por castigo à masturbação); desejo de que o pai caia, sangue e morra; desejo de que Hanna (a irmã) caia do balcão e morra; desejo de ter filhos com a mãe (o cavalo que cai é um cavalo carregado); fantasia de ter filhos como se fazem as fezes...⁷¹. Na neurose obsessiva são os atos compulsivos e mandamentos obsessivos que substituem o andamento da novela fantástica: o Homem dos Ratos, por exemplo, separado de sua amada pois esta tinha de cuidar de sua avó, fantasiou que deveria cortar o próprio pescoço com uma navalha, porém logo que se acercou do armário outro pensamento lhe sobreveio, que deveria viajar até onde estava sua dama para que matasse, antes, a avó. Nesse caso, relata-nos Freud, os mandamentos vieram em ordem inversa: primeiramente ele fantasiou que matava a avó da amada (para que pudesse estar com ela), e em seguida fantasiou que deveria matar-se como forma de autopunição⁷². A esse tipo de sintoma Freud chama de “ações obsessivas em dois tempos”, e tece comparações entre eles e os sintomas histéricos: “em vez de chegarem, como acontece geralmente na histeria, a um compromisso que contenta a ambos os opostos em uma única figuração, matando dois pássaros com um tiro, aqui os dois opostos são satisfeitos separadamente, primeiro um e depois o outro, sem que se intente estabelecer-se entre esses opostos mutuamente hostis algum tipo de enlace lógico (amiúde violando toda lógica)”⁷³.

⁷⁰ Freud, S. (1900), p. 231, nota de rodapé. Por essa citação se nos torna evidente que a comédia está ausente das fantasias: a tragédia é o espontâneo do homem, a comédia só é produzida depois, como que por derivação e para alívio, em gracejos, piadas, chistes. O *Witz* enquanto faculdade anímica depende da fantasia, tal qual a piada adulta depende e é derivada do brincar infantil. O homem está *destinado* ao trágico, ao dramático, ao aterrorizante – eis o diagnóstico freudiano.

⁷¹ Para isso, cf. Freud, S. (1909a).

⁷² Freud, S. (1909b), p. 150.

⁷³ *Id.*, pp. 151-2.

Envolto em fantasias que envolvem geralmente seus entes mais queridos e amados, o neurótico constrói sintomas que as figuram. A depender do tipo de neurose “escolhido”, a figuração será distinta – mas algo lhes é sempre comum, os neuróticos padecem de um drama todo particular e sofrem por conta de ficções que eles mesmos teceram. Alguns deles podem até mesmo pôr em cena concreta esses dramas fictícios: “por outra parte, é notório o caso, que detém importância prática, de histéricos que não expressam suas fantasias em sintomas, mas sim numa realização consciente, e assim fingem e põem em cena atentados, maus-tratos, agressões sexuais”⁷⁴. Nesse caso o palco sai da ordem ideacional ou sintomatológica e passa para o plano da realidade: o mundo tornado palco. Fenômeno chamado de *atuação* com bastante acurácia: trata-se do ato de tornar *ato* as potências fantasísticas do inconsciente, mas também de *atuar*, de representar um papel particular de um drama particular⁷⁵.

Nós invocamos Pirandello, e não foi à toa. Pois que, ao falar dos romances familiares, o vocabulário de Freud com relação ao neurótico que fantasia se aproxima muito do léxico vinculado à poesia e à literatura:

Muito em particular são as crianças nascidas depois que outros irmãos, que mediante essas imaginações [*Dichtungen*] arrebata a primazia sobretudo aos predecessores (exatamente como nas intrigas que a História registra), e amiúde não são dissuadidos de inventar [*andichten*] para a mãe tantos enredos amorosos quantos competidores haja. Uma notável variante dessa novela familiar consiste em o herói fantasiador [*dichtend*] reclamar para si mesmo a legitimidade, sendo que assim elimina como ilegítimos os seus outros irmãos.⁷⁶

Para tratar das fantasias neuróticas, Freud usa o verbo *dichten* (e o seu derivado *andichten*) e o substantivo *Dichtung*, que, sabemos, se refere à criação literária, sendo geralmente vertido para “poesia”. *Dichter* é no mais das vezes traduzido por “poeta”, embora em alemão tenha uma significação mais ampla, abarcando os criadores literários de quaisquer tipos. E essa não é a única vez em que Freud aproxima o léxico literário do tema das fantasias. Já no artigo sobre as memórias encobridoras, em 1899, Freud dissera, a respeito da fabricação de uma memória desse tipo: “posso assegurar-lhe que muito amiúde se criam inconscientemente tais coisas, como uma criação literária

⁷⁴ Freud, S. (1908a), p. 144.

⁷⁵ André Green já fizera notar o papel da *dramatização* na constituição anímica do homem – com relação, por seu turno, à relação de objeto (que é evidentemente tema irmão do da fantasia). Ele salienta, com perspicácia, o termo usado por Freud para se referir ao palco dos sonhos, a Outra Cena (*die andere Schauplatz*). E completa: « la terminologie allemande serait plus parlante, traduite littéralement, elle dirait : ‘l’autre lieu où ça donne à voir’. Le lieu où ça montre – en déguisant – puisque le travail du rêve est passé par là » (Green, 1995, p. 242).

⁷⁶ Freud, S. (1909 [1908]b), p. 219.

[*dichten*], por assim dizer”⁷⁷ O artigo sobre as fantasias históricas, por exemplo, se abre com a seguinte frase: “as fantasias delirantes [*Wahndichtungen*] dos paranoicos, que têm por conteúdo a grandeza e os padecimentos do próprio eu, e afloram em formas totalmente típicas, quase monótonas, são universalmente conhecidas”⁷⁸. Ao analisar as fantasias do pequeno Hans, Freud diz: “duas fantasias menores, apresentadas por Hans imediatamente depois da invenção [*Dichtung*] das girafas...”⁷⁹. No texto sobre o Homem dos Lobos, ao se analisar como em fantasias sádicas a passividade do paciente se transfigurara em atividade, lê-se: “também era adequado para isso entremear a governanta neste relato de invenção [*Dichtung*]...”⁸⁰. No caso do Homem dos Ratos, dissertando sobre uma importante memória encobridora do paciente, Freud alega, em nota de rodapé, que “rara vez se está, como no caso do nosso paciente, na feliz situação de poder comprovar a base efetiva destas invenções [*Dichtungen*] acerca da pré-história mediante o testemunho inobjetable de um adulto”⁸¹. Nesse mesmo texto, ao tratar das espúrias conexões operadas pela fantasia do enfermo (a equação ratos = dinheiro, filhos, fezes, pênis, bichos asquerosos..., a partir das relações gráficas e fonéticas entre os termos alemães *Ratten*, *Raten*, *Spielratte*, *heiraten*⁸²), ele chega a invocar as veleidades dos artistas como sinal de comprovação: “quem em signo de desautorização meneie a cabeça frente a tais saltos da fantasia neurótica, que se recorde de parecidos caprichos em que sói comprazer-se a fantasia dos artistas”⁸³. A temática da fantasia aparece, pois, em Freud, intimamente vinculada à da criação literária.

No artigo sobre romances familiares ele assevera que “é inteiramente característica da neurose, como também de todo talento superior, uma particularíssima atividade fantasiadora”⁸⁴. Em sua análise da *Gradiva*, Freud está a caracterizar Hanold (o personagem principal, cientista assíduo cujos sonhos e delírios ele virá a perquirir) e acerca dele enuncia: “porém, e talvez com benévolo propósito, a natureza instilara em seu sangue um corretivo completamente não-científico: uma vivíssima fantasia, que não apenas em sonhos, mas também na vigília, costumava arrebatá-lo. Essa segregação da fantasia com relação à sua capacidade de pensar o destinava a ser poeta ou neurótico, incluía-o entre aqueles homens cujo reino não é deste mundo”⁸⁵. Pouco antes, Freud afirmara que o

⁷⁷ Freud, S. (1899c), p. 309.

⁷⁸ Freud, S. (1908a), p. 141.

⁷⁹ Freud, S. (1909a), p. 99. Observe-se como esse emprego dos termos derivados de *dichten* muito dificultam o trabalho do tradutor, que tem de se haver com palavras quase que inteiramente intraduzíveis: seria de fato muito estranho e um tanto absurdo traduzir o *Wahndichtung* por “poesia delirante” ou a *Giraffedichtung* por “poesia das girafas”.

⁸⁰ Freud, S. (1918 [1914]), p. 20.

⁸¹ Freud, S. (1909b), p. 162, nota de rodapé.

⁸² E basta esse exemplo para nos fazer ver que mesmo as fantasias inconscientes são construídas mediante os processos primários, assim como os sintomas, sonhos e lembranças encobridoras.

⁸³ *Id.*, p. 168, nota de rodapé. Esse pequeno conjunto de citações serve para mostrar, outrossim, que o tema da criação literária muito ocupou Freud nesses anos, não se fazendo presente apenas na análise da *Gradiva* e em seu artigo sobre o *Dichter*.

⁸⁴ *Id.*, p. 218.

⁸⁵ Freud, S. (1907 [1906]), p. 13.

Dichter “plasma personagens em sua fantasia”⁸⁶, e no artigo sobre o criador literário ele retoma o argumento, mostrando como o *Dichter* “cria um mundo de fantasia que leva muito a sério”⁸⁷. O tema da criação literária, em Freud, é vinculado tanto ao do neurótico quanto ao da fantasia. Por algum motivo o neurótico não é necessariamente poeta e vice-versa, mas ambos têm algo em comum: uma prolixa atividade fantasiadora⁸⁸. Mais, ainda: a “segregação” (ou autonomia) da fantasia prolífica como que *destina* um sujeito a ser ou poeta ou neurótico. A criação literária, assim, depende, para Freud, da atividade fantasística.

Alguns grandes escritores da literatura parecem estar de acordo com Freud nesse ponto. No já citado Prefácio, o próprio Pirandello nos diz, com seu humor magistral: “há tantos anos está a serviço da minha arte (mas como se fosse desde ontem) uma empregada velocíssima”, que lhe traz os personagens com quem ele terá então de se haver em seu ofício; dá a essa servente alcunhas de “despeitosa e zombeteira”, completando: “chama-se Fantasia”⁸⁹. Vargas Llosa diz algo similar, porém sem tal veia cômica. Em suas *Cartas a un joven novelista*, ele declara: “uma mulher ou um homem desenvolvem precocemente, em sua infância ou no início da adolescência, uma *predisposición* a fantasiar pessoas, situações, anedotas, mundos diferentes do mundo no qual vivem, e essa proclividade é o ponto de partida do que mais tarde poderá chamar-se uma vocação literária”⁹⁰.

O mesmo Vargas Llosa, espécie de entusiasta e amante da Fantasia, empregou como epígrafe de seu romance erótico *Los cuadernos de don Rigoberto* uma frase retirada do *Hyperion*, de Hölderlin: “o homem, um deus quando sonha e apenas um mendigo quando pensa”⁹¹. Ora, nada *menos* freudiano do que essa frase. Nos *Três Ensaíos* Freud dissera, a respeito da escolha de objeto da libido: “mas a eleição de objeto se consuma inicialmente na [esfera da] representação; e é difícil que a vida sexual do jovem em processo de amadurecimento possa desenvolver-se em outro espaço

⁸⁶ *Id.*, p. 8.

⁸⁷ Freud, S. (1908 [1907]), p. 128.

⁸⁸ Na sua quinta conferência proferida nos Estados Unidos em 1909, Freud atribui a atividade artística a um enigmático *talento artístico*: “quando a pessoa inimizada com a realidade possui o *talento artístico*, que ainda constitui para nós um enigma psicológico, pode transpor suas fantasias em criações artísticas no lugar de fazê-lo em sintomas” (Freud, S., 1910 [1909], p. 46). Interessantemente o esclarecimento desse dom enigmático que certos indivíduos possuem como que por regalo dos deuses não foi nunca esclarecido por Freud – que tanto se interessava pela criação artística e os mecanismos nela envolvida.

⁸⁹ Pirandello, L. (1921). “E’ da tanti anni a servizio della mia arte (ma come fosse da jeri) una servetta sveltestima e non per tanto nuova del mestiere. /Si chiama Fantasia. /Un po’ dispettosa e biffarda, se ha il gusto di vestir di nero, nessuno vorrà negare che sia spesso alla bizzarra, e nessuno credere che faccia sempre e tutto sul serio e a un modo solo. Si ficca una mano in tasca; ne cava un berretto a sonagli; se lo caccia in capo, rosso come una cresta, e scappa via. Oggi quà; domani là” (p. 2, *Prefazione*)

⁹⁰ Vargas Llosa, M. (1997a). “... una mujer o un hombre desarrollan precozmente, en su infancia o comienzos de la adolescencia, una predisposición a fantasear personas, situaciones, anécdotas, mundos diferentes del mundo en el que viven, y esa proclividad es el punto de partida de lo que más tarde podrá llamarse una vocación literaria”, ao que ele completa, sucinto e certo: “naturalmente, de esa propensión a apartarse del mundo real, de la vida verdadera, en alas de la imaginación, al ejercicio de la literatura, hay un abismo que la gran mayoría de seres humanos no llega a franquear” (p. 14).

⁹¹ “El hombre, un dios cuando sueña y apenas un mendigo cuando piensa” (Hölderlin, *in* Vargas Llosa, 1997b, epígrafe).

de jogo que o das fantasias, ou seja, o das representações não destinadas a concretizar-se”⁹². Isto é: o que caracteriza uma fantasia é o fato de não estar destinada a realizar-se. No caso Dora, ele já havia posto em evidência a *contraposição* e *assimetria* entre a realidade (externa) e o mundo neurótico da fantasia:

A incapacidade para cumprir a demanda *real* de amor é um dos traços de caráter mais essenciais da neurose: os enfermos estão dominados pela oposição entre a realidade e a fantasia. Aquilo que almejam com máxima intensidade em suas fantasias é justamente aquilo de que fogem quando a realidade lhes apresenta; e se abandonam às suas fantasias com tanto maior gosto quando já não precisam temer que elas se realizem.⁹³

Deveras ambígua e contraditória, portanto, a conduta do neurótico para com suas fantasias: quando se apresentam como possibilidades, fogem a elas; quando o mundo lhes antepõe obstáculos, é então que se regozijam em suas criações fictícias. Quando sonha ou fantasia o homem não é um deus (como diz a frase de Hölderlin), ele é o próprio mendigo: vive sempre a mendigar à realidade o impossível que dela nunca irá receber. E nesse mendigar jaz a sua potência de ser incompleto:

⁹² Freud, S. (1905b), p. 206. Esse pequeno trecho quase desinteressado de Freud se mostrou capital para o nosso estudo, sendo que um termo aí nos chamou a atenção, graças à sua força: o adjetivo “destinado”. Por isso fomos à procura do original, para tentar compreender melhor o que diz a voz freudiana. Ei-lo: “die Objektwahl wird aber zunächst in der Vorstellung vollzogen, und das Geschlechtsleben der eben reifenden Jugend hat kaum einen anderen Spielraum, als sich in Phantasien, das heißt in nicht zur Ausführung bestimmten Vorstellungen zu ergehen” (Freud, 1905c, p. 129). Uma possível tradução (realizada com a muito generosa ajuda do prof. Paulo Licht dos Santos, a quem sou profundamente grato, particularmente pelas observações a respeito do vocábulo *bestimmen*), que nos parece coerente, seria: “a escolha de objeto é porém consumada antes de tudo na representação, e a vida sexual do jovem ainda em amadurecimento dificilmente possui um outro campo de ação a não ser entregar-se a fantasias, isto é, a representações cuja vocação não é a de serem realizadas [concretizadas]”. Aqui uma atenção especial deve recair sobre dois termos: *bestimmen* e *Ausführung*. Tanto a tradução para o espanhol quanto para o português verteram *bestimmen* para “destinadas” (o que não é um erro), e outro termo possível seria “determinadas”, mas a mudança para “vocação” nos pareceu assaz pertinente, visto que o verbo *bestimmen* é derivado do substantivo *Stimme* (voz). Quando algo é *bestimmt*, ele é *evocado*, ele é trazido mediante a voz, mediante uma *vocação*. Donde a noção de *destino* ou de *determinação*. A fantasia, diz-nos Freud, não tem a vocação para a *Ausführung*, a concretização – ao contrário, ela pertence, antes, ao campo do *impossível* (deseja-se um impossível que é encenado, precisamente por ser impossível, na fantasia). As fantasias, para Freud, são *Vorstellungen nicht zur Ausführung bestimmten*; poder-se-ia dizer, contudo, que elas têm uma outra vocação: em vez da *Ausführung*, a *Aufführung*, que é justamente *apresentação* ou *representação* (teatral), *performance*, *espetáculo*. Com efeito, esse é o termo utilizado por Freud em seu texto sobre a análise leiga para se referir às reproduções em ato operadas durante a *transferência*, parte necessariamente constituinte do tratamento analítico: o doente, aí se diz, é “compelido a pôr de novo em cena {*aufführen*} uma antiga peça” (Freud, 1926a, p. 212). É no campo da dramaticidade, do teatral, da *Aufführung*, que se desenrola a fantasia; aliás, ela é a instauração mesma desse campo. O homem, ancorado em suas fantasias e cuja conduta é baseada nelas, é personagem múltiplo de múltiplos palcos. O fundamental para sua constituição subjetiva, veremos, são alguns fatores: *onde* está esse palco (no mundo? no campo representacional? no corpo? – fator diferenciador dos sintomas neuróticos entre si e da perversão) e, talvez mais primitivamente falando, *se* esse palco existe (fator diferenciador entre neurose e psicose, onde o palco, estando abolido, é correlato de um desmonte do mundo – e uma sua sucessiva remontagem mediante delírios e alucinações).

⁹³ Freud, S. (1905 [1901]), pp. 96-7.

potência tanto mais sublime quando transpassada para o plano da literatura. Entre a miséria neurótica e a beleza poética: eis o liame em que se encontra a fantasia, segundo Freud⁹⁴.

E aqui tocamos no tema das relações entre *realidade* e *fantasia*. Como se há de ter notado, desde o início deste estudo fizemos sublinhar alguns trechos de Freud nos quais ele contrapõe as ficções fantasiosas ao mundo real, como se as fantasias estivessem mais do lado do *irreal* do que do da realidade. No caso do Homem dos Ratos Freud já diz que “tirar o enfermo da *realidade* e isolá-lo do mundo” constitui “a tendência de toda perturbação psiconeurótica”⁹⁵. A continuação do raciocínio, possibilitada pela teoria que pudemos antes descrever, é simples: na neurose há “a produção de sintomas neuróticos a serviço de um mundo da fantasia isolado da realidade efetiva”⁹⁶, como Freud sucintamente descreveu em uma palestra de 1910; assim, é rumo ao mundo das fantasias que o neurótico se dirige ao adoecer. No caso Hans encontramos um raciocínio similar, em que se contrastam quase que categoricamente realidade e fantasia. Hans está a fabular e acaba por dizer ao seu pai: “eu gostaria tanto de ter filhos, mas nunca o desejo, não gostaria de tê-los”. Freud então interpreta, em nota de rodapé: “esta contradição tão chamativa vai da fantasia à realidade: desejar e ter. Ele sabe que na realidade é filho, e outros filhos não fariam mais que molestá-lo; na fantasia é mãe e lhe fazem falta filhos com quem possa repetir as ternuras que ele vivenciou”⁹⁷. Aqui muito claramente realidade, junto ao ato da *posse* (o ter), está contraposta a fantasia, junto ao ato do *desejo* (o desejar).

Mas desde que as fantasias inconscientes foram conceituadas como conjuntos representacionais com potencial etiológico; desde que Freud percebeu que no inconsciente não há signos que distingam aquilo que ocorreu na realidade material daquilo que ali não ocorreu; desde que foi postulada uma força inerente ao organismo (a pulsão), que tem um caminho próprio e que acaba desembocando, no circuito do desejo, no plano das representações; dadas todas essas asseverações freudianas dos últimos anos há muitos motivos para duvidar da existência de uma relação tão unívoca e simples entre realidade e fantasia.

Um dos problemas mais patentes no trato que Freud dá ao termo “realidade” reside em sua aplicação assim, sozinho. Quase sempre (senão sempre) que Freud emprega o conceito *realidade* sem

⁹⁴ Lembremo-nos ainda de que para Freud é o *pensar* (sobretudo o científico) aquilo que eleva o homem e o torna apto a mudar o mundo à sua volta e a conseguir as mais úteis inovações para sua vida. A fantasia, por sua vez, está mais vinculada a atividades masturbatórias, que não podem nem querem mudar o mundo, mas apenas se aproveitar de seus defeitos para fabricar utopias inalcançáveis. O pensamento, por mais lento e rudimentar que possa ser, é, para Freud, o único instrumento de que podemos servir-nos a fim de melhorar nossas vidas.

⁹⁵ Freud, S. (1909b), p. 181.

⁹⁶ Freud, S. (1910b). *Las perspectivas futuras de la terapia psicoanalítica*, p. 142.

⁹⁷ Freud, S. (1909a), p. 79, nota de rodapé.

adjetivos que o caracterizem, trata-se da realidade *material*. Isso é como que subentendido⁹⁸. Isso muito se coaduna com um certo apreço pela *origem material* dos fenômenos que já pudemos notar desde os primeiros textos de Freud sobre psicopatologia (herança, admite-se, de sua formação médica e neurológica). Mas o estudo das fantasias e dos sonhos permitiu-lhe desestabilizar um pouco o próprio conceito de realidade de que se utilizou até então. Num acréscimo de 1909 à *Traumdeutung* Freud nos regala com um novo conceito, o de *realidade psíquica*: “se devemos atribuir *realidade* aos desejos inconscientes, não sei dizer. Ela deve ser negada, naturalmente, a todos os pensamentos transicionais ou intermediários. Mas se estamos frente aos desejos inconscientes em sua expressão última e mais verdadeira, é preciso concluir que a realidade *psíquica* é uma forma particular de existência que não se deve confundir com a realidade *material*”⁹⁹. Esse excerto fundamental nos lega muita informação e nos permite duas suposições: primeiro, que “todos os pensamentos transicionais ou intermediários” *não são reais*; que são eles? Podemos presumir que se trata apenas de representações cuja origem primeira jaz na realidade material – eles são *secundários* a essa realidade. *Mas não só a ela*. Porque aqui há a segunda suposição que podemos fazer: esses pensamentos transicionais são também um *meio* para se cumprir a *ação específica* (tal qual Freud a concebeu no *Projeto* e da qual voltará a tratar em breve, em 1911), isto é, para que se realizem, segundo a nova terminologia, os objetivos das pulsões sexuais. E ali Freud é claro: aos desejos em sua “expressão última e mais verdadeira” é mister conceder o estatuto de *realidade*. Ora, qual é essa expressão última e mais verdadeira dos desejos inconscientes, senão as fantasias inconscientes?

Sentimo-nos autorizados a fazer essa conjectura, já que Freud em alguns de seus textos unirá muito explicitamente o conceito de realidade psíquica ao de fantasia inconsciente. Lê-se no texto de 1921 sobre a psicologia das massas que “para os neuróticos não vale a realidade objetiva, corrente, mas sim a realidade psíquica. Um sintoma histérico se funda numa fantasia, e não na repetição de um vivenciar real; a consciência de culpa, na neurose obsessiva, se funda no fato de um mau desígnio que nunca chegou a ser executado”¹⁰⁰; afirmações estas peremptórias que legam ao fantasístico o papel originário capital para a formação de sintomas neuróticos. Outro exemplo clássico se encontra em seu texto de 1914 intitulado *Contribuição à história do movimento psicanalítico*. Freud disse,

⁹⁸ Um exemplo interessantíssimo disso pode ser encontrado no artigo metapsicológico *O Inconsciente*. Na quinta seção do texto, Freud trata de elencar uma série de propriedades particulares do sistema inconsciente. Uma delas, diz-nos ele, é que os processos inconscientes não conhecem “uma consideração pela *realidade*”. Aqui, nota-se, *realidade* significa *realidade exterior*. Mas logo no parágrafo seguinte ele retoma as características num resumo: “resumamos: *ausência de contradição, processo primário* (mobilidade dos investimentos), *caráter atemporal* e *substituição da realidade exterior pela psíquica*, eis aí os traços cuja presença estamos autorizados a esperar em processos pertencentes ao sistema *Ics*” (Freud, 1915b, p. 184). Ora, a desconsideração pela *realidade* tornou-se, agora, *substituição* de uma realidade (externa) por outra (psíquica ou interna), tornando o uso prévio do termo *realidade* sem adjetivo caracterizador no mínimo questionável. Mas aparentemente Freud não se atenta a isso, e sequer faz menção, nesse texto, de nos legar explicações do que quer que seja essa enigmática realidade psíquica.

⁹⁹ Freud, S. (1900), p. 607; esta frase foi um acréscimo de 1909, que ainda sofreu pequenas alterações em 1914 e 1919.

¹⁰⁰ Freud, S. (1921). *Psicología de las masas y análisis del yo*, vol. 18 da AE, p. 76.

então, direcionando sua atenção aos primeiros passos da teoria psicanalítica: “se os histéricos reconduzem seus sintomas a traumas inventados, tenho aqui precisamente o fato novo, a saber, que eles fantasiam essas cenas, e a realidade psíquica deve ser apreciada junto à realidade prática”¹⁰¹. Aqui a conexão é manifesta, e quase somos autorizados a equacionar “realidade psíquica” a “fantasias inconscientes”. Realce seja dado, também, ao verbo *inventar*: a cena da sedução, que se repete em diversos sintomas e ataques histéricos, é uma fantasia inventada pelo sujeito. Estamos, pois, no campo da ficção¹⁰².

O estatuto de realidade dado aos desejos em sua expressão mais verdadeira põe muitas questões ao leitor e estudioso de Freud. Até então o havíamos visto contrapondo o mundo fantasioso ao mundo real: o neurótico se esquivava da realidade, encastelando-se em suas fantasias infantis. Deveras ambígua e contraditória, portanto, a conduta de Freud para com seu conceito de fantasia. De um lado, formação narrativa irreal; de outro, realidade (ainda que não material). E aqui é possível notar em que medida os próprios conceitos forjados por Freud acabam por desestabilizar o férreo materialismo ao qual ele tão ferrenhamente se aferrava. Porém o termo *realidade* é preciso, mesmo no vocabulário por vezes cambaleante da psicanálise em processo de desenvolvimento, pois remete a *leis* de funcionamento que não de ser estudadas. Invocamos aqui Mezan em nossa ajuda:

O conceito de fantasia alude a um dos eixos mais importantes do pensamento freudiano: a oposição entre “realidade psíquica” e “realidade material”. Por “realidade psíquica”, contudo, não se deve entender o mundo interior da psicologia introspectiva; o termo “realidade” deve ser tomado no seu sentido forte, como algo dotado de organização, estabilidade e eficácia, e cujas modalidades de operação a psicanálise se esforça por descobrir.¹⁰³

Nós lêmos há pouco o postulado de Freud de acordo com o qual a figuração de fantasias inconscientes em sintomas histéricos não se faz de forma aleatória, “mas sim dentro de uma composição sujeita a leis”. É disso que se trata quando Freud aufere o estatuto de *realidade* a fantasias inconscientes: leis formais que condicionam a emergência dos fenômenos. E, como redigiu em 1912, uma descoberta importante da psicanálise é a de que “as leis da atividade anímica inconsciente se

¹⁰¹ Freud, S. (1914a), p. 17.

¹⁰² E por isso as incursões na literatura se mostram tão frutíferas. Sentir-nos-íamos tentados, acrescentemos, a utilizar o termo forjado por Vargas Llosa para falar da realidade material, termo aparentemente redundante, mas que nessa redundância mesma põe em questão nosso realismo materialista mais ingênuo e coloca às claras, por assim dizer, suas mais íntimas rachaduras: *realidade real*. “Que todas las ficciones son arquitecturas levantadas por la fantasía y la artesanía sobre ciertos hechos, personas, circunstancias, que marcaron la memoria del escritor y pusieron en movimiento su fantasía creadora, la que, a partir de aquella simiente, fue erigiendo todo un mundo, tan rico y múltiple que a veces resulta casi imposible (y a veces sin casi) reconocer en él aquel material autobiográfico que fue su rudimento, y que es, en cierta forma, el secreto nexo de toda ficción con su anverso y antípoda: la realidad real” (Vargas Llosa, 1997a, pp. 23-4).

¹⁰³ Mezan, R. (1982), p. 72, nota de rodapé.

distinguem em ampla medida das que regem a atividade consciente”¹⁰⁴, merecendo, por isso mesmo, o inconsciente ser chamado de *sistema*. Pode-se dizer, por conseguinte, que ao tratar em 1900 o aparelho psíquico como dotado de sistemas, sendo que um destes (e sem dúvida então o mais importante), o inconsciente, é uma espécie de maquinário cujo modo de funcionamento é muito específico e desafia nosso senso comum e nossa lógica cotidiana, Freud já estava lidando com a realidade psíquica, já estava falando de uma organização autônoma cujas leis que a regem *não são as mesmas da realidade material*¹⁰⁵. Ele só não havia dado o nome *real* que *realmente* lhe convinha.

Interessantemente quase que concomitante ao surgimento do conceito de realidade psíquica a atenção de Freud no tocante às afecções psíquicas se voltará também para a relação dos enfermos com a realidade material que os ronda. Se em 1905 é a sexualidade (os impulsos perversos que residem em todo neurótico) o guia que conduz Freud a um aprofundamento do conceito de neurose, parece-nos agora que o eixo de seus estudos se desviará um pouco e o apontará a novos lugares. Esclareçamos: Freud nunca deixará de se preocupar com a sexualidade, mas suas apreciações terão como principal fio condutor outros conceitos além do de pulsão, sobretudo o de *realidade*, ou melhor, do de relação do indivíduo com a realidade (externa). Ao dizer isso estamos, parece-nos, apenas seguindo o que o próprio Freud anuncia em 1911 nos dois primeiros parágrafos de seu artigo seminal sobre os dois princípios do funcionamento psíquico. Suas primeiras linhas dizem: “há muito tempo observamos que toda neurose tem como consequência e portanto provavelmente como tendência expulsar o enfermo da vida real, aliená-lo da realidade”¹⁰⁶; logo em seguida ele afirma que “o tipo mais extremo desse afastamento da realidade objetiva nos mostram certos casos de psicose alucinatória nos quais se procura negar o acontecimento que provocou a insanidade”¹⁰⁷, completando que “é justamente o mesmo o que faz todo neurótico com uma parcela da realidade objetiva”¹⁰⁸. E conclui, quase que de forma *programática*: “assim, impõe-se a nós a tarefa de investigar em seu desenvolvimento a relação do neurótico, e no geral do homem, com a realidade, e de tal modo incorporar o significado psicológico do mundo exterior real-objetivo na estrutura de nossas doutrinas”¹⁰⁹. Propomo-nos, pois, seguir tal trilha programática.

¹⁰⁴ Freud, S. (1912a). *Nota sobre el concepto de lo inconciente en psicoanálisis*, p. 277.

¹⁰⁵ Desde 1895 Freud parece versar sobre um sistema psíquico com um funcionamento próprio. Mas então a ligação entre energia endógena, memória e realidade externa não fora estabelecida por completo: faltavam, é fato, os conceitos de sexualidade infantil e de fantasia para que o conceito de *desejo* não se limitasse tão-somente a uma espécie de *resíduo* da forma com que o organismo lida com suas necessidades básicas. Agora é o *desejo* o que constitui o cerne da realidade psíquica, não a memória (ou o sistema ψ) – a forma e o conteúdo das representações mnêmicas dependem, doravante, do funcionamento do circuito do desejo e das leis associativas que subjazem aos processos primários.

¹⁰⁶ Freud, S. (1911), p. 223.

¹⁰⁷ *Ibid.* Mantenhamos em mente essa tese freudiana acerca das psicoses, que nos será de grande utilidade em breve.

¹⁰⁸ *Ibid.*

¹⁰⁹ *Id.*, pp. 223-4.

Já em 1909, na última das cinco conferências que ministrou nos Estados Unidos, Freud afirma que, caso o indivíduo não consiga transpor para a realidade suas fantasias mediante um trabalho (*Arbeit*)¹¹⁰, “sobrevém a evitação da realidade; o indivíduo se retira ao seu mundo de fantasia que lhe garante satisfação e cujo conteúdo, no caso de adoecer, ele transpõe em sintomas”¹¹¹. Pouco antes ele dissera que “os seres humanos adoecem quando por consequência de obstáculos externos se lhes nega a satisfação de suas necessidades eróticas na *realidade*”, e “que logo eles se *refugiam na doença* para encontrar com seu auxílio uma satisfação substitutiva para o que foi negado”¹¹². No mesmo ano, no pequeno artigo em que pela primeira vez aparece o termo “pulsões egoicas”, ao esquema etiológico é integrado também o papel da repressão: “o ‘eu’ se sente ameaçado pelas exigências das pulsões sexuais e se defende delas mediante repressões que, porém, nem sempre alcançam o êxito desejado, mas sim têm por consequência ameaçadoras formações substitutas do reprimido e penosas formações reativas do eu. O que chamamos ‘sintomas das neuroses’ se compõe dessas duas classes de fenômenos”¹¹³. Adoece-se graças à repressão, ou melhor, graças a um seu fracasso. As moções pulsionais fazem-se sentir e, quando as forças repressoras não dão conta da pressão do reprimido, este se faz presente por intermédio dos sintomas. Entretanto para a emergência dos sintomas é necessário que as satisfações dos desejos sejam negadas na *realidade efetiva*, como já vimos. De fato, Freud anuncia em 1912 que dois fatores são necessários para a formação de sintomas neuróticos: uma frustração *real* e a atração que os objetos sexuais infantis (ou melhor, sua imago inconsciente) exercem sobre o sujeito: “se estes dois fatores são fortes o suficiente, entra em ação o mecanismo universal da formação da neurose. A libido se aliena da realidade, é acolhida pela atividade da fantasia (introversão), reforça as imagens dos primeiros objetos sexuais, se fixa neles”¹¹⁴. Para completar esse “mecanismo universal da formação da neurose”, falta adir ainda um conceito mais, o de regressão (que já está implícito na frase acima, ademais). Retornemos à quinta das conferências estadunidenses:

¹¹⁰ E aqui, se comparamos esta asserção com a anterior, segundo a qual as fantasias não estão destinadas a concretizar-se, aparentemente Freud se contradiz ao afirmar que homens “enérgicos e bem-sucedidos” são os que conseguem fazê-lo. Mas em nossa opinião não se trata de uma contradição: devemos antes compreender que é mediante *trabalho*, isto é, ações específicas, que um homem vem a transpor fantasias para a realidade. Há de haver, pois, transformações no conjunto representacional chamado fantasia para que ela seja implementada na realidade: ela, enquanto tal, como é em si mesma, nunca se concretizará de fato. Prova disso é que Freud usa o mesmo verbo para tratar da figuração de fantasias em sintomas: *umsetzen*, que o tradutor transpõe para *trasponer*.

¹¹¹ Freud, S. (1910 [1909]). *Cinco conferencias sobre psicoanálisis*, p. 46.

¹¹² *Id.*, p. 45.

¹¹³ Freud, S. (1910c). *Las perturbaciones de la visión según la psicoanálisis*, p. 213, e eis o *eu* de volta ao jogo.

¹¹⁴ Freud, S. (1912b). *Sobre la más generalizada degradación de la vida amorosa (Contribuciones a la psicología del amor, II)*, p. 175.

A fuga da realidade insatisfatória para aquilo que nós chamamos doença [...] se consoma pela via da involução (*regressão*), o regresso a fases anteriores da vida sexual que em seu momento não careceram de satisfação. Esta regressão é para nós dupla: *temporal*, pois a libido, a necessidade erótica, retrocede a estágios de desenvolvimento anteriores no tempo, e *formal*, pois para exteriorizar essa necessidade se empregam os meios originários e primitivos de expressão psíquica.¹¹⁵

Aqui temos, assim, como que completo o esquema etiológico das afecções psiconeuróticas para Freud: o sujeito, quando deparado com uma *frustração real* (isto é, material) com a qual não consegue lidar satisfatoriamente, refugia-se na doença. Nesse refúgio, o que é reprimido preme com tal força que se faz exprimir, porém por meio da *formação substitutiva*, uma formação de compromisso tal qual vemos em ação também no sonho e nos atos falhos. O sintoma será essa formação substitutiva. Todavia ao se entrincheirar em seu próprio adoecer, o neurótico o faz por meio de uma *regressão*: ele procura satisfação erótica com objetos sexuais infantis, que já foram ou já deveriam ter sido abandonados. Esses objetos, por sua vez, estão articulados no psiquismo do sujeito em uma série muito específica de representações – que são justamente as fantasias. Não se retorna aos objetos pura e simplesmente: retorna-se a eles através do conjunto de representações inconscientes nos quais eles estão enquadrados ou ancorados, as fantasias. Essa fuga rumo à fantasia é o que caracteriza, para Freud, a fuga rumo à doença. O sintoma *simboliza* as fantasias do sujeito, mas de uma forma altamente conflituosa e penosa, já que o reprimido nunca se expressa de forma pura e sem que haja uma espécie de revolta do eu perante ele. Frustração – retorno do reprimido – alienação da realidade – regressão – refúgio em fantasias: eis o esquema etiológico freudiano da neurose como esboçado no início dos anos 10.

Esse esquema não será abandonado por Freud desde então até o fim de sua produção teórica, tanto é que nas *Conferências Introdutórias* ele reaparece, porém sintetizado e de certa forma com mais profundidade. Aí se apresenta o conceito de “séries complementares”, que contém enquanto fatores causais da eclosão de uma neurose todos os elementos de que já falamos, com o acréscimo (não muito importante para a psicanálise) da *constituição congênita* do indivíduo¹¹⁶. Mas mesmo em 1912, num artigo sobre os tipos de contração das neuroses, Freud já dissera que “justamente a investigação psicanalítica nos permitiu pesquisar a predisposição neurótica na história do desenvolvimento da libido, e reconduzir seus fatores eficientes a certas variedades congênicas da constituição sexual e a influências do mundo exterior vivenciadas na primeira infância”¹¹⁷. Essa constituição sexual inata dos indivíduos só é importante para a psicanálise na medida em que

¹¹⁵ Freud, S. (1910 [1909]), p. 45.

¹¹⁶ O esquema imagético das séries complementares se encontra na 23ª conferência (Freud, 1916-17a, p. 330).

¹¹⁷ Freud, S. (1912c). *Sobre los tipos de contracción de neurosis*, p. 239.

condiciona o funcionamento da libido, ou melhor, a *magnitude* de sua atuação, de modo que em certos indivíduos a libido parece ser mais forte e premente do que em outros. De qualquer forma essa magnitude é não apenas inacessível à psicanálise e ao seu método, mas também se mostra, como os outros fatores, tão-somente como uma peça do jogo. O que a psicanálise estuda é precisamente a relação entre as peças quando dos processos de formação dos sintomas. A respeito disso o último parágrafo desse mesmo artigo é altamente esclarecedor:

A patologia não pôde fazer justiça ao problema dos fatores precipitantes das neuroses enquanto se empenhou meramente em decidir se essas afecções eram de natureza *endógena* ou *exógena*. A todas as experiências que assinalavam a importância da abstinência (no sentido mais lato) como fator precipitante ela não podia menos que opor a objeção de que outras pessoas suportam esse mesmo destino sem adoecer. Mas se pretendia destacar a especificidade do indivíduo como o essencial para a saúde ou a doença, ela tinha de admitir o reparo de que pessoas que possuíam essa peculiaridade permaneceriam sãs por todo o tempo que pudessem. A psicanálise nos advertiu que devemos abandonar a infecunda oposição entre elementos externos e internos, experiência e constituição, ensinando-nos que a causação de uma neurose se encontra por regra geral em uma determinada situação psíquica que pode produzir-se por diversos caminhos.¹¹⁸

Aqui Freud nos parece sobremodo lúcido: a dualidade entre externo e interno é uma “infecunda oposição”¹¹⁹, e isso se torna ainda mais claro se levarmos em conta que, “por outro lado, poder-se-ia ousar conceber a constituição mesma [do indivíduo] como o precipitado dos efeitos acidentais sofridos pela série infinitamente longa dos nossos antepassados”¹²⁰; de um modo similar, aquilo que é como que imutável no indivíduo, suas camadas mais profundas do inconsciente, é produto de suas vivências infantis. A infância (seja da espécie, seja do indivíduo) se torna para a maturidade uma espécie de “segunda natureza”, para usarmos a expressão de Nietzsche. A psicanálise em alguma medida embaralha a distinção entre externo e interno, mostrando como estes dois lados da experiência humana se entrelaçam inexoravelmente e estão em perpétua relação (e conflito). Assim, pode-se dizer, para rematar, que “a neurose de um ser humano possui as características de um organismo; seus fenômenos parciais não são independentes uns dos outros, pois se condicionam e

¹¹⁸ *Id.*, p. 245.

¹¹⁹ E esse sintagma sozinho já basta para provar que aqueles que reprovam a psicanálise ou por dar valor demasiado aos fatores internos ou por fazê-lo com as experiências do sujeito estão simplesmente a gastar saliva ou tinta, dizendo daquilo que não sabem.

¹²⁰ Freud, S. (1912d). *La dinámica de la transferencia*, p. 97, nota de rodapé.

costumam apoiar-se reciprocamente; sempre se padece de uma única neurose, não de várias que por azar coincidiriam num mesmo indivíduo”¹²¹.

Mas essas são fórmulas assaz abstratas: curam de definir a estrutura etiológica geral da classe de afecções que Freud à época chamava de psiconeuroses (histeria, neurose obsessiva, fobia, paranoia, esquizofrenia). Quando se estudam os casos individualmente, porém, nota-se que há diferenças marcantes em seus processos formadores de sintomas e que por conseguinte há de haver diferenças intrínsecas entre essas várias classes de neuroses. As diferenças mais marcantes se situam, pode-se afirmar, precisamente entre as em breve denominadas neuroses de transferência e as neuroses narcísicas, distinção que prenuncia, como já fizemos notar, a dualidade neurose-psychose. É sobre essa dualidade que discutiremos doravante.

Se a fórmula abstrata é a mesma para todas as psiconeuroses, resta uma pergunta fatídica, que não deixará de atormentar Freud pelo resto de sua vida: “saber por que certa pessoa haverá de contrair determinada neurose e não outra. É o problema da ‘escolha de neurose’”¹²², a famosa *Neurosenwahl* – escolha que, por fim, não implica liberdade alguma do sujeito. Está-se sujeito a ela, como de praxe em psicanálise¹²³. Dentre os diversos fatores que contribuirão para a escolha desta ou daqueloutra neurose, dois saltam aos olhos do leitor, pela recorrência com que Freud os trata em seus textos da época: o ponto de fixação a que o neurótico se dirigirá aquando de seu adoecimento; e o mecanismo empregado na formação do sintoma, mecanismo este que sucede a repressão (condição de possibilidade de qualquer psicose de acordo com a teoria de então) e, com efeito, entra em cena no momento mesmo em que esta *falha*, e o reprimido vem à tona com toda a sua impetuosidade.

Quanto ao primeiro ponto, devemos lembrar de que os pontos de fixação concernem às diversas fases de desenvolvimento da libido. Como é sabido, as teses de Freud a respeito dessa matéria não são completamente contemporâneas; ao contrário, aparecem não só nas sucessivas edições dos *Três Ensaios*, como em artigos e textos espalhados entre 1905 e 1923. Sobre isso o texto introdutório de Strachey¹²⁴ a um artigo de Freud de 1913 sobre a predisposição à neurose obsessiva é de extrema clareza e ajuda. Ali vemos que as fases descritas por Freud aparecem na seguinte ordem: estágio autoerótico, 1905 (desde a primeira edição dos *Três Ensaios*); estágio narcísico, 1911 (mas já fizera aparição marcante em 1910, no texto sobre Leonardo e em nota de rodapé à edição desse ano dos

¹²¹ Freud, S. (1913a). *Sobre la iniciación del tratamiento (Nuevos consejos sobre la técnica del psicoanálisis, I)*, p. 132.

¹²² Freud, S. (1913b). *La predisposición a la neurosis obsesiva. Contribución al problema de la elección de neurosis*, p. 337.

¹²³ Se, afinal, jazemos sob o jugo da Necessidade e de Eros, tudo o que podemos fazer é deitar-nos sobre um divã levemente caro e chorar o nosso Édipo privado – ou passar a vida repetindo as fantasias inconscientes cuja estrutura é o que fornece sentido à nossa carne, às nossas reflexões e às nossas vãs esperanças. Quem ganha com as regras do jogo são os psicanalistas, evidentemente.

¹²⁴ Strachey, J. (1969c). *Nota Introductoria*, AE, vol. 12.

*Três Ensaio*s); estágio anal-sádico, 1913; estágio oral, 1915; e estágio fálico, 1923. O que importa para nós aqui é o seguinte: Freud descrevera, como vimos, o regime das pulsões parciais infantis como sendo o do autoerotismo já em 1905 e já então delimitara suas características – ao autoerotismo se seguiria a escolha de objeto, no qual a libido elege um objeto para satisfazer a seus fins. Em 1910, porém, aventara a hipótese de um estágio intermediário entre o autoerotismo e o amor objetal: a fase do narcisismo¹²⁵. E é no texto sobre o caso Schreber (no qual muito nos apoiaremos durante as próximas páginas), publicado em 1911, que aparecerá uma sua definição mais minuciosa. Ali, Freud nos informa que

Investigações recentes nos chamaram a atenção para um estágio na história evolutiva da libido, estágio pelo qual atravessa se atravessa no trajeto que vai do autoerotismo ao amor de objeto. Ele foi designado narcisismo. O que ocorre é o seguinte: chega uma ocasião no desenvolvimento do indivíduo em que ele sintetiza em uma unidade suas pulsões sexuais de atividade autoerótica, para ganhar um objeto de amor toma primeiro a si mesmo, a seu corpo próprio, antes de passar deste à escolha de objeto em uma pessoa alheia.¹²⁶

Tem-se, pois, que a libido inicia seu percurso de forma autoerótica e rumo ao amor objetal, porém para que isso se concretize ela tem de passar pelo narcisismo, primeiro momento em que as pulsões parciais se sintetizam numa unidade, a saber, o corpo próprio do sujeito. Isso tudo tem grave importância, pois que o *objeto* da libido está aí implícito na equação, em sua ausência ou presença, e irá modificar grandemente o resultado da neurose a ser escolhida para a manifestação dos conflitos do sujeito. O ponto de fixação será um primeiro ponto diferenciador das neuroses. Por exemplo, no Schreber, ainda, Freud diz que, havendo a presença marcante da megalomania, “inferiremos que na paranoia a libido liberada retorna ao eu e é utilizada para o engrandecimento do eu. Assim se volta a alcançar o estágio do narcisismo, conhecido pelo desenvolvimento da libido, estágio no qual o eu próprio era o único objeto sexual. Em virtude desse enunciado clínico suporemos que os paranoidos trouxeram consigo uma *fixação no narcisismo*”¹²⁷. No caso da *dementia praecox* (esquizofrenia), por sua vez, graças a umas suas características próprias (o quase completo desligamento libidinal do mundo externo), Freud deduz que “a regressão não chega até o narcisismo exteriorizado no delírio de

¹²⁵ O conceito de narcisismo é fundamental para a psicanálise e foi fator-pivô de intensas remodelações da teoria, efetuadas por Freud no decorrer da década de 10, sobretudo. O narcisismo, como se depreende da leitura do próprio Freud, não é *somente* uma fase do desenvolvimento da libido, porém só nos remeteremos a ele com esse estatuto graças à natureza do nosso estudo. Sobre isso não nos alongaremos, visto não fazer parte do escopo de nossas análises.

¹²⁶ Freud, S. (1911 [1910]). *Puntualizaciones psicoanalíticas sobre un caso de paranoia (Dementia paranoides) descrito autobiográficamente*, p. 56.

¹²⁷ *Id.*, p. 67.

grandeza, mas sim até a liquidação do amor de objeto e o regresso ao autoerotismo infantil. Portanto, a fixação predisponente deve situar-se mais atrás que no caso da paranoia, ou seja, deve estar contida no início do desenvolvimento que, partindo do autoerotismo, aspira ao amor de objeto”¹²⁸. Já no artigo de 1913, que nos parece importantíssimo para tal assunto, Freud assevera:

As características, que ambas [esquizofrenia e paranoia] compartilham, da mania de grandeza, o afastamento do mundo dos objetos e a dificuldade da transferência, obrigaram-nos a inferir que a fixação que predispõe a elas há de buscar-se num estágio do desenvolvimento libidinal *anterior* ao estabelecimento da escolha de objeto, vale dizer, na fase do autoerotismo e do narcisismo. Portanto, essas formas de contrair enfermidades, de tão tardia emergência, remontam-se a inibições muito primitivas.¹²⁹

Freud condensa esquizofrenia e paranoia, dizendo que ambas compartilham da mania de grandeza e do afastamento do mundo dos objetos, embora as houvesse diferenciado justamente por esse quesito dois anos antes. Mas o principal desse excerto não reside aí, nessa aparente contradição, mas sim na atestação de que as psicoses têm como ponto de fixação os estágios mais primitivos do desenvolvimento da libido, anteriores à escolha de objetos externos para a satisfação das pulsões. No caso da esquizofrenia, cujo ponto de fixação seria o autoerotismo propriamente dito, o objeto estaria como que ausente por completo (se é que isso é possível), enquanto na paranoia, cujo ponto de fixação seria o narcisismo, o objeto não seria outro além do próprio corpo do sujeito.

Coisa bastante distinta ocorre com o restante das psiconeuroses. Assim é que em 1913 Freud afirma que “agora compreendemos a necessidade de inserir um ulterior estágio prévio à forma final [genital]: nele, as pulsões parciais já se reuniram na eleição de objeto; ademais, o objeto já se contrapõe à pessoa própria como um objeto alheio, mas *ainda não está instituída a primazia das zonas genitais*. As pulsões parciais que governam essa *organização pré-genital* da vida sexual são, antes, as anal-eróticas e as sádicas”¹³⁰. Esse estágio, alcunhado anal-sádico, seria o ponto de fixação da neurose obsessiva (assunto específico de que trata o artigo). E “com relação à histeria nos resta [...] o vínculo íntimo com a última fase do desenvolvimento libidinal, que se caracteriza pela primazia dos genitais e a introdução da função reprodutora. Na neurose histérica, é essa aquisição a que sucumbe à repressão, à qual não conecta uma regressão ao estágio pré-genital”¹³¹. Como vimos, é somente em 1923 que Freud acrescentará a esse esquema a fase fálica, nem genital nem pré-genital,

¹²⁸ *Id.*, p. 71.

¹²⁹ Freud, S. (1913b), p. 338.

¹³⁰ *Id.*, p. 341.

¹³¹ *Id.*, p. 345.

mas na qual o falo detém a primazia, e a vagina é conceituada como a ausência (ou a castração) do falo – e será essa a fase identificada como ponto de fixação da histeria desde então. O mais importante a salientar é que desde 1913 já está claro que tanto a neurose obsessiva quanto a histeria têm como fixação um ponto já objetual do desenvolvimento libidinal. Quanto à fobia, não abordada nesse texto, podemos concluir o mesmo, tendo como base o texto do pequeno Hans: toda a sua problemática libidinal se centra na ambivalência perante o pai, na vontade de que a irmãzinha morresse e em seus desejos pela mãe (em suma, o Édipo aqui tem presença vultosa). Toda essa monótona problemática se condensa num único elemento, o cavalo, com transmutação de afetos (para o medo e a angústia), mas não o engrandecimento do eu e a perda do investimento libidinal do mundo externo. O acesso (mesmo locomotor) ao mundo externo fica reduzido, o neurótico fóbico se aliena da realidade objetiva, mas não à maneira do psicótico, que lhe retira o investimento libidinal quase que por completo.

O segundo ponto diferenciador das neuroses, o mecanismo formador de sintomas nelas empregados, é intimamente vinculado ao primeiro. Vejamos em que medida e por quê. Desde o primeiro capítulo deste estudo pudemos notar e analisar os mecanismos formadores dos sintomas da histeria e da neurose obsessiva: para esta, a *mésalliance*; para aquela, a conversão. A grande diferença entre ambas, já o vimos, reside no *local* em que será como que descarregado o afeto apartado da representação inconsciente reprimida a que antes pertencera: na histeria, esse local é o corpo, ao passo que na neurose obsessiva isso se dá no campo representacional consciente, com as ideias e volições compulsivas que tomam conta do doente. Tudo isso ocorre em processos de *retranscrição*, nos quais conteúdos inconscientes são simbolizados nos sintomas. No caso da paranoia, desde 1896, pode-se dizer, Freud já afirmara: o que se segue à repressão é a projeção. O paranoico projeta no mundo exterior (em 1896 ele dissera: em outros seres humanos) aquilo que antes fora *rejeitado*. Em 1911, na análise do caso Schreber, Freud não altera essa concepção (conquanto aqui não use o termo *rejeitar*, *verwerfen*), e a projeção continuará sendo o mecanismo típico da paranoia. Refiramo-nos ao trecho consagrado:

Diremos, pois: o processo da repressão propriamente dita consiste num desligamento da libido de pessoas – e coisas – antes amadas. Acontece silenciosamente; não recebemos notícia alguma dele, vemo-nos precisados a inferi-lo dos processos subsequentes. O que se nos faz notar ruidoso é o processo de restabelecimento, que desfaz a repressão e reconduz a libido às pessoas por ela abandonadas. Na paranoia, esse processo se cumpre pelo caminho da projeção. Não era correto dizer que a

percepção interiormente suprimida é projetada para fora; na verdade compreendemos agora que o que foi internamente abolido retorna desde fora.¹³²

O que foi internamente abolido retorna desde fora: fórmula tão enigmática quanto cintilante e que não deixará de muito aprazer a Lacan. Ainda não podemos aqui traçar-lhe uma leitura interpretativa, porém retenhamos somente o seguinte: que na paranoia a relação entre o fora e o dentro não é da mesma ordem que na histeria, na fobia e na neurose obsessiva. Nestas (as neuroses de transferência), a capacidade de *transferir* conteúdos e formas inconscientes ao mundo externo é mantida, não integralmente, é fato, mas é mantida, e isso é propriamente a mola fundante do tratamento psicanalítico. No caso da paranoia (e da esquizofrenia), a capacidade de transferência, tal qual a Freud a concebe, é, senão abolida, no mínimo estorvada consideravelmente, e há como que um colapso na relação entre o eu do psicótico e a realidade objetiva. Assim, do paranoico pode-se dizer que ele “subtraiu das pessoas de seu entorno, e do mundo exterior em geral, o investimento libidinal que até então lhes dirigira; com isso, tudo se lhe tornou indiferente e sem envolvimento para ele [...]. O fim do mundo é a projeção dessa catástrofe interior; seu mundo subjetivo foi sepultado desde o retraimento de seu amor por ele”¹³³ Esse colapso é a irrupção mesma da doença; esta, aliás, *não são os seus sintomas*: “o paranoico o reconstrói [o mundo], claro que não mais esplêndido, mas ao menos de tal forma que possa tornar a viver dentro dele. Edifica-o novamente mediante o trabalho de seu delírio. *O que nós consideramos a produção patológica, a formação delirante, é na realidade o intento de restabelecimento, a reconstrução*”¹³⁴.

Pois bem: o paranoico, um reconstrutor de mundo – condição muito longínqua da do neurótico, que padece de seu drama pessoal sem que se possa ter consciência disso de forma imediata. Por mais que o afastamento, a alienação da realidade material constitua um dos caracteres de toda psicose, isso muito patentemente se dá de formas distintas nas neuroses de transferência e nas neuroses narcísicas (de acordo com a classificação freudiana à época). Qual a origem dessa diferença tão marcante entre neurose e psicose (de acordo com a classificação freudiana final)? Um deles jaz, é cabível deduzir, do primeiro fator etiológico diferenciador das neuroses, o ponto de fixação: o psicótico regride a um estágio do desenvolvimento libidinal anterior ao amor objetual (autoerotismo ou narcisismo, a depender do caso), e isso implica o retorno a uma fase muito primitiva do funcionamento do aparelho psíquico, fase esta na qual não se estabeleceu ainda o primado do princípio da realidade (utilizando aqui o termo introduzido no artigo de 1911). Mas essa resposta é tão-somente parcial: por que razão nos estágios autoerótico e narcísico do desenvolvimento da libido

¹³² *Id.*, p. 66.

¹³³ *Id.*, p. 65.

¹³⁴ *Ibid.*

o princípio de realidade não estaria ainda plenamente concretizado? Nada ainda do que perscrutamos até aqui nos é capaz de dar uma resposta satisfatória. Uma solução possível virá com a vereda aberta por uma questão que os próprios conceitos nos possibilitam: onde estão as famígeras fantasias nesse complicado e delicado processo?

Nós sabemos: estão, de acordo com o esquema etiológico universal até então apresentado, tanto no início quanto no fim do processo. Os sintomas *representam, retranscrevem* fantasias inconscientes que se fazem premir e que, logo, são-lhes subjacentes; e é rumo ao mundo interno das fantasias inconscientes que os neuróticos se encaminham quando do adoecimento e da correlata alienação do mundo externo. Mas essa visão será alterada por Freud muito em breve.

Em primeiro lugar notemos que no caso Schreber Freud é taxativo:

Creio que já não levantaremos mais objeções à hipótese de que a causa ocasionadora da contração da doença tenha sido a emergência de uma fantasia de desejo feminina (homossexual passiva), cujo objeto era a pessoa do médico. A personalidade de Schreber lhe contrapôs uma intensa resistência, e a luta defensiva, que porventura teria podido consumir-se igualmente em outras formas, escolheu, por razões que nos são desconhecidas, a forma do delírio persecutório. O desejado tornou-se então o perseguidor, e o conteúdo da fantasia de desejo passou a ser o de perseguição.¹³⁵

Essa “fantasia feminina”, como Freud a designa diversas vezes, surgira na mente de Schreber num momento bem específico: “em uma oportunidade, já de manhã, num estado entre o sono e a vigília, tivera ‘a ideia do quão bom é sem dúvida ser uma mulher submetida à cópula’, uma ideia que, estando com plena consciência, teria rechaçado com grande indignação”¹³⁶. É importante sublinhar que a fantasia emergiu num estado em que Schreber estava semiadormecido: num *intermezzo* entre a vigília e o sono, o conteúdo inconsciente reprimido aflorou, graças ao relaxamento da censura envolvido no ato de dormir. Isso indica que a doença ainda não eclodira, mas que seus gérmenes estavam vivos e em vias de amadurecer. De todo modo, coisa notável é que *não* é essa fantasia o que diferencia o caso de Schreber dos de outros neuróticos: “o que singulariza, frente a outros, o caso de Schreber é o desenvolvimento que teve e a transformação que sofreu no decorrer desse desenvolvimento”¹³⁷. Aliás, “a ‘fantasia feminina de desejo’ de Schreber não é nada além de uma das

¹³⁵ *Id.*, p. 41.

¹³⁶ *Id.*, p. 14.

¹³⁷ *Id.*, p. 41.

formas típicas do complexo nuclear infantil”¹³⁸, isto é, do complexo de Édipo. De fantasias similares padecem os outros neuróticos. Despejemos ao leitor mais um trecho volumoso da letra freudiana:

Até aqui tratamos do complexo paterno, elemento dominante no caso Schreber, e sobre a fantasia central de desejo da enfermidade contraída. Mas com relação à paranoia como forma patológica não há em tudo isso nada de característico, nada que não pudéssemos encontrar, e de fato encontramos, em outras neuroses. Temos de situar a especificidade da paranoia (ou da demência paranoide) em algo diverso: na particular forma com que os sintomas se manifestam; e nossa expectativa não consistirá em imputá-la aos complexos, mas sim ao mecanismo de formação do sintoma ou da repressão. Diríamos que o característico da paranoia reside em que, para defender-se de uma fantasia de desejo homossexual, o paciente reagiu precisamente com um delírio de perseguição dessa espécie.¹³⁹

Assim sendo, é o modo como reagiu à irrupção da fantasia o que singulariza o caso da paranoia, e não a fantasia mesma. Diferença de forma, não de conteúdo. Que diferença é essa? Já vimos uma de suas características principais: aqui, emprega-se a projeção, com a qual “retorna desde fora” o que “foi internamente abolido”. Todavia outra característica da paranoia é marcante: no caso de Schreber, diz-nos Freud, quando da irrupção da doença “a fantasia se impôs sem dificuldades”¹⁴⁰. É como se ela agora dominasse, de forma distorcida, é evidente, a vida anímica e afetiva do doente. Eis-nos de volta à asseveração que constava no texto sobre a *Gradiva* – no caso do delírio as fantasias inconscientes do sujeito auferem para si, sabe-se lá por quê, *crença*, e uma crença irreduzível. O paranoico crê em suas fantasias hipostasiadas, ele reconstrói o mundo externo, em ruínas desde a eclosão da doença, à imagem e semelhança delas.

Ora, mas é justamente nesse ponto que as teses freudianas sofrerão dentro em breve uma guinada considerável. Se as fantasias jazem também na origem das paranoias, nem por isso seu adoecimento é um retorno a elas. Pelo contrário: desde 1914 uma psicose é caracterizada justamente pela *impossibilidade* do acesso às fantasias. É o que lemos no artigo seminal sobre a introdução do conceito de narcisismo em psicanálise:

Pois bem, o alheamento do parafrênico com relação ao mundo exterior pede por uma caracterização mais precisa. Também o histérico e o neurótico obsessivo resignaram (até onde os afeta sua enfermidade) o vínculo com a realidade. Mas a análise mostra

¹³⁸ *Id.*, p. 54, nota de rodapé.

¹³⁹ *Id.*, p. 55.

¹⁴⁰ *Id.*, p. 41.

que de modo algum eles cancelaram o vínculo afetivo erótico com pessoas e coisas. Ainda o conservam na fantasia; isto é: substituíram os objetos reais por objetos imaginários de sua memória ou os mesclaram com estes, por um lado; e por outro renunciaram a empreender as ações motrizes que lhes permitiriam conseguir seus fins nesses objetos. [...] Outro é o caso dos parafrênicos. Eles parecem haver retirado realmente sua libido das pessoas e coisas do mundo exterior, porém sem substituí-las por outras em sua fantasia. E quando este último ocorre, parece ser algo secundário e corresponder a um intento de cura que quer reconduzir a libido ao objeto.¹⁴¹

E, poucas páginas adiante, Freud acrescenta:

Situo a diferença entre essas afecções [parafrenias] e as neuroses de transferência na seguinte circunstância: naquelas, a libido liberada pela frustração não queda adscrita aos objetos na fantasia, mas sim se retira rumo ao eu; o delírio de grandeza consegue então para si o domínio psíquico deste volume de libido, quer dizer, é a operação psíquica equivalente à introversão rumo as formações da fantasia nas neuroses de transferência.¹⁴²

Ora, lendo essas duas passagens nos queda claro que houve ao menos uma mudança no esquema etiológico proposto por Freud a respeito das neuroses narcísicas: nelas o doente não pode substituir objetos reais por objetos da fantasia, e se aí existe algo como um recurso a elas, isso é feito somente num segundo tempo, como uma *tentativa de cura*; num primeiro momento, as fantasias são inacessíveis a esse tipo de enfermos – a libido faz um retorno, porém não a um mundo interno fantasioso, tal qual nas neuroses de transferência, mas sim ao próprio eu, no reestabelecimento de um narcisismo primário no qual a libido não se adere a objetos exteriores ao eu do sujeito. Aqui é novamente possível entrever a ligação umbilical entre *fantasia e objeto*.

Esses pontos de vista seriam mais uma vez afirmados em dois artigos de 1924¹⁴³ nos quais Freud retoma os mesmos argumentos, retrabalhando-os porém sob o prisma da nova tópica, recém-publicada um ano antes. Os próprios títulos dos artigos nos têm muito a indicar: primeiramente, que a condição a partir da qual Freud pensa a neurose não é mais a perversão, mas sim a psicose; e, segundo, que o tema da (perda da) *realidade* se lhe tornou fundamental (e isso explicitamente desde 1911, como já apontáramos previamente). No primeiro artigo é feita uma análise dos fenômenos

¹⁴¹ Freud, S. (1914b). *Introducción del narcisismo*, p. 72.

¹⁴² *Id.*, p. 83.

¹⁴³ *Neurosis y psicosis* (1924 [1923]) e *La pérdida de realidad en la neurosis y la psicosis* (1924a). Ambos no volume 19 da AE.

sintomatológicos presentes na *amentia* de Meynert. Nessa afecção psicótica “não apenas se recusa admitir novas percepções, mas também se retira o valor psíquico (investimento) do mundo interior, que até então substituíra o mundo exterior como sua efígie”¹⁴⁴. Leiamos essa breve passagem com muita atenção: *também se retira o investimento (libidinal) do mundo interior*¹⁴⁵. Ao fazer isso, “o eu cria para si, despoticamente, um novo mundo exterior e interior”¹⁴⁶. Um novo mundo exterior e interior? O que significa isso? A frase nos parece no mínimo ambígua ou obscura, mas podemos-lhe aventar uma hipótese interpretativa: na confusão alucinatória, característica da *amentia*, o novo mundo forjado pelo eu inflado de libido é interno e externo pois que interno e externo aí estão mesclados de forma indiscernível. Aí residiria uma característica fundamental das psicoses: dentro e fora, nelas, não estariam plenamente separados e discernidos. Retomemos o texto: “este novo mundo se edifica no sentido das moções de desejo do id, e que o motivo desta ruptura com o mundo exterior foi uma grave frustração de um desejo por parte da realidade, uma frustração que pareceu insuportável”¹⁴⁷. Como indicam outras passagens da letra freudiana, esse “sentido das moções de desejo do id” não é nada menos do que *fantasias*, que porém não encontram freios e passam a tomar conta do eu do sujeito. Mas isso, repetamos, num *segundo momento* de evolução da doença¹⁴⁸.

No outro artigo de 1924, Freud faz uma tripla descrição comparativa entre neurose e psicose no tocante ao enfrentamento da frustração patogênica. Ei-la: “na neurose se evita, ao modo de uma fuga, um fragmento da realidade, enquanto na psicose este é reconstruído. Dito de outro modo: na psicose, à fuga inicial se segue uma fase ativa de reconstrução; na neurose, a obediência inicial é seguida por um posterior intento de fuga. Ou de outro modo ainda: a neurose não desmente a realidade, limita-se a não querer saber nada dela; a psicose a desmente e procura substituí-la”¹⁴⁹. A

¹⁴⁴ Freud, S. (1924 [1923]), p. 156.

¹⁴⁵ Esse mundo, aliás, até então *substituíra* o mundo exterior como sua *efígie*. Perguntemo-nos: o que seria esse *Abbild*, *efígie* ou *cópia*? Freud não nos dá maiores dicas a respeito do assunto. E que tipo de *substituição* é essa, constituinte do aparelho psíquico? Freud também não é deveras elucidativo nesse ponto, ao menos não nesse texto em particular.

¹⁴⁶ *Ibid.*

¹⁴⁷ *Id.*, pp. 156-7.

¹⁴⁸ Seria no mínimo interessante comparar as passagens já citadas, de 1924, acerca da *amentia* com o que Freud afirmara em seu artigo metapsicológico sobre a doutrina dos sonhos. Ali se encontra escrito que “o delírio alucinatório da *amentia* é uma fantasia de desejo claramente reconhecível, que amiúde se ordena por inteiro como um cabal sonho diurno” (Freud, S. 1917 [1915]a, p. 228), e que “a *amentia* é a reação frente a uma perda que a realidade assevera porém que deve ser desmentida {*Verleugnung*} pelo eu como algo insuportável. Graças a isso o eu rompe o vínculo com a realidade, subtrai o investimento ao sistema *Cs* de suas percepções [...]. Com esse alheamento da realidade queda eliminada a prova de realidade, as fantasias de desejo – não reprimidas, por inteiro conscientes – podem penetrar no sistema e ser admitidas desde aí como uma realidade melhor” (*id.*, p. 232). Poderia parecer que Freud se contradiz, comparando-se o publicado em 1917 com o texto de 1924, porém segundo nos parece em 1924 o desenrolar lógico e cronológico dos processos é mais minuciosamente explicitado, ficando claro que, como já fora afirmado em 1914, o recurso às fantasias é parte de um segundo momento da psicose em sua lida com uma frustração, e não de um primeiro, como é o caso das neuroses de transferência. Com isso se desfaz a aparente contradição.

¹⁴⁹ Freud, S. (1924a), p. 195. Notemos o termo *desmentir* para caracterizar a reação psicótica frente a uma parcela da realidade, termo este que será empregado três anos depois para tratar da perversão (e que já fora usado em 1917, como se pode notar pela nota de rodapé anterior). Esse trecho tem uma continuação bastante interessante, que convém lembrar aqui: “chamamos normal ou ‘sã’ a uma conduta que une determinados traços de ambas as reações: que, como a neurose, não desmente a realidade, mas, como a psicose, empenha-se em modificá-la. Esta conduta adequada aos fins, normal,

neurose (de transferência) é uma condição de *ignorância*: trata de ignorar tanto o que a incomoda externamente quanto as fantasias e desejos que acoessam desde dentro. Isso não se passa com a psicose: nesta, *desmente-se* uma parcela da realidade, que é reconstruída despoticamente pelo eu que jaz à mercê dos desejos que outrora foram inconscientes. O *intento de fuga* da neurose, nós vimos, é um encastelamento rumo às fantasias inconscientes do sujeito; na psicose esse mesmo processo não envolve as fantasias, mas sim uma retirada da libido que se aderira a objetos rumo ao eu do sujeito, já que, como lêramos no artigo anterior, foi também retirado o investimento libidinal do mundo interior. Ao psicótico só resta o seu eu que, despótico, roubou a libido que cabia aos objetos.

Os delírios e alucinações são para Freud, como já vimos, uma série de empenhos de restabelecimento ou de cura dos psicóticos. No artigo metapsicológico *O Inconsciente*, lemos que “estes empenhos pretendem reconquistar o objeto perdido”¹⁵⁰. Mas nós temos a impressão de que é justamente o oposto o que se passa. Esclareçamo-nos comparando duas citações. Em 1914, encontra-se que “o estado de enamoramento nos aparece como a fase superior de desenvolvimento que alcança a segunda [investimento libidinal no objeto, não no eu]; concebemo-lo como uma resignação da personalidade própria em favor do investimento de objeto e discernimos seu oposto na fantasia (ou percepção de si mesmo) de ‘fim do mundo’ dos paranoicos”¹⁵¹. Ora, em seu famoso artigo metapsicológico *Luto e Melancolia*, publicado três anos mais tarde, vemos o estado de enamoramento sendo comparado não mais com o “fim do mundo” dos paranoicos, mas sim com o suicídio possivelmente presente na melancolia. Na paixão ardorosa, a libido toda está escoada do eu e aderida ao objeto amado e idealizado; no suicídio, por sua vez, é o eu quem recebe todo o influxo libidinal, enquanto o mundo é esvaziado e não retém a atenção do sujeito. A conclusão: “nas duas situações contrapostas do enamoramento mais extremo e do suicídio, o eu, ainda que por caminhos inteiramente diversos, é subjugado ao objeto”¹⁵². Repitamos: o eu, nos dois casos extremos de investimento da libido, é *subjugado ao objeto*. Relembremos: o recurso às fantasias é algo secundário para o psicótico, uma sua tentativa de cura. O interessante é que se trata, portanto, de um retorno *do* objeto, já que o colapso psicótico é justamente a retirada mais ou menos completa da libido do mundo objetivo e o concomitante e correlato investimento libidinal maciço no eu (a já por nós descrita regressão ao narcisismo ou ao autoerotismo). Ao “fim do mundo” do esquizofrênico faz-se presente Deus, o objeto

leva naturalmente a efetuar um trabalho que opere sobre o mundo exterior, e não se conforma, como a psicose, com produzir alterações internas” (*ibid.*). Quão longe nos encontramos aqui de um normativismo? Não seria a própria psicanálise enquanto práxis terapêutica uma espécie de “mescla” entre as atitudes neurótica e psicótica perante a vida? na cura psicanalítica não se desmente a realidade, e esta tem de ser concomitantemente retrabalhada. Ocorre que essa elaboração somente é feita na via da transferência, e trata-se, por um lado, de um *trabalho* sobre um tipo específico de realidade, qual seja, a realidade *psíquica*. Haveria, assim, muito a se estudar acerca dessa conduta “normal” constituinte da psicanálise enquanto ao terapêutico.

¹⁵⁰ Freud, S. (1915b), p. 200.

¹⁵¹ Freud, S. (1914b), p. 74. Atenção seja dada à equivalência, na condição psicótica, entre “fantasia” e “percepção de si mesmo”.

¹⁵² Freud, S. (1917 [1915]b). *Duelo y melancolía*, pp. 249-50.

supremo. É como se ao retornar no delírio, o objeto o fizesse em sua mais aterrorizante magnanimidade. Aqui, é como se o objeto dissesse ao eu em pedaços: “se não me deixas tão fácil tocar-te, voltarei à força nos mais tórridos páramos e báratros do mundo”. Freud diz que assim o psicótico tenta recuperar o objeto perdido, mas poderíamos acrescentar, também, que é o objeto quem trata de retornar à vida anímica do sujeito. E novamente a expressão virgiliana se mostra assertivamente acertada: *in delirio*, dir-se-ia, *fit via vi* – o objeto abre caminho à força. Falta apenas um passo mais para chegarmos a um último argumento que podemos extrair desses excertos: enquanto na neurose (de transferência) o sujeito retorna às fantasias, nas psicoses são as próprias fantasias que retornam a ele sob a forma de alucinações e delírios. Em suma: o que foi abolido desde dentro retorna desde fora. Chegamos desse modo à conclusão de que a psicose está pautada na impossibilidade (temporária, perene, pouco nos importa aqui) de fantasiar realizações de desejo.

Nós vimos em nota de rodapé Freud usando em 1917, para se referir à *amentia*, a expressão “o eu rompe o vínculo com a realidade”. No mesmo texto se lê que a alucinação na esquizofrenia não pode pertencer aos seus sintomas iniciais e que ela “só se torna possível quando o eu do enfermo se fragmentou até o ponto em que a prova de realidade já não impede a sua realização”¹⁵³. Na psicose, portanto, a relação entre o eu e a realidade é fraturada, e há a possibilidade de ele se *fragmentar*. Com essa fragmentação, emergem as alucinações e delírios. O eu do psicótico que fabrica um novo mundo, o seu delírio grandioso ou suas alucinações desesperadoras, é um eu estilhaçado. Eis-nos aqui frente a alguns dos problemas referentes ao estatuto do eu na teoria freudiana. O assunto é espinhoso e bem vasto, mas, julgamos, podemos lançar-lhe alguma luz. Como lemos em 1914, “é um pressuposto necessário que não esteja presente desde o começo no indivíduo uma unidade comparável ao eu; o eu tem de ser desenvolvido”¹⁵⁴. A construção dessa unidade se consuma precisamente, podemos inferir graças ao que estudamos neste capítulo, na fase *narcisista* da libido, que sucede a *autoerótica*, na qual são pulsões parciais numa perversão polimorfa (ou amorfa, se se preferir) aquilo que rege o funcionamento do organismo. O que possibilita Freud a dizer que “assim como as neuroses de transferência nos possibilitaram rastrear as moções pulsionais libidinosas, a *dementia praecox* e a paranoia nos permitirão compreender a psicologia do eu. De novo teremos que coligir a simplicidade aparente do normal a partir das desfigurações e exagerações do patológico”¹⁵⁵. No caso “normal”, tem-se uma unidade a que se chama eu, mas o caso das psicoses mostra que essa unidade é simples apenas na aparência. O eu do psicótico (se é que podemos falar de *um* eu do psicótico), pode-se dizer, não tem estabilidade espaço-temporal, ele pode se estilhaçar à medida que seus laços com a realidade

¹⁵³ Freud, S. (1917 [1915]a), p. 233.

¹⁵⁴ Freud, S. (1914b), p. 74.

¹⁵⁵ *Id.*, p. 79. Compare-se isso com a seguinte afirmação, de *O Inconsciente*: “apenas a análise de uma das afecções que chamamos psicose narcisistas [a esquizofrenia] promete brindar-nos perspectivas que nos acerquem desse enigmático *Ics* e, por assim dizer, no-lo ponham ao alcance da mão” (Freud, 1915b, p. 193).

objetiva vão sendo mais e mais fraturados. As identificações¹⁵⁶ que antes o perfaziam numa unidade (que agora se sabe ser sobremaneira frágil) são desfeitas, e cada personagem do drama é projetado ao mundo externo de forma frenética. A psicose como gradual ruína do palco.

Aqui residiria precisamente uma das maiores diferenças entre neurose e psicose. Relembramos: o que em 1924 Freud nomina sinteticamente *neurose* antes era chamado de *neurose de transferência*, e não à toa. Lemos em 1915:

Por certo se sabia que a frustração do objeto gerava a irrupção da neurose e esta envolvia a renúncia ao objeto real, e também que a libido subtraída do objeto real se voltava rumo a um objeto fantasiado e desde aí a um reprimido (introversão). Porém o investimento é retido nessas neuroses com grande energia, e a indagação mais fina do processo repressivo nos forçou a supor que o investimento de objeto persiste no interior do sistema *Ics* apesar da repressão – ou melhor, por causa dela. E sem dúvida a capacidade para a transferência, que nessas afecções aproveitamos terapêuticamente, pressupõe um imperturbado investimento de objeto.¹⁵⁷

Como bem resumiu Green com relação ao nome dessa classe de afecções: “psiconeuroses de transferência [...], quer dizer, psiconeuroses causadas por transferências de libido de objeto e que tendem a se transferir sobre objetos que se prestariam ao jogo da transferência”¹⁵⁸. Nas neuroses (de transferência) o “jogo da transferência” está a todo vapor – fato este que é o motor mesmo do processo analítico de acordo com Freud. Mas o investimento de objeto que se encontra imperturbado nesses doentes não é um investimento qualquer, ou melhor, o objeto que se presta ao jogo transferencial não é um objeto qualquer, mas sim o objeto enquadrado na fantasia. Quando o neurótico, encurralado por uma frustração com a qual não consegue lidar materialmente, regride a fixações libidinais e se volve rumo a um objeto não pertencente à realidade externa, a que tipo de formação psíquica ele recorre? A nada menos que a fantasia. Freud se pergunta na 23^a conferência: “como a libido encontra o caminho até esses pontos de fixação?”, e em seguida nos dá a resposta: “todos os objetos e orientações da libido por ela resignados ainda não o foram por completo. Eles ou as suas formações são retidos ainda com certa intensidade nas representações da fantasia. A libido precisa apenas voltar às fantasias

¹⁵⁶ Usando um termo que designa um processo psíquico ainda não estudado por nós, mas que se mostrará parte fundante do desenvolvimento da unidade do eu em diversas passagens de Freud, como a seguinte, em *O eu e o id*: “o caráter do eu é uma sedimentação dos investimentos de objeto resignados, contém a história dessas eleições de objeto”, sendo que antes ele indicara que a identificação talvez seja a “condição sob a qual o id abandona seus objetos”, e que ela pode ser descrita como uma “alteração do eu”, como uma “assunção do objeto no eu”, algo presente também na melancolia (Freud, 1923a, p. 31).

¹⁵⁷ *Id.*, p. 193.

¹⁵⁸ Green, A. (1990a), p. 77. « Psychonévroses de transfert – psychonévroses à transfert pourrait-on dire – c’est-à-dire psychonévroses causées par des transferts de libido d’objet et tendant à se transférer sur des objets qui se prêteraient au jeu du transfert » (p. 77)

para encontrar a partir delas o caminho livre para cada fixação reprimida”¹⁵⁹. Não é difícil concluir: não há objetos soltos por aí no inconsciente, qual num cofre abandonado jazem objetos de mil tipos arranjados sem ordem nenhuma (em suma: o inconsciente não é um caos, como muito se costumou dizer). Muito pelo contrário: no inconsciente os objetos estão muito bem ordenados, muito bem enquadrados. Se é lícito comparar o inconsciente com uma coleção de objetos, esta poderia ser, antes, um museu, um museu recheado de quadros narrativos que jamais foram pintados. E é pelo fato mesmo de não terem sido pintados que esses quadros são tão importantes para o sujeito. E um museu, nós sabemos, é onde o humano insiste em guardar coisas que fora dele seriam ou ruínas ou superfluidades.

Outro, todavia, é o caso das psicoses (em 1915 ainda neuroses narcísicas): “no caso da esquizofrenia, por sua vez, impôs-se a nós o pressuposto de que após o processo da repressão a libido subtraída não busca um novo objeto, mas sim se recolhe no eu; aqui, portanto, se resignam os investimentos de objeto e se reproduz um estado de narcisismo primitivo, carente de objeto”¹⁶⁰. Na esquizofrenia, portanto, a libido subtraída pela frustração externa não escoia para um objeto enquadrado pela fantasia, mas sim para o eu. Ao esquizofrênico está vedado, em primeira instância, o acesso ao objeto. É só quando o eu se fragmentar demasiadamente que o objeto fará seu retorno triunfal: porém não de dentro e às escondidas, como faz nas neuroses, mas sim desde fora.

Se se vislumbram esses diferentes fenômenos pelo aspecto econômico da metapsicologia, tem-se que o trâmite dentro-fora possui um freio particular nas afecções psicóticas. O eu investe e reinveste a libido de acordo com os fluxos pulsionais e os eventos da realidade material; esse fluxo libidinal é garantido, porém, pela unidade do eu, que, apesar da frustração, não é desfeita nas neuroses (de transferência). Essa unidade é todavia bastante frágil e tem como condição a possibilidade de investimento no objeto. O eu é uno porque investe nos objetos, e investe-se em objetos porque o eu é uno: teríamos entrado num círculo argumentativo vicioso, numa espécie freudiana de *petitio principii*? Julgamos que não: nós recém-chegamos à conclusão de que o objeto investido na formação neurótica de sintoma não é um objeto qualquer, mas sim o objeto enquanto enquadrado na e pela fantasia. Pode-se concluir, pois, que tanto a unidade delicada do eu quanto o seu investimento libidinal na realidade têm uma condição de possibilidade prévia: o pleno funcionamento da faculdade de fantasiar. Assim, a fantasia surge como uma insuspeita condição de possibilidade da “prova de realidade”¹⁶¹ bem sucedida e da instauração do princípio de realidade. Se as fantasias inconscientes

¹⁵⁹ Freud, S. (1916-7a), p. 340.

¹⁶⁰ Freud, S. (1915b), pp. 193-4.

¹⁶¹ A “prova de realidade”, termo que já se fez presente em outro trecho, é conceito freudiano que remonta aos tempos do *Projeto*. Fez aparições também no artigo seminal de 1911 e no artigo metapsicológico sobre a doutrina dos sonhos. Constitui-se enquanto atividade do eu destinada a “testar” os estímulos que recebe (seja de dentro, seja de fora) para que possa dizer se vêm ou não da realidade externa. Tanto no *Projeto* quanto em 1911 Freud confere grande importância à *memória* nesse processo: o eu teria de comparar os estímulos que emergem à percepção com os rastros mnêmicos armazenados para poder conferir acerca de sua realidade. Mas aqui nós vemos quão importante é a *fantasia* nesse processo, tornando-se-nos cabível, pois, dar um passo mais e dizer que o acesso aos rastros mnêmicos tem como condição

podem de alguma forma ser equacionadas à enigmática *realidade psíquica*, pode-se, por conseguinte, dizer que a realidade psíquica solidamente erigida (e investida de libido) é condição de possibilidade do acesso à realidade externa, do investimento libidinal no mundo material¹⁶². Soria chegou a uma conclusão semelhante, embora por um caminho diverso, e afirmou, vinculando bem *Wahrheit* e *Dichtung* (e, com isso, trazendo à tona o íntimo vínculo desses dois elementos sob a pena freudiana): “toda percepção é, assim, construída no interior do aparelho psíquico e, conseqüentemente, sua verdade (*Wahrheit*) está condicionada à composição (*Dichtung*) das representações em uma cena que faça sentido e que possa ser sentida”¹⁶³. O fio que une o interno e o externo no homem e lhe permite o trâmite dentro-fora tem nome: fantasia.

Nesse mesmo processo de fluxo e refluxo da libido, nesse mesmo trâmite dentro-fora que constitui o repetido e incessante “jogo da transferência”, está presente ainda um outro trâmite: o de *sentido*. Em 1924, Freud afirma que, diferentemente do “novo mundo” do psicótico, com o qual este deseja substituir a realidade (ou uma parcela dela) por ele desmentida, o novo mundo do neurótico, aquele baseado em suas ignotas e inconscientes fantasias, “por sua vez, gosta de apoiar-se, como o brincar das crianças, num fragmento da realidade – diverso daquele contra o qual foi preciso defender-se – e lhe dá um significado particular e um sentido secreto, que, de maneira nem sempre de todo acertada, chamamos *simbólico*”¹⁶⁴. É notável, pois, a diferença entre o método neurótico e o psicótico de formação de sintomas: no caso dos neuróticos, o *sentido* de seus sintomas é fabricado por eles mesmos, mas também por eles mesmos ignorado. Esse trâmite de sentido só é possível, concluíamos, graças à capacidade aí intacta de transferir a libido a novos objetos. Se, como afirmou Ricœur, “os ‘destinos das pulsões’ [...] não podem ser atingidos senão nos destinos do sentido”¹⁶⁵, estamos defronte a um importante ponto nodal da teoria. A fantasia, sendo o fio que permite a altercação de sentido entre o exterior e o interior, passa a poder ser vista como o fio que permite a fabricação, inconsciente, involuntária, de sentido encontrada tanto na vida normal quanto na neurótica. A repressão faz barrar a determinadas representações o acesso à consciência, apartando-as de seu afeto

de possibilidade a capacidade de investimento de objetos. Tem como condição de possibilidade, logo, a própria fantasia enquanto faculdade anímica.

¹⁶² Deixemos aqui anotado, mesmo que *en passant*, que também para Lacan a fantasia (*le fantasme*) é conceituada enquanto uma espécie de condição de possibilidade do princípio de realidade. É o que se lê duas vezes, por exemplo, no *Séminaire XX*: « Ce fantasme où est pris le sujet, c’est comme tel le support de ce qu’on appelle expressément dans la théorie freudienne la principe de réalité », e, umas vinte páginas adiante, « [...] le peu-de-réalité dont se supporte ce principe du plaisir qui fait que tout ce qu’il nous est permis d’aborder de réalité reste enraciné dans le fantasme » (Lacan, 1972-3, pp. 102 e 121).

¹⁶³ Soria, A. C. S. (2010). *Interpretação, sentido e jogo: um estudo sobre a concepção de fantasia (Phantasie) em Sigmund Freud*, pp. 95-6.

¹⁶⁴ Freud, S. (1924a), p. 197. Atente-se ao fato de que, aqui, Freud usa o termo “simbólico” para se referir a quaisquer processos em que algo representa um outro algo (diferentemente do que fizera na *Traumdeutung*, onde esse termo adquire um sentido bem mais estrito).

¹⁶⁵ Ricœur, P. (1965), p. 16. « Les ‘vicissitudes des pulsions’, pour reprendre un mot de Freud, ne peuvent être atteintes que dans les vicissitudes du sens ».

original, mas é ela própria, não obstante, o que possibilita a criação de novas formações substitutivas, que irão, disfarçadas, *retranscrever* o que fora reprimido. Essa cesura entre o *Cs* e o *Ics* é o que permite a fabricação de símbolos, a fabricação de sentido. Vislumbramos, assim, também o vínculo umbilical entre *fantasia* e *repressão*. Com a ausência (temporária ou perene) da faculdade de fantasiar na psicose, emerge também uma inaptidão para a troca de sentido, tão marcante e intrigante no jogo transferencial. Aqui vemos um *limite* para a representação: o colapso psicótico é um abismo que suga impetuoso todo o sentido que se fabricara até então, fazendo-o aparentemente esvanecer. E eis que o sentido retorna, porém desde fora, sem pedir a permissão do eu, sem ter de burlar ou ludibriar quaisquer censuras. O sentido na psicose retorna cru, nu, despojado de qualquer máscara. Retorna, portanto, sem qualquer chance de *diferença* ou de mostrar-se (e ocultar-se) diferente do que havia sido até então. Sentido sem-sentido, ou, melhor, fora-do-sentido, pois que o sentido é um processo, uma direção, uma via que se pega sem que se saiba por quê. Na psicose essa via se encontra obstaculizada, e o sentido regressa *bruto*: sentido primevo, flor primeva de significação: a psicose: rosa bruta estúpida radioativa inválida: a psicose: anti-rosa atômica do sentido.

Nós fizemos notar, no primeiro capítulo deste estudo, quão intrincados são os conceitos de *sentido* (ou daquilo que chamamos, então, de *simbolismo*) e de *energia* para Freud desde os primeiros textos em que ele demonstrou interesse pelos fenômenos psicopatológicos. Com o conceito de fantasia, aparentemente psicológico e sem muita atenção ao energético, não vemos, nesse quesito, uma mudança de direção: ainda agora energia e sentido caminham de mãos dadas no discurso freudiano. Quando o acesso a um deles é barrado, necessariamente o acesso ao outro também o é. A esse respeito a seguinte citação de Ricœur nos parece de extrema lucidez e precisão:

Como é possível que a explicação econômica *passe por* uma interpretação que se apoia sobre significações e, em sentido inverso, que a interpretação seja *um momento* da explicação econômica? É mais fácil se lançar numa alternativa: seja uma explicação de estilo energético, seja uma compreensão de estilo fenomenológico. Ora, é necessário admitir que o freudismo existe tão-somente pela recusa dessa alternativa.¹⁶⁶

Agora, como já sublinhamos em nosso segundo capítulo, apenas a *forma* da fabricação de sentido e da máscara e do ludíbrio (possibilitada, sempre, pelo trâmite energético) foi alterada: não mais construção secundária, destinada a ocultar a verdade do sujeito, verdade esta ancorada sempre

¹⁶⁶ *Id.*, p. 78. « Comment est-il possible que l'explication économique *passe par* une interprétation portant sur des significations et, en sens inverse, que l'interprétation soit *un moment* de l'explication économique ? Il est plus facile de se jeter dans une alternative : soit une explication de style énergétique, soit une compréhension de style phénoménologique. Or il faut admettre que le freudisme n'existe que par le refus de cette alternative »

em sua relação com o âmbito material da existência, mas sim ficção primária que é, ela mesma, a verdade do sujeito. Aqui podemos entrever a ligação umbilical entre *verdade* e *ficção* que se nos apresenta fulgente sob a pena freudiana, conquanto ele não use ambos os termos *ipsis litteris*.

A perversão, vulcânico infante, infantil vulcão, primeira positividade pulsional do discurso verdadeiramente psicanalítico de Freud – onde é que se meteu? Nas reflexões metapsicológicas da década de 10 ela tem presença parca, quase desapareceu, e nós a vemos ressurgir como um astro intermitentemente aceso apenas de quando em quando, sem o vigor que possuía em 1905. Mas há para isso (como há para tudo) algumas exceções. A mais relevante, parece-nos, é a de 1927: o artigo, famoso, intitulado *O fetichismo*¹⁶⁷. Aí Freud põe-se a expor com mais minúcia uma hipótese que já aventara em outros textos (alguns longínquos, como seu tratado sobre Leonardo) a propósito do mecanismo psíquico envolvido no fetiche. Sua tese continua a mesma: “o fetiche é o substituto do falo da mulher (da mãe) no qual o menininho acreditou e ao qual não quer renunciar”¹⁶⁸. Pois bem, trata-se de uma substituição, mas tal processo substitutivo só se dá, como de praxe, como consequência de um mecanismo anterior. É aqui que entra em ação o novo termo cunhado por Freud, que já o vimos utilizando para se referir às psicoses: a *desmentida* ou *denegação* (*Verleugnung*). No caso do fetiche, como bem se pode deduzir da tese freudiana, é a realidade da castração o que é desmentido. Mas esse mecanismo pode ser utilizado para com qualquer fragmento da realidade na qual se depositava firme crença e que agora mostrou ser irreal (como o falo feminino) ou que ruiu por motivos contingentes (como um fenômeno dependente de contingências espaço-temporais). Tal é o caso apresentado por Freud em seu artigo: o de dois homens que haviam desmentido a *morte do pai*. Mas sua situação psíquica era ímpar: “dentro da vida anímica deles, apenas uma corrente não reconhecera a morte do pai; existia todavia outra que havia dado cabal razão desse fato: coexistiam, uma junto à outra, a atitude acorde ao desejo e a acorde à realidade”¹⁶⁹. Notemos desde já, pois, em que medida as pesquisas de Freud acerca da perversão tiveram seu percurso razoavelmente alterado: agora a questão toda gira em torno, como no caso já observado da psicose e da neurose, da problemática da *relação entre o eu e a realidade*.

Com a *Verleugnung*, portanto, ocorre uma excisão do eu, que se divide em dois, e cujas “metades” (se é que podemos expressar-nos assim) coexistem lado a lado, sem que uma anule ou destrua a outra. Uma das partes do eu recusa-se a crer em certa parcela da realidade, criando-lhe um substituto (o fetiche propriamente dito), enquanto a outra reconhece seu caráter de realidade. O sintoma, diz-nos Freud, como de costume irá expressar essa ambiguidade: o fetichista *sabe* que a

¹⁶⁷ Freud, S. (1927). *El fetichismo*, vol. 21 da AE.

¹⁶⁸ Freud, S. (1927), p. 148.

¹⁶⁹ *Id.*, p. 151.

mulher não possui um pênis, mas evita a todo custo chegar a ver a genitália feminina, tal a importância de seu querido fetiche. Também o fetiche *representa* a genitália aversiva: é o tapete, que simboliza os pelos púbicos, elemento fronteiroço que revela e encobre a natureza do genital; são os pés, que foram, presume-se, a última coisa a que a criança pudera dirigir sua atenção antes de se deparar com a áspera verdade da castração. Mas se, à diferença de certos casos em que essa ambiguidade para com o fragmento desmentido vem à tona quase que sem o menor disfarce através do fetiche mesmo, “noutros casos a excisão [do eu] se mostra naquilo que o fetichista faz – na realidade ou na fantasia – com o seu fetiche”¹⁷⁰. Mais uma confirmação de que na perversão a faculdade de fantasiar está presente.

Freud usara, nós vimos, o termo *verleugnen* para caracterizar a conduta psicótica. Mas agora ele se mostra reticente quanto a isso. No caso do fetichismo, repitamos, existem duas correntes anímicas, uma que desmente a realidade, e a outra que se subjuga a ela. “É-me possível [...] manter a expectativa de que no caso da psicose uma dessas correntes, a acorde com a realidade, faltaria efetivamente”¹⁷¹. Isso porque, bem o sabemos, na psicose se regride a uma fase libidinal em que o contato com o objeto, com a realidade, se encontra cortado e fraturado. Não é à toa, portanto, que alguns autores (dentre eles o mais célebre é Lacan) decidiram-se por usar o termo *Verleugnung* apenas para o mecanismo constituinte por excelência do fetichismo, e não da psicose. Para esta, reservou-se o termo antigo, que Freud utilizara antes mesmo da *Traumdeutung: Verwerfung* (rejeição). Adicionada a *Verdrängung* (repressão), teríamos o quadro tripartite completo.

Como compreender as relações, sobretudo complexas, entre as três grandes classes de afecções? Nós já temos uma primeira pista: a presença ou ausência da faculdade de fantasiar. Esta permitiria o trâmite dentro-fora e a fabricação de sentido, processos ambos ausentes da condição psicótica. Mas essa marca distintiva se nos mostra ser incompleta: algo há de haver que explique também as diferenças marcantes entre a conduta do perverso e a do neurótico, em cuja vida anímica se faz presente igualmente a fantasia. Nós encontramos esse elemento numa formação psíquica bem específica: o *ideal do eu*. Aqui, limitar-nos-emos a traçar *apontamentos*, já que o assunto novamente é vasto e não cabe nem neste estudo como um todo tampouco neste capítulo alongado tão deveras. O fato é que, quando de sua primeira aparição, em 1914, o ideal do eu já surge como uma formação psíquica mediadora, que preme o eu a reprimir determinadas representações para que não seja ferido o ideal ao qual se almeja. Caso curioso é o do paranoico:

Admitir essa instância [o ideal do eu] nos possibilita compreender o chamado delírio de ser notado, ou melhor, de *ser observado*, que com tanta nitidez aflora na

¹⁷⁰ *Ibid.*

¹⁷¹ *Ibid.*

sintomatologia das enfermidade paranoides, e que pode apresentar-se também como uma enfermidade separada ou entremeadada com uma neurose de transferência. Os enfermos se queixam de que alguém conhece todos os seus pensamentos, observa e vigia suas ações; são informados do império desta instância por vezes que, de maneira característica, falam-lhes em terceira pessoa. [...] Essa queixa é justa, é descritiva da verdade; um poder assim, que observa todas as nossas intenções, inteira-se delas e as critica, existe de fato, e por certo em todos nós dentro da vida normal.¹⁷²

Ora, eis-nos novamente perante o caso em que aquilo que faz parte do interior tanto do indivíduo são quanto do neurótico está projetado para fora no caso do psicótico. Afinal de contas, “nenhum observador deixou de notar que na esquizofrenia se exterioriza como consciente muito do que nas neuroses de transferência apenas se pode pesquisar no *Ics* por meio da psicanálise”¹⁷³. O ideal do eu (precursor do supereu, lembremo-nos) enquanto baluarte da moralidade não está de todo *ausente* no paranoico, ele está somente *alhures*, projetado, possivelmente encarnado nas vozes que tanto o atormentam. Aí se encontra, logo, um “erro” recheado de *verdades* que o paranoico nos lega como que abertamente; refiramo-nos a Monzani:

No caso do delírio de estar sendo observado, por exemplo, num certo sentido, o louco está certo: é na realidade exterior que está a raiz do problema, uma vez que esse “outro” que o dirige é a “exterioridade interiorizada”. Quanto à origem, pelo menos, o louco está certo. O seu erro está em ver como atual, como imediatamente presente, esse poder que o formou num outro tempo: a voz do pai. Podemos rir desse delírio, mas fazendo isso nos esquecemos de que, nesse caso, a regressão levou o sujeito a um estado em que essa voz (ou suas metamorfoses) se faz mais uma vez presente e sensível, voz que, nos normais e mesmo nos neuróticos, perdeu o som e, como palavra sem voz, se tornou o superego.¹⁷⁴

Pode-se dizer, seguindo essa linha de raciocínio, que a partir do exemplo da paranoia talvez devamos levar muito a sério e, é bem verdade, ao pé da letra o famoso versículo do Evangelho segundo Mateus: “pois não sois vós que falais, mas o Espírito do vosso Pai que fala em vós”¹⁷⁵. Tanto mais ao pé da letra, pois que não se trata de um pai qualquer, mas sim do Pai. Com efeito, em *Inibição*,

¹⁷² Freud, S. (1914b), p. 92.

¹⁷³ Freud, S. (1915b), p. 194.

¹⁷⁴ Monzani, L. R. (1989), p. 240.

¹⁷⁵ "Non enim vos estis qui loquimini, sed Spiritus Patris vestri qui loquitur in vobis" (Mat 10:20)

sintoma e angústia, publicado em 1926, lê-se que “o supereu é o pai que se tornou impessoal”¹⁷⁶. Tal o estatuto do ideal do eu: a voz do Pai falando em nós. A diferença é que o paranoico a projeta para fora, denunciando sua origem cabal, pois o pai, quer queiramos, quer não, é justamente essa alteridade com que temos incontornavelmente de lidar.

Malgrado essa sua importância, o ideal do eu pode, porém, estar ausente em uma circunstância especial: precisamente a do perverso. É o que lemos ainda em 1914: “onde não se desenvolveu um ideal assim, a aspiração sexual correspondente ingressa inalterada na personalidade como perversão”¹⁷⁷. Não é em balde, por conseguinte, que o que jaz inconsciente na neurose se encontra ou habitando a consciência do perverso sem freio algum ou sendo por ele executado em seus atos sintomáticos. Sem uma instância como o ideal do eu não há a necessidade de se lançar mão do mecanismo da repressão: “a formação do ideal seria, da parte do eu, a condição da repressão”¹⁷⁸.

Reconhecemos também no ideal do eu um importante elemento que premiu Freud a distinguir neuroses narcísicas de psicoses, deixando naquela categoria em 1924 tão-somente a melancolia. Em seu artigo *Neurose e psicose* ele resumiu: “a neurose de transferência corresponde ao conflito entre o eu e o id, a neurose narcísica ao conflito entre o eu e o supereu, a psicose ao conflito entre o eu e o mundo exterior”¹⁷⁹. Por falta de tempo e espaço usemos “supereu” como equivalente a “ideal do eu”, embora saibamos que isso não é completamente adequado. Nós vimos como Freud contrapôs ao estado de enamoramento, assombroso pois que nele o eu está quase totalmente esvaziado de libido, aderida então ao objeto idealizado, de um lado o “fim do mundo” psicótico, e de outro o suicídio do melancólico. Em ambos os últimos casos a libido se retraiu de volta ao eu e retornou ao narcisismo (eis porque a melancolia é taxada de neurose *narcísica*). Mas na melancolia, apesar de a realidade exterior perder todo o seu valor para o eu que se autodenigre, o contato com a realidade não é abruptamente rompido tal qual nas psicoses. Nestas existe uma fratura da ordem do *perceptivo*: a relação entre o eu e a realidade externa é fraturada, o eu *rejeita* fragmentos de realidade externa, substituindo-os por outros, derivados de moções pulsionais. Isso não ocorre necessariamente numa melancolia – nesta o mundo é esvaziado de importância libidinal, mas não é necessário que o eu funde um mundo novo de delírios e alucinações. Ele pode tão simplesmente jazer em seu júbilo eterno de martírio e sofrimento ambíguo. A razão dessa diferença tão marcante entre melancolia e psicose não pode ser outra: nesta, o ideal do eu não está firmemente ancorado no psiquismo do sujeito e, porquanto tenha sido de alguma forma inscrito, tem de ser projetado para fora; naquela, o ideal do eu não apenas jaz firme dentro da vida psíquica do sujeito, mas é o agente que mais o faz sofrer, insultando-o e destrutando-o sem a menor piedade.

¹⁷⁶ Freud, S. (1926 [1925]). *Inhibición, síntoma y angustia*, vol. 20 da AE, p. 122.

¹⁷⁷ Freud, S. (1914b), p. 97.

¹⁷⁸ *Id.*, p. 90.

¹⁷⁹ Freud, S. (1924 [1923]), p. 158.

Essa importância do ideal do eu no tocante à manutenção ou não do contato entre eu e realidade externa advém, pensamos nós, de sua ambiguidade originária. Ele tem ascendência mesclada, mestiça: tanto provém *de dentro* e é herdeiro do narcisismo primário, pois o sujeito “não quer privar-se da perfeição narcisista de sua infância” e acaba por “recobrá-la na nova forma do ideal do eu”¹⁸⁰, quanto provém *de fora*, pois “a incitação para formar o ideal do eu [...] partiu com efeito da influência crítica dos pais, agora agenciada pelas vozes”¹⁸¹ (internas, na neurose; externas, na psicose). Indiquemos, apenas, que o supereu, seu *herdeiro teórico*, é erigido no psiquismo quando da chamada abolição do complexo de Édipo a partir das identificações com a instância paterna¹⁸². O ideal do eu, assim, mostra ser, *tal qual a fantasia*, um elemento mediador, dentro do psiquismo, entre o dentro e o fora. O ponto intrigante e digno de nota é que, mesmo em sua ausência, o contato com a realidade é mantido *parcialmente* e a fantasia ainda subsiste (em ato ou habitando sem maiores impedimentos a consciência): tal o caso da perversão. Assim se abre o caminho para possíveis futuras investigações acerca das relações entre fantasia, ideal do eu (ou supereu) e prova de realidade, investigações estas que não poderemos conduzir aqui.

Mas fechemos estas pequenas observações sobre a distinção entre neurose, perversão e psicose com uma conclusão: assistiu-se nas nossas últimas páginas como que ao ocaso da perversão enquanto referência conceitual à caracterização da neurose. Se em 1905 a neurose é descrita como o negativo da perversão, agora ela é de tal forma comparada à psicose que não faríamos mal em dizê-la o negativo da psicose (ainda mais se lembrarmos que para Freud um fenômeno pressuposto do funcionamento anímico do bebê é a alucinação primeva, que com toda razão se poderia classificar como psicótico). A neurose estaria, assim, disposta entre duas positivities originárias da existência humana, a saber, a psicose e a perversão: tanto ela quanto a normalidade só se alcançariam mediante uma série de negativas, uma série de negações à dupla condição ontológica primária. Mas é mister aqui nos atentarmos a que sob a pena freudiana a perversão perde cada vez mais espaço, e a psicose aufere para si o papel que aquela detinha nas primícias da teoria psicanalítica. Um motivo para essa alteração de percurso talvez seja, como pudemos ver, a paulatinamente mais frequente análise do papel da realidade objetiva para a constituição do aparelho psíquico, análise esta exposta quase como que programa no artigo de 1911. A relação supostamente simples e estável entre o eu e a realidade é

¹⁸⁰ Freud, S. (1914b), p. 91.

¹⁸¹ *Id.*, p. 92.

¹⁸² Relembremos também como no terceiro capítulo de *O eu e o id* Freud (1923a) expõe muito claramente como o supereu tem ascendência mestiça: tanto é uma “sedimentação no eu” (pp. 35-6), que consiste nas identificações com os progenitores, como, sendo “a herança do complexo de Édipo”, é, portanto, “a expressão das mais potentes moções e os mais importantes destinos libidinais do id” (p. 37). O supereu, para Freud, tem uma conexão umbilical com o id e com as pulsões. As vozes vêm de fora (a partir da educação, das instruções dos pais etc.), mas a energia que garante ao supereu sua eficácia (e severidade) provém do id, e tão-somente dele.

central nas análises freudianas dos fenômenos psicóticos, e é ainda perante esta mesma relação que se coloca Freud em seu artigo de 1927. No edifício teórico freudiano a realidade está para a psicose assim como a sexualidade está para a perversão. E é menos o eu do que a fantasia o conceito mediador entre neurose, perversão e psicose: o eu é quem deve efetuar a prova de realidade, decerto, mas sua unidade é frágil, as identificações que a compõem podem desfazer-se a qualquer instante, e seu cimento, aquilo que lhe fornece chão diante do abismo psicótico, é precisamente a faculdade (inconsciente) de fantasiar.

Questão de método

Ao comparar uma vez mais os sintomas neuróticos com os psicóticos, estaremos aptos a inteligir uma outra característica fundamental da fantasia. Essa característica já esteve subentendida em algumas de nossas argumentações prévias, porém ainda não nos atentamos a ela. Refiro-me ao seu caráter *sintético*, que já antevíamos ao descrever as teorias sexuais infantis. Nós várias vezes dissemos que na fantasia se articulam o dentro e o fora, que na fantasia o desejo é realizado numa narrativa espaço-temporalmente definida, que na fantasia a relação com o objeto mostra ter determinados contornos. Em todos esses processos, claro está quando de uma análise de pente ainda mais fino, se subentende um processo de *vinculação*, de *síntese* de dois ou mais elementos que antes poderiam não estar agregados. Pegue-se a “história” das girafas do Pequeno Hans: ali pênis, pai, mãe, girafa e o ato de “amassar” se conjugam numa só cena. Tome-se a história da neurótica em prantos graças a eventos que nunca ocorreram: ali ela, o pianista (que ela jamais conheceu), o filho (que ela jamais teve) e um terrível abandono se coligam numa única narrativa.

Pode-se chegar a isso via dedução, mas também Freud se utiliza dessas palavras. Notando que Schreber em certos momentos de seus delírios divide seu médico em um “superior” e um outro “médio” e que faz o mesmo com Deus, dizendo de um “Deus superior” e um “Deus inferior”, ele acaba por concluir: “um processo de decomposição dessa índole é muito característico da paranoia. A paranoia fragmenta, assim como a histeria condensa. Ou, melhor, a paranoia torna a dissolver as condensações e identificações efetuadas na fantasia inconsciente”¹⁸³. Freud chega mesmo a dizer, em 1915, a respeito das alucinações de uma paciente de Tausk, que determinados trechos de seu discurso têm a natureza de uma *análise*¹⁸⁴: eles explicam sem nenhum rodeio o sentido subjacente àqueles sintomas psicóticos, tornando claro que ali, na psicose, não é *análise* o que está em falta, mas sim *síntese*. Tendo chegado à conclusão de que uma lógica da fantasia subjaz à lógica do sintoma neurótico, podemos dizer sem muitos problemas que há uma assimetria formal completa entre

¹⁸³ Freud, S. (1911 [1910]), pp. 46-7.

¹⁸⁴ Freud, S. (1915b), p. 195.

neurose e psicose: a forma (ou o método, dir-se-ia) do sintoma neurótico é *sintética*, enquanto a do psicótico é *analítica*.

Portanto, se Freud pôde dizer, já na *Psicopatologia*, que há algo de verdadeiro no agudo sentimento de convicção dos paranoicos, justamente porque “ele discerne algo que escapa à pessoa normal, sua visão é mais aguda que a capacidade de pensar normal”¹⁸⁵, podemos acrescentar que tanto sua virtude quanto sua falha residem em seu *método*. Expliquemo-nos. Ainda em 1901 ouvimos que “um traço chamativo e universalmente presente na conduta dos paranoicos é que outorgam a máxima significação aos pequenos detalhes, em que ordinariamente não reparamos, do comportamento dos demais; deles extraem interpretações e as convertem na base de extensos razoamentos”¹⁸⁶. Em seguida se encontra escrito:

É mister dizer que o paranoico desestima, em sua aplicação às exteriorizações psíquicas dos demais, a categoria do contingente, daquilo que não exige motivação, que o homem normal considera uma parte de suas próprias operações psíquicas e atos falhos. Tudo quanto nota nos outros é significativo, tudo é interpretável. Como chega a isso? Provavelmente – aqui como em muitos tantos casos parecidos – projetando à vida anímica dos demais o que inconscientemente está presente na sua própria. Na paranoia, muito daquilo cuja presença inconsciente em normais e neuróticos somente se pode demonstrar por meio da psicanálise abre caminho até a consciência. Então, em certo sentido o paranoico tem razão nisso.¹⁸⁷

Apesar de desvelar desse modo verdades do espírito humano, com sua perspicácia superior ao pensar normal, a desvirtude das interpretações paranoicas reside também em outra característica imanente ao seu método: “porém o deslocamento sobre os outros do estado de coisas assim discernido tira validade de seu discernimento”¹⁸⁸. O erro do paranoico está, por fim, na *projeção* de que tão fartamente se utiliza. Ele não está errado em desprezar a conformista categoria do contingente, ele não peca ao ver sentido nos atos miúdos de seus conhecidos. Aliás, existe um método que se propõe científico e que faz exatamente o mesmo.

Esse método se chama *psicanálise*. Em seu texto publicado anonimamente sobre o Moisés de Michelangelo, Freud trata de analisar sua forma e seu conteúdo a partir dos mínimos detalhes, perscrutando os seus sinais negligenciados, e comenta, como quem não quer nada e sem revelar sua secreta identidade de fundador do método elogiado: “também este [o procedimento psicanalítico]

¹⁸⁵ Freud, S. (1901a), pp. 248-9.

¹⁸⁶ *Id.*, p. 248.

¹⁸⁷ *Ibid.*

¹⁸⁸ *Ibid.*

costuma coligir o secreto e o escondido a partir de certos traços menosprezados ou não advertidos, desde a escória – ‘*refuse*’ – da observação”¹⁸⁹. E, completemos, para compreender que uma psicanálise deva ser uma *análise* basta que se olhe para seu nome.

Assim, pode-se dizer que o que uma psicanálise deve fazer intelectualmente com os sintomas neuróticos a psicose já fez, mediante, todavia, projeções determinadas pelo seu narcisismo. A psicose é uma espécie de psico-análise, porém com tonalidade alta e tristemente narcísica - luxo a que a psicanálise não se pode dar. A teoria da libido, diz-nos Freud, o próprio Schreber já desenvolvera muito antes dele, mas sem os termos precisos de uma teoria epistemologicamente sólida. O que a psicanálise encontra enquanto mecanismos e representações inconscientes a psicose diz estar fora – a psicose não usa o conjunto de máscaras dissimuladas da neurose; aquela traz à tona, antes, o que esta pretende ocultar. Não à toa no parágrafo com que Freud abre seu texto sobre Schreber se acha afirmado que “a investigação psicanalítica da paranoia seria totalmente impossível se os enfermos não possuíssem a peculiaridade de revelar, ainda que de forma desfigurada, justamente aquilo que os outros neuróticos escodem como um segredo”¹⁹⁰. O que na neurose é um conteúdo secreto, desconhecido pelo doente, que se secreta apenas sub-repticiamente em sintomas, atos falhos, sonhos e lembranças encobridoras; este conteúdo proibido na psicose se encontra a céu aberto. A psicanálise faz o mesmo que a psicose, essa estranha psico-análise narcísica, mas numa outra linguagem e a partir de um método ligeiramente diferente. O método psicanalítico compartilha de algumas características com o método paranoico, é fato: é analítico e se baseia nos mínimos detalhes. Entretanto tem também diferenças para com ele: baseia-se não em projeções, mas em interpretações da relação transferencial.

Nós ainda voltaremos a essas similitudes e diferenças formais entre psicanálise e psicose, no último capítulo deste estudo, mas por ora retenhamos mormente o caráter imanentemente sintético da fantasia. Ele nos será sobremodo importante nas nossas próximas páginas, tanto no capítulo seguinte quanto em seu subsequente.

Entre o céu e a terra

Green sustenta com lucidez que

A teoria da relação de objeto se funda sobre um argumento irrecusável. Toda vez que Freud é levado a falar da melancolia (na *Metapsicologia* ou n’*O eu e o id*), ele muda de linguagem. Enquanto que, até lá, seu pensamento girava em torno das vicissitudes da representação (nas neuroses de transferência e mesmo nas neuroses

¹⁸⁹ Freud, S. (1914c). *El Moisés de Miguel Angel*, p. 227.

¹⁹⁰ Freud, S. (1911 [1910]), p. 11.

narcísicas), desde que é abordado o tema da melancolia, ele faz diretamente referência ao objeto. Dito de outra forma, o objeto aparece na teoria na ocasião dos efeitos de sua perda. O que deixa supor sua presença silenciosa nos casos em que sua existência não está em questão. Mas esse ponto talvez não seja tão generalizável quanto se pensa. Ele não autoriza que uma concepção de conjunto pegue por ponto de partida o objeto. Poder-se-ia, por exemplo, sustentar que a teoria freudiana supõe muitos outros centros. O objeto é indiscutivelmente um deles, mas a realidade também (o caso das psicoses o mostra suficientemente), a pulsão igualmente (ela está diretamente em causa na perversão) e enfim a representação no senso estrito do termo (suas vicissitudes fazem a neurose). Pode-se, a partir de cada um desses polos, construir uma teoria, servindo-se exclusivamente de um dentre eles como vértice.¹⁹¹

Não nos chama a atenção novamente que a fantasia se encontra *fora* desse belo e *sintético* esquema montado minuciosamente por Green? Lancemos uma breve olhada a todos os possíveis centros conceituais a que ele faz referência: o objeto, a pulsão, a realidade e a representação. Green indica que, partindo-se de cada um deles enquanto vértice, a teoria a ser construída será outra. Sintoma, ao que tudo nos indica, do que a psicanálise parece ter-se tornado: um amontoado muito pouco estável de vértices muito pouco coerentes entre si. Em nossa opinião, dever-se-ia, antes, buscar o conceito *sintético* dos outros aventados por ele. E este é nada menos do que o de *fantasia*: já se poderá ter notado que na fantasia tanto o objeto do desejo quanto a pulsão se fazem presentes e que tanto a realidade exterior quanto os amplos amplexos de representações interiores se conjugam em narrativas articuladas. Estando entre o céu e a terra, entre o inferno e o purgatório, a fantasia parece jamais ser considerada como um conceito epistemologicamente basal. Nós já pudemos ver quão importante ela se mostrou dentro do discurso freudiano. Dentro em breve, entretanto, poderemos (e deveremos) ver ainda mais.

Pudemos entrever o desvio que tomaram as investigações psicopatológicas de Freud: se no início elas se pautavam na relação, fundante, entre neurose e sexualidade (dualidade neurose-perversão, portanto), nos anos 20 o interesse se volve à relação entre neurose e realidade (dualidade

¹⁹¹ Green, A. (1995), p. 28. « La théorie de la relation d'objet se fonde sur un argument irrécusable. Chaque fois que Freud est amené à parler de la mélancolie (dans la *Métopsiologie* ou dans *Le Moi et le Ça*), il change de langage. Alors que, jusque-là, sa pensée tournait autour des vicissitudes de la représentation (dans les névroses de transfert et même dans les névroses narcissiques), dès qu'est abordé le thème de la mélancolie, il fait directement référence à l'objet. Autrement dit, l'objet apparaît dans la théorie à l'occasion des effets de sa perte. Ce qui laisse supposer sa présence silencieuse dans les cas où son existence n'est pas en question. Mais ce point n'est peut-être pas aussi généralisable qu'on le pense. Il n'autorise pas qu'une conception d'ensemble prenne pour point de départ l'objet. On pourrait, par exemple, soutenir que la théorie freudienne suppose plusieurs autres centres. L'objet en est indiscutablement un, mais la réalité aussi (le cas des psychoses le montre assez), la pulsion également (elle est directement en cause dans la perversion) et enfin la représentation au sens étroit du terme (ses vicissitudes font la névrose). On peut, à partir de chacun de ces pôles, construire une théorie en se servant exclusivement de l'un d'entre eux comme vertex ».

neurose-psicose, portanto). Aparentemente o eixo se alterou e, com isso, também a concepção freudiana do normal e do patológico. Mas não nos apressemos, tampouco julguemos que com seu artigo de 1927 sobre o fetichismo Freud tenha alterado radicalmente suas concepções nosográficas, fazendo despontar uma nova teoria da perversão (aplicando aí, então, o interesse para as relações entre o eu e a realidade, não mais entre o eu e as pulsões sexuais); em momento nenhum de sua trajetória teórica Freud *negou* que a neurose fosse o negativo da perversão. Ela nunca deixou de sê-lo. Devemos talvez, antes, tentar compreender em que medida o tema da realidade em psicanálise está atrelado necessariamente ao da sexualidade. E quando se conjugam as relações com a realidade e com a sexualidade, que fato da vida psíquica temos em mãos? Nada menos do que a fantasia. É com ela que temos o entrelaçamento entre as impressões advindas da realidade material (sendo que nestas estão imiscuídos os desejos, fato anímico, do objeto sexual) e as moções pulsionais endógenas (sendo que estas são quase que um resíduo da experiência histórica da raça humana¹⁹²). A fantasia (ou suas peripécias, sua ausência, sua lógica) se torna um dos conceitos clínicos mais importantes para a teoria freudiana, senão o mais importante dentre eles.

Puderam-se entrever igualmente as relações, fecundas e prementes, entre o conceito de *fantasia* e alguns outros cujo alcance não tivemos chance de analisar neste estudo. Refiro-me sobretudo à *castração* e ao *supereu*. É ainda mais prenhe de significância a relação entre a fantasia e esses dois conceitos quando se relembra que uma das fantasias ditas originárias é precisamente a fantasia de castração: nessa *Urphantasie* Lei e Desejo estão intimamente conectados (ainda que não se saiba de que modo), revelando, assim, haver muito mais a se pesquisar acerca dos entrelaçamentos entre moralidade, desejo, relação de objeto e instauração do princípio de realidade. Tudo isso, apenas para completar, vinculado às diferentes espécies de *defesa*: a repressão (*Verdrängung*), a denegação ou desmentida (*Verleugnung*) e a rejeição (*Verwerfung*).

Nós já tivemos acesso, neste capítulo, a alguns dos caracteres mais marcantes do conceito de fantasia. Enquanto *faculdade* anímica, ela se caracteriza por ser um elemento *mediador* entre o sujeito e a realidade objetiva e apareceu enquanto um insuspeito elemento constituinte da instauração do princípio de realidade; temos motivos suficientes para vincular esse caráter mediador entre o dentro e o fora com um seu segundo caráter fundamental, qual seja, sua função *sintética*: sintetiza num único quadro narrativo diversos elementos constituintes do psiquismo inconsciente do sujeito. E o faz a partir de um motivo específico: o *desejo*. Nessa realização do desejo num quadro narrativo, constatou-se também, parece-nos já, a presença ubíqua do *objeto* do desejo enquanto *personagem* de um drama fictício. As relações entre o sujeito e o objeto de seu desejo são articuladas numa cena toda especial

¹⁹² Como lemos no artigo metapsicológico sobre as pulsões: “as pulsões mesmas, ao menos em parte, são decantações da ação de estímulos exteriores que no curso da filogênese influíram sobre a substância viva, modificando-a” (Freud, 1915a, p. 116).

em cujo decorrer ambos são personagens de uma narrativa teatral, senão teatralizada. Poder-se-ia pensar que o homem tece ficções, e que estas seriam reconfigurações dramáticas daquilo que ele vivenciou materialmente. Mas os fatos da neurose também mostram que, antes, *ele próprio é tecido nas ficções dentro de cuja tessitura ele é tão-somente um personagem*. Aqui, ator e autor se confundem.

Sem que o quiséssemos, adentramos um pouco alguns dos pontos que teremos de percorrer no próximo capítulo, referentes à articulação do desejo dentro da fantasia. O caráter *sintético*, a *narratividade* e *dramaticidade*, a constituição como que espontânea de uma *Dramatis Personae*, a relação ubíqua com o ubíquo *objeto* – é sobre isso que teremos de nos haver nas páginas que seguem.

Uma última e retórica pergunta antes de concluirmos este capítulo: quão distantes estamos já da fria maquinaria neuronal do *Projeto*? É fato: a sombra do *Projeto* recairá sobre praticamente cada um dos conceitos freudianos que se podem com todo o direito denominar psicanalíticos. Mas se há sombra é porque seguramente a luz provém de um corpo outro.

Capítulo 4 – Fantasia e desejo

Poder-se-ia afirmar que o conceito de desejo em Freud foi dotado de vida curta. Emerge enquanto um verdadeiro conceito em 1900 (quase que repetição do que fora escrito, porém não publicado, em 1895), mas nos anos subsequentes deixa de sê-lo de fato e torna-se um termo algo vago com que se nomeia a mola que move o sujeito desde dentro. Nós vimos: o desejo constitui um circuito dentro do qual o sujeito almejará reativar as representações mnêmicas advindas das experiências originárias de satisfação. Mas depois de engessada sua definição, o termo reaparece mais comumente em expressões como *Wunschphantasie* (fantasia de desejo) ou nas reiteradas descrições da doutrina dos sonhos (que não deixa nunca de ser considerado, quando em seu pleno funcionamento, uma realização de desejo). É como se o desejo em Freud perdesse sua força epistêmica.

Nada disso, todavia: ainda que não seja tematizado enquanto conceito-base do edifício teórico, o que vemos é que Freud não deixou nunca, desde a fundação da psicanálise, de explicitar o modo com que esse desejo constitui as entranhas do sujeito e como alicerça sua conduta no mundo. Os artigos sobre a “psicologia do amor”, mesmo sobre o “amor transferencial”; o texto sobre o narcisismo, o artigo metapsicológico sobre os processos do luto e da melancolia; o artigo de 1927 sobre o fetichismo..., todos esses textos dizem respeito ao desejo humano e minudenciam as *formas* com que ele se revela à experiência analítica. Como se pode perceber a partir dessa pequena lista, o modo como o sujeito é movido pelo próprio desejo não é nada simples e parece mesmo ultrapassar uma mera tentativa de reativação de certas representações mnêmicas. Ou melhor, se o que está em questão é uma busca eterna por reviver uma satisfação passada, os fenômenos do fetichismo, da melancolia e da transferência (só para citar três momentos importantes da teorização freudiana), essa busca está muito além de um hedonismo simplista que caracterizaria o homem como o animal guiado pela caça do prazer sensual.

A questão do desejo em Freud, como já fizemos notar, é enfrentada necessariamente por uma análise da tortuosa sexualidade humana. A especificidade do homem no reino animal jaz precisamente na complexidade de sua psicosexualidade, que pode vir a gerar sintomas bastante penosos. A base psíquica das doenças nervosas é um conflito, ou uma série deles: “chega-se a uma discórdia [o conflito entre o eu e a sexualidade] desse tipo talvez apenas no ser humano, e por isso a neurose é talvez, em conjunto, seu privilégio frente aos animais”¹. Quão grandioso esse privilégio, não? Eis estampada mais uma das vezes em que Freud procura (e consegue) rebaixar o homem ao destroná-lo e retirar-lhe o cetro do topo do mundo. Se dominamos a natureza, muito bem: esse domínio traz consigo uma grossa dívida a ser paga, e ela se chama neurose. A sexualidade e, por

¹ Freud, S. (1916-7b). 26ª conferência. *La teoría de la libido y el narcisismo*, vol. 16 da AE, p. 377.

consequente, o desejo não são elementos simples da nossa constituição subjetiva. Muito pelo contrário: a sexualidade humana, para Freud, está muito além de um mero exercício do organismo rumo à preservação da espécie (além, pois, do limitado escopo da reprodução), e o desejo não é uma mera busca por prazer. Lê-se num artigo de 1913, intitulado *O interesse pela psicanálise*: “a sexualidade já não nos aparece como uma função ao exclusivo serviço da reprodução, equiparável à digestão ou à respiração etc., mas sim como algo muito mais autônomo, que, antes, contrapõe-se a todas as outras atividades do indivíduo e se introduz com violência na unidade da economia individual apenas mediante um complicado desenvolvimento, rico em restrições”².

Se a especificidade do homem jaz na complexidade de sua constituição sexual, a especificidade da psicanálise haverá de lhe ser como que correlata. A psicanálise é um método investigativo, e uma de suas descobertas principais é que, na labiríntica causação das neuroses, a sexualidade está envolvida necessariamente, porém sempre de acordo com um seu desenvolvimento genético. O método freudiano é desde os *Estudos* um método clínico *histórico*, que busca apreender as origens das formações sintomatológicas. Encontramos no mesmo artigo supracitado, à página seguinte:

Não qualquer análise de fenômenos psicológicos merecerá o nome de “psicanálise”. Este último implica algo mais que desagregar certos fenômenos compostos em seus elementos simples; consiste em reconduzir uma formação psíquica a outras que a precederam no tempo e a partir das quais se desenvolveu. O procedimento psicanalítico médico não podia eliminar sintoma patológico algum sem rastrear a sua gênese e o seu desenvolvimento: assim a psicanálise, desde seu mesmo começo, viu-se levada a perseguir os processos de desenvolvimento.³

Uma das grandes diferenças entre a teoria da sedução e a teoria propriamente psicanalítica jaz no estatuto ontológico das representações psíquicas jacentes na origem dos sintomas: não mais mnêmico, mas sim fantasístico. Nós reservamos para este capítulo uma análise das relações umbilicais entre fantasia e desejo, mas já se pôde notar, como que naturalmente e enquanto consequência lógica do que expusemos nos capítulos 2 e 3, que o desejo, na psicanálise (ou em Freud a partir de 1900), parece não poder ser conceituado sem o conceito de fantasia. Faculdade desejante seria, assim, com efeito, faculdade de fantasiar, na medida em que o desejo, tão logo é ativado, parece poder ser desde já enquadrado numa cena narrativa muito específica. É sobre as peculiaridades dessa cena que trataremos de discorrer. Ocorre que essa faculdade de fantasiar, tal como o desejo, há de ter

² Freud, S. (1913c). *El interés por el psicoanálisis*, vol. 13 da AE, p. 184.

³ *Id.*, p. 185.

uma *origem* ela mesma, um ponto de partida, por assim dizer, e essa é uma questão que permeia, de través, boa parte das considerações freudianas sobre o tema.

Freud, é notável, sempre nutriu e cultivou em seus textos uma espécie de fetiche empirista pela origem material dos fenômenos anímicos: sempre buscou o ponto espaço-temporal a partir do qual determinadas estruturas psíquicas se teriam originado. Um exemplo clássico é não só a determinação material do coito dos pais no caso do Homem dos Lobos, mas a busca de uma minuciosa averiguação temporal do início da doença (sonhaste primeiro com dois, com três, com quatro anos? viste teus pais acasalando com qual idade? se não botaste os olhos nos atos impudicos de teus genitores, hás de no mínimo ter visto uns cães a enroscar-se!). Nesse sentido também é clara a preocupação de Freud em buscar o ponto de partida, a época de ativação daquilo que neste estudo vimos chamando a faculdade de fantasiar. Para dizer com Laplanche e Pontalis, “há desde o início no movimento da pesquisa freudiana e da cura psicanalítica uma tendência regressiva em direção à origem, em direção ao fundamento do sintoma e da organização neurótica da pessoa. Se a fantasia se revela como um campo autônomo, consistente, explorável, ela deixa inteira a questão de sua própria origem”⁴. É tempo, pois, de falar do tempo e do espaço da fantasia.

O tempo e o espaço da fantasia

Encontram-se considerações esparsas sobre a época de ativação da fantasia em diversos dos textos de Freud que já citamos no capítulo anterior. A eles retornaremos agora. Uma primeira afirmação sobre o tema se encontra nos *Três Ensaios*. Em certo momento, Freud está versando sobre “excitações mecânicas” e sobre como brincadeiras envolvendo os movimentos passivos de balançar-se ou ser jogadas muito aprazem às crianças. Fala então de como os trens muito lhes dão prazer, e completa: “costumam dotar de um enigmático interesse, de extraordinária intensidade, tudo que é relacionado às ferrovias; e na idade em que se ativa a fantasia (pouco antes da puberdade) costumam convertê-lo no núcleo de um simbolismo refinadamente sexual”⁵. Afirmação, pois, de 1905: a idade “em que se ativa a fantasia” é “pouco antes da puberdade”. No mesmo livro, porém numa nota de rodapé adicionada em 1920, lemos que “as fantasias do período da puberdade prosseguem a investigação sexual abandonada na infância, ainda que remontem a uma parte do período de latência. Podem manter-se inconscientes na sua totalidade ou em grande parte, e por isso amiúde não podem

⁴ «Il y a d'emblée dans le mouvement de la recherche freudienne et de la cure psychanalytique une tendance régressive vers l'origine, vers le fondement du symptôme et de l'organisation névrotique de la personne. Si le fantasme se révèle comme un champ autonome, consistant, explorable, il laisse entière la question de sa propre origine » (Laplanche e Pontalis, 1964, p. 51).

⁵ Freud, S. (1905b), p. 183.

ser datadas com exatidão”⁶. Quinze anos se passaram, e essa nova afirmação é, ao menos em parte, discordante da primeira: essas fantasias “remontam” ao período de latência (portanto bastante antes da puberdade, e não pouco), e há a afirmação de que essas fantasias são de uma difícil datação, visto serem em grande parte inconscientes. Vê-se que, nessa nota, Freud como que “antecipa”, à francesa, o período de ativação da fantasia.

Mas essa antecipação é, em outro texto, ainda maior. Refiro-me ao seu artigo sobre as fantasias de espancamento, publicado em 1919⁷ (portanto um ano antes da nota adicionada aos *Três Ensaios*, o que torna tudo ainda mais intrigante). Aí se encontra escrito, logo no seu início: “pode-se estabelecer que as primeiras fantasias dessa classe [de espancamento] foram cultivadas muito cedo, sem dúvida antes da idade escolar, já no quinto e sexto anos”⁸; e, poucas páginas adiante: “é no período da infância que abarca dos dois aos quatro ou cinco anos quando pela primeira vez os fatores libidinais congênitos são despertados pelas vivências e são ligados a certos complexos. As fantasias de espancamento, aqui consideradas, só aparecem ao fim desse período ou depois deles”⁹. Ora, aqui é aventada inclusive a possibilidade de a ligação entre energia pulsional e “certos complexos” (e com isso entendemos representações de objeto inconscientes) poder começar a ocorrer já aos dois anos de idade. Ou seja, a própria fantasia *podia*, por esse texto, iniciar sua maquinaria de complexas narrativas numa idade extremamente baixa. Por que cargas d’água Freud então manteve no texto dos *Três Ensaios* a asserção de que o período de ativação da fantasia era “pouco antes da puberdade”? Por que em sua nota ele se refere tão-somente ao período de latência?

A coisa é ainda mais curiosa se levarmos em consideração que ao menos em dois dos relatos de caso de Freud a criança em questão cria diversas fantasias, e com bastante assiduidade. No caso do pequeno Hans, por exemplo, isso é mais que patente: “desde há quatro semanas, [Hans] processa essas memórias em fantasias. Fantasia que joga com as crianças Berta, Olga e Fritzl, fala com eles como se estivessem presentes, e é capaz de entreter-se assim durante horas”¹⁰, e também diz que eles são “seus filhos”. Ora, aqui está claro que, de acordo com o relato, com 3 ¾ anos Hans já fantasia. No caso do Homem dos Lobos se dá o mesmo, pois, segundo sua narrativa de memórias de infância, muito cedo, entre os três e os cinco anos, ele “começou a cometer crueldades com animais pequenos, a pegar mariposas para lhes arrancar as asas, a despedaçar besouros; em sua fantasia gostava de açoitar também animais grandes, como cavalos”, e, além disso, “[tinha] também fantasias simultâneas de tipo muito diverso; seu conteúdo: umas crianças eram castigadas e açoitadas; em particular,

⁶ *Id.*, p. 206, nota de rodapé de 1920.

⁷ Freud, S. (1919a). “*Pegan a un niño*”. *Contribución al conocimiento de la génesis de las perversiones sexuales*, vol. 17 da AE.

⁸ *Id.*, p. 177.

⁹ *Id.*, p. 181.

¹⁰ Freud, S. (1909a), p. 13, relato do pai de Hans.

pegavam-lhes no pênis...”¹¹. No caso do pequeno Hans, encontramos ainda a declaração, mais que eloquente: “eu não compartilho do ponto de vista, que hoje goza de predileção, segundo o qual os enunciados das crianças seriam por inteiro arbitrários e incertos. Arbitrariedade não a há, absolutamente, no psíquico; e quanto à incerteza nos enunciados infantis, deve-se ao hiperpoder de sua fantasia”¹². Pois bem: a criança não somente tem a capacidade de fantasiar, mas essa sua faculdade é dotada, além de tudo, de um *hiperpoder*, uma potência pujante, coisa a que o próprio relato do caso fornece provas abundantes. Nós não compartilhamos a crença segundo a qual as contradições entre enunciados teóricos de determinado autor seriam por inteiro arbitrárias.

Um dos possíveis motivos para essa aparente contradição da letra freudiana residiria na polissemia da palavra “fantasia”. Pode ser que Freud, em 1905 e em sua nota de 1920, esteja aludindo à atividade egoica de fantasiar, atividade esta que só existe enquanto tal quando do estabelecimento mais ou menos definitivo do princípio de realidade. No caso de Hans e do Homem dos Lobos, “fantasia” seria mesmo a atividade de colocar em narrativas espaço-temporalmente definidas a realização de desejos, porém ainda não separada de modo absoluto do restante das atividades do psiquismo infantil. É possível que a criança, cujo aparelho psíquico ainda não se desenvolveu plenamente, não tenha se resignado completamente ao princípio de realidade; assim, é possível que no mundo anímico infantil o fantasioso, o onírico, o pensado e o desejado se confundam. Lemos no caso do Homem dos Lobos:

Na psicologia do adulto conseguimos separar com êxito os processos anímicos em conscientes e inconscientes e descrever ambos com palavras claras. Na criança, essa diferenciação nos deixa quase por completo numa emboscada. Encontramo-nos amiúde perplexos para assinalar o que deveria designar-se como consciente ou como inconsciente. Processos que passaram a ser os dominantes, e que de acordo com seu posterior comportamento têm de ser equiparados aos conscientes, nunca foram assim na criança. É fácil compreender a razão: o consciente ainda não adquiriu na criança todos os seus caracteres, ainda se encontra em processo de desenvolvimento e não possui a capacidade de transpor-se em representações linguísticas.¹³

Isso explicaria, ademais, o *hiperpoder* da fantasia infantil – sem o pleno estabelecimento da diferença entre consciente e inconsciente tal qual o conhecemos no adulto, a fantasia infantil teria menos freios. O mais importante, todavia, a reter dessa miríade de citações é que a faculdade de fantasiar já funciona a plenos vapores na infância mais tenra.

¹¹ Freud, S. (1918 [1914]), p. 25.

¹² Freud, S. (1909a), p. 85.

¹³ Freud, S. (1918 [1914]), pp. 95-6.

Outra série de fatores poderia também ser de importância para essa oscilação (ou indecisão) entre a infância tenra e o período quase-púbere. Não poderemos entrar em detalhes, em virtude da falta de espaço e, sobretudo, por conta do escopo restrito deste trabalho, mas o fato é que essa mesma “antecipação” gradual ocorreu também com o complexo de Édipo. O amor incestuoso pela mãe é descrito nos *Três Ensaios* sob a designação da *escolha de objeto*, coisa que só ocorre, de acordo com as teses de 1905, após o período de latência (isso porque em 1905 Freud conceituava a sexualidade infantil como eminentemente autoerótica). Essa escolha se faz, é bem sabido, a partir de moldes infantis, construídos através das relações da criança com seus genitores, e por isso Freud fala de uma “eleição infantil de objeto”, mas, ainda assim, o Édipo enquanto tal é descrito primeiramente (e sem o seu famígero nome) como pertencente à puberdade¹⁴. Porém o complexo de Édipo, como já adiantamos, também seria antecipado por Freud, chegando a fazer parte da descrição final da fase fálica. Quem se atentou a isso (e em quem nos baseamos) foi Mezan, que afirma que “a discussão das fantasias sádicas, em 1919, desemboca na transposição do momento edipiano para a primeira infância”¹⁵, pois, enfim, houve um “deslocamento do complexo da puberdade para a infância”¹⁶.

Há, assim, um certo paralelismo entre os tratos de Freud para com as fantasias e para com o complexo de Édipo no tocante ao estabelecimento dos seus respectivos períodos de ativação. Com os dois conceitos ocorre uma espécie de retificação de Freud: parte-se da tese de que em ambos os casos se trata de estruturas (ou atividades) mais ou menos tardias do funcionamento psíquico (pertencentes à puberdade ou pouco antes dela), mas, com o decorrer dos anos, chega-se à tese de que ambos na verdade consistem em estruturas (ou atividades) bastante primevas, iniciadas antes mesmo dos cinco anos de idade. A razão desse paralelismo, pensamos nós, pode ser a seguinte: em psicanálise o Édipo representa a escolha de objeto originária após o regime do autoerotismo e do subsequente narcisismo primário, e a fantasia depende necessariamente da relação entre sujeito e objeto. Assim, o que se encontra em questão tanto na problemática edipiana quanto na fantasística é precisamente o papel dos objetos da libido para o funcionamento psíquico do sujeito. Esse papel, porém, não é nada simples.

Não é simples por motivos diversos. Um deles é que Freud admite a importância do objeto libidinal ainda mesmo nos estágios primitivos do desenvolvimento da libido, isto é, em suas fases autoeróticas. É assim que, numa das palestras proferidas nos EUA em 1909, ele afirma que certas “atividades da criança caem já sob o ponto de vista da *eleição de objeto* [*Objektwahl*], cujo tema principal é uma pessoa alheia que deve seu originário valor a circunspecções da pulsão de

¹⁴ Freud, S. (1905b), p. 202 e ss.

¹⁵ Mezan, R. (1982), p. 205.

¹⁶ *Id.*, p. 206. De acordo com Mezan, a “alavanca” para esse deslocamento é o estudo do mecanismo de *identificação*, muito pregnante no artigo de 1919 sobre as fantasias de espancamento. Nós ainda tentaremos elucidar a importância (que não é pouca) desse mesmo mecanismo na estrutura mesma da própria fantasia.

autoconservação”¹⁷; num artigo já citado de 1912, Freud afirma, por exemplo, que a corrente terna do amor “corresponde à *escolha infantil primária de objeto*. Dela inferimos que as pulsões sexuais encontram seus primeiros objetos apoiando-se nas estimações das pulsões egoicas, do mesmo modo como as primeiras satisfações sexuais se experimentam apoiadas nas funções corporais necessárias para a conservação da vida”¹⁸. Como se pode notar, no início do desenvolvimento da libido, estão como que amalgamados os exercícios das pulsões sexuais e das pulsões egoicas, assim como a experiência da satisfação sexual é quase que sinônimo de satisfação das funções corpóreas necessárias para a sobrevivência. Pode-se pensar que se está numa aparente contradição: a da influência de objetos que não o corpo próprio durante a vigência mesma do autoerotismo.

Essa problemática ganha contornos ainda mais problemáticos se adicionamos a ela agora um ingrediente que se encontra amiúde presente sob a letra freudiana: a relação umbilical entre fantasia e masturbação. Para adentrarmos esse tema, recordemos que o sintoma histérico é então conceituado como uma satisfação “pervertida” dos desejos reprimidos do doente. Ele representa, com um simbolismo próprio e de forma portanto desfigurada, toda uma gama de desejos que são ignorados pelo paciente. Mas não se trata de desejos quaisquer. Lê-se em seu artigo sobre os ataques histéricos: “a exploração da história infantil dos histéricos ensina que o ataque está destinado a ser o substituto de uma satisfação *autoerótica* outrora exercida e desde então abandonada. Num grande número de casos, esta satisfação (a masturbação por contato ou comprimindo os músculos, o movimento da língua etc.) retorna também no ataque mesmo, com estranhamento da consciência”¹⁹. Por um lado, temos que o ataque histérico substitui satisfações *autoeróticas*; por outro, como já vimos, temos que ele (e o sintoma histérico de um modo geral) representa *fantasias inconscientes*. Isso por si só já nos dá indicações do vínculo entre fantasia e masturbação. Freud explicita os pormenores desse vínculo em seu artigo de 1908 sobre as fantasias histéricas:

A fantasia inconsciente mantém um vínculo muito importante com a vida sexual da pessoa; com efeito, é idêntica à fantasia que lhe serviu para sua satisfação sexual durante um período de masturbação. O ato masturbatório (no sentido mais lato: onanista) se compunha nessa época de dois fragmentos: a convocação da fantasia e a operação ativa da autossatisfação por cima dela. Como é sabido, essa composição consiste em uma soldadura. Originalmente a ação era uma ação autoerótica pura destinada a ganhar prazer de um determinado lugar do corpo, que chamamos *erógeno*. Mais tarde essa ação se fundiu com uma representação-desejo tomada do círculo do amor de objeto e serviu para realizar de uma maneira parcial a situação

¹⁷ Freud, S. (1910 [1909]), p. 40.

¹⁸ Freud, S. (1912), p. 174.

¹⁹ Freud, S. (1909 [1908]a), p. 210.

em que aquela fantasia culminava. Quando então a pessoa renuncia a essa classe de satisfação masturbatória e fantasiada, a fantasia mesma, de consciente que era, devém inconsciente.²⁰

O fato atestado por essa situação é que o onanismo no sentido lato representa uma espécie de fundição (ou soldadura) entre, de um lado, a satisfação autoerótica a partir do prazer de órgão e, por outro, o amplexo de representações chamado fantasia. Essas representações, todavia, e o texto mesmo no-lo testemunha, são oriundas do que Freud chama aí de “círculo do amor de objeto”. Assim, na masturbação (e na fantasia onanista a ela acoplada) se vislumbra uma ligação aparentemente paradoxal entre a *ausência* do objeto e a sua *presença* para o psiquismo do sujeito.

É no caso do pequeno Hans que temos uma prova mais que evidente da conexão flagrante entre fantasia e onanismo. À página 79, o pai pergunta de quem Hans teve os filhos, e ele responde “de mim”. Freud, em nota de rodapé, complementa: “Hans não pode fazer outra coisa além de responder a partir do ponto de vista do autoerotismo”; em uma nota seguinte, esclarece: “são filhos da fantasia, ou seja, do onanismo”²¹. O passo lógico está dado muito claramente: a fantasia, *ou seja*, o onanismo. Como entender essa quase equivalência entre um ato por excelência autoerótico e uma atividade anímica na qual o objeto, parece-nos, sempre imprime sua marca?

Aproximamo-nos de uma possível resposta ao observarmos como Freud conceitua a satisfação de desejo envolvida no sintoma neurótico com relação à dualidade princípio de prazer e princípio de realidade. Em sua 23ª conferência introdutória, ele afirma que

De modo algum eles [os sintomas neuróticos] nos recordam qualquer coisa daquilo que costumamos normalmente esperar de uma satisfação. Quase sempre prescindem do objeto e renunciam, portanto, ao vínculo com a realidade exterior. Entendemos isto como uma consequência do alheamento com relação ao princípio de realidade, e do retrocesso ao princípio de prazer. No entanto, é também um retrocesso a uma espécie de autoerotismo ampliado, como aquele que ofereceu as primeiras satisfações à pulsão sexual. Substituem uma modificação do mundo exterior por modificações do corpo; quer dizer, uma ação exterior por uma interior, uma ação por uma adaptação.²²

Eles prescindem do objeto enquanto substrato material (um sintoma não é uma ação que altera a realidade, isto é, não é uma ação específica), mas não enquanto substrato ontológico. Nos sintomas,

²⁰ Freud, S. (1908a), pp. 142-3.

²¹ Freud, S. (1909a), p. 79.

²² Freud, S. (1916-7a), p. 334.

nós o vimos bem no capítulo anterior, é representada uma série de fantasias em cujo bojo os objetos libidinais se fazem sempre presentes. Entretanto, trata-se de um *retrocesso*, indica Freud, ao princípio de prazer, um retrocesso a uma espécie de *autoerotismo ampliado*. Ênfase seja dada a esse sintagma, pois aí o adjetivo *ampliado* nos parece ser de extrema significância. Nós já disséramos no capítulo anterior: aparentemente não podem existir *fantasias autoeróticas*, mas é precisamente no *autoerotismo* que a fantasia (e o sintoma) tem o terreno profícuo no qual pode proliferar. É como se o psiquismo do sujeito agarrasse os objetos que a realidade lhe dispõe para, em seguida, satisfazer-se solitariamente no ato onanista sem que tenha de alterar a realidade ou servir-se de fato dela.

A tese de Freud é clara e muitas vezes repetida: a fantasia é uma espécie de correção da realidade, uma satisfação de desejos cuja plena realização a concretude demasiado áspera da realidade objetiva barrou ao sujeito. Na mesma conferência lemos que “é sempre difícil para o homem a renúncia ao prazer; ele não a leva a cabo sem algum tipo de ressarcimento. Por isso se reservou uma atividade da alma em que se concede a todas essas fontes de prazer resignadas e a essas vias abandonadas do ganho de prazer uma sobrevivência, uma forma de existência que as emancipa do requisito da realidade e do que chamamos ‘exame de realidade’”²³, e completa: “na atividade da fantasia o homem segue gozando da liberdade com relação à compulsão exterior, essa liberdade à qual de há muito renunciou na realidade”²⁴. E a imagem empregada para melhor descrever a fantasia não deixa de ser loquaz: “a criação do reino da fantasia dentro da alma encontra sua cabal correspondência na instituição de ‘parques naturais’, de ‘reservas’, ali onde os reclamos da agricultura, o comércio e a indústria ameaçam alterar velozmente a face originária da Terra até torná-la irreconhecível”²⁵. A fantasia: reserva verde em meio ao cinzento mundo industrial. A conclusão, para novamente citar Mezan, é que, “submetidas ao regime repressivo, as pulsões sexuais irão se aliar à fantasia, como destaca o texto sobre *Os Dois Princípios do Funcionamento Psíquico*; e, nesta existência à meia-luz, conseguirão furtar-se ao controle do Princípio de Realidade, permanecendo ligadas aos objetos e posições da infância, sem que o tempo tenha êxito em separá-las deles”²⁶.

Tudo isso parece mostrar-nos que é em certo liame que a fantasia se encontra: sua ordem de inscrição não é totalmente a do amor de objeto, nem totalmente a do autoerotismo; a relação de objeto na fantasia, portanto, poder-se-ia dizer lançando-se mão de oximoros, é de um amor de objeto autoerótico ou de um autoerotismo objetal. E a fantasia enquanto atividade egoica trabalha sob a égide do princípio de prazer, mas isso porque, enfim, o princípio de realidade já se impôs ao sujeito. A fantasia parece, assim, estar na fronteira entre realidade e prazer, entre sujeito e objeto.

²³ *Id.*, p. 339.

²⁴ *Ibid.*

²⁵ *Ibid.*

²⁶ Mezan, R. (1982), p. 211.

Sobre esse mesmo tema, encontra-se escrito no artigo seminal de 1911 sobre os dois princípios do funcionamento mental: “com o estabelecimento do princípio da realidade, uma classe de atividade do pensar se cindiu; ela se manteve apartada do exame da realidade e permaneceu submetida unicamente ao princípio do prazer. É o *fantasiar*, que começa já com as brincadeiras das crianças e mais tarde, conservado como *sonhos diurnos*, abandona a dependência de objetos reais”²⁷. Aqui, vemos que a fantasia é uma classe da atividade de pensar que se cindiu das restantes; ademais, Freud nos indica que o fantasiar se inicia com as brincadeiras infantis. Essa vinculação entre o jogo infantil e o fantasiar já havia sido proposta em 1908, no artigo sobre o escritor literário:

Não deveríamos buscar já na criança os primeiros traços do afazer poético? A ocupação preferida e mais intensa da criança é o jogo. Talvez tenhamos direito de dizer: toda criança que joga se comporta como um poeta, pois cria para si um mundo próprio ou, dizendo melhor, insere as coisas de seu mundo em uma nova ordem que lhe agrada. Ademais, seria injusto supor que não toma a sério esse mundo; ao contrário, leva muito a sério o seu jogo, emprega nele grandes montantes de afeto. O oposto do jogo não é a seriedade, mas sim... a realidade efetiva. A criança diferencia muito bem o mundo de seu jogo da realidade efetiva, apesar de todo o seu investimento afetivo; e tende a sustentar seus objetos e situações imaginadas em coisas palpáveis e visíveis do mundo real. Apenas essa sustentação é o que diferencia ainda seu “jogar” do “fantasiar”.²⁸

Leiamos com paciência e seriedade algumas passagens desse excerto: o contrário do jogo não é a seriedade, mas sim a realidade efetiva. Essa realidade, entretanto, não é nada menos do que a origem das representações com que a criança joga: a criança insere *coisas de seu mundo* numa nova ordem, de seu agrado. A relação, portanto, é a um só tempo de *negatividade* e *dependência*: a brincadeira da criança *nega* o mundo do qual intimamente *depende*. Isso, pois, pode ser ampliado e aplicado também à fantasia, já que a principal característica que a diferencia do brincar é a sustentação em objetos concretos: “assim, o adulto, quando deixa de brincar, apenas renuncia à sustentação em objetos reais; em vez de *jogar*, agora *fantasia*. Constrói castelos no ar, cria o que se chama *sonhos diurnos*”²⁹. A criança constrói castelos de areia; o adulto, castelos de ar. Mas ambas as atividades, no fundo, são exteriorizações da mesma faculdade anímica.

²⁷ Freud, S. (1911), pp. 226-7.

²⁸ Freud, S. (1908 [1907]), pp. 127-8. Nesse excerto vemos como Freud num só parágrafo conecta os temas da criatividade literária, do jogo infantil e da fantasia.

²⁹ *Id.*, p. 128.

Assim sendo, há já na criança a capacidade de jogar com certos papéis sociais e familiares, fazendo disso o conteúdo de brincadeiras fantasiosas. Essa capacidade de criar personagens e fazer que eles cumpram seus papéis numa narrativa fantasiosa, nós já a vimos com um colorido bastante variegado na elucidação dos sintomas histéricos. A criança já o faz, *sabendo* que o jogo não é real (“o oposto do jogo não é a seriedade...”), que se trata de algo simulado, fictício. Apraz-se em designar papéis aos seus fantoches, mas ela mesma é um personagem dentro da fantasia que encena. O brincar da criança é, assim, um certo fantasiar em ato, uma *atuação da fantasia*. O produto do fantasiar (a fantasia enquanto fenômeno psíquico) é, enquanto um substituto, posterior ao jogo infantil, mas não a faculdade de fantasiar. Esta, com efeito, logicamente só pode ser anterior a ele; mais que isso, é-lhe condição de possibilidade. A atuação da fantasia chamada jogo requer, pois, logicamente uma faculdade anímica que a torne possível: uma faculdade que lide plasticamente com representações mnêmicas e as reagrupe numa narrativa de acordo com a moção chamada desejo. Essa faculdade é a mesma que encontramos, dois capítulos atrás, enquanto condição de possibilidade dos sonhos noturnos. Nós temos todos os motivos de nominá-la *fantasia*.

Para onde quer que olhemos, essa faculdade parece já se encontrar presente: ela fornece os requisitos para a formação de sintomas, sonhos, e agora também para o brincar infantil. Nós encontramos diversas “origens” da atividade egoica de fantasiar (o ato masturbatório, o brincar das crianças...), mas a faculdade de fantasiar enquanto tal *tem* de lhes ser subjacente. Não encontramos, logo, origens nenhuma. Como costuma ocorrer com os meandros das argumentações dos grandes autores, nós fomos em busca de respostas e tão-só encontramos mais perguntas.

Uma solução possível reside no conceito de repressão. Isso porque, como já notamos de passagem no capítulo anterior, existe também uma ligação umbilical entre esse mecanismo de defesa (a “pedra de toque” do edifício teórico analítico) e a fantasia. Citemos mais uma vez Mezan: “ora, se as fantasias incestuosas são de origem infantil, e se a vida sexual da criança é dominada pela fragmentação da pulsão, não é difícil concluir que, ao menos em parte, as fantasias incestuosas têm como conteúdo elementos vinculados às pulsões parciais. [...] A repressão e a fantasia mantêm assim relações bem mais complexas e estreitas do que se poderia suspeitar”³⁰. Ocorre que, em se tratando da repressão, não estamos defronte a um processo simples.

Tomemos alguns trechos do artigo metapsicológico de Freud sobre o tema³¹. Como de costume, Freud intenta encontrar o ponto de origem da repressão. A respeito disso, diz-nos ele: “a repressão não é um mecanismo de defesa presente desde a origem; não pode engendrar-se antes que se tenha estabelecido uma separação nítida entre atividade consciente e atividade inconsciente da

³⁰ Mezan, R. (1982), pp. 145-6.

³¹ Freud, S. (1915c). *La represión*, vol. 14 da AE.

alma, e sua essência consiste em rechaçar algo da consciência e mantê-lo distante dela”³². Assim, para que a repressão possa ser exercida enquanto defesa contra algo que não pode emergir à consciência, é necessário que tenha sido estabelecida, previamente, a diferença, a divisão, a cesura entre consciente e inconsciente. De fato, Freud se encontra frente a um problema antiquíssimo: o da origem das representações. Toda repressão se basearia numa repressão anterior (e assim por diante), de modo que, procedendo-se por uma derivação *ad infinitum*, nunca se chegaria à origem cabal de nenhuma delas. Esse ponto primevo de partida, portanto, tem de ser a divisão aludida. Que divisão é essa? Nada menos do que a chamada *repressão originária* (*Urverdrängung*): “temos razões para supor uma *repressão originária* {*Urverdrängung*}, uma primeira fase da repressão que consiste em que se denega a admissão no consciente à agência representante {*Representanz*} psíquica (agência representante-representação) da pulsão. Assim se estabelece uma *fixação*; a partir desse momento a agência representante em questão persiste imutável e a pulsão segue ligada a ela”³³. Pela *Urverdrängung* uma fixação pulsional é engendrada: a pulsão sexual, antes pura energia, liga-se a um componente representacional, um agente representante psíquico da pulsão. É a partir dessa vinculação entre energia (pulsional) e representação que será possível que a repressão (propriamente dita) doravante possa vir a ocorrer: “a segunda etapa da repressão, a *repressão propriamente dita*, recai sobre resíduos [rebentos, formações] psíquicos da agência representante reprimida ou sobre uns itinerários de pensamento que, procedentes de alguma outra parte, entraram em um vínculo associativo com ela”³⁴.

Para termos uma ideia da importância que a noção de repressão originária ganhou sob a pena de alguns dos teóricos da psicanálise, basta que se cite Laplanche, que num texto sobre a pulsão de morte afirma de forma peremptória: “é pela ação do recalque originário que se constitui o inconsciente originário. O inconsciente, uma vez constituído pelo recalque, é realmente um isso, torna-se uma natureza, uma segunda natureza que ‘nos age’”³⁵; e, mais adiante, ele chega mesmo a apontar tal processo como a origem da psicosexualidade mesma: “o movimento que constitui a pulsão sexual não é outro que aquele que diferencia o aparelho psíquico: é o recalque originário”³⁶. E nisso Laplanche está sendo bastante coerente: a pulsão enquanto pulsão sexual constituinte do aparelho psíquico humano só se estabelece enquanto tal a partir da fixação engendrada pela *Urverdrängung*, a partir da divisão entre inconsciente e consciente. Mas o que isso tem a ver com a fantasia? Mezan nos responde:

³² *Id.*, p. 142.

³³ *Id.*, p. 143.

³⁴ *Ibid.* É interessante notar que um esquema similar fora apresentado por Freud no caso Schreber, porém ali a primeira fase da repressão é denominada somente *fixação*; o conceito de *Urverdrängung*, conquanto possa ter sido aí como que adiantado, data enquanto tal, pois, de 1915.

³⁵ Laplanche, J. (1986a). *A pulsão de morte na teoria da pulsão sexual*, p. 17.

³⁶ *Id.*, p. 18.

Essa nova determinação [de repressão originária] é fundamental. A pulsão se apresenta ao aparelho psíquico através de uma representação ideativa (*Vorstellungsrepräsentanz*), isto é, um conteúdo fantasmático; é este que sofre a repressão, não a energia pulsional propriamente dita. A fixação altera-se na mesma direção: rigorosamente, ela fixa a pulsão a uma fantasia, ou a um conjunto delas; é porque cada organização libidinal engendra um tipo determinado de fantasias – de incorporação na fase oral, de flagelação na sádico-anal, etc. – que, derivadamente, se poderá falar de fixação a um estágio da libido. A fantasia se vê promovida assim a uma posição de extraordinário destaque na teoria psicanalítica.³⁷

A asserção é uma conclusão da letra freudiana: não é a energia pulsional em si que é reprimida, mas sim o seu representante ideacional, *isto é*, um conteúdo fantasmático. De acordo com esse raciocínio, a origem da faculdade de fantasiar se encontra, portanto, na origem mesma do psiquismo: estaríamos no ponto a partir do qual o desejo poderia fazer girar seu eterno ciclo sem cair nas armadilhas da alucinação primária. Tratar-se-ia, assim, também de um ponto especial para a teoria, onde a questão do sentido se “encontra” com a questão da energia; é o que pensa Ricœur: “há um ponto [...] onde a questão da força e a questão do sentido coincidem: esse ponto é aquele no qual a pulsão é designada no psiquismo por representações e afetos que a ‘apresentam’”³⁸. Esse ponto, pensamos, só pode ser, a princípio, o estabelecimento da repressão originária. Com a instauração de uma diferença ontológica, uma cisão entre inconsciente e consciente, o desejo enquanto circuito poderá fazer a energia pulsional vagar, pular de representação em representação até encontrar um conjunto delas que possa adentrar a consciência sem que os contra-investimentos (correlatos dos investimentos inconscientes) consigam barrá-lo. Aqui as palavras de Laplanche e Pontalis são bem valiosas:

Poder-se-ia ver aí um mito de origem: o que Freud pretende, com efeito, recapturar, dando-lhe uma representação figurada, é o tempo mesmo do surgimento do desejo. Há aí uma “construção”, ou uma fantasia, analítica que procura atingir esse momento de clivagem do *antes* e do *depois* que ainda conteria ambos: momento mítico da disjunção entre o apaziguamento da necessidade (*Befriedigung*) e a satisfação do desejo (*Wunscherfüllung*), entre os dois tempos da experiência real e da sua revivescência alucinatória, entre o objeto que preenche e o signo que inscreve a um

³⁷ Mezan, R. (1982), p. 214.

³⁸ Ricœur, P. (1965, p. 465). « Il y a un point, dision-nous, où la question de la force et la question du sens coïncident : ce point est celui où la pusion se désigne dans le psychisme par des représentations et des affects qui la ‘présentent’ »

só tempo o objeto e a sua falta: momento mítico da duplicação da fome e da sexualidade num único ponto de origem...³⁹

A *Urverdrängung* é, assim, não somente um “momento mítico” do desenvolvimento do sujeito, mas também da edificação conceitual da teoria; trata-se da instauração de um horizonte ontológico necessário a um só tempo para que exista o sujeito enquanto ser concreto e enquanto conceito da teoria: um horizonte no qual pode dar-se o “jogo da transferência” – transferência de energia e de sentido, nunca é demais reiterar. Esse horizonte (será exagero afirmá-lo?), nós podemos intitulá-lo *faculdade de fantasiar*.

Se o tempo da fantasia, ou melhor, seu período de ativação, é motivo de possíveis contradições na tessitura do discurso freudiano, não se pode dizer que no tocante ao seu espaço as coisas sejam muito menos complicadas. Tocamos, nesse sentido, no tema dos aspectos *tópicos* do aparelho psíquico, qual concebido por Freud. Lembremos que até 1923, ano da ascensão dos conceitos inter-relacionados de eu, supereu e id, a concepção freudiana do aparelho psíquico abarcava três diferentes regiões ou sistemas: o consciente (*Cs*), o pré-consciente (*Pcs*) e o inconsciente (*Ics*). Essa distinção foi afirmada e pormenorizada em diversos textos, desde 1900 até os artigos metapsicológicos. Por vezes o sistema *Cs* se encontra fundido ao *Pcs*, sendo indicado como *Cs-Pcs*, pois as leis que os regem, diz-nos Freud, são as mesmas. A grande diferença entre um e outro é que as representações do sistema pré-consciente podem ser descritas como *inconscientes*, enquanto isso é positivamente impossível para as representações que habitam o sistema consciente. No entanto esse é um uso apenas descritivo da palavra “inconsciente”, pois as representações do *Pcs* são plenamente passíveis de tornar-se conscientes, caráter que as diferencia das representações jacentes no *Ics* – estas, com efeito, não são passíveis de adentrar o *Cs*. Assim, como já víamos na *Traumdeutung*, haveria uma censura entre o *Ics* e o *Pcs*, assim como haveria uma outra (talvez menos importante) entre o *Pcs* e o *Cs*. Entre os sistemas, portanto, haveria uma série de jogos de força, determinantes para a emergência das chamadas “formações” do consciente⁴⁰.

³⁹ « On pourrait y voir un mythe d'origine : ce que Freud prétend en effet ressaisir, en en donnant une représentation figurée, c'est le temps même du surgissement du désir. C'est là une « construction », ou un fantasme, analytique qui cherche à atteindre ce moment de clivage de l'avant et de l'après qui les contiendrait encore l'un et l'autre : moment / mytique de la disjonction entre l'apaisement du besoin (*Befriedigung*) et l'accomplissement du désir (*Wunscherfüllung*), entre les deux temps de l'expérience réelle et de sa reviviscence hallucinatoire, entre l'objet qui comble et le signe qui inscrit à la fois l'objet et son absence : moment mytique du dédoublement de la faim et de la sexualité en un point d'origine... » (Laplanche e Pontalis, 1964, pp. 89-90)

⁴⁰ Para as diversas acepções, problemáticas e complementares entre si, do termo *inconsciente* e das relações entre os sistemas da chamada primeira tópica, remetemos o leitor ao capítulo VII da *Traumdeutung*, ao artigo de 1912 sobre o conceito de inconsciente e, por fim, ao primeiro capítulo de *O eu e o id*, texto no qual Freud expõe e enfrenta os problemas decorrentes de sua primeira teorização do aparelho psíquico, trazendo à luz a chamada segunda tópica, com o aparelho dividido, por fim, nas três famosas instâncias finais (1900, 1912a e 1923a, respectivamente).

É nessa dinâmica topográfica que encontramos mais um aspecto importante do conceito de fantasia. Retomemos aquela afirmação do artigo de 1911 acerca do fantasiar: “com o estabelecimento do princípio da realidade, uma classe de atividade do pensar se cindiu; ela se manteve apartada do exame da realidade e permaneceu submetida unicamente ao princípio do prazer. É o *fantasiar*, que começa já com as brincadeiras das crianças e mais tarde, conservado como *sonhos diurnos*, abandona a dependência de objetos reais”⁴¹. Aqui Freud trata da fantasia enquanto processo de pensamento, enquanto ato egoico. Em 1911 a fantasia é descrita como a única atividade de que o eu pode dispor-se para realizar desejos sem alterar a realidade objetiva em seu entorno. Ela é como que uma migalha que o destino lhe concedeu – eis os entraves que a realidade te impõe, com os quais terás de lidar a duras penas, mas toma cá uma esmola, a possibilidade de jogar numa narrativa fantasística teus desejos e de satisfazê-los de forma imaginária: poderás nesta cena irreal ainda brincar de acordo com os preceitos do princípio de prazer, mas não te esqueças de que isto não te levará a lugar algum, pois é somente em tua alma que os teus desejos se realizarão.

Será bastante frutífero se compararmos a afirmação de 1911 com uma outra, de 1915, contida no artigo metapsicológico *O Inconsciente*. Esse artigo, de importância tremenda, contém uma única reflexão sobre a fantasia:

Entre os resíduos [rebentos, formações] das moções pulsionais *ics* [...] há aqueles que reúnem dentro de si características contrapostas. Por uma parte apresentam uma alta organização, estão isentas de contradição, aproveitaram todas as aquisições do sistema *Cs* e nosso juízo os distinguiria apenas das formações desse sistema. Por outra parte, são inconscientes e insuscetíveis de tornar-se conscientes. Portanto pertencem qualitativamente ao sistema *Pcs*, porém, de fato, ao *Ics*.⁴²

Ora, aqui temos uma caracterização positivamente inversa à de 1911: fantasias são *inconscientes*, mas aproveitaram todas as aquisições do sistema *Cs*. São muito organizadas e não apresentam contradição (características ausentes das representações do *Ics*), no entanto *não podem* tornar-se conscientes, ou seja, pertencem ao *Ics*. As fantasias são aqui descritas como uma estrutura

⁴¹ Freud, S. (1911), pp. 226-7.

⁴² Freud, S. (1915b), pp. 187-8. Atenção seja dada a esse excerto fundamental da metapsicologia: as fantasias “aproveitaram todas as aquisições do sistema *Cs*”. E com *todas* há de se ler *todas*: ou seja, se no pré-consciente) há as representações-palavra, com as quais pode haver (ou não) o vínculo com as representações-objeto (que constituem o sistema inconsciente), isso quer dizer que as fantasias são feitas tanto de representações-palavra quanto de representações-objeto – o que contraria, em parte, as definições freudianas do sistema inconsciente (pois ali não poderia haver representações-palavra). Isso é descrito por Freud no mesmo trecho, pois as fantasias inconscientes pertencem, *em qualidade*, ao sistema pré-consciente, pertencendo *de fato*, porém, ao sistema inconsciente. Parece-nos ser tarefa necessária (e que não nos compete neste estudo) averiguar quais as diferenças ontológicas implicadas entre os advérbios utilizados por Freud nesse trecho: o que aí é *qualidade*, e o que aí é *fato*? Só com isso se compreenderá em que medida é possível a existência desse elemento mestiço dentro do sistema inconsciente.

representacional *altamente complexa* e, digamo-lo com todas as letras, *contraditória*. Ela parece encarnar em si a contradição que habita o núcleo da subjetividade humana: a de ser dividido em seu seio, a de não ser “senhor em sua própria casa” e a de ter um id, um isso que age por ele (e à sua revelia).

As fantasias conscientes, lemos em 1911, pertencem ao *Cs*, porém não funcionam de acordo com as leis que o regem, pois apresentam realizações de desejo pautadas na lógica do princípio de prazer. As fantasias inconscientes, vemos em 1915, pertencem ao *Ics*, porém gozam de todas as distintivas peculiaridades das aquisições do sistema *Cs*. As fantasias, podemos concluir, são elementos anímicos *estrangeiros* onde quer que se encontrem.

Se recordamos que Freud conceitua ainda outra classe de fantasias, as chamadas *fantasias originárias (Urphantasien)*⁴³, que seriam uma espécie de herança filogenética universal e, além de tudo, constituiriam o que se pode chamar de o “núcleo” do inconsciente, tem-se que a fantasia se encontra em todo lugar no aparelho psíquico. Sem adentrar o espinhoso problema da *natureza* das representações que vagueiam entre os sistemas (uma fantasia inconsciente que, ao burlar a censura e tornar-se mais amena, torna-se consciente permanece a mesma? Ou há uma nova inscrição no consciente, a formação de um novo conjunto de representações quando se dá essa transposição das representações entre os sistemas?), problema este enfrentado por Freud no próprio artigo metapsicológico recém-citado, podemos dizer que, como afirmam Laplanche e Pontalis⁴⁴, a fantasia faz-se presente de ponta a ponta no aparelho psíquico: encontra-se em sua camada mais superficial (a consciência), sob a forma de devaneios diurnos conscientes recheados de desejo, ou mesmo no *Pcs*, sendo passível de chegar ao *Cs*; encontra-se no *Ics*, constituindo o estofamento representacional que jaz na origem de sintomas e sonhos; e constitui o núcleo universal do inconsciente, sob a forma de *esquemas* universais (como veremos mais detalhadamente no capítulo seguinte).

Mas, mais que isso, a fantasia é um elemento altamente *mestiço*, como já vimos dizendo há tempos. Encontra-se num artigo de Freud de 1912 sobre a masturbação: “lembramo-nos do significado que a masturbação adquire como realizadora da fantasia, essa região intermédia que se interpolou entre a vida segundo o princípio de prazer e a vida segundo o princípio de realidade”⁴⁵. Ora, aqui está mais que patente: diz-se, com todas as letras, ser a fantasia uma região *intermédia*, interpolada *entre* a vida segundo o princípio de prazer e a vida segundo o princípio de realidade. Pode-se ampliar esse raciocínio para outras duplicidades presentes no discurso freudiano: a fantasia se encontra *entre* o amor objetual e o autoerotismo, *entre* o indivíduo e a espécie, *entre* o sentido e a energia, *entre* o *Ics* e o *Cs*. Como afirmou Soria: “é nessa passagem entre o inconsciente e o consciente,

⁴³ Por exemplo no caso do Homem dos Lobos (Freud, 1918 [1914], pp. 107-8). Ainda voltaremos a falar com mais pormenores dessa classe especial de fantasias no capítulo seguinte.

⁴⁴ Laplanche, J.; Pontalis, J. B (1964).

⁴⁵ Freud, S. (1912d). *Contribuciones para un debate sobre el onanismo*, p. 261.

entre o infantil e o presente, entre o processo primário e o secundário que se forma a fantasia”⁴⁶. Assim, a fantasia parece ser sempre *fronteiriça* e *mestiça*. Sobre isso a continuação mesma da citação de 1915 é bastante esclarecedora:

Há que compará-los com os mestiços entre diversas raças humanas que em linhas gerais se assemelharam aos brancos, mas deixam transluzir sua ascendência de cor por um ou outro traço chamativo, e por isso permanecem excluídos dos privilégios daqueles. Dessa classe são as formações da fantasia tanto dos normais quanto dos neuróticos, que individualizamos como etapas prévias na formação do sonho e na do sintoma, e que, apesar de sua alta organização, permanecem reprimidas e como tais não podem tornar-se conscientes.⁴⁷

As “formações” da fantasia (que aqui pode estar sendo conceituada enquanto *faculdade*, não somente enquanto *ato*) são como as raças mestiças, cujo acesso a determinados locais é barrado em virtude de um ou outro traço distintivo que lhes denuncia a origem considerada impura. É como se, por fim, graças a essa mistura de raças envolvida em sua fabricação, as fantasias não pudessem pertencer plenamente nem ao consciente, tampouco ao inconsciente. Hão de resignar-se a ser seres fronteiriços, sem marca segura de cidadania. É como se a fantasia, *por poder estar em todos os lugares, não tivesse de fato lugar próprio nenhum*.

Nos dois casos rapidamente analisados acima (o do tempo e o do espaço da fantasia), esse conceito aparece como um possível ponto de crise da teoria – ou melhor, o que a perscrutação desse tema nos aufere, bem mais que as respostas que esperávamos, é uma série de questões das mais importantes para o edifício teórico freudiano. Como já vimos, na fantasia sujeito e objeto parecem fazer numa relação toda especial (entre o amor objetal e o autoerotismo). Nossa estratégia, agora, será tentar compreender de que maneira essa relação se dá dentro da fantasia. É o *como* se relacionam objeto e sujeito dentro da fantasia que procuraremos agora delinear. Tentativa de descrição, intenção de mapeamento. Peguemos o texto freudiano e tratemos de coletar as particularidades específicas e correlatas dessa relação. Um ensaio de 1919 será o marco em que mais nos apoiaremos.

⁴⁶ Soria, A. C. S. (2010), p. 59.

⁴⁷ Freud, S. (1915b), p. 188.

Trata-se do ensaio de 1919 sobre as fantasias sádicas de espancamento de crianças, que já citamos *en passant* a respeito do período de ativação da fantasia. Nesse texto Freud esmiúça a estrutura lógico-representacional dessa classe de fantasias, e é-nos lícito tomar esse exemplo de escrutínio freudiano como um paradigma para a análise das fantasias como um todo, ao menos em alguns de seus aspectos mais importantes. Nós partiremos, pois, de uma mirada no percurso de Freud nesse texto para, em seguida, coligir alguns dos caracteres pregnantes da estrutura da fantasia que ele traz à luz. O artigo sobre as fantasias de espancamento será nas próximas páginas o texto capital em que nos apoiaremos, mas faremos uso de outros textos, também, quando houver precisão. Neles também está contida a chave para a decifração da estrutura da fantasia.

Nossa missão será dissertar a respeito de uma série de fatores: a) as relações entre o sujeito e o objeto dentro da fantasia (estando aí inclusas suas “circunvoluções” a partir da interação entre o desejo do sujeito e o desejo do objeto, tendo também como conceito norteador o de *identificação*, que muito contribuirá para tornar a cena fantasística de uma complexidade aguda); b) a posição privilegiada do sujeito como o *agente* da fantasia e, também, como algo que é nela *representado* (a um só tempo ativo e passivo, portanto); c) a articulação das categorias lógico-ontológicas do *universal* e do *particular* dentro da cena fantasística; e d) a articulação de uma *temporalidade* própria a essa cena, dentro da qual as três principais dimensões do tempo se conjugam inseparavelmente.

Como diz Assoun, o “caráter essencial da fantasia” é o “de se recortar num ‘roteiro’ do qual Freud desmonta a cinemática”⁴⁸ – nós em breve veremos que *roteiro* como que cinematográfico é esse cujos meandros Freud tratará de decupar. Numa nota de rodapé Assoun ainda comenta que “é possível transpor para a fantasia o que Freud diz a propósito do sonho, a saber, que ele não é causado por um ‘misterioso inconsciente’, mas consiste num trabalho específico”⁴⁹. Nosso *trabalho* doravante será, desse modo, o de analisar como Freud pega com as mãos o resultado bruto desse *trabalho* anímico bastante específico (o trabalho da fantasia, isto é, os processos com os quais a faculdade de fantasiar trabalha) e o *desmonta*, numa análise de seus sucessivos momentos, trazendo à tona não só seu tríptico cenográfico, não só as três subsequentes cenas em que o desejo em sua complexidade é realizado, mas também a sua *lógica* interna.

Trata-se, como já dissemos, de um esquema narrativo tríptico – e típico também, poder-se-ia dizer, pois essa é uma fantasia entoada por diversos pacientes: ela “é confessada com surpreendente frequências por pessoas que se prestam ao tratamento analítico por causa de uma histeria ou de uma

⁴⁸ Assoun, P.-L. (1993), p. 203.

⁴⁹ *Id.*, p. 223, nota de rodapé.

neurose obsessiva”⁵⁰. Três cenas, três momentos, três formas distintas e inter-relacionadas de realização de desejo. Importante é notar que Freud, já na abertura do artigo, nos diz que “seria possível que [as fantasias] houvessem tido uma pré-história, que tenham percorrido um desenvolvimento e corresponderem a um resultado final, não a uma exteriorização inicial”⁵¹, para, em seguida, concluir: “essa conjectura é corroborada pela análise. [...] As fantasias de espancamento têm uma história evolutiva nada simples, em cujo transcurso sua maior parte muda mais de uma vez: seu vínculo com a pessoa fantasiadora, seu objeto, conteúdo e significado”⁵². Essas afirmações já nos dão muito material de raciocínio: as fantasias têm uma *história* (ou uma pré-história), isto é, um percurso temporal, desenrolam-se no tempo a partir do desenvolvimento psicosssexual do indivíduo, e nesse transcurso boa parte delas é alterada, incluindo seu conteúdo e seu significado. No entanto, e esses mesmos trechos nos autorizam a dizê-lo, trata-se da *mesma fantasia*. No caso analisado, qual seja, o das fantasias de espancamento de crianças, tem-se em mãos uma fantasia desdobrada em três tempos que não são somente, como veremos, cronológicos, mas também (e talvez mais importantemente) *lógicos*.

Passemos agora à descrição e à subsequente análise das três fases dessa classe de fantasias. “A primeira fase da fantasia de espancamento se formula então de forma completa mediante o enunciado: ‘o pai bate na criança’. Deixo transluzir muito do conteúdo que logo pesquisaremos se digo, em seu lugar: ‘o pai bate na criança *que eu odeio*’”⁵³. Na primeira fase, portanto, que Freud cura de transpor por intermédio de um enunciado simples, o pai do sujeito espanca uma criança – odiada pelo sujeito. Aqui Freud já interpõe um comentário analítico: “portanto a fantasia seguramente não é masoquista; poderia ser chamada de sádica, mas não se deve esquecer que a criança fantasiadora nunca é aquele que bate”⁵⁴. Aparentemente a fantasia é sádica de uma forma simples, mas isso não ocorre: caso seja caracterizada como sádica, nunca se deve esquecer que, na cena fantasiada, quem executa a ação agressiva contra o objeto odiado não é o sujeito mesmo, *mas um outro objeto libidinoso do sujeito* (no caso, o pai). Assim, o sujeito *fantasia* que um objeto é agente de uma ação sádica com relação a outro objeto.

“Na segunda fase da fantasia, “seu texto é agora: ‘*eu sou espancado pelo pai*’. Tem um indubitável caráter masoquista”⁵⁵. A fantasia, de sádica, passou para masoquista – primeiro ponto importante a ser notado. Ademais, nesse segundo momento da fantasia o próprio sujeito é objeto de uma ação de seu objeto libidinoso, isto é, o sujeito assume o lugar ocupado pela criança odiada na

⁵⁰ Freud, S. (1919a), p. 177.

⁵¹ *Id.*, p. 181.

⁵² *Ibid.*

⁵³ *Id.*, p. 182.

⁵⁴ *Ibid.*

⁵⁵ *Id.*, p. 183.

primeira fase, a de ser espancado pelo pai. Há uma permutação da *posição* ocupada pelo sujeito na passagem da primeira para a segunda fase da fantasia. Mas a importância dessa segunda cena é ainda mais impressionante: “esta segunda fase é, de todas, a mais importante e a mais grávida de consequências; mas em certo sentido pode dela ser dito que nunca teve uma existência real. Em nenhum caso é recordada, nunca chegou a tornar-se consciente. Trata-se de uma construção da análise, porém nem por isso é menos necessária”⁵⁶. Ora, trata-se de uma *construção da análise*, mas “nem por isso é menos necessária”. Ou seja, o que Freud indica aqui é que, entre a primeira e a terceira fase da fantasia (que em breve adentraremos), a segunda tem *necessariamente* de existir. Necessidade lógica, portanto. Por mais que o sujeito nunca se recorde desse trecho do seu percurso fantasístico, ele *tem de* ter passado por ele, ele *tem de* tê-lo fantasiado. Que necessidade lógica é essa? Ainda não sabemos ao certo em que ela consiste, porém em breve a própria letra freudiana nos esclarecerá.

Antes, é mister que entrevejamos o desfecho do roteiro, a terceira fase da fantasia:

A terceira fase se aproxima de novo da primeira. Tem o texto conhecido pela comunicação dos pacientes. A pessoa que bate nunca é a do pai; ou bem é deixada indeterminada, como na primeira fase, ou é investida de maneira típica por um substituto do pai (um professor). A própria pessoa da criança fantasiadora já não sai à luz na fantasia de espancamento. Se se lhes pergunta com insistência, os pacientes apenas exteriorizam: “provavelmente estou observando”. Em lugar de apenas uma criança espancada, quase sempre estão presentes agora muitas crianças.⁵⁷

A terceira cena se caracteriza, logo, pelo ato de espancamento no mais das vezes de *várias crianças* por um *substituto do pai* (ou por alguém *indeterminado*). Notemos desde já que o pai aqui é ou impessoalizado (indeterminado), processo que já entrevimos na assunção do supereu, ou tem seu lugar ocupado por um substituto (um “professor”, no exemplo dado por Freud). Assim, não se trata mais da figura *particular* do pai real e concreto da criança, que nas duas primeiras fases da fantasia perpetrava a ação sádica; e o personagem secundário do roteiro, o substituto do pai, encarna agora uma *função* na qual a figura mesma do pai se *universaliza*: agora é o pai quem bate, todavia sob as vestes de um outro personagem. Na impessoalização ou na substituição, o pai se torna função e passa de um *particular concreto* para um *universal abstrato*. Além disso, a própria criança espancada se torna um coletivo: uma multiplicidade de crianças indeterminadas é agora o objeto do ato fantasiado. Novamente pode-se inferir aí a mesma passagem lógica, mas dessa vez acrescida da passagem do *individual* rumo ao *coletivo*, sendo que a categoria “criança”, antes encarnada em dois *particulares*

⁵⁶ *Ibid.*

⁵⁷ *Ibid.*

concretos (uma criança odiada, na primeira fase; o próprio sujeito, na segunda), é agora encarnada por um coletivo de crianças quaisquer, tornando-se, assim, também um *universal abstrato* (a criança enquanto tal é espancada, e não mais *uma* criança em particular).

É fato: já se podem notar diversas características marcantes desse processo de gênese da fantasia de espancamento. Em primeiro lugar, o fato de que um *objeto* de desejo do sujeito é o agente, dentro da fantasia, que perpetua a ação gozada pelo sujeito; em segundo, a permutação de *posição* feita entre sujeito e objeto, quando da passagem da primeira para a segunda fase da fantasia; em terceiro lugar, a transposição de *sadismo* para *masoquismo* operada nessa mesma passagem; em quarto lugar, a presença de uma *necessidade lógica* presente na segunda cena; e, por último, a relação marcante entre *universal* e *particular* operada quando da passagem da segunda para a terceira fase da fantasia. Mantenhamos esses caracteres em mãos. Entretanto notemos também que o nosso personagem principal ainda não veio à cena: onde está o desejo nesse esquema tão complexo?

É com os fatos do amor infantil que ele aparecerá. A primeira fase da fantasia, argumenta Freud, parte dos ciúmes que se têm para com um irmãozinho ou outra criança que despertou a afeição do pai. “Por isso é uma representação agradável que o pai açoite esta criança odiada. [...] ‘O pai não ama essa outra criança, *ama somente a mim*’”⁵⁸. Mas não se trata de um amor qualquer: “nessa prematura escolha de objeto do amor incestuoso, a vida sexual da criança alcança evidentemente o estágio da organização genital”⁵⁹. Freud explica o uso do termo “genital” do seguinte modo: “nunca falta no garotinho o desejo de ter um filho com a mãe, e é constante na menina o de receber um filho do pai, e isso tudo apesar de sua total incapacidade de que se esclareça o caminho que poderia levar à realização de tais desejos”⁶⁰. Guardemos então duas características da primeira fase da fantasia: é agradável que o pai bata em outra criança (sadismo), e o sujeito nutre um amor incestuoso pelo genitor em questão. Sadismo e genitalidade, portanto.

O amor infantil, insaciável em sua essência, deseja o pai somente para si. Donde os ciúmes com que a outra criança, a rival, é recebida. Com isso se explica a relação entre o sadismo e o amor genital, e trata-se de uma relação *judicativa*. Expliquemo-nos com uma das passagens subsequentes do texto: “a fantasia da época do amor incestuoso havia dito: ‘*ele (o pai) me ama somente a mim, não ama a outra criança, pois bate nela*’”⁶¹. Seja posta aqui a ênfase na conjunção causal *pois*. Nós víramos como nas teorias sexuais infantis se operavam juízos sintéticos a respeito dos fatos da

⁵⁸ *Id.*, p. 184.

⁵⁹ *Id.*, p. 185.

⁶⁰ *Ibid.* Sabemos que em breve, ao longo da década de 20, Freud vai rever seus pontos de vista acerca da genitalidade dos desejos edípicos infantis, preferindo dizer não de uma “organização genital infantil”, mas sim de uma “fase fálica”, reservando o termo “genital” somente para a reemergência de impulsos sexuais e incestuosos durante a puberdade. Para nossa análise, contudo, o mais importante é reter que a criança deseja ter filhos ou dar filhos com os pais (o que Freud chama aqui de “amor genital”), e que são esses desejos que serão reprimidos, forçando a libido, assim, a regredir rumo à fase sádico-anal, como veremos.

⁶¹ *Id.*, p. 186.

gestação e da diferença sexual, e isso dentro de hipóteses fantasiosas (no sentido forte do adjetivo). O mesmo ocorre aqui: a ligação entre o amor genital pelo pai e a expressão sádica dos ciúmes pela outra criança é feita *na* e *pela* fantasia: papai me ama somente a mim, *pois*, vejam só, ele espanca o irmãozinho que eu tanto odeio. No texto da fantasia está implicada, *pois*, e isso desde o seu início, uma *síntese* judicativa. Se concedermos à palavra *interpretação* um sentido amplo, não incorreremos em nenhum exagero ao dizer que o método implicado na fantasia é por excelência um método interpretativo. Um método hermenêutico *sui generis*, forçando um pouco os termos.

Mas a essa agressividade para com o rival odiado advém um elemento misterioso, cuja origem Freud não dilucida nesse texto mesmo: a consciência de culpa. A criança sente-se culpada por querer tão mal à outra criança e tem de fazer algo a respeito. Isso é expresso de forma pujante na segunda fase da fantasia: “a consciência de culpa não sabe achar castigo mais duro do que a inversão desse triunfo: ‘*não, não te ama, pois bate em ti*’. Então a fantasia da segunda fase, a de ser espancado pelo pai, passaria a ser a expressão direta da consciência de culpa ante a qual agora sucumbe o amor pelo pai. Assim, *pois*, a fantasia tornou-se masoquista”⁶². O amor pelo pai sucumbe ante a consciência de culpa, e o sadismo passa a ser masoquismo. O pai, *objeto do desejo* da criança, permanece executando o mesmo ato (o velho ato de bater numa criancinha), porém o objeto dessa ação é alterada: deixa de ser a criança odiada pelo sujeito e passa a ser o sujeito mesmo.

Quando, todavia, o amor pelo pai é afetado pela consciência de culpa, algo mais é operado, e que explica, para o Freud de 1919, a passagem mesma do sadismo ao masoquismo:

Quando a repressão afeta a organização genital recém-alcançada, não é a única consequência disto que todo substituto psíquico do amor incestuoso se torna ou permanece inconsciente, mas também se agrega esta outra: a organização genital mesma experimenta um rebaixamento regressivo. “O pai me ama” se entendia no sentido genital; por meio da regressão é alterada para “o pai bate em mim (sou açoitado pelo pai)”. Este ser-*acoitado* é agora uma conjunção de consciência de culpa e erotismo; *não é apenas o castigo pela referência genital proibida, mas também seu substituto regressivo*, e a partir dessa última fonte recebe a excitação libidinosa que desde esse momento se lhe aderirá e encontrará descarga em atos onanistas. *Pois bem, somente essa é a essência do masoquismo.*⁶³

O mais importante a reter aqui é que o enunciado “o pai me ama” só pôde ser transposto para “o pai bate em mim” graças a uma regressão da libido. A libido, antes genital, endereçada ao pai, permanece a ele aderida, porém em virtude da repressão passa por um processo regressivo. Tudo aqui,

⁶² *Ibid.*

⁶³ *Ibid.*

como de costume em Freud, gira em torno de uma situação inicial de desejo (o amor genital pelo pai) à qual é contraposta uma proibição (cujo correlato fenomênico seria o sentimento de culpa). A repressão, por cuja atuação preme uma culpa suprema, é o eixo de explicação das transformações por que passa a fantasia: “então a repressão se exterioriza aqui em três classes de efeitos: torna inconsciente o resultado da organização genital, obriga esta última à regressão até o estágio sádico-anal e muda seu sadismo no masoquismo passivo, em certo sentido de novo narcisista”⁶⁴. Interessante notar aqui que é precisamente com uma regressão ao estágio *sádico-anal* do desenvolvimento da libido que uma satisfação *masoquista* é atingida na fantasia. A repressão, por fim, é o mecanismo que permite essa *negação* do sadismo e a transmutação em seu *oposto* (o masoquismo).

Não podemos esquecer-nos, porém, de que o roteiro da fantasia não para por aí: ela atinge o seu ápice dramático em sua terceira fase, sua “configuração definitiva”. A segunda fase é tão somente inferência do analista (e nem por isso menos necessária) e o que se lhe apresenta como relato concreto do paciente é a cena “na qual a criança fantasiadora segue aparecendo no máximo como espectador, e o pai se conserva na pessoa de um professor ou outra autoridade”⁶⁵, como já vimos. Mas agora a forma como se realiza o desejo na fantasia ganha contornos outros:

A fantasia, semelhante agora à da primeira fase, parece ter-se voltado de novo rumo ao sadismo. Produz a impressão como se na frase “*o pai bate em outra criança, ama apenas a mim*” o acento houvesse se retirado sobre a primeira parte depois que a segunda sucumbiu à repressão. No entanto, apenas a forma dessa fantasia é sádica; a satisfação que se ganha com ela é masoquista, sua intencionalidade reside em que tomou sobre si o investimento libidinal da parte reprimida e, com essa, a consciência de culpa que adere ao conteúdo. Com efeito, as muitas crianças indeterminadas a quem o professor açoita não passam de substituições da própria pessoa.⁶⁶

Aqui a configuração da fantasia atinge seu grau maior de complexidade: sua *forma*, diz-nos Freud, é sádica, porém a *satisfação* libidinal atingida com ela é masoquista, pois o sujeito está representado pelas múltiplas crianças que sofrem o castigo corporal das mãos do substituto paterno. Essa cena, altamente impessoal, é a que expressa integralmente a complexidade dos desejos da criança: a um só tempo expressa seu sadismo pela criança odiada e seu sentimento de culpa. Ela é uma verdadeira formação de compromisso entre ambas as correntes que haviam sido expressas, individualmente, nas duas primeiras fases da fantasia. E é aí que reside a *necessidade lógica* da existência da segunda fase, visto que sem ela o próprio *sentido* da terceira fase cairia como que no

⁶⁴ *Id.*, p. 191.

⁶⁵ *Id.*, p. 187.

⁶⁶ *Id.*, pp. 187-8.

vazio – é necessário que essa segunda corrente (a transformação do sadismo em masoquismo em decorrência da repressão premida pela consciência de culpa) ganhe expressão também numa cena própria para que a terceira fase da fantasia adquira seu sentido completo.

Assim, o que essa leitura do artigo de 1919 nos permite ver é a *complexidade* inerente à realização de desejo operada na e pela fantasia. O desejo, nós já arguimos diversas vezes, não é nada simples sob a pena freudiana, e aqui isso fica mais claro do que nunca. O que ocorreu com a criança concreta, de carne e osso? Pouco importa, talvez: o que realmente importa para ela enquanto sujeito é a sucessiva reconfiguração da encenação de seus desejos feita dentro de suas fantasias. O amor pelo objeto incestuoso sofre uma mudança (de genital passa a ser sádico-anal); o objeto da ação efetuada pelo pai é remanejado (primeiramente, o rival odiado; em segundo lugar, o sujeito mesmo; por fim, uma coletividade de crianças indeterminadas); o sadismo é transposto em masoquismo por conta da influência do sentimento de culpa (e no fim ambos, sadismo e masoquismo, se expressam na terceira cena do roteiro fantasístico). Tudo isso ocorre, nunca é demais repetir, dentro da fantasia (e talvez em mais nenhum outro lugar). Pode-se igualmente notar que há uma relação privilegiada com os objetos do desejo dentro da fantasia: o pai enquanto objeto não é um ser passivo, ele mesmo executa a ação, mas, mais que isso, é o seu *amor* o que está em jogo. O pai espanca o outro, *porque ele me ama*. O desejo do pai, inferido pela criança nesse caso, é também peça fundamental do quebra-cabeças, e sem ele a própria encenação do desejo da criança não faz sentido. O desejo do objeto do desejo começa aqui a dar as caras com toda a sua magnitude.

Algo mais ainda pode ser dito a respeito desse artigo: a posição do sujeito. Esta é, sempre, como já afirmamos, dependente de sua posição relativa ao objeto. O sujeito, aqui, *fantasia*, e é portanto um sujeito desejante cujo desejo ele mesmo encena, enquadra e realiza numa narrativa fictícia; sua posição, entretanto, é sempre, dentro dessa mesma fantasia, *passiva*. O nome mesmo do artigo no-lo diz explicitamente: *Ein Kind wird geschlagen*, e não pode ser embalde que Freud tenha escolhido precisamente a *voz passiva* para compor o enunciado da fantasia. Na tradução espanhola (*Pegan a un niño*) a criança torna-se objeto de um verbo com sujeito indefinido; na tradução brasileira (*Bate-se numa criança*), acaso por conta da regência do verbo luso “bater”, o verbo encontra-se na forma impessoal, e novamente a criança é o seu objeto. No título alemão as coisas são diferentes: a criança (*ein Kind*) é o *sujeito* da oração, que vem porém na *voz passiva* (*wird geschlagen*), sem especificação do agente da passiva. O título do artigo é prenhe, desse modo, do sentido da própria fantasia como um todo: o sujeito que fantasia está sempre na posição passiva de quem é espancado (não se sabe por quem). Misto entre atividade e passividade, tendo sempre o objeto do desejo

implicado enquanto agente (desejante) em seu bojo: tal a fórmula da fantasia implicada no título⁶⁷ do artigo. Seria exagero generalizá-la para todas as fantasias?

Voz ativa, voz passiva

Nessa análise dos quatro fatores elencados previamente, constituintes da estrutura representacional da fantasia, comecemos por aquilo que nos dará mais trabalho: a importância do desejo do outro enquanto peça fundamental da realização de desejo realizada na fantasia. Quedou já evidente com o exemplo das fantasias de espancamento que dentro do roteiro fictício o amor do objeto (o pai, no caso) era uma peça capital: o sentido da fantasia, a sucessão das suas três fases, os movimentos operados no esquema tríptico; tudo isso só pode ser plenamente analisado se se levar em conta que a criança deseja ser amada pelo pai. Ela deseja, por consequência, ser o objeto do desejo do pai, e o atributo judicativo da fantasia marca precisamente isso: nela se sintetizam o amor genital pelo pai e os ciúmes pela outra criança com o raciocínio, causal, de que o pai perpetua o ato sádico *porque* ama o sujeito que fantasia.

Mas nesse caso se trata de uma inferência, por assim dizer. Não está em jogo necessariamente, a partir desse exemplo, o desejo do *próprio pai*, mas sim tão-somente de uma certa certificação, por parte do sujeito, de que o pai o ama. Nós temos acesso, entretanto, a outra camadas da relação entre sujeito e objeto implicada no seio da fantasia. Nessas outras camadas, as coisas se complicam, e o desejo do objeto do desejo ganha contornos mais concretos.

Um primeiro fenômeno no qual o desejo do outro parece estar implicado é o dos sonhos de punição. Nós vimos há dois capítulos a fórmula sucinta que descreve o sonho para Freud: o sonho é a realização distorcida de um desejo reprimido. E mesmo em 1900 Freud já notara que os sonhos de punição, não obstante a aparente contradição, *não* são exceções a essa regra. Essa opinião foi mantida durante toda a sua vida. No texto célebre em que introduziu o conceito de pulsão de morte, em 1920, Freud indica que há sim exceções à sua tese básica sobre a função dos sonhos, mas ele logo assevera: “os sonhos de angústia não são tal exceção [...]; tampouco os ‘sonhos punitivos’, visto que não fazem senão substituir a realização de desejo proibido pelo castigo pertinente, e portanto são a realização de desejo da consciência de culpa que reage frente à pulsão desaprovada”⁶⁸. Num artigo de 1923 com observações a respeito da interpretação dos sonhos, encontramos a mesma opinião; aí, ao dissertar

⁶⁷ Interessante notar também que Freud indica no subtítulo de seu artigo que irá fazer uma “contribuição ao conhecimento da origem das perversões sexuais” (“*Beitrag zur Kenntnis der Entstehung sexueller Perversionen*”) e logo em sua abertura ele nos afirma que as fantasias a serem dissecadas são relatadas mormente por histéricos e obsessivos – ou seja, precisamente o *negativo* das tais perversões sexuais. Fato que implica, talvez, considerar a fantasia como essa estrutura mestiça, entre um polo e outro, e que serviria para explicar tanto a pujança perversa das pulsões quanto uma sua ulterior foz plena de negatividade (a neurose).

⁶⁸ Freud, S. (1920a). *Más allá del principio del placer*, vol. 18 da AE, p. 32.

sobre um sonho punitivo, ele afirma: “seria um disparate [...] buscar uma moção de desejo reprimida como força pulsional deste sonho manifesto; é preciso contentar-se com a realização de desejo da autocrítica”⁶⁹. Ora, aqui há a afirmação peremptória da existência de *desejos da consciência de culpa* (ou da *autocrítica*). Se o desejo é um circuito pulsional no qual o sujeito é premido a reativar as representações advindas das experiências de satisfação, como é possível que a consciência de culpa possa desejar algo? É muito evidente que aqui o conceito de desejo ou passa por uma inflexão ou merece ser reconceituado. Trata-se, sejamos claros, de uma contradição, visto que na gênese da consciência de culpa não há experiência nenhuma de satisfação – ou melhor, a experiência de satisfação não é a do sujeito desejante, mas sim de um objeto seu que, por sua vez, deseja que o primeiro desejo seja barrado.

Desde 1900 os sonhos punitivos e alguns sonhos de angústia foram identificados como satisfazendo a desejos da *censura onírica*. Nós sabemos: anos mais tarde, essa censura foi identificada ao ideal do eu (e também ao supereu, em certos trechos). Enfim, resultou haver sido muito útil termos estudado algo rapidamente o conceito de ideal do eu no capítulo precedente, pois agora podemos tomar aquilo que dele já falamos e dar-lhe continuidade. Em seu artigo de 1924 dedicado ao masoquismo, Freud atesta:

Com efeito, este supereu é o substituto tanto do id como do mundo exterior. Deve sua gênese a que os primeiros objetos das moções libidinosas do id, o casal parental, foram introjetados no eu, a partir do qual o vínculo com eles foi dessexualizado, experimentou um desvio das metas sexuais diretas. Apenas dessa maneira se possibilitou a superação do complexo de Édipo. Assim, o supereu conservou caracteres essenciais das pessoas introjetadas: seu poder, sua severidade, sua inclinação à vigilância e o castigo.⁷⁰

Essa descrição retoma muito do que falamos no capítulo anterior: no supereu tanto o id quanto o mundo exterior estão envolvidos, e aquilo que era exterior ao sujeito (os objetos de sua libido) passa a ser-lhe algo interior, via introjeções e identificações. Se, como vimos, os sonhos de punição representam realizações de desejo da *autocrítica*, isto é, do *supereu*, a pergunta que deve ser feita não é outra senão esta: como pode haver *desejos* do supereu? Se o supereu é o herdeiro do Édipo e um amplexo de identificações paternas tendo como resultado o estabelecimento de um agente psíquico detentor e baluarte da moralidade, os seus *desejos* não podem não ter relação com os desejos dos

⁶⁹ Freud, S. (1923 [1922]). *Observaciones sobre la teoría y la práctica de la interpretación de los sueños*, vol. 19 da AE, p. 120.

⁷⁰ Freud, S. (1924b). *El problema económico del masoquismo*, vol. 19 da AE, pp. 172-3.

objetos que foram introjetados mediante as sucessivas identificações edípicas; aqui, há a indicação de uma relação estreita entre *desejo e moralidade*.

É em seu texto de 1930, *O mal-estar na cultura*, que Freud aprofunda sua análise do sentimento de culpa, considerado por ele “como o problema mais importante do desenvolvimento cultural”⁷¹, e de sua relação tanto com os objetos da libido quanto com as energias pulsionais. Uma citação algo longa muito nos esclarecerá:

Conhecemos, então, duas origens diversas do sentimento de culpa: a angústia frente à autoridade e, mais tarde, a angústia frente ao supereu. A primeira compele a renunciar a satisfações pulsionais; a segunda impele, ademais, à punição, visto que não se pode ocultar ante o supereu a persistência dos desejos proibidos. Inteiramos-nos, ademais, do modo em que se pode compreender a severidade do supereu, vale dizer, as exigências da consciência moral. Trata-se simplesmente da continuação da severidade da autoridade externa, sucedida e em parte substituída por ela.⁷²

Ora, aqui fica claro que para Freud inicialmente a proibição frente a certas satisfações pulsionais se encontra *fora* do sujeito, na realidade *exterior* a ele; é o casal parental que, com sua autoridade perante a criança, proíbe-lhe certas práticas autoeróticas, por exemplo. Mas o que é externo torna-se interno a partir da assunção do supereu, e a severidade dessa agência psíquica reflete a severidade dos pais da criança. Mas isso apenas em parte. Conquanto reflita parcialmente a severidade paterna, o supereu pode portar-se de forma muito mais agressiva para com o eu: “a experiência, contudo, ensina que a severidade do supereu desenvolvido por uma criança em modo algum espelha a severidade do trato que experimentou. Parece independente dela, pois uma criança que recebeu uma educação branda pode adquirir uma consciência moral deveras severa”⁷³. De onde vem essa diferença? Da própria agressividade (exercício para fora da pulsão de morte⁷⁴, diz-nos Freud) do sujeito:

O vínculo entre o supereu e o eu é o retorno, desfigurado pelo desejo, de vínculos objetivos {*real*} entre o eu ainda não dividido e um objeto exterior. [...] A diferença essencial, porém, consiste em que a severidade originária própria do supereu não é

⁷¹ Freud, S. (1930 [1929]). *El malestar en la cultura*, vol. 21 da AE, p. 130.

⁷² *Id.*, p. 123.

⁷³ *Id.*, p. 126.

⁷⁴ Aqui nos adiantamos e já enxertamos o conceito, tão delicado, de pulsão de morte em nosso estudo. Nós retornaremos a ele com mais minúcia no próximo capítulo.

– ou não é tanto – a que foi experimentada da parte desse objeto ou a que se lhe atribui, mas sim representa a própria agressão contra ele.⁷⁵

O fato, então, é que o supereu é uma instância psíquica na qual tanto o dentro quanto o fora do sujeito estão conjugados. Ele é, com efeito, a internalização dos agentes paternos, mas também é tão mais forte quanto mais energia retiver da pulsão de morte, da agressividade dirigida contra o pai. No supereu sujeito e objeto se confundem, e essa ambiguidade originária se manifesta no quase ubíquo (ubíquo, não fossem os perversos) sentimento de culpa e nos desejos do supereu, realizados em determinados sonhos: aí um *desejo* (de punição) se contrapõe a outro, e o que veio de fora (a proibição do desejo) passa a fazer parte do circuito pulsional do sujeito (tanto mais com o acréscimo de energia da pulsão de morte que, dessa feita, retorna para dentro sob a forma de masoquismo moral⁷⁶). Com a problemática conceitual envolvida no construto de supereu, pulsam claras, ao menos, as relações complexas e interdependentes entre o sujeito e o objeto, entre o desejo de um e o desejo do outro.

Um dos pontos centrais desse entrelaçamento entre sujeito e objeto na constituição do supereu se encontra no principal mecanismo que a perfaz: a *identificação*. Como vimos, o sujeito introjeta em seu próprio eu as imagens do casal parental, e o faz mediante identificações: identifica-se com eles, passa a portar dentro de si a sua voz e severidade, retém consigo características que lhe eram externas. A identificação, porém, não está envolvida tão-somente na constituição do supereu, conquanto lhe seja fundamental: além de ser elemento central no desenvolvimento do eu, ela é um mecanismo de um alcance bem mais profundo. Correndo o risco de não sermos minuciosos o bastante frente à complexidade do conceito, adentremos um pouco a sua problemática.

Lemos em *O eu e o id* que “no início de tudo, na fase primitiva oral do indivíduo, é completamente impossível distinguir entre investimento de objeto e identificação”⁷⁷. Dois anos antes, em seu texto sobre a psicologia das massas, Freud dissera que “a psicanálise conhece a identificação como a mais primordial exteriorização de uma ligação afetiva com outra pessoa. Desempenha um papel na pré-história do complexo de Édipo. O menininho manifesta um particular interesse pelo seu pai; quereria crescer e ser como ele, tomar seu lugar em todos os terrenos. Digamos, simplesmente:

⁷⁵ *Id.*, p. 125.

⁷⁶ Lembremo-nos de que para Freud a situação envolvida no a um só tempo simples e complexo ato do suicídio é muito similar a essa dinâmica pulsional constituinte do supereu. No suicídio freudiano, pouco – ou mesmo nada – há de questionamentos existenciais ou niilistas sobre o sentido da vida; como de costume, encontramos, antes, um sujeito que age meramente de acordo com os destinos de suas pulsões, pouco se importando com ontologias e éticas: “com efeito, para o enigma do suicídio a análise nos trouxe este esclarecimento: não encontra talvez a energia psíquica para matar-se quem, em primeiro lugar, não mata ao mesmo tempo um objeto com o qual se identificou, nem quem, em segundo lugar, não faz tornar para si um desejo de morte que estava dirigido a outra pessoa” (Freud, 1920b, p. 155).

⁷⁷ Freud, S. (1923a), p. 31.

toma o pai como seu ideal”⁷⁸. Trata-se, pois, de um mecanismo que se posta no nível do *ser como*: o sujeito quer *ser como* seu objeto, portanto se identifica com ele. A identificação é desde então conceituada sob o modelo da devoração canibal: o que está fora passa a estar dentro, eu devoro o objeto e eis que ele agora me habita. Isso constitui precisamente a diferença entre identificação e eleição de objeto; é o que lemos na trigésima primeira das *Novas Conferências*:

É o que se chama uma “identificação”, ou seja, uma assimilação de um eu a um eu alheio, que tem como consequência que esse primeiro eu se comporte em certos aspectos como o outro, imita-o, por assim dizer o acolhe dentro de si. Comparou-se a identificação, e não é um desatino, com a incorporação oral, canibalesca, da pessoa alheia. A identificação é uma forma muito importante da ligação com o próximo, provavelmente a mais originária; não é o mesmo que uma eleição de objeto. Podemos expressar a diferença mais ou menos assim: quando o menino se identificou com o pai, quer *ser* como o pai; quando o fez objeto de sua eleição, quer *tê-lo*, possuí-lo. No primeiro caso seu eu se alterará seguindo o arquétipo do pai; no segundo, isso não é necessário. Identificação e eleição de objeto são em vasta medida independentes entre si: no entanto pode-se identificar-se com a mesma pessoa que se tomou, por exemplo, como objeto sexual, alterar seu eu de acordo com ela.⁷⁹

Alguns fatores próprios da identificação já se nos tornaram claros: antes de poder haver as eleições de objeto, baseadas no *tê-lo*, ela é o primeiro modo de vinculação afetiva com outra pessoa, baseada numa certa incorporação, assimilação, quase uma imitação psíquica que transporta o objeto de fora para dentro do eu. A identificação, assim, mostra ser um processo dos mais capitais para a fundação do próprio eu. No núcleo mesmo do eu, portanto, está inscrita essa ambiguidade originária entre o sujeito e o objeto. A identificação mostra que o ser do eu se baseia e se funda no ser do outro. Ela tem lugar, entretanto, numa situação bastante peculiar: a da abdicação do objeto. Voltemos ao texto de *O eu e o id*: “se um tal objeto sexual é resignado, porque parece que deve sê-lo ou porque não há outro remédio, não é raro que em troca sobrevenha a alteração do eu que é preciso descrever como ereção do objeto no eu, assim como ocorre na melancolia”⁸⁰. Quando por algum motivo a libido não pode mais ser investida em determinado objeto, ela retorna para o eu, porém nesse retorno ela traz consigo certos *traços* distintivos desse objeto, que passam a fazer parte do próprio eu. Não se esquecem tão simplesmente os objetos abandonados ou que foram o sujeito do abandono: trata-se sempre de incorporá-los dentro do próprio eu, para assim retê-los e mantê-los, ainda que sob uma

⁷⁸ Freud, S. (1921), p. 99.

⁷⁹ Freud, S. (1933 [1932]b), pp. 58-9.

⁸⁰ Freud, S. (1923a), p. 31.

efígie, ainda que somente a partir de um ou outro traço. “Talvez o eu, mediante essa introjeção que é uma espécie de regressão ao mecanismo da fase oral, facilite ou possibilite a resignação do objeto. Talvez essa identificação seja em geral a condição sob a qual o id resigna seus objetos”⁸¹. É o caso justamente, da situação edípica: ao abdicar da mãe e do pai enquanto objetos libidinais, o sujeito os incorpora em seu próprio eu mediante identificações de algumas de suas propriedades. E é a partir dessa constituição egoica, baseada, portanto, em certos *traços* distintivos do pai e da mãe, que o eu poderá, mais tarde, na explosão púbere, investir a libido em outros objetos. O amor genital baseia-se, pois, num primeiro *fracasso* da libido, se pudermos assim nos expressar. Todo amor adulto é a sombra de um amor infantil que estava fadado, desde o início, à sua própria ruína.

Mas a identificação, como já adiantamos, aufere para si dentro da teoria freudiana um alcance ainda maior. Retomemos a situação edípica como ponto de partida. Lê-se em 1921: “contemporaneamente a essa identificação com o pai, e talvez antes, o menininho empreende um cabal investimento de objeto pela mãe segundo o tipo anaclítico. Mostra então dois laços psicologicamente diversos: com a mãe, um direto investimento sexual de objeto; com o pai, uma identificação que o toma por modelo”⁸². Por que aqui o menino se identifica com o pai? Talvez por vários motivos, mas um dos principais deles, depreende-se da análise freudiana, é o fato de o pai e a mãe formarem um casal sexuado. O pai é o objeto do desejo da mãe, e a mãe é o objeto do desejo do pai. O menino deseja a mãe, e, ao fazê-lo, ao desejar *tê-la*, ele se apercebe de que um outro já a tem, a saber, o próprio pai. Deseja, assim, ser igual a ele. Não simplesmente porque ele é o seu pai, mas sim por conta de sua função dentro do triângulo edípico. Na identificação com o pai, no querer sê-lo, está implicado o desejo da mãe. E é aqui que reside a nova importância, para nós, da identificação: com ela não somente um objeto e, quem sabe, algum traço de seu próprio desejo é incorporado ao eu, passando a fazer parte do circuito pulsional do próprio sujeito, mas também os desejos de um terceiro elemento (ou um segundo objeto, se se preferir) são também levados em conta incontornavelmente. No primeiro caso (o do supereu, propriamente dito), a voz do pai enquanto anunciante da moral passa a fazer parte do próprio desejo do sujeito; no segundo caso (o do eu, de um modo geral), a incorporação de traços de um objeto é feita tendo em vista a relação desse objeto com um outro objeto libidinal. As coisas então se complicam sobremodo, pois a vida psíquica passa a ser enquadrada muito possivelmente em sucessivos triângulos libidinais, num jogo de espelhos infundável.

Esse jogo de espelhos está no centro da análise freudiana do célebre sonho do salmão defumado, destrinchado já em 1900. Uma das históricas de Freud sonha que deseja oferecer algo como um banquete, porém na despensa não há nada além de um pouco de salmão defumado. Então ela pensa em comprar algo, mas recorda-se de que é domingo – as lojas estão fechadas. Uma opção

⁸¹ *Ibid.*

⁸² Freud, S. (1921), p. 99.

seria então ligar para vendedores, mas eis que o telefone está quebrado. Ela conclui o relato do sonho: “assim devo renunciar ao desejo de dar uma refeição”⁸³. Sonho intrigante, deveras, e quase que desafiador: não dizias, ó analista, que todo sonho realizava desejos? Não vêes que nesse meu sonho um desejo é expressamente negado diversas vezes? E Freud novamente não se afoba: colhamos, antes, os frutos da associação livre para que possamos rematar qualquer conclusão sobre o sonho. As associações da paciente, como bem sabemos, apontam para o desejo fundador do sonho. Ou melhor, para os desejos. E um desses desejos não é, *stricto sensu*, um desejo da sonhadora.

Todo o sentido do sonho gira em torno do marido e de seu gosto por mulheres mais rechonchudas, por assim dizer. O fato é que a histérica, a dona do sonho, havia visitado uma amiga no dia anterior, amiga esta bastante *elogiada* por seu próprio marido (isto é, o marido da paciente de Freud). Por sorte, diz-nos o texto freudiano, a amiga não tem muita carne, e por isso a paciente, que já provava ciúmes por ela, pode ficar tranquila. Pois bem, nesse encontro, “de que falou essa amiga franzina? Nada menos do que de seu desejo de engordar um pouco. Também lhe perguntou: ‘quando você voltará a nos convidar? Come-se tão bem em sua casa!’”⁸⁴. O sentido do sonho então se torna muito mais claro: ele se endereça secretamente a essa amiga, como que a lhe dizer: ora pois, podes desejar engordar para assim ficares mais apetitosa ao meu marido, e para que então irei eu convidar-te para vir à casa minha? Melhor é mesmo que fiques sem comida alguma da minha parte. E o salmão? De onde vem esse elemento do sonho? – poder-se-ia questionar com toda razão. Salmão defumado, informa a paciente, é o prato predileto dessa sua amiga. O que a sonhadora deseja, assim, é que essa amiga franzina não se torne o prato predileto de seu próprio marido.

É notável desde já em que medida o desejo do objeto (o marido, no caso) se intromete no sonho da histérica. Mas essa intromissão do desejo alheio é tanto mais complexa, pois nesse caso não é com o marido que a paciente se identifica, mas sim com a amiga de quem tem ciúmes. “Com efeito, é seu próprio desejo que seja negado um desejo à sua amiga – o de que seu corpo prospere. Mas em lugar disso, ela sonha que a ela mesma um desejo não seja cumprido. O sonho cobra uma nova interpretação se não alude a si mesma, mas sim à sua amiga, caso ela tenha se colocado no lugar desta ou, como podemos dizer, se *identificou* com ela”⁸⁵. Segue-se então, no texto freudiano, a primeira grande exposição do conceito de identificação, tomando como base a identificação histérica, ao que Freud conclui: “ela [a paciente] se põe no lugar da sua amiga no sonho porque esta última ocupa o seu lugar frente ao seu marido, e porque gostaria de apropriar-se da posição que a amiga está ocupando na estima de seu marido”⁸⁶. É graças à *posição* que a amiga tem perante o marido que a paciente se identifica com ela: no jogo de espelhos é por *ela* que o marido se interessa e é, portanto,

⁸³ Freud, S. (1900), p. 165.

⁸⁴ *Id.*, p. 166.

⁸⁵ *Id.*, p. 167.

⁸⁶ *Id.*, p. 168.

com ela que a paciente deve identificar-se. Ocorre que nesse processo o desejo realizado é precisamente a negação do desejo da amiga (o desejo de engordar), pois a paciente sente ciúmes por ela e deseja reter o marido somente para si. Freud reconhece que a paciente poderia simplesmente sonhar que a amiga não ganhasse alimento algum – entretanto ela não sonha *simplesmente* isso, e sonha que a si mesma um desejo também é negado (o desejo de alimentar alguém). Já temos, pois, três desejos em ação: dois deles são negados, enquanto que o outro, o desejo propriamente fundante do sonho (o de que a amiga não engorde, para se tornar atraente diante o marido), é realizado pelo sonho. Mas por que então a identificação? Freud nos indica que, “na histeria, a identificação é usada com a máxima frequência para expressar uma comunidade *{Gemeinsamkeit}* sexual”⁸⁷. Ora, que *comunidade sexual* pode ser essa? Que outra comunidade pode ser ela, senão o pertencimento a um mesmo conjunto, a saber, o conjunto das mulheres pelas quais o marido se interessa? A identificação, nesse sonho, é a indicação de um *saber* da histérica: ela sabe que o marido se atrai pela amiga, não obstante ela ser magra demais para ele. De todo modo, o desejo da paciente é sempre pautado no desejo de seu objeto (o marido), e o modo como esse desejo é realizado gira em torno desse ponto-pivô, que é o olhar do marido, sua estima pela amiga; enfim, pelo seu desejo.

Em todos esses momentos da letra freudiana, e a própria decupagem da fantasia de espancamento já no-lo evidenciara bem, o objeto enredado no tecido narrativo da fantasia é sempre encarado como um outro sujeito desejante; mais que isso, o seu desejo faz parte do núcleo da própria fantasia do sujeito. Mas no caso do salmão defumado mantido longe da amiga franzina o desejo em questão (do marido) é um desejo consciente. Ele diz preferir as senhoras mais carnosas, informa a paciente, mas isso, sabemos bem, é somente um desejo consciente, muito provavelmente pautado em desejos inconscientes reprimidos. O sonho da histérica acessa o desejo do marido pela amiga – isso é fato; porém o próprio marido a havia já previamente elogiado. Nós ficaríamos contentes se pudéssemos encontrar, em Freud, algum exemplo de um desejo *inconsciente* que se intrometesse nas tramas de uma fantasia alheia. Esse exemplo, ao fim, encontramos não em uma fantasia qualquer.

No fim de seu ensaio sobre Dostoievski, Freud tece também comentários sobre um conto de Stefan Zweig, e é novamente a literatura quem poderá trazer à luz importantes fantasias neuróticas e, mais que isso, a verdade nelas contida. De acordo com Freud, essa história se baseia numa fantasia inconsciente, originada do período da puberdade, inclusive recordada conscientemente por muitas pessoas: a fantasia de que a mãe inicie o menino em sua própria sexualidade. No conto, uma viúva adentrando a meia-idade observa com certo calor as mãos de um jovem a jogar num cassino e se apaixona perdidamente por ele. Têm uma noite de amor e volúpias, e ela o constringe a jurar que

⁸⁷ *Ibid.*

nunca mais jogará no cassino. Fornece-lhe dinheiro, paga-lhe por sua viagem de volta, diz-lhe que o encontrará na estação ferroviária. Ocorre que, tendo ela perdido o trem, acaba por encontrá-lo mais uma vez na sala de jogos, a gastar impudicamente o dinheiro que ela mesma lhe presenteara. As mãos que jogam, diz-nos Freud, aí são as mãos do ato onanista. A viúva cuja flor resplandece num último brilho de lascívia é a mãe que, pobrezinha, já não é mais cerceada pelas mãos do pai, quão infelizmente morto. “Se minha mãe soubesse os perigos em que a masturbação me coloca, dele me salvaria me consentindo todas as ternuras de seu próprio corpo”⁸⁸ – assim conceitua a fantasia adolescente, remordida pela frequência do onanismo. De modo típico, a fantasia transforma a mulher intangível – a mãe – numa mulher fácil, quase uma prostituta (coisa que Freud já evidenciara num artigo em 1912). O texto continua:

É também interessante notar como a fachada que o escrito dá à história busca encobrir seu sentido analítico. Com efeito, é assaz discutível que a vida amorosa da mulher esteja governada por impulsos repentinos e enigmáticos. A análise descobre, antes, uma motivação suficiente para a surpreendente conduta dessa senhora até então afastada do amor. Fiel à memória de seu esposo perdido, armara-se contra todas as atrações semelhantes, mas – e aqui a fantasia do filho mostra-se correta – não escapou, como mãe, a uma transferência amorosa para com seu filho, inteiramente inconsciente para ela; e neste lugar sem defesa o Destino pôde apanhá-la.⁸⁹

Aqui, claro está, a fantasia do filho capta a fantasia da mãe. Não só o desejo da mãe constitui desde dentro o desejo do filho, mas este capta, como que por meio de uma enigmática comunicação⁹⁰,

⁸⁸ Freud, S. (1928 [1927]). *Dostoiévski y el parricidio*, vol. 21 da AE, p. 190.

⁸⁹ *Ibid.*

⁹⁰ Tudo isso parece se dar de uma forma algo miraculosa: a mãe que transmite desejos inconscientes ao filho, porém não através de uma comunicação regular ou usual. Nesse sentido, parece tratar-se de uma “comunicação” direta dos inconscientes, e estaríamos tentados a ir mais longe e a enxergar na própria práxis analítica o exercício dessa incompreendida comunicação. Na 30ª das *Novas Conferências*, Freud afirma: “com efeito, o processo telepático deve consistir em que um ato anímico de uma pessoa incite em outra esse mesmo ato anímico. O que se situa entre ambos os atos anímicos facilmente pode ser um processo físico em que o psiquismo se transpõe em um extremo, e que no outro extremo torna a transpor-se nesse igual psíquico. Em tal caso, seria inequívoca a analogia com outras transposições, com as da fala e a escuta telefônicas” (Freud, 1933 [1932]c, p. 51). Seria uma mera coincidência o fato de ele mencionar o mesmo aparato tecnológico para se referir à escuta envolvida na terapia analítica? Eis o que se lê num artigo técnico, de 1912: “dito numa fórmula: [o médico] deve voltar seu próprio inconsciente ao inconsciente emissor do doente, acomodar-se ao analisado como um receptor telefônico se acomoda ao microfone transmissor. Da mesma maneira em que o receptor torna a mudar em ondas sonoras as oscilações elétricas da linha telefônica, que foram criadas por ondas sonoras, o inconsciente do médico se habilita para restabelecer, a partir dos derivados a ele comunicados do inconsciente, este inconsciente mesmo que determinou as associações livres do paciente” (Freud, 1912e, p. 115). Ora, se essa comunicação reside talvez no núcleo das fantasias inconscientes, de acordo com o raciocínio que expusemos acima, a fantasia enquanto *método* ganha ainda mais importância para o *método* freudiano de interpretação. Não que o analista deva necessariamente fantasiar o que o paciente fantasia, mas sim que ele deva *ajustar-se* ao fantasiar daquele cujos sintomas ele interpreta, ou seja, deve ajustar sua escuta ao *campo* no qual o relato do paciente se situa: o campo fantasístico, propriamente.

os próprios desejos inconscientes da mãe. A fantasia do filho mostra ser correta – mostra que, por fim, a verdade do outro é um dos membros da minha verdade, muito embora essa minha verdade, tão proibida quanto fatal, seja uma ficção que eu mesmo teci. Parte das malhas desse tecido, todavia, é não somente a consideração pelo olhar e a carne do desejo do outro, mas também esse desejo mesmo. E um desejo *inconsciente* – este lugar é um lugar *sem defesa*, ante o qual o sujeito não tem armas. Está *destinado* a desejar desse modo, e o filho nota-o muito bem. Sua fantasia tem uma fundamentação *real* – mas esse *real* não é tão simplesmente um conjunto de representações advindas da realidade material, mas sim a captação das fantasias inconscientes, isto é, da realidade psíquica da mãe.

Aqui as palavras do poeta são precisas. Quando na canção é exposto o “confuso casarão onde os sonhos serão reais”, onde “os sonhos extraviados vão parar” e em que há “relógios que rodam pra trás”, é mister que lá se encontre também o objeto do desejo, aguardando, sublime e sereno, pelo sujeito. Mas o que faz “a moça em contraluz” nesse local idílico?

Por ali reinaria meu bem

Com seus risos, seus ais, sua tez,

E uma cama onde à noite sonhasse

*Comigo talvez.*⁹¹

O que o objeto do desejo faz, na fantasia buarquiana, não é outra coisa senão desejar: a moça do sonho é uma moça que sonha. O objeto do desejo é, na fantasia, um sujeito outro, sujeito este cujo atributo principal não é um ato qualquer, mas sim o ato mesmo do desejar. Ricœur tem toda razão quando afirma que “a constituição intersubjetiva do desejo é a verdade profunda da teoria freudiana da libido”⁹², porém nós devemos completar, invertendo-a, sua expressão: em Freud não somente a constituição do desejo é intersubjetiva, mas também a constituição da intersubjetividade é desiderativa. Em Freud a intersubjetividade é uma intersubjetividade do desejo – e, portanto, também da fantasia.

Nesse jogo de espelhos entre sujeito e objeto, não somente o desejo do objeto é um dos elementos centrais para a constituição do desejo do próprio sujeito, mas também a *posição* representacional do sujeito é um elemento maleável e fundamental para a realização de seu próprio desejo. Já notamos isso na análise freudiana das fantasias de espancamento: se na primeira fase do

⁹¹ Buarque, C. (2001). *A moça do sonho*.

⁹² Ricœur, P. (1965, p. 407). « La constitution intersubjective du désir est la vérité profonde de la théorie freudienne de la libido : jamais Freud, même à l'époque de l'Esquisse et du chapitre VII de la Traumdeutung, n'a décrit la pulsion hors d'un contexte intersubjectif »

roteiro fantasístico o sujeito parecia aparecer enquanto *narrador* da cena, na segunda ele é verdadeiramente um *personagem* (em terceira pessoa) que é pessoalmente objeto da ação sádica paterna, e na terceira ele é *representado* de forma impessoal pelas crianças que sofrem o castigo corporal de um substituto do pai. Ou seja, nesses dois momentos da realização fantasística de desejo o sujeito que fantasia está *dentro* da sua própria fantasia, muito embora ele seja o seu autor, se assim podemos expressar-nos. E mesmo na primeira fase da fantasia, na qual uma criança rival é espancada pelo pai, não seria exagero enxergar o sujeito como representado pelo pai (com quem se identifica), já que é ele quem executa o ato desejado pelo sujeito.

Mas talvez o sujeito esteja num outro local, mais insuspeito: o próprio ato de espancar. Um exemplo da *Traumdeutung* poderá ser-nos útil. Trata-se de um sonho no qual o sujeito é elidido, por assim dizer. “Uma criança que ainda não cumprira quatro anos contou ter sonhado que *vira um prato enorme com um grande pedaço de carne assada com acompanhamento de verduras. De repente a carne era comida de uma só vez, sem ser cortada. Ela não viu a pessoa que a comeu*”⁹³ – neste sonho a criança estava numa dieta de leite e, por haver sido travessa no dia anterior, fora dormir sem jantar. Freud diz que a educação já lhe surtiu efeitos⁹⁴, pois apareceu dentro do sonho no fato de que, apesar de ser ele próprio quem desejava comer a carne, no sonho ela é comida por outrem. Ora, esse sonho mostra bem que a posição do sujeito numa fantasia (ou narrativa fantasística) não necessariamente está apenas no narrador do sonho, mas ela pode estar meramente no *verbo* central da ação (*comer*) – aí está o sujeito, não na carne, nem no olho que vê a ação de alimentar-se⁹⁵.

Outro fator constituinte da fantasia então nos é entreaberto: o fato de que nela o sujeito a um só tempo *representa* (ou seja, age, é ativo) e é *representado* (ou seja, sofre a ação do representar, é passivo). Nós já víamos algo formalmente idêntico no caso das memórias encobridoras, nas quais o sujeito sempre aparecia em terceira pessoa. Agora podemos indicar que, se isso é possível e marcante dentro dessa classe especial de memórias, é porque elas se baseiam na faculdade de fantasiar. A partir da ação dessa faculdade, o sujeito é engendrado e entremeado dentro da própria narrativa. No caso das memórias encobridoras, contudo, tratava-se positivamente (e insistimos, então, nisso) de *memórias*, memórias estas rearranjadas a partir de um motivo (o *desejo*). Esse desejo já estava

⁹³ Freud, S. (1900), pp. 276-7.

⁹⁴ Esse sonho singular poderia trazer muitas questões à teorização freudiana: com menos de quatro anos, ou seja, em plena fase fálica, a confiar nos cálculos obsessivos de Freud, a criança já sofre os efeitos da repressão e, mais que isso, confecciona uma fantasia prenhe de complexidade: sim, a carne almejada é devorada sem nem mesmo ser cortada (coisa padrão nos sonhos infantis), no entanto a estrutura representacional do sonho revela a ação de uma faculdade de fantasia a todo vapor, em sua plena complexidade, pois não só o desejo inicial (o de comer a carne) é representado, mas também sua proibição (no fato de o sujeito estar elidido).

⁹⁵ Fato já assinalado com precisão por Laplanche e Pontalis (1964): « « Un père séduit une fille », telle serait par exemple la formulation résumée du fantasme de séduction. La marque du processus primaire n'est pas ici l'absence d'organisation, comme on le dit parfois, mais ce caractère particulier de la structure : elle est un scénario à entrées multiples, dans lequel rien de dit que le sujet trouvera d'emblée sa place dans le terme *fille* ; on peut le voir se fixer aussi bien en *père* ou même en *séduit* » (p. 82).

previamente enquadrado em duas fantasias inconscientes e reprimidas, que se exprimiram nas memórias a partir de deformações em certos elementos seus. Os casos do sonho da carne devorada e do roteiro triádico da fantasia de espancamento não podem ser considerados, por sua vez, meramente como um conjunto de recordações. Na sua base está, é certo, uma série de representações mnêmicas, mas aqui está muito distante a questão freudiana “são memórias *ou* são fantasias?”. São fantasias, positivamente. O que nos leva a mais uma vez afirmar que a faculdade de fantasiar é condição de possibilidade da fabricação das memórias encobridoras, sendo-lhes prévia não só cronológica, mas também logicamente.

Freud, num artigo sobre as (possíveis) relações entre sonho e telepatia, ao falar do simbolismo e da passagem das relações gramaticais para o mundo onírico das imagens, afirma: “a linguagem do simbolismo não conhece, como vocês sabem, gramática alguma; é uma linguagem de um infinitivo extremado, onde voz ativa e voz passiva se figuram mediante a mesma imagem”⁹⁶. Poder-se-ia dizer o mesmo das fantasias: nelas sujeito e objeto estão em constante e borbulhante choque, eles perpetuam circunvoluções, podem trocar de posição de uma hora para outra; em suma, sofrem e agem, sempre. Assim, nem voz ativa, nem voz passiva: talvez a voz médio-passiva presente no latim e no grego fossem mais precisas para expressar a relação entre sujeito e objeto dentro da fantasia e do sonho, pois, em sua *depoência*, uma ação perpetrada pelo sujeito da oração é denotada por uma conjugação idêntica à passiva⁹⁷. Os lábios que beijam a si mesmos do autoerotismo freudiano encontram um belo análogo no fato de, em latim, o verbo beijar (*osculari*) ser depoente: *ego te osculor*, diziam os romanos, e com isso está implícito que beijar os lábios de outrem é, desde sempre, também ser beijado. E mais uma vez a poesia nos vem em auxílio; dessa vez é Baudelaire quem, numa estrofe do seu *L'Héautontimorouménos*, resume com ritmo e rima o que ocorre em toda fantasia:

Je suis la plaie et le couteau!

Je suis le soufflet et la joue!

Je suis les membres et la roue,

*Et la victime et le bourreau!*⁹⁸

⁹⁶ Freud, S. (1922). *Sueño y telepatía*, vol. 18 da AE, p. 204.

⁹⁷ Nós retornaremos com mais minúcias aos verbos latinos depoentes no próximo capítulo, quando formos tratar da questão das *origens* (e do prefixo *Ur*) em Freud.

⁹⁸ Baudelaire, C. (1861). *Les Fleurs du Mal*, p. 111.

Eu sou a ferida e o cutelo!

Eu sou a bofetada e a bochecha!

Eu sou os membros e a roda,

E a vítima e o carrasco! (tradução nossa).

Nós tivemos acesso, na decupagem freudiana das fantasias de espancamento, a passagens *lógicas* operadas quando da transição de uma cena, de uma fase para outra. É possível notar que certas representações mnêmicas concernentes a objetos advindos da realidade exterior (no caso o pai e uma outra criança) sofrem uma rearticulação e deixam de ser inseridas na fantasia enquanto meros particulares concretos, (o pai, *este* homem; a criança, *este* irmão), passando a ser substituídos por figuras indeterminadas, coletivas, que merecem ser chamadas de universais abstratos, representantes mais de funções do que de seres particulares quaisquer (*o* pai, *o* filho, e assim por diante).

Coisa similar ocorre em outras passagens da letra freudiana. Um exemplo eloquente nos parece ser o dos sonhos de desnudamento, nos quais o sujeito emerge adulto sem uma peça de roupa (ou completamente despido), diante de uma plateia múltipla e indiferente. Como em vários momentos da *Traumdeutung*, o que Freud faz aqui é remontar o conteúdo algo estranho e absurdo dos sonhos a experiências e desejos típicos da infância: nesse caso, trata-se do desejo exibicionista apresentado por vários infantes despudorados, senão por todos. E é aí que o raciocínio freudiano desemboca na articulação operada dentro da fantasia (nesse caso, da fantasia como retrabalhada no sonho) das categorias lógicas do universal e do particular, malgrado não o faça *ipsis litteris*. Esse desejo de exibição, argumenta Freud, foi dirigido na infância a pessoas muito específicas – ao pai, à mãe, a irmãozinhos ou colegas. Pois bem, o sonho típico de desnudamento realiza o desejo infantil exibicionista, no entanto não o faz de forma simples; como em toda realização fantasística de desejo, lá está também a marca da repressão e da proibição do desejo:

Não conheço nenhum exemplo em que reapareçam no sonho os espectadores reais daquelas exibições infantis. É que o sonho quase nunca constitui uma simples recordação. E coisa notável: as pessoas a quem se dirigiu na infância o nosso interesse sexual são omitidas em todas as reproduções do sonho, da histeria e da neurose obsessiva; apenas a paranoia reinstala os espectadores e, ainda que permaneçam invisíveis, infere com fanática convicção a sua presença. O que o sonho põe em seu lugar, “muitas pessoas estranhas” que não fazem caso do espetáculo que se lhes oferece, é precisamente o *oposto de desejo* daquela única pessoa, bem familiar, a quem se oferece o desnudamento.⁹⁹

E mesmo quando a paranoia reafirma os espectadores dos nossos atos voluptuosos, completa Freud, ela não o faz de outro modo: “observe-se que também a restituição da situação antiga, tal como

⁹⁹ Freud, S. (1900), p. 256.

se cumpre na paranoia, obedece a essa oposição. Já não se está sozinho, com toda segurança nos observam, mas os observadores são ‘muitas pessoas estranhas, curiosamente indeterminadas’¹⁰⁰.

Esses excertos, assim nos parece, são fundamentais para a compreensão da estrutura da fantasia de acordo com Freud. Em oposição (lógica) àquela “única pessoa, bem familiar”, da infância, que é o objeto infantil do desejo propriamente dito, erige-se um coletivo indiferente e indeterminado, que encarna de forma inerte a função do *olhar*. Ao invés de um particular concreto, encerrado nas malhas dos sistemas mnêmicos, eleva-se um universal abstrato *que não se podia apreender da memória de infância mesma*. Freud diz que o sonho põe no lugar dos espectadores específicos da infância “precisamente o *oposto de desejo*” – nós podemos completar que a fantasia (a faculdade de fantasiar, subentendida na fabricação do sonho, com arguimos há dois capítulos) põe, no lugar de um particular concreto, um universal abstrato. A primeira cena (já fantasística), é aquela na qual a criança expõe e propõe seu corpo ao olhar do outro – no entanto a esse desejo aparentemente simples a repressão se opõe com força, e o desejo, em seu circuito eterno, não tem outra saída a não ser repor as peças representacionais de que dispõe e, num esforço *lógico*, acaba por transpor a figura particular a uma função universal. Entre a cena primeira e a fantasia final (como apresentada pelo sonho) jaz a repressão – e é nessa dobra que a fantasia opera. Aí está a articulação temporal tal qual exercida na fantasia. Trata-se de uma temporalidade própria, que implica não só uma certa sequência cronológica bem estabelecida, mas também uma transição lógico-ontológica, um engendramento preciso do particular e do universal numa sequência concatenada e coerente de cenas fantasísticas¹⁰¹.

Temos com isso o acesso a uma outra dimensão *particular* da fantasia, pois que, além de parecer ser-lhe *essencial*, está ausente das formações representacionais da *memória*, no sentido estrito que se pode dar a esse termo. Numa memória sempre se encontram particulares concretos – e só se podem inferir funções ou universais abstratos caso haja, *por trás* dessa memória mesma, a atuação e o influxo de fantasias inconscientes. Nada nos permite dizer que nas memórias (sejam conscientes, sejam inconscientes) que o sujeito carrega consigo haja a articulação entre particular e universal como vimos ser efetuada na e pela fantasia. A memória, nós sabemos, para Freud é uma função importantíssima do aparelho psíquico: ela é a forma com que o organismo *registra* seus sucessivos choques com a realidade externa, ela é a origem da aprendizagem, ela é a possibilidade da passagem

¹⁰⁰ *Ibid.*

¹⁰¹ E toquemos aqui, mais uma vez de passagem, no conceito de *fantasias originárias*, visto que nelas o particular e o universal sofrem também uma articulação bastante precisa. Como veremos mais minudentemente no próximo capítulo, as fantasias ditas originárias podem ser conceituadas como *esquemas universais* pelos quais todo sujeito particular terá de passar. Nesses esquemas é sempre um *universal* que está em jogo (a castração, a sedução, o coito dos pais). O pai, a mãe, o pênis – todos esses elementos não são objetos particulares, mas sim funções muito específicas dentro da temática edipiana maior. O que o sujeito fará durante sua existência singular será se utilizar das representações particulares advindas de sua vida concreta e rearranjá-las de acordo com os esquemas universais transmitidos através da filogênese. Isso implica, deixemo-lo notado, que a possibilidade de articulação dos particulares concretos, *mesmo nas cenas fantasísticas em que o universal parece estar ausente*, se pauta precisamente na existência desses esquemas universais – o que torna a articulação entre o universal e o particular sob a pena freudiana um tema ainda mais complexo.

do princípio de prazer ao princípio de realidade. Nós nunca poderemos subestimá-la. A memória, conceito freudiano, tem também uma outra particularidade: ela está sempre atrelada ao particular; ela não é nunca senão a retenção (e reelaboração segundo as leis dos processos primários) de traços *particulares* de objetos *particulares* com os quais o sujeito se deparou desde o início de sua vida. Para que a passagem e a articulação das categorias lógicas do particular e do universal seja feita, é necessário que uma outra faculdade anímica entre em cena. No jogo (ou teatro) dos conceitos freudianos, essa faculdade nos parece ser, muito especificamente, a *fantasia*.

Mas por mais que tenhamos insistido nos aspectos lógicos das transições entre as cenas fantasísticas, algo mais ainda pode ser dito a respeito da relação entre a realização fantasística de desejo e as dimensões cronológicas do tempo. O último parágrafo da *Traumdeutung* é bastante elucidativo nesse quesito. Ele disserta sobre o sonho, mas logo veremos aonde essas quase mesmas palavras chegarão, oito anos depois:

E o valor do sonho para o conhecimento do futuro? Isso está fora de cogitação, naturalmente. Mais certo seria dizer, em vez disso, que eles nos dão conhecimento do passado, pois os sonhos se originam do passado em todos os sentidos. Não obstante, ainda assim a velha crença de que o sonho nos ensina o futuro não deixa de ter algum conteúdo de verdade. Na medida em que o sonho nos apresenta um desejo como realizado, transporta-nos para o futuro: mas esse futuro, que parece presente àquele que sonha, é moldado à imagem e semelhança daquele passado pelo desejo indestrutível.¹⁰²

Aqui está tudo muito explícito: o *desejo* é o agente da passiva da *moldagem* das imagens do sonho. É ele quem dá o motivo e a forma final ao mosaico onírico. Um desejo é desejo de algo; aponta, portanto, para o *futuro*. Mas o sonho, em sua reelaboração imagética de pensamentos inconscientes, não conhece o tempo futuro, mas somente o presente: esse futuro então *parece* (nós diríamos: *é sentido como*) *presente* para aquele que sonha. O desejo, porém, é indestrutível e tem suas raízes na infância do indivíduo; carrega consigo, portanto, sempre o *passado* do sujeito.

O sentido dessas palavras, as derradeiras da obra máxima da psicanálise, será quase que repetido oito anos depois, no artigo sobre o escritor literário. Agora, porém, Freud está a discorrer sobre o fantasiar implicado em toda criação artística:

¹⁰² *Id.*, p. 608.

O nexo da fantasia com o tempo é deveras substancial. É lícito dizer: uma fantasia oscila de certo modo entre três tempos, três momentos temporais do nosso representar. O trabalho anímico se liga a uma impressão atual, a uma ocasião do presente que foi capaz de despertar os grandes desejos da pessoa; desde então se remonta à recordação de uma vivência anterior, infantil o mais das vezes, em que aquele desejo se cumpria, e então cria uma situação referida ao futuro, que se figura como a realização desse desejo, justamente o sonho diurno ou a fantasia, em que vão impressos os traços de sua origem na ocasião e na recordação. Vale dizer, passado, presente e futuro são como os fios de um cordão trançado pelo desejo.¹⁰³

A diferença principal entre os dois trechos reside na significação do *presente* para a confecção desse cordão: no segundo excerto o presente tem a função de um deflagrador, na medida em que uma situação atual, vivida pelo sujeito (no mais das vezes uma frustração), força-o a buscar satisfação pulsional na esfera representacional. Mas é dedutível que mesmo nesse caso o presente tenha a mesma função tal qual apresentada em 1900: também na fantasia o desejo é apresentado como realizado *no presente*, numa cena fictícia armada e estruturada a despeito do princípio de realidade. Essa articulação das três dimensões temporais nos parece ser um caractere fundamental da fantasia, que pode estar ausente de outras formações do maquinário anímico. Mantenhamo-la em mente – ela nos será importante no próximo capítulo, quando retornamos à problemática do Tempo dentro do corpus teórico freudiano.

Mais uma vez, observemos bem, é o desejo o personagem principal dessa dramaturgia: é ele quem põe em movimento a maquinaria psíquica inconsciente (como Freud já afirmara em 1900), e é ele quem permite que se trancem as três dimensões do tempo cronológico. A partir dele a expectativa para um futuro (o futuro da satisfação) é moldado numa cena presente tendo como base certas experiências passadas. Essa articulação toda especial, ressaltemos, nós apenas a encontramos na fantasia – não na memória. Os sonhos não são meras memórias, apontava-nos Freud, e o mesmo se pode dizer da fantasia: estas se baseiam em representações mnêmicas, mas são um rearranjo, uma forma de replasmá-las, de *sintetizá-las* a partir de um motivo muito específico (o desejo) sob uma nova forma bastante específica. Uma forma narrativa, com todas as características especiais que descrevemos nas últimas páginas.

¹⁰³ Freud, S. (1908 [1907]), p. 130.

Feito todo esse percurso em quase quatro capítulos completos, podemos aventurar-nos a traçar um primeiro esboço do que se poderia chamar o estatuto epistemológico da fantasia no corpus teórico freudiano. Esboço tão-só, pois que ainda teremos palavras a lhe acrescentar mais adiante. Voltemos nossa atenção aos caracteres mais fundamentais da fantasia, que já entrevíamos no capítulo anterior, e que agora podemos estudar com mais minúcia: a fantasia é uma faculdade anímica de *síntese*; nela o desejo é encenado e enquadrado numa *narrativa* muito particular, na qual a atividade incessante da pulsão e a capacidade retentiva (a faculdade da memória) são interligadas; nessa narrativa há uma espécie de dobra entre sujeito e objeto, pois suas posições podem alternar-se sem muito controle; nessa narrativa fictícia que ele mesmo teceu, o sujeito a um só tempo representa e é representado, ou seja, o sujeito está sujeito às leis formais da fantasia e encontra-se sempre *dentro* dela; o desejo do objeto é sempre um pressuposto presente na fantasia e, deduzimos, é mesmo uma de suas peças mais fundamentais; a fantasia tem uma temporalidade própria e suas diversas fases estão sujeitas a leis formais; e a fantasia mesma é uma espécie de entrelaçamento narrativo entre as três dimensões cronológicas do tempo¹⁰⁴.

Nessa caracterização esquemática da estrutura representacional da fantasia fica clara a suma importância do objeto e do seu estatuto. A compreensão do conceito freudiano de objeto é imprescindível para a compreensão do conceito de fantasia. Nessa tarefa, porém, temos também de nos haver com um outro conceito capital da metapsicologia. Para que se estabeleça o estatuto da fantasia, é necessário retornar, ainda que brevemente, à canônica definição freudiana de pulsão. Com ela compreenderemos em que medida a fantasia é um nó lógico necessário, dentro da teoria, entre o particular e o universal. Na 32ª das *Novas Conferências*, cujo assunto é a angústia e a vida pulsional, encontra-se um resumo dessa definição, quase que uma retomada sucinta do que Freud expusera em 1915 em seu artigo metapsicológico:

¹⁰⁴ Essa síntese da estrutura representacional da fantasia acaba por mostrar que nossa pesquisa confirma e amplia o esquema apresentado por Laplanche e Pontalis em seu *Vocabulário da Psicanálise* no verbete “Fantasia”. Ali se diz que na fantasia se trata “de roteiros, ainda que se enunciem numa só frase, de cenas organizadas, suscetíveis de serem dramatizadas a maior parte das vezes de forma visual”; que nessas cenas “o sujeito está sempre presente”, e que não é simplesmente “um objeto que é representado, como visado pelo sujeito, mas uma sequência de que o próprio sujeito faz parte e na qual são possíveis as permutas de papéis”. O desejo, assim, “é articulado pela fantasia”, e ela “é igualmente lugar de operações defensivas; dá oportunidade aos processos de defesa mais primitivos, tais como o retorno sobre a própria pessoa, a inversão (de uma pulsão) em seu contrário, a negação, a projeção”. Os autores completam ainda dizendo que a “função primeira da fantasia” é a “*mise-en-scène*” do desejo”, “onde a *interdição* está sempre presente na própria posição do desejo” (Laplanche e Pontalis, 1982, pp. 172-3). Tudo isso é confirmado, repitamos, pela nossa pesquisa, que permitiu agregar a esses caracteres basais da fantasia alguns outros, correlatos a eles, relativos à função do objeto do desejo (que exerce o papel de um outro sujeito desejante) e à temporalidade inerente ao fantasiar.

Na pulsão podem distinguir-se fonte, objeto e meta. A fonte é um estado de excitação no corporal; a meta, o cancelamento dessa excitação, e no caminho que vai da fonte à meta a pulsão adquire eficácia psíquica. Representamo-la como um certo montante de energia que se esforça em determinada direção. Esse esforçar {*Drängen*} recebe seu nome: pulsão {*Trieb*}. Fala-se de pulsões ativas e passivas; mais corretamente deveria dizer-se: metas pulsionais ativas e passivas; também para alcançar uma meta passiva se requer um gasto de atividade. A meta pode alcançar-se no corpo próprio, mas por regra geral se interpõe um objeto exterior no qual a pulsão logra sua meta externa; sua meta interna segue sendo em todos os casos a alteração do corpo sentida como satisfação.¹⁰⁵

A pulsão é uma *atividade*, e uma atividade constante, sem pausa, que parte desde dentro do organismo. O caminho entre sua fonte e sua meta concede a ela uma eficácia psíquica – e com isso deduzimos: vincula-se a representações sem as quais esse caminho é impossível. A pulsão impele o organismo a uma cessação dessa estimulação endógena sempiterna, e nesse mover-se o organismo poderá, para tanto, se utilizar seja de seu próprio corpo, seja de objetos exteriores a ele. Atenção redobrada seja dada ao verbo utilizado por Freud: “por regra geral *se interpõe* um objeto exterior...” – interpor-se, além de fazer jogar com o sentido etimológico do termo *objeto*, implica quase um encontro acidental ou mesmo violento e a contragosto. A pulsão não se importa muito com o seu objeto. Ela quer mesmo é atingir a sua meta. E essa meta é sempre a mesma.

Encontra-se escrito em 1915, de forma peremptória: “a meta de uma pulsão é em todos os casos a satisfação que apenas pode alcançar-se cancelando-se o estado de estimulação na fonte da pulsão”¹⁰⁶. Sobre o objeto da pulsão, Freud não é menos preciso: “o objeto {*Objekt*} da pulsão é aquilo no qual ou pelo qual ela pode alcançar sua meta. É o mais variável na pulsão; não está enlaçado originariamente com ela, mas sim é-lhe coordenado apenas como consequência de sua aptidão para possibilitar a satisfação”¹⁰⁷. A tese freudiana, aqui, é clara a não mais poder: o objeto é, para a pulsão, um mero *instrumento*, um mero *meio* com o qual ela atinge a sua meta. As pulsões parciais (perversas por excelência) se importam apenas com sua própria satisfação: são os encarregados fragmentários do exercício de uma função universal (ainda mais se pensarmos na pulsão como uma função universal da espécie e, mais ainda, da vida como um todo, contraposta ao indivíduo, mero *meio* dessa função conservadora). Pouco lhes importa, a elas enquanto tais, quais sejam os objetos por meio dos quais a satisfação terá lugar. Importa, antes, é que haja o alívio da excitação, e quanto mais urgentemente melhor. As pulsões em sentido estrito tratam os objetos num regime utilitarista. Eles são o óleo da

¹⁰⁵ Freud, S. (1933 [1932]d). 32ª conferencia. *Angustia y vida pulsional*, vol. 22 da AE, p. 89.

¹⁰⁶ Freud, S. (1915a), p. 118.

¹⁰⁷ *Ibid.*

engrenagem da maquinaria, mas não a força que lhe impõe movimento. Para caracterizar o regime puro e perverso das pulsões, poder-se-ia parafrasear Hegel: é indiferente a esse rio pulsional que espécie de moinhos objetais ele faz girar¹⁰⁸. Importa mesmo é que o rio não tenha o seu curso interrompido e barrado e, caso assim seja, que ele não necessite transbordar em sintomas sem haver alcançado o próximo moinho.

Mas o organismo humano não é como a superfície aquosa, que, após o choque com um objeto qualquer, é perpassada temporariamente por ondas para em seguida retornar à sua placidez anterior. O organismo humano é perenemente afetado pelo seu encontro com a realidade externa, e nesses choques ele retém traços particulares de objetos particulares. A faculdade da memória é essa potência da alma de se deixar marcar pelos encontros entre sujeito e objeto, sob a forma do tesouro em sua maior parte inconsciente de representações. Estas se ramificam, estabelecem conexões e associações entre si, organizam-se em diversas camadas e estratos, numa combinatória labiríntica, e podem recombinar-se em ulteriores, novas e falsas memórias (que não deixam de ser memórias, nunca nos esqueçamos). Ainda que a esmo, no oceano da confusão dos processos primários, são ainda barcos mnêmicos os batéis que ali navegam. A memória enquanto tal é a forma pura da intrincada e complexa relação do sujeito com o particular – nela o que há de universal é a sua função, e essa função consiste em reter (e possibilitar a reorganização de) traços particulares numa cadeia quase infindável de relações lógicas entre as representações.

E é no encontro entre o particular da memória e o universal da pulsão que se erige o campo do *desejo*. Esse campo, o de um circuito indestrutível e afastado do mero campo da *necessidade*, é desde a sua ativação a inscrição das representações mnêmicas e do regime das pulsões num horizonte novo: o horizonte da fantasia. Sem a fantasia, o desejo seria limitado ao campo puro do particular – haveria associações entre as representações de acordo com as leis que regem os processos primários, mas elas não poderiam ser nada além do remanejamento (associacionista) das impressões fornecidas pelo contato com a realidade material (é o que se depreende do conceito, pré-psicanalítico, de desejo presente no *Projeto*). Do mesmo modo, sem a fantasia o campo do universal a partir do qual se erige o conceito de pulsão não teria ligação com o campo do particular – cada particular seria pura atualização (em sentido aristotélico) do universal que se chama pulsão. Em suma, cada objeto da pulsão não teria importância nenhuma em si, mas apenas enquanto alvo da ação da pulsão. O objeto seria, assim, impessoalizado. É com a fantasia que o objeto não é pura coisa da pulsão (mas sim um outro sujeito desejante) e tampouco é puro particular (mas também ponte por meio da qual o universal enquanto categoria faz-se presente). A fantasia é, assim, a faculdade anímica de síntese que permite a relação e transição entre o universal e o particular enquanto categoria lógicas. O homem, por um

¹⁰⁸ “É indiferente a esse rio da vida que espécie de moinhos ele faz girar” (Hegel, 1807, p. 206). Trata-se, não coincidentemente, de um trecho da parte V da *Fenomenologia do Espírito*, (V, A, a), intitulada “Observação da natureza”.

lado, não é um mero ser da pulsão, que trataria seus objetos libidinosos como se fossem instrumentos substituíveis, e tampouco é um puro ser individual em encontros individuais com outros seres individuais. Inerente a cada encontro particular se entranha a sombra de um objeto anterior e substituível (e eis a pulsão pulsando em sua universalidade), inerente a cada satisfação pulsional impessoal se entranham os traços particulares de um objeto insubstituível (e eis a memória conservando no coração do sujeito a inefabilidade dos encontros particulares).

Na fantasia, portanto, sujeito e objeto estão enlaçados necessariamente, numa forma representacional *sui generis*. Mas nunca é demais relembrarmos que dentro da teoria freudiana não há um vínculo assegurado *a priori* entre pulsão e objeto. Como disse Monzani num artigo a que ainda nos remeteremos, “a teoria da sexualidade elaborada por Freud [...] tem como um de seus pilares básicos a ideia de uma total separação entre pulsão e objeto de pulsão”¹⁰⁹. Essa separação, nós já pudemos notá-la nos trechos citados acima, referentes ao objeto e à meta da pulsão. Isso tudo significa dizer que as relações, complexas e necessárias, entre sujeito e objeto na fantasia só se dão a partir de uma vinculação entre pulsão e objeto (o que implica dizer que *desejo*, *processos primários* e *fantasia* são conceitos freudianos epistemologicamente interligados e interdependentes, que só podem ser compreendidos em sua relação mútua). Na ausência dessa vinculação as coisas poderão passar-se de um outro modo. Estaríamos em um aquém da fantasia. O próximo capítulo será destinado, deixemo-lo anunciado, ao estudo desse *fora* da fantasia, ou, em termos talvez melhores, dessa dimensão do maquinário pulsional na qual a fantasia é inoperante.

No início deste capítulo, ao seguirmos as indicações da letra freudiana relativas às peculiaridades do método analítico (que, além de *analisar* as formações psíquicas e curar de lhes captar os elementos mais básicos, tem como princípio a análise *genética* e *histórica* dessas mesmas formações), nós partimos em busca do tempo e do espaço da fantasia. Então duas perguntas básicas se fizeram: onde se localiza a fantasia e quando ela é ativada? Quanto ao espaço, vimo-la espalhada por toda parte; quanto ao tempo, vimos em que medida os trechos de Freud podiam dar margens sólidas a dúvidas. A fantasia pareceu ser cada vez mais recuada no tempo, até o ponto de estar implícita em qualquer formação psíquica inconsciente que se pautasse no princípio de prazer. Isto é, a partir da instauração de uma repressão primária (*Urverdrängung*), as moções pulsionais se vinculariam a determinadas representações (advindas da experiência do sujeito), e o circuito do desejo poderia fazer girar sua roda incessantemente, sob o fundamento das leis formais implicadas nos processos psíquicos primários. A *Urverdrängung* instauraria, assim, a divisão inconsciente-consciente, a atividade anímica tal qual estudada pela metapsicologia freudiana, e, a um só tempo, a

¹⁰⁹ Monzani, L. R. (1991b). *A “fantasia” freudiana*, pp. 100-1.

articulação das representações em cenas narrativas fantásticas (desde os seus modos mais rudimentares, como a fantasia canibal de incorporar o objeto, via devoração, até suas formas mais requintadas, como as mitologias e as obras de arte). Psiquismo e fantasia seriam, assim, quase que sinônimos.

É tempo então de admitir que nós fizéramos as perguntas erradas: havíamos nos interrogado a respeito do tempo e do local *da* fantasia, quando, para que se estudasse a alma, fazia-se necessário perquirir o tempo e o local *na* fantasia. Nós partimos de uma relação genitiva (*tempus spatiumque phantasiae*) e chegamos a uma relação ablativa (*tempus spatiumque in phantasia*), tal qual vimos ser estabelecida pelo próprio Freud a respeito das memórias encobridoras. Isso não pode ser à toa: nós vimos como o rememorar implicava o *de* latino (ou o *über* alemão), partícula que alterava a relação tética entre o ato de recordar e o objeto recordado (as memórias não são memórias *de* algo, mas sim *sobre* algo); nós situamos, inclusive, a memória nessa partícula mesma. Percebeu-se, entretanto, que por trás das memórias encobridoras jaziam fantasias inconscientes, ou seja, que a faculdade de fantasiar lhes era uma subjacente condição de possibilidade. Ora podemos afirmar que a instauração dessa *dobra* entre sujeito e objeto é a fantasia mesma. Pois é precisamente ela o que permite que a ambiguidade entre sujeito e objeto seja tramitada numa fabricação perene de sentido (num correlato remanejamento da energia libidinal), fazendo com que a memória enquanto faculdade possa funcionar no seu ziguezague estonteante.

Era necessário, todavia, que fizéssemos as perguntas erradas para que tomássemos o caminho correto: não podíamos pressupor tamanha importância para a fantasia, os textos freudianos não nos permitiam que essas afirmações fossem feitas com segurança (a não ser que eles fossem lidos em conjunto e tematicamente). Nós tínhamos um relance, uma série de pistas que expusemos no fim do segundo capítulo deste estudo, e nos propusemos segui-las para averiguar a real importância epistemológica do conceito de fantasia dentro da teoria freudiana – a partir do corpus teórico freudiano mesmo, sem que se buscassem referências externas a ele. A conclusão a que se pode chegar é que, como que num espelhamento com a sua estrutura representacional, a fantasia não é um conceito elementar (no sentido forte deste termo), mas sim uma espécie de *conceito-síntese* de outros conceitos e deles dependente (estes sim elementares do ponto de vista de uma epistemologia da psicanálise, como os de pulsão, inconsciente, objeto da libido, desejo), cujas elaboração e concretude, porém, só são possíveis mediante o conceito de fantasia. As ligações epistêmicas entre o conceito de pulsão e o de realidade (material), entre o conceito de processo primário e o de desejo, e assim por diante, só podem ser plenamente estudadas por intermédio do conceito de fantasia, sendo este como que o nó no qual todos eles desembocam necessariamente. É como se esses elementos metapsicológicos com que o químico das pulsões tem de lidar em seu trabalho de teorização já estivessem desde sempre

articulados, sintetizados, enredados num horizonte semiótico prévio a todos eles, que lhes fornece a condição de possibilidade, que lhes permite tramitar e interagir entre si: a fantasia.

A invisibilidade epistemológica

No capítulo anterior nós notamos a alta importância que a fantasia tem para a clínica (Freud em seu consultório é um exímio e obstinado caçador de fantasias) e para a teoria nosográfica freudiana (é impossível compreender as diferenças e relações entre neurose, psicose e perversão sem se levar em conta esse conceito). Neste capítulo tivemos acesso a mais graus de sua importância epistemológica, ao notar, novamente (como no segundo capítulo), que a fantasia enquanto faculdade parece subjazer a uma série de formações psíquicas, desde as conscientes até as inconscientes. E o produto originário dessa faculdade anímica (a fantasia enquanto formação psíquica), deduziu-se, tem uma estrutura representacional bastante ímpar, que revela, em si mesma, as complexidades, dentro da teoria freudiana, das relações entre sujeito e objeto, entre o desejo de um e o desejo do outro, entre a energia e o sentido. É de causar certo espanto, por conseguinte, que a fantasia enquanto conceito faça aparições tão-somente pontuais e tímidas na metapsicologia freudiana e em seus momentos de teorização e formalização mais agudos.

Partamos para os confins finais da produção freudiana, a fim de ilustrar o nosso ponto. No que pode ser considerado um de seus inacabados testemunhos da senectude, o chamado *Esquema de Psicanálise*, a fantasia aparece somente uma vez, num trecho singular em que Freud está a dissertar sobre o complexo de Édipo: expõe-se então o fato de o menino estar destinado a renunciar à sua mãe enquanto objeto sexual a partir da intervenção da ameaça de castração, mas que, após tal renúncia, apesar do abandono também da masturbação, ele seguirá realizando seus desejos em fantasias (nas quais poderá identificar-se tanto com o pai quanto com a mãe). Freud conclui em seguida que alguns derivados dessas fantasias podem adentrar o eu adulto e fazer parte importante do caráter do sujeito¹¹⁰. E é só. Nenhuma menção posterior à fantasia é feita. É como se o leitor, enfim, tivesse de se contentar com essa aparição coadjuvante em cena, ou como se a fantasia fosse uma velha conhecida nossa cuja presença não fosse assim tão importante. Fato irônico e curioso é que o texto encontra-se suspenso num capítulo derradeiro e incompleto, chamado *O mundo interior*, em cujo interior a fantasia não tem presença, mas no qual, quem sabe, ela pudesse emergir. Mas não emergiu. No início do texto pode ler-se que “o propósito deste breve trabalho é reunir os princípios da psicanálise e expô-los, por assim dizer, dogmaticamente – da maneira mais concisa e nos termos mais inequívocos”¹¹¹, e lá vai Freud dizer do aparelho psíquico, da dualidade pulsional, do desenvolvimento sexual, da

¹¹⁰ Freud, S. (1940 [1938]). *Esquema del psicoanálisis*, vol. 23 da AE, p. 190.

¹¹¹ *Id.*, p. 139.

interpretação dos sonhos, da repressão, inclusive da cisão do eu (conceito novo, fresco, ainda nebuloso)... mas sobre a fantasia pesa um silêncio quase absoluto. Ou ela não faz parte dos chamados princípios da psicanálise – ou, e aqui está uma hipótese mais interessante, não seria possível expô-la dogmaticamente, isto é, concisa e inequivocamente, tamanhas as aporias ou problemáticas teóricas nas quais o conceito de fantasia se encontra enredado. Num dos últimos resumos teóricos de Freud, no qual há diversas reflexões metapsicológicas dignas de nota, a fantasia é apenas um conceito secundário. E talvez um dos mais secundários de todos.

O que se pode notar, porém, é que, quase paradoxalmente, na tessitura da metapsicologia freudiana a fantasia é ubíqua em sua notável invisibilidade. Invisível no *conteúdo* do texto, mas não em sua *forma*, eis a resolução do aparente paradoxo: ainda que citada apenas duas ou três vezes num texto teórico inteiro, lá subjaz a fantasia (*tal qual no próprio aparelho psíquico*) como o campo formal, como o horizonte semiótico a partir do qual o sentido da letra freudiana pode ser compreendido em sua plenitude. Façamo-nos explicar.

Tomemos em primeiro lugar como exemplo o artigo metapsicológico sobre as pulsões (que conta seguramente entre os textos teóricos mais importantes de Freud). O próprio título nos diz: dissertar-se-á ali sobre as pulsões e os seus destinos. A fantasia poderia ser conceituada como um vero e mero *destino* da pulsão? É difícil que as coisas se deem desse modo, pois nos ínterims do texto ela não é citada enquanto tal e, mais do que isso, faz aparição não mais que uma vez. Trata-se da análise a um só tempo magistral e delicada do par de opostos sadismo-masoquismo. Como Freud indica, o processo envolvido nesse par de opostos tem três momentos distintos¹¹²: em primeiro lugar há o sadismo (estamos em 1915, não nos esqueçamos), que “consiste numa ação violenta, numa afirmação de poder dirigida a outra pessoa como objeto”; no segundo momento “este objeto é resignado e substituído pela própria pessoa”, ou seja, a moção pulsional agressiva retornou, desde o objeto exterior, para a própria pessoa, e com isso “se consumou também a mudança da meta pulsional ativa em uma passiva”; no terceiro e derradeiro momento, “busca-se de novo como objeto uma pessoa alheia que, como consequência da mudança sobrevinda na meta, tem que tomar para si o papel de sujeito”¹¹³. É interessante notar como Freud se utiliza nesse trecho do termo *sujeito* – utilização rara e pontual, que revela um cuidado com seu vocabulário. Com efeito, Freud não o usa em alguma de suas acepções filosóficas, mas tão-somente, assim nos parece, num sentido quase gramatical. Não se trata de um sujeito tal qual o sujeito transcendental kantiano, mas sim de um agente que executa

¹¹² O que não deixa de evidenciar que a *lógica* dos processos psíquicos, para Freud, constituída sempre ou quase sempre de três momentos, como as fantasias de espancamento mesmas demonstram, não deixa de ser homogênea e é descomposta em um silogismo afirmativo, em uma negação desse primeiro silogismo e, por fim, em uma formação de compromisso, na qual os dois primeiros momentos são a um só tempo negados e afirmados. Qualquer semelhança com os esquemas dialéticos hegelianos talvez não seja mera coincidência.

¹¹³ Freud, S. (1915a), p. 123.

determinada ação. Nesse caso a situação é clara, pois Freud diz que um *objeto* exercerá o papel de *sujeito*. Com a sua meta pulsional tendo-se tornado passiva, o *sujeito freudiano* depende das ações de um outro *sujeito* para atingi-la – e é aí que um *objeto* da pulsão pode exercer o papel de *sujeito* da ação, e um *sujeito* da pulsão (se é que podemos expressar-nos assim) exerce o papel de *objeto* da ação.

Nós já víamos poucas páginas atrás essa mesma ambiguidade entre sujeito e objeto¹¹⁴, porém em locais muito específicos, e todos eles relativo ao circuito do desejo e à sua realização fantasística. Não surpreenderá que Freud conclua, logo a seguir, no mesmo artigo: “o caso *c* é o do masoquismo, como comumente se o denomina. A satisfação se obtém, também nele, pelo caminho do sadismo originário, enquanto o eu passivo se translada na fantasia ao seu posto anterior, que agora se deixa ao sujeito alheio”¹¹⁵. Temos em mãos, assim, a exata mesma situação envolvida na fantasia de espancamento – a grande diferença é que a fantasia enquanto tal aparece somente à francesa, de soslaio, sendo que ela é, sem dúvida alguma, um dos elementos mais importantes dessa equação lógica de um dos possíveis caminhos da pulsão. Aparentemente no momento *c* há ainda uma posição libidinal na qual o sujeito tem um gozo masoquista, mas *na fantasia* o eu passivo se translada para a sua antiga posição ativa, por meio de identificação, pode-se deduzir. Ora, o que se depreende desse trecho capital não é somente que a fantasia é quase um campo onde sujeito e objeto podem ter seus posicionamentos transladados, mas que é muito possível que a fantasia esteja *subentendida* em diversas passagens freudianas, *mesmo sem ter sido mencionada*.

Entre os destinos das pulsões se encontram, além da repressão e da sublimação (conceito espinhoso), a volta da pulsão para o próprio eu (justamente o caso analisado do masoquismo) e a inversão do afeto (de amor para ódio, por exemplo). Ora, nessa descrição do processo sádico-masoquista, *não há* a interferência explícita da repressão (há que se deduzir a existência de no mínimo uma *Urverdrängung*, mas não de “repressões propriamente ditas”), o que nos faz crer ser muito razoável questionar se não é possível a fantasia estar subjacente a outros processos pulsionais, como na inversão amor-ódio, ou no par de opostos ver e ser visto. A fantasia parece estar subentendida em outros lugares, ainda. No mesmo artigo, dez páginas adiante, encontra-se escrito: “etapas prévias do amar se apresentam como metas sexuais provisórias no curso do complicado desenvolvimento das pulsões sexuais. Discernimos a primeira delas no *incorporar* ou *devorar*, uma modalidade do amor compatível com a supressão da existência do objeto como algo separado, e que portanto pode denominar-se ambivalente”¹¹⁶. Como não enxergar aí, nessa “etapa prévia do amar” cujo verbo é o

¹¹⁴ E não é à toa que Freud tenha afirmado, a respeito da fase *c* do processo descrito: “o verbo em voz ativa não se muda em voz passiva, mas sim a uma voz média reflexiva” (*Ibid.*).

¹¹⁵ *Ibid.*

¹¹⁶ *Id.*, p. 133.

incorporar ou o *devorar*, a necessidade da existência, não de desejos soltos de incorporação ou devoração, mas sim de *fantasias* de devorar e incorporar?

Mencionemos, sem nos demorar muito, o exemplo disso que nos parece ser o mais eloquente, o do artigo de 1917¹¹⁷ sobre as transposições da pulsão, que toma como exemplo privilegiado o caso do erotismo anal. Nesse artigo Freud retoma algumas das descobertas que fizera no caso do Homem dos Lobos a respeito do que mais tarde seria chamado de “equação simbólica”. No caso, trata-se de uma série de equivalências, quase universais, diz-nos Freud, entre *pênis*, *filho* e *fezes*. Nesse artigo vemos como é *refinado* o trabalho do inconsciente ao fabricar símbolos e analogias: parte-se do erotismo anal, conflui-se no erotismo fálico; tem-se a problemática da relação com o objeto, que é amovível (fezes, filho, pênis); contém-se aí também a temática do *presente* que se doa a outrem amado, como as fezes, na fase anal, mas também o filho, para a sexualidade genital, e a relação desses elementos com o dinheiro; ademais, entra em jogo também o narcisismo, pois é a partir da ferida narcísica causada pela chegada da “realidade objetiva da castração” que a garota deseja conseguir um pênis a partir de um filho. Em suma, toda uma complexidade intrínseca ao funcionamento da sexualidade humana. Mas o que chama a atenção é que a *fantasia* enquanto conceito aí é pouca citada, embora ela seja propriamente o *terreno* no qual todo o texto caminha e esteja implicada *logicamente* em cada argumento freudiano. Ela é como que o *horizonte* semiótico que permite a Freud escrever o texto. Ela está (quase) invisível enquanto conceito, mas é a condição mesma de possibilidade do próprio texto, ou melhor, dos próprios raciocínios de Freud e de seu *sentido*.

Outro exemplo bastante expressivo se encontra no artigo de 1925 sobre as consequências psíquicas das diferenças anatômicas entre os sexos. Após um longo percurso argumentativo, no qual Freud vai colhendo aos poucos os efeitos anímicos da presença ou ausência de um pênis no corpo do sujeito e desemboca nas diferenças inerentes ao complexo de castração em homens e mulheres, ele acaba por dizer que “a diferença entre homem e mulher quanto a essa peça do desenvolvimento sexual é uma compreensível consequência da diversidade anatômica dos genitais e da situação psíquica enlaçada com ela; corresponde à distinção entre castração consumada e mera ameaça de castração. Assim, nosso resultado é no fundo algo trivial que poderia ter sido previsto”¹¹⁸. Aí fala-se de uma “castração consumada” e de uma “mera ameaça de castração”. Ora, no caso da *castração consumada*, Freud não está pisando o solo da realidade objetiva, visto que a garotinha *nunca foi castrada*, mas sim o solo da realidade psíquica – o horizonte semiótico no qual o *sentido* do texto de Freud se dá não é outro senão a fantasia mesma. Não se deve ler esse trecho como se, na cabeça de Freud, as meninas fossem *de fato* (consumadamente) castradas. A fantasia, aqui, mais do que conceito, é o horizonte semiótico que aufere sentido ao trabalho freudiano de conceituação. A fantasia sequer

¹¹⁷ Freud, S. (1917). *Sobre las trasposiciones de la pulsión, en particular del erotismo anal*, vol. 17 da AE.

¹¹⁸ Freud, S. (1925a), *Algunas consecuencias psíquicas de la diferencia anatómica entre los sexos*, vol. 19 da AE, p. 275.

aparece nesse texto – mas ela é a chave que permite sua compreensão. Freud, seus textos, seu método, sua disciplina (a psicanálise) pisam pé no país da fantasia, e é somente assim que se pode criticá-lo, estudá-lo, investigá-lo, perquiri-lo. Assim, o resultado *não* é trivial e *não* poderia ter sido previsto.

Novamente o dito do *Liber Secundus* da *Eneida* se nos mostra pertinente, mas desta vez somos nós que empregamos força para que a fantasia franqueie caminho numa análise epistemológica do corpus freudiano. Estando ela relegada, na formalização teórica de Freud, a menções marginais e a notas de rodapé, foi preciso força de nossa parte para que sua centralidade conceitual se fizesse notar. Pode-se a respeito da fantasia e da sua importância epistemológica dentro da teoria freudiana inverter a bela sentença de Sêneca¹¹⁹: não mais *Nusquam est qui ubique est*, mas sim *Ubi est qui nusquam est* – está em todos os lugares aquele que se encontra nenhures.

¹¹⁹ “Encontra-se em nenhum lugar aquele que está por toda parte”, “Nusquam est qui ubique est” (Seneca, *Liber Primus* das *Epistolae Morales ad Lucilium*, Epístola II).

Capítulo 5 – Fantasia e memória II

Estaria, contudo, a fantasia em todos os lugares? Seria ela a condição de possibilidade das mais variadas operações do psiquismo, o solo de onde brota a miríade de composições anímicas de que o homem ostenta ser capaz? Onipresente, somente Deus: Deus talvez seja uma fantasia, mas a fantasia não é um deus. Não é causa de si mesma, e encontra seus fundamentos ontológicos alhures. Muito embora a faculdade de fantasiar tenha sido vislumbrada como fundamento e condição de possibilidade de diversas estruturas e formações representacionais anímicas, ela mesma há de se reportar a algum fundamento alheio, para que possa funcionar efetivamente. Nós já vimos: a *Urverdrängung* parecer ser um ponto-limite, antes de cuja efetuação a fantasia enquanto tal não existe. Esta estaria, pois, *na* origem do aparelho psíquico. Não nos permitiremos dizer ser ela a origem mesma do anímico: nós veremos quão desapontador é o ato de apontar o ponto de origem de determinados termos e termos da teorização freudiana. É mister, antes, tratar de apreender o que mais há, além da repressão originária, nesse ato ou estado ambíguo de fundação. O que a verve analítica de Freud captará é, talvez paradoxalmente, precisamente uma síntese originária.

É nos confins tanto do funcionamento do aparelho psíquico quanto da teorização freudiana que encontraremos esse ato originário. Nós veremos ressurgir a vetusta problemática do *trauma* sob a pena freudiana, que, conquanto nunca tenha estado totalmente ausente, havia sido um personagem secundário e muitas vezes malquisto dos atos mais importantes. O conceito de trauma reaparecerá com toda força (ele mesmo, parece-nos, é um *trauma* dentro da teorização freudiana, e teve de retornar para ser trabalhado e elaborado) e fará parte de uma reconsideração, da parte de Freud, de um dos alicerces da doutrina psicanalítica. Estaremos defronte também ao velho tema das duas classes de memória e da relação entre sujeito, memória e Tempo. Isso tudo agora, porém, terá de se haver com o conceito freudiano que possibilitou sepultar a teoria da sedução: o conceito de fantasia, cujos limites poderemos encontrar então, também nos limites da teorização e do funcionamento do aparelho psíquico.

Esse ponto de origem, que Freud tanto almeja encontrar, será a um só tempo captado e perdido. Como água, escorrerá por entre as mãos conceituais do teórico. A extrema semelhança desse fato com o encontro e a perda do objeto, parece-nos, não é mera coincidência: trata-se de uma necessidade lógica que emana dos interstícios dos conceitos freudianos (e que espelha, de acordo com essa mesma teoria, o modo como o sujeito apreende os objetos à sua volta). Estaremos, se não é ousadia demais dizê-lo, nas bordas do tempo e nas bordas do sujeito: tanto o indivíduo em sua incorrigível solidão quanto a humanidade inteira terão para si esses pontos-limite, esse pontos que operam uma dobra incontornável do tempo. É nesses pontos que começa a História, é a esses pontos que o homem retorna desde sempre e para sempre. Mas deixemos de palavreados abstratos e grandiloquentes, e nos

dirijamos à dobra incontornável do discurso de Freud à qual seus leitores e comentadores retornaram sempre e sempre hão de retornar: o conceito de pulsão de morte.

A face demoníaca da vida

“A doutrina das pulsões é nossa mitologia, por assim dizer. As pulsões são seres míticos, grandiosos em sua indeterminação. Em nosso trabalho não podemos prescindir nem um instante delas, e no entanto nunca estamos seguros de vê-las com clareza”¹ – é o que lemos na trigésima segunda das *Novas Conferências*, escritas a fim de prover ao público maior os novos conceitos da teoria psicanalítica; dentre eles jaz o de pulsão de morte, introduzido havia mais de dez anos. As pulsões, esses seres míticos, são conceitos subentendidos em toda interpretação analítica, na medida em que elas subjazem a toda expressão psíquica, a todo fenômeno anímico. Elas são a fonte de qualquer atividade do organismo, e o que está em jogo na teorização metapsicológica, por fim, não é nada além dos destinos variegados das pulsões. Freud postulara desde cedo a atuação conjunta e antagônica de duas classes básicas de pulsões, que concerniriam à conservação da espécie e à conservação do indivíduo, respectivamente. Com a problemática que envolve o conceito de narcisismo, as ditas pulsões de autoconservação (ou pulsões egoicas) passam a ser um problema, pois o eu vem a ser, então, um dos possíveis objetos da libido (a energia das pulsões sexuais). Em 1914 Freud cura de pôr as cartas na mesa, não se evadindo das possíveis contradições que seus conceitos portam consigo mesmos, mas ainda assim não admitindo, como que pela porta dos fundos, um monismo que não lhe aprazia: mantém-se no dualismo indivíduo-espécie, no dualismo fome-amor, conquanto essa dualidade já não mostre ser suficientemente sólida. É em 1920 que o novo e último dualismo se instaurará.

Essa instauração é precedida por um longa vereda argumentativa, que ora intentaremos tomar e resumir. Nos três primeiros capítulos de *Além do princípio do prazer*, Freud vai elencando os fenômenos intrigantes e insistentes que ele pôde coligir em sua observação empírica e que contradizem certos aspectos da sua teoria das pulsões; é como se ele nos dispusesse as peças de um quebra-cabeça, uma trás a outra, com cujo conjunto assim arranjado só sobrasse um único quadro final. E quando Freud arremata, postulando a existência da pulsão de morte, somos pegos pelo fio lógico e não podemos deixar de pensar que essa era, por fim, a única conclusão possível. Freud parte dos princípios: “na teoria psicanalítica adotamos sem reservas o pressuposto de que o decurso dos processos anímicos é regulado automaticamente pelo princípio de prazer. Quer dizer: cremos que em todos os casos uma tensão desprazerosa o põe em marcha, e depois adota tal orientação que seu

¹ Freud, S. (1933 [1932]d), p. 88.

resultado final coincide com uma diminuição daquela, isto é, com uma evitação do desprazer ou uma produção de prazer”² – tais as sentenças que abrem o texto. Está dada a primeira peça do quebra-cabeça: o princípio de prazer. O organismo funciona à sua base, e sua conduta caminha sempre nessa direção. Eliminar o acúmulo de tensão, evitar o desprazer, angariar algum prazer. Esse é para Freud o princípio mais basal do funcionamento do organismo no mínimo desde 1900, se consideramos somente seus trabalhos publicados em vida. Mas as peças restantes, que subseguirão, lhe serão contrapostas.

Essa série de contraposições empíricas ao reinado supostamente ubíquo do princípio de prazer é iniciada com a neurose traumática³. Rebento frequente da primeira grande guerra, a neurose traumática traz de volta à cena aquele velho personagem chamado trauma. Nela a configuração é a seguinte: o indivíduo que passou por alguma situação extrema, que lhe causou então um terror inenarrável, revive tal trauma em sonhos, que se repetem indefinidamente. “O enfermo [...] está, por assim dizer, psiquicamente fixado ao trauma”⁴, e é como se este o assediasse enquanto ele dorme. O sonho, principal via de acesso ao conhecimento dos processos anímicos, nesse caso “reconduz o enfermo, uma e outra vez, à situação de seu acidente, da qual desperta com renovado terror”⁵. O sonho, viu-se com certo detalhe no segundo capítulo deste estudo, é uma realização disfarçada de um desejo reprimido. Em que medida reviver um trauma é realizar um desejo, sendo o trauma uma vivência desagradável em extremo?

A segunda peça adida à urdidura do enigma é a dos jogos infantis⁶. Nós já vimos em capítulos passados, também, que para Freud as brincadeiras infantis consistem em realizações encenadas de desejos, sobretudo o desejo de ser adulto. Em seus jogos as crianças podem simular ser os adultos que tanto admiram e que tanto desejam ter somente para si: criam narrativas fantasiosas nas quais seus mais diversos e incompatíveis desejos são realizados. Mas há nesses jogos inocentes algo mais, um fenômeno que parece não ser compatível com o princípio de prazer. Nesse íterim do texto Freud expõe um jogo repetitivo de uma criança de um ano e meio de idade: ela lançava para frente um carretel, emitindo um demorado “o-o-o-o”, e em seguida o puxava de volta por meio da linha, adindo um sonoro “da”. “Esse era, pois, o jogo completo, o de desaparecer e retornar. O mais das vezes apenas se pudera ver o primeiro ato, repetido por si só incansavelmente em qualidade de jogo, embora o prazer maior, sem dúvida nenhuma, correspondia ao segundo”⁷. Segundo Freud, a primeira vocalização da criança correspondia a um “fort”, que significa “[ido] embora”, algo que “se foi”; a

² Freud, S. (1920a), p. 7.

³ *Id.*, pp. 12-3.

⁴ *Id.*, p. 13.

⁵ *Ibid.*

⁶ *Id.*, pp. 14-7.

⁷ *Id.*, p. 15.

segunda vocalização, por sua vez, é explicitamente o advérbio “da”, que se traduziria por “lá”, “ali” ou “aí”. Eis o célebre jogo do “fort-da”, que encena, diz-nos Freud, a desapareição e reaparição da mãe da criança. Por meio do jogo ela toma uma situação perante a qual não pode ser mais que passivo (o fato de a mãe ir-se embora e deixá-lo sozinho de tempos em tempos) e torna-se senhor dela, passando a ser a sua parte ativa. O esquema da brincadeira como um todo, contudo, não se enquadra totalmente na maquinaria lógica do princípio de prazer. “É impossível que a partida da mãe lhe resultasse agradável, ou ainda indiferente. Como então se concilia com o princípio de prazer que ele repetisse em qualidade de jogo essa vivência penosa para ele?”⁸. O retorno da mãe pode ser fonte de prazer, adiciona Freud, mas o enigma reside em que a criança nem sempre encena esse retorno: muitas vezes, ao contrário, repete infatigavelmente a primeira parte do jogo, lançando uma, duas, três vezes o carretel para longe, sem dar-se ao trabalho de fazê-lo reaparecer com o respectivo e jubiloso “da”.

Têm-se então dois fenômenos que parecem contrapor-se ao regime do princípio de prazer: a neurose traumática e a repetição incessante presente no brincar infantil. Mas antes de nos brindar com mais peças, Freud faz uma pausa e nos relembra quão complexo é o reino do princípio de prazer, visto que mesmo neste o desprazer está envolvido. O exemplo auferido é o das peças dramáticas:

O jogo [*Spiel*] e a imitação artísticas praticados pelos adultos, que diferentemente da conduta da criança apontam à pessoa do espectador, não poupam a esse último as impressões mais dolorosas (na tragédia, por exemplo), e apesar disso ele pode senti-las como um elevado gozo. Assim nos convencemos de que mesmo sob o império do princípio de prazer existem suficientes meios e vias para converter em objeto de memória e elaboração anímica aquilo que em si mesmo é desprazeroso.⁹

Ora, o que Freud traz aí é que mesmo o que é em si mesmo desprazeroso pode ser elaborado nos meandros da alma: é transformado em objeto de memória, por exemplo, e pode vir a ser trabalhado enquanto matéria-prima de uma peça teatral. É-nos interessante que o exemplo dado por Freud seja o do teatro, visto ser ele sempre vinculado, para a teoria freudiana, com o tema das fantasias: estas, nós vimos, são uma espécie de teatro pessoal, a partir do qual o artista é capaz de confeccionar as obras cujo intuito é comover a universalidade de seus espectadores. Nessa comoção coletiva o desprazer é peça fundamental. Mas o que Freud descreveu até então, isto é, as duas aporias aportadas pela neurose traumática e pela repetição do jogo infantil, não pode ser inserido nas malhas desse reino complexo. Está-se mediante, antes, à “ação de tendências situadas mais além deste [do princípio de prazer], quer dizer, tendências que seriam mais originárias que o princípio de prazer e

⁸ *Ibid.*

⁹ *Id.*, p. 17.

independentes dele”¹⁰. Mais duas séries de fenômenos serão agregadas antes de se chegar à definição de que tendências enigmáticas são essas.

A peça seguinte advém da terapia analítica mesma e consiste nos fatos da transferência¹¹: durante seus processos terapêuticos os pacientes transferem para a figura do analista as imagens inconscientes dos objetos libidinosos que tiveram um dia de abandonar. Mas há várias formas de reviver o passado envolvidas na análise: o doente pode desde rememorar conteúdos outrora esquecidos (e reprimidos), como pode repetir, em ato, certos padrões de conduta com os quais vivera no passado perante seus objetos de amor (o pai, a mãe e os irmãos, no mais das vezes). Nós vimos no terceiro capítulo: quando da eclosão de uma enfermidade neurótica, o sujeito regride a fases anteriores da libido através da fantasia, nas quais sua libido pudera satisfazer-se com objetos que, para ele infelizmente, tiveram de ser resignados. Trata-se do retorno a pontos de fixação nos quais a libido era então satisfeita. Freud se atenta aqui, entretanto, a um lado nada prazeroso da vida que é revivida no percurso tortuoso de uma análise:

Os neuróticos repetem na transferência todas essas ocasiões indesejadas e essas situações afetivas dolorosas, reanimando-as com grande habilidade. Afanam-se por interromper a cura quando incompleta, sabem conseguir de novo a impressão de desprezo, forçam o médico a dirigir-lhes palavras duras e a conduzir-se friamente com eles, encontram os objetos apropriados para seus ciúmes, substituem o filho ansioso do tempo primordial pelo desígnio ou a promessa de um grande presente, quase sempre tão pouco real quanto aquele. Nada disso pôde então trazer prazer; crer-se-ia que hoje produziria um desprazer menor se emergisse como memória ou em sonhos, em vez de configurar-se como uma nova vivência. Trata-se, desde logo, da ação de pulsões que estavam destinadas a conduzir à satisfação; porém já naquele momento não a produziram, mas sim trouxeram unicamente desprazer. Essa experiência foi tida em vão. Ela é repetida apesar de tudo; uma compulsão compele a isso.¹²

Na transferência, portanto, o sujeito não só irá reviver o que lhe permitiu, no passado, satisfazer às próprias pulsões, mas também irá reencenar uma série de vivências que nunca puderam ter sido prazerosas. A repetição envolvida na transferência tem então dois lados: uma parte de seus fenômenos aponta para os prazeres infantis que tiveram de ser renunciados, enquanto o outro aponta para fatos desprazerosos que, mesmo assim, insistem em retornar e em se fazer repetir. Isso contraria

¹⁰ *Ibid.*

¹¹ *Id.*, pp. 18-21.

¹² *Id.*, p. 21.

o princípio de prazer, pois este dita que o que causou desprazer deve ser evitado a todo custo. Freud diagnostica: é uma verdadeira *compulsão* o que leva seus pacientes a agir desse modo.

Essa compulsão a repetir também se manifesta na vida dos seres humanos ditos normais, e é a eles que a atenção de Freud agora se volta¹³. Com eles, pode-se notar como que um “destino fatal”, uma sina inescapável, que Freud chega a equiparar ao famoso “eterno retorno do mesmo”, de Nietzsche (sem citá-lo, evidentemente). Os homens repetem padrões durante toda a sua vida, quer queiram, quer não. Esses sujeitos, reza o texto, não fazem diferente dos neuróticos, senão no fato de não exteriorizarem seus conflitos mediante sintomas. Desse assunto Freud dá exemplos abstratos: homens que travam amizades para em seguida trair seus amigos; amantes cuja relação amorosa com a mulher sempre desemboca no mesmo final; sujeitos que elevam outrem a posições superiores apenas para destroná-lo e em seguida colocar outra pessoa em seu lugar... O único exemplo concreto é o de uma esposa fatalmente sofredora: “pense-se, por exemplo, na história daquela mulher que se casou três vezes sucessivas, e nas três vezes o marido adoeceu, e ela teve de cuidar dele em seu leito de morte”¹⁴. O fato é: pessoas normais repetem padrões desagradáveis, fato este que patentemente contraria o princípio de prazer.

Chega-se, enfim, a um primeiro desfecho argumentativo: “em vista dessas observações relativas à conduta durante a transferência e ao destino fatal dos seres humanos, ousaremos supor que na vida anímica existe realmente uma compulsão à repetição que se instaura para-além do princípio de prazer. E agora nos inclinaremos a referir a ela os sonhos dos doentes de neurose traumática e a impulsão ao jogo na criança”¹⁵. Está designado, assim, o além do princípio de prazer: este é precisamente a *compulsão à repetição*, sobre a qual ainda teremos de dissertar com mais vagar. Ela já havia aparecido um ano antes, no artigo de nome intraduzível, num trecho que constituía um vero prenúncio ao ensaio de 1920:

No inconsciente anímico, com efeito, se discerne o império de uma *compulsão à repetição* que provavelmente depende, por sua vez, da natureza mais íntima das pulsões; tem poder suficiente para dobrar o princípio do prazer, confere caráter demoníaco a certos aspectos da vida anímica, se exterioriza ainda com muita nitidez nas aspirações da criança pequena e governa a psicanálise dos neuróticos em uma parte do seu percurso.¹⁶

¹³ *Id.*, pp. 21-2.

¹⁴ *Id.*, p. 22.

¹⁵ *Ibid.* Note-se que não é o jogo infantil mesmo que é explicado pela compulsão à repetição, mas sim a *impulsão* a ele.

¹⁶ Freud, S. (1919b). *Lo ominoso*, vol. 17 da AE, p. 238. O termo “compulsão à repetição”, aliás, já fora empregado no artigo, célebre, de 1914 *Repetir, recordar e reelaborar*. Após a constatação de que os pacientes muitas vezes, em vez de se recordar de eventos do passado, repetem-nos em ato na transferência, Freud adjunge: “durante o tempo em que permanecer em tratamento não se liberará desta compulsão à repetição; e, por fim, compreende-se que esta é a sua maneira de recordar” (Freud, 1914d, p. 152). Comparemos, no entanto, com o que Freud dissera linhas antes, acerca do mesmo

A repetição: uma compulsão diabólica. Eis explicitado o caráter demoníaco de alguns fatores da vida anímica, capaz de *dobrar* o princípio do prazer. Dado o fato da repetição compulsiva, dois novos conceitos estão em vias de aparecer sob a pena freudiana. O primeiro é prenunciado no trecho de 1919: essa compulsão demoníaca pode dizer muito acerca da “natureza mais íntima das pulsões”. Que natureza é essa? Um trecho da *Autopresentação*, publicada em 1925, afirma com clareza e concisão, já trazendo à luz, também, a nova dualidade pulsional freudiana:

Reuni a conservação de si mesmo e a da espécie sob o conceito de *Eros*, e contrapus a ela a *pulsão de destruição* ou *de morte*, que trabalha sem ruídos. A pulsão é apreendida, em termos mais universais, como uma espécie de elasticidade do vivo, como um esforço {*Drang*} por repetir uma situação que existira uma vez e foi cancelada por uma perturbação externa. Essa natureza das pulsões, conservadora em sua essência, é ilustrada pelos fenômenos da *compulsão à repetição*. A ação conjugada e contrária de Eros e pulsão de morte nos dá, em nosso parecer, o quadro da vida.¹⁷

Aqui está resumido o porto de chegada do texto de 1920: Freud reúne as pulsões egoicas e as pulsões sexuais numa única classe de pulsões, chamada agora simplesmente de *pulsão de vida* (ou Eros), e contrapõe a ela uma nova classe pulsional, a silenciosa *pulsão de morte*. Enquanto a pulsão de vida esforça-se por reunir elementos antes separados e por montar unidades cada vez maiores, a pulsão de morte intenta destruir o que fora ligado, tendo como finalidade última o retorno ao estado inanimado. A conclusão freudiana é que o objetivo último da vida é a morte, e que existe, dentro de todo organismo vivo, uma força imanente que o leva até esse fim incontornável. Isso porque, diz-nos ele, a matéria inanimada existiu antes da vida, e esta apenas surgiu por intermédio de uma *perturbação externa*. E assim que a matéria foi *animada* e ganhou vida, de dentro de si mesma ela foi já arrastada para o estado inanimado no qual antes jazia serena. A vida, em Freud, pode ser vista como uma morte da morte.

Mas do trecho de 1925 se deve reter algo mais: a natureza conservadora é comum a ambas as pulsões, e por isso a compulsão à repetição participa da ação das duas, e não somente da pulsão de

fenômeno: “podemos dizer que o analisando não *recorda*, em geral, nada do esquecido e reprimido, mas sim que o *atua*. Não o reproduz como recordação, mas sim como ação; *repete-o*, sem saber, evidentemente, que o faz” (*id.*, pp. 151-2). Ou seja, num primeiro momento ele dissera que o paciente *não recorda*, e que reproduz o evento esquecido não em recordação, mas sim em ação; num segundo momento, na fulguração inesperada do termo “compulsão à repetição”, ele afirma que *esta é a sua maneira de recordar*. Ora, trata-se de um recordar sem recordação. Nós diríamos, adiantando-nos em nossa argumentação: eis aí uma Memória sem memória, a forma primeira da Memória, que opera sem que representações mnêmicas ascendam à consciência.

¹⁷ Freud, S. (1925 [1924]b). *Presentación autobiográfica*, vol. 20 da AE, p. 53.

morte. Ocorre que a compulsão à repetição é *anterior* à instauração do princípio de prazer, e portanto é anterior aos trâmites energéticos operados em seu regimento. Antes que o organismo possa manejar as energias de que dispõe de modo a atenuá-las e a amortizá-las, eliminando o crescente desprazer com o prazer impermanente, é necessário que um processo seja antes efetuado.

Esse processo é o ato fundamental de *ligação* da energia excedente em estado móbil e livre. Sobre isso em 1920 se lê:

A tarefa, então, dos estratos superiores do aparato anímico seria ligar a excitação das pulsões que entra em operação no processo primário. O fracasso dessa ligação provocaria uma perturbação análoga à neurose traumática; apenas após uma ligação exitosa poderia estabelecer-se o império irrestrito do princípio de prazer (e de sua modificação em princípio de realidade). Porém, até esse momento, o aparato anímico teria a tarefa prévia de dominar ou ligar a excitação, desde logo que não em oposição ao princípio de prazer, mas independentemente dele e em parte sem levá-lo em consideração.¹⁸

Os fatos elencados anteriormente não traziam à luz, portanto, fenômenos que *contrariassem* o princípio de prazer. O que estava em jogo era algo *prévio* a ele, algo mais fundamental que a dualidade prazer-desprazer. Trata-se da transposição de energia livre em energia mais ou menos quiescente, processo este que não é incompatível com o reino do prazer: “a transposição acontece, antes, a serviço do princípio de prazer; a ligação é um ato preparatório que introduz e assegura o império do princípio de prazer”¹⁹.

Monzani assim o sintetiza: “esse ato de ligação é, portanto, a condição para o domínio do princípio do prazer e, assim, do ponto de vista cronológico, é uma função que antecede a instauração e a vigência desse último. Em outras palavras: não é possível pensar na vigência do princípio do prazer, na sua ação, enquanto o aparelho psíquico não dominou, não fixou a energia (ou excitação) que o invade”²⁰. Está-se diante, portanto, de uma atividade fundamental do aparelho psíquico, uma “atividade originária, primordial, que é a atividade de vinculação, de ligação (*Bindung*) da excitação invasora que se manifesta como energia livremente móvel, para posteriormente ser possível, por exemplo, descarregá-la adequadamente. O que está ‘além do princípio do prazer’ é, portanto, a *Bindung*”²¹.

¹⁸ Freud, S. (1920a), pp. 34-5.

¹⁹ *Id.*, p. 60.

²⁰ Monzani, R. (1989), p. 162.

²¹ *Id.*, p. 172.

É a premência por efetuar a *Bindung* o que explica todos os fenômenos antes elencados por Freud. Em todos eles o organismo está lutando por vincular uma energia excessiva que restou sem conexão. Sem esse ato prévio do espírito, a energia não poderá circular pelas representações mnêmicas, não poderá descarregar-se em atos específicos que logrem proporcionar prazer. Tudo o que o organismo pode fazer é, então, *repetir* a experiência vivenciada na qual a energia mostrou ser-lhe excessiva. E ele irá repeti-lo e repeti-lo até que finalmente essa *Bindung* prévia seja concretizada. A criança joga e reencena a cena dolorosa da perda do objeto; os neuróticos e as pessoas normais revivem situações desprazíveis que nunca foram superadas; os sujeitos traumatizados revivem incansavelmente seus traumas em sonhos aterrorizantes.

Mas o que isso tem a ver com a bendita fantasia? Em nosso entendimento, tudo: Freud parece ter aqui se acercado de um *aquém da fantasia*, pois em todos os fenômenos analisados não se trata de uma realização encenada de desejos, mas sim de algo que é prévio a qualquer ativação do circuito do desejo. Aqui, em 1920, o fato de a fantasia jazer invisível no texto não é prova indireta de sua ubiquidade: pela primeira vez não podemos captar rastro nenhum de nenhuma fantasia. Ela se encontra ausente. E eis que, quem sabe, encontramos o segundo ato originário que possibilita a ativação da faculdade de fantasiar: ao lado da *Urverdrängung*, teríamos, assim, a *Bindung*. E por que não forjar um neologismo à la Freud e afirmar que essa *Bindung*, por fim, deve carregar consigo também o prefixo venerando? Junto à *Urverdrängung* jazeria, pois, a *Urbindung*.

Mas retornemos ao retorno do conceito de *trauma*, pois ele nos trará ainda algumas questões e materiais férteis para reflexão. Num dos trechos citados acima, já se pôde observar Freud dizendo de uma *fixação ao trauma*. Essa conjunção entre trauma e fixação não deixa de suscitar questões. Durante todo o percurso teórico de Freud entre 1905 e 1920, como vimos no capítulo 3, o conceito de fixação está inserido na problemática da causação das neuroses: a libido tem um desenvolvimento próprio, e nessa sua história ela pode deixar para trás pontos de fixação aos quais o sujeito poderá retornar depois, em casos extremos. Esses pontos de fixação, porém, não estão necessariamente associados a traumas; muito pelo contrário: a libido está como que ancorada neles porque no passado ela encontrou satisfação com determinados objetos (agora abandonados), pautando-se em determinadas organizações libidinais, como a oral, a anal etc. (agora abandonadas). Nada de trauma, portanto.

A fixação a traumas, sabemos, não é uma completa novidade na letra freudiana. Desde os *Estudos* se admite a possibilidade de um retorno incessante a momentos traumáticos, porém com a assunção da teoria da fantasia e da sexualidade infantil o trauma perdeu o lugar de destaque que detinha até então. Ele ainda é admitido em 1906 como *possível* causa das neuroses, mas não como causa *necessária*. Nos *Estudos* toda neurose é dita neurose traumática; na década seguinte, esse

postulado é negado, e o trauma cai para segundo plano. Mas ele sempre emergiu aqui e ali, sob uma veste ou outra. Na décima oitava das *Conferências introdutórias* ele aparece no título e no corpo do texto, e em um de seus trechos percebemos Freud já a refletir sobre os sonhos repetitivos:

As neuroses traumáticas dão claros indícios de que têm em sua base uma fixação ao momento do acidente traumático. Estes doentes repetem regularmente em seus sonhos a situação traumática; quando se apresentam ataques histeriformes, que admitem uma análise, se averigua que o ataque responde a um retorno total [do paciente] a essa situação. É como se esses doentes não houvesse podido acabar com a situação traumática, como se ela se lhes ocorresse ainda ao modo de uma tarefa atual inevitável.²²

O trauma é, pois, uma tarefa inevitável, que retorna e se comporta como se fosse atual. Leiamos com atenção as palavras de que Freud se utiliza: o paciente efetua, em seus sintomas, um *retorno total* à situação traumática. Não se trata de uma simbolização, de uma nova união entre representações, mas sim de uma *revivência total*. O trauma, assim, não é uma vivência qualquer, e sua repetição não é uma repetição qualquer. Lemos em 1920: “um evento como o trauma externo provocará, sem nenhuma dúvida, uma perturbação enorme na economia energética do organismo e colocará em ação todos os meios de defesa. Porém em um primeiro momento o princípio de prazer estará abolido”²³. Trata-se de uma perturbação de proporções incomparáveis, que coloca o organismo numa pane, por assim dizer. A continuação do texto conclui: “já não se poderá impedir que o aparato anímico se encontre inundado por grandes volumes de estímulo; a tarefa surgida, então, é, antes, outra: dominar o estímulo, ligar psiquicamente os volumes de estímulo que penetraram violentamente a fim de conduzi-los, depois, à sua tramitação”²⁴. Essa *tramitação* de energia, podemos dizer, é o regime do princípio de prazer, é a ativação do circuito do desejo, é a ativação da faculdade de fantasiar, de encenar num quadro narrativo o desejo como realizado. O trauma enquanto tal se encontra *fora* desse conjunto de coisas. Só quando houver a *Bindung* da energia excedente envolvida no trauma é que este poderá ser elaborado, fantasiado, reencenado.

No peculiar texto de velhice sobre o homem Moisés, Freud retorna inúmeras vezes ao conceito de trauma. Numa delas é dito que

²² Freud, S. (1916-7c). 18ª conferência. *La fijación al trauma, lo inconciente*, vol. 16 da AE, p. 251.

²³ Freud, S. (1920a), p. 29.

²⁴ *Ibid.* É como se nesses momentos Freud estivesse dando sequência a questões que ele sequer colocara em 1917, quando de suas *Conferências introdutórias* (que foram ministradas publicamente, não deixemos de rememorar).

Os efeitos do trauma são de índole dupla, positivos e negativos. Os primeiros são certos empenhos por devolver ao trauma a sua vigência, quer dizer, recordar a vivência esquecida ou, ainda melhor, torná-la real-objetiva {*real*}, vivenciar de novo uma repetição dela: toda vez que se tratasse apenas de um vínculo afetivo remoto, fazê-lo reviver dentro de um vínculo análogo com outra pessoa. Resumimos tais empenhos como *fixação* ao trauma e como *compulsão à repetição*. Podem ser acolhidos no eu chamado normal e, como tendências dele, conferir-lhe certos traços imutáveis de caráter, ainda que seu fundamento real e efetivo, sua origem histórico-vivencial {*historisch*}, esteja esquecido, ou, ainda, justamente por isso.²⁵

Ora, além da fixação ao trauma e da compulsão à repetição (dois conceitos que já pudemos descrever), encontra-se nesse trecho um fato novo: o de que o trauma é *esquecido*. Mas ele não é simplesmente esquecido: *justamente* por ser esquecido ele retorna com toda força, e ele é capaz de deixar no eu, agindo no oblívio, traços *imutáveis* de caráter. Atenção seja dada ao termo “imutável”, que casa bem, pensamos, com o adjetivo “total” tal qual fora usado para designar o retorno do doente à situação traumática. Com isso tocamos, enfim, no tema da memória. Relembremos que para Freud desde no mínimo 1895, mas certamente desde a *Psicopatologia*, uma das funções do esquecimento é justamente a de evitar o desprazer: a memória funcionaria como uma rede de facilitações e associações, baseada no princípio de prazer. Estar-se-ia o tempo todo tentando reativar as representações advindas das vivências de satisfação, enquanto se curaria de evitar as representações advindas das vivências de desprazer. Mas o exemplo do trauma mostra, antes, que há fixações também a eventos desprazerosos, que são *enquanto tais* revividos – ou seja, está-se numa dimensão outra da memória, ou melhor, talvez haja mesmo duas classes de memória (e assim podem-se ouvir ecos da teoria da memória dos *Estudos*). Na memória dita comum, jacente sob o jugo do princípio de

²⁵ Freud, S. (1939 [1934-38]). *Moisés y la religión monoteísta*, vol. 23 da AE, pp. 72-3 (doravante somente *Moisés*). Durante a década de 30, aliás, assistimos a uma revivescência da importância do conceito de trauma para Freud, que parece incluí-lo, novamente, na causação geral das neuroses. A respeito disso se podem citar dois trechos do *Moisés*. No primeiro Freud expõe uma dúvida: “chamamos *traumas* a essas impressões de vivência prematura, logo esquecidas, às quais atribuímos tão grande importância para a etiologia das neuroses. Que permaneça sem decidir se é lícito considerar traumática a etiologia das neuroses em geral. A objeção evidente a isso é que nem em todos os casos se pode destacar um trauma manifesto na história primordial do indivíduo neurótico” (*Id.*, p. 70). No segundo, por sua vez, no esquema generalizado da etiologia das neuroses o trauma é incluído sem maiores problemas: “trauma remoto – defesa – latência – eclosão da neurose – retorno parcial do reprimido: assim rezava a fórmula que estabelecemos para o desenvolvimento de uma neurose” (*Id.*, p. 77). No *Esquema de psicanálise* o trauma novamente reaparece, agora com a possibilidade da existência de traumas internos, por assim dizer: “as neuroses são, como sabemos, certas afecções do eu, e não é assombroso que o eu, enquanto ainda é frágil, inacabado e incapaz de resistência, fracasse no domínio {*Bewältigung*} de tarefas que mais tarde poderia tramitar jogando. (As exigências pulsionais de dentro, assim como as excitações do mundo exterior, exercem em tal caso o efeito de ‘traumas’, em particular se são solicitadas por certas predisposições)” (Freud, 1940 [1938], pp. 184-5). Tudo isso parece indicar uma reavaliação por parte de Freud da sua doutrina da etiologia das neuroses, baseada no retorno do trauma. No entanto suas indicações não são totalmente claras, pois deixam para trás variadas questões, concernentes à relação entre pulsão, energia externa, eu, princípio de prazer, sintoma como realização de desejo, e assim por diante. A análise desse “novo” conceito de trauma poderia levar-nos a lugares interessantes, porém não é tarefa que poderemos aqui conduzir.

prazer, as recordações seriam passíveis de esmaecimento, e as representações mnêmicas estariam à mercê dos processos primários, podendo ser recombinações para formar falsas lembranças, sonhos e fantasias. O desprazeroso seria evitado e, caso estivesse conectado, pelas leis da associação, com algo prazeroso, teria de ser disfarçado ou mascarado. Na memória do trauma, por sua vez, o evento traumático é *prontamente* esquecido, graças à sobrecarga energética nele envolvida, e essa representação (se assim podemos expressar-nos) cairia fora do circuito representacional inconsciente²⁶, retornando *enquanto tal* nos sonhos do doente. No *Moisés*, o trauma é descrito como um evento *logo esquecido*, mas que retorna com uma força incomparável. Podemos dizer: trata-se do ato do organismo de tentar *vincular* a energia sobressalente num circuito representacional. O trauma é assim uma memória, porém não uma memória qualquer, pois ele não parece ser passível de rearranjo como o são as memórias ditas comuns. O Tempo, para o trauma (ou *no* trauma), é de uma outra ordem. Nós ainda voltaremos a isso.

O fato é que o trauma é um fenômeno especial, mas cuja especificidade não deixa de estar subordinada a essa grandiosa compulsão natural do organismo, a compulsão à repetição. Esta, como vimos, se manifesta em diferentes fenômenos e faz parte do funcionamento das duas pulsões. Não é à toa, assim, que a repetição tenha sido alçada por alguns comentadores a algo mais que uma mera “compulsão”. Notável é o fato de Lacan a incluir entre os quatro conceitos fundamentais da psicanálise, ao lado de outros mais brilhosos, como o inconsciente, a transferência e a pulsão (ainda nos espantamos por a fantasia não se encontrar aí presente?). E foi Deleuze quem, em nosso entendimento, observou a real importância da repetição na teoria freudiana, ressaltando seu vínculo íntimo (já presente no texto mesmo de Freud) com a pulsão de morte.

Uma nota antes de citarmos o filósofo francês: Deleuze não é somente um comentador, e seu comentário de Freud é feito com o fito de elaboração de uma teoria maior. Sabe-se o quão espinhosa e peçonhenta foi a relação de Deleuze com a teoria psicanalítica – indo desde momentos de franca admiração, nos quais patentemente se apoia em certos conceitos da psicanálise (caso de livros como *Diferença e repetição* e *Lógica do sentido*), mas chegando à crítica feroz e voraz quando da parceria esquizoanalítica com Guattari. Nosso recurso a Deleuze deverá ser feito, assim, com o máximo de precaução: citá-lo-emos para endossar teses nossas e adir a elas palavras preciosas (e o faremos com base numa obra única). Ocorre com Deleuze o que ocorre com todo comentador original: ele é a um só tempo fiel e infiel às palavras do autor lido e analisado. Pode-se dizer, aliás, que Deleuze levou essa máxima ao seu cúmulo – quanto mais sobriamente fiel parece ser aos autores em que se embasa,

²⁶ Aí residiria o problema do uso do termo *representação* para lidar com esse fenômeno, pois o que está em jogo é uma representação que não tem lugar na cadeia inconsciente de representações. Ora, se ela está fora desse circuito, ela não pode ser alcunhada *representação*, mas sim algo anterior à re-presentação – uma *presentação*, portanto, conforme um vocábulo comum na língua francesa, por exemplo, mas que entrou em desuso no vernáculo português.

mais e mais ele os retorce de forma ebriamente infiel. Não à toa, no *Abecedário*, quando se alcança a letra *f* e se lhe impõe a tarefa de definir a palavra *fidélité*, ele sem pudor desvia o foco da conversa, dizendo que “não existe fidelidade”.

Mas vejamos o que esse autor polêmico tem a dizer, em seu *Diferença e repetição*, acerca da repetição e da pulsão de morte em Freud. Assim se lê na Introdução do livro:

A grande virada do freudismo aparece em *Além do princípio do prazer*: a pulsão de morte é descoberta, não em relação com as tendências destrutivas, não em relação com a agressividade, mas em função de uma consideração direta dos fenômenos de repetição. Bizarramente, a pulsão de morte vale como princípio positivo originário para a repetição, é lá o seu domínio e o seu sentido. Ela desempenha o papel de um princípio transcendental, enquanto o princípio de prazer é somente psicológico. É por isso que ela é antes de tudo silenciosa (não dada na experiência), enquanto o princípio de prazer é ruidoso.²⁷

Deleuze sublinha bem os argumentos prévios que dão origem ao postulado da pulsão de morte: não a agressividade (substância inefável a que muitos freudianos e pós-freudianos – e mesmo Freud, em seus textos de maturidade – ligarão a pulsão de morte de modo irrefletido), mas sim o amplo leque de fenômenos da repetição. A pulsão de morte e a correlata natureza conservadora das pulsões são os elementos que dão o sentido à repetição pela repetição em Freud. O domínio em que a repetição primária, originária, se dá em Freud é o domínio do exercício puro da pulsão, no qual o organismo se esforça por atingir de volta a morte. Por isso Deleuze, assim nos parece, eleva a pulsão de morte ao status de princípio transcendental: é ela quem, em primeira instância, permite ao prazer tornar-se também um princípio. Quase cem páginas depois Deleuze praticamente repete Freud, ao dizer que “é isso que significa a princípio *Além do princípio do prazer*: não, de jeito algum, exceções a esse princípio, mas ao contrário a determinação das condições sob as quais o prazer se torna efetivamente princípio”²⁸. O campo da repetição e da pulsão de morte é o domínio das condições de possibilidade da efetivação do princípio de prazer.

²⁷ Deleuze, G. (1968), p. 27. « Le grand tournant du freudisme apparaît dans *Au-delà du principe de plaisir* : l’instinct de mort est découvert, non pas en rapport avec les tendances destructives, non pas en rapport avec l’agressivité, mais en fonction d’une considération directe des phénomènes de répétition. Bizarrement, l’instinct de mort vaut comme principe positif originaire pour la répétition, c’est là son domaine et son sens. Il joue le rôle d’un principe transcendental, tandis que le principe de plaisir est seulement psychologique. C’est pourquoi il est avant tout silencieux (non donné dans l’expérience), tandis que le principe de plaisir est bruyant ». Note-se que traduzimos a expressão *instinct de mort* por *pulsão de morte*, quando o mais literal seria *instinto de morte*. Fizemo-lo, no entanto, para facilitar a leitura, sendo aquele o termo que empregamos no estudo todo.

²⁸ *Id.*, p. 128. « C’est ce que signifie d’abord *Au-delà du principe de plaisir* : non pas du tout des exceptions à ce principe, mais au contraire la détermination des conditions sous lesquelles le plaisir devient effectivement principe ».

Por isso Deleuze pôde dizer acertadamente: “eu não repito porque eu reprimo. Eu reprimo porque eu repito, eu esqueço porque eu repito”²⁹. A repetição é um fato anterior ao ato da repressão – esta ocorre, enfim, *por conta* da repetição. Isso faz com que o conjunto de fenômenos determinados pelos mecanismos de defesa e, mais especificamente, pela repressão sejam circunscritos de antemão pela repetição. “Eros e Tânatos se distinguem em que Eros deve ser repetido, não pode ser vivido senão na repetição, mas que Tânatos (como princípio transcendental) é o que dá a repetição a Eros, o que submete Eros à repetição”³⁰. Deleuze emprega o termo mitológico do qual Freud nunca se valeu: Tânatos enquanto princípio transcendental fornece a Eros os princípios básicos de sua própria atuação, e esses princípios são os da repetição primária. Também a pulsão de vida está engendrada na roda eterna da repetição, também ela está submetida ao retorno sempre malogrado às (e das) origens. Retenhamos, pois, isto: que nos fenômenos da vida ambas as pulsões se fazem presentes, e que mesmo na atuação da pulsão de vida a repetição é peça fundamental, visto ser ela também conservadora, tal como a pulsão de morte (e isso, nós já o havíamos visto a partir da palavra mesma de Freud).

A tese de Deleuze é sobremodo polêmica, sobretudo por sobrepor uma pulsão à outra: é mais que evidente que para ele a pulsão de morte detém certa anterioridade lógica, com um correlativo certo privilégio ontológico. Ela é princípio transcendental, enquanto a pulsão de vida não o é. Para nós Deleuze tocou em pontos fundamentais: o *silêncio* da pulsão de morte, sua atuação subterrânea e apenas pressentida, fatos que anunciam algo de mais fundamental do que o próprio princípio de prazer, que pode ser chamado com todo o direito de princípio *psicológico*. Mas em Freud (e é à sua letra que devemos nos ater) a pulsão de morte não é logicamente prévia à pulsão de vida: ambas têm a mesma natureza básica, ambas são as metades interdependentes de um dualismo basal. Sim, o objetivo último da pulsão é por excelência retornar ao inanimado, mas as coisas não se dão de forma tão simples, pois a pulsão de vida está aí a demonstrar que também na união entre partes desconexas é possível lograr o decréscimo de estimulação. Relembremos o que disse Freud em 1925: “a ação conjugada e contrária de Eros e pulsão de morte nos dá, em nosso parecer, o quadro da vida”. Nesse ponto a leitura de Deleuze parece-nos ser enviesada. Enviesada, porém não de todo infundada, pois o objetivo último das pulsões, sendo sua natureza *a priori* conservadora, é o retorno à origem, quando não havia vida. A repetição seria a forma básica de manifestação da pulsão, que é um *Drang*, um ímpeto para retornar à morte – e com isso a pulsão de morte seria a pulsão por excelência (ponto de vista, parece-nos, de Deleuze, compartilhado ainda por outros leitores de Freud).

²⁹ *Id.*, p. 29. « Je ne répète pas parce que je refoule. Je refoule parce que je répète, j’oublie parce que je répète ».

³⁰ *Ibid.* « Éros et Thanatos se distinguent en ceci qu’Éros doit être répété, ne peut être vécu que dans la répétition, mais que Thanatos (comme principe transcendantal) est ce qui donne la répétition à Éros, ce qui soumet Éros à la répétition ».

Um contraponto às palavras do filósofo francês se encontra em Mezan. É curioso que o comentador brasileiro não tenha citado Deleuze em sua dissertação, já que a publicação de *Diferença e repetição* já datava de alguns anos. Fato é que Mezan se utiliza do mesmo termo (princípio transcendental) – porém não para se referir à pulsão de morte em si, mas sim à repetição mesma. Ao fazer isso, Mezan mantém intacto o dualismo freudiano, não concedendo privilégio lógico nem ontológico a nenhuma das duas classes de pulsões. Nesse sentido afirma ele que “a repetição é, muito precisamente, a condição de possibilidade da pulsão, aquilo sem o qual ela não poderia se re-produzir uma vez extinto o seu ímpeto inicial, por descarga ou por outra via qualquer, por exemplo a sublimação”³¹. Essa citação parece, porém, desconsiderar que a pulsão é um esforço perene, um *Drang* por reproduzir o estado de coisas anterior à estimulação que o perturbou. A pulsão é um “*Drang* por repetir” – tal a definição freudiana. A repetição mora, portanto, no coração da maquinaria pulsional. A argumentação do filósofo brasileiro acaba por divorciar o conceito freudiano de repetição do de pulsão, coisa que nos parece problemática ou imprudente. Mas nesse quesito Mezan tem razão ao conferir à repetição o estatuto de princípio, sendo ela o denominador básico de toda operação pulsional. A introdução da pulsão de morte, assim, foi “fundada sobre o princípio transcendental da repetição”, pois que “esta funciona como condição de possibilidade das pulsões”³². Em Freud tudo funciona sob a base da repetição – eis o diagnóstico inquestionável. Mas se é a pulsão de morte, se é a repetição o que deve ser considerado princípio transcendental, talvez pouco importe: o fato freudiano inapelável é que há algo originário e fundamental da ordem do pulsional e do repetitivo³³.

O fato é inapelável, contudo nem um pouco simples: tudo dependerá da atuação dessa *Urbindung* a que já fizemos referência. É ela quem condiciona a atuação, circunstancial, das pulsões. A compulsão à repetição é o processo aparentemente universal, mas cuja forma de manifestação depende desse ato fundador de ligação. Sem ele o sujeito permanece preso a um ponto específico do tempo, ao qual ele sempre retorna irremediavelmente. Com ele se pode elaborar a energia envolvida nesse evento, se pode tramitá-la, ligá-la a representações e fazer girar a roda sempiterna do desejo. A (compulsão à) repetição, pensada desse modo, mostra ser o denominador comum, como já argumentamos, da atuação generalizada das pulsões. A esse respeito diz Monzani:

Nenhuma noção parece ser tão desorientadora na trama dos conceitos psicanalíticos como essa “compulsão à repetição”. À primeira vista, ela parece englobar um conjunto de funções que, no mínimo, não se coadunam entre si. Ora ela parece estar

³¹ Mezan, R. (1982), pp. 258-9.

³² *Id.*, p. 332.

³³ Esse campo do originário e do fundamental é apelidado, pelos dois autores citados, de *transcendental*, e aí se percebem notadamente as ressonâncias kantianas. Não nos utilizaremos desse léxico, no entanto, visto que, se o fizéssemos, nos embrenharíamos num campo de estudos bastante alheio ao nosso (o campo kantiano), a cujos conceitos e termos não podemos sequer manifestar concordância ou discordância, dado que não o estudamos a fundo.

trabalhando em conjunção direta com o princípio do prazer, como no caso dos jogos infantis, em que a compulsão à repetição e a satisfação pulsional, que é imediatamente agradável, parecem convergir em associação íntima, ora ela parece ter a função de preparar a instauração desse princípio, como no caso dos sonhos na neurose traumática a que nos referimos. Ora, por fim, ela parece manifestar algo em absoluta oposição com relação a esse princípio, como seu completo negativo, como nos casos da repetição transferencial.³⁴

Nisso não podemos concordar inteiramente com ele. É correto: no amplo conjunto dos fenômenos cujo sentido só é dado sob o jugo da compulsão à repetição, mais de uma função pode ser entrevista. Tais fenômenos são variados e muitas vezes são contraditórios entre si. Mas isso não é algo incomum sob a pena freudiana – veja-se com relação a isso a ampla gama de fenômenos incluídos sob o princípio de prazer, que vão desde os mais óbvios deles (uma experiência de satisfação, por exemplo) até aqueles que mais parecem contradizê-lo (o sonho de angústia, por exemplo). Ora, essas dificuldades que a noção de “compulsão à repetição” traz consigo não se resolvem completamente, é fato, mas ao menos diminuem quando se enxergam dois campos ontológicos distintos, cujas formas de manifestação muito raramente são unívocas e simples. Reprime-se porque se repete, e não o oposto, para arguir com a palavra de Deleuze – e aqui julgamos ter ele atingido um ponto fundamental. A compulsão à repetição irá reger (ou ao menos fazer parte das regras estruturantes de) qualquer fenômeno psíquico a cujo estudo a psicanálise se dedicará, mas nos casos em que a *Bindung* não houver ocorrido ela se fará de forma diferente, sem que haja aí interferência dos processos primários, numa espécie de colocação em parênteses do princípio de prazer. Em *Além do princípio de prazer* Freud é muito claro e esclarecedor – os fenômenos elencados para a implementação teórica da nova dualidade pulsional não são simples, neles a repetição não se apresenta de forma unívoca:

Devemos admitir, é certo, que apenas em casos raros podemos apreender puros, sem a interferência de outros motivos, os efeitos da compulsão à repetição. A respeito do brincar infantil, já pusemos em relevo as outras interpretações que sua gênese admite: compulsão à repetição e satisfação pulsional prazerosa direta parecem entrelaçar-se em íntima comunidade. Quanto aos fenômenos da transferência, é evidente que estão a serviço da resistência do eu, obstinado na repressão.³⁵

³⁴ Monzani, R. (1989), p. 175.

³⁵ Freud, S. (1920a), p. 22.

A transferência, por exemplo, não é nada simples, e na repetição transferencial a repressão tanto se faz presente quanto, por vezes, se faz ausente. O *modo* como se dá a repetição nos fornece as pistas para compreendê-la melhor. Basta que nos reportemos àquele trecho do caso Dora, que já citamos no capítulo 3, para o averiguarmos:

Que são as transferências? São reedições, recriações das moções e fantasias que à medida que a análise avança não podem menos senão despertar e fazer-se conscientes; porém o característico de todo o gênero é a substituição de uma pessoa anterior pela pessoa do médico. Para dizê-lo de outro modo: toda uma série de vivências psíquicas anteriores não é revivida como algo passado, mas sim como um vínculo atual com a pessoa do médico. Há entre essas transferências umas que não se diferenciam de seus modelos com relação ao conteúdo, salvo na aludida substituição. São então, para continuar com o símil, simples reimpressões, reedições sem mudanças. Outras procedem com mais arte: passaram por uma moderação de seu conteúdo, uma sublimação, como costumam dizer, e são capazes até de tornar-se conscientes ao se apoiarem em alguma particularidade real habilmente aproveitada da pessoa do médico e das circunstâncias que o rodeiam. São, pois, edições revistas, e não mais reimpressões.³⁶

O trecho é bem claro: há esquemas que se repetem *sem modificação* e há aqueles que *sofreram transmutações variadas* (e Freud chega mesmo a usar o termo *sublimação* nesse texto do contexto parturiente da psicanálise). Quando houve *Bindung* (ou *Urbidung*) as representações podem ser vinculadas e sofrer as mais diversas alterações, como já vimos a respeito das memórias de infância e das fantasias inconscientes. Quando essa ligação não ocorreu, existe um quantum de energia ainda não vinculado que trabalha na repetição incessante do Mesmo: o trauma que sempre volta no sonho ou o esquema relacional que se repete incessantemente, em ato, na relação transferencial (e aqui o médico é pura efígie, pura tela branca para a projeção desenfreada do paciente). Aqui, não se pode falar de *re-presentação* em sentido forte e estrito, mas tão-somente de *apresentação*. Para que haja apresentação, é necessário que a faculdade sintética originária do aparelho psíquico tenha exercido adequadamente sua função. Como afirmou Green: “é preciso que algo tenha se passado na psique que não seja da ordem de uma aparição ou de uma apresentação mas que teria já sofrido uma transformação *reprodutora* para que, num segundo tempo e tão-somente num segundo tempo, a simbolização possa instituir-se como relação entre duas maneiras diferentes de aparecer na representação”³⁷. Aqui

³⁶ Freud, S. (1905 [1901]), p. 101.

³⁷ Green, A. (1995), p. 72. « Autrement dit, il faut que quelque chose ait eu lieu dans la psyché qui ne soit pas de l'ordre d'une apparition ou d'une présentation mais qui aurait déjà subi une transformation *reproductrice* pour que, dans un

convém que analisemos as peculiaridades fenomenológicas da representação e do seu outro, a apresentação – referimo-nos ao quadro espaço-temporal em que elas se nos apresentam.

Recordemos a complexidade *cenográfica* envolvida na temporalidade própria à fantasia. Nela as três dimensões temporais (o passado, o presente e o futuro) estão entrelaçadas e não podem ser separadas. Além disso, as fantasias podem muito bem sofrer alterações no decorrer do tempo: a posição do sujeito pode altercar-se com as de seus objetos, a organização libidinal aí envolvida pode ser transmutada, e assim por diante. Isso parece estar fora de questão no regime puro da pulsão de morte, e o trauma é o exemplo mais ilustrativo disso: no trauma há um outro tempo, para cuja compreensão as categorias do passado, do presente e do futuro se mostram inadequadas. É como se, nessa dimensão ontológica da maquinaria pulsional, o tempo fosse unidimensional, sob a forma de um Tempo unívoco: um eterno presente, mesmo que “localizado” no passado, ao qual o sujeito *deverá* retornar no futuro. Trata-se da instauração de pontos, de furos que erigem discontinuidades na temporalidade: podemos chamá-los de *acontecimentos*. São fatos que ocorreram uma vez e que deverão ocorrer infinitas vezes mais. Sem que se instaure a *Bindung*, esse evento retornará *idêntico*, e o sujeito não poderá elaborá-lo na malha representacional de que dispõe. Por conseguinte, o trauma, enquanto tal, é o que cai fora da trama das representações fantasísticas. Se retomamos aqui aquilo que chamamos no segundo capítulo deste estudo de *função de véu* (função esta que se encontra no seio mesmo das operações fictícias e fantasísticas do aparelho psíquico, como se pôde depreender dos dois capítulos anteriores), pode-se asseverar que essa função é inexistente no caso do trauma: neste consta, com efeito, a ausência da possibilidade de véu – ele é, afinal, essa ausência mesma. Não há ambiguidade e disfarce no trauma enquanto tal: ou bem ele não é, tendo sido prontamente esquecido e rechaçado do circuito de representações, ou bem ele é, num retorno como que cru de si mesmo. O trauma seria, assim, o grau zero do psiquismo. Ele é a Memória fora da memória, e está num Tempo fora do tempo. Mais uma vez reencontramos na fenomenologia da pulsão freudiana a *experiência do idêntico*: mas dessa vez é o trauma, e não a alucinação, o que cai fora do pensamento e fora da fantasia.

O tema da alucinação primária enquanto experiência do idêntico, nós o víamos inauguralmente no *Projeto* e trazido a público cinco anos depois na *Traumdeutung*. Já em 1895 ele estava vinculado, nós pudemos notar, ao encontro e à perda do objeto, circunstância fatal que leva o organismo a sempre buscar *reencontrá-lo*. O trecho célebre, no entanto, se encontra no último dos *Três Ensaio*s, em 1905. Quase no fim do livro se acha escrito:

second temps et dans un second temps seulement, la symbolisation puisse s’instituer comme relation entre deux manières différentes d’apparaître dans la représentation »

Quando a primeiríssima satisfação sexual estava ainda vinculada à nutrição, a pulsão sexual tinha um objeto fora do próprio corpo: o peito materno. Perdeu-o apenas mais tarde, talvez justo na época em que a criança pôde formar para si a representação global da pessoa a quem pertencia o órgão que lhe dispensava satisfação. Depois a pulsão sexual passa a ser, regularmente, autoerótica, e somente após superado o período de latência se reestabelece a ligação originária. Não sem razões o fato de a criança mamar o peito da mãe se torna paradigmático para todo vínculo de amor. O encontro do objeto é, na verdade, um reencontro.³⁸

Vejamos o caminho pulsional que a criança de colo percorre: de início a pulsão sexual está vinculada à pulsão de autoconservação da nutrição, e o objeto da pulsão, fora do corpo do bebê, é o seio materno. Esse seio, entretanto, irá inevitavelmente ser perdido, mas a ligação pulsional primária com ele servirá de paradigma para todo novo vínculo amoroso. Isso, no entanto, só ocorrerá após a fase autoerótica da libido, que se inicia precisamente com essa perda do objeto. Quando se perde o objeto? *Talvez*, indica Freud, justo quando o bebê teve a façanha de forjar a *representação global* da mãe. O diagnóstico freudiano é a um só tempo miraculoso e trágico: trágico pois implica que a totalidade é, assim que atingida, fatalmente perdida; miraculoso pois imagina um bebê a formar representações globais antes mesmo do autoerotismo. Mas não entremos ainda nesse último mérito, e foquemo-nos no fado narrado por Freud: “o encontro do objeto é, na verdade, um reencontro”. E aqui se encontra o segundo prefixo freudiano por excelência³⁹, o *re-* (o *wieder-*, em alemão), presente também em *repetição* (*Wiederholung*) e que denota, quase que num curto-circuito, a repetição mesma. Levemos a sério a equação freudiana: encontro = reencontro. Cortando-se as constantes, o que sobra é precisamente o prefixo *re-* (*wieder-*). Ora, novamente nos encontramos no domínio demoníaco da repetição. Esse *re-* puro estará, é de se prever, mais uma vez na ordem do *idêntico*: quando ele é exercido sem nenhuma contenção ou elaboração anímica, o resultado será a experiência do idêntico, a *alucinação primária* do recém-nascido que alucina o seio ausente. Quando, por outro lado, a pulsão for minimamente vinculada (ação da *Bindung*) e poder, assim, se ligar a representações na esfera ideacional (ação da *Urverdrängung*), o estado de coisas será outro. Encontramos a descrição desse novo estado de coisas vinte anos depois, no artigo *A negação*⁴⁰.

Em meio à discussão sobre a importância da negação (enquanto *marca* do reprimido) para a prática analítica, Freud se embrenha na problemática do exame de realidade, na qual o papel da

³⁸ Freud, S. (1905b), pp. 201-2.

³⁹ O primeiro sendo, é evidente, o *ver-*, presente em termos vários (*Verdrängung*, *Verwerfung*, *Verneinung*, *Verleugnung* etc.). O curioso, aqui, é que tanto para o *wieder-* quanto para o *ver-* o prefixo latino mais apropriado é o mesmo, o prefixo *re-*, que pode indicar tanto repetição (como em *refazer*, *reavaliar* etc.) quanto um movimento contrário ou para trás (como em *reprimir* e *rejeitar*, que traduzem os verbos *verdrängen* e *verwerfen*).

⁴⁰ Freud, S. (1925b). *La negación*, vol. 19 da AE.

negação é, como se verá, fundante. Para isso, ele considera o papel do *juízo* nesse processo. Nesse ínterim, Freud expõe como “a função do juízo tem, essencialmente, duas decisões a adotar”⁴¹. A primeira consiste em atribuir ou não uma *propriedade* a uma dada coisa (e, primeiramente, trata-se da propriedade de ser *má* ou *boa*). A segunda consiste em admitir ou não a *existência* de determinada representação na realidade (exterior) mesma. Assim, o “eu-prazer” introjeta ou não os objetos, “come-os” ou “cospe-os” a partir dos ditames do princípio de prazer: o que é bom é introjetado; o que é ruim, afastado de si. “No início são para ele idênticos o mal, o alheio ao eu, o que se encontra fora”⁴². A segunda das tarefas do juízo passa a existir quando da gradual intromissão do princípio de realidade na equação. Trata-se, pois, de algo do interesse do “eu-realidade”, “que se desenvolve a partir do eu-prazer inicial”⁴³. “Agora já não se trata de se algo percebido (uma coisa do mundo) deve ser acolhido ou não no interior do eu, mas sim de se algo presente como representação dentro do eu pode ser reencontrado também na percepção (realidade)”⁴⁴. Vemos aqui a inversão dos termos do problema: a representação *interna* é para o juízo de existência algo *anterior* às novas representações, advindas da realidade externa. A ação judicativa existencial, em Freud, é posterior ao juízo de atribuição. Mas Freud não é totalmente idealista: “de novo, como se vê, estamos frente a uma questão de *fora e dentro*. O não real, o meramente representado, o subjetivo, é apenas interior; o outro, o real, está presente também ali *fora*”⁴⁵. E é então que reencontramos o reencontro do objeto:

Para compreender este progresso é preciso recordar que todas as representações provêm de percepções, são repetições destas. Portanto originariamente já a existência mesma da representação é uma carta de cidadania que confere crédito à realidade do representado. A oposição entre subjetivo e objetivo não se dá desde o começo. Ela apenas se estabelece porque o pensar possui a capacidade de tornar a fazer presente, reproduzindo-o na representação, algo que uma vez foi percebido, para o qual não faz falta que o objeto siga estando ali fora. O fim primeiro e mais imediato do exame de realidade não é, portanto, encontrar na percepção objetiva {*real*} um objeto que corresponda ao representado, mas sim *reencontrá-lo*, convencer-se de que ainda está ali.⁴⁶

Há dois momentos distintos do jogo judicativo: no primeiro, puramente regido pelos ditames do princípio de prazer, o sujeito atribui qualidades aos objetos, introjetando-os ou rejeitando-os de

⁴¹ *Id.*, p. 254.

⁴² *Id.*, pp. 254-5.

⁴³ *Id.*, p. 255.

⁴⁴ *Ibid.*

⁴⁵ *Ibid.*

⁴⁶ *Ibid.*

acordo com essa atribuição. O outro, que está fora, é o ruim por excelência; o bom, o que se encontra em mim, é por excelência o bom. Eis a ação do chamado “eu-prazer”. No segundo momento o princípio de realidade já inicia a sua dura intervenção, e agora o eu não tem como tarefa sair rotulando de maus ou bons os objetos à sua volta, mas pura e simplesmente verificar se eles existem. Eis a ação do chamado “eu-realidade”, o executor do exame de realidade. E nesse exame trabalhoso não simplesmente se encontram os objetos; eles são, antes, *reencontrados*.

Mas já estamos, aí, no reencontro do objeto executado nas regras do jogo da representação: não mais alucinação, mas sim fantasia e rememoração. Todo esse jogo entre positivo e negativo (*bom vs mau; dentro vs fora; irreal vs real*) que Freud opera neste texto só existe *a partir do estabelecimento do princípio de prazer*. Afinal, “o julgar é um desenvolvimento ulterior, de acordo com fins, da inclusão dentro do eu ou a expulsão dele, que originariamente se regeram pelo princípio de prazer”⁴⁷. Antes que o prazer se torne um princípio, o que há é algo outro. É necessário um ponto ontológico negativo, um *acontecimento*, para que se iniciem esses jogos (o puro *encontro* com o objeto, que é desde já também sua *perda*).

O objeto do desejo enquanto tal jamais é encontrado: eis a noção freudiana de perda (originária) de objeto. Trata-se sempre, a partir desse primeiro acontecimento irrevogável, de reencontrá-lo. O que o objeto do desejo nos deixa são rastros, mais ou menos brilhantes, que vamos colecionando durante a vida, do mesmo modo que o vigia cata a poesia que o seu objeto entorna no chão. Após ter perdido para sempre o objeto, o sujeito adentrará uma roda eterna de reencontros, na qual o objeto é reencontrado sempre num outro objeto, a partir de seus traços e indícios. O objeto que vem a substituir o objeto perdido nunca é, quando da ativação do circuito do desejo, uma cópia idêntica a ele, mas sim sempre um substituto falho e inadequado. E está justamente aí a fundação do desejo e da sexualidade em Freud, de acordo com Laplanche:

É o que eu chamo de pulsão de indício, isto é, o momento em que o objeto está reduzido a um simples indício dele mesmo. O objeto torna-se indefinidamente transponível, isto é, deslocável sobre outros. E o momento em que a morte do objeto está presente, onde o prazer é procurado em si mesmo e simplesmente através de um signo, não mais através da manutenção do objeto. Isto é o que, a meu ver, Freud expressava sob o termo de “pulsão sexual” no começo de sua obra: dizia que a pulsão sexual procurava o prazer e não o objeto e que este último era secundário em relação a ela.⁴⁸

⁴⁷ *Id.*, p. 256.

⁴⁸ Laplanche, J. (1986b). *Mesa redonda*, p. 98.

Assim, quando a energia pulsional é vinculada e lhe é auferida a capacidade de se conectar a representações, as representações serão reprimidas e poderão reconectar-se entre si a partir das leis associacionistas dos processos primários. Aqui entram os mecanismos de deslocamento e condensação, que já vimos em ação no trabalho do sonho. A pulsão trabalhará sobre traços e indícios: fará que os objetos sejam sub-rogados entre si a partir de similitudes espúrias e inimagináveis para a consciência, e eis o desejo agindo e sendo posto em cena na fantasia. Aqui, é a fantasia que representa a *experiência da diferença* na fenomenologia da pulsão freudiana, não mais primariamente o pensamento. É nela que o jogo de opostos parece poder dar-se de forma originária, trabalhando uma fabricação incessante de sentidos por intermédio da tramitação da energia pulsional.

Têm-se até agora, assim sendo, dois tipos de *acontecimento* na teoria freudiana: a perda do objeto e o trauma. Ambos são *a priori* a experiência do idêntico e representam um estado para cuja caracterização o adjetivo *total* é utilizado. É somente a partir da *Bindung* da energia que a *totalidade* será por assim dizer abdicada, e a pulsão passará a funcionar a partir de traços parciais dos objetos a que porventura se aderir. Entra em jogo, então, a experiência da diferença, que está sujeita, não nos esqueçamos, às regras formais da estruturação universal da fantasia como esquematizamos no capítulo precedente. Há, portanto, pontos nodais a partir dos quais o jogo da representação se dará: eles são *núcleos ontológicos negativos*, uma espécie de solo vazio, de *vácuo* a partir do qual a *diferença* poderá vir a ser. Antes dessa dança representacional, o que há é o demoníaco “eterno retorno do mesmo”.

Esses “núcleos ontológicos negativos”, como ousamos denominá-los, são na ordem do *singular*. São eventos singulares, a um só tempo inesquecíveis e imemoráveis: são *prontamente* esquecidos e são *prontamente* lembrados, numa lógica da Memória sem memória⁴⁹, num Tempo fora do tempo. Nos casos analisados até agora, trata-se de singularidades que marcam um indivíduo de forma indelével. Mas a existência de eventos decisivos para a história não é, para Freud, um privilégio dos indivíduos particulares: também a humanidade como um todo lida com eles em sua vereda civilizatória. A relação entre indivíduo e coletividade em Freud não é simples, contudo podemos estar seguros neste quesito – para Freud certos eventos marcaram a humanidade de uma forma

⁴⁹ Essa expressão de aparência paradoxal surge quase idêntica sob a pena de Green, que em seu artigo intitulado *Tempo e memória* escreve: « *La mémoire amnésique*, la compulsion de répétition, les états de dépersonnalisation ou de somatisation, etc. [...] Ici la priorité est accordée à l’expression maximale d’un sens minimal, le recours au figurable étant sacrifié à une fonction qui se rapproche davantage du signal que du signifiant. C’est grâce à cette mise en sens aux limites du non-sens qu’un minimum de circulation intrapsychique est maintenu » (Green, 1990b, pp. 184-5). E é justamente essa “colocação em sentido nos limites do sem-sentido” aquilo que tentamos expressar em todo este capítulo. A questão é que o *sentido*, em seu sentido psicanalítico, virá à luz irremediavelmente sob a forma lógico-ontológica da *fantasia*. Ao ultrapassar a barreira do sem-sentido, o sentido terá um quadro primal e privilegiado, que é precisamente o horizonte fantástico. Assim, antes da fantasia existe de fato uma memória, mas a memória amnésica; a memória mnésica, o sistema mnemônico como descrito por Freud em 1895 e 1900, este, por sua vez, depende intimamente da faculdade de fantasiar, como vimos elaborando desde o segundo capítulo deste estudo.

incontornável, à maneira de traumas com os quais todos nós temos de lidar até hoje. Três citações do *Moisés* bastarão para demonstrar nosso ponto:

“Opino que a coincidência entre indivíduo e massa é neste ponto quase perfeita: também nas massas se conserva a impressão do passado em rastros mnêmicos inconscientes”; “se supusermos a persistência de tais rastros mnêmicos na herança arcaica, teremos estendido uma ponte sobre o abismo entre psicologia individual e das massas; poderemos tratar os povos como tratamos os neuróticos individuais”; “pela psicanálise de pessoas individuais averiguamos que suas impressões extremamente remotas, recebidas numa época que a criança era apenas capaz de linguagem, exteriorizam em algum momento efeitos de caráter compulsivo sem que se tenha delas uma memória consciente. Consideramo-nos no direito de supor o mesmo a respeito das mais remotas vivências da humanidade inteira”⁵⁰. Marcações importantes: há uma *herança arcaica*; ela é feita de *rastros mnêmicos inconscientes* conservados por uma coletividade (ou pela humanidade inteira); o efeito dessa retenção de impressões remotas é uma repetição compulsiva; nesse aspecto é possível, assim, tratar povos (unidades coletivas) como se tratam os indivíduos. Convém, pois, estudar como Freud conceitua essa “memória coletiva” e qual é o papel, aí, da fantasia para a organização social das coletividades humanas.

Para compreendermos mais a fundo a importância da fantasia na teoria freudiana, teremos de aventurar-nos um pouco na análise freudiana da história humana e do processo de hominização. Nós cremos que há um parentesco temático muito importante entre *Além do princípio do prazer* e os textos freudianos que lidam com a ampla problemática da cultura. No tocante a isso, citemos Green: “na verdade, Freud jamais renunciou a fazer da psicanálise o instrumento de descoberta de um grande mito pré-histórico e pré-humano. É nesse sentido que *Totem e Tabu* e *Além do princípio do prazer* são obras complementares”⁵¹. Sigamos a pista do psicanalista francês e nos endereçemos à narrativa freudiana da pré-história da humanidade. A partir dela poderemos colher mais elementos importantes dessa nossa trajetória.

O que nunca cessa de retornar

Se em 1920 Freud intentou conceituar o surgimento da vida e de sua incessante busca pelo seu avesso (o inanimado ou a morte), fora alguns antes que ele havia publicado uma primeira tentativa de conceituar a passagem do pré-humano para o humano propriamente dito. Referimo-nos, é evidente,

⁵⁰ Freud, S. (1939 [1934-38]), pp. 90, 96 e 125, respectivamente.

⁵¹ Green, A. (1995), p. 54. « En vérité, Freud n'a jamais renoncé à faire de la psychanalyse l'instrument de découverte d'un grand mythe préhistorique et préhumain. C'est en ce sens que *Totem et Tabou* et *Au-delà du principe du plaisir* sont des oeuvres complémentaires »

a *Totem e Tabu*⁵², em cujos quatro ensaios, escritos e publicados entre 1912 e 1913, se analisam diversas similaridades da conduta das crianças e dos neuróticos para com a conduta dos povos ditos selvagens ou primitivos. É no quarto ensaio que se lançará mão de uma hipótese que será ainda retrabalhada e aprofundada em trabalhos sucessivos (até o fim de sua vida, aliás). Retomemos muito sinteticamente essa narrativa que Freud chega mesmo a caracterizar, em 1921, como um “mito científico”⁵³ (não nos esqueçamos desse termo da letra freudiana). É aqui que o prefixo alemão *ur-* (com que já topamos no neologismo *Urverdrängung*) começa a ser utilizado em profusão. Atentemos, antes, para um aviso feito por Freud acerca dessa mesma história, logo antes de ela ser (mais uma vez) repetida, dessa vez no *Moisés*: “o acontecer histórico {*Geschichte*} será narrado em uma condensação grandiosa, como se houvesse sucedido de um golpe o que na verdade demandou milênios e nessa larga época se repetiu inumeráveis vezes”⁵⁴. Em primeiro lugar, retenhamos que para Freud o curso de eventos que virá a ser narrado *realmente ocorreu*, trata-se de *Geschichte*, de um “acontecer histórico”, na tradução para o castelhano (e aqui podemos invocar a parecença etimológica entre o substantivo *Geschichte* – história – e o verbo *geschehen* – que se pode traduzir por “ocorrer”); em segundo lugar, procuremos sublinhar que esse ocorrer material será narrado por Freud *de um só golpe* (lembremo-nos: o trauma é um golpe), de uma forma *condensada* (lembremo-nos: a fantasia condensa), muito embora tenha se repetido inúmeras vezes durante milênios. O que é espriado num tempo imemorial pré-humano Freud sintetiza em poucas linhas: essa é a natureza da seguinte narrativa.

De acordo com essa hipótese, no início da humanidade, em sua época pré-cultural, haveria uma horda de humanos, a chamada horda primitiva (*Urhorde*); o líder dessa pequena comunidade seria o pai primevo (*Urvater*) – ele seria não só um patriarca violento, mas também ciumento, e manteria para si e tão-somente para si todas as fêmeas do bando, relegando seus filhos, os homens primordiais (*Urmenschen*), a um estado de subserviência. A hipótese freudiana versa sobre o ponto de virada desse estado de coisas: os filhos, ressentidos, ter-se-iam reunido e, num conluio, teriam assassinado o pai. Mas isso não era o suficiente: também se teriam deleitado com um banquete feito da carne do pai morto. Em seguida, teriam fundado uma nova sociedade, desta vez fraternal, erigida sobre a lei capital que proíbe o assassinato. Conclui Freud: assim nasceu a cultura e, mais precisamente, a estrutura de todas as religiões. Todas elas teriam como tarefa lidar com esse crime primordial (*Urverbrechen* – o assassinato do pai e o subsequente banquete canibal)⁵⁵. Freud remata,

⁵² Freud, S. (1913 [1912-3]). *Tótem y Tabú*, vol. 13 da AE.

⁵³ Freud, S. (1921), p. 128.

⁵⁴ Freud, S. (1939 [1934-38]), p. 78.

⁵⁵ Freud, S. (1913 [1912-3]), pp. 143-5.

a respeito do assassinato do pai: “o morto se tornou ainda mais forte do que fora em vida; tudo isto, tal como o seguimos vendo hoje nos destinos humanos”⁵⁶.

Em *Totem e Tabu* já se encontra implícito o que viria a ser afirmado em 1930: que “uma das principais aspirações da cultura é o de aglomerar os seres humanos em grandes unidades”⁵⁷. Tem-se em mãos então mais uma das *figuras de síntese* em Freud, que dizem respeito, sempre, à construção jamais pacífica ou suave de unidades maiores de elementos isolados e díspares entre si. Não se trata de uma tarefa fácil, pois os indivíduos não são seres predispostos à harmonia: renuncia-se ao posto do pai primevo não para que a paz benfazeja prevaleça, mas sim para que ninguém mais possa possuí-lo de forma definitiva e sem castigos (os tabus referentes a reis, príncipes e líderes analisados no segundo ensaio de *Totem e Tabu* dão prova dessa ambivalência inerente à relação súdito-superior). A comunidade fraternal, verdadeiro início da humanidade, é como um pacto de união entre os indivíduos nos quais todos aceitam passar pelas mesmas privações. É a chamada psicologia do leproso: se contendo a doença maligna que em breve fará cessar minha existência e posso transmiti-la aos outros através de um breve toque, por que não tocá-los e fazê-los passar pelo mesmo destino terrível? A sociedade humana é, para Freud, como um conjunto de leproso: se o pai foi assassinado, que todos sintam a mesma e infinda culpa e que todos sejam igualmente privados da paz interior, privados do fácil acesso às fêmeas (detido previamente pelo *Urvater*); privados, em suma, da autossuficiência narcísica do pai assassinado e deglutido.

Mas a tarefa civilizatória, uma tarefa de lida com a culpa pelo crime primordial, não se faz apenas por intermédio desse pacto tácito e mais tarde escrito pelos irmãos plenos de remorso: ela se faz também com narrativas fantásticas. Ou melhor, faz-se a partir da religião. Toda narrativa religiosa é tecida, para Freud, a partir desse ponto criminoso primevo: cada nova religião criada pelos homens é testemunho de que esse acontecimento está ainda em vidas de elaboração. Todas as religiões seriam, para Freud, uma espécie de retomada dessa memória imemorial, uma sua forma de elaboração coletiva. Em 1908, no artigo sobre o *Dichter*, Freud já escrevera: “a respeito dos mitos, é muito provável que correspondam aos desfigurados restos de fantasias de desejo de nações inteiras, aos *sonhos seculares* da jovem humanidade”⁵⁸; já em 1913 é dito muito claramente que o mito é uma das modalidades da fantasia dos povos⁵⁹. Então podemos completar: é através da *fantasia* (um tipo muito específico dela) que os povos lidam com sua origem criminoso. Essa origem, porém, sempre *retorna*, ela, aliás, não pode fazer outra coisa; ela *não cessa de retornar* sob os mais desfigurados conteúdos mitológicos e religiosos.

⁵⁶ *Id.*, p. 145.

⁵⁷ Freud, S. (1930 [1929]), p. 101.

⁵⁸ Freud, S. (1908 [1907]), p. 134.

⁵⁹ “... parece bastante possível transferir a produtos da fantasia dos povos, como o são o mito e os contos tradicionais, a concepção psicanalítica obtida como resultado da análise dos sonhos” (Freud, 1913c, p. 187).

Nesse sentido, o totemismo (forma primitiva de organização religiosa), argumenta Freud, isto é, a proibição de ingestão da carne de algum animal sagrado para determinada tribo, nada seria além da proibição de repetição do banquete funesto, pois que o totem vigeria enquanto representante do pai morto. Mesmo o ritual cristão da eucaristia teria como base formal esse crime inexpugnável, através de uma série de novas simbolizações (a ingestão da carne de Cristo, que é a um só tempo Pai e Filho, que veio para nos extirpar de todos os pecados etc.). E pôde, pois, Freud dizer: “assim, a memória daquela primeira grande façanha sacrificial pudera demonstrar-se indestrutível, apesar de todos os empenhos para esquecê-la; e precisamente quanto mais se queria distanciar-se dos motivos que levaram a ela, mais se via obrigado a trazer à luz sua repetição não desfigurada, na forma do sacrifício divino”⁶⁰. No *Moisés* Freud retoma esse raciocínio e afirma que no cristianismo “o crime inominável foi substituído pela suposição de um pecado original na verdade fantasmal {*schattenhaften*}”⁶¹. Não percamos de vista a proliferação de adjetivos negativos que caracterizam o *Urverbrechen*: ele é *inominável*, e sua memória é uma memória *indestrutível*. Nós temos todo o direito de denominar esse crime primordial de um *acontecimento* na história da humanidade, mais um dos *núcleos ontológicos negativos*, como esboçamos acima; pode ser comparado, portanto, com a perda primária do objeto primário e com o trauma, para a história do indivíduo. A morte do pai e o banquete canibal fazem parte de um acontecimento que, na teoria freudiana, é *inesquecível*. Esse acontecimento é um ponto de virada na história da civilização, ele é uma dobra, uma descontinuidade no tempo, com cuja instauração se inaugura a civilização, e toda e qualquer cultura criará fantasias coletivas para lidar com ele. Ele será, assim, ponto de partida e condição de possibilidade de qualquer religião. Ele é *como* um trauma, mas a civilização mesma é a mostra de que a energia envolvida nesse trauma está a ser tramitada por via de operações sintéticas (a fantasia coletiva, propriamente dita).

Mas a fantasia aparece ainda em um outro fator de extrema importância nessa tarefa civilizatória. Encontramo-lo no texto de 1921, *Psicologia das massas e análise do eu*. Nesse texto Freud tem como intuito explicar psicanaliticamente o funcionamento de massas de seres humanos e de coletividades, tais quais o exército e a igreja, por exemplo. Para fazê-lo, lança mão da hipótese apresentada em 1913. Ao retomá-la, ele afirma que “temos que inferir que a psicologia de massa é a psicologia mais antiga do ser humano; aquilo que isolamos como psicologia individual, deixando de lado todos os restos de massa, se perfilou mais tarde, pouco a pouco, e por assim dizer apenas parcialmente a partir da antiga psicologia de massa”⁶². Todavia, logo em seguida ele já acrescenta: “uma reflexão imediata nos mostra o ponto em que essa asseveração requer emenda. A psicologia individual tem de ser ao menos tão antiga quanto a psicologia de massa, pois desde o começo houve

⁶⁰ Freud, S. (1913 [1912-3]), p. 153.

⁶¹ Freud, S. (1939 [1934-38]), p. 131.

⁶² Freud, S. (1921), p. 116.

duas psicologias: a dos indivíduos da massa e a do pai, chefe, condutor”⁶³. Enquanto os filhos pertencentes à horda primordial e sob o jugo do pai tirano seriam como que massificados, fazendo todos parte de uma e mesma psicologia (a de massas), o pai primevo, por sua vez, teria uma psicologia como que só sua, como que completamente narcísica: “seu eu estava pouco ligado libidinosamente, não amava a ninguém a não ser a si mesmo, e amava os outros apenas na medida em que serviam às suas necessidades”⁶⁴. O que faz Freud dizer que “nas auroras da história humana ele foi o *super-homem* que Nietzsche esperava do futuro”⁶⁵. Assim, aí se postula, durante a vigência da *Urhorde*, a existência apartada de duas psicologias que não se podiam tocar: a de massas e a individual narcísica. E ele mesmo nos indica que *algo* há de ter sido o ponto, a ponte a partir da qual a psicologia individual tal qual a conhecemos hoje pôde ter vindo a existir.

É no fim do livro que se indica que ponte é essa. E se trata muito precisamente do *mito*. Os filhos, diz-nos Freud, sentiam remorso por terem matado o pai e dele sentiam falta. “Foi talvez por essa época que a privação nostálgica moveu um indivíduo a separar-se da massa e assumir o papel do pai. Aquele que o fez foi o primeiro poeta épico, e esse progresso se consumou em sua fantasia”⁶⁶. Em sua fantasia ele criou a narrativa de que um herói, o herói épico, havia matado um monstro totêmico (o pai) e assumido o seu lugar e papel. O mito enquanto narrativa fantasística adquire aqui um papel premente:

O mito é, portanto, aquele passo com que o indivíduo sai da psicologia de massa. O primeiro mito foi, seguramente, o psicológico: o mito do herói; o mito explicativo da natureza deve ter aparecido muito depois. O poeta que deu esse passo, e assim se desgarrou da massa na fantasia, sabe porém [...] encontrar na realidade o caminho de retorno a ela. Com efeito, apresenta-se e relata a essa massa as façanhas de seu herói, inventado por ele. No fundo, esse herói não é outro além dele mesmo. Assim descende até a realidade, e eleva seus ouvintes até a fantasia. Estes então compreendem o poeta, podem identificar-se com o herói sobre a base da mesma relação nostálgica com o pai primordial.⁶⁷

Aqui o papel da fantasia é mais que fundamental, e a encontramos uma vez mais como ponte entre o universal e o particular sob a pena de Freud. A fantasia, comparada aí com o etéreo reino das

⁶³ *Id.*, p. 117.

⁶⁴ *Ibid.*

⁶⁵ *Id.*, p. 118. E aqui se pode notar em que medida para a descrição dos estados de coisas originárias o nome de Nietzsche é uma constante em Freud. Já o víamos na análise do destino fatal dos homens, vemo-lo agora na descrição da psicologia do *Urvater*, e uma terceira aparição se encontrará em 1923, para a introdução do conceito de id (*das Es*), cujo nome, afirma Freud, é, segundo Groddeck, original de Nietzsche.

⁶⁶ *Id.*, p. 128.

⁶⁷ *Id.*, p. 129.

alturas, como que fora da realidade material, é a ponte através da qual os indivíduos solitários podem conjugar-se numa comunidade: o primeiro poeta *sobe* até a sua fantasia, trabalha-a e a reformula num mito, e, ao *descer* de volta à realidade, entrega esse produto fantasístico aos seus ouvintes; estes, ao terem o mito em mãos, *ascendem* até o mundo da fantasia tornada narrativa concreta e passam a se identificar, *em conjunto*, com o herói mítico. A tarefa maior da civilização, a de conglomerar indivíduos solitários em unidades maiores, é, portanto, possibilitada pelo mito enquanto fantasia universal. O poeta torna-se poeta de um povo ao *descer* ao chão sólido da realidade após ter-se aventurado no *elevado* céu etéreo da fantasia; o sujeito torna-se um indivíduo constituinte de uma coletividade ao ser *elevado* pelo mito, trazido à luz pelo poeta. Com o mito os sujeitos retornam, de forma elaborada, é certo, àquele ponto primevo inapagável: ou seja, é com a fantasia que os sujeitos enquanto coletividade têm acesso àquele ponto *material* do passado que não cessa de retornar. A relação, assim, entre *fantasia* e *realidade material* não é nada simples, pois é somente através daquela que um acontecer material inesquecível pode realmente ser lembrado e reelaborado.

O mito (e a fantasia), então, passa a ser conceituado como essa ponte entre o individual e o coletivo, entre o particular e o universal. Pode-se notar como o próprio Freud, ao fabricar o seu “mito científico” do assassinato originário, compõe uma narrativa *particular* cujo intuito, teórico, é atingir um ponto *universal* do destino humano. Sua narrativa, por muitos rechaçada enquanto um mero *mito* sem importância, é nesse sentido uma *fantasia* que trata dos *primórdios* da humanidade, de suas origens indestrutíveis e intransponíveis. É como se Freud, para tratar de uma *origem*, tivesse de fabricar, à revelia de seu fervor científico, uma fantasia assim como fazem os povos e os neuróticos. Nós voltaremos a isso.

Não pensamos ser muito coerente, pois, a afirmação de Ricœur de que, “para Freud, não há história da religião: seu tema é a indestrutibilidade de suas próprias origens; a religião é precisamente o lugar onde as constelações afetivas as mais dramáticas se revelam intransponíveis”⁶⁸. Sim, as origens são *indestrutíveis*, mas nem por isso não se trata de uma *história*: há que atentar-se ao que significa o termo “história” para a letra freudiana. Toda história, mesmo a do indivíduo, é constituída por repetições inelutáveis, repetições de pontos do passado que nunca se apagarão, não importa o quanto se esforce pelo contrário. Tanto experiências traumáticas quanto satisfações de desejo serão repetidas: aquelas, numa lógica pautada na repetição crua; estas, numa lógica pautada na estrutura da fantasia. É nesse sentido que se pode dizer das *séries* em Freud; lemos em 1910: “com efeito, a psicanálise nos ensina [...] que o eficaz insubstituível dentro do inconsciente amiúde se anuncia

⁶⁸ Ricœur, P. (1965, p. 256). « ... À proprement parler, pour Freud, il n’y a pas d’histoire de la religion : son thème, c’est l’indestructibilité de ses propres origines ; la religion est précisément le lieu où les constellations affectives les plus dramatiques se révèlent indépassables »

mediante a substituição sucessiva em uma série interminável, e tal, justamente, porque em cada subrogado se sente a falta da satisfação ansiada”⁶⁹. Mais uma vez o que é efetividade no inconsciente é descrito por meio de adjetivos negativos: trata-se de algo *insubstituível*, mas que por isso mesmo é substituído numa série *interminável*. Interminável, pois que insubstituível: a dimensão do desejo em Freud é a dimensão do eterno e do incessante. E assim também a dimensão da história. A historicidade do homem (tanto o indivíduo quanto a coletividade) é pautada, para Freud, no princípio da repetição: a história é uma série de figuras sucessivas que repetem sempre um primeiro modelo, porém com possíveis alterações (de conteúdo) mais ou menos intensas, sem jamais conseguir reproduzi-lo integralmente. À volta da memória a um só tempo inesquecível e imemorável é que as figuras girarão, como que planetas em torno de um sol negro indisponível e indispensável.

Como afirmou Prado Jr., em Freud, a “gênese (tanto da humanidade como de cada indivíduo) é marcada pela sucessão de *acontecimentos cruciais* [...]. Cada um desses acontecimentos reitera, à sua maneira, o trauma da substituição do princípio do prazer pelo princípio da realidade”⁷⁰. Mas a natureza desses eventos intransponíveis permanece um mistério para os leitores de Freud. Teriam eles ocorrido de fato ou não? Sobre isso as palavras de Soria são preciosas:

O típico deve assim ser encontrado num tempo que não é histórico, isto é, num prototempo (*Urzeit*), que não se caracteriza por um pertencimento a um ponto preciso no passado, mas por se repetir continuamente da origem até o presente e poder ser recriado a qualquer momento. A investigação freudiana não encontra assim os pontos da história que fundamentam a inscrição de traços que podem ser novamente reinvestidos, mas uma *proto-história*, que subjaz e edifica as vivências individuais.⁷¹

O *Urzeit*, aí está dito, subjaz ao que é individual e é capaz de edificá-lo. Ele é sempre repetido num *Zeit* particular (seja do indivíduo, seja da coletividade, complementemos). Esse prototempo é a demarcação de uma origem que se repete incessantemente. Soria diz que esse *Urzeit* “não se caracteriza por um pertencimento a um ponto preciso do passado”, mas aqui poderíamos discordar dela, pois o que a letra freudiana diz é exatamente o oposto. No princípio era o ato – assim termina *Totem e Tabu*, com a inversão goethiana do *In principio* do evangelho joanino, e o que Freud descreve em seu mito científico da *Urhorde* é, para ele, um *evento concreto*, um *factum*, um *acontecimento material*. O fato, parece-nos, é que, em se seguindo os princípios da teoria, faz-se mister que os

⁶⁹ Freud, S. (1910d). *Sobre un tipo particular de elección de objeto en el hombre (Contribuciones a la psicología del amor, I)*, vol. 11 da AE, p. 163.

⁷⁰ Prado Jr., B. (1991a). *Entre o alvo e o objeto do desejo: Marcuse, crítico de Freud*, p. 32.

⁷¹ Soria, A. C. S. (2010), p. 137.

selvagens no início tenham matado o pai para que em seguida se sentissem culpados. As alterações na matéria viva, impressas nas pulsões mesmas, só passam a existir graças a choques com a realidade externa. Sem eles, a matéria não se alteraria. O mesmo ocorre com os indivíduos humanos – é necessário que haja atos no início para que a mera sombra dos atos (as fantasias e desejos, por exemplo) possa viger *como se fosse factual*. Em Freud esses atos são fatos, não há dúvida – e essa asseveração faz parte do corpus teórico freudiano. Leiamos o que o próprio texto freudiano diz sobre o *Urzeit*, no *Moisés*, após reexpor sua narrativa da horda primeva:

Há que admiti-lo: este panorama histórico-conjectural {*historisch*} é lacunoso e incerto em muitos pontos. Mas quem pretendesse declarar puramente fantástica nossa construção do acontecer histórico primordial {*Urgeschichte*} incorreria em uma molesta subestimação da riqueza e da força probatória do material que a integra. Grandes fragmentos do passado que aqui enlaçamos em um todo foram testemunhados pela ciência histórica: o totemismo, as ligas de varões. E outros se conservaram em notáveis réplicas. [...] Numerosos relictos do tempo primordial {*Urzeit*} esquecido se conservam em sagas e contos tradicionais dos povos, e o estudo analítico da vida anímica infantil nos brindou, com uma riqueza inesperada, material para preencher as lacunas do nosso conhecimento sobre os tempos primordiais. Como contribuições à compreensão do tão substantivo comportamento frente ao pai, basta-me mencionar as zoofobias, o medo [...] de ser devorado pelo pai, e a enorme intensidade da angústia de castração. Não: em nossa construção nada há de invenção livre, nada que não possa apoiar-se em sólidas bases.⁷²

Freud elabora uma *construção* da *Urgeschichte*: nela, ele diz, não há nada de “invenção livre”, nada que não se tenha apoiado em “sólidas bases”. Ora, o que Freud parece ter esquecido aqui é que nem mesmo as fantasias de seus pacientes não se apoiam em sólidas bases. Não é tão-somente a presença de fenômenos reais na base da construção narrativa que faz dessa construção uma narrativa fiel aos fatos esquecidos mesmos. Mais importante é o método dessa construção: trata-se de uma síntese, num só golpe, de um tempo imemorial. A letra freudiana diz: há um *Urzeit*, há uma *Urgeschichte*. O teórico Freud então *constrói* uma narrativa que intenta sintetizar os *pontos* mais importantes dessa história primeva, conjugando-os num só relato. Essa construção se erige sobre sólidas bases, mas que bases são essas? Os mitos, as sagas, os achados da ciência, as fobias infantis, a angústia de castração. Essas bases são sólidas, porém somente uma construção fantasística é capaz de tratá-los como fenômenos de mesma ordem. Freud vacila às vezes quanto à materialidade desses

⁷² Freud, S. (1939 [1934-38]), p. 81.

pontos cruciais da história da humanidade, mas no fim seu diagnóstico é peremptório; trata-se de *fatos*. O mais importante é analisar o método de construção narrativa de Freud para podermos analisar sua real importância dentro da teoria. Parece-nos que esse método, como já afirmamos, é sobremaneira similar, senão idêntico, ao método implicado nas fantasias de seus pacientes. Tudo o que Freud tem em mãos (além de um punhado esparso de fatos recolhidos pelos cientistas) são elaborações fantasísticas desse *ponto* que não cessa de retornar: os mitos, as sagas, as religiões, as fantasias neuróticas, as fobias infantis. Ele então entretece esses fenômenos fantasísticos, conjugando-os em seu ponto umbilical primevo: sua origem indestrutível. Ao fazê-lo, parece fabricar mais uma fantasia. Talvez se trate de um ciclo vicioso, e é a isso que temos de nos atentar.

O que os olhos não veem...

Mas voltemos nossa atenção agora não somente à hipótese de que para a coletividade há pontos-limite decisivos, mas também ao modo com que se *retêm* as impressões advindas desses eventos fatídicos. Nós vimos acima: Freud postula a existência de uma *herança arcaica*, um conteúdo do inconsciente constituído de *rastros mnêmicos* oriundos de vivências dos nossos antepassados. Passemos doravante a analisar isso com mais minúcia.

Deixada de lado a problemática envolvendo o conceito sistêmico de inconsciente e a reformulação da tópica freudiana efetuada em 1923, podemos dizer que, até onde pudemos ver, o conceito de inconsciente em Freud tem uma vinculação íntima com o de repressão (e o de reprimido). A pulsão, ao sofrer uma repressão primária, liga-se a um representante psíquico, mas este deve permanecer inconsciente. O reprimido, assim, deve ser por dedução inconsciente *a priori*. Mas não necessariamente tudo o que faz parte do inconsciente é da ordem do reprimido. É o que se lê em 1915, na abertura do artigo metapsicológico *O inconsciente*: “o reprimido tem de permanecer inconsciente, porém queremos deixar assentado desde o começo que o reprimido não recobre todo o inconsciente. O inconsciente abarca um campo mais vasto; o reprimido é uma parte do inconsciente”⁷³. Algo além do reprimido reside, portanto, no inconsciente. Quase no fim do mesmo artigo se encontra um comentário acerca de um tal *núcleo* do inconsciente: “o conteúdo do *Ics* pode ser comparado com uma população psíquica primitiva. Se há no homem certas formações psíquicas herdadas, algo análogo ao instinto {*Instinkt*} dos animais, isso é o que constitui o núcleo do *Ics*”⁷⁴. Nós vimos como no *Moisés*, isto é, em 1939, Freud postula uma *herança arcaica* constituinte de uma parte do inconsciente. Essas “formações psíquicas herdadas”, nós já as encontramos afirmadas em 1915; elas são, ademais, o *núcleo* do inconsciente, algo análogo aos *instintos* dos animais. E se Freud emprega

⁷³ Freud, S. (1915b), p. 161.

⁷⁴ *Id.*, pp. 191-2.

aqui o termo alemão de origem latina (*Instinkt*) não há de ser à toa. É quase um convite ao leitor a diferenciá-lo do *Trieb*, por ele utilizado muito mais amiúde.

Retomemos o trecho já citado do *Moisés* onde a postulação de uma herança arcaica permite a Freud a comparação entre indivíduo e espécie: “se supusermos a persistência de tais rastros mnêmicos na herança arcaica, teremos estendido uma ponte sobre o abismo entre psicologia individual e das massas; poderemos tratar os povos como tratamos os neuróticos individuais”⁷⁵. Vejamos agora qual é a sua continuação imediata; nela, vê-se um novo emprego do termo *instinto*:

Assim conseguimos ainda outra coisa. Reduzimos o abismo excessivo que o orgulho humano de épocas anteriores abriu entre homem e animal. Se os chamados “instintos” dos animais, que lhes permitem comportar-se desde o começo mesmo na nova situação virtual como se ela fosse antiga, familiar de tempos atrás; se a vida instintiva dos animais admite em geral uma explicação, apenas pode ser que levam congêntas à sua nova existência própria as experiências da sua espécie, isto é, que guardam em seu interior certas memórias do vivenciado pelos seus antepassados.⁷⁶

Leiamos com atenção determinadas passagens desse excerto: há algo no homem, *que não é a pulsão*, que pode ser comparado aos instintos dos animais. O que caracteriza um instinto como esse? Algo herdado filogeneticamente e que permite ao indivíduo recém-nascido de determinada espécie comportar-se numa nova situação virtual e atual como se ela fosse antiga. Trata-se de condutas pré-determinadas e tipificadas, ditadas pelas vivências de seus ancestrais remotos. O que espécimes de sua espécie vivenciaram no passado está gravado nos animais, à maneira de uma memória. Com esta memória especial, eles não precisam aprender aquilo que seus antepassados aprenderam: agem como se já soubessem; ou melhor, já sabem, e nunca lhes foi necessário aprendê-lo. Eis algo da ordem do *imediato* para o indivíduo; aqui, o que medeia sua relação com a realidade não é um mecanismo como a repressão, mas sim as experiências de seus ancestrais. O que Freud está a nos dizer é que no homem *algo como* os instintos dos animais também existe. Sobre essa herança, nós já sabemos duas coisas: que elas são uma espécie de *memória*, e que esses rastros mnêmicos foram deixados por *vivências* de nossos antepassados. Mais uma vez topamos com o *material* sendo interiorizado via memória, dessa vez numa passagem do coletivo para o individual. Mas que eventos remotos foram esses cujos rastros carregamos conosco desde que nascemos?

No *Moisés* encontramos listados dois: o Édipo e a castração. Para Freud há um descompasso entre o comportamento das crianças e suas vivências materiais, no tocante à temática edípica. “A

⁷⁵ Freud, S. (1939 [1934-38]), p. 96.

⁷⁶ *Id.*, pp. 96-7.

conduta da criança neurótica para com seus progenitores dentro do complexo de Édipo e de castração superabundam em tais reações que parecem injustificadas para o indivíduo e apenas se tornam concebíveis filogeneticamente, pela referência ao vivenciar de gerações anteriores”⁷⁷. Mesmo sem a ameaça da castração, o sujeito se comporta como se ela lhe houvesse sido feita; mesmo sem um pai dominante, o sujeito o teme e rivaliza com ele. Trata-se, como no caso dos animais, de comportamentos tipificados: comporta-se assim porque isso foi realmente vivenciado pelos antepassados. A letra freudiana diz novamente: só se podem compreender tais condutas exageradas pela referência ao *vivenciar* das gerações precedentes. Pois bem, um pai castrador em certos casos parece ser da ordem do *irreal* para o sujeito da fase fálica; ele era, no entanto, muito *real* para os filhos submetidos ao domínio patriarcal e opressivo do *Urvater*. Por isso Freud pôde dizer logo em seguida que, “após essas elucidações, não vacilo em declarar que os seres humanos sempre souberam – daquela particular maneira – que outrora possuíram um pai primordial e o mataram”⁷⁸. Os seres humanos sempre *souberam* do assassinio originário do pai originário; souberam-no, todavia, de uma *particular maneira*. Souberam-no ao modo de uma memória muito específica, uma memória que se traduz imediatamente em *ato*: em neuroses obsessivas, em fobias, em religiões, em obras de arte, em tragédias. Trata-se de um saber que não passa pela consciência do sujeito; ele se comporta, nessa região de sua existência, como um verdadeiro *animal*, que age com um saber ancestral mesmo sem saber que detém esse saber. Pode-se dizer que o *animal* que sobrevive no humano não está, para Freud, na pulsão propriamente dita, mas sim nesse *saber* que se traduz imediatamente em ato e que revive as próprias origens de forma incontornável. Nesse sentido a eucaristia cristã é mais animalesca do que os atos exibicionistas do perverso: estes estão inscritos no campo do *desejo*; aquela, por sua vez, no campo da *necessidade*. A eucaristia revive o banquete da carne do pai morto; revive-o de forma desfigurada, é fato, mas o faz porque não se pode fazer de outro modo.

O mais impressionante para os leitores de Freud será encontrar, então, que esses traços mnêmicos herdados filogeneticamente pelo indivíduo não são meras memórias, mas sim fantasias. E não se trata de fantasias quaisquer. O conceito que Freud forja para dar conta dessa assimetria entre a vivência e a conduta dos sujeitos é muito propriamente o conceito de *fantasia originária*: eis as famígeras *Urphantasien*, e eis uma vez mais o prefixo *ur-* marcando presença. Conceito marginal, pode-se dizer, pois tem presença parca, mas que nunca deixou de indagar os comentadores de Freud, as *Urphantasien* tiveram exatas três aparições na obra freudiana. Vejamos cada uma delas.

⁷⁷ *Id.*, pp. 95-6.

⁷⁸ *Id.*, p. 97.

A primeira está contida num artigo de 1915 intitulado *Um caso de paranoia que contradiz a teoria psicanalítica*⁷⁹. Trata-se muito claramente de uma nota de margem, um prenúncio, por assim dizer:

A observação do comércio amoroso entre os pais é uma peça que raramente não se encontra no tesouro de fantasias inconscientes que a análise pode descobrir em todos os neuróticos, e com probabilidade em todos os seres humanos. Chamo a estas formações da fantasia, a da observação do comércio sexual entre os pais, a da sedução, a castração e outras, *fantasias originárias*, e em outro lugar indagarei em profundidade a sua origem assim como sua relação com a vivência individual.⁸⁰

A castração, o complexo de Édipo (aqui como que encarnado na “observação do comércio sexual entre os pais”) e a sedução são elencadas como *fantasias originárias*, que “com probabilidade” pertencem ao “tesouro de fantasias inconscientes” de todos os seres humanos. A castração e o Édipo, nós os víamos já como pertencentes à denominada herança arcaica; a novidade aqui é a sedução, que de ponto-pivô da primeira teoria freudiana das neuroses (que carrega o seu nome) passou a uma fantasia universal. Há “outras” fantasias originárias, mas a respeito delas não se diz, aqui, coisa alguma. Freud proclama: mais tarde se investigará mais profundamente sobre a *origem* dessas formações da fantasia e da sua relação com a vivência *individual*. Ou seja, Freud curará, alhures, de escrutinar a relação entre o universal e o particular envolvida nessa classe especial de fantasias. Esse “outro lugar” nos parece ser a redação do caso do Homem dos Lobos, cuja maior parte já fora escrita em 1914, mas que seria publicado apenas em 1918.

Porém antes disso as *Urphantasien* assomariam pela segunda vez na vigésima terceira das suas *Conferências introdutórias*. Em uma passagem um pouco mais longa Freud se detém com mais vagar nas questões que prometera perquirir dois anos antes:

Não se tem outra impressão a não ser de que tais fatos [o coito paterno, a sedução...] são de alguma maneira necessários e pertencem ao patrimônio indispensável da neurose. Se estão contidos na realidade, muito bem; se ela não os concedeu, eles são estabelecidos a partir de indícios e são completados mediante a fantasia. O resultado é o mesmo, e até hoje não logramos registrar diferença alguma, com relação às consequências desses eventos infantis, pelo fato de que neles haja maior participação da fantasia ou da realidade. De novo, o que temos aqui não é senão uma das tão amiúde mencionadas relações de complementaridade; na verdade, é a mais estranha

⁷⁹ Freud, S. (1915d). *Um caso de paranoia que contradiz a teoria psicanalítica*, vol. 14 da AE.

⁸⁰ *Id.*, pp. 268-9.

de todas as que conhecemos. De onde vem a necessidade de criar tais fantasias e o material com que elas são construídas?⁸¹

Na neurose o coito paterno, a sedução e a castração “são de alguma maneira necessários”. Estão na ordem do necessário, são algo inescapável, inelutável. O importante aqui é se atentar ao aspecto complementar entre a vivência individual (a realidade material a que o indivíduo foi exposto) e aquilo que Freud aqui chama de “fantasia”: se o sujeito não vivenciou de fato o coito paterno, a fantasia desse evento será mesmo assim *completada* a partir de *indícios*, e esses fatos serão assim *estabelecidos* na vida do sujeito. Vejamos qual é a resposta dada por Freud à pergunta que fecha a citação: “não cabe dúvida de que sua fonte está nas pulsões, mas resta por explicar o fato de que em todos os casos se criam as mesmas fantasias com idêntico conteúdo. Tenho pronta uma resposta para isto, e sei que lhes parecerá atrevida”⁸². No regime das pulsões, nós vimos bem, não se admite que uma exigência pulsional possa ser satisfeita *a priori* por determinados objetos – mas no caso desses eventos fatídicos a cena fantasiada é sempre a mesma. A que se atreve então Freud? A reafirmar, como em 1915, a existência das fantasias originárias:

Opino que essas *fantasias originárias* – assim as chamaria, junto a algumas outras – são um patrimônio filogenético. Nelas, o indivíduo rebaixa seu próprio vivenciar até o vivenciar da pré-história, nos pontos em que o primeiro tenha sido demasiadamente rudimentar. Parece-me muito possível que tudo o que hoje nos é relatado na análise como fantasia – a sedução infantil, a excitação sexual incitada pela observação do coito entre os pais, a ameaça de castração (ou, melhor, a castração) – foi uma vez realidade nos tempos originários da família humana, e que a criança fantasiadora não fez mais do que preencher as lacunas da verdade individual com a verdade pré-histórica.⁸³

Nota: Freud novamente diz que “outras” fantasias originárias também existem, e novamente Freud se mantém tácito a respeito delas. Mas o mais fundamental a reter desse trecho é que, por fim, está explicitada a relação entre o particular e o universal tal qual estabelecida nas *Urphantasien*: Freud admite muito abertamente a hipótese de que o fantasiado pelo indivíduo hoje foi realmente vivenciado nos “tempos originários da família humana”. Essa *verdade pré-histórica* acabará por retornar, quer o queira o sujeito, quer não o queira. O interessante a notar aqui é que talvez haja para Freud um conceito de *verdade parcial*, ou melhor, admite-se a possibilidade de um tipo de verdade possuir uma

⁸¹ Freud, S. (1916-7a), pp. 337-8.

⁸² *Id.*, p. 338.

⁸³ *Ibid.*

parcialidade: a verdade individual, ainda que verdadeira, não é *total*, e lá vem a fantasia para completá-la, a partir do retorno da realidade vivenciada pelos antepassados na origem mesma da espécie humana da qual não se pode nunca escapar. Essa origem é constituída por *atos*: os filhos da horda primeva, assim supõe Freud, assistiam a coitos alheios, observavam a sedução e o estupro perpetrados pelo pai tirânico e não só eram ameaçados de castração como por vezes esse castigo terrível era consumado. A visão dessas cenas era um *fato*, e o conteúdo delas eram *atos*.

No caso do Homem dos Lobos, é fato, Freud põe em dúvida a realidade material das ditas *cenas primárias*; as *Urszenen* (título consagrado e célebre dado à “observação do comércio sexual entre os pais”), aí se diz, talvez não tenham ocorrido de fato, o sujeito quiçá jamais tenha observado seus pais a fornicarem, e sobre essa questão (a questão da realidade efetiva ou não das cenas primárias) Freud faz uma confissão numa nota de rodapé: “confesso que este é o problema mais espinhoso de toda a doutrina analítica”⁸⁴. Não se está diante, portanto, de um assunto plenamente resolvido. Tudo indica, contudo, que a materialidade da cena, caso não seja admitida como *necessária* para as vivências individuais, é transposta, então, para as vivências dos ancestrais. Para a hipótese freudiana acerca dos elementos mais fundamentais da sexualidade humana, deve-se alterar o ditado popular: o que os olhos não veem o coração sente. Pouco importa se se viu o coito dos pais ou não: ele te assombrará como se o houvesse visto de fato; pouco importa se foste seduzido ou não: comportar-te-ás como se os olhos e mãos alheios te houvessem desejado e violado; pouco importa se te foi realmente proferida uma ameaça de castração: teu órgão estará desde sempre ameaçado e jamais terá sua integralidade assegurada. Por isso a letra da canção se mostra muito acertada para o que ocorre com o indivíduo⁸⁵ em sua fabricação incessante de narrativas fictícias: “todas as lendas são assim: pra lembrar o que não aconteceu”⁸⁶. E precisamente por não haver ocorrido é que o acontecimento há de ser *relembrado*, e aqui o prefixo *re-* imprime a sua força necessária. Mas aquilo que o sujeito não viu com seus próprios olhos, é preciso que olhos ancestrais o tenham visto efetivamente. Acerca disso Monzani diz muito precisamente: “percebe-se como Freud concebe o mecanismo evolutivo: o que é herdado um dia deve ter sido adquirido. Só que esse adquirido Freud só consegue pensar como uma experiência externa, um evento, um acontecimento exterior que é incorporado e transmitido”⁸⁷.

E é no caso do Homem dos Lobos que as *Urphantasien* farão sua terceira e derradeira aparição sob a pena freudiana. Aí é quase repetido o que se disse na conferência introdutória já citada; há um

⁸⁴ Freud, S. (1918 [1914]), p. 94, nota de rodapé.

⁸⁵ Alguns diriam, inclusive, que para a humanidade como um todo também. Nesse caso se estaria contrariando a letra freudiana, ultrapassando-a, por assim dizer, ao cavar dela um conceito quase paradoxal de acontecimento: um acontecimento seria aquilo que não aconteceu.

⁸⁶ Blanc A. & Guinga (1991). *Lendas brasileiras*.

⁸⁷ Monzani, L. R. (1991b), p. 86.

acréscimo, porém, que não deixou de fisgar a atenção dos comentadores. Quando da discussão sobre a realidade da cena primária, Freud diz que no psiquismo do sujeito se encontram

esquemas [*Schema*] herdados por via filogenética, que, como “categorias” filosóficas, providenciam o arranjo para impressões vitais. Eu sustentaria a concepção de que eles são precipitados da história da cultura humana. O complexo de Édipo, que abarca o vínculo da criança com os seus progenitores, se conta entre eles; é, melhor dizendo, o exemplo mais bem conhecido dessa classe. Onde as vivências não se adequam ao esquema hereditário, se chega a uma refundição delas na fantasia, cuja obra seria certamente muito proveitoso estudar.⁸⁸

O recurso à filosofia, aqui, não passou despercebido. O termo *Urphantasie* não aparece aí *ipsis litteris*, mas é mais que evidente que Freud discorre sobre essa classe de fantasias. Essas fantasias originárias não são meros complexos de representações inconscientes – elas são *esquemas*, funcionam como as “categorias” filosóficas. Isto é: são mais forma do que conteúdo⁸⁹. Como muito bem notaram Laplanche e Pontalis⁹⁰, aquilo que Freud conceitua como o núcleo do inconsciente, aquilo do qual não se pode escapar, não é algo amorfo e quase caótico como o ímpeto chamado pulsão; sim, a pulsão é constituinte do inconsciente, ela é esse *Drang* constante que parte do organismo, e é a sedimentação impessoal da história da vida e da espécie no novo indivíduo; mas o núcleo, o carço ontológico do inconsciente não é a pulsão mesma, mas sim uma série de esquemas que *possibilitam* a emergência de fantasias individuais, assim como as *condicionam* e as *delimitam*. Lembremos: os confins da análise freudiana do conceito de pulsão são a constatação de uma *síntese* primária que há de ser estabelecida para que o princípio do prazer se estabeleça – a *Bindung* da energia excedente. Agora, nos confins da história da humanidade, o que o homem herda de seus ancestrais não é uma vontade, uma inclinação ou uma tendência – é um conjunto de *quadros*, de *esquemas*, de *formas* prévias, que servem de *arranjo* para as fantasias individuais propriamente ditas.

O apuro teórico em que Freud se encontra no caso do Homem dos Lobos não é, com efeito, pequeno, pois o estatuto de *realidade* das cenas primárias põe em questão os alicerces da doutrina freudiana das pulsões (entidades abstratas cuja relação com o objeto é, sempre, contingente, como vimos previamente). Sobre isso Monzani afirmou com muita precisão:

⁸⁸ Freud, S. (1918 [1914]), p. 108.

⁸⁹ A relação entre forma e conteúdo nas *Urphantasien* é, porém, mais delicada e requer aprofundamentos. Sobre isso, cf. *Expressão e Linguagem: aspectos da teoria freudiana*, de Namba (2020), em especial o seu segundo capítulo, no qual a autora propõe uma interpretação dos “esquemas freudianos” à luz da concepção de “simbólico” de Schelling.

⁹⁰ Laplanche, J. e Pontalis, J. B. (1964).

Deixemos bem claro o dilema no qual Freud está inserido: ou admitir uma teoria da fantasia sem base em eventos reais, o admitir a hipótese de uma herança filogenética em que conteúdos representativos *são* transmitidos. Ambas as hipóteses, de fato, colocam por terra a concepção freudiana da sexualidade, como vimos. Ora, no caso do Homem dos Lobos, Freud parece sair dessa alternativa. Ele não fala em conteúdos herdados, mas em esquemas congênitos. Não se trata de uma pura substituição de palavras, e sim de uma mudança de enfoque conceitual. O esquema, tal como as categorias kantianas, só se atualiza através da experiência, mas, ao contrário destas últimas, já possui um conteúdo virtual, uma espécie de matriz, de guia, que, embora necessite da experiência, a informa e a preenche.⁹¹

A vantagem dessa solução, diz-nos Monzani em seguida, é que ela salvaguarda a maleabilidade das pulsões, a sua estonteante ausência de rigidez, sua plasticidade; em suma, seu caráter indeterminado, tal como este se encontra descrito desde os *Três Ensaio*s. “Tratar-se-ia de esquemas virtuais que só se cristalizariam, só se concretizariam através das determinações empíricas que serviriam então para catalisar as fantasias sem, no entanto, fazer destas um produto já pronto e acabado que o sujeito carregaria consigo desde seu nascimento”⁹². Esses esquemas virtuais, portanto, não são plenamente vazios de conteúdo, como são os kantianos, mas contêm, nas palavras do filósofo brasileiro, uma espécie de *matriz*, de *guia*, que é condição de possibilidade do sentido mesmo da experiência do sujeito.

Aqui vem novamente em nosso auxílio a dupla francesa e o seu ensaio brilhante sobre as fantasias originárias, pois foram Laplanche e Pontalis os primeiros talvez a notarem aquele que pode ser o caractere mais importante das *Urphantasien*: o fato de que elas não somente são originárias e estão, por conseguinte, na origem das fantasias subsequentes, mas também que elas mesmas versam sobre origens⁹³. Elas dizem respeito a três origens que são de algum modo inefáveis: a origem da vida humana (o coito parental), da diferença sexual (a castração) e do desejo (a sedução). É como se, para falar sobre a origem dos fatos mais importantes da sua vida, o ser humano tivesse de recorrer inapelavelmente a fantasias, e a nada mais⁹⁴. Ouçamos Green a propósito disso:

⁹¹ Monzani, R. (1991b), p. 102.

⁹² *Id.*, p. 103.

⁹³ Laplanche, J. e Pontalis, J. B. (1964).

⁹⁴ Aqui vislumbramos que o mesmo pode ocorrer com a origem da *sociedade* humana, e é por isso que Freud fabrica um “mito científico”, e não meramente uma suposição científica ou algo do tipo. Ou melhor, Freud forja hipóteses, trabalha com suposições científicas, mas estas, ao se reportarem às origens mesmas de seu objeto fenomênico de estudo, não podem deixar de se enredar na malha que o constitui, e essa malha, nós sabemos, é o que vimos até agora chamando de *lógica da fantasia*. Nós voltaremos a isso.

Um interesse e não dos menores dessas fantasias *originárias* é que elas não concernem somente às origens, mas também que elas são fantasias na origem de todos as fantasias secundárias que derivam delas. Notar-se-á aqui de novo a analogia funcional teórica entre um conceito *Ur* (originário) e sua forma derivada. Essa bipartição se aplica também tanto à repressão quanto às fantasias em questão. Aqui são postos os problemas do originário em sua relação à figurabilidade.⁹⁵

O que a análise de Green indica é que há um certo curto-circuito, se assim podemos expressar-nos, entre o estatuto epistemológico dos conceitos forjados por Freud para dar conta das origens de certos fenômenos (os conceitos *Ur*) e o estatuto ontológico dos fenômenos que eles designam. Assim, a *Urverdrängung* é o conceito criado e empregado por Freud para dar conta de um impasse teórico: a origem da representabilidade. Cada repressão remonta a uma repressão anterior, e assim seria *ad infinitum* caso não se supusesse um ponto-limite ao qual as repressões *propriamente ditas* se pudessem reportar. Eis, logo, a repressão originária. Mas a *Urverdrängung* enquanto processo pressuposto por cada repressão subsequente não é apenas a origem ontológica das representações, ela é, ela mesma, um ponto-limite da teoria na qual está inserida. Ela é, portanto, tanto limite epistemológico da teoria quanto limite ontológico do fenômeno estudado. De igual modo, o *Urvbrechen* é o crime primevo ao qual todos os crimes subsequentes terão de se reportar (visto que uma lei fraterna só será estabelecida após sua execução); ele é um ponto de origem de qualquer criminalidade ou transgressão, por assim dizer. Mas ele é, também, o ponto-limite da teoria: para além dele, a teoria nada pode dizer. Eis-nos defronte às bordas da representação: de um lado, o limite, o princípio, a origem pontual dos fenômenos analisados (a origem da repressão, da civilização, das fantasias...); de outro lado, o limite, o confim, o ponto de chegada dos conceitos utilizados para analisar tais fenômenos. A origem dos fenômenos estudados pela psicanálise marca, por fim, o fim do alcance dos conceitos analíticos. Eis o ponto em que método e objeto de estudo se encontram. Eis o ponto, pensamos nós, em que os nós da História são pressupostos, em que lei e desejo se unem para sempre (o *Urvbrechen*) e em que para sempre se unem energia e sentido (as *Urphantasien*, a *Urverdrängung*). Resta-nos investigar mais a fundo o estatuto das origens em Freud para chegarmos a conhecer o estatuto da fantasia em seu corpus teórico. Pois não pode ser à toa que, em meio a tantos elementos imponentes (o pai, a repressão, o crime, a cena, o tempo...), a fantasia apareça prefixada com o *ur-* e seja talvez o mais intrigante desses conceitos limítrofes da teoria psicanalítica.

⁹⁵ Green, A. (1990a), p. 61. « Car un intérêt et non des moindres de ces fantasmas *originaires* est qu'ils ne concernent seulement les origines, mais aussi qu'ils sont fantasmes à l'origine de tous les fantasmes secondaires qui en dérivent. On notera ici encore l'analogie fonctionnelle théorique entre un concept *Ur* (originnaire) et sa forme dérivée. Cette bipartition s'applique aussi bien au refoulement qu'aux fantasmes en question. Ici se posent les problèmes de l'originnaire dans leur rapport à la figurabilité »

As palavras de Mezan sobre o por ele chamado princípio transcendental da repetição não são pouco fortes e revelam uma leitura original do conceito freudiano de pulsão de morte:

Não se trata, assim, de uma contradição entre duas teses que se colocariam no mesmo plano, e sim da fundação transcendental de um fenômeno por um princípio. A questão da temporalidade sofre um deslocamento decisivo: o que é abolido, com a problemática da repetição, é a questão da *origem*. Freud descobre que a origem, concebida como *causa ante*, é um falso problema, e é a clínica que lhe fornece a pista mais importante para o desvendamento da dimensão repetitiva. A teoria da sedução fora abandonada, em seu momento, porque não permitia a conclusão das análises; mas o significado pleno deste abandono só aparece agora. Nada mais falso do que supor um tempo linear, que fosse da cena “originária” até o divã onde se profere o discurso lacunar do paciente. Ao contrário, estas lacunas des-cobrem sempre a abertura para outra cena, para outro momento; a análise é interminável não porque nunca tem fim, mas porque jamais se atinge o começo. Defeito? Não: nova concepção da temporalidade. É a abolição do começo, e portanto do “meio” e do “fim”, que Freud designa com o nome de repetição.⁹⁶

Nova concepção da temporalidade: eis o que defende Mezan e eis o que nós defendemos. Mas não estamos tão certos de que Freud tenha operado uma *abolição* do começo. Seu conceito permite essa abolição, pois ele mesmo carrega essa temporalidade virada às avessas, em que meio, fim e início, ou melhor, em que as três dimensões cronológicas do tempo (passado, presente e futuro) não se mostram adequadas para uma caracterização formal e lógica dos fenômenos; nós não podemos, porém, confundir o que a letra freudiana mesma diz e a interpretação que é possível dela colher. O comentário de Mezan é sofisticado, e é deveras iluminador enunciá-lo enquanto filósofo, no farfalhar crepuscular do voo da coruja de Minerva, mas a coisa algo teimosa de Freud é a repetitiva busca incessante pelas origens materiais dos fenômenos por ele perscrutados. Um Freud que descobriu ser a origem um falso problema é um Freud que nunca existiu: lá está ele, no *Moisés*, fervilhando por alcançar o assassinio originário, o parricídio hebraico que daria fundação material para suas lucubrações. A origem é um falso problema na medida em que levamos até seu limite lógico a própria lógica da teoria freudiana – nisso Mezan tem toda a razão. Mas não ponhamos na boca de Freud algo que ela nunca proferiu. O que podemos dizer é que Freud nunca abandonou sua busca pelas origens,

⁹⁶ Mezan, R. (1982), p. 259.

mas que nessa busca ele por vezes se mostra vacilante, hesitante quanto a atribuir ou não um ponto material do qual despontaria todo o sentido a ser analisado. No fim, porém, prevalece o *material*, e um ponto concreto é pressuposto para explicar a origem dos fenômenos estudados.

Por mais que a origem mesma seja replicada ininterruptamente em suas figurações sucessivas nas séries intermináveis, não há dúvida de que na metapsicologia freudiana a realidade material sempre vence por fim a realidade psíquica – esta, com efeito, tem de se calcar naquela, e o oposto não é verdadeiro. Lá estão os conceitos *Ur*, a marcar inexoravelmente a origem das coisas confusas que conhecemos hoje. Esses conceitos designam fenômenos *Ur*, fenômenos estes que nunca são fantasmáticos pura e simplesmente. Quando Freud diz que os *Urmenschen* assassinaram o *Urvater*, ele quer dizer muito simplesmente isto: que os *Urmenschen* assassinaram o *Urvater*. Pois bem, é bem possível (e nós veremos: é *necessário*) que nesse exato instante de sua teorização Freud esteja *fantasiando*, mas dizer que Freud diz outra coisa é, por outro lado, o *fantasiar* do leitor, e não de Freud.

Uma compilação de sobrevoo faz sobressair a importância desses conceitos *Ur* para a teoria freudiana: *Urverdrängung*, *Urhorde*, *Urvater*, *Urmenschen*, *Urzeit*, *Urgeschichte*, *Urverbrechen*, *Urzsenen*, *Urphantasien*. Como observou Assoun, deve-se notar que, com esse prefixo, “o arcaico não se apresenta nem comum um adjetivo, nem como um nome a mais, nem como um verbo: não é um predicado, nem uma substância própria, nem mesmo uma ação, mas simplesmente um *index*, que serve, por um simples hífen, a *apontar* a função da origem”⁹⁷. Está-se lidando, pois, com “a função da origem”, e aqui o prefixo *ur-* é a marca linguística que tem de guiar o tom da argumentação. Ele indica algo de muito antigo (casos de “bisavô” e “trisavô”, por exemplo, que em alemão são *Urgroßvater* e *Ururgroßvater*) ou de primordial (caso da palavra *Ursache*, que literalmente denota a “coisa primeira”, e cuja tradução é muito precisamente “causa”). O caso mais curioso da marca prefixal *ur-* numa palavra alemã talvez seja o de um dos vocábulos que significam *origem*: *der Ursprung*, isto é, o salto (a emergência, o surgimento) primeiro. Para designar *origem*, a língua alemã tem de se valer do prefixo que denota *origens*⁹⁸. Tal o sinal da complexidade do problema com que lidamos. Esse problema assombra a filosofia desde a sua aurora helena: a questão das relações entre o ser e a linguagem.

Em grego e em latim existe uma voz suplementar, além da passiva e da ativa, a chamada voz médio-passiva ou voz depoente. Duas classes especiais de verbos no latim, por exemplo, os verbos depoentes e os semidepoentes, têm conjugações diferenciadas (mistas, poder-se-ia dizer). No caso

⁹⁷ Assoun, P.-L. (1982). *L'archaïque chez Freud : entre Logos et Anankè*, p. 14. « On remarquera simplement que l'archaïque ne se présente ni comme un adjectif, ni comme un nom de plus, ni comme un verbe : ce n'est pas un prédicat, ni une substance propre, pas non plus une action, seulement un *index*, qui sert, par un simple trait d'union, à *pointer* la fonction de l'origine »

⁹⁸ E nós havíamos topado com o mesmo curto-circuito entre linguagem e ser na palavra re-petição (*Wieder-holung*).

dos verbos totalmente depoentes, trata-se de verbos que hão de ser lidos, por nós, como se na voz *ativa*, mas sua conjugação escrita, gráfica, é *passiva*. Esses verbos indicam ou implicam uma relação complexa seja entre sujeito da oração e a ação que ele executa seja entre sujeito e objeto da oração⁹⁹. Pode-se amar alguém sem ser reciprocamente amado, e o verbo *amare* tem suas vozes ativa e passiva muito claramente distinguidas; mas o ato de imitar pressupõe uma ação ou uma forte influência do objeto sobre o sujeito que imita, e assim *imitari* é verbo depoente. Quando o antigo romano dizia “o filho imita o pai” o sujeito da oração, no nominativo, era *filius*, e o objeto do predicado, no acusativo, era *patrem*, mas o verbo trazia consigo a marca da voz passiva: *filius patrem imitatur*. Ora, não pode ser à toa que os verbos referentes a *limites* ontológicos sejam quase todos, senão todos, depoentes na língua latina. Assim são os verbos *nasci* (nascer), *oriri* (surgir) e *moriri* (morrer). Eles implicam uma relação nada simples entre o sujeito da oração e o verbo que designa a ação por ele executada. Quando algo surge, o que era esse algo antes de haver surgido? Quando um homem nasce, o que era ele antes de nascer? Após nascer, é a si mesmo, antes de nascer, ainda não existia; mas e durante o momento mesmo do nascimento, esse ponto-limite que registra uma dobra de descontinuidade no tempo daquele ser que agora existe? Não em vão, dois dos principais brotos do latim ainda conjugam os verbos nascer e morrer no pretérito com o auxiliar *ser*: na Itália e na França os homens são natos, e o verbo “ser” no presente anexado a um particípio passado, tal qual no latim, indica algo que *já ocorreu*. E quando alguém recém-faleceu, diz-se: fulano é morto.

Aqui a análise empreendida por Santo Agostinho sobre o fenômeno da morte merece nossa atenção. Encontra-se no décimo terceiro Livro de *De Civitate Dei* um exame minucioso não só do fenômeno da morte, mas do instrumento linguístico de que dispomos para analisá-lo. Agostinho empreende essa análise com um escopo maior, nessa obra gigantesca, e por isso ficaremos tão-somente na análise da morte, sem nos atentarmos para as significações teológicas e ontológicas que suas conclusões têm para o bispo de Hipona. O filósofo da cristandade marca claramente qual é a problemática em questão: antes da morte, os homens encontram-se vivos; depois dela, jazem mortos. “Mas este momento [tempus], no qual as almas se separam do corpo, tanto nos bons quanto nos maus, deve ser dito após a morte [post mortem] ou na morte [in morte]?”¹⁰⁰. A questão, então, aparenta ser simples: como se deve *dizer* o momento mesmo da morte?

Tudo se passa como se o verbo *morrer* não detivesse para si o mesmo estatuto denotativo que detêm outros verbos, comuns, da língua latina. O seu particípio presente, com efeito, mostra ser

⁹⁹ “A voz média, que se mantém em Grego, exprime a implicação afectiva do sujeito na acção. Em Latim, manteve-se de forma residual nos chamados verbos depoentes assim chamados porque ‘depõem’ as formas activas, verbos como *nascor* e *morior*, que designam processos em que o sujeito está profundamente implicado” (Cerqueira, 2014). *Romanística sem Latim?*, p. 95.

¹⁰⁰ Augustinus. *De Civitate Dei*, p. 15. “Sed id tempus, quo animae a corpore separatae aut in bonis sunt, aut in malis, utrum post mortem potius, an in morte dicendum est?”

positivamente absurdo: “sobretudo não os podendo dizer morrentes do mesmo modo com que dizemos dormentes aqueles que estão no sono; e os que estão na enfermidade, enfermos; e os que estão em dor, dolentes; e os que estão em vida, viventes; mas na verdade os mortos, antes que ressurgam, são ditos estar na morte [in morte], no entanto não podem ser denominados morrentes”¹⁰¹. Os mortos jazem *post mortem*, enquanto os vivos estão *ante mortem*. Aquele que morre, o *morrente* propriamente dito, aquele que se encontra no ponto temporal exato da morte (*in morte*) parece ser, paradoxalmente, o homem que vive e está em vias de morrer. “Ninguém, portanto, é morrente, a não ser o vivente”¹⁰². Mas isso é um absurdo, pois algo que vive, um vivente (*vivens*), não pode fazer na morte em si, ele jaz em vida (*in vita*), e portanto não pode estar na morte (*in morte*), não podendo, pois, ser denominado morrente. A agudeza de Agostinho é belamente patente na seguinte passagem:

Se, por outra parte, é absurdo que digamos estar um homem na morte [in morte] antes que a morte chegue (como de fato pode [ela] a ele se aproximar enquanto percorre os momentos de sua vida, se [ele] já está nela?), sobretudo porque é insólito dizer que se é a um só tempo vivente e morrente, quando não se pode dizer que se é vigilante e dormente a um só tempo: deve-se questionar quando será morrente. E, com efeito, antes que a morte venha, não é morrente, mas sim vivente; tendo a morte de verdade chegado, será morto, não morrente. O primeiro estado, pois, se encontra todo o tempo antes da morte [ante mortem], enquanto o segundo existe já após a morte [post mortem]. Quando, pois, na morte [in morte]?¹⁰³

Quando ergo in morte? Tal a pergunta agostiniana, questão arrasadora e sem resposta satisfatória, pois nela está inscrito o limite imanente da nossa linguagem. Nós não podemos descrever o momento da morte; sabemos apenas apontá-lo, e isso não é o suficiente para o filósofo. “Pois bem, [a morte] ao contrário não apenas existe, mas também é verdadeiramente tão molesta, que não pode ser explicada com nenhuma linguagem [locutio], nem [pode] ser evitada com nenhuma razão [ratio]”¹⁰⁴. Por que a morte é molesta? Não por ser a morte, mas sim porque nossa linguagem não consegue captá-la e explicá-la, sendo, não obstante, inevitável frente à nossa *ratio*. Ela existe, nós

¹⁰¹ *Id.*, p. 22. “Praesertim cum eos nec morientes dicamus, sicuti eos qui in somno sunt dicimus dormientes; et qui in languore, languentes; et qui in dolore, utique dolentes; et qui in vita, viventes; at vero mortui priusquam resurgant, esse dicuntur in morte, nec tamen possunt appellari morientes”

¹⁰² *Id.*, p. 16. “Nullus ergo est moriens, nisi vivens”

¹⁰³ *Id.*, p. 19. “Si autem absurdum est ut hominem antequam ad mortem perveniat, iam esse dicamus in morte; (cui enim propinquat peragendo vitae suae tempora, si iam in illa est?) máxime quia nimis est insolens, ut simul et vivens esse dicatur et moriens, cum vigilans et dormiens simul esse non possit: quaerendum est quando erit moriens. Etenim antequam mors veniat, non est moriens, sed vivens: cum vero mors venerit, mortuus erit, non moriens. Illud ergo est adhuc ante mortem, hoc iam post mortem. Quando ergo in morte?”

¹⁰⁴ *Id.*, p. 21. “Nunc autem non solum est, verum etiam tam molesta est, ut nec ulla explicari locutione possit, nec ulla ratione vitari”

sabemos que ela existe, mas ela é molesta o suficiente para, no momento em que a apontamos e a designamos, nos escapar pelos dedos feitos de conceitos. Ora, não é evidente que o mesmo se pode dizer acerca dos fenômenos *Ur* designados e apontados pela *ratio* freudiana? Freud diz: eles existem, nós sabemos que eles existem, e eu posso muito bem denominá-los. O problema jaz, então, no que ocorre nesse ato de nomeação.

A análise da *morte* feita por Agostinho pode ser assim pega como exemplo ao se inverter o ponto-limite de que trata: em vez da morte, o nascimento (ou origem). Podemos valer-nos, pois, das análises agostinianas para perscrutar os conceitos freudianos referentes às origens (*Ur*). Da mesma forma como o fim absoluto de uma vida é logicamente paradoxal, o início de uma existência é uma aporia em seus próprios termos: no momento exato de nascer (*in statu nascendi, in origine*) uma coisa parece ser e não ser a si mesma. Antes de nascer (*ante originem*), não existia; após nascer (*post originem*), já existe. Enquanto nasce, durante o ato mesmo de nascença (*in origine*), o que pode ser ela senão um oximoro encarnado?¹⁰⁵ A pergunta freudiana, portanto, jaz numa mera alteração da pergunta agostiniana: *Quando ergo in origine?*

Mas a referência à *origem* em Freud recebe reforço também da problemática mesma da *morte*, ao lermos esta como encarada em 1920. A morte, aí, não aparece enquanto um problemático limite *terminal* da vida, não como um mero *fim* da vida no tempo, mas sim como uma *finalidade* última. Essa finalidade, no entanto, é encarada como a premência da *origem*: trata-se de retornar, pois, ao ponto de onde se partiu, tal o funcionamento primário e último da pulsão. Na medida em que, em Freud, a origem absoluta é a morte da morte (*mortis mors*) e, portanto, o objetivo último da vida, temos todo o direito de inverter o ponto-limite do qual trata Agostinho: não mais *in morte*, mas sim *in origine*, sendo que, por fim, a *origo* não passa de uma *mortis mors*.

Na sua confecção metapsicológica dos conceitos *Ur*, Freud está lidando, assim, entendemos nós, com a mesma problemática com que lidou Agostinho em sua análise da morte, conquanto não a

¹⁰⁵ Aqui poderíamos conceituar a melancolia como um saber ontológico profundo. Se o luto é um trabalho de elaboração psíquica após a perda do objeto (*post mortem*, portanto) que institui o objeto dentro do eu via identificação, a melancolia é a encarnação de um saber inaudito: ela é a afirmação repetida e peremptória de que nada tem um início nem um fim absolutos. O melancólico sabe que dar um fim a um amor é o mesmo que admitir que ele nunca existiu. O processo de luto, o de desgarrar-se do objeto perdido mantendo dentro do eu certos traços distintivos dele, mostra aqui o seu lado “ilusório”, e mais uma forma de afecção dá mostras de uma sabedoria que o eu não está disposto a admitir. Assim como a histeria sabe da realidade da sedução (mesmo que nunca ocorrida), assim como a esquizofrenia sabe da construção egoica da realidade (mesmo que realista), assim como a paranoia sabe que o outro se trai e se delata mediante os seus mínimos gestos (mesmo que sem a mínima culpa), também a melancolia sabe, em sua prostração monótona (misto mesmo de sadismo e masoquismo, no qual eu e objeto, no limite, se confundem), que todo movimento é um paradoxo (mesmo que, na prática, tudo se mova e a vida siga sem a menor dificuldade). Para-além (ou aquém) do trabalho de luto aristotélico, que cura de conceituar o movimento sem recorrer às aporias do não-ser (ou melhor, ultrapassando-as), e da mania sofisticada, que triunfa, pateticamente, sobre o seu objeto de referência (a filosofia), fazendo troça dele, lá está a melancolia eleática, que sabe a impossibilidade lógico-ontológica do fim e do início. Tudo se passa como se, enfim, a filosofia em várias de suas discussões ontológicas fosse, na esteira da *Physis* de Aristóteles, um enorme trabalho de luto cujo ponto de partida (sua *origem*) teria sido a constatação melancólica das aporias do não-ser, cujo anverso, a mania sofisticada, de quando em vez se manifestaria dentro mesmo da filosofia (o martelo de Nietzsche seria totalmente filosófico? Os palavrões de Deleuze e sua adoração ao simulacro não teriam um quê de anti-filosofia?).

tematize *ipsis litteris*: a vetusta e interminável questão das relações entre o ser e a linguagem. O ponto aqui não é dar uma resposta freudiana a essa questão (até porque Freud jamais a tematizou, e isso seria ultrapassar e mesmo contradizer o espírito da letra freudiana), mas sim buscar compreender o que faz Freud de fato quando decide dar o passo além e não se satisfazer com o ato de apontar a origem (caso do conceito de *Urverdrängung*), traçando uma narrativa sobre o estado de coisas que antecede a origem ou que está na origem mesma (caso da narrativa da *Urhorde* e do *Urverbrechen*).

Têm-se em mãos três elementos capitais para essa nossa análise. O primeiro é um fato metapsicológico que pudemos atestar por meio da leitura dos textos freudianos: a partir da *Urverdrängung*, as moções pulsionais se conectam a representantes psíquicos e não têm outra escolha a não ser se engendrar em quadros narrativos *fantásticos*. A fantasia seria, assim, não um mero destino da pulsão, mas sim o quadro formal que forneceria sentido enquanto condição de possibilidade de todos os rebentos restantes do inconsciente. O segundo elemento pode ser discernido num trecho da trigésima segunda das *Novas conferências*. Trata-se de mais uma vez proliferação de adjetivos negativos para caracterizar um estado originário de coisas: “se é certo que alguma vez a vida surgiu da matéria inanimada – numa época inimaginável e de um modo irrepresentável –, há de ter nascido nesse momento, de acordo com nossa premissa, uma pulsão que quisesse tornar a cancelá-la, reproduzir o estado inorgânico”¹⁰⁶. Essa época, em que a vida não existia, Freud a caracteriza como *inimaginável*, e o surgimento mesmo da vida aí é dito *irrepresentável*. Além do alcance da imaginação, o estado de coisas *ante originem*; e além de qualquer representação, o ato fundador mesmo (*in origine*). Tal a confissão freudiana dos limites da linguagem para com os fenômenos que seus tentáculos racionais puderam somente apontar.

O terceiro elemento se encontra num texto marginal. Em 1923, ao escrever sobre Josef Popper-Lynkeus e sua teoria dos sonhos, Freud está a dizer sobre a “aparente originalidade científica” – quando se pensa que se está defronte de uma ideia dita *original*, eis que se descobre que, anteriormente, ela já havia sido aventada, pensada e descrita antes. Não se trata de algo *original*, tampouco de algo *novo*. Mas Freud, estoico contumaz e irrepreensível, afirma que “não há nada que lamentar nisso; é que não havia direito algum em esperar que o ‘original’ fosse algo não derivável, carente de todo determinismo”¹⁰⁷. Não se trata de uma confissão qualquer: o que o texto indica é que o que se presume *original* (nós diríamos: *in origine*) não pode ser considerado algo não derivável, algo impassível de determinismo. Não se tem o direito de esperar que algo, que qualquer fenômeno que seja, seja *originário* na acepção forte do termo. A *Ursache* é, por fim, uma *Sache* e, enquanto tal, possui também sua *Ursache*.

¹⁰⁶ Freud, S. (1933 [1932]d), p. 99.

¹⁰⁷ Freud, S. (1923b). *Josef Popper-Lynkeus y la teoría del sueño*, vol. 19 da AE, p. 281.

Mas o fato é que Freud não para por aí e não fica na mera constatação de que o original tem por sua vez uma origem outra. A letra freudiana indica os pontos-limite que sua teoria exige existirem (o caso da *Urverdrängung* é aqui paradigmático), e no caso do início da civilização, por exemplo, ele tece uma narrativa da origem cabal da humanidade tal como a conhecemos hoje. Freud diz que a forma com que a vida surgiu é *irrepresentável*, mas o fato é que ele representa a forma com que a humanidade surgiu através de uma narrativa específica que ele mesmo denomina *mito científico*. É vinculando esses três elementos recém-elencados que se chega às conclusões seguintes.

Quando Freud tenta passar para o além da representação, quando ele intenta atingir cabalmente a *origem absoluta* da representação (o crime originário, a horda primeva etc.), ele *não tem escolha*, pois acaba tecendo, como que a contraluz, também uma *fantasia* (um mito científico, como ele mesmo diz). Diz Soria a respeito do conceito de pulsão, porém seu argumento é válido, pensamos nós, para todo e qualquer conceito-limite da teoria freudiana: “conceituar a pulsão só é possível ao se passar para um ponto *absoluto* da teoria freudiana, em que a fronteira entre *Dichtung* e *Wahrheit* já não é mais nítida, onde conhecer, especular, interpretar e inventar mostram-se indissociáveis; onde a teorização metapsicológica deve proceder tal como a construção da fantasia”¹⁰⁸. Ao falar, mesmo que com escopos científicos, das origens, Freud faz fantasias das origens (assim como seus pacientes). É exigido pela teoria mesma que existam essas origens cabais: a representação, a cultura, as repressões devem ter uma *origo* pontual. Sem essa *origo*, o raciocínio se estenderia *ad aeternum* e jazeríamos num simulacro de representações em que o fora inexistente. Freud não é adepto dessa leitura pós-moderna do que seja a realidade: para ele a realidade material é um limite e um ponto de partida. O problema é que esse ponto de partida, embora os limites o peçam com razão, ao ser apreendido cai na trama daquilo que ele mesmo engendrou: narrar sobre o que originou a fantasia é fazer uma fantasia das origens. Se os leões falassem, advertiu-nos Wittgenstein, nós não os compreenderíamos. Isso porque, caso falassem, tudo o que ouviríamos seriam vozes humanas (tal uma possível leitura freudiana desse belo aforismo).

Essa análise sobre o estatuto da origem em Freud recebe um suplemento através do que ele dissera já em 1900 sobre os limites da tarefa interpretativa. Nós vimos como na fatídica *Carta 69* já se encontrava descrito um limite ontológico incontornável da tarefa da análise: nela estava escrito que nunca o consciente conseguirá captar integralmente o conteúdo do inconsciente. Essa reflexão ganha um novo ingrediente na *Traumdeutung*, com a constatação da existência de um enigmático umbigo dos sonhos. Primeiro, em nota de rodapé, lê-se que “todo sonho tem ao menos um ponto no qual é insondável, um umbigo pelo qual se conecta com o desconhecido”¹⁰⁹. Eis novamente os termos com a marca do negativo: há um *ponto insondável* de todo sonho, um *umbigo* pelo qual ele se conecta

¹⁰⁸ Soria, A. C. S. (2010), p. 97.

¹⁰⁹ Freud, S. (1900), p. 132, nota de rodapé.

com o *desconhecido*. Mas de que natureza é esse ponto absolutamente impassível de captura pelo labor interpretativo? Mais de trezentas páginas adiante, Freud retorna ao umbigo onírico:

Mesmo nos sonhos mais bem interpretados é necessário com frequência deixar um lugar nas sombras, porque na interpretação se observa que desse ponto se arranca um emaranhado de pensamentos oníricos que não se deixam desenredar, mas que tampouco nada acrescentam ao nosso conhecimento do sonho. Então esse é o umbigo do sonho, o ponto em que ele mergulha no desconhecido. Os pensamentos oníricos com que nos deparamos na interpretação do sonho têm de ter um fim definido; estão fadados a ramificar-se em todas as direções dentro da emaranhada rede do nosso mundo de pensamentos. E é desde o ponto mais espesso desse tecido que brota o desejo do sonho, tal qual o cogumelo de seu micélio.¹¹⁰

Existe um ponto perante o qual a tarefa interpretativa encontra o seu limite. No caso dos sonhos, trata-se de um *emaranhado* de pensamentos oníricos, um amontoado estonteante de representações que não pode ser representado pela representação interpretativa. O fato novo é a admissão, da parte de Freud, de que “é desde o ponto mais espesso desse tecido que brota o desejo do sonho”. Assim, na quebra final da possível infinidade genitiva da representação (*repraesentatio repraesentationis repraesentationis...*), o ponto impossível de se capturar plenamente pelo pensamento não é o seu núcleo ontológico negativo, mas sim uma plethora de positivities: o umbigo dos sonhos é um conjunto tão maciço de representações que ele não pode ser contemplado em sua totalidade. Só se lhe chega ao entorno, e isso a duras penas. O núcleo ontológico negativo, condição de possibilidade de toda e qualquer representação, não pode ser representado (ele pode ser *conceituado* na e pela teoria, o que é algo bastante diferente). Quando se intenta fazê-lo, o produto é justamente uma *fantasia*. A representação é sempre representação da representação. Ela tem um pé nessa negatividade originária, mas o negativo, aí, é como que o solo em que habita, não podendo nunca ser capturado enquanto tal. No fim das contas, tudo se passa como descreveu Ricœur: “a repressão primária significa que nós estamos sempre já no mediado, no já-exprimido, no já-dito”¹¹¹.

Dito tudo isso, não podemos concordar plenamente com a análise feita por Foucault dos limites da interpretação em Freud. Em sua famosa conferência *Nietzsche, Marx, Freud*, Foucault incorre no mesmo erro de Mezan, o de afirmar existir na teoria freudiana uma recusa do começo: “o

¹¹⁰ *Id.*, p. 519.

¹¹¹ Ricœur, P. (1965), p. 152. « Le refoulement primaire signifie que nous sommes toujours déjà dans le médiat, dans le déjà-exprimé, dans le déjà-dit »

inacabado da interpretação, o fato de que ela seja sempre dilacerada, e que permaneça em suspenso na borda de si mesma, se reencontra, eu creio, de uma maneira bastante análoga em Marx, Nietzsche e Freud, sob a forma da recusa do começo”¹¹². Em seguida ele diz:

É sobretudo em Nietzsche e Freud, ademais, num menor nível em Marx, que se vê se desenhar essa experiência, creio eu muito importante para a hermenêutica moderna, de que quanto mais se vai longe na interpretação, mais ao mesmo tempo se aproxima de uma região absolutamente perigosa, onde não somente a interpretação vai encontrar seu ponto de meia-volta, mas onde ela vai ela mesma desaparecer enquanto interpretação, motivando talvez a desaparecimento do intérprete mesmo. A existência sempre aproximada do ponto absoluto da interpretação seria ao mesmo tempo aquele de um ponto de ruptura.¹¹³

Há um ponto de ruptura, indica Foucault, e esse ponto é precisamente o ponto absoluto da interpretação. Essa ruptura é para ele a um só tempo uma *meia-volta (rebroussement)* da interpretação e uma *desaparição* da interpretação, afirmação com a qual não estamos de pleno acordo. Pois bem, a interpretação se volta sobre si mesma, porém não por o intérprete ter desaparecido, mas sim porque nada sobra à exceção das suas fundações ontológicas. No caso dos sonhos, Freud é cauteloso e interrompe sua verve interpretativa perante o umbigo dos sonhos, de uma densidade representacional maciça e estonteante. Mas no caso da cultura e do puro encontro (e perda) do objeto ele se acerca desse ponto, chega até ele e cura de descrever o que lhe está para-além: ao descerrar as cortinas do palco da representação, encontra-se diante de uma nova plateia, com um novo cenário, estranhamente familiar. O sujeito desapareceu e eu estou dizendo do que havia antes dele? Talvez, mas ao fazê-lo eu pressuponho o sujeito ao tentar captar sua fundação absoluta: ao se desejar esfacular o mito e atingir a realidade final do sujeito, faz-se um mito de fundação do sujeito. É aí que a metapsicologia freudiana encontra seu ponto intransponível. Ela escava, escava e escava, e tenta atingir com o conceito o solo do qual o conceito brotou, o chão bruto sem nem sombra do conceito, mas eis que este, como que num ricocheteio sardônico, volta-se rente à face do intérprete que se queria cientista da matéria: face à face bruta do conceito, o intérprete pode ver a sua face despida, o rosto do qual

¹¹² Foucault, M. (1967). *Marx, Nietzsche, Freud*, p. 569. « L'inachevé de l'interprétation, le fait qu'elle soit toujours déchiquetée, et qu'elle reste en suspens au bord d'elle-même, se retrouve, je crois, d'une façon assez analogue chez Marx, Nietzsche et Freud, sous la forme du refus du commencement ».

¹¹³ *Id.*, pp. 569-70. « C'est surtout chez Nietzsche et Freud, d'ailleurs, à un moindre degré chez Marx, que l'on voit se dessiner cette expérience, je crois si importante pour l'herméneutique moderne, que plus on va loin dans l'interprétation, plus en même temps on s'approche d'une région absolument dangereuse, où non seulement l'interprétation va trouver son point de rebroussement, mais où elle va disparaître elle-même comme interprétation, entraînant peut-être la disparition de l'interprète lui-même. L'existence toujours approchée du point absolu de l'interprétation serait en même temps celle d'un point de rupture »

todos os rostos derivam, a fábrica de sentido já em pleno vapor. Ao despir o sujeito de todas as máscaras fantasísticas de representação com que ele se vestia, Freud acaba por reencontrar seu rosto primeiro, o solo inescapável em que o sujeito é fundado, a máscara das máscaras: o mito¹¹⁴.

O estatuto da fantasia

É tempo, então, de complementar aquele esboço do estatuto epistemológico do conceito de fantasia com tudo o que pudemos apreender neste quinto capítulo. Tentemos ir por partes e retomemos alguns dos pontos principais das nossas intelecções prévias, conectando-as com o que vimos de novidade nas últimas páginas. Nós constatamos que as mais variadas operações do psiquismo (consciente e inconsciente) dependem da faculdade de fantasiar: o sonho, o sintoma, o brincar infantil, o gracejo, e mesmo a memória. De modo que a faculdade de fantasiar não tem outra faculdade enquanto condição de possibilidade, mas sim unicamente um duplo *ato* instaurador, a *Bindung* originária e a *Urverdrängung*. A aproximação entre esses dois conceitos não é apenas dedutiva, mas também se encontra indicada pelo próprio Freud. A seguinte passagem de *Sintoma, inibição e angústia* é, parece-nos, a evidência máxima disso:

Em outro escrito pontuei que a maioria das repressões com que devemos lidar no trabalho terapêutico são casos de “esforço de perseguição” {*Nachdrängen* – empurrar por trás ou após}. Elas pressupõem *repressões primordiais* {*Urverdrängungen*} produzidas com anterioridade, e que exercem sua influência de atração sobre a

¹¹⁴ Talvez o “objeto total” seja um outro mito (junto ao da horda primeva) incrustado no corpus freudiano. A genitalidade não é descrita por Freud como a consideração da totalidade do objeto, mas sim como a conceituação de uma positividade para-além do falo (a vagina), por intermédio de cujo encontro a função sexual poderá ser cumprida (a saber, a reprodução da espécie). Mas o objeto total tem uma aparição solitária, por nós já citada: nos *Três Ensaio*s, na célebre descrição do reencontro do objeto. O bebê, diz-nos Freud, há de ter vislumbrado (e representado) a mãe como totalidade logo antes de tê-la perdido para sempre. Nesse momento fatal, o bebê se fecharia no autoerotismo e o narcisismo primário começaria. Freud *imagina*, assim, um período objetual anterior ao narcisismo primário no qual o encontro com uma representação da totalidade é precisamente o momento de perdição máxima. Isso está muito longe, deixemos claro, da fundação de um eu corporal pautado numa imagem total do corpo próprio, fundação esta própria do desenvolvimento da libido e que antecede a eleição edípica de objeto (segunda aparição do objeto total sob a pena freudiana). Nesse caso, trata-se de uma representação advinda de uma identificação narcísica, enquanto no primeiro caso, o do bebê lactante, a representação se faz *antes* do narcisismo, num momento mágico de encontro quase mítico com o objeto materno. No caso da imagem total do corpo, encontra-se presente uma dinâmica representacional e pulsional próprias da fundação identificatória de um eu; no caso da representação total da mãe antes da perda fatídica, está-se diante de uma representação angariada por um ser pura pulsão na qual um eu ainda inexistente (haveria algo mais mítico do que isso?). Na medida, entretanto, em que objeto da percepção e objeto da pulsão não podem ser totalmente equivalidos (e aqui está o flagrante erro kleiniano), é simplesmente incoerente pensar o objeto como objeto total perante a pulsão que o objetiva (e a profundidade da teoria freudiana do corpo narcísico enquanto superfície de projeção estaria precisamente em fazer do *narcisismo* um dos nós em que os campos, assimétricos, da *representação* e da *pulsão* poderiam vincular-se e relacionar-se de um modo especial, sob a égide da totalidade, totalidade esta sempre presente a princípio no campo do imaginário). O objeto total se revela ser, assim, mais uma fantasia científica freudiana. Trata-se uma vez mais da descrição de um estado de coisas prévio ao ponto de ruptura ou descontinuidade – após esse ponto o que há é fantasia, seja do sujeito analisado, seja do que analisa, seja das históricas, seja de Freud.

situação recente. É ainda pouco demais o que se sabe acerca desses planos de fundo e graus prévios da repressão. Corre-se facilmente o perigo de sobrestimar o papel do supereu na repressão. Por ora não é possível decidir se a emergência do supereu cria, porventura, o limite entre “esforço primordial de desalojamento” {*Urverdrängung*} e “esforço de perseguição”. Como quer que seja, os primeiros – muito intensos – crepitações de angústia se produzem antes da diferenciação do supereu. É inteiramente verossímil que fatores quantitativos como a intensidade hipertrófica da excitação e a ruptura da proteção antiestímulo constituam as ocasiões imediatas das repressões primordiais.¹¹⁵

A ocasião imediata das repressões primordiais seria precisamente a ruptura da proteção antiestímulo, isto é, o trauma, ou seja, um *evento* intransponível cuja sobrecarga energética premeria o organismo a efetuar a *Bindung* da energia excedente. Aqui está mais que evidente a ligação conceitual entre a *Urverdrängung* e a *Bindung* do além do princípio de prazer. Essas repressões especiais (as primeiríssimas e fundantes repressões, com efeito) muito provavelmente têm de ser feitas *antes* da assunção do supereu; a função dessa instância psíquica posterior estaria mais vinculada à separação entre repressões primordiais e repressões propriamente ditas: o caso do conceito *Ur* é de algo que funda o psiquismo tal como o conhecemos. E, conforme as nossas investigações da letra freudiana e as conclusões que delas auferimos, o que encontramos quando da realização desse duplo ato fundador é precisamente a faculdade de fantasiar. A aurora do psiquismo é, assim, a aurora da fantasia. O psiquismo evidentemente não é somente a fantasia, mas esta aparece como um solo semiótico que permite a fabricação de sentido dentro do que Freud chama de alma – ela cede a possibilidade de sentido às formações anímicas. O que está para-além da fantasia não se encontra regido pelos processos de transformação a que Freud deu o nome de processos primários, eles retornam idênticos e num ponto temporal que escapa às três dimensões do passado, presente e futuro.

André Green notou bem que “o estatuto teórico do tempo na teoria freudiana é pego numa contradição”, pois, se, “de uma parte, a regressão conduz à noção de desenvolvimento (da libido, do eu”, de outra parte, tem-se a constatação, fundante, de que o inconsciente ignora o tempo, de que, “contra a marcha inelutável do tempo, algo se repete, sem que o sujeito se dê conta, ou à sua revelia, fundamentalmente rebelde a qualquer ultrapassagem”¹¹⁶. Dois tempos, portanto: um, o do

¹¹⁵ Freud, S. (1926 [1925]), p. 90. E com isso cai também a dificuldade maior de explicar a presença de fantasias (conscientes ou em ato) no sujeito perverso, no qual, no Freud de acordo com os artigos metapsicológicos, não havia supereu: nele não de ter ocorrido repressões primordiais, a partir das quais moções pulsionais se vinculam a representantes-representações, formando-se, assim, fantasias realizadoras de desejo, porém não foram levadas a cabo as “repressões propriamente ditas” – e isso precisamente pela falta do ideal do eu.

¹¹⁶ Green, A. (1975). *Le temps mort*, p. 105. « Le statut théorique du temps dans la théorie freudienne est pris dans une contradiction. D’une part, la régression renvoie implicitement à la notion de développement (de la libido, du moi) » ; « contre la marche inéluctable du temps, quelque chose se répète, à l’insu du sujet, ou en dépit de lui-même, fondamentalement rebelle à tout dépassement »

desenvolvimento, baseado em etapas, estágios, fases, cuja marcha possibilita uma pausa e um regresso a pontos outrora abandonados; o outro, o do trauma e o da repetição primária, que parece não ter trajeto, mas somente pontos precisos e singulares do qual o sujeito nunca saiu. O fato é que há de haver um *nó* entre essas duas temporalidades, um ponto de encontro e cesura entre elas, uma ponte que permitisse a passagem entre o Tempo unívoco e o tempo das três dimensões cronológicas.

A partir da elaboração psíquica (ou possibilidade de tal elaboração) desses pontos negativos encravados no sujeito, pensamos nós, isto é, a partir da *Bindung* e da *Urverdrängung*, surgiria esse nó em que energia e sentido convergem e passam a poder tramitar no interior do aparelho psíquico. Aqui o conceito de pulsão deve novamente dar o tom do argumento; lê-se em 1926: “chamamos estas necessidades corporais, na medida em que constituem estimulações para a atividade anímica, de “*Triebe*” {“pulsões”}, um termo pelo qual muitas línguas modernas nos invejam”¹¹⁷. As pulsões, assim, são *necessidades corporais*, mas somente e tão-somente “na medida em que constituem estimulações para a atividade anímica”. A atividade anímica, sabemos, a partir do momento em que a energia excedente é vinculada, cai num circuito interminável chamado desejo (e a pulsão estaria não somente na fronteira entre o somático e o psíquico, mas também nesse liame entre o *necessário* e o *desiderativo*). Nesse circuito, por sua vez, o desejo irá necessariamente ser realizado numa cena sintética chamada *fantasia*.

É seguindo esse raciocínio que se pode conceituar a fantasia como a primeira atividade de *síntese* do aparelho psíquico humano, síntese esta instaurada após o momento mítico da repressão originária, tendo como base os *acontecimentos* a que se foi sujeito: a perda do objeto e o trauma (caso do indivíduo), e o crime original (caso da coletividade). Trata-se de uma síntese entre uma *forma* da representação e o seu *conteúdo*, advindo da experiência. Nessa forma são possíveis as operações entre o particular e o universal, tal qual analisamos no capítulo anterior, graças ao engendramento mútuo entre energia e sentido. Assim, é um duplo ato fundador aquele que se encontra na aurora da fantasia, ou melhor, um ato com duas faces opostas e complementares, um Janus da *repraesentatio*: de um lado uma cesura, de outro uma ligação. Há de haver uma *Urverdrängung* que possibilite a distinção entre consciente e inconsciente e permita o trâmite entre representações, o trâmite de *sentido*, uma repressão originária sobre cujas bases as repressões subsequentes (as “repressões propriamente ditas”, diz-nos Freud) poderão ser efetuadas e que dá origem à possibilidade de fabricação pluripétala de sentido tal qual encontrada nos sintomas, nos sonhos e nas memórias encobridoras (possíveis somente enquanto resultado do conflito entre as forças repressoras e as forças do reprimido, ou, em vocabulário concernente à dimensão econômica da metapsicologia, entre os investimentos e os contrainvestimentos). Por outro lado se requer também uma *Bindung* originária, uma ligação entre

¹¹⁷ Freud, S. (1926a), p. 187. E de fato invejamos a língua alemã em muitos quesitos, Freud.

forma e matéria da representação, uma *Urbindung* da energia livre das pulsões em estado bruto; sem essa união não poderá haver quadro, cena em que a representação se aloje e seja, pois, representação; sem essa ligação primária da energia pulsional não há *temporalidade* para-além da unidimensionalidade do Tempo do Acontecimento. Ora, a conclusão do raciocínio freudiano é radical: a aurora do sujeito é a aurora da fantasia, sem a qual aquele não existe, não pode representar nem ser representado (o sujeito é sempre um *personagem* de seu próprio drama¹¹⁸), e portanto na origem mesma da subjetividade, em seu cerne ontológico incontornável se encontram os desígnios e desejos dos outros sujeitos com os quais a vida, em sua inexorável imprevisibilidade, fez com que o sujeito se deparasse quando de seu nascimento. Não haveria *no princípio*, pois, para Freud, uma faculdade de representação *pura*, isenta dos influxos do desejo. Pais não são aqueles que doam genes ou caracteres fisiológicos para sua prole – mas sim aqueles que incubam fantasmas dentro de seus filhos. O desejo do outro se imbrica com meu desejo de modo incontornável e é por ele de certa forma condicionado. Existe uma imbricação, um entrelaçamento, uma osmose de desejos, cujo horizonte é a fantasia. É a estrutura da fantasia que permite essa relação entre desejos.

A fantasia é, desse modo, a faculdade que está na passagem de um campo primário da repetição (o além do princípio de prazer) ao jogo do Mesmo e do Outro dentro das representações. Ela é o que permite o jogo ambíguo da Diferença (o si e o outro, o dentro e o fora, o particular e o universal) dentro do psiquismo. É nela, em seu quadro, que se articulam de forma originária Tempo e Espaço, sem que permaneçamos no tempo pontual unívoco e unidimensional da repetição do trauma, por exemplo: na fantasia é que as representações podem bailar, serpentear entre passado, presente e futuro, numa espacialidade própria que os une e os separa. A fantasia, pensada desse modo, pode ser vista como o horizonte semiótico que separa as duas classes de memória: a Memória sem representação, cuja estrutura se evidencia nos traumas e nos fenômenos que se assemelham aos instintos dos animais; e a memória como descrita no capítulo VII da *Traumdeutung*, cujo funcionamento é subordinado à lógica dos processos primários, próprios ao inconsciente. Haveria, assim, dois campos ontológicos distintos, separados e imbricados por esse duplo ato fundador. Ao primeiro deles Freud dá o nome de pulsão de morte (ou de repetição), sob cujo regime o tempo é unidimensional e a relação entre a realidade externa e o indivíduo se dá de tal forma que o contato entre eles não faz que se doem representações, mas sim puras apresentações. Trata-se de um campo para-além do princípio de prazer, em cujo bojo as categorias lógico-ontológicas do Mesmo e do Outro tais quais conceituadas desde Platão não se mostram adequadas: repete-se o Mesmo, sem porém que se tenha qualquer relação com um Negativo que o defina. A espacialidade, aqui, é de um puro doar-

¹¹⁸ Mas ele tem um pé, constatemos desde já, nesse *fora* da fantasia, cujo protótipo fenomênico mais eloquente é, para nós, o *trauma*.

se sem referência lógica ao Outro. É como que um apelo inicial ao Outro¹¹⁹, mas que ainda não foi ouvido. Recordemos a origem etimológica do verbo *repetir*. Ele advém do vocábulo latino *repetere*, isto é, *re* + *petere*, podendo significar uma multiplicidade de atos: o de retornar, o de exigir e reivindicar, o de recomeçar, o de chamar alguém (ou seja, apelá-lo) novamente e o de atacar ou golpear uma vez mais. É sumamente interessante que a repetição envolvida no trauma abarque todos esses sentidos: o trauma é um evento que não cessa de *retornar* e de *golpear* o sujeito, numa premência de *reinício*, na qual há como que um *apelo* reiterado pela intervenção da alteridade.

Essa repetição será imutavelmente eterna e eternamente imutável, até que o duplo ato instaurador seja efetuado e dê origem a um novo horizonte ontológico: a fantasia. Hão de se efetuar a *Urverdrängung* e a *Bindung* para que se estabeleça a possibilidade de codeterminação dos contrários: faz-se necessária uma dupla inscrição semiológica (inconsciente-consciente) e uma síntese da energia pulsional bruta para que o sentido enquanto fabricação autóctone do aparelho psíquico (aí inclusas todas as suas nuances: o engano, o ludíbrio, a máscara, o exagero, a falsidade etc.) possa existir. Como afirmou Soria, “a fantasia é também mobilidade, isto é, a possibilidade de sair do local inicial, de jogar com os contrários”¹²⁰. Estamos então sob o regime do segundo campo: o da faculdade de fantasiar enquanto possibilidade ou capacidade do aparelho psíquico de se utilizar de uma cena, de um quadro no qual a representação é jogada, *gespielt* (no múltiplo sentido do verbo jogar e no múltiplo sentido do verbo *spielen*). É a fantasia enquanto faculdade sintética originária do aparelho psíquico que traz a cena à cena. É só então que a ambiguidade dramaturgica do sintoma (em seu senso mais lato possível) pode existir: o jogo de máscaras das representações sem fim. Com a dupla inscrição não se poderá nunca mais repetir o Mesmo sem referência ao Outro, mas é igualmente verdade que na fantasia se repetirão aqueles mesmos acontecimentos a que fizemos menção e que portanto o sujeito não fará nada além de rodar incessantemente em volta dos seus núcleos ontológicos negativos originários. A transferência (lembremo-nos daquela extensa citação do caso Dora, a que já fizemos alusão anteriormente) é a grande prova dessa complexidade da reiteração pulsional: repete-se sem que se alterem os referenciais da repetição, mas também alterando-se. Donde o caráter misto e complexo do funcionamento do aparelho psíquico¹²¹.

¹¹⁹ E para que fique claro: aqui usamos a categoria Outro com maiúscula como referente ao conceito forjado por Platão no *Sofista*, e não como referência ao Grande Outro de Lacan. Os lacanianos, é evidente, não deixariam de arguir que, para que se acesse essa outra dimensão da existência, na qual os significantes podem deslizar e formar relações a cada vez renovadas de significação, isto é, uma dimensão em que há uma *distância*, uma espécie de *dilaceramento* da realidade material engendrada pela ordem do simbólico, pois que só com essa *diferença ontológica* o significante pode, em sua autonomia, agir a um só tempo independentemente e em conjunção com as *imagens* de que o sujeito se compõe, faz-se mister a intervenção do Grande Outro lacaniano e, mais precisamente, que ele seja barrado em seu cerne. Mas isso é assunto para outros estudos.

¹²⁰ Soria, A. C. S. (2010), p. 181.

¹²¹ Não deveria ser lido sob esse prisma o artigo de Freud (1910e) sobre as palavras primitivas? Trata-se aí das palavras em seu estado de nascença: *Urwort*, palavra primeva, que se faz presente de maneira inédita. No estado de nascença da representação os contrários (o si e o outro, o dentro e o fora, o particular e o universal), antes apartados e impassíveis de relação e mútua determinação, relacionam-se de forma necessária. É pela estrutura lógico-representacional da fantasia,

E a fantasia ganha importância ainda mais fundamental para a psicanálise enquanto método quando a avaliamos sob esse ponto de vista; na medida em que da psicanálise faz parte, inevitavelmente, uma lógica da fantasia, sendo ela uma lógica que parece não reduzir-se (cronológica e ontologicamente) a nenhuma outra lógica¹²², pode-se dizer (confirmando a palavra de Laplanche e Pontalis) que a fantasia é essencialmente o objeto da psicanálise, ao passo em que é também o ponto crítico do qual ela nasce. Na 11ª das *Conferências introdutórias* Freud proferiu que “o trabalho que transpõe o sonho latente no manifesto se chama *trabalho do sonho*. E o trabalho que progride na direção contrária, o que desde o sonho manifesto quer alcançar o latente, é o nosso *trabalho de interpretação*”¹²³. Nós antes pudemos verificar que subjacente à lógica do sonho existe uma *lógica da fantasia*. Pode-se dizer, pois, que o trabalho de interpretação é um verdadeiro desmonte daquilo que a fantasia já havia montado no sujeito. Nos caminhos da análise a fantasia é esse próprio caminho às avessas, ou melhor, a análise perscruta e toma a metodologia fantasística e a percorre em sentido inverso. É na fantasia que o homem primeiro articula as categorias do si e do outro, do particular e do universal, e o faz mediante uma transcrição inédita e original na qual a energia, a força da natureza, a libido ganha uma expressão significativa. Assim, se a psicanálise se pauta no horizonte aberto da fantasia, ela enquanto *episteme* autônoma não é nem metafísica nem lógica *a priori*. Em fazendo metafísica, torna-se fantasia científica – tal o estatuto do mito fundador freudiano em *Totem e Tabu*.

Não devemos exagerar, porém, a importância do *fantasiar* para a teorização freudiana, tampouco podemos hipostasiar toda e qualquer formalização operada por Freud como fantasia. Esse é um risco perene para o leitor de Freud que se aventure em seus textos mais especulativos. Monzani, por exemplo, nas últimas cenas de seu artigo sobre a “fantasia” freudiana, pondera a respeito do pai da psicanálise:

Se repassarmos seus grandes textos teóricos, seremos obrigados a constatar que quase todos eles são fantasias teóricas. O *Projeto* está inteiramente baseado numa neurologia fantástica. A metapsicologia, Freud mesmo a classifica como “bruxa”. *Além do Princípio do Prazer* abre declaradamente espaço para a fantasia. Sobre *Totem e Tabu*, *Moisés* ou sobre o texto que acabamos de discutir, qualquer comentário é supérfluo.¹²⁴

isto é, da *repraesentatio in statu nascendi* que se deve ler o raciocínio de Freud nesse texto, não com vistas a possíveis comprovações empiristas. Aqui estaríamos não num plano empírico ou observacional de teorização, mas sim de *princípio*: por princípio a pleora de representações é de início pautada na mútua determinação dos opostos, relação esta que se manifesta das mais diversas formas, dentre as quais a ambiguidade de certas palavras primitivas.

¹²² Conclusão dedutiva de nossas reiteradas assertivas de que, por onde quer que buscássemos, nunca encontrávamos faculdade anímica nenhuma anterior à faculdade de fantasiar e que esta, por fim, se apresentava como condição de possibilidade das faculdades anímicas restantes, inclusive a da memória (ou a da *segunda* memória, a memória em cujo bojo se articulam as três dimensões temporais, em contraposição àquilo que denominamos Memória sem memória).

¹²³ Freud, S. (1916-7d). *11ª conferência. El trabajo del sueño*, vol. 15 da AE, p. 155.

¹²⁴ Monzani, R. (1991b), p. 104.

Sua surpresa ante o vórtice sedutor da ficção encontra seu sinal na exclamação que fecha a sentença sobre o estatuto da narrativa da *Urhorde* em Freud: “o curioso e o inquietante é o fato de que, nesse percurso, Freud acabe sendo obrigado, para dar base real à fantasia, a construir uma outra fantasia!”¹²⁵ Curioso e inquietante, de fato, Monzani, mas, completemos, não completamente enigmático. Pois, como pudemos ver, faz parte da própria teoria freudiana o fato de, ao se retornar *a posteriori* aos ditos *acontecimentos* que marcaram a história (seja do indivíduo, seja da espécie) e ao tentar narrá-los *enquanto tais*, se chegar *não* à mera lembrança dos fatos (pois isto é positivamente impossível), mas sim a uma sua elaboração fantasística. Ocorre que Monzani, conquanto nos forneça valiosas indicações e ponderações, é demasiado abstrato, pondo quase lado a lado os tecidos argumentativos da metapsicologia, do *Projeto*, de *Totem e Tabu* e de *Além do princípio de prazer*, por exemplo. Não pensamos que isso seja muito prudente: a fantasia científica freudiana, no senso mais estrito possível, emerge quando Freud tenta romper os liames da representabilidade, quando Freud intenta retirar a cortina da representação para chegar às suas veras origens materiais. Ao fazê-lo, acaba tornando-se o autor cientista de uma nova fantasia, num novo palco, que reflete o palco da História ao qual ele tentava, enfim, dar fim. A metapsicologia, mesmo bruxa, *não é uma fantasia*, mas sim uma teoria, uma transformação ou metabolismo especulativo (como o próprio Monzani a apelida¹²⁶) que, como pudemos demonstrar no capítulo anterior, tem de *pautar-se* na região semiótica instaurada pela fantasia. Releiamos o trecho freudiano em que a metapsicologia é apelidada bruxa. Ele se encontra no artigo *Análise terminável e interminável*, de 1937, num ponto em que se admite a existência da dificuldade em fornecer respostas precisas a certas questões conceituais. É nesse instante que se invoca o dito presente no *Fausto* goethiano: “então é preciso que a bruxa intervenha”. A continuação é esta: “a bruxa metapsicologia, quer dizer. Sem um especular e um teorizar metapsicológicos – estive a ponto de dizer: fantasiar – não se dá aqui nenhum passe adiante”¹²⁷. Freud admite estar *a ponto* de dizer *fantasiar*, mas não o diz (ou melhor, não o diz, dizendo-o). A metapsicologia pode *vir a ser* fantasiar, mas para isso é necessário que um *ponto* seja ultrapassado. Num primeiro (e mais importante) momento, a metapsicologia é um desmonte da fantasia, similar ao desmonte que ocorre na práxis analítica e que o reflete no plano especulativo; ou melhor, ela *analisa* as formações fantasísticas, desmembrando-as em seus elementos. Isso não é, positivamente, fantasiar. A fantasia freudiana, por sua vez, deve ser diagnosticada nas regiões limítrofes da sua teorização –

¹²⁵ *Id.*, p. 103.

¹²⁶ “De fato, parece ser uma característica do procedimento freudiano esse método de fantasiar cientificamente. O que se acostumou denominar o positivismo, o mecanicismo de Freud, na verdade nada mais é que a transformação, o metabolismo especulativo operado por ele na base dos conceitos advindos desse campo” (*Id.*, p. 104).

¹²⁷ Freud, S. (1937a). *Análisis terminable e interminable*, vol. 23 da AE, p. 228.

essas fantasias (concomitantemente míticas e científicas) marcam a um só tempo a *verdade* da sua teoria como os seus *limites* íntimos e intransponíveis.

Capítulo 6 – A fantasia, uma hermenêutica

Nos versos que abrem suas *Metamorfoses*, Ovídio deixa manifesta a temática que perpassará toda a obra: “é [meu] propósito falar das formas que se mudaram em novos corpos”¹; o plano do poema, porém, não é pouco suntuoso, pois ele deverá cobrir as metamorfoses que ocorreram “desde a origem do mundo” (*ab origine mundi*) “até os meus tempos” (*ad mea tempora*). Projeto grandioso pela enormidade do assunto e que exigirá do poeta seus mais de doze mil versos. Pois bem, Ovídio passa a discorrer sobre os elementos primordiais, a sua separação, a formação da terra, do céu, dos ventos e das chuvas. Eis o que havia antes do homem, e que o poeta latino narra na sua métrica insuperável. Mas “faltava ainda um animal mais nobre [ou mais santo, sanctius], mais capaz, de alta inteligência [mentis], e que pudesse dominar o resto”². Assim “nasceu o homem, quer o tenha feito com o sêmen divino o criador das coisas, [...] quer a terra, recente, recém separada do alto éter, ainda retivesse as sementes [germes, sêmens] do céu, seu parente”³. É então que o conteúdo da narrativa ovidiana muda irreversivelmente: “assim a terra [tellus], que até então só fora rude e sem imagem [sine imagine], vestiu-se, alterada, de desconhecidas figuras de homens”⁴. Doravante as figuras dos homens e suas metamorfoses dominam, na sua multifacetada relação com a natureza e as deidades, alterando completamente não só a terra, outrora rude e *sem imagem*, mas também o próprio poema.

Ora, Ovídio gasta menos de oitenta versos para dizer do que ocorreu no universo antes do homem, e, em seguida, se serve de mais de onze mil versos para dar conta da humanidade⁵. Sabe-se em que medida o gigante poema do mestre latino é, enquanto *textus*, um tecido cujos fios se entrecruzam e se separam, em cuja urdidura aracnídea as metamorfoses vão se sucedendo em ligações aparentemente espúrias, mas sempre significativas e inesperadas⁶. Animais, deuses, plantas, rochas, homens: tudo se urde e tudo se transforma, tudo é tecido e tudo é fio sob a pena de Ovídio. É como se natureza, humanidade e divindade estivessem entrelaçadas de um modo inextricável, modo este que tão-somente o tecido poético é capaz de emular e manifestar. Não nos alonguemos, porém, em lucubrações estéticas, e fiquemos na margem freudiana. Não é difícil supor que, para uma leitura freudiana do poema ovidiano, essas metamorfoses são fruto de nada menos do que a *fantasia*: é apenas

¹ “In nova fert animus mutatas dicere formas corpora” (Ovídio, *Metamorphoses*, I, 1-2)

² “Sanctius his animal mentisque capacius altae deerat adhuc et quod dominari in cetera posset” (*Id.*, I, 76-77)

³ “Natus homo est, sive hunc divino semine fecit ille opifex rerum, mundi melioris origo, sive recens tellus seductaque nuper ab alto aethere cognati retinebat semina caeli” (*Id.*, I, 78-82)

⁴ “Sic modo quae fuerat rudis et sine imagine, tellus induit ignotas hominum conuersa figuras” (*Id.*, I, 87-8)

⁵ Nesse sentido, é como se o *telos* do cosmos – ou da *tellus*, terra – fosse o homem (ou, inversamente, é como se o *telos* do homem fosse a *tellus*).

⁶ Sobre isso, cf. o texto introdutório da versão brasileira do poema, intitulado *Mínima gramática das Metamorfoses de Ovídio* (Neto, 2017).

na fantasia e sobre os seus alicerces que o poeta pode operar essa série de transformações fantásticas em que os personagens mitológicos se articulam. Mas talvez possamos retirar da *estrutura* mesma do poema uma lição sobre aquilo que, para uma análise freudiana, seria a faculdade anímica subjacente a ele: o poema é obra de um engenho majestático, em que os eventos se sucedem de modo quase mágico, a um só tempo obras do acaso e da mão demiúrgica do poeta; a fantasia aí reina sobranceira, e é ela quem vai preenchendo de ficção o mundo à sua volta. Mas a estrutura do poema nos diz mais: a fantasia, aí, fala de si mesma, e não pode de si escapar. É como estrutura autorrepresentativa que a fantasia opera uma vez mais numa obra humana: se no poema os fios dos eventos se ligam numa aparente *casualidade*, porém urdidos num tecido único e variegado *sem chance de se apartar*, é porque, por fim, a fantasia mesma é uma tessitura complexa, em cujo *decorrer* diversos eventos espúrios e esparsos são reunidos e entretecidos, revelando haver secretas (e significantes) ligações entre si. A fantasia tem uma estrutura, uma estrutura sobremodo similar à tessitura do poema latino. Foi ela o que curamos de apreender e expor nos últimos capítulos.

A letra ovidiana deixa bem claro: o homem é um animal, porém um animal mais nobre, de alta inteligência; nele há algo de divino misturado à terra da qual ele proveio. A esse respeito uma pergunta pode ser posta: qual é o atributo humano que o diferencia do restante da natureza? A *ratio*, é claro, aqui aparece como fato maior, mas o fado deu ao homem algo mais: sua capacidade de fantasiar, sua potência de enveredar num tecido personagens entre o real e o fictício, entre o natural e o divino, ao enredá-los mitológica e logicamente. É numa outra obra-prima que se encontra sublinhada essa magna importância do fantasiar para o destino dos homens.

Quando se apercebem da intrusão de Satã, os anjos guardiões do Éden se apressam em seu encaço. “Him there they found/ Squat like a toad, close at the ear of Eve; /Assaying by his devilish art to reach /The organs of her fancy, and with them forge /Illusions as he list, phantasms and dreams”⁷. É agachado como um sapo que Lúcifer se aproxima de Eva e lhe mete imaginações na cabeça. Assim, Eva já tem, desde sua nascença, “the organs of her fancy”, isto é, os órgãos da sua imaginação, e é por meio deles que o Filho (caído) da Luz age. A origem *material* do mal, em Milton, é a fantasia mesma. Eva só pôde pecar em ato porque já pecara dentro de si, em fantasia; caso contrário, ela sequer poderia ter sido acossada por Lúcifer e suas palavras malignas não a tocariam do mesmo modo. Milton se utiliza da fantasia para explicar a origem da fantasia: o pecado de Eva, o castigo de Deus, o labor e o suor humanos, a revolta de Lúcifer e, *at last but not at least*, o poema, pleno de imaginação (e portanto pecado) que ele mesmo forjou – tudo isso só foi possível porque o homem já carregava consigo desde sua Criação o germen do fictício. Uma vez mais a fantasia fala de si, explica sua origem dentro de sua própria urdidura e revela seu caráter circular e autorrepresentativo. O homem é humano

⁷ Milton, J. (1667). *Paradise Lost*, IV, 799-803

porque vem do humo, porque os dados advindos de seus cinco sentidos são entrelaçados em tramas narrativas fantasiosas: nessas fantasias seu lado divino (a razão) está mesclado com seu caráter animal (a sensibilidade).

Páginas adiante Milton mostra: na alma há outras faculdades, menores que a razão e *que servem a ela*; dentre estas a imaginação (“fancy”) está lá, poderosa, e, recolhendo e amalgamando tudo o que os cinco sentidos fornecem, forja imagens, fantasmas, sonhos, que a razão mesma junte ou desjunte (“joining or disjoining”)⁸. “There mingle broils”⁹: lá as questões, os tumultos, as cogitações, as inquietudes da alma se associam, se misturam, se conectam. É na faculdade de fantasiar que reside a perdição humana, é só por meio dela que o homem pôde dar ouvidos ao Filho (caído) da Luz e se dissociar do restante da natureza. Ora, a situação é positivamente paradoxal: ele só se dissociou da natureza porque *já estava dela dissociada* – caso não possuísse a razão e não fosse divino, não fantasiaria; e uma vez mais a fantasia se mostra como o primeiro enigma da existência humana: Lúcifer instila em Eva o veneno do pecado, mas a condição de possibilidade da *recepção* do veneno, ou melhor, a *fundamentação* ontológica mesma do pecado já existia nela, fundamentação esta que só lhe pode ter sido conferida por ninguém menos que Deus.

E a proibição d’Ele é clara: “não sonhes com outros mundos”, pois os céus são demasiado altos para ti. Saber da sua existência já é o bastante, mas sonhá-los – eis o pecado maior¹⁰. Ao cômputo das contas, o Deus de Milton (personagem secundário) sabia muito bem do poder (e da miséria) da fantasia. Mas ao criar um ser oriundo do humo, dotando-o da divina faculdade da razão, ele criou um oximoro que estava fadado a jazer infinitamente distante tanto de Deus quanto da Natureza – estando ambos conectados no ponto mesmo que destinou o homem à sua eterna rota de sofrimentos: a fantasia.

Afinal, que tipo de “imagination”, “airy shapes”, “illusions”, “phantasms”, “dreams” são estes que a fantasia forja em seu bojo? E o que ocorre quando o homem, misto de alma e corpo, acorda deles? Relembremo-nos da cena de abertura de *Anna Kariênina*: Stiépan acorda e é transportado do

⁸ “But know that in the soul
Are many lesser faculties that serve
Reason as chief; among these fancy next
Her office holds; of all external things,
Which the five watchful senses represent,
She forms imaginations, airy shapes,
Which reason joining or disjoining, frames
All what we affirm or what deny, and call
Our knowledge or opinion; then retires
Into her private cell when nature rests” (*Id.*, V, 100-109)

⁹ *Id.*, VI, 277

¹⁰ “Heaven is for thee too high
To know what passes there; be lowly wise:
Think only what concerns thee and thy being;
Dream not of other worlds, what creatures there
Live, in what state, condition or degree,
Contented that thus far hath been revealed
Not of earth only but of highest heaven” (*Id.*, VIII, 173-178)

sonho¹¹ de volta à realidade; demora então a lembrar-se do desentendimento com a esposa, assim como, ao retornar do teatro, topa com a realidade: a esposa sabe que ele a traiu¹². Mas esse retorno à realidade não é um mero encontro com a áspera verdade, verdade esta despida de toda e qualquer fantasia e ilusão. Há uma dupla “descida” do mundo etéreo da fantasia rumo à dura realidade – do sonho até a vigília, do teatro até casa. Mas a narrativa de Tolstói é cirúrgica, pois o emparelhamento dessas duas descidas não é feito apenas de modo paralelo: antes de se recordar do seu delicado estado matrimonial, Stiépin se recorda da noite no teatro. Ao acordar, ele se recorda, porém preterindo uma recordação à outra. Sai-se do sonho para voltar à cena do teatro – acordar, assim, é retornar ao teatro. No fim das contas, voltar à vida é voltar a uma certa encenação, e *Anna Kariênina* se mostra ser uma narrativa das fantasias em que estão imbuídos cotidianamente seus personagens.

Sabe-se bem: Stiépan e sua esposa *não são* os personagens principais do romance. Eles são personagens secundários, de grande envergadura para a narrativa, decerto, mas é a dupla amorosa formada por Anna Kariênina e Aliéksei Vronsky que detém a dianteira e ocupa o palco principal. Essa cena, onde atuam apenas personagens coadjuvantes, não é posta logo na abertura do livro à toa: ela é, como num *mise en abyme*, a trama completa de toda a narrativa sintetizada. Anna Kariênina é personagem de um teatro social, e o que ela deseja é deixar de cumprir as prerrogativas dessa personagem indesejada cujas vestes ela se vê obrigada a portar. Ao se despir da personalidade social, o que ocorre? Ela não realiza os seus sonhos adúlteros de forma simplória e feliz. Ela literalmente cai. Ela cai, num choque abrupto, como cai na realidade Stiépan ao acordar. Nota-se em que medida, ao tentar rasgar e ultrapassar o fictício que perfaz o tecido social, a personagem principal do livro acaba por se embrenhar numa nova narrativa, da qual uma vez mais ela não é autora autônoma: ela é personagem e somente age enquanto tal. Ao acordar de um sonho confuso, Anna entra num teatro impiedoso. Ela não atinge nunca “o real” de seus desejos, ela somente pode colocá-los em palcos e atuá-los não enquanto artífice, mas enquanto artefato.

Nota-se até que ponto as categorias de “fictício” e “real” se encontram enredadas na trama de Tolstói, quase que de forma indestrinçável. Nós julgamos que Freud, ao forjar o seu próprio conceito de *fantasia*, efetua o mesmo, mesmo que não o perfaça com os nomes adequados. Freud opera uma reviravolta dessas categorias, e sua *fantasia* contém em si toda a complexidade que, acreditamos, demonstramos haver na fantasia dos poetas.

¹¹ “ ‘Sim, sim, como era mesmo?’ , pensou, lembrando o sonho. ‘Sim, sim, como era? Sim! Alabin dava um jantar em Darmstadt; não, não era em Darmstadt, mas algo americano. Sim, só que, lá, Darmstadt ficava na América. Sim, Alabin dava um jantar em mesas de vidro, sim – e as mesas cantavam: *Il mio tesoro*, mas não era *Il mio tesoro* e sim alguma coisa melhor, e havia umas garrafinhas que eram mulheres’ – lembrava” (Tolstói, 1887). *Anna Kariênina*, pp. 17-8

¹² “O mais desagradável fora o primeiro minuto, quando ele, ao voltar do teatro, alegre e satisfeito, com uma enorme pera nas mãos para presentear a esposa, não a encontrou na sala; para sua surpresa, tampouco a encontrou no escritório e por fim foi dar com ela no quarto de dormir, com o maldito bilhete, que tudo revelava” (*Id.*, p. 18)

Em 1914, ao retornar ao seu “maior erro” (a teoria da sedução), Freud atesta: “a análise levava por um caminho correto até esses traumas sexuais infantis, mas eis aqui que eles não eram verdadeiros. Era perder o apoio na realidade”¹³. Esses traumas sexuais, afirma Freud categoricamente, não eram *verdadeiros*. O apoio na *realidade*, assim, foi perdido. Nós já mostramos em detalhes qual o estatuto agora desse evento violento por que passaram as históricas: trata-se de *fantasias*, de eventos *fantasiados*, *forjados* pela própria paciente. Eis, pois, a fantasia contraposta muito claramente à realidade. A realidade é o verdadeiro, enquanto, por definição, a fantasia seria o falso. Essa equação entre realidade e verdade (e o seu corolário: entre fantasia e falsidade) perpassa toda a obra de Freud. Retomemos alguns exemplos.

Em 1912, ao dissertar sobre o seu esquema universal de formação das neuroses, Freud diz que, durante a fabricação de sintomas “a libido se aliena da realidade, é acolhida pela atividade da fantasia (introversão)”¹⁴. É se afastando da *realidade* que o paciente se dirige à *fantasia*. A palavra “realidade”, aqui, significa muito claramente “realidade material” ou “objetiva”. Como já bem dissemos, ao empregar sozinho o termo “realidade”, Freud se refere mormente à realidade material ou exterior – no fim das contas, esta é a realidade por excelência. A mesma lógica se encontra numa passagem do *Moisés*; suas suposições sobre o início da religião mosaica poderiam parecer algo absurdas, e assim “elas poderiam ser criticadas como meros rebentos da fantasia e coisa assaz distante da realidade”¹⁵. Encontra-se escrito, num trecho de uma das suas *Novas Conferências*, a respeito do ocultismo: é bem provável, diz Freud, que haja “no ocultismo um núcleo real de fatos ainda não discernidos ao redor dos quais a fraude e a fantasia teceram uma casca difícil de atravessar”¹⁶. Ora, aqui não só a fantasia é posta em oposição a um “núcleo real de fatos”, mas ela é, ademais, emparelhada à *fraude*. Falsificação, ficção¹⁷, fraude: tais os termos que escapam da mão de Freud para se referir à fantasia, o motor conceitual da sua grande descoberta de 1897.

No início de sua *Apresentação autobiográfica*, publicada em 1925, Freud contrapõe muito claramente “realidade” e “observação exata” a uma “construção fantástica”¹⁸, e, num de seus últimos

¹³ Freud, S. (1914a), p. 17.

¹⁴ Freud, S. (1912b), p. 175.

¹⁵ Freud, S. (1939 [1934-8]), p. 16.

¹⁶ Freud, S. (1933 [1932]b), p. 33.

¹⁷ Sobre o termo “ficção”, sobre o qual nos alongaremos um pouco adiante, cf. o seguinte trecho da *Contribuição à história do movimento analítico*: “De igual modo, se ‘fingido’, ‘fictício’ e ‘ficção’ tornam a substituir-se pelos termos mais originários de ‘fantasiado’ e ‘fantasia’, descobrem-se nas afirmações de Adler uma multidão de traços conhecidos desde antigamente” (Freud, 1914a, p. 52)

¹⁸ Ali ele afirma que, com relação à eletroterapia, confiara no manual de Erb, “que oferecia detalhados preceitos para o tratamento de todos os sintomas de padecimento nervoso. Por infelicidade, rapidamente eu averiguaria que a obediência a esses preceitos nunca servia para nada, e o que eu julgara uma decantação de uma observação exata era uma construção fantástica”; assim, “a obra do autor mais destacado da neuropatologia alemã não tinha mais relação com a realidade que qualquer dos livros de sonhos “egípcios” que se vendiam em nossas livrarias populares” (Freud, 1925 [1924]b, pp. 15-6).

textos, *Análise terminável e interminável*, de 1937, encontra-se a asseveração peremptória: “por último, não se esqueça que o vínculo analítico se funda no amor pela verdade, isto é, no reconhecimento da realidade objetiva, e exclui toda ilusão e todo engano”¹⁹. O vínculo analítico, o tratamento analítico; em suma: a psicanálise se funda no chamado “amor à verdade”, isto é (eis exposta a ligação lógica entre um termo e outro), no “reconhecimento da realidade”. Amar a verdade é, pois, reconhecer a realidade, é excluir toda ilusão e todo engano, é apartar-se de toda *construção fantástica*. Uma vez mais se nota a contraposição de *verdade e realidade a ilusão, engano e, a fortiori, fantasia*. Compare-se toda essa constelação de citações “realistas” de Freud ao caso narrado, n’*O futuro de uma ilusão*, sobre um filho seu, cético e crítico como o pai:

Recordo-me de um de meus filhos que se distinguiu muito cedo por uma particular insistência no fático, positivo. Toda vez que se relatava às crianças um conto que escutavam atentamente, ele vinha e perguntava: ‘essa história é verdadeira?’. Tendo-se respondido a ele que não, ele se afastava com olhar de menosprezo. É de esperar que em breve os seres humanos adotem parecida atitude frente aos contos religiosos, a despeito da recomendação do “como se”.²⁰

Essa história é verdadeira? – questiona a criança, e menospreza o relato caso ele seja fictício. Ora, até mesmo uma criança sabe diferenciar o real do fictício, o verdadeiro do falso! Ficção, fantasia – não passam de invencionices infantis com que se apraz o espírito humano em suas formas primitivas de enfrentamento da aspereza da realidade. A realidade – eis aquilo com que se ocupa a ciência, a mais alta realização do engenho humano, que “comporta o mais completo abandono do princípio do prazer de que é capaz nosso trabalho psíquico”²¹.

As coisas, porém, não são tão simples. Como nós já demonstramos, no terceiro capítulo deste estudo, Freud aufere às fantasias o estatuto de *realidade*. Não se trata da realidade material ou externa, é fato, mas sim de realidade psíquica ou interna. Realidade, *nevertheless*. Nesse ínterim, constatamos o quão complexa é essa temática em Freud, a temática espinhosa da *realidade* e das suas múltiplas acepções e conceituações. Retomemos aqui as contradições em que se põe a si mesmo Freud, para que possamos, a partir delas, retirar conclusões importantes sobre a sua própria teorização.

Essas contradições são patentes em diversos trechos. Exemplifiquemos com três. Em primeiro lugar, retomemos a constatação de 1914, a respeito do abandono da teoria da sedução: “se os histéricos reconduzem seus sintomas a traumas inventados, eis aqui precisamente o fato novo, a saber,

¹⁹ Freud, S. (1937a), p. 249.

²⁰ Freud, S. (1927b). *El porvenir de una ilusión*, p. 29.

²¹ Freud, S. (1910d), p. 159.

que eles fantasiam essas cenas, e a realidade psíquica deve ser apreciada junto à realidade prática”²². Os pacientes fantasiam cenas, e essas cenas são parte da realidade psíquica. Esta, por sua vez, deve ser apreciada junto à realidade prática, à qual ela se contrapõe. Nesse trecho não encontramos uma contradição propriamente dita, mas sim o atestado conferido por Freud às ficções que forja o engenho humano, ficções que ele, na mesma página do mesmo texto, dissera não serem “verdadeiras”. Como é possível, assim, que uma realidade não seja verdadeira? Qual é o sentido, portanto, que a palavra *realidade* carrega consigo quando acompanhada do menos nobre adjetivo *psíquica*? Qual é o estatuto ontológico dessa realidade? Freud não nos dá a resposta com todas as letras. Ele opera, antes, por claras antinomias.

Em sua 23^a *Conferência introdutória*, que trata muito precisamente dos caminhos de formação dos sintomas neuróticos, Freud passa a se questionar acerca do caráter ora fantasioso, ora mnêmico daquilo que lhe legam seus pacientes, e de como por vezes os sintomas representam memórias, e por vezes fantasias. E mostra que, para fins práticos, não se deve tratar de antemão aquilo que o paciente relata como fantasia, nem como memória. Deve-se, assim, *a priori*, “equiparar fantasia e realidade”. Muito embora parágrafos antes Freud tenha dito que fantasias são “invenções” e que “para nós a realidade difere incomensuravelmente das invenções”, ele conclui que as fantasias “também possuem uma espécie de realidade”; “elas possuem realidade *psíquica*, por oposição a uma realidade *material*, e pouco a pouco aprendemos a compreender que *no mundo das neuroses a realidade psíquica é a decisiva*”²³. Aqui a contradição é evidente, e o importante é notar os caminhos de formação do argumento freudiano: ele parte da *negação* do caráter real das fantasias para, em seguida, chegar à afirmação de que elas são sim reais e devem ser consideradas enquanto tais. Esse é o caminho da argumentação freudiana: caminho tortuoso, decerto, e em cujo decorrer são sempre deixados rastros aporéticos.

Em *Totem e Tabu*, ao tratar da formação de compromisso operada nos atos sintomáticos dos neuróticos obsessivos, o vocabulário de Freud é levado quase que ao oposto do que o vimos empregando até então: na ação obsessiva dos neuróticos “a pulsão sufocada e a sufocadora alcançam uma satisfação simultânea e comum. A ação obsessiva é *supostamente* uma defesa frente à ação proibida; mas preferiríamos dizer que *na verdade* é a repetição do proibido. Aqui o ‘suposto’ se aplica à instância consciente da vida anímica; e o ‘verdadeiro’, à inconsciente”²⁴. Ora, aqui é o inconsciente (e, portanto, a *realidade psíquica*) que merece o adjetivo *verdadeiro*, enquanto é o consciente (a tela, o encobrimento, a dissimulação) que é dito *suposto*. Os conceitos de realidade e fantasia estão em

²² Freud, S. (1914a), p. 17.

²³ Freud, S. (1916-7a), pp. 35-6.

²⁴ Freud, S. (1913 [1912-13]), p. 57.

Freud de tal modo embaralhados, que em certas circunstâncias eles se encontram contrapostos, enquanto em outras eles são plenamente equivalentes.

Freud embaralha, e isso nos parece sobremodo evidente, de forma inextricável as categorias lógico-ontológicas de real, verdadeiro, falso e fictício. Porém ele o faz se utilizando do vocabulário de uma ontologia pouco refinada. Em seu uso “ingênuo”, se assim podemos expressar-nos, dessas categorias Freud se contradiz diversas vezes, e é nessa contradição mesma que se encontra o avanço maior de sua teorização. A fantasia, assim, é a *encarnação* dessa série de antinomias incrustadas na obra freudiana e que o próprio Freud não pôde resolver. Esse enigma conceitual chamado fantasia ganha novos contornos, por conseguinte, quando ele é encarado como, antes de tudo, uma questão de linguagem.

Pelo menos desde Aristóteles é manifesta, dentro da filosofia, essa assimetria entre a linguagem utilizada e aquilo que ela trata de designar ou analisar. De fato, o que não falta em Aristóteles é uma certa análise da linguagem: exemplo clássico disso é o seu “o ser se diz de muitas formas”. Quando se diz que “o homem é [existe]”, “o homem é mortal”, e “o homem é branco”, o verbo utilizado, conquanto seja o mesmo, não tem o mesmo significado²⁵. As frases contêm proposições de estatuto ontológico bastante diverso. O mesmo ocorre, diz-nos Aristóteles em seu *De Anima*, com o sintagma “ser em potência”. “A expressão ‘ser em potência’ não é simples; de um lado nós diremos que a criança é em potência um chefe de exército, de outro nós diremos a mesma coisa do adulto”²⁶. Aristóteles conclui: o “ser em potência” da criança e do adulto em questão *não é o mesmo*. Que um indivíduo ignorante tenha a potência de aprender determinada ciência não se trata do mesmo ser em potência envolvido no caso do professor que já tem essa ciência e que pode (ou não) ensiná-la. É notável como essa complexidade imanente à relação entre ser e linguagem atravessa a história da filosofia desde os seus primórdios até seus fulgores mais recentes. Tomem-se os exemplos de Hegel e Heidegger (para citar apenas dois dos H alemães), que, parece, muito se compraziam em criar termos para dizer o ainda não-dito. Com Freud algo similar ocorre, e isto, como já vimos, a respeito dos adjetivos “real” e “falso”, cuja dualidade é tão cara a várias tradições filosóficas. É o fato da fantasia (junto ao seu correlato conceito) que põe tudo a embaralhar-se.

Freud, é bem verdade, não se utiliza do léxico filosófico: muito pelo contrário, nega-se com veemência a fazê-lo. A questão do estatuto ontológico da realidade (e do papel do sujeito do pensamento ou da representação aí incluso) não é por ele tematizada *ipsis litteris*. Esses suntuosos termos, de origem grega ou latina, são por ele explicitamente repudiados. Um bom exemplo da ironia

²⁵ Cf., sobre isso, os dois primeiros livros da sua *Física*.

²⁶ « L’expression « être en puissance » n’est pas simple ; tantôt nous dirons que l’enfant est en puissance chef d’armée, tantôt nous dirons la même chose de l’adulte » (Aristote, *De l’âme*, 417b).

freudiana para com a filosofia se encontra em seu ensaio sobre a questão da análise leiga. Ao introduzir ao seu adversário imaginário os nomes (pronominais) dados por ele às instâncias do nosso aparelho psíquico, Freud completa: “você objetará, provavelmente, que para designar essas duas instâncias ou províncias anímicas nós tenhamos escolhido simples pronomes, no lugar de introduzir sonoros nomes gregos. É que na psicanálise nos apraz permanecer em contato com o modo popular de pensar, e preferimos tornar utilizáveis para a ciência os seus conceitos, em vez de desestimá-los”²⁷. Freud sempre quis que a psicanálise fosse considerada uma ciência – ele, ainda, não passaria de um pesquisador, de um cientista. Os “sonoros nomes gregos” (que remetem, é evidente, à aurora helênica da filosofia) são rejeitados, e, em seu lugar, se preferem os conceitos do “modo popular de pensar”. A ciência, assim, é mais *chã*, e não pretende alçar-se aos céus dos conceitos totalizantes. Em suma: Freud não é filósofo, e se ele pode (e deve) ser lido como um pensador, é somente enquanto figura ambígua e fulgurante que nunca quis fazer parte do Parnaso (ou do Hades) da Filosofia, mas que tantas questões impôs incontornavelmente aos filósofos.

Freud, também é bem verdade, não *cria* verdadeiros neologismos, mas sim cria um novo horizonte no qual termos tão caros a certas tradições do pensamento ocidental (real x fictício; falso x verdadeiro) perdem os seus contornos que antes poderiam parecer bem delimitados. Aliás, como vimos, o próprio Freud faz um uso por vezes “ingênuo” desses mesmos termos, para em seguida os embaralhar. É nesse usar mesmo, assim pensamos, que o *bouleversement* freudiano se concretiza, não num novo vocabulário propriamente dito. Um grande valor epistemológico do conceito freudiano de fantasia seria, portanto, não a resolução que ele operou, em 1897, quando do abandono e ultrapassagem da teoria da sedução, mas sim a série de antinomias ou contradições que ele contém em si, de forma *imane*nte. Essas contradições encarnam o limite e a verdade da teorização freudiana, nós cremos ter demonstrado durante este estudo.

Como afirmou Prado Jr., “a descoberta freudiana do inconsciente e da fantasia tende a ser descaracterizada, se permanecer prisioneira da oposição clássica entre imagem e percepção, fantasia e realidade”²⁸. Acontece, porém, que o próprio Freud permaneceu “prisioneiro” dessa oposição clássica. Nossa hipótese é que ele tenha continuado a usar, mesmo após o abandono da teoria da sedução, os termos dualistas que cabiam muito bem nela. Freud alçou a fantasia ao patamar de *realidade*, mas permaneceu dizendo que o real é o material e que o fictício é falso. Há uma distância patente, assim, entre o *conceito* de fantasia, que, operando uma revolução interna dos conceitos já previamente aventados por Freud, ultrapassou essa “oposição clássica” (e cuja complexidade estivemos estudando até aqui), e o *vocabulário* empregado para caracterizá-lo. O problema todo reside, portanto, nessa famígera passagem, da teoria da sedução rumo à teoria psicanalítica

²⁷ Freud, S. (1926a), pp. 182-3.

²⁸ Prado Jr., B. (1991b), p. 70.

propriamente dita, dotada de um conceito positivo e fundante de fantasia. É a ela que retornaremos. Mas antes faremos um breve desvio por paragens etimológicas e platônicas.

Essa distância entre vocabulário e conceito, que pudemos diagnosticar em Freud no tocante à problemática da fantasia e da realidade psíquica, não nos parece ter sobrevivido à toa. De fato, o que o testemunho da história das línguas traz é que é sumamente difícil ou truncada a admissão completa de uma *realidade* a uma *criação* humana. Que criar possa ser criar uma nova realidade, pois bem, a língua admite facilmente, porém essa nova realidade dificilmente será considerada como participante da mesma dimensão ontológica seja do seu criador, seja do “modelo” a partir do qual a nova criação é feita. As duas palavras cuja etimologia cabe aqui ao menos perquirir brevemente são *ficção* e *fantasia*. Suas origens nos darão amplo material para reflexão e nos guiarão às palavras de Platão.

Ficção, termo latino, amplamente difundido e preservado, tendo sido mantido nas principais línguas românicas (*finzione, fiction, ficción, ficção...*) e tendo franqueado uma posição segura em línguas germânicas (*fiction, Fiktion*)²⁹, advém do latim *fictio*. Este vocábulo, por sua vez, remonta do particípio passado *fictus*, do verbo *fingere*. Nada mais eloquente, portanto, do que o fato de que o rebento mais graficamente próximo de *fingere* seja, para nós, o verbo *fingir*. Mas o verbo latino não significava, a princípio, o ato de fingimento e simulação. Ele denotava muito simplesmente o ato de *criar*, de *construir*, de *erigir*, *inventar*, *fabricar*, *modelar*, *forjar*, *figurar*, *representar*, *imaginar*, *supor...* e assim por diante. Há outros sentidos secundários, ainda, que não deixam de surpreender: *fingere* era também *acariciar* ou mesmo *instruir*. Verbo único, portanto, com múltiplos sentidos, que vai desde a construção material de um novo objeto até a figuração imaginária, a representação ideacional (a ficção, propriamente dita). Mas *fingere*, como é o caso de vários outros termos latinos³⁰, tem uma origem bem mais singela e “empirista”, se assim podemos expressar-nos. Como diz o *Dictionnaire etymologique de la langue latine*, era inicialmente “modelar na argila”, donde o termo *figulus*, que significa muito propriamente *oleiro*, e o adjetivo *fictilis* (feito de barro ou argila), mas em seguida passou a significar “modelar [façonner] em qualquer matéria plástica, modelar a pasta”, donde, outrossim, o termo *fictor*, que significa *escultor*. Foi só depois, abstraído do seu substrato material, que o verbo passou a denotar quaisquer atividades de modelagem e de formação, sobretudo a figuração somente em imagens psíquicas, daí os sentidos de *reproduzir*, *imaginar*, *inventar*. Assim é que se chegou ao *fingir*, à simulação, ao ludíbrio, ao engano e engodo³¹. Vai-se do oleiro com sua

²⁹ E, se não nos enganamos, marca presença também em línguas eslavas como o russo e o polonês.

³⁰ Como *transducere, legere, pensare, intervallum, obvius...*

³¹ Ernout, A. e Meillet, A. (1932). *Dictionnaire etymologique de la langue latine*, vocábulo *fingere*. « « Modeler dans l'argile » [...], puis « façonner dans toute matière plastique, façonner la pâte ». [...] Puis, par extension : « façonner » (d'une manière générale, sens physique et moral » ; [...] « reproduire les traits de, représenter » ; et « imaginer, feindre, inventer » » (p. 235).

argila, passa-se pelo escultor e seu gesso e mármore, até chegar ao homem qualquer, que forja imagens irreais em sua cabeça. Do concreto para o abstrato, do particular para o universal, tal o caminho do verbo. O fato marcante, para nós, é que as crias semânticas do verbo tenham se desprendido quase completamente do ato generalizado de *criar*, tendo passado a denotar fingimentos e simulações.

É como se, ao reproduzir (seja na argila ou no mármore, seja com ideias e representações) os traços dos objetos do mundo à sua volta, o homem não construísse nada além de cópias malfeitas deles. Haveria uma distância ontológica entre o modelo e o objeto que o reproduz, distância esta que o verbo *fingir* e o substantivo *ficção* carregam consigo. A realidade na qual se baseia a representação (nova realidade, porém somente especular e dependente) é sempre *mais* real que a sua cópia. Na língua mesma se assenta uma hierarquia ontológica, quase que platônica, difícil de superar. Freud, nós vimos, não escapou a isso.

Mas a palavra que mais nos interessa é outra, cujo sentido é estreitamente vinculado ao sentido de *ficção*: *fantasia*. Termo proveniente do grego, cuja origem não será menos importante. Será com ele que adentraremos os diálogos de Platão. Como nos informa Botter,

O substantivo φάντασμα é vinculado aos verbos *phainomai* e *phantazo*. O primeiro termo se refere ao fato de “aparecer”, enquanto que o segundo é usado para descrever o engano poético e sofisticado. O termo tem o sentido mais geral de “aquilo que se apresenta à observação”, e aquele mais técnico de “falsa aparência”. Em Platão, [...] *phantasma* tem o sentido de aparência enganadora [...]. No significado de representação interna à alma, o termo precede a fantasia como faculdade da alma.³²

Por esse excerto nos ficam evidentes as ligações etimológicas entre o termo grego *phantasma* e aqueles das línguas modernas relacionadas à atividade da imaginação ou da fantasia³³ (a *Phantasie*, ou *Fantasie*, em alemão, a *fantasia*, em espanhol, a *fantaisie* e o *fantasme*, em francês, a *fantasia*, em italiano, e assim por diante). Essa vinculação etimológica não é espúria e diz respeito a esse radical comum aos verbos *phainomai* e *phantazo* – também nas línguas modernas há termos com o mesmo radical com significados distintos: aparição e aparência, por exemplo (lembremo-nos de que uma “aparição” pode ser mesmo, em determinados contextos, um fantasma, uma aparição

³² “Il sostantivo φάντασμα è legato ai verbi *phainomai* e *phantazo*. Il primo termine si riferisce al fatto di “apparire”, mentre il secondo è usato per descrivere l’inganno poetico e sofisticato. Il termine ha il senso più generale di “ciò che si presenta all’osservazione”, e quello più tecnico di “falsa apparenza”. In Platone, [...] *phantasma* ha il senso di parvenza ingannevole [...]. Nel significato di rappresentazione interna all’anima, il termine precorre la fantasia come facoltà dell’anima” (Botter, 2016, pp. 115-116).

³³ Recordemos, também, que o termo *phantasia* aparece enquanto tal em Aristóteles, sendo geralmente vertido para “imaginação”. Cf. sobre isso, por exemplo, *De anima*, 427b.

fantasmagórica). O destino (ou caminho) desse grupo aparentado de palavras gregas nos revela que a *aparência* de um objeto é – ou assim nos instruem as línguas – algo muito *suspeito*, que carece de fundamento próprio e que requer investigação e certificação de veracidade. “As aparências enganam”, diz o adágio, e se mesmo o termo *fenômeno* (tão caro à filosofia) vem do verbo *phainomai* e indica a aparição das coisas aos nossos sentidos (ou à nossa intuição, para usar o vocabulário kantiano), nunca é demais recordar que boa parte do filosofar se centrou numa tentativa de *ultrapassar* as meras aparências ou aparições das coisas para tentar, em alguma medida, se acercar das coisas mesmas, das coisas-em-si (ou númenos). Fantasiar seria, assim, reproduzir *apenas* na aparência os objetos que detêm, no mundo *real*, uma *realidade* concreta. Uma vez mais, detecta-se uma hierarquia ontológica constituinte dos termos mesmos, que, se não era contida pelas palavras em suas origens, ao menos é legada a nós pela história e sedimentação semântica das línguas. A *phantasia*, sendo a figuração anímica de objetos reais por meio de *imagens*, é geralmente traduzida, quando aparece nos originais gregos, por *imaginação*. É o estatuto da imagem, portanto, o que está em jogo – fator importante que será trabalhado por Platão, como veremos.

Isso tudo, assim, nos torna claro que a *Phantasie* alemã tem uma ligação etimológica com o *phantasma* grego (que, como indica Botter, é a palavra usada por Platão para fazer referência a “aparências enganadoras”). Vejamos se, no caso de Freud e Platão, eles não têm também uma ligação conceitual. Para tanto, partiremos a alguns dos diálogos platônicos. Em especial, dirijamo-nos ao *Sofista*, onde toda essa problemática lógico-ontológica se encontra exposta e elaborada de maneira manifesta.

O nome do diálogo já nos mostra bem aquilo de que nele se trata: no *Sofista*, o percurso da conversação se dá na busca pela definição desse elemento tão presente na vida política da Grécia antiga, o sofista. São Teeteto e o enigmático Estrangeiro de Eleia aqueles que trarão o percurso; o que intentam é delimitar o sofista, capturá-lo numa rede de definições atingidas por intermédio do método dierético. Ao todo, chegam a algumas definições por meio das divisões sucessivas. O sofista é um caçador de jovens ricos, um mercador de coisas concernentes à alma, um revendedor de noções, é também um verdadeiro mestre da erística...³⁴. Quando chegam à última definição, porém, acercam-se também de uma questão ontológica fundamental – aí, então, o sofista é definido como um imitador das coisas com palavras segundo *aparência*³⁵. Essa definição suscita questões, pois que diz respeito ao estatuto ontológico do não-ser. É a partir desse momento do diálogo que o Estrangeiro e Teeteto irão dialogar sobre ser e não-ser.

Sejamos mais claros e expliquemos por que essa última definição do sofista deixa os dois personagens do diálogo em tamanhos apuros aporéticos. Primeiramente, há a aporia concernente à

³⁴ *Sofista*, 221C-231C.

³⁵ *Id.*, 231C-236D.

arte mesma de imitar. Imitar é fazer imagens, e as imagens são a um só tempo similares ao modelo imitado, porém diferentes deles. Caso fossem o mesmo que o modelo que imitam, seriam o modelo mesmo, deixando de ser, logo, imagens dele³⁶. Existe, pois, uma “aporicidade própria da imagem”³⁷. É o próprio Teeteto quem no diálogo irá propor os dois elementos definidores do caráter da imagem: “a alteridade e a semelhança. E este caráter duplo que faz com que uma coisa possa (a)parecer sem ser o que ela parece ser”³⁸. Toda imagem, sendo imagem *de* algo, carrega dentro de si um misto de ser e não-ser. A imagem é, mas ela não pode ser aquilo ao qual ela é semelhante, sendo outro que seu modelo. Um primeiro impasse é, pois, conseguir explicar essa mistura entre ser e não-ser.

Todavia o sofista não constrói imagens quaisquer, de acordo com a definição supracitada: ele fabrica imagens com palavras segundo a *aparência*. Nesse momento do diálogo, Platão cura de dividir a arte da criação (*poiesis*) de imagens em duas categorias: a criação de cópias ou semelhanças (*eikones*) e a criação de aparências ou simulacros (*phantasmata*). Nesse sentido, diz o Estrangeiro: “ora, estas são as duas espécies da arte de produzir imagens das quais eu falava: aquela que produz cópias [semelhanças, figurações], e aquela que produz aparências [simulacros]”³⁹. A grande diferença entre essas duas artes reside no fato de que na primeira a imagem produzida (uma cópia) é uma réplica fiel às proporções do modelo a ser imitado, enquanto na segunda a imagem final (um simulacro) é feita não com o intuito de ser similar ao modelo, mas sim de ludibriar aquele que a contempla: para isso, o artífice lança mão de artifícios como o embelezamento e a falsificação de proporções⁴⁰. São justamente essa falsificação, esse intuito de ludíbrio o que caracteriza o *phantasma* (simulacro): “trata-se da imagem produzida com a finalidade de enganar, portanto de ocultar a diferença ontológica que a torna diversa do modelo real”⁴¹. No caso da fabricação de figurações ou semelhanças (*eikones*), o artífice não deseja que o produto por ele fabricado assumira a posição do modelo que foi imitado: ao contrário, a coisa criada está ali para ser cópia, para servir de imitação ao modelo. Essa arte de imitar é, portanto, bem mais honesta que a fabricação de *phantasmata*: nesta, o artífice faz as vezes do demiurgo verdadeiro, passa-se por ele; mas não só isso, embeleza as coisas tais como são, no intuito de maravilhar aqueles que contemplam seu produto. Pode-se dizer, pois, que toda imagem, não sendo o mesmo que o modelo, é carente da realidade deste, tendo em si certa “falsidade”; entretanto, nem por isso toda imagem é enganadora:

³⁶ Cf. *Cratilo*, 432C, em que Sócrates lança mão deste mesmo argumento.

³⁷ Marques, M. P. (2000/1), p. 194.

³⁸ *Id.*, p. 197.

³⁹ “Ebbene, queste sono le due specie di cui parlavo dell’arte di produrre immagini: quella que produce raffigurazioni, e quella que produce apparenze” (*Sofista*, 236C).

⁴⁰ De Pinotti, G. E. M. (2006a), p. 82.

⁴¹ “Si tratta dell’immagine prodotta allo scopo di ingannare, quindi di occultare la differenza ontologica che la rende diversa dal modello reale” (Botter, 2016, p. 116).

A “falsidade”, no sentido de carência de realidade, é própria de todas as imagens, mas a imagem fiel (*eikon*) mostra o seu estatuto de imagem, à medida em que não esconde a diferença ontológica que a distancia do modelo, portanto declara o seu próprio não-ser. Dito em uma palavra, o *eikon* é falso e não o esconde. A imagem enganadora (*phantasma*), ao contrário, oculta o seu ser-imagem, e portanto o seu não-ser, e se impõe não apenas como real, mas esconde a sua falsidade por trás da aparência.⁴²

O correlato desse ludíbrio que todo *phantasma* traz consigo é o ludíbrio que o sofista tem como intuito ao professar sua arte. Este muitas vezes é comparado com um “feiticeiro”, que por meio de suas palavras inebria os ouvintes e os apanha em contradições e paradoxos absurdos e derrisórios. É assim que, no diálogo *Eutidemo*, Ctésipo, um mestre da erística, “prova” a Eutidemo que o pai dele é um cão e que ele é irmão dos filhotes de cães. Nesse mesmo diálogo os sofistas chegam a conclusões tais quais: “o erro não existe”, “não existe a aprendizagem”, e assim por diante, através de sucessivos paradoxos. O exercício da sofística é uma espécie de paródia, cujo fundamento profundamente eleata (a impossibilidade, postulada por Parmênides, de pensar o não-ser) põe em cheque a existência mesma da filosofia. O sofista, agindo desse modo, passa-se por sábio, passa-se por virtuoso, sem sequer saber de fato o que é a *episteme* e o que é a virtude. Assim como a imagem que produz, o sofista é um enganador.

É nesse sentido que o sofista é comparado por Platão aos oradores e rétores⁴³, aos pintores e poetas⁴⁴, pois que todos esses artífices podem ou por vezes têm o intuito de maravilhar e enfeitiçar seus ouvintes e espectadores. “E assim como um pintor hábil pode enganar observadores inexperientes [...], que só julgam por meio das cores e figuras, mostrando-lhes desde longe representações de objetos dos quais aparenta ser conhecedor, assim também o poeta é capaz de enfeitiçar aqueles que julgam pelas palavras, imitando o que parece belo à maioria”⁴⁵. Inclusive a comparação é estendida à técnica da maquiagem, por meio da qual as feiuras da pele são veladas a partir de cores, aparências e vestidos, com as quais uma beleza apenas ilusória vem a ser⁴⁶. Assim, o pintor, através de efeitos visuais, e os poetas e oradores, por meio de artifícios verbais, produzem

⁴² “La ‘falsità’, nel senso di carenza di realtà, è propria di tutte le immagini, ma l’immagine fedele (*eikon*), mostra il suo statuto di immagine, in quanto non nasconde la differenza ontologica che la allontana dal modello, quindi dichiara il suo proprio non essere. Detto in una parola, l’*eikon* è falso e non lo nasconde. L’immagine ingannevole (*phantasma*), al contrario, oculta il suo essere immagine, e quindi il suo non essere, e si impone non solo come reale, ma nasconde la sua falsità dietro l’apparenza” (Botter, 2016, p. 133).

⁴³ De Pinotti, G. E. M. (2006b).

⁴⁴ De Pinotti, G. E. M. (2006a).

⁴⁵ “Y así como un pintor hábil puede engañar a observadores inexpertos, que sólo juzgan por los colores y las figuras, mostrándole desde lejos representaciones de objetos de los que aparenta ser conocedor, así también el poeta es capaz de hechizar a quienes juzgan por las palabras, imitando lo que parece bello a la mayoría” (De Pinotti, 2006a, p. 81).

⁴⁶ De Pinotti, G. E. M. (2006b), p. 15.

imagens que “confundem nossa inteligência”, imagens estas que, “longe de reproduzir o que é tal como é, distorcem suas dimensões reais para produzir aquilo que no *Sofista* é definido como uma mera aparência ou simulacro”⁴⁷. Como conclusão, pode-se afirmar “que o *phantasma* [...] remete à vida artística, retórica e sofística, à indistinção entre o exterior e o interior e entre o parecer e o ser, e a um comportamento enganador, falsamente virtuoso”⁴⁸.

É possível, seguindo esse raciocínio, colher dos argumentos precedentes algumas categorias ontológicas concernentes às dualidades real x fictício e verdadeiro x falso. Nas palavras do Estrangeiro e de Teeteto, é verdadeiro aquilo que é real⁴⁹; as imagens seriam, portanto, por serem *a priori* falsas (não-verdadeiras), menos reais do que o modelo que imitam. Entretanto, poder-se-iam distinguir dois tipos ou níveis de falsidades possivelmente existentes no ato de imitar. O primeiro tipo de falsidade tangeria à carência de realidade própria, imanente a toda imagem; o segundo tipo, porém, diria respeito mais ao ato envolvido e em sua ética, pois estaria vinculado à enganação constituinte da arte sofística, encarada enquanto arte de fabricação de *phantasmata*. O simulacro, à diferença da mera cópia, está do lado da simulação e do fictício. Pode-se notar como aqui a categoria do real se encontra em consonância com a do verdadeiro, enquanto que nem todo falso é fictício, porém o fictício do *phantasma* (e das criações dos poetas e pintores, como vimos acima) está sempre do lado do falso.

Retornemos agora a Freud e ao seu conceito de *Phantasie*. E retornemos não só a Freud, mas à passagem, aludida parágrafos acima, da chamada teoria da sedução rumo à teoria propriamente psicanalítica. Aquilo que perquirimos no fim do primeiro capítulo deste estudo, unido ao que analisamos em seguida, nos quatro capítulos subsequentes, nos mostrarão em que medida a comparação dos conceitos freudianos com os platônicos nos será fecunda.

Relembremos, em primeiro lugar, o primeiro conceito freudiano de fantasia, conceito nunca publicado e que nos chegou somente por intermédio da troca epistolar com Fliess. Releiamos o trecho da carta de 2 de maio de 1897, onde Freud expõe muito claramente o que são as fantasias para ele, naquele ínterim:

[...] pela primeira vez consegui um vislumbre coerente a respeito da estrutura da histeria. Tudo desemboca na reprodução de cenas, algumas das quais se pode reconstituir diretamente, mas outras, sempre é preciso examiná-las mediante as

⁴⁷ “Del mismo modo, entonces, que el pintor produce efectos visuales engañosos, oradores y poetas confunden nuestra inteligencia con artificios verbales, imágenes que lejos de reproducir lo que es tal como es, distorsionan sus dimensiones reales para producir lo que en el *Sofista* ser definido como una mera apariencia o simulacro (*phantasma*)” (De Pinotti, 2006b, p. 15).

⁴⁸ “En resumen, podemos afirmar que el *phántasma* [...] remite a la vida artística, retórica y sofística, a la indistinción entre el exterior y el interior y entre el aparecer y el ser, y a un comportamiento engañoso, falsamente virtuoso” Forciniti, M. S. (2014), p. 262.

⁴⁹ *Id.*, 240B.

fantasias construídas à sua frente. As fantasias derivam de coisas que foram *ouvidas*, mas compreendidas *posteriormente*, e todo o seu material, naturalmente, é verídico. São edifícios protetores, sublimações dos fatos, embelezamento dos mesmos e, ao mesmo tempo, servem como autoabsolvição.⁵⁰

Como nós mostramos com detalhes em nosso primeiro capítulo, esse conceito pré-psicanalítico de fantasia vem enquanto peça a mais no maquinário conceitual da teoria da sedução: a fantasia seria uma construção fictícia erigida *por cima* das *reais* representações dos traumas pelos quais teriam passado os doentes, elas teriam como função *bloquear* o acesso a esse núcleo real de representações, as representações mnêmicas propriamente ditas; as fantasias não só bloqueariam o caminho à origem mesma dos sintomas, como *embelezariam* fatos, à maneira de uma *maquiagem moral*, por meio de cujo embuste os indivíduos se absolveriam de atos do passado. Ora, é demais escutar aqui ecos (ecos vetustos e robustos!) da voz de Platão?

Na passagem, truncada, plena de ziguezagues e tortuosidades, rumo à psicanálise propriamente dita, é auferido à fantasia o estatuto de *realidade* e, mais que isso, pela primeira vez as memórias (que na teoria da sedução eram tidas como as “boas cópias” dos eventos reais) podem ser *falsas* e *encobridoras*, como nós exaustivamente demonstramos em nosso segundo capítulo. Ademais, à fantasia é conferida uma *estrutura* própria, bem longe da mera “dissimulação”, “sublimação” ou “embelezamento” de fatos: ela é uma encenação do desejo, na qual o sujeito representa e é representado, na qual o seu desejo é pautado pelo desejo do outro, e cuja urdidura narrativa segue uma trama espaço-temporal muito bem definida – qual fizemos notar em nosso quarto capítulo. Ora, toda essa estrutura fictícia que o sujeito fabrica para si mesmo é parte constituinte do seu adoecer, da sua queda na neurose, e de alguma forma a fantasia tem parte em cada uma das doenças psíquicas analisadas por Freud, como nós vimos no terceiro capítulo deste estudo.

Nós nos encontramos agora capacitados a traçar paralelos entre os dois conceitos freudianos de fantasia e o conceito platônico de simulacro (*phantasma*). Perfaçamos três reflexões a partir dessa comparação: a primeira, tratando do conceito freudiano inicial de fantasia; a segunda, do conceito psicanalítico propriamente dito; e a terceira de uma conclusão dessa conceituação para a prática analítica.

Queda claro que o primeiro conceito freudiano de *Phantasie*, como apresentado em suas cartas a Fliess, pode sem exagero ser caracterizado como *platônico*. Não estamos com isso dizendo que Freud era platônico, mas sim que seu conceito inicial de fantasia tem as principais características de um *phantasma* tal qual conceituado por Platão: a fantasia é uma imagem falsa do modelo imitado; mas, mais que isso, ela tem como função própria *enganar* o espectador: ela é uma “distorção”, um

⁵⁰ Freud, S. (1897c), p. 288.

“embelezamento”, que visa encobrir as representações das quais advém. Aplicando os termos de Platão à primeira teoria freudiana, poder-se-ia dizer que as representações mnêmicas estão ali como uma espécie de *cópia* do seu modelo (o trauma), elas são uma imagem “boa”, à medida em que conservam dentro do inconsciente do sujeito os contornos próprios a esse evento real. Por outro lado, as fantasias aí são descritas como erigidas a partir de experiências sensíveis reais, mas não com a função de preservá-las dentro do inconsciente do sujeito, mas sim de deformá-las e de esconder as reais representações patogênicas (as memórias). Assim, a *Phantasie*, nessas cartas, não só diz o falso como diz falsamente – ela é duplamente falsa, à maneira do sofista apresentado por Platão. A ficção fantasística está aqui do lado do *falso*, do mesmo modo que os *phantasmata* de sofistas, poetas e pintores, de acordo com o texto platônico. O real está alhures – e o *phantasma* e a *Phantasie* querem mesmo é tomar o lugar deles, enganando seus espectadores.

Mas isso não se aplica mais quando pensamos no conceito verdadeiramente psicanalítico de *Phantasie*, como elaborado por Freud desde 1897 até o fim de sua vida. Se até 1897 Freud mantinha, entranhado em seus conceitos, o esquema lógico-ontológico platônico que vincula o real ao verdadeiro e o falso ao fictício, a partir de então essas categorias ontológicas se embaralharão. Prova disso é a conceituação de uma *realidade psíquica*, o fato de que *fantasias*, mesmo carregando consigo o fardo da ficção, constituem uma verdadeira realidade. Aqui a categoria do “falso” não é mais tão útil para o estudo das fantasias, já que elas subjazem às mais variadas formações do consciente. Assim, pode-se dizer que o conceito propriamente psicanalítico de fantasia perturba as relações (mais ou menos) serenas entre *real* e *ficção* como entendidas pela tradição platônica, conquanto Freud permaneça atado, como vimos, em seu uso vernáculo a essa oposição clássica. A ficção agora não é muito simplesmente uma falsidade, mas constitui uma verdadeira realidade (a realidade psíquica). Como nos indica Botter, “a língua grega não dispõe, de fato, de termos distintos para indicar ‘ficção’ ou ‘falsidade’”⁵¹, estando ambos relacionados à raiz *pseud-*; relembremos todo o imbróglio envolvido nos termos *fingere* e *phantasia*, que fizemos destacar acima. Desse modo, mesmo em nossas línguas estão radicadas certas relações de identidade ou ao menos de similitude entre o falso e o fictício, que só são desfeitas de certa forma *a malincuore*. Na psicanálise, a fantasia *pode* ter função encobridora ou veladora, mas ela é, no fundo, bem mais que isso: nela está contida a própria verdade do sujeito, e o sujeito só emerge, para a psicanálise, com a assunção da fantasia. As relações antes apresentadas se inverteram de tal forma que é a memória, em 1899, que aparece como uma *imagem* ou uma *cópia* (para usar os termos platônicos) de uma fantasia – justamente o inverso do que ocorria em (maio de) 1897.

⁵¹ “La lingua greca non dispone, infatti, di termini distinti per indicare ‘finzione’ o ‘falsità’” (Botter, 2016, p. 119).

Nossa terceira reflexão se centrará num dos aspectos da práxis analítica. Muitas vezes se comparou o método terapêutico freudiano com a maiêutica socrática. Pode-se enxergar coerência num comentário como o de Roazen, quando ele afirma que “Freud evidentemente não admoestava seus pacientes, mas sua hipótese de trabalho, socrática, era que eles sabiam tudo mas não tinham consciência disso”⁵². Tal assertiva ganha fundamentação quando se apresentam citações de Freud em que se afirma possuir o paciente um saber não-sabido da própria verdade (inconsciente) que se figura em seus sonhos e em seus sintomas. Ao menos desde 1895, quando da publicação dos *Estudo sobre a histeria*, afirmações desse tipo são feitas. No relato de caso da sra. Elizabeth von R., por exemplo, Freud assevera que “com relação a esses sentimentos [indesejáveis] ela estava na situação peculiar de saber e ao mesmo tempo não saber – situação na qual, vale dizer, um grupo psíquico foi isolado”⁵³. Mais de vinte anos depois, na sua *6ª Conferência introdutória*, Freud afirma: “eu lhes digo, com efeito, que é muito possível, e ainda muito provável, que o sonhador apesar de tudo saiba o que o seu sonho significa, *ele apenas não sabe que o sabe e por isso crê que não sabe*”⁵⁴. Ou, ainda, nas últimas linhas de seu artigo de 1914 sobre o *fausse reconnaissance*, encontra-se escrito:

Outra variedade de “*fausse reconnaissance*” sobrevém não raramente, para satisfação do terapeuta, na conclusão de um tratamento. Depois que se conseguiu, contra todas as resistências, abrir passo ao que está reprimido, de natureza objetiva ou psíquica, obtendo sua admissão, por assim dizer reabilitando-o, o paciente diz: “*agora tenho a sensação de que eu sempre o soube*”. Com isto está resolvida a tarefa analítica.⁵⁵

Ora, aí a resolução da “tarefa analítica” é equivalida à confirmação do paciente: eu sempre soube isso tudo que demorei meses ou anos para descobrir – eu só não sabia que sabia. Aí jazeria um núcleo maiêutico, se nos é lícito assim dizer, do processo analítico: fazer que o sujeito saiba daquilo que ele já sabe sem saber. Mas a situação é bem mais complexa: tomando como ponto de partida as reflexões feitas acima, a relação entre a maiêutica e o método analítico deve ser estudada com mais minúcia. Assim, se a psicanálise pode ser comparada com a maiêutica socrática, essa comparação deve parar no ponto em que as concepções ontológicas diferem radicalmente. Quando Sócrates diz, no Teeteto: “tu sofres as dores do parto, caro Teeteto, não porque estás vazio, mas grávido”⁵⁶, ele está se referindo a uma gravidez muito específica – a gravidez de Verdades. É no *Mênon* que vemos a

⁵² « Freud ne sermonnait évidemment pas ses patients, mais son hypothèse de travail, socratique, était qu'ils savaient tout mais n'en avaient pas conscience » (Roazen, 1989, p. 41).

⁵³ Freud, S. (1895a), p. 179.

⁵⁴ Freud, S. (1916-7e). *6ª conferencia. Premisas y técnicas de la interpretación*, p. 92.

⁵⁵ Freud, S. (1914e). *Acerca del fausse reconnaissance (« déjà raconté ») en el curso del trabajo psicoanalítico*, p. 212.

⁵⁶ “È che tu hai le doglie, caro Teeteto, non perché sei vuoto, ma grávido”, *Teeteto*, 148E.

maiêutica de Sócrates aplicada a um escravo do personagem que dá nome ao diálogo; todavia nesse caso se trata de verdades matemáticas, incontestáveis em si mesmas, que Sócrates vai retirando do menino servil sem precisar lhe “ensinar” nada.⁵⁷ No caso da relação psicanalítica, entretanto, os pacientes estão prenhes, estão grávidos de Verdade (como os interlocutores de Sócrates), mas essa verdade é *justamente* a fantasia⁵⁸, isto é, uma ficção que, aos olhos de Platão, seria nada menos que uma *má imitação* do modelo emulado. Não é descabido dizer que para Platão toda fantasia, um verdadeiro *phantasma* em sua teorização, seria *falsa, má imitação* dos seus modelos; para Freud, por sua vez, o tutano de verdade que a fantasia carrega consigo⁵⁹ provém de sua potência patogênica e criadora: são as formações do consciente que podem ser descritas como “*más*” *imitações* das fantasias. A fantasia tem uma matéria-prima empírica, mas ela não é imitação do real – ela é *um real* forjado a partir da força das pulsões. E, citando Soria uma vez mais: “a reprodução promovida pela fantasia não deve ser entendida como uma simples cópia de um certo original, mas como uma reinvenção a partir de um modelo que não pode ser posto em cena”⁶⁰.

Amor verus et fictus...

“Pôr em cena” – tal a expressão bastante cabível para caracterizar a descrição freudiana do amor transferencial. Não somente do apaixonar-se que todo vínculo analítico acarreta irremediavelmente, mas também do *manejo* que o analista deve concretizar não somente para que ele não entrave o tratamento, mas também para que lhe sirva de instrumento. Num de seus chamados artigos técnicos intitulado *Apontamentos sobre o amor transferencial*, publicado em 1915⁶¹, Freud atesta como é incontornável que o paciente se apaixone pelo seu analista. Em princípio essa súbita paixão pode parecer positiva para o curso do tratamento, pois o paciente se mostra afável, tenta com todas as forças cooperar no labor interpretativo e não deixa de agradecer àquele que tão bem cuida dele. Mas logo esse amor mostra estar a serviço de um dos maiores óbices da análise: a resistência. “A paciente, ainda mais dócil que até então, perdeu de súbito toda a compreensão do tratamento e todo o interesse por ele, não quer falar nem ouvir mais que do seu amor, demanda que ele seja correspondido; abandona os seus sintomas e os deprecia, e até mesmo declara que está boa”⁶². Muito

⁵⁷ Cf. *Menone*, 82A-84A.

⁵⁸ Como se pode notar, o uso da categoria de “verdade” é um tanto arriscado, no tocante à teoria freudiana. Freud não usava amiúde esse termo, e não o usava, deveras, enquanto conceito. Ao o aplicarmos, aqui, corremos um risco, porém ao mesmo tempo intentamos mostrar em que medida a teoria da fantasia em Freud embaralha as relações entre verdadeiro e falso e entre realidade e falsidade.

⁵⁹ E aqui fica mais que clara a distância entre o *vocabulário* empregado por Freud para caracterizar a fantasia e o *sentido* mesmo desse conceito, como fizemos destacar no início desse capítulo.

⁶⁰ Soria, A. C. S. (2010), p. 10.

⁶¹ Freud, S. (1915 [1914]). *Puntualizaciones sobre el amor de transferencia. (Nuevos consejos sobre la técnica del psicoanálisis, III)*. AE, vol. 12, pp. 163-74

⁶² *Id.*, p. 165.

mais do que solícito e amoroso, o paciente é agora *excessivamente* amoroso e solícito, e nesse excesso mesmo de amor ele arrisca obstaculizar todo progresso no tratamento: tudo gira em torno do seu amor, e este amor, que o possui, o tornou curado e desinteressado pelas labutas do processo.

É então que o teatro entra em cena sob a pena de Freud: “sobrevém uma total mudança da cena, como se uma peça dramática [de fingimento] fosse interrompida por uma realidade que irrompe subitamente (por exemplo, uma representação teatral suspendida por um grito de ‘Fogo!’)”⁶³. Ora, essa comparação não é senão eloquente: o fogo que deita por terra o fingimento anterior, essa *realidade* que intervém é o próprio amor a serviço da resistência. Antes o que havia era simulação (ajuda, compromisso, cooperação), e tal teatro é interrompido pela *aparição* súbita de um obstáculo abrasador, que desmonta não só o palco sobre o qual a peça se desenrolava, mas também cada um de seus personagens briosamente maquiados. Não se deve, aqui, emparelhar *fogo* e *paixão* (metáfora desgastada), mas trazer à cena aquele filho em chamas e que assombra o sonho do pai, cujo dever era velar pelo seu corpo sem vida: “Pai, não vês que estou queimando?”⁶⁴. As velas é que velaram o filho, e ei-lo inflamado de repreensão: pai, eu queimo enquanto tu dormes. A situação é muito similar à do amor transferencial: Freud, não vês que todo este cenário que montamos juntos está queimando?

Afinal, a coincidência somente se estreita quando lemos a expressão usada por Freud em seguida. O que fazer com esse amor terrível e que entrava o tratamento? Os termos em que a resposta é dada são ilustrativos: “exortar a paciente, assim que ela confessou sua transferência amorosa, a sufocar suas pulsões, a renunciar a elas e a sublimá-las não seria para mim uma atitude analítica, mas sim uma atitude sem sentido. Seria o mesmo que fazer emergir um espírito dos infernos, mediante engenhosos encantamentos, para enviá-lo de volta para lá, sem inquirir-lhe nada”⁶⁵. Essa *realidade* que surgiu para desmontar a cena dissimulada não é nada senão um *espírito dos infernos*. Freud nos aconselha: não o mandemos de volta aos reinos íferos; nosso dever é, antes, ter uma boa conversa inquisitiva com ele.⁶⁶

Mas esse colóquio fantasmal não é da ordem do puro aceiteamento ou consentimento. Ao mesmo tempo em que não deve, de forma moralista, refutar o amor do paciente, o analista não deve também anuir a ele, tampouco a ele corresponder. Atentemo-nos à dualidade real x irreal que aparece, sincopada, na citação seguinte:

Consentir com a apetência amorosa da paciente é então tão funesto para a análise quanto suprimi-la. O caminho do analista não é nenhum destes; é um para o qual a

⁶³ *Id.*, p. 166.

⁶⁴ Freud, S. (1900), p. 504.

⁶⁵ Freud, S. (1915 [1914]), p. 167.

⁶⁶ É como se Freud propusesse: o que faremos aqui, pacientes, é conversar longamente com os pais e mães e irmãos e filhos mortos que subsistem em seus inconscientes; pois, afinal de contas, o fogo em que eles queimam é tão eterno quanto a culpa em que vocês se abrasam.

vida real não oferece modelos. Deve-se tomar cuidado para não se afastar da transferência amorosa, de afugentá-la ou de torná-la desagradável para a paciente; e com igual firmeza deve-se abster-se de corresponder a ele. O analista deve reter a transferência de amor, mas a tratar como algo irreal, como uma situação pela qual se atravessa no tratamento, que deve ser reorientada até suas origens inconscientes e ajudará a levar à consciência o mais escondido da vida amorosa da doente, para assim governá-lo.⁶⁷

Na vida *real*, diz-nos Freud, nada similar é encontrado. O amor abrasador do paciente deve ser aceite, porém não correspondido. Esse amor, sendo a *realidade* que desponta no primeiro palco do tratamento, deve ser tratado *como se fosse irreal*. Note-se em que larga medida a dualidade real x irreal encontra-se, novamente, embaralhada no discurso freudiano. Esse amor, ademais, é uma situação temporária, ele faz parte de uma verdadeira *travessia*. O afeto direcionado ao analista, explica Freud, não passa de uma série de reedições de amores (fantasmáticos!) passados. Para chegar ao mais fundo do inconsciente do sujeito, deve-se representar, junto com ele, essa série de amores numa nova cena, a cena analítica propriamente dita. Essa encenação, feita como que após o desmonte da cena dissimulada, tem, entretanto, um objetivo terapêutico e deve ser manejada por meio das interpretações e construções analíticas⁶⁸.

É aqui que a questão da *realidade* volta a imperar na argumentação freudiana. Após aventar dois argumentos contra o caráter de realidade do amor transferencial (1 – com ele a paciente se tornou mais rebelde ao tratamento, não faz o que o médico prescreve, perde todo o interesse no andamento das sessões etc.; 2 – ele não é genuíno porque se compõe de repetições e cópias de situações prévias, geralmente infantis), Freud se pergunta: “acaso de fato não é cabível chamar de real o enamoramento que se torna manifesto no tratamento analítico?”. O primeiro dos argumentos, diz Freud, é o mais forte, mas o seu contra-argumento ocupa poucas linhas: “a participação da resistência no amor transferencial é indiscutível e muito considerável. No entanto, a resistência não criou este amor; encontra-o pronto, à mão, serve-se dele e exagera suas exteriorizações. E o caráter genuíno do fenômeno tampouco é rejeitado pela resistência”⁶⁹. Que o amor sirva à resistência não é prova de sua suposta irrealidade – a resistência serviu-se dele como se de um instrumento, o que mostra apenas a engenhosidade com que um paciente se evade do labor analítico. Mas é a questão da repetição e da formação de séries de cópias⁷⁰ o que mais instiga Freud.

⁶⁷ *Id.*, p. 169.

⁶⁸ Voltaremos a isso adiante.

⁶⁹ *Id.*, p. 171.

⁷⁰ Que já nos ocupou brevemente no capítulo anterior e que, relembremos, nós conectamos de forma imanente ao que vimos chamando faculdade de fantasiar.

É verdade que este enamoramento consiste em reedições de traços antigos e repete reações infantis. Porém esse é o caráter essencial de todo enamoramento. Não há nenhum que não repita modelos infantis. Justamente o que constitui seu caráter compulsivo, que, beirando o patológico, procede de seu condicionamento infantil. Porventura o amor tem um grau de liberdade menor que o amor que se apresenta na vida, chamado “normal”. Permite discernir com mais nitidez sua dependência ao modelo infantil, mostra-se menos flexível e modificável; mas isso é tudo e não é o essencial.⁷¹

“Isso é tudo e não é o essencial” – o que é, então, o essencial? É que o amor transferencial parece ser mais “puro”, se assim podemos dizer, pois ele é uma cópia muito mais fiel dos amores infantis. É por ser de tal forma patológico, compulsivo e *abrasador* que o amor transferencial tem a *aparência* de irreabilidade: ora, é precisamente isto tudo o que faz dele (a reedição de) o amor *mais real* de todos. Reedição complicada, porém, que reedita sem que possamos nunca chegar de fato à primeira edição (que, como todo amor real, também foi a seu tempo encenado). Como bem sintetizou Todorov num belo artigo sobre Freud: “a situação de transferência é talvez mesmo uma ‘nova edição’ [...], mas nós nunca disporemos da edição original”⁷².

Podem-se depreender dessa linha de raciocínio freudiana várias conclusões fundamentais sobre a revolução (ou *bouleversement*) operada por Freud da dualidade real x irreal. O fato de os amores serem cópias não os caracteriza enquanto irrealis. Eles são, ainda assim, *reais*. Aliás, todos os amores são assim, e não se pode distinguir qual é mais cópia que outro (afinal de contas, mesmo o amor pela mãe é de algum modo uma repetição de um esquema filogenético de vinculação ao objeto, e assim por diante)⁷³. O amor *verdadeiro* é *falso*, sempre que pensado como cópia de um modelo longínquo. E esse modelo, recordemos, não é nunca uma mera impressão mnemônica inalterada de uma relação de objeto infantil, mas sim uma *remodelagem* fantasmática da mesma, onde o desejo é encenado. Assim, não somente concordamos com Cícero quando ele afirma, em uma de suas cartas aos familiares, que “não facilmente se distinguem o amor verdadeiro e o falso [amor verus et fictus]”⁷⁴, como também completamos que essa distinção é positivamente impossível. Por fim, o raciocínio freudiano nos leva à conclusão de que o amor verdadeiro e o amor falso são uma e só mesma coisa.

⁷¹ *Ibid.*

⁷² Todorov, T. (1970). *Freud sur l'énonciation*, p. 41. « La situation de transfert est peut-être bien une « nouvelle édition » [...], mais nous ne disposerons jamais de l'édition originale »

⁷³ Deixemos anotado que, em se levando esse raciocínio às suas últimas consequências, toda tentativa de captura do modelo originário das cópias ulteriores é fadada ao fracasso, o que reforça a hipótese de que Freud teria efetuado um “abandono das origens”. Isso é válido, é bem verdade, mas é também verdade que Freud *sempre* trata de buscar esse modelo primeiro, em última instância na aurora filogenética da espécie, na *Urhorde*, especialmente.

⁷⁴ Cícero. *Liber Nonus* das *Epistolae ad Familiares*, Epístola XVI. “Non facile diiudicatur amor verus et falsus”.

Esse fogo que se intromete na cena teatral pode servir ainda de modelo à descrição do abandono da teoria da sedução. Toda essa passagem dolorosa, aliás, pode ser vista como um árduo processo em que os espíritos do inferno viessem persistentes até Freud e lhe dissessem: vê, algo está queimando. E finalmente Freud acordou de seu *sono sedutor* (eis o seu “sono dogmático”) e pôde postular o caráter fantasístico da cena de sedução. Tal qual a personagem da história histérica é *seduzida* por um sujeito desejante externo, Freud foi *seduzido* pelo canto das histéricas, e foi só ao inverter os sinais da narrativa que esse encanto foi cortado: foi ao tirar as histéricas da condição de puro *objeto* (na qual elas mesmas se punham enquanto personagens na cena de sedução) e alçá-las à de *sujeito* do desejo que a psicanálise pôde ter início. Dupla negatividade, portanto: passa-se de objeto para sujeito, e o que era realidade material passa a ser ficção. O ponto-pivô dessa sublevação não pode ser outro senão o próprio *desejo*, que de *exterior* passou a ser *interior* e, visto que as cenas se davam na infância, pôde ser trasladado da idade adulta para a infância. Como o personagem de Tolstói, Freud acorda de um sonho (o sonho da *materialidade* do desejo) para cair numa outra cena – a realidade *onírica* (ou *fantasmática*) do desejo. E é incrivelmente num texto pré-psicanalítico que a categoria ontológica de *realidade* é novamente posta em xeque. Referimo-nos ao seu texto de 1896 intitulado *A etiologia da histeria*, que já muito citamos em nosso primeiro capítulo. Retomemos aquele que pensamos ser seu ponto fulcral, seu ponto de maior tensão, em que Freud põe em dúvida a realidade do conteúdo dos relatos de seus pacientes. Sua resposta, àquela época, é peremptória.

Trata-se, pois, de uma admissão (poucas vezes vista sob a pena do Freud pré-psicanálise): é bem possível que essas elaboradas histórias de estupros e seduções sejam todas falsas. Admite-se, assim, que se pode questionar a veracidade das cenas relatadas pelos pacientes, pois o doente pode ter “apresentado deliberadas invenções e fantasias livres, que aquele [o médico] aceitara como genuínas”. O argumento de Freud acerca da veracidade das cenas está no comportamento dos próprios pacientes: nada sabem anteriormente sobre as cenas, indignam-se *a priori* se alguém lhas relata, padecem de violentas reações, têm vergonhas delas, procuram ocultá-las. Assim, tal conduta dos pacientes é oposta à conduta de deliberadas invenções ou fantasias. Freud conclui: “o comportamento dos doentes enquanto reproduzem estas vivências infantis é em todos os seus aspectos inconciliável com o pressuposto de que as cenas seriam algo diverso de uma realidade que se sente penosa e se recorda muito a contragosto”⁷⁵. Ora, de fato, eles estão a relatar *realidades*! Tomada essa frase em si mesma, tem-se o tutano da psicanálise. Porém para Freud *realidade* é aqui tão-somente *realidade material*, e o que Freud confessa é ter acreditado (piamente) na concretude das cenas

⁷⁵ Freud, S. (1896c), p. 203.

narradas pelas histéricas. É essa concretude que se mostrou *falsa*, enquanto a *realidade* das cenas mesmas, por outro lado, manteve-se intacta.

Fundamental é, ainda, uma nota de rodapé adicionada em 1924 por Freud a essa passagem: “Tudo isso é correto, mas deve-se considerar que àquela época eu todavia não me liberara da superestimação da realidade e do menosprezo da fantasia”⁷⁶. Freud *menosprezava* a fantasia ao *superestimar* a assim-chamada realidade. Ora, o surpreendente mesmo é o início da nota: “tudo isso é correto”. *Tudo isso*: então a realidade das cenas narradas, categoricamente assegurada por Freud, deve ser ainda mantida? Sim, mas por outro lado foi essa *superestimação* mesma da chamada realidade aquilo que permitiu a Freud ter acesso aos desejos inconscientes de suas pacientes.

Assim como os pacientes, que, partindo da crença de que *não sabem* para chegar à conclusão de que sabem (e já sabiam antes de saber), Freud partiu de uma crença para, a partir dela, chegar a um novo patamar epistêmico. Não se trata aqui muito simplesmente da crença na materialidade da sedução (crença esta que se transformará em descrença e se metamorfoseará na teoria da fantasia), mas também na crença na *palavra*, no *discurso* das histéricas. Levando em consideração as diversas conclusões que obtemos ao longo deste estudo, pode-se concluir que a grande inovação da teoria da sedução não reside apenas na sua forma (na lógica que permanece na teoria posterior que lhe irá tomar o lugar, qual seja, a teoria da fantasia) ou na elaboração de conceitos que mais tarde seriam não só aproveitados como aprofundados e modificados (projeção, defesa, repressão...). Trata-se de uma virtude de método. Não somente o nascente método psicanalítico de investigação dos processos psíquicos inconscientes subjacentes à aparição de sintomas – mas a fundação de uma *ética da psicanálise*. Nesse sentido, uma espécie de ética da *escuta*. Se antes as histéricas eram ou tratadas como possuídas pelo Demônio ou como meras mentirosas, agora Freud confere crédito aos seus relatos: Freud crê nas palavras das histéricas. Essa crença se mostrou precipitada? Sim e não. Sim, porque o conteúdo dos relatos das pacientes não eram tão-somente *memórias*, mas também e principalmente fantasias. Não, porque elas *não mentiam*. Se não mentiam, mereciam ser escutadas e cridas.

Assim, a teoria da sedução é muito mais do que um “engano”: é a transfiguração da linguagem do inconsciente em uma linguagem teórica, erigida sob as bases formais de uma lógica causal casual. É a passagem, nos termos daquela “oposição clássica” de que fala Prado Jr., de uma linguagem inconsciente a uma linguagem teórica. Se Freud pôde depois “abandonar” a teoria da sedução, foi porque abandonou também o paradigma usual da *verdade* e da *mentira* e também porque, antes, pôde ouvir as histéricas. A teoria da sedução aparece, pois, *a posteriori*, como um passo, senão necessário, ao menos definitivo da fundação da psicanálise: a psicanálise em termos usuais do verdadeiro, do real

⁷⁶ *Ibid.*, nota de rodapé de 1924.

e da mentira é a teoria da sedução. Mas a psicanálise é a ultrapassagem desse paradigma que contrapõe verdade a mentira e que contrapõe ficção a realidade. Ao enunciar a *verdade* das históricas daquilo que antes se considerava *mentira*, Freud deu o primeiro passo para vincular conceitualmente *verdade* a *ficção*⁷⁷. A assunção do conceito verdadeiramente psicanalítico de fantasia mostra ser, portanto, o conceito operador dessa virada. O conceito de fantasia tem uma primeira importância epistemológica pois é centrado nele que uma nova teoria da *verdade* e a da *realidade* poderá surgir. Importa menos o fato de que a sedução não foi *completamente* abandonada⁷⁸, importa mais o fato de que, caso queiramos reconsiderar a sedução psicanaliticamente, essa reconsideração deverá *necessariamente* pautar-se em torno do conceito de fantasia. A fantasia põe de ponta-cabeça o primeiro edifício teórico freudiano, e altera as relações lógicas e ontológicas entre os conceitos. Eis uma primeira importância sua para a fundação da psicanálise.

⁷⁷ Nesse sentido é cirúrgica a sentença de Assoun (1982): « En fait, cette erreur archaïque de la psychanalyse est précisément celle à partir de laquelle Freud s'est mis sur la route de ce secret qui noue, au sein de l'inconscient, le désir et la réalité » (pp. 16-7)

⁷⁸ Tal a opinião sustentada, por exemplo, por Monzani. Um ponto importante da sua argumentação reside na problemática do estatuto da realidade em Freud, problemática de que tratamos aqui e ali em nosso estudo. Em primeiro lugar, o filósofo brasileiro argumenta: “esses argumentos [os da *Carta 69*], nessa época, fazem, sem dúvida, com que Freud afaste a teoria da sedução como polo central da explicação. Quanto a isso não há dúvidas. Essa teoria, se não é totalmente abandonada, nesse momento passa a exercer um papel extremamente minimizado em relação ao que exercia até então. Objetivamente: se não houve abandono, os papéis foram totalmente invertidos. O que era primeiro na ordem de explicação passa a ser último” (Monzani, 1989, p. 43). Ancorado em diversas citações de Freud (após 1897) em que a realidade da sedução é afirmada e tratando longamente da questão da cena primária, Monzani mostra em seguida muito claramente em que medida esse abandono não foi total: “que a teoria da sedução não foi retomada na sua forma original é mais ou menos evidente. Nessa forma primitiva, ela baseia-se numa ausência da sexualidade infantil. Agora isso é impensável. A sexualidade está presente desde o início da vida. Por outro lado, a sedução era pensada de início somente como algo pontual, um ato singular em que a sexualidade adulta penetra no mundo assexuado da criança. Ora, os textos que acabamos de citar falam numa sedução de caráter muito mais difuso e onipresente. Ela pode se efetuar num gesto, numa carícia, num pequeno atrito entre o corpo da mãe e o corpo da criança. E são nesses gestos de aparência a mais inocente que a criança recebe e introjeta os fantasmas e o desejo da mãe” (*Id.*, p. 52). Ora, toda a questão se centra nessa introjeção dos fantasmas (e do desejo) da mãe. Assim, se há uma sedução do ponto de vista estritamente psicanalítico, essa sedução é uma espécie de *erotização*, da parte da mãe, do corpo do seu infante indefeso. Essa erotização, porém, só pode ser considerada sob o prisma da fantasia enquanto horizonte semiótico. Monzani não está incôscio disso: “... de um lado a criança *deseja* ser seduzida, ela fantasia essa sedução, mas de outro lado ela é *de fato* seduzida. Ela irradia sua sexualidade própria, polimorfa, livre, ao mesmo tempo em que recebe as significações da sexualidade adulta genitalmente centrada. Essa sedução insidiosa realiza-se no encontro de duas séries: a irrupção da sexualidade infantil como expressão das pulsões e a inoculação da sexualidade adulta através da mãe” (*Id.*, p. 54). Por que, no entanto, inoculação da “sexualidade adulta”? O que a mãe faz penetrar no âmago do filho são suas fantasias, e sobretudo as inconscientes, que muito pouco têm de “adulto”. Se há algo que corresponde a esse mito chamado “sexualidade adulta”, ele só pode ser um amplexo extremamente complexo de fantasias dos mais diversos níveis (orais, anais, fálcos, genitais... narcísicos, objetivos...) em que o desejo do sujeito “adulto” está ancorado e encenado. Assim, não podemos concordar com as seguintes asseverativas de Monzani: “a sedução é a condição de fantasia que, por sua vez, a condiciona. É nesse jogo complexo, sutil, no qual diferentes ordens se encontram (desejo da criança/desejo da mãe, sedução/fantasia etc.) e se chocam, que se estrutura isso que na sua forma definitiva denominamos a sexualidade adulta” (*Ibid.*). Não estamos convencidos dessa mútua relação de condição de possibilidade entre sedução e fantasia como postulada por Monzani. A sedução enquanto ato pressupõe uma faculdade específica (ou de um horizonte semiótico *sui generis*), que chamamos de fantasia (assim como pressupõe um corpo, músculos, a pele etc.). Não se trata de tomar partido pelo ovo ou pela galinha: os gestos da mãe, ainda que recheados de fantasmas que ela incuba em sua prole sem que disso ela se dê conta, não necessariamente terão esse efeito: isso tudo depende da aurora da faculdade da fantasia, como nós bem notamos, depende da *Bindung* originária e da *Urverdrängung*. Sem esses dois processos (um, de união; outro, de cesura) a fantasia sequer é possível. É bem possível, aliás, que as mães incubem um *avesso de fantasia* nos filhos, caso parcelas de seu aparato psíquico ainda se encontrem paralisados na lógica pura da repetição (e esta sedução, tanto mais terrível, seria a incubação não de desejos, mas de traumas e de cacos não simbolizados que persistem em acoressá-la de quando em quando).

A teoria da sedução pode ser vista, antes de tudo, como uma verdadeira *fantasia*. Ela tem todas as características de uma fantasia: ela designa categoricamente o imaginário como real e trata de explicar a *origem* do sujeito, da sexualidade e do Mal. E não é à toa que a primeira teoria de Freud, altamente coesa, dissemo-lo já antes, seja uma vera fantasia. Se isso ocorreu foi porque Freud foi *capturado* pelas fantasias das histéricas. Se a descoberta da realidade das fantasias é também a descoberta de que a fantasia de um sujeito captura a fantasia do outro (intersubjetividade imanente à fantasia), nós não podemos dizer acerca da teoria da sedução senão que ela é uma fantasia freudiana (duplo aspecto aqui do termo *freudiano* – de caráter epistêmico psicanalítico ou do homem chamado Freud) erigida a partir da base fantasmática da vida subjetiva das histéricas. Ao conceituar a inexistência da sexualidade infantil (ou melhor, ao não conceituar sua existência), Freud incorpora em sua teoria não somente um lugar-comum da mentalidade da época, mas, e isto é o mais importante, incorpora também dentro de suas próprias teses *aquilo que o sujeito quer ao fabricar suas fantasias* (esconder sua própria atividade autoerótica infantil). Assim, pode-se dizer que a virada de 1897 tem um aspecto paradoxal, pois que a psicanálise *nasce* no momento mesmo em que a teoria da sedução é *psicanalisada*. Ponto paradoxal também do encontro entre universal e particular, pois a teoria (aqui o universal) emerge ao ver sua teoria-fantasia precedente ser analisada, mas isso só pode ter ocorrido com a autoanálise do indivíduo (aqui o particular) denominado Sigmund Freud. Nós já vimos, o teórico Freud, por uma necessidade lógico-ontológica, teve de lançar mão de conceitos-limite concernentes às *origens* do desejo, do inconsciente, da fantasia, da cultura. *Urverdrängung, Urszenen, Urphantasien, Urvater* – O *Ur* fala sobre o *Ur* e está no *Ur*. Antes dele não há nada, não pode haver nada, e quando se tenta transformar numa narrativa, ainda que científica e dedutiva, o estado de coisas anterior a essa instauração radical de um estado de coisas, o que se obtém é sempre uma *fantasia*. Ora, pode-se dizer que no momento mesmo em que se funda a psicanálise, um ponto-limite está sendo a um só tempo fabricado e ultrapassado: *Urpsychoanalyse*. Essa *Urpsychoanalyse* é um ponto-limite a partir do qual tudo o que é anterior passa a ser *necessariamente* julgado a partir da *Psychoanalyse* (que doravante poderá se desenvolver e sofrer alterações, tal como o inconsciente e as fantasias). Assim, quando *nós falamos do que havia antes da psicanálise e que está em relação causal com ela, esse algo anterior à Urpsychoanalyse só poderá ser visto como uma fantasia*. Em suma, nós *fantasiamos* acerca da teoria da sedução pois que ela não pode ser nada senão uma fantasia. Ela é uma fantasia porque a psicanálise existe; a psicanálise existe porque ela é uma fantasia.

Assim, quando o conceito de fantasia ganha seus contornos realmente psicanalíticos essa fantasia freudiana poderá ser remodelada: a psicanálise é, por assim dizer, uma *metalinguagem* da teoria da sedução, metalinguagem esta que tem como conceito central o de fantasia, considerado como motor da ultrapassagem epistemológica da oposição clássica de *verdade* e *realidade*. A fantasia não é somente o objeto da psicanálise, mas é também a sua *verdade*.

As mesmas contradições, expostas acima, nós encontramos nos elogios que fez Freud a alguns de seus colaboradores e amigos: nas homenagens tanto a Abraham quanto a Ferenczi a fantasia assoma de modo igualmente ambíguo. Se, a respeito do analista húngaro, Freud em seu quinquagenário lhe elogia “a posse de uma fantasia científica bem orientada”⁷⁹, no texto em honras ao recém-falecido analista alemão a fantasia é fortemente contraposta à ciência: Freud, ao elogiar Abraham em seu obituário, diz que ele, na “busca da verdade”, não seria atrapalhado pelo “enganoso brilho dos produtos de sua própria fantasia”⁸⁰. Assim, novamente vemos *fantasia* e *engano* sendo entretecidos no texto freudiano. De um lado, a expressão “fantasia científica”; de outro, a “busca da verdade” obstaculizada pela fantasia e o “enganoso brilho” dos seus produtos.

O fato, porém, é que existe uma relação muito estreita entre o fantasiar e o teorizar analítico, e essa intimidade se encontra aqui e ali confessada por Freud (ainda que a contragosto). Na *Traumdeutung* Freud deixa escapar, num assomo de honestidade: “para ser honesto, pode-se dizer que não parece fácil evitar ser fantasioso quando se intenta explicar os sonhos”⁸¹. *Para ser honesto*, parece haver muito mais de *fantasia* dentro da análise (ou muito mais de *análise* dentro da fantasia) do que Freud estava disposto (ou deseioso) a admitir. Não se trata de dizer que os conceitos ou raciocínios freudianos são “fantasiosos” ou “fictícios”, nem mesmo de auferir algum poder epistemológico à fantasia (poder este que ela sequer almeja), mas sim de tentar capturar o que, dentro da teorização e do método analítico, há de *formalmente* similar às atividades da faculdade de fantasiar e aos seus produtos⁸².

Relembremos, primeiramente, da constatação que fizemos no quarto capítulo: ali concluímos que a fantasia, mais que um conceito, é também uma espécie de *horizonte semiótico* dentro do qual caminha a letra freudiana. Ora, o mesmo talvez possa ser dito a respeito do método e do teorizar freudianos. Freud encontra na fantasia um horizonte privilegiado onde sua teorização pode se dar⁸³. Um trecho do *Mal-estar* é sobre isso bastante fecundo. Ao comentar os progressos científicos, Freud afirma se parecerem eles com contos de fadas: com o telefone se conversa com pessoas a quilômetros

⁷⁹ Freud, S. (1923c). *Doctor Sándor Ferenczi (En su 50º cumpleaños)*, p. 289.

⁸⁰ Freud, S. (1926b). *Karl Abraham*, p. 267

⁸¹ Freud, S. (1900), p. 109.

⁸² Exemplo eloquente de uma análise desse tipo é que nos dá Altounian em seu livro sobre a escritura de Freud. Ao comentar seus jogos de linguagem, no mais das vezes alemães, a autora afirma: « Tous ces affixes avec lesquels jongle le texte freudien, seul le lecteur qui pénètre dans l’autre scene, celle de l’engendrement du discours, peut en rêver. Le lecteur de sa traduction doit, quant à lui, faire quelque peut le deuil de cette fascinante intégration par condensation et déplacement » (Altounian, 2003, p. 59). Assim, há uma afinidade entre a escritura freudiana e a tessitura da fantasia: aqui como ali, utilizam-se mecanismos similares (a condensação, o deslocamento...), e é somente a partir deles que se pode captar o sentido do texto.

⁸³ O fato importante é que Freud encontra de tal forma a fantasia tão-somente enquanto a *conceitua*; e, mais do que isso, desse conceituar mesmo faz parte o *usar* a fantasia enquanto horizonte.

de distância, com aviões é possível sobrevoar os oceanos, e assim por diante. Em seguida, porém, ele arremata: “não apenas parece um conto de fadas; é diretamente a realização de todos os desejos dos contos – não; da maioria deles – o que o homem conseguiu mediante sua ciência e sua técnica sobre esta terra onde emergiu a princípio como um animal frágil e onde cada indivíduo de sua espécie tem de ingressar de novo como um lactante desamparado”⁸⁴. Ou seja, a *ficção*, por mais que seja fruto de um “afrouxamento” da relação do eu com a realidade material, como se uma suspensão do exame de realidade, é também um horizonte no qual os *atos* humanos ganham sentido e finalidade. Nessa perspectiva, para compreender os atos humanos (até mesmo os técnicos e científicos) é mister compreender a fantasia que os compõe. O fictício é o campo do impossível – mas é aí que parece nascer o propriamente humano: dar murro em ponta de faca para que, com o sangue, faça surgir algo novo que dantes não existia. Lembremo-nos da proibição do Lúcifer de Milton, que sabia muito bem em que recanto da alma de Eva ele devia inocular seu veneno: também em Freud é a partir da fantasia que o homem, tendo vivido na Terra a princípio como um “animal frágil” (e que sempre *nasce* dessa maneira, na condição de um “lactante desamparado”), se distancia da Natureza da qual provém. “Não sonhes com os céus” – dizia o Deus em *Paradise Lost*, e é justamente isso o que Adão e Eva concretizam, pecando e fundando a raça humana. O homem freudiano não alcança nunca os céus, isto é evidente, mas nos parece que é nessa busca incessante e sempre malograda que os seus atos encontram sentido e finalidade.

Mas há mais, ainda, que conecta fantasia e psicanálise. Por mais que as reflexões freudianas se assemelhem a lucubrações fantasiosas ou fictícias, isso não é motivo para descrédito do afazer analítico; talvez muito pelo contrário: “se você se inclinou a supor que tudo o que a psicanálise conta acerca da prematura atividade sexual das crianças provém da desenfreada fantasia dos analistas, admita ao menos que ela criou as mesmas produções que a atividade fantasiadora da humanidade primitiva, cujo precipitados são os mitos e contos”⁸⁵. Existe, pois, uma certa afinidade umbilical entre a fantasia da “humanidade primitiva” e as construções teóricas da psicanálise. O que os mitos primevos nos dizem, a psicanálise o repete, capturando-o num quadro conceitual. E é como se no estado primitivo, na origem da humanidade, após o crime originário, este ato que não se pode rememorar nem tampouco esquecer (o *Urverbrechen*), a humanidade só pudesse recriar sua queda original a partir dos mitos que a revivem elaborando-a. As crianças, por sua vez, é como se estivessem destinadas a *viver* o mito, em carne e osso. A sexualidade infantil, com sua fantasia hiperpotente, é um mundo onde habitam os monstros mitológicos. O início para a teoria freudiana é o Ato, isto é um fato, mas esse ato, sendo irreversível e irrepitível enquanto tal, só pode dar lugar, origem e fundamento a uma série de produções mitológicas e fantasísticas. A psicanálise, nessa perspectiva,

⁸⁴ Freud, S. (1930 [1929]), p. 90.

⁸⁵ Freud, S. (1926a), p. 198.

seria a retomada do mito enquanto ato, mas sem cair nas armadilhas do *acting-out* ou do fanatismo. O ato analítico, um misto entre intervenção cirúrgica no coração do sujeito e re-encenação teatral daquilo que nem ele mesmo sabe que o constitui.

Nessa re-encenação, porém, se fazem presentes tanto fantasias quanto memórias que habitam o inconsciente do sujeito. E, se por um lado Freud insiste, em 1898, em diferenciar categoricamente memória de fantasia ao chamar de *memórias* (encobridoras) os conjuntos de representações que servem de tela a conteúdos inconscientes de caráter fantasmático, por outro lado em 1900 se encontra inscrita diversas vezes a dupla “memórias ou fantasias”, numa espécie de confissão da indistinguibilidade de ambas. Assim, ao mesmo tempo em que Freud postula uma diferença entre ambas as classes de representações (e de faculdades), ele acaba por mostrar também que realizar essa distinção (no mínimo entre os *produtos* dessas faculdades) é por vezes tarefa extremamente árdua (senão impossível).

Donde o nosso esforço por encontrar, nos interstícios dos textos freudianos, os elementos de distinção e indistinção entre elas. A diferença entre memória e fantasia, nós a mapeamos até onde nos foi possível. Fizemo-lo com o intento (oxalá concretizado) de capturar o conceito de fantasia em sua especificidade epistemológica, e com isso o abarcamos em algumas de suas características mais próprias e fundamentais: a representação em terceira pessoa, a teatralidade, o entrelaçamento entre sujeito e objeto (e seus respectivos desejos), a encenação do desejo. Essa estrutura, por fim, não parece constar obrigatoriamente em toda recordação⁸⁶. Mas se Freud diz, como vimos, “memórias ou fantasias”, isso é sinal de que seu tratamento do assunto é ao menos ambíguo. O manejo de Freud de seu conceito de fantasia é ambíguo, pois que o objeto (um conjunto de representações ou de atos psíquicos) que este conceito nomeia é ambíguo por excelência: a instauração da faculdade de fantasiar é a instauração da ambiguidade mesma. O inconsciente: fábrica de máscaras, cujo maquinário não nos permite nunca distinguir com uma certeza cartesiana a cópia de seu original. É nesse pântano ou labirinto representacional que a análise caminha.

Mas esse caminho tortuoso se faz por meio de uma técnica própria, cujo mecanismo maior é chamado de *interpretação*. E Freud, ao trilhar a trilha interpretativa, aonde ele chega? Não mais a

⁸⁶ Poder-se-ia sintetizar, por conseguinte, que a diferença entre memória e fantasia e entre imaginação (*Einbildungskraft*) e fantasia é precisamente concernente ao desejo e à cena. A fantasia é um tipo muito específico e peculiar de conjunção de representações: ela é um quadro, uma cena na qual o desejo é encenado. Eu posso imaginar um elefante, e isso não constituirá uma fantasia. Um conjunto de representações somente será uma fantasia quando o desejo do sujeito for ali encenado e, mais que isso, quando o próprio sujeito for representado em terceira pessoa. Tais as condições para a fantasia, que não são cumpridas (necessariamente) nem pela memória nem pela imaginação. Assim, quando Freud em 1912 afirma que uma representação que desapareceu da consciência “pode reaflorescer intacta depois de um intervalo [...] a partir da memória” (Freud, 1912a, p. 271), trata-se de uma faculdade de *retenção* e *reassunção* de uma *re*-representação, que pode reaparecer, além do mais, *intacta*. O que está em questão aqui, portanto, é algo bem diferente da *mise-en-scène* do desejo tal qual operada pela faculdade de fantasiar.

traumas ou memórias, como fizera antes de acordar de seu sono sedutor, mas sim a fantasias. Foucault o diz muito claramente: “com efeito, sob os sintomas, o que Freud descobre? Ele não descobre, como se diz, ‘traumatismos’, ele traz à luz fantasias, com sua carga de angústia, isto é, um núcleo que é já ele mesmo em seu ser próprio uma interpretação”⁸⁷. E Foucault não foi o único a notar esse caráter interpretativo das fantasias: “tal como na recordação encobridora, a invenção que o indivíduo cria para si e a introduz na cadeia mnêmica é interpretação”⁸⁸, afirma Soria, enquanto Green atesta que sonho e mito “são eles mesmos os produtos de uma interpretação”⁸⁹.

O que sobressai, assim, é que há um certo caráter *hermenêutico* próprio à fantasia. Não estamos seguros de esse caráter encontrar-se presente também na memória e nas suas recordações. Sim, em certas recordações (em especial as chamadas memórias encobridoras) há uma certa *interpretação* dos fenômenos dos quais ela advêm, mas a interpretação que nelas se inculca nos parece efeito não da faculdade mesma de reter representações providas da experiência sensível (e de trazê-las de volta à superfície do aparelho psíquico), mas sim da própria fantasia. Relembremos: são fantasias inconscientes que subjazem às memórias encobridoras, são aquelas que auferem *sentido* a estas. A memória parece fazer mais enquanto filtro e vítima dos processos primários do que uma faculdade anímica dotada de potência interpretativa. Mas é como se uma certa cola hermenêutica se aderisse a quaisquer produtos, seja da memória, seja da fantasia, de modo que nem mesmo a mais mera memória a emergir no consciente possa ser considerada uma pura reaparição ou reprodução de eventos passados⁹⁰.

A fantasia, por sua vez, assoma como interpretação de forma imanente. “Em seu ser próprio”, afirma Foucault, as fantasias são desde já interpretação. E, eis a nova semelhança com a técnica analítica, a fantasia revela ser também uma verdadeira *análise*. Na cena edípica o sujeito sente a ausência da mãe, por exemplo, ou seu conluio com o pai como uma afronta ou uma negação do seu amor incestuoso: “mamãe está com papai porque não me ama”. Essa interpretação, porém, não se dá numa mera proposição, tal qual aqui colocamos (e abstraímos), mas sim numa cena articulada cujo método de produção é muito propriamente uma síntese: eis então a cena primária. A fantasia é, portanto, uma *análise sintética*. Ela *analisa*, interpretando causalmente os objetos à sua volta, mas ela o faz somente ao *sintetizar*, numa cena (ou uma narrativa) única, o conteúdo dessa interpretação.

⁸⁷ Foucault, M. (1967), p. 571. « En effet, sous les symptômes, qu'est-ce que Freud découvre? Il ne découvre pas, comme on dit, des « traumatismes », il met au jour des fantasmes, avec leur charge d'angoisse, c'est-à-dire un noyau qui est déjà lui-même dans son être propre une interprétation »

⁸⁸ Soria, A. C. S. (2010), p. 46.

⁸⁹ Green, A. (1980). *Le mythe : un objet transitionnel collectif*. « Depuis toujours, le rêve et le mythe ont possédé au moins un trait en commun : ils sont tous deux porteurs d'une extraordinaire sollicitation d'interprétation. L'incessante opération de déchiffrement qu'ils appellent tient moins au caractère énigmatique de leur contenu qu'au fait qu'ils sont eux-mêmes les produits d'une interprétation : ils interprètent un donné inconnu sans savoir ni ce qu'ils interprètent ni comment ils l'interprètent » (pp. 148-9)

⁹⁰ À exceção, não nos esqueçamos, da recordação dos eventos traumáticos, que estão para-além da fantasia.

Qual é o trabalho de Freud, então, frente a essa situação? Ele interpreta uma interpretação, ele toma nas mãos os produtos brutos dessa faculdade interpretativa espontânea do espírito humano (sintomas, sonhos, atos falhos, gestos) e os analisa. Notemos, pois, as relações entre a interpretação fantasmática e a interpretação analítica. Em primeiro lugar, nota-se que há uma *inversão* de sentido no caminho hermenêutico traçado pelas duas formas de interpretação: o analista parte do porto ao qual chegou a fantasia do sujeito, e sua tarefa é, desde aí, traçar o mesmo caminho traçado por ela, porém no sentido contrário. Sobre isso, as palavras de Freud são claras, e se elas se referem ao sonho propriamente dito, nós temos todos os direitos de estendê-las a quaisquer produtos da faculdade de fantasiar: “o trabalho que transpõe o sonho latente no manifesto se chama *trabalho do sonho*. E o trabalho que progride na direção contrária, o que desde o sonho manifesto quer alcançar o latente, é o nosso *trabalho de interpretação*”⁹¹.

Tomar, de revés, essa via já construída durante a história do sujeito implica necessariamente se embrenhar num horizonte semiótico próprio: é necessário, ao analisar as fantasias dos pacientes, pisar pé no horizonte de sentido no qual elas mesmas puderam se erigir. Há uma certa *comunidade semiológica*, assim, entre o interpretar analítico e o fantasmático. Nas palavras de Foucault: “é por isso que Freud não tem de interpretar senão na linguagem dos seus doentes aquilo que esses doentes lhe oferecem como sintomas; sua interpretação é a interpretação de uma interpretação, nos termos em que essa interpretação é dada”⁹². É nos termos mesmos em que trabalha o trabalho da fantasia que a interpretação analítica deve ser engendrada. Assim, não só o mar que o analista singra é o mesmo mar que singrou a fantasia, mas também a embarcação de que ele se utiliza deve ser a mesma com que ela pôde chegar à sua destinação.

Mas nesse quesito assoma a principal distinção entre as duas classes de interpretar: o que a fantasia sintetizou a análise tem de desconstruir. Ou, nas palavras de Forest: “a interpretação é o negativo do trabalho do sonho, pois se trata de desligar [déliér] aquilo que foi ligado [lié]”⁹³. A interpretação analítica é assim essencialmente *desconstrutiva*, e nisso uma vez mais ela se mostra positivamente oposta à interpretação já perpetrada pela fantasia. Citemos Green novamente: “se a interpretação psicanalítica é possível, é porque ela opera sempre naquilo que já foi interpretado. Nisso, a interpretação do analista permanece analítica, isto é, dissolvente. Ela dissolve uma interpretação anterior, reencontrando às vezes o seu limite com a repressão primária, conservadora

⁹¹ Freud, S. (1916-7d, p. 157).

⁹² Foucault, M. (1967, pp. 571-2). « C'est pourquoi Freud n'a pas à interpréter autrement que dans le langage de ses malades ce que ses malades lui offrent comme symptômes; son interprétation est l'interprétation d'une interprétation, dans les termes où cette interprétation est donnée »

⁹³ Forest, F. (2010, p. 179). « L'interprétation est le négatif du travail du rêve car il s'agit de déliér ce qui a été lié ». Ora, se a interpretação é o negativo do trabalho onírico, isso só pode significar que ela é negativamente determinada por ele, tendo de nele se pautar para encontrar seus fundamentos.

das interpretações constitutivas e estruturantes das fantasias originárias”⁹⁴. Assim, é na hermenêutica espontânea e fundante do aparelho psíquico que a análise enquanto método hermenêutico encontra o seu fundamento. A psicanálise se constitui como uma hermenêutica *sui generis* (cujos limites, como demonstramos, se encontram nesses conceitos *Ur* e na própria fantasia), mas ela é analítica por excelência. Enquanto a fantasia é uma hermenêutica sintética, a psicanálise é uma hermenêutica analítica. Ou melhor, se há sínteses no decorrer de uma psicanálise (as construções analíticas, como se verá), elas estão aí com o intuito de trazer à luz fantasias enterradas do sujeito, isto é, elas são, no fundo, sínteses (com finalidades) analíticas. Para o demonstrarmos, há que retornar ao texto de 1937 sobre as chamadas construções analíticas, através de cujos conceitos poderemos retomar as relações, já esboçadas em nosso terceiro capítulo, entre o método analítico e o método psicótico.

Logo no início do artigo se destrincha um dos mecanismos constituintes do método freudiano que, embora não estivesse de todo ausente de outros textos, encontra aqui sua primeira exposição extensa e explícita:

Todos sabemos que o analisado deve ser movido a recordar algo vivenciado e reprimido por ele, e as condições dinâmicas deste processo são tão interessantes que a outra peça do trabalho, a operação do analista, passa por sua vez a um segundo plano. O analista não vivenciou nem reprimiu nada do que interessa; sua tarefa não pode ser recordar algo. Em que consiste, pois, sua tarefa? Ele tem de coligir o esquecido a partir dos indícios que este deixou atrás de si; ou melhor: tem de *construí-lo*.⁹⁵

O papel do analista nesse longo processo de revivescência e memorização do passado é o de apresentar ao paciente, a partir dos indícios que este lhe fornece, uma *cena unitária* que reconstrua o passado reprimido (ou um conjunto delas). Ele deve lançar mão de *construções*, ou seja, de operações sintéticas a partir dos vestígios fragmentários que o paciente vai deixando a pouco e pouco. As construções analíticas, assim, são parte integrante do método analítico, do qual também fazem parte, por outro lado, as interpretações. No texto, Freud cuida de distinguir as duas atividades do terapeuta.

“Se nas exposições da técnica analítica se ouve tão pouco sobre ‘construções’, a razão disso é que, ao invés, se fala de ‘interpretações’ e de seu efeito”⁹⁶. A diferença entre ambas? “‘Interpretação’ se refere ao que se empreende com um elemento singular do material: uma ocorrência, um ato falho

⁹⁴ Green, A. (1995, p. 242). « Si l’interprétation psychanalytique est possible, c’est parce qu’elle opère toujours sur du déjà interprété. En quoi l’interprétation de l’analyste reste analytique, c’est-à-dire dissolvante. Elle dissout une interprétation antérieure, en rencontrant toutefois sa limite avec le refoulement primaire, conservateur des interprétations constitutives et structurantes des fantasmes originaires »

⁹⁵ Freud, S. (1937b). *Construcciones en el análisis*, p. 260.

⁹⁶ *Id.*, p. 262.

etc. É ‘construção’, ao contrário, algo que se apresenta ao analisado uma peça de sua pré-história esquecida”⁹⁷. Com a construção, portanto, algo realmente é *reconstruído*: uma peça única acerca do passado olvidado em que se conjugam diversos fragmentos que, esparsos, foram dados ao analista pelo paciente. Trata-se, pois, de uma atividade sumamente sintética. A interpretação, ao contrário, é inerentemente analítica, ela desfaz a unidade instável em que jazia um sintoma, um ato falho ou um sonho. Cada elemento do sonho será tomado e, com as operações interpretativas, será desmembrado para que se possa chegar às suas causas.

Não foi à toa, portanto, que Assoun pôde dizer que “ali onde é possível ‘adivinhar’ (*erraten*), tem-se o direito de reconhecer o trabalho do *Phantasieren*: a ‘construção’ é, pois, a forma de “fantasiar” necessária no processo analítico, e é permissível considerar a *Konstruktion* como a forma adequada de *Fiktion*”⁹⁸. Esse momento específico de uma psicanálise (quando o analista entrega ao seu paciente, reconstruída, uma cena de sua infância, por exemplo) pode muito bem ser equiparado à atividade da fantasia: síntese fictícia de fragmentos representacionais numa única cena narrativa. Mas a construção analítica é uma espécie de *restauração* de um passado perdido, e é não na fantasia, mas no delírio psicótico que Freud encontra uma analogia mais coerente com o seu afazer:

As formações delirantes dos enfermos me surgem como equivalentes das construções que nós edificamos nos tratamentos analíticos, como intentos de explicar e de restaurar, que, é certo, sob as condições da psicose apenas podem conduzir a que o fragmento de realidade objetiva que se desmente no presente seja substituído por outro fragmento que, de igual modo, se havia desmentido na pré-história remota.⁹⁹

Nós vimos: o fragmento de realidade que é desmentido (*verleugnet*) pelo psicótico retorna em forma de pensamento (delírio) ou de percepção (alucinação), e esses sintomas positivos da psicose são não o adoecer em si, mas o esforço, por parte do doente, de restaurar seu contato, hoje dilacerado, com a realidade exterior. Ao fazer isso, os psicóticos *reconstroem* o passado, tal como faz o analista. Mas há decerto uma diferença capital entre o método psicótico de formação de sintomas e o método terapêutico freudiano: neste a construção é decididamente um processo *prévio*, uma etapa *preliminar* e *preparatória*, enquanto o delírio é o estágio terminal da doença.

⁹⁷ *Ibid.*

⁹⁸ Assoun, P-L. (1993), p. 70.

⁹⁹ Freud, S. (1937b), p. 269.-

Se o trabalho de construção do analista “ou, se se prefere, de reconstrução mostra vastas coincidências com o do arqueólogo”¹⁰⁰, essas coincidências não são totais: “a principal diferença entre os dois reside em que para a arqueologia a reconstrução é a meta e o término do empenho, enquanto para a análise a construção é apenas um labor preliminar”¹⁰¹. Como que autorizados pela vasta ocorrência de termos referentes à *ars bellica* na palavra freudiana, poderíamos parafrasear o tão difundido adágio bélico “dividir para reinar” para tratar do método analítico e de sua relação com o método psicótico: os psicóticos dividem para edificar, desconstruem para construir, analisam para sintetizar, enquanto os analistas constroem para desconstruir, sintetizam para analisar. A construção delirante, prenhe de verdade histórica, é a forma final da enfermidade psicótica, é a maneira de que o doente dispõe para tentar reacessar o mundo exterior. A construção analítica, ao extremo similar à psicótica, é um labor prévio, que deve servir aos fins últimos da análise: desfazer as resistências e analisar as transferências. O trajeto analítico não é decerto linear, e se emaranha entre construções e análises sucessivas e interdependentes, porém a construção nunca deve ser o objetivo final do labor analítico, e por fim quem deve sintetizar e recordar o passado é o paciente, após o analista o atingir com seu martelo hermenêutico.

Por isso a técnica psicanalítica pode ser enxergada como um vero desmonte das fantasias do sujeito. Aonde a fantasia chegou (e levou o sujeito), daí começa a análise – que atravessa o caminho inverso ao caminho mesmo da fantasia. Por isso a “prática analítica”, como diz Soria, é “onde se busca refazer pelo avesso o caminho da construção da cena fantasiada”¹⁰². Esse desmonte, todavia, é feito justamente através da transferência, que é a atualização (em termos aristotélicos) das fantasias inconscientes do sujeito, atualização esta feita tanto em *ato* na repetição quanto em *palavra* na rememoração. Assim, a análise de fato é “um laboratório e um teatro”¹⁰³. Mistura de leito cirúrgico com palco estático, no divã se deitam o autor e os atores de uma história única em que se misturam o inventado e o vivido sem que se possa distinguir com clareza o primeiro do segundo. Uma psicanálise é, assim, uma rememoração mítica tal qual a feita por Ovídio nas suas *Metamorfoses*, porém, em vez de ser escrita com métrica e beleza, é vivida com angústia e desamor. Contudo, o caminho que as metamorfoses analíticas percorrem é exatamente o oposto das ovidianas: não do começo ao fim, mas sim dos nossos tempos (*a nostris temporibus*) à origem do mundo (*ad originem mundi*). E o procedimento analítico, por fim, é um pouco mais humilde que o poético, pois não se trata de chegar ao início do universo, mas sim do mundo do sujeito em questão.

¹⁰⁰ *Id.*, p. 261. Note-se que uma construção analítica é sempre também *reconstrução*, e eis o prefixo –re marcando presença uma vez mais.

¹⁰¹ *Id.*, p. 262. E nesse quesito o psicótico é um exímio arqueólogo, portanto.

¹⁰² Soria, A. C. S. (2010), p. 11.

¹⁰³ “Tal é, com efeito, a análise: um laboratório e um teatro” (Assou, 1993, p. 219).

Foi por meio de trocadilhos francos e franceses (e intraduzíveis!) que Green pôde expor como funciona o inconsciente e como se deve, pois, acessá-lo – ou seja, ele somente o expôs ao raciocinar como ele mesmo raciocina: “o inconsciente não é um caos desorganizado. Ele é um pensamento não pensado [une pensée non pensée]. Para ouvi-lo e entendê-lo [l’entendre] é preciso falar a *sua* língua e descobrir a sua maneira singular de raciocinar e de ressoar [de raisonner et de résonner]”¹⁰⁴. Não é um exagero dizer que se Freud pôde conceituar o seu inconsciente, ele o fez tão-somente ao deixá-lo ressoar dentro de seus próprios raciocínios. Foi ao desfazer a distância entre paciente e médico, entre o saber científico e a ignorância leiga, que ele pôde captar o saber que emanava, ainda que não-sabido, de dentro de seus pacientes bastante afastados dos centros de produção do saber. Foi ao escutar e sorver o que há de real em cada criação fictícia dos homens que ele pôde, em suas próprias ficções teóricas, transportar um pouco da verdade mitológica que habita cada homem.

Não é um desmérito dos conceitos de Freud que eles pisem pé no reino das fantasias – isto, antes, é um de seus maiores valores. É preciso estar ciente do estatuto da fantasia para que se possa não só avaliar a cientificidade do discurso freudiano, mas para que se possa deveras *acessar* o que ele traz de novo aos conhecimentos do homem. Com isso se dá mais um passo no usufruto desse tesouro, sempre infindo e inesgotável, chamado Freud.

¹⁰⁴ Green, A. (1980), p. 164. « L’inconscient n’est pas un chaos inorganisé. Il est une pensée non pensée. Pour l’entendre il faut parler *sa* langue et découvrir sa manière singulière de raisonner et de résonner »

Referências bibliográficas

Obras de Freud – Amorrortu editores (AE) - Buenos Aires, 1989

Histeria (1888). AE, vol. 1, pp. 41-63

Tratamiento psíquico (tratamiento del alma) (1890). AE, vol. 1, pp. 115-32

Algunas consideraciones con miras a un estudio comparativo de las parálisis motrices orgánicas e histéricas (1893 [1888-93]). AE, vol. 1, pp. 197-210

Un caso de curación por hipnosis (1892-3). AE, vol. 1, pp. 151-61

Charcot (1893a). AE, vol. 3, pp. 13-24

Sobre el mecanismo psíquico de fenómenos histéricos (1893b). AE, vol. 3, pp. 29-40

Sobre el mecanismo psíquico de fenómenos histéricos: comunicación preliminar (Freud, S. e Breuer, J., 1893). AE, vol. 2, pp. 27-43

Las neuropsicosis de defensa (Ensayo de una teoría psicológica de la histeria adquirida, de muchas fobias y representaciones obsesivas, y de ciertas psicosis alucinatorias) (1894). AE, vol. 3, pp. 47-68

Obsesiones y fobias – Su mecanismo psíquico y su etiología (1895 [1894]a). AE, vol. 3, pp. 75-82

Sobre la justificación de separar de la neurastenia un determinado síndrome en calidad de “neurosis de angustia” (1895 [1894]b). AE, vol. 3, pp. 91-115

Señorita Elizabeth von R. (1895a). AE, vol. 2, pp. 151-94

Miss Lucy R. (1895b). AE, vol. 2, pp. 124-40

Frau (Señora) Emmy von N. (1895c). AE, vol. 2, pp. 71-123

Katharina (1895d). AE, vol. 2, pp. 141-50

Sobre la Psicoterapia de la histeria (1895e). AE, vol. 2, pp. 261-309

A propósito de las críticas a la “neurosis de angustia” (1895f). AE, vol. 3, pp. 123-138

Proyecto de Psicología (1950 [1895]). AE, vol. 1, pp. 339-436

La herencia y la etiología de las neurosis (1896a). AE, vol. 3, pp. 143-156

Nuevas puntualizaciones sobre las neuropsicosis de defensa (1896b). AE, vol. 3, pp. 163-184

La etiología de la histeria (1896c). AE, vol. 3, pp. 191-218

Carta 52 (1896d). AE, vol. 1, pp. 274-80

Sumario de los trabajos científicos del docente adscrito Dr. Sigm. Freud, 1877-1897 (1897a). AE, vol. 3, pp. 223-250

Carta 59 (1897b). AE, vol. 1, pp. 285

Carta 61 (1897c). AE, vol. 1, pp. 288-9

Manuscrito L (1897d). AE, vol. 1, pp. 289-92

Manuscrito M (1897e). AE, vol. 1, pp. 292-5

Carta 69 (1897f). AE, vol. 1, pp. 301-2

Sobre el mecanismo de la desmemoria (1898). AE, vol. 3, pp. 281-9

Carta 102 (1899a). AE, vol. 1, pp. 319-20

Carta 105 (1899b). AE, vol. 1, pp. 320-1

Sobre los recuerdos encubridores (1899c). AE, vol. 3, pp. 297-315

La interpretación de los sueños (1900). AE, vol. 4 e 5

La psicopatología de la vida cotidiana (1901a). AE, vol. 6

Sobre el sueño (1901b). AE, vol. 5, pp. 617-668

Fragmento de análisis de un caso de histeria (1905 [1901]). AE, vol. 7, pp. 7-107

El chiste y su relación con lo inconciente (1905a). AE, vol. 8

Tres ensayos de teoría sexual (1905b). AE, vol. 7, pp. 117-222

Drei Abhandlungen zur Sexualtheorie (1905c). Studienausgabe, Band V (Sexualleben), pp. 37-145

Mis tesis sobre el papel de la sexualidad en la etiología de las neurosis (1906 [1905]). AE, vol. 7, pp. 263-71

El delirio y los sueños en la "Gradiva" de W. Jensen (1907 [1906]). AE, vol. 9, pp. 7-79

El creador literario y el fantaseo (1908 [1907]). AE, vol. 9, pp. 127-35

Las fantasías histéricas y su relación con la bisexualidad (1908a). AE, vol. 9, pp. 141-7

Sobre las teorías sexuales infantiles (1908b). AE, vol. 9, pp. 187-201

Apreciaciones generales sobre el ataque histérico (1909 [1908]a). AE, vol. 9, pp. 207-11

La novela familiar de los neuróticos (1909 [1908]b). AE, vol. 9, pp. 217-20

Análisis de la fobia de un niño de cinco años (1909a). AE, vol. 10, pp. 7-118

A propósito de un caso de neurosis obsesiva (1909b). AE, vol. 10, pp. 123-94

Cinco conferencias sobre psicoanálisis (1910 [1909]). AE, vol. 11, pp. 7-51

Un recuerdo infantil de Leonardo da Vinci (1910a). AE, vol. 11, pp. 59-127

Las perspectivas futuras de la terapia psicoanalítica (1910b). AE, vol. 11, pp. 133-142

La perturbación psicógena de la visión según el psicoanálisis (1910c). AE, vol. 11, pp. 209-16

Sobre un tipo particular de elección de objeto en el hombre (Contribuciones a la psicología del amor, I) (1910d). AE, vol. 11, pp. 159-68

Sobre el sentido antitético de las palabras primitivas (1910e). AE, vol. 11, pp. 147-53

Puntualizaciones psicoanalíticas sobre un caso de paranoia (Dementia paranoides) descrito autobiográficamente (1911 [1910]). AE, vol. 12, pp. 11-76

Formulaciones sobre los dos principios del acaecer psíquico (1911). AE, vol. 12, pp. 223-31

Nota sobre el concepto de lo inconciente en psicoanálisis (1912a). AE, vol. 12, pp. 271-7

Sobre la más generalizada degradación de la vida amorosa (Contribuciones a la psicología del amor, II) (1912b). AE, vol. 11, pp. 173-83

Sobre los tipos de contracción de neurosis (1912c). AE, vol. 12, pp. 239-45

La dinámica de la transferencia (1912d). AE, vol. 12, pp. 97-105

Contribuciones para un debate sobre el onanismo (1912d). AE, vol. 12, pp. 253-63

Consejos al médico sobre el tratamiento psicoanalítico (1912e). AE, vol. 12, pp. 111-9

Tótem y Tabú (1913 [1912-3]). AE, vol. 13, pp. 7-162

Sobre la iniciación del tratamiento (Nuevos consejos sobre la técnica del psicoanálisis, I) (1913a). AE, vol. 12, pp. 125-44

La predisposición a la neurosis obsesiva. Contribución al problema de la elección de neurosis (1913b). AE, vol. 12, pp. 337-45

El interés por el psicoanálisis (1913c). AE, vol. 13, pp. 169-92

Contribución a la historia del movimiento psicoanalítico (1914a). AE, vol. 14, pp. 7-64

Introducción del narcisismo (1914b). AE, vol. 14, pp. 71-98

El Moisés de Miguel Angel (1914c). AE, vol. 13, pp. 217-40

Recordar, repetir y reelaborar (Nuevos consejos sobre la técnica del psicoanálisis, II) (1914d). AE, vol. 12, pp. 149-57

Acerca del fausse reconnaissance (« déjà raconté ») en el curso del trabajo psicoanalítico (1914e). AE, vol. 12, pp. 207-12

Puntualizaciones sobre el amor de transferencia (Nuevos consejos sobre la técnica del psicoanálisis, III) (1915 [1914]). AE, vol. 12., pp. 163-74

Pulsiones y destinos de pulsión (1915a). AE, vol. 14, pp. 113-34

Lo inconciente (1915b). AE, vol. 14, pp. 161-201

La represión (1915c). AE, vol. 14, pp. 141-52

Un caso de paranoia que contradice la teoría psicoanalítica (1915d). AE, vol. 14, pp. 263-72

Complemento metapsicológico a la doctrina de los sueños (1917 [1915]a). AE, vol. 14, pp. 221-33

Duelo y melancolía (1917 [1915]b). AE, vol. 14, pp. 241-55

23ª conferencia. Los caminos de la formación de síntoma (1916-7a). AE, vol. 16, pp. 326-43

26ª conferencia. La teoría de la libido y el narcisismo (1916-7b). AE, vol. 16, pp. 375-91

18ª conferencia. La fijación al trauma, lo inconciente (1916-7c). AE, vol. 16, pp. 250-61

11ª conferencia. El trabajo del sueño (1916-7d). AE, vol. 15, pp. 155-67

6ª conferencia. Premisas y técnicas de la interpretación (1916-7e). AE, vol. 15, pp. 91-102

Sobre las trasposiciones de la pulsión, en particular del erotismo anal (1917). AE, vol. 17, pp. 117-23

De la historia de una neurosis infantil (1918 [1914]). AE, vol. 17, pp. 9-111

“Pegan a un niño”. Contribución al conocimiento de la génesis de las perversiones sexuales (1919a). AE, vol. 17, pp. 177-200

Lo ominoso (1919b). AE, vol. 17, pp. 219-51

Más allá del principio de placer (1920a). AE, vol. 18, pp. 7-62

Sobre la psicogénesis de un caso de homosexualidad femenina (1920b). AE, vol. 18, pp. 141-64

Psicología de las masas y análisis del yo (1921). AE, vol. 18, pp. 67-136

Sueño y telepatía (1922). AE, vol. 18, pp. 189-211

Observaciones sobre la teoría y la práctica de la interpretación de los sueños (1923 [1922]). AE, vol. 19, pp. 111-22

El yo y el ello (1923a). AE, vol. 19, pp. 13-59

Josef Popper-Lynkeus y la teoría del sueño (1923b). AE, vol. 19, pp. 281-3

Doctor Sándor Ferenczi (En su 50º cumpleaños) (1923c). AE, vol. 19, pp. 287-9

Neurosis y psicosis (1924 [1923]). AE, vol. 19, pp. 155-9

La pérdida de realidad en la neurosis y la psicosis (1924a). AE, vol. 19, pp. 193-7

Nota sobre la "pizarra mágica" (1925 [1924]a). AE, vol. 19, pp. 243-7

Presentación autobiográfica (1925 [1924]b). AE, vol. 20, pp. 7-66

Algunas consecuencias psíquicas de la diferencia anatómica entre los sexos (1925a). AE, vol. 19, pp. 267-76

La negación (1925b). AE, vol. 19, pp. 253-7

Inhibición, síntoma y angustia (1926 [1925]). AE, vol. 20, pp. 83-161

¿Pueden los legos ejercer el análisis? Diálogos con un juez imparcial (1926a). AE, vol. 20, pp. 171-234

Karl Abraham (1926b). AE, vol. 20, pp. 267-8

El fetichismo (1927a). AE, vol. 21, pp. 147-52

El porvenir de una ilusión (1927b). AE, vol. 21, pp. 5-55

Dostoievski y el parricidio (1928 [1927]). AE, vol. 21, pp. 175-91

El malestar en la cultura (1930 [1929]). AE, vol. 21, pp. 65-140

¿Por qué la guerra? (1933 [1932]a). AE, vol. 22, pp. 187-198

31ª conferencia. La descomposición de la personalidad psíquica (1933 [1932]b). AE, vol. 22, pp. 53-74

30ª conferencia. Sueño y ocultismo (1933 [1932]c). AE, vol. 22, pp. 29-52

32ª conferencia. Angustia y vida pulsional (1933 [1932]d). AE, vol. 22, pp. 75-103

Análisis terminable e interminable (1937a). AE, vol. 23, pp. 219-54

Construcciones en el análisis (1937b). AE, vol. 23, pp. 259-70

Moisés y la religión monoteísta (1939 [1934-38]). AE, vol. 23, pp. 7-132

Esquema del psicoanálisis (1940 [1938]). AE, vol. 23, pp. 139-209

Outros autores:

- ALTOUNIAN, J. (2003). *L'écriture de Freud*. Paris : Presses Universitaires de France
- ARISTOTE. *Physique*. Paris : Flammarion, 2002
- ARISTOTE. *De l'âme*. Paris: Les Belles Lettres, 2009
- ASSOUN, P.-L. (1976). *Freud, la philosophie et les philosophes*. Paris : Presses Universitaires de France, 2009.
- ASSOUN, P.-L. (1980). *Freud et Nietzsche*. Paris : Presses Universitaires de France
- ASSOUN, P.-L. (1982). L'archaïque chez Freud : entre Logos et Anankè. *Nouvelle Revue de Psychanalyse*, número 26, pp. 11-44.
- ASSOUN, P.-L. (1993). *Metapsicologia freudiana: uma introdução*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1996.
- AUGUSTINUS. *De Civitate Dei*, vol. XVII das *Obras Completas de San Agustín*. Madrid: Biblioteca de Autores Cristianos, 2007
- BAUDELAIRE, C. (1861). *Les Fleurs du Mal*. Paris : Gallimard, 2017.
- BREUER, J. (1895). Parte teórica. *AE*, vol. 2, pp. 195-260
- BOTTER, B. (2016). Enti inesistenti: *phantasmata* in Platone. *Archai*, 18, pp. 113-149
- CERQUEIRA, L. M. G. (2014). Romanística sem Latim? In: *Romanística – UM*. Corrêa-Cardoso, J. & Fialho M. C. (org.). Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra
- CICERO. *Tusculanarum Disputationum Liber Secundus*. Original retirado de <http://www.thelatinlibrary.com/cicero/tusc2.shtml>
- CICERO. *Epistularum ad Familiares Liber Nonus*. Original retirado de <http://www.thelatinlibrary.com/cicero/fam9.shtml>
- DELEUZE, G. (1968). *Différence et répétition*. Paris : Presses Universitaires de France, 2005.
- DE PINOTI, G. E. M. (2006a). Algunos aspectos de la crítica platónica al arte imitativo. *Hypnos*, 11 (16), pp. 74-88
- DE PINOTI, G. E. M. (2006b). La crítica platónica a oradores, poetas y sofistas. *Estudios de Filosofía de la Universidad de Antioquia*, 34, pp. 9-27
- ELIOT, T. S. (1943). *Burnt Norton*. In: *Poemas*. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.
- ERNOUT, A. & MEILLET, A. (1932). *Dictionnaire etymologique de la langue latine*. 4^o édition. Paris : Klincksieck, 2001.
- FORCINITI, M. S. (2014). Erótica de las estatuas y retórica de los fantasmas. Una contraposición entre las producciones miméticas del filósofo y el sofista en Platón. *Hypnos*, 33 (2), pp. 259-282
- FOREST, F. (2010). *Freud et la Science. Éléments d'épistémologie*. Paris : Economica.

- FOUCAULT, M. (1967). Nietzsche, Freud, Marx. In : *Dits et Écrits I*. Paris : Gallimard, 2001, pp. 564-79
- GREEN, A. (1975). Le temps mort. *Nouvelle Revue de Psychanalyse*, numéro 11, pp. 103-9.
- GREEN, A. (1980). Le mythe : un objet transitionnel collectif, in *La déliaison*. Paris : Les belles lettres, 1992, pp. 147-79
- GREEN, A. (1990a). *Le complexe de castration*. Paris : Presses Universitaires de France, 2011.
- GREEN, A. (1990b). Temps et mémoire. *Nouvelle Revue de Psychanalyse*, numéro 41, pp. 179-205.
- GREEN, A. (1995). *Propédeutique : La métapsychologie revisitée*. Seyssel : Editions Champ Vallon
- HEGEL, G. W. F. (1807). *Fenomenologia do Espírito*. Petrópolis: Vozes, 2011.
- LACAN, J. (1952). Le mythe individuel du nevrosé. *Le mythe individuel du névrosé*. Paris : Editions du Seuil, 1965.
- LACAN, J. (1972-3). *Le Séminaire, Livre XX : Encore*. Paris : Éditions du Seuil, 1999.
- LACOSTE, P. (1991). Scène, l'autre mot. *Nouvelle Revue de Psychanalyse*, numéro 44, pp. 251-66
- LAPLANCHE, J. & PONTALIS, J.-B. (1964). *Fantasme originare, Fantasme des origines, Origines du fantasme*. Paris : Editions Hachette, 1985
- LAPLANCHE, J.; PONTALIS, J. B. (1982). *Vocabulário da Psicanálise*. São Paulo: Martins Fontes, 1992
- LAPLANCHE, J. (1986a). A pulsão de morte na teoria da pulsão sexual. In: *A pulsão de morte*, André Green et al. São Paulo: Editora Escuta, 1988, pp. 11-27
- LAPLANCHE, J. (1986b). Mesa redonda. In: *A pulsão de morte*, André Green et al. São Paulo: Editora Escuta, 1988, pp. 87-107
- MARQUES, M. P. (2000/1). Imagem e aporia no *Sofista* de Platão. *Classica*, 13/14 (13/14), pp. 189-204
- MEZAN, R. (1982). *Freud: a trama dos conceitos*. São Paulo: Editora Perspectiva, 2006.
- MILTON, J. (1667). *Paradise Lost*. São Paulo: Editora 34, 2015.
- MONZANI, L. R. (1989) *Freud: o movimento de um pensamento*. Campinas: Editora da UNICAMP, 2014.
- MONZANI, L. R. (1991a). Discurso filosófico e discurso psicanalítico: balanço e perspectivas. In: PRADO Jr., B. (org.). *Filosofia da psicanálise*. São Paulo: Brasiliense, pp. 109-38
- MONZANI, L. R. (1991b). A "fantasia" freudiana. In: PRADO Jr., B. (org.). *Filosofia da psicanálise*. São Paulo: Brasiliense, pp. 73-107
- NAMBA, J. A. (2015). A espiral e o pêndulo: o movimento freudiano por Luiz Roberto Monzani. *Percurso*, 54, pp. 169-74
- NAMBA, J. (2020). *Expressão e Linguagem: aspectos da teoria freudiana*. São Paulo: Blucher.

- NETO, J. A. O. (2017). Mínima gramática das *Metamorfoses* de Ovídio. In: *Metamorphoses*. São Paulo: Editora 34, pp. 7-31
- OVIDIUS. *Metamorphoses*. São Paulo: Editora 34, 2017.
- PIRANDELLO, L. (1921). *Sei personaggi in cerca d'autore*. Torino: Einaudi, 1993.
- PLATONE. Cratilo. *Tutti gli scritti*. Milano: Bompiani, pp. 131-190
- PLATONE. Eutidemo. *Tutti gli scritti*. Milano: Bompiani, pp. 763-797
- PLATONE. Menone. *Tutti gli scritti*. Milano: Bompiani, pp. 941-970
- PLATONE. Sofista. *Tutti gli scritti*. Milano: Bompiani, pp. 261-314
- PLATONE. Teeteto. *Tutti gli scritti*. Milano: Bompiani, pp. 195-259
- PRADO JR. B. (1991a). Entre o alvo e o objeto do desejo: Marcuse, crítico de Freud. In: PRADO Jr., B. (org.). *Filosofia da psicanálise*. São Paulo: Brasiliense, pp. 29-50
- PRADO JR. B. (1991b). Lacan: biologia e narcisismo ou A costura entre o real e o imaginário. In: PRADO Jr. B. (org.). *Filosofia da psicanálise*. São Paulo: Brasiliense, pp. 51-72
- RICŒUR, P. (1965). *De l'interprétation*. Paris : Editions du Seuil, 2006.
- ROAZEN, P. (1989). *Comment Freud analysait*. Paris : Navarin Editeur.
- SENECA. Epistola II, *Liber Primus* das *Epistolae Morales ad Lucilium*. Original retirado de <http://www.thelatinlibrary.com/sen/seneca.ep1.shtml>
- SIMANKE, R. T. (2009) *A formação da teoria freudiana das psicoses*. São Paulo: Edições Loyola.
- SORIA, A. C. S (2010). *Interpretação, sentido e jogo: um estudo sobre a concepção de fantasia (Phantasie) em Sigmund Freud*. Tese (Doutorado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Departamento de Filosofia, Universidade de São Paulo, São Paulo.
- STRACHEY, J. (1969a). Nota Introdutoria a “Quelques considérations pour une étude comparative des paralysies motrices organiques et hystériques”. *AE*, vol. 1, pp. 193-5
- STRACHEY, J. (1969b). Introducción. *AE*, vol. 1, pp. 325-36
- STRACHEY, J. (1969c). Nota Introdutoria. *AE*, vol. 12, pp. 331-5
- TODOROV, T. (1970). Freud sur l'énonciation. *Langages*, 17, pp. 34-41
- TOLSTÓI, L. (1887). *Anna Kariênina*. São Paulo: Cosac Naify, 2013
- VARGAS LLOSA, M. (1997a). *Cartas a un joven novelista*. Lima: Debolsillo, 2016.
- VARGAS LLOSA, M. (1997b). *Los cuadernos de don Rigoberto*. Lima: Debolsillo, 2018.